

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONOMICO
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - DOUTORADO

A TESE NOVOS TIPOS DE ESTADOS E REGIMES
 NA AFRICA NEGRA NO POS-COLONIALISMO
 - Uma visão humanística -

elaborada por Newton Sabbá Guimarães

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora,
foi julgada adequada para a obtenção do título de
Doutor em Ciências Humanas - Especialidade Direito.

Florianópolis, 06 de março de 1990.

Doutor Alcides Abreu

Doutor Oyama César Ituassú da Silva

Doutor Shigenoli Miyamoto

Doutor Jean-Pierre Angenot

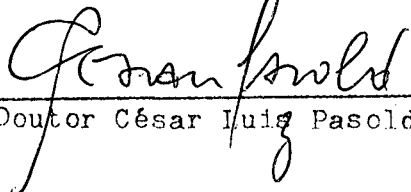
Doutor Walter Piazza

Professor Orientador:



Doutor Alcides Abreu

Coordenador do Curso:



Doutor César Luis Pasold

NOVOS TIPOS
DE ESTADOS E REGIMES NA AFRICA NEGRA
NO POS-COLONIALISMO
- Uma visão humanística -

Newton Sabbá Guimarães

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do título de Doutor em Ciências
Humanas - Especialidade Direito

Orientador: Prof. Dr. Alcides Abreu

Florianópolis,

1990

"La nation n'est pas simplement une somme d'individus; de même le bien public ne se confond point avec la somme des intérêts privés et changeants. Il ya, sans doute, influence réciproque, relation, même étroite dépendance entre le bien de l'Etat et le bien des particuliers; quand les intérêts du peuple souffrent, ceux de l'Etat sont rarement sains. Mais ces deux voies ne sont pas toujours parallèles; souvent elles se croisent ou s'écartent. Le salut de l'Etat ou l'intérêt des générations futures vient réclamer parfois des durs sacrifices de la génération présente; parfois, au contraire, c'est l'Etat qui grève son avenir pour sauver les intérêts privés du moment".

Bluntschli in Théorie Générale de l'Etat.

"Gelijk één of meestal meerdere stammen zich tot een volk ontwikkelen, zoo ontwikkelt een volk zich tot een natie (een nationale gemeenschap). Natie is een verder ontwikkelingsstadium van volk.

Twee factoren dragen deze ontwikkeling: het nationale bewustzijn en de staat".

Dr. A. Hollenberg - De natuurlijke inrichting der samenleving.

"O conceito de Nação elaborado num plano ideológico universal levou também à visualização abstrata do Estado, daí decorrendo um desajustamento entre a superestrutura política e a estrutura social.

O Estado precisa adequar-se à Nação, à sua maneira de ser, à sua formação histórica, às peculiaridades locais. A constituição jurídica deve sintonizar com a constituição histórica de um povo. Neste sentido é que cumpre procurar uma plena correspondência entre Estado e Nação, com um significado muito distinto do que o falso princípio das nacionalidades preconiza.

As instituições políticas precisam ter um cunho localista e uma fundamentação histórica, permitindo assim às comunidades locais integram-se nas respectivas comunidades nacionais, com o fortalecimento da coesão de umas e outras.

A imposição de regimes alheios às peculiaridades locais e à formação histórica dos povos gera crises insolúveis.

Tais as crises do nosso tempo".

José Pedro Galvão de Sousa - Política e Teoria do Estado. G r i f a m o s.

Explicação necessária

A maioria dos mapas foi reduzida o que, reconhecemos, prejudica muito uma visão mais ampla da localização dos territórios estudados, mas o fizemos por questões práticas. Um imenso mapa étnico, com a relação e figuras relativas aos mais importantes grupos étnicos, deixa de ser incluído na tese pelo seu tamanho, de mais de dois metros e não se ter conseguido, em Flórida, serviço de redução que o fizesse sem prejuízo das imagens. As fotos de alguns líderes eram a cores e muitas delas autografadas ou dedicadas ao Autor. Foram, também, reduzidas.

Para manter a harmonia de proporções, tivemos que deixar de lado muita matéria escrita, notas, mapas e ilustrações, assim como debates importantíssimos sobre a questão do apartheid como visto por políticos, intelectuais, profissionais e gente simples do povo, assim como textos publicados pela ONU e UNESCO, além dos de publicação do Governo de Pretória. Havia ainda um estudo nosso sobre a língua vai e seu curioso sistema de escrita e que bem poderia mostrar a busca incessante dos negros para fazerem de suas línguas ágrafas meio de comunicação escrita, mas era muito extenso e em seu lugar juntamos apenas um texto nessa escritura.

Retiramos também muitas páginas de contestação a falsos estudos de africanologia, como redundantemente dizem esses africanólogos apressados e que mostravam erros graves sobre nomes, eventos, origens, governos, povos, línguas etc., por nos parecerem polêmicos: estariam deslocados nesta tese que procurou, em todos os momentos, manter a neutralidade científica necessária.

Tivemos que eliminar, igualmente, vários Estados que havíamos incluído para os estudos de casos e alguns itens, sem o que a tese teria um volume ainda maior. É difícil controlar o fluxo quando se trata de um tema que agrada, como, para nós, esse da África e seus novos Estados.

Depois, havíamos marcado uma data para entrega da tese à Veneranda Banca e esta havia passado de muito, mais de um ano atrás, se bem que estejamos dentro do prazo legal e motivos alheios à nossa vontade, além de algumas viagens demoradas impediram o cumprimento. Assim, para evitar maiores e desnecessárias protelações, reduzimos as pesquisas originais antes de enviarmos a tese ao serviço de datilografia.

Tudo o que vai aqui escrito nesta Tese de Doutorado, possivelmente muito ambiciosa, mas feita com dedicação para estudar uma parte do mundo ainda tão injustiçada; em uma espécie de apologia pro Africa nigra et pulchra, dedico a algumas pessoas para mostrar a minha gratidão:

Minha Mulher e meus Filhos.

Meu venerando Pai.

Aos irmãos.

E aos amigos:

Oyama César Ituassu da Silva, magistrado e professor de gerações;

Iordan Chimet, artista da prosa romena;

Don Andrea Romani, pela ajuda em tantos passos em África;

Sua Alteza o Príncipe Souvanna Phouma, aquele que quebrava mas não cedia;

Ao Príncipe Makhosini Dlamini;

Presidente Léopold Sédar Senghor - uma glória da Africanidade;

Presidente Albert-Bernard Bongo, do Gabão, estadista pragmático;

Embaixador Mário Gibson Barboza - o homem que levou o Brasil à África Negra;

Prof. Arthur César Ferreira Reis; e

Prof. Dr. Alcides Abreu.

E

"Novos tipos de Estados e Regimes na
África Negra no pós-Colonialismo -
Uma visão humanística",

é, também, dedicado in memoriam, a

Esther Sabbá Guimarães, mater amantíssima,
judia devota, que nos seus quase 5.000 a-
nos de tradição e cultura, acreditava na
missão do homem sobre a terra e se finou
antes que seu filho jamais houvesse pro-
duzido qualquer trabalho intelectual de
que se orgulhasse -

1. 16e 28 p 50 70

E aos amigos muito estimados:

Embaixador Milton Telles Ribeiro, quem me
acompanhou na longa entrevista com o Pre-
sidente Park Chung-hee e uma das mais puras
e generosas almas que tenho conhecido;

Presidente Grégoire Kayibanda, proclamador
da República de Ruanda, cuja bondade e gran-
deza a África não chegou a reconhecer;

Makarios III, força e tenacidade, cujo exem-
plo me dava forças para prosseguir;

General Park Chung-hee, presidente da Coreia
por quase 20 anos, o mais extraordinário go-
vernante que já conheci e privei até hoje;

Desembargador João Rebello Corrêa, exemplo
de lealdade na amizade; e

Don Domingo Bejiga i Corzo, quem acreditava
na fraternidade entre os homens.

Age, sit ita factum!

E que por mim fale um que sabia falar:

Cícero.

Agradecimentos:

Muitas pessoas e entidades, de um modo ou de outro, colaboraram para que a presente tese sobre Novos tipos de estados e regimes na África Negra no pós-colonialismo - Uma visão humanística chegasse ao fim. Em -
baixadas e embaixadores, professores, escritores, políticos eminentes e go -
vernantes que deixaram de lado por minutos as suas muitas preocupações para
atenderem ao estudioso brasileiro de seus assuntos africanos. Alguns são
já citados nas dedicatórias - e muito merecidamente. Ao longo de muitos a
nos vimos coligindo material sobre a África Negra em uma ânsia de tudo saber
sobre ela, o que impossível. Em nossas andanças pela África, em nossas visi
tas a entidades culturais, em entrevistas, sempre procurávamos novos dados e
encontrávamos apoio. In loco era bem mais fácil, pois o africano, como o
brasileiro, dificilmente responde cartas. Assim os nossos agradecimentos:

Aos srs. presidentes das repúblicas de Malávi, Zâmbia, Togo, Burkina Fasso, Somália, Uganda, Ghana, Seychelles, Madagáscar, Senegal, Gâmbia, Costa do Marfim e respectivos ministérios da Informação e da Cultura. Os presidentes Senghor, Ahidjo, Siad Barre, Mangope, Sebe, Tombalbaye, Eyadéma, Sir Seretse Khama. A Sua Alteza o Príncipe Makhosini Dlamini, de Ngwane. Ao Primeiro-Ministro Matanzima, do Transkei. Ao Governo e Povo da África do Sul e à sua Embaixada no Brasil, que me permitiram uma visita demoradíssima e proveitosa por todo o Bravo País Boer. Aos embaixadores Assane Bassirou Diouf, do Senegal e Frederick Pretorius, da África do Sul. Ao General Mohammed Nur Gallal, assessor direto para Assuntos Militares do Presidente Siad Barre, que nos acompanhou gentilmente à área em conflito sob ocupação militar de cubanos e soviéticos em ajuda aos etíopes. Ao Conselheiro Don Andrea Romani, quem generosamente, apesar de sua avançada idade, nos acompanhou ao Baixo Shabelle. Ao General Michel Micombero, proclamador da República do Burúndi e seu primeiro presidente. Ao Embaixador Mário Gibson Barboza, chanceler da República Federativa durante a Administração Garrastazu Médici. Ao ex-Chanceler Azeredo da Silveira. Ao Prof. Arthur César Ferreira Reis, grande africanista brasileiro, pelos muitos livros enviados. A Mr. Ralph Clark, civil servant do Governo Real Britânico quem, quando em Ngwane, mandou muitas informações sobre o pequeno país e com quem escreveríamos, mais tarde, um livro, em inglês, sobre os Black Homelands.

Agradecimentos ao Prof. Dr. Alcides Abreu pela sua paciente e inestimável orientação.

A minha Família, pelo estímulo constante e insuperável paciência e tolerância...

Newton Sabbá Guimarães

R E S U M O

NINGUEM mais põe em dúvida que a descolonização da África Negra veio trazer um outro significado para o mundo de hoje, pela grande quantidade de Estados independentes, pelas vicissitudes porque têm passado e por sua contribuição para a história do mundo também.

Séculos de passividade, de lutas intestinas, de opressão e de silêncio, com o surgimento desses Estados, sofreram uma mudança radical e o silêncio foi substituído por uma incessante grita, que vinha de todos os quadrantes da África. Eles queriam, pela boa e ações de seus líderes e governantes, fazer-se ouvir. E o continente foi então chamado de muitas maneiras diferentes, de África imatura, de África jovem, de África cruel, a difícil África Negra e nem sei mais de quantas maneiras. Só não foi chamada de África, de Nova África, que precisava de quem a conhecesse e a compreendesse da melhor maneira possível também. Ela buscava desesperadamente um caminho, um caminho seu, que se ajustasse ao modo de ser de sua gente, de suas muitas nações, de seus povos e muitíssimas línguas.

A África Negra e sua compreensão é um trabalho muito árduo, de paciência, tolerância, impactos e desenganos também. É uma matéria complexa como podem ser as mais complexas. É que requer uma visão sobretudo humanística, e como tal acreditamos que deva ser feita com os olhos voltados para a idiosincrasia dos africanos. Ou as idiosincrasias do africano. Torna-se às vezes difícil a tolerância quando se nos deparam exemplos chocantes de brutalidade e violência, de antinomias gritantes, de teimosias que a nada levam, de destruição de velhas instituições e de experimentos por vezes perigosos, em substituição a modelos que pareciam estáveis e bem adaptados. Mas em nenhuma parte do mundo a política tem sido tão vibrantemente dinâmico do que em África. A política formal, exterior, para os olhos dos que estão de fora. Em contrapartida, sobreexistem velhas instituições que parecem estacionadas no tempo e, contudo isso, convivem com o presente.

E essa convivência nos ensina a tolerância para com a própria África dos jornais, das manchetes, dos noticiários e dessa tolerância, uma compreensão muito mais vasta, muito mais ampla: não é possível olharmos a África Negra com olhos apenas científicos. Resultaria um trabalho profundamente antipático e duro. É preciso olhá-la com humanismo. Foi a nossa proposta básica na tese Novos Estados em África, que antecedeu a esta outra, tese acadêmica de Doutorado, Novos tipos de Estados e regimes na África Negra no pós-colonialismo - Uma visão humanística, apresentada agora.

Um tanto à vol d'oiseau passamos revista pelo continente, a sua geografia e geologia, a sua etnologia, as línguas ali faladas, os muitos povos que a habitam e os muitos Estados que se criaram, sobre os escombros e ci

zas de velhos impérios e reinos, muitos deles encobertos pela lenda, pasto fértil do mito. O mito pervage a maioria dos Estados do passado africano. Já não havia deles a não ser restos quando os europeus chegaram e retalharam a terra africana, ganaciosamente, ambiciosamente, impiedosamente.

Depois, estudamos os movimentos de libertação, os grandes movimentos políticos que sacudiram - e encheram de sangue - a África. Vimos seus líderes, homens cultos, de muito mais sólido preparo universitário que a maioria dos governantes latino-americanos, força é dizê-lo, mas ao mesmo tempo homens duros, sempre prontos à vingança pessoal, à perseguição, ao autoritarismo mais exagerado. Passamos em revista, da maneira mais imparcial, a significação que eles tiveram no refazimento de uma Nova África, e não esquecemos as suas indecisões que, muita vez, mergulharam em conflitos os novos Estados. Essa parte e a seguinte, sustentam a nossa tese teoricamente de que existe um Estado Africano surgido da multidão de tipos diferentes de Estados e regimes e que esse Estado pode ser chamado sem qualquer erro de Estado Africano, isto é, um tipo de Estado, genérico, forte, diferente, que só vamos encontrar em África, ou, mais precisamente, na África Negra.

O estudo de casos, com o capítulo que o antecede, serve, pois, de sustentação teórica da tese. Os exemplos foram escolhidos, segundo a metodologia científica, aleatoriamente dentre uma colcha de retalhos que é o mapa político do continente. Curiosamente, os Estados de expressão portuguesa não foram contemplados e coincidem com aqueles cujos experimentos institucionais e modelos constitucionais são mais inexpressivos, falha quiçá da colonização portuguesa ou de ser a região a menos fértil em modelos institucionais. Não há demérito nisso, apenas mostra, uma vez mais, a diversidade que é a África.

Aparentemente volumosa, a tese, porém, é um resumo, um primeiro capítulo de um estudo que pode ser feito ainda mais pacientemente das instituições políticas africanas e não é de estranhar que, dentro de um ou dois anos, já novos modelos se juntem a esses estudados e novas conclusões possam ser apresentadas. Não há uma conclusão definitiva - o que é definitivo em Política e na vida das Nações e Estados? - mas propostas acadêmicas, fruto de uma dedicação de muitos anos à África Negra. Mas refugimos às conclusões sentimentais que abundam nos autores nacionais que tratam da matéria, como uma vinculação brasileira à África Negra, até onde vão as nossas influências e até onde chegam as influências deles em nossa terra. As teses do passado, que se ligavam umbilicalmente à hereditariedade e raça, estão, faz longo tempo, ultrapassadas. A visão hoje se prende mais a uma Kulturkampf, apesar de seu nome antipático, a um problema sociológico. Talvez alguns passos da tese possam parecer duros e até muito críticos. Se-lo-ão, mas jamais irônicos ou injustos. É a visão humanística de compreender a África, vendo-a como ela é, criticando o que deve ser criticado e sendo duro quando necessário. Nunca intolerante. Sempre tentando explicá-la, que é isso a Kritik kantiana. O homem está sempre presente nesta tese. O homo africanus e, com ele, a sua Weltanschauung. É o que tentamos explicar na tese.

Abstract

No one doubts that the independence of Black Africa brought a new meaning to world today, by its great variety of newly sovereign States, by the hardship they experienced and by the contribution to world history too.

With born of these States, centuries of passivity, internal strikes, oppression and silence, have been substituted by a general outcry. They wanted, through their leaders and rulers, to be listened to.., And the Black Continent has been styled in several ways: premature Africa, Young Africa, difficult Black Africa and so many others. But it was not called Africa herself, New Africa, that needed someone who tried to understand her in full. Africa searched, desperately, for a road, a way in which the many people, nations, so many languages, could find out at easy in order to pursue hte road towards future.

The Black Africa and her understanding is a hard work to accomplish, a work of patience, forbearance, emotional impacts and disillusionment too. It is a complex subject amongst complex subjects. And we need a humanistic vision to face and understand the African idiosyncrasy. Or the idiosyncrasies of the African. Sometimes it is difficulty to keep tolerance towards them when we face acts of brutality and violence, acts of bulheadedness that bring to nothing and antonomy and contradictions in their political models, changing stable institutions by new experiments. But in nowhere the political life has been so dynamic and aggressive than in Africa and this political life stikes our eyes in astonishment. In counter-part there are old institutions that live side by side with the new ones, a nice companionship of the old and the new.

And this tolerance teach us how to understand this Africa of news in epochmaking newspapers and newsmagazines and to have a broader understanding of Black Africa. We can not see Africa with a sicentific eye only, but to see her from a human point of view..

So we tried in a former essay, Novos Estados em África, and so we do now with this doctoral dissertation, Novos tipos de Estados e regimes na África Negra no pós-colonialismo - Uma visão humanística, that I present now.

We review this vast continent in a vol d'oiseau: the geography, the geology, the ethnology, the many languages there spoken, the people living there and the many States that there were born over the ruins and ashes of ancient kingdoms and empires, many of them covered by fantastic stories, an aliment to myth. Myth shapes the majority of such realms of the African past. They did not exist or were in shamble when the Europeans arrived and divided the immense African soil into pieces, ambitiously, pietlessly.

We studied the liberation movements, the great political movements that stirred up Africa, sometimes with blood bath. We saw her leaders, some of them learned people, with a better academic education than their Latin-American colleagues, but with a harsher temper, always ready to personal revenge, persecution and exaggerated authoritarian moods. We review their importance in a new Africa, in the building up of many states and did not forget that their indecisions sometimes sank their countries into troubles and frequent conflicts. This chapter and the next, the second and the third, support theoretically the basis of our dissertation, to prove that there is an African State, that is, a general kind of State emerged from a multitude of types of states and régimes and that it can be named an African State, strong, with a monoparty-system, different of all other kind of states that we can find only in Africa, precisely, in Black Africa.

The Study of Cases, with the former chapter, is therefore the basis of the dissertation. The examples were selected aleatorily amongst a multitude of states, a true patchwork quilt that is the present political map of Black Africa. Curiously, the African states of Portuguese expressions were not amongst these selected examples, but from the constitutional point of view they are less interesting maybe due to the Portuguese colonization that did not allow a better and flourishing development. There is no lack of merit in it, but it serves to confirm that Africa is in reality a variety of states and very surprising in any sense.

This dissertation, apparently a voluminous work of research, is but an abridgement, the very first chapter of a deeper research work on the political institutions of Africa, because there are so many things to study and consider. Afterwards, the models we present here, brand new models, may be old in a two years time and then new conclusions will have to be added. There is no definitive conclusion in this dissertation - which is definitive in Political Science? or the life of nations and states? - but academic results, fruit of a longtime devotion to Black Africa. We avoid any emotional conclusion, so often followed by Brazilian authors who have studied about these subjects, seeing a stronger linking between our own country and the African ones, due to our Negro contingent of Brazilians, to our past, and to our mixed nationality. The today vision of such problems, African development and building up of new states and régimes is quite a question of a Kulturkampf, notwithstanding its antipathic name, a sociological problem than a sentimental one.

Maybe some remarks will seem to be very severe and very critical of the African situation. Maybe, but never ironic or unjust. To understand Africa in all the complexity of the continent is an aim of this humanistic vision as we call it. Never intolerant, but always trying to explain it under a Kantian Kritik. Man is always and forever present in this dissertation, the homo africanus and, with him, his Weltanschauung. This we try to explain in this dissertation.

The Author.

I n d i c e:

	Págs.
Epígrafes.....	iii
Explicação necessária	v
Dedicatórias	vi
Agradecimentos	viii
Resumos	ix
Índices	xiii
<u>Introdução</u>	xv
Notas e referências à Introdução	xxx.

Capítulo I: A África Negra - da partilha pelas potências coloniais europeias, e antes, muito antes, à descolonização:

1.1. Uma visão geral da África. O que é a África?	3.
1.1.1. A África Negra: a terra e a gente. As rápidas e inesperadas transformações	6.
1.1.2. A África Negra: a terra e a gente. As rápidas e inesperadas transformações .II.....	12.
1.2. Uma tentativa de resposta	19.
1.3. Os Estados Africanos do passado: Dos grandes impérios aos Estados-cidades	22.
1.3.1. Os Estados Africanos do passado: Dos grandes impérios aos Estados-Cidades II.....	31.
1.3.2. Os Estados Africanos do passado: Dos grandes impérios aos Estados-cidades III	36.
1.4. O tribalismo e a sua força na formação política africana	42.
1.5. Os europeus. Os primeiros contactos. A cobiça europeia	47.
1.6. O resultado dos contactos entre brancos e africanos ..	52.
1.7. A partilha da terra africana e suas consequências.....	55.
1.8. Pensa-se no quebrar das cadeias. Movimentos de descolonização. A Libéria	63.
Notas e referências ao Capítulo I	65.

Capítulo II: Dos primeiros movimentos de emancipação à descolonização de todo um Continente:

2.1. O enfraquecimento das potências europeias. As guerras..	83.
2.2. O enfraquecimento das potências europeias. As guerras..	87.
2.3. Movimentos de descolonização, dos mais tímidos aos mais ousados	89.
2.4. Surgem os líderes e um novo pensamento político - In- tróito	98.

2.5.	Surgem os líderes e um novo pensamento político	101.
2.6.	Surgem os líderes e um novo pensamento político: a participação de Kwame Nkrumah	104.
2.7.	Surgem os líderes e um novo pensamento político: algumas outras figuras representativas	111.
2.8.	Surgem os líderes e um novo pensamento político: algumas figuras representativas - final	117.
2.9.	Não ao domínio europeu: Liberta-se a África Negra. O exemplo liberiano	131.
2.10.	Não ao domínio europeu: liberta-se a África Negra. O exemplo liberiano	136.
2.11.	Traça-se um novo mapa geopolítico	144.
2.12.	Dos territórios africanos fora do Continente	145.
	Notas e referências ao capítulo II	147.

Capítulo III: Em lugar das cansadas colônias, nascem muitos países independentes e outros em via de nascimento:

3.1.	A fragmentação do mapa geopolítico. Vista geral	168.
3.2.	A fragmentação do mapa geopolítico. Vista geral II .	171.
3.3.	Repúblicas e monarquias negras	175.
3.4.	O que sobrou dos impérios coloniais	180.
3.5.	O que sobrou dos impérios coloniais: a questão do antigo Saara Espanhol	181.
3.6.	O que sobrou dos impérios coloniais: a questão da Namíbia	184.
3.7.	O que sobrou dos impérios coloniais: a questão da Eritréia	191.
3.8.	Lutas e ideologias por uma nova África Negra	197.
3.9.	Lutas e ideologias por uma nova África Negra: os partidos políticos, as hesitações, as incertezas	200.
3.10.	A Nêgritude - o que é? Os novos partidos políticos e a negritude	204.
3.11.	A Negritude - o que é? O elogio de Léopold Sédar Senghor	210.
3.12.	O sonho do pan-africanismo	213.
3.13.	O sonho do pan-africanismo. Líderes principais	217.
3.14.	A busca de um Estado africano	225.
3.15.	Que regime seguir. As indecisões	229.
3.16.	As grandes conquistas e as grandes indecisões na busca da afirmação nacional	235.
3.17.	Em busca de novos caminhos	241.
	Notas e referências ao capítulo III	245.

Capítulo IV: A África Negra de hoje, sua contribuição para a história política do presente - Estudos de casos -

4.1. Tentativa de estudos de casos: apenas alguns Estados nesse fantástico mundo africano	259.
4.2. Tentativa de estudos de casos: A Nigéria, uma federação hesitante --.....	263.
4.2.1.A Federação difícil da Nigéria. Predominância do Norte. Receio de um domínio nortista	265.
4.2.2.Como se organiza o novo Estado Nigeriano. A Federação e o perigo de hegemonias regionais	268.
4.2.3.O fim de um Estado federal modelo e que Estado surgiu em seu lugar	270.
4.2.4.A Nigéria, federação ou sistema unitário? O que aconteceu depois da morte de Sir Abubakar Tafawa Balewa..	272.
4.3. Ghana, reinos internos e uma forte centralização	276.
4.3.1.O que é Ghana? Como se formou o moderno Estado ganense	278.
4.3.2.O tradicionalismo no progressismo em Ghana	285.
4.4. O Burkina Fasso e um reino medieval que não quer perecer	286.
4.4.1.Os partidos políticos no Burkina Fasso e a formação de um Estado unitário	289.
4.4.2.Como conciliar o Estado unitário com um Império tradicional dentro das fronteiras da República do Antigo Alto Volta?	293.
4.5. Africa do Sul, a multinacionalidade e os Black Homelands	294.
4.5.1.A valente "white tribe": uma república imperial	295.
4.5.2.O que é a África do Sul. Uma confederação?	300.
4.5.3.O que é a África do Sul. Uma confederação? - final	306.
4.5.4.O adeus ao apartheid e a criação de um Estado africano arquivado	310.
4.5.5.Apologia pro-Africa meridionalis	311.
4.5.6.Apologia pro-Africa meridionalis - finis	312.
4.6. Suazilândia, retrocesso em um parlamentarismo sui-generis	313.
4.6.1.O curioso Estado suazi. A pessoa do chefe do Estado....	314.
4.6.2.Um governo real e forte que substitui o parlamentarismo. Resquícios de uma aristocracia?	316.
4.7. A República Centro-Africana e a sua experiência monárquica	321.
4.7.1.A República Centro-Africana e as suas experiências institucionais sob Jean-Bedel Bokassa	325.
4.7.2.A presidência vitalícia nas instituições republicanas da África Central	327.
4.7.3.A instituição monárquica na pátria de Jean-Bedel Bokassa	329.

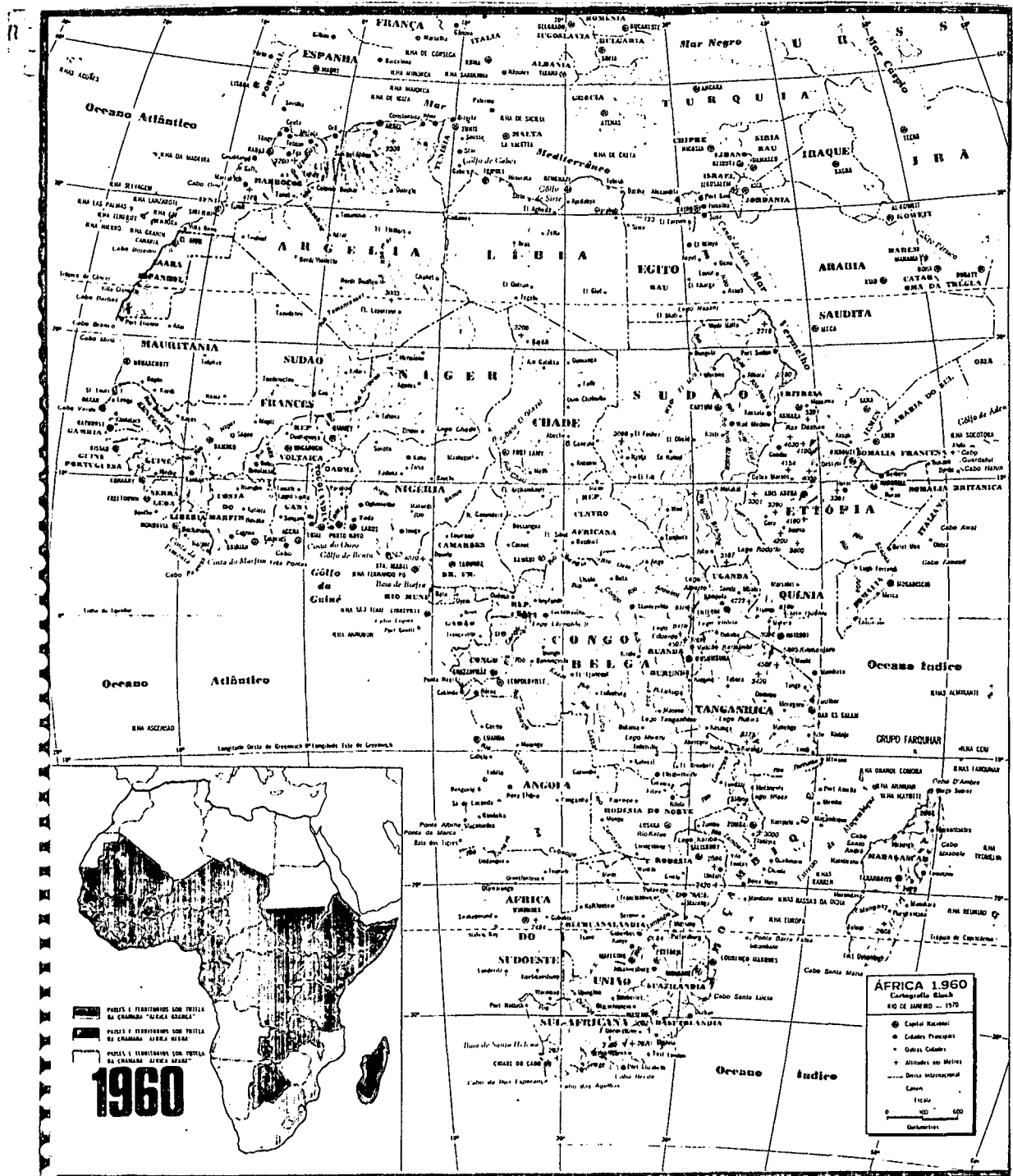
4.8. Zâmbia, a instituição semivitalícia da presidência e um velho reino indígena em seu seio	331.
4.8.1.0 velho reino de Barotselândia e a sua convivência em uma Zâmbia republicana e unitária	332.
4.8.2.0 Estado zambiano e o exaltamento do unipartidarismo.	336.
4.9. Maláui - o êxito da presidência vitalícia	340.
4.9.1.0 presidente-rei do Malávi e seu governo autoritário.	341.
4.10. Uganda, a dos muitos reinos e de uma fugaz presidência perpétua	345.
4.10.1.A estrutura federal de Uganda, a melhor da África Negra e a sua abolição	346.
4.10.2.Buganda, um Estado dentro de um Estado	348.
4.10.3.Do Estado federal às experiências seguintes	353.
4.10.4.A busca de um modelo ugandiano	354.
4.11. Camarões - escritas africanas e reinos indígenas	356.
4.11.1.Da organização dos miní-Estados-cidades dos Camarões e seu significado hoje	359.
4.11.2.Como se constituía um Estado-cidade nos Camarões e a sua posição dentro do moderno Estado republicano ..	361.
4.11.3.Uma revisão camerunesa	364.
4.12. Zaire - a luta contra o separatismo	367.
4.12.1.Ambição política, desinteligências regionais e separatismo	368.
4.12.1.0 que aconteceu ao Zaire	374.
4.13. A África Negra e o Brasil. Há uma influência brasileira em terras africanas?	377.
Notas e referências ao capítulo IV	380.

Capítulo V - F i n a l: A lição de uma experiência: caminho para as Conclusões desta Tese sobre os 'Novos tipos de Estados e regimes na África Negra no pós-colonialismo - uma visão humanística':

5.1. Soberania e o Estado Africano - o que são? Antes de mais nada uma pequena introdução ao tema	394.
5.1.1.Soberania e o Estado Africano - o que são? Palavras e susceptibilidades	399.
5.2. Sem saber ainda o que é Democracia	405.
5.2.1.Sem saber ainda o que é democracia - o substitutivo chamado nacionalismo africano	409.
5.3. O discurso democrático e a o problema da coerência e aceitação	413.
5.3.1.0 discurso democrático e o problema da coerência e aceitação - A sua fragilidade	417.
5.4. A África Negra e o futuro	421.

5.4.1.	A África Negra e o futuro - obstáculos e barreiras a serem vencidos	424.
5.4.2.	A África Negra e o futuro - obstáculos e barreiras a serem vencidosfinal	434.
5.5.	A África Negra e a sua caminhada entre os países do mundo	436.
5.5.1.	A África Negra e a sua caminhada entre os países do mundo - oscilando na bipolaridade	441.
5.6.	In Geschichten verstrickt - O retrato do novo Estado Africano	450.
5.6.1.	In Geschichten verstrickt - O retrato do novo Estado Africano - .Os.seus.contornos	452.
5.6.2.	In Geschichten verstrickt - O retrato do novo Estado Africano - Os seus contornos	454.
5.6.3.	In Geschichten verstrickt - O retrato do novo Estado Africano - finale	462.

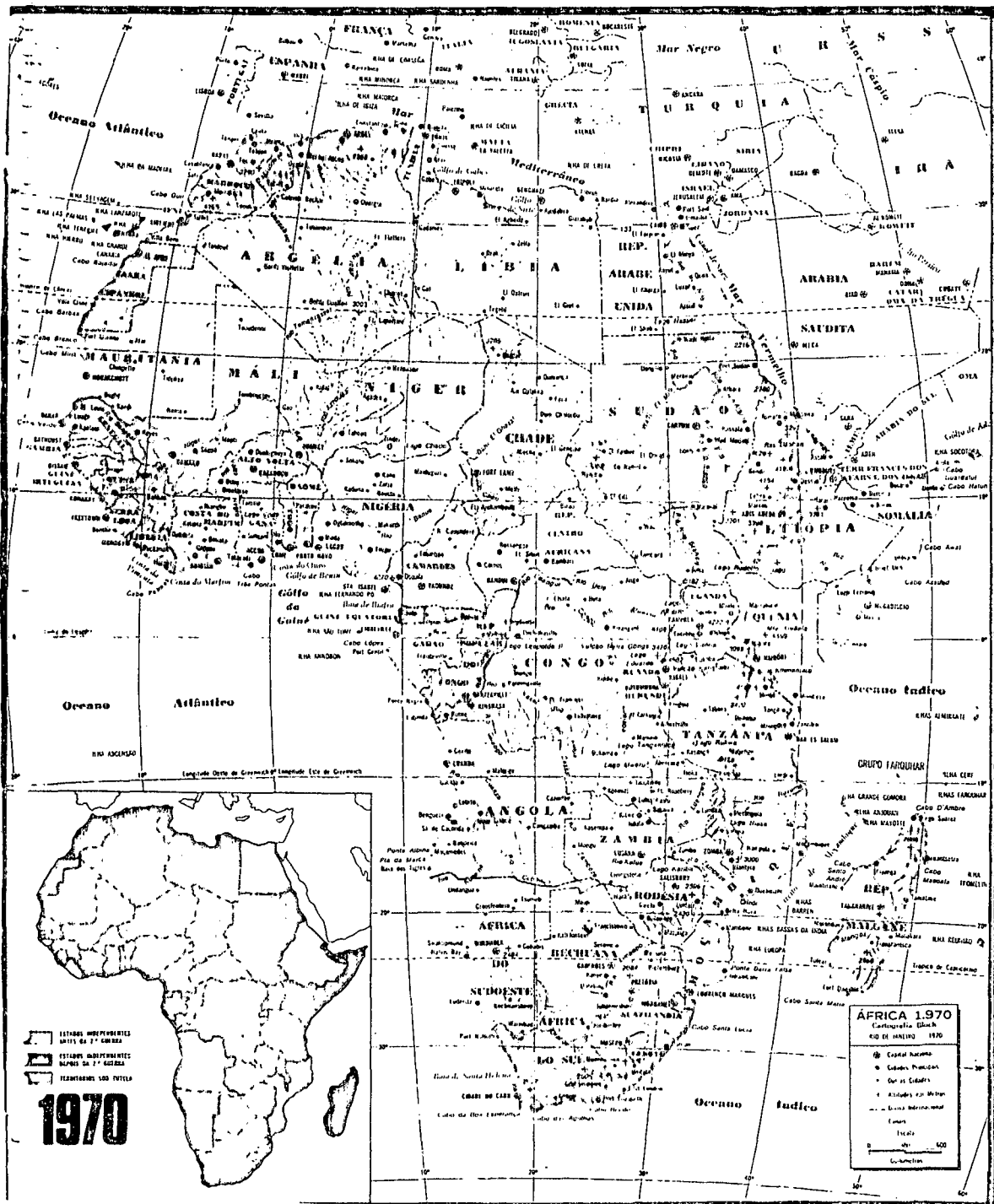
E, afinal, encerrando este V capítulo, e último da Tese de Doutorado, algumas conclusões.....	464.
Notas e referências ao capítulo V.....	470.
Bibliografia	480.
Invocação e fecho da Tese.....	493.
Apêndices e documentos	495.



MUDANÇAS

Bravos foi o mais triste exemplo desse estado de edificação permanente: dois milhões de mortos em dois anos e sete meses de guerra.

O velho colonialismo foi deposto pelo neocolonialismo. O domínio político deu lugar ao econômico. Vivendo dentro de fronteiras impostas artificialmente pelos europeus, no século passado, os 300 milhões de habitantes negros ao sul do Saara entram na década de 70 com a mais baixa renda média per capita do mundo (100 dólares anuais) e submersos por uma onda de disputas políticas, que não passam de projeções aumentadas das antigas lutas tribais fomentadas por interesses quase sempre alheios aos africanos.



I N T R O D U Ç Ã O

a

NOVOS TIPOS DE ESTADOS E REGIMES NA AFRICA NEGRA NO POS-

COLONIALISMO

- Uma visão humanística -

"We are, however, very conscious that Africa is at present passing through a period of very rapid change, which makes the interpretation of recent events exceptionally difficult".

Roland Oliver & Anthony Atmore in Africa since 1 800. Cambridge, Cambridge University Press, 1 977. p. vii.

I N T R O D U C Ã O

NOS últimos meses tem-se falado um pouco menos da África Negra do que em anos anteriores. As atenções do mundo voltam-se para problemas em outras partes do mundo: para Israel e a delicada Questão Palestina; para o chamado Mundo Comunista, agora passando por um período agudo de reformas, ainda muito tímidas, mas importantes o bastante para tirá-lo do fechado círculo em que esteve por tantos anos, e para a América Latina, com a queda das derradeiras ditaduras ditas de direita e a sua busca por um Estado democrático que convenha aos sul e centro-americanos. A África Negra é, aqui e ali, bastante lembrada quando se trata daquela parte que muitos estudiosos africanistas ainda teimam em chamar de África Branca, a do Sul, devido à sua população de origem européia, mas cujo regime é, como os demais do continente ao Sul do Saara, um experimento novo, como veremos na parte especial que lhe é dedicada, nos estudos de casos.

A bibliografia sobre a África Negra (doravante, escrever-se-á ou África Negra, ou simplesmente África, esta significando, porém, a Negra, que é motivo de nossa tese e das pesquisas nos diversos capítulos), cresce de ano para ano e em todas as partes do mundo há sempre alguém que se interessa por esses estudos.

Como todo assunto muito escolhido e muito discutido, há de tudo, desde os excelentes trabalhos universitários, frutos de demoradas e sérias pesquisas, muita vez in loco, em que os pesquisadores receberam ajuda de suas universidades e apoio do governo do país estudado, até trabalhos simples, de mera informação, nem sempre muito acurada. Há, ainda, aqueles que detratam a África, como há aqueles que a exaltam de modo exagerado. Há os estudos imparciais e há os escritos apaixonados. Por exemplo: consultamos uma dúzia ou mais de livros recentes sobre a África do Sul, em português, inglês, francês e italiano e, com exceção de Patrick Wall com o seu Prelude to Détente - An in-depth report on Southern Africa¹ e Si Walter Walker com O Urso à Porta de Trás², nenhum parecia compreender na sua inteireza o problema dos Black Homelands e da sobrevivência de todo um povo: a paixão lhes ditava o que passavam para o papel...

Reconhecemos que, quases todos os assuntos que têm por pano de fundo a África Negra, são geralmente polêmicos: a violência com que certos líderes agiram contra seus adversários ou contra seus povos, as vinganças pessoais, as sangrentas lutas tribais, a miséria mais negra enquanto governantes gastavam milhões de dólares com armamento moderno e sofisticado, as suas oscilações no campo da Política Internacional, a volubilidade com que mudavam de regimes (ora o mais westminsteriano dos regimes, com pluritartidarismo, líder oficial da Oposição, um juiz impecável de peruca branca empoada e toga ao estilo londrino ante quem o novo governante jurava defender a Constituição, tudo solenemente, austeramente, britanicamente; ora um regime autoritário, em que eram abolidos todos os partidos, chefiado por um militar inculto e saído das baixas fileiras do Exército, como analisamos no capítulo IV desta tese), as guerras de fronteiras, as guerras civis que duram anos e anos, as guerrilhas pela libertação de territórios que se repartiam em duas ou mais facções, inimigas umas das outras, o sonho mirabolante de alguns líderes, o histrionismo de outros, a barbaridade de outros, tudo eram motivos, reconhecemos, para que se olhasse a África Negra como um mundo exótico que, portanto, devesse ser tratado por escritores adictos ao exotismo.

O Autor não se considera de nenhum modo um Africanista, apenas um estudioso dos assuntos africanos. Africanista é uma palavra pomposa e que importa em grande responsabilidade e está muito defasada, muito vulgarizada, infelizmente. As palavras, pelo uso abusivo, perdem a sua maleabilidade e consistência, perdem os contornos e a força, e se esvaem lentamente e irremediavelmente. Tornam-se enfadonhas, pobres, inexpressivas, descoloridas e até ridículas. Africanista é uma delas. Faz mais de vinte e três anos que estudamos e escrevemos sobre a África e somam-se às dezenas os nossos artigos e ensaios, alguns que mereceram a honra de serem traduzidos ao ~~ki~~Swahili, ao somaliano, ao kinyarwanda, além de línguas universais como o árabe, o francês e o inglês. Em diversas ocasiões estivemos em África e foram também diversos os líderes africanos que entrevistamos e em livros³ estampamos o resultado dessas visitas e das entrevistas. Logramos mesmo a amizade de alguns ditadores e presidentes, quase todos muito desconfiados, simplesmente porque chegamos em África desarmados: queríamos ver a África e compreendê-la como ela é, e não com aquele olhar distante de compaixão ou piedade ou crítica ou proteção com que muitos vão até lá. Fizemos perguntas, discutimos livremente, não fingi simpatia por eles: tínhamos simpatia realmente. Aquele era um mundo curioso, fantástico, violento. O Chanceler Mário Gibson Barboza⁴, um dos mais clarividentes ministros das Relações Exteriores que nossa Pátria tem tido, culto, letrado, sensível, deu-nos algumas sugestões, ele quem servindo à incorruptível Administração do falecido Presidente General Emilio Garrastazu Médici, avançara na então tímida política africana do nosso País, começada por um homem hoje tão injustiçado, o Presidente Quadros.

Tivemos problemas e alguns até risíveis: o Primeiro-Ministro Matanzima, com quem tínhamos entrevista marcada desde Johannesburg, e con -

firmada, fez-nos esperar, abusivamente, por mais de quarenta minutos. Introduzidos ao seu sóbrio gabinete, protestamos, de modo polido mas firme, frisando que, como magistrado, jamais havíamos deixado quem quer que nos fosse visitar a esperar por sequer dois minutos, citando-lhe o dito francês de que "a pontualidade é uma característica dos reis". Ele então explodiu e despejou toda a sua ira contra a República Federativa que apoiava os colonialistas portugueses e que não reconhecia o Transkei, que mandava embaixadores arrogantes e despreparados que se fechavam no "círculo branco" e não conheciam sequer o quarteirão onde moravam e mil coisas mais, algumas bastante duras, que comunicamos em carta pessoal ao então Chanceler Azeredo da Silveira, continuador da obra gigantesca de Gibson Barboza.

De outra feita, antes de entrevistarmos o General Michel Micombero, presidente do Burúndi e o homem que derrubara a monarquia, surpreendemos um jovem capitão do Exército na casa que o Governo nos tinha dado. Ele possivelmente procurava algum documento, algum papel, sabendo que havíamos escrito e defendido a monarquia tutsi daquele país em diversos artigos e que não escondíamos a nossa simpatia pela causa monárquica. Procurou desculpar-se da estranhíssima intromissão e disse-nos que viera apresentar-nos cumprimentos ... em nome do Presidente. Incidentes assim, que raíam pelo ridículo, tivemos alguns, na Somália, na Etiópia, no Ciskei, em Bophuthatswana, no Transkei... No cômputo geral, eram contactos proveitosos, honestos e claros. E conhecíamos ainda mais aquele mundo estranho e mais o admirávamos, o que não nos impediu de mostrar, em artigos posteriores, grandes mazelas dos países visitados. Amigo de Platão, mas mais amigo da Verdade!

O problema da auto-afirmação nesses líderes em suas relações com os "brancos" tem ditado gestos não só inconsequentes mas dolorosos. Vimos a maneira com que um ministro de Estado na Somália tratava o seu assessor italiano: rude.

Outro ponto frequentemente repisado pelos soi-disants Africanistas é o da crueldade africana. É verdade, ela existe, latente, mas que povo não é cruel levado da paixão política, ou de qualquer paixão? O homem é o mesmo em todas as latitudes e somente uma boa educação, desde a mais tenra idade, lhe dará uma feição diferente. Não é o súbito guindar-se a uma posição alta que fará de um homem comum um gentleman em todos os sentidos. Não. O requinte é algo que somente se consegue com o persistente passar dos anos, através de gerações, através do exemplo e a esse respeito costumamos sempre lembrar o almoço com o filho de um velho Sultão somaliano. O jovem Sultão, cujo título era vedado usar por ordem do Governo republicano, socialista da Somália, chegou atrasado mas de modo tão polido se desculpou alegando que tivera problemas de trânsito (que trânsito em Mogadixo?) que os nossos companheiros para o almoço, o General Mohammed Nur, assessor para Assuntos Militares do Presidente Siad Barre e o Conselheiro Don Andrea Romani, ficamos encantados. Foi sempre gentil e havia em cada gesto seu o descendente de príncipes que, mesmo na pobreza e sem po

der político algum, mantinha a mesma linha e compostura que deviam de ter tido seu pai e seu avô que haviam guerreado contra os Exércitos de Sua Majestade Britânica e do Duce. Falava sempre com tanta bondade que todos o ouviam atentos e ele mesmo criticou a violência, a crueldade. "Nenhum governante que pretenda ser julgado imparcialmente pela História, pode dar-se ao luxo de dominar-se pela paixão e pela crueldade", ele sentenciava, no final de nosso encontro.

Fala-se da vingança africana, que tem prejudicado até mesmo muitos governos desses países jovens, desestabilizando-os. Entre eles, a vingança tem mais características tribais do que políticas, como entre nós, da chamada América Latina... São efetivamente muito vingativos. Quando Siad Barre se adonou do poder, perseguiu intarnsigentemente os seguidores do assassinado Presidente Ali Shermake, que pertencia a outra tribo e era de outra região do país e, enquanto estávamos no país aparentemente em paz, houve uma tentativa de rebelião, em 1978, liderada por oficiais do Exército que queriam uma maior abertura do regime e uma aproximação com o Ocidente. Muitos deles acusados de "direitistas", foram sumariamente condenados à morte e executados em praça pública, para escarmento. Muitos eram nossos conhecidos e com eles tínhamos tido conversações dias antes. Na verdade, por detrás de tudo aquilo, está a luta declarada pelo poder entre etnias do Norte e do Sul, entre os marehan, etnia sulista a que pertence o Presidente e que tem em Khadidja, a esposa mais velha do governante, o cérebro e o sustentáculo e os partidários do poderoso ministro da Defesa, General Mohammed Said Samantar, que faz parte de uma minoria nortista, dos ishaak. O assunto é tão intrincado e tão palaciano, pois envolve como figura trágica, hamletiana, o moço Coronel Maslah Barre, filho do Presidente e seu herdeiro presuntivo, que se torna difícil uma análise rápida.

O tribalismo na maioria dos novos Estados soberanos da África Negra é, ainda, o ponto crucial de muitas questões. Não é verdade, como afirmam governantes africanos em discursos e entrevistas, que o tribalismo foi varrido do seu solo. Não é verdade, repetimos, de nenhum modo é verdade. Está latente sob aquela superfície tranquila que alguns Estados apresentam e basta um leve raspar de unhas para que ele exsurja, violento, acirrado, implacável. Somente com mais umas duas ou três gerações, com formação de elites supra-étnicas e uma intensa campanha de âmbito nacional, é que o tribalismo poderá não bater em retirada, mas ceder lugar à formação de novos Estados-nações. O Presidente Siad Barre, um líder inteligente e conversador, na longa entrevista que nos concedeu⁴, dizia que em seu país não havia tribalismo, que isso era pura invenção dos brancos, dos "imperialistas", dos "inimigos da África Negra", e outras coisas. Poucos dias depois, estoura a rebelião, que se repetiria em mais violência em 1982 e 1987, esta última, em 25 de junho, quando o Presidente estava na Europa e sufocada pelo Coronel Maslah, de que resultou no fuzilamento de oito ex-dirigentes, acusados de alta traição.

Um outro ponto delicado a discutir com imparcialidade é se foi assim tão má a colonização européia, se ela só trouxe infelicidades para es-

ses povos. Aqui, é preciso o máximo de neutralidade científica e de rigor na apreciação. Uma tese acadêmica não é folheto de propaganda, nem reportagem jornalística. É o fruto de leituras aprofundadas, de muita observação, de pesquisas em diversos setores, de análises de documentos muitos deles antagonísticos entre si. As tendências pessoais do pesquisador ficam de lado, enquanto o que tem que aparecer é o resultado o mais neutral possível de suas pesquisas. Houve colonização má e colonização boa. O colonialismo trouxe, com efeito, uma chaga incurável para a África: a partição arbitrária, que separou artificialmente povos irmãos entre dois ou mais Estados quando veio a independência. Outras vezes não se pode falar de separação pura e simples como no caso dos haussa, dos tuaregh, dos malinké, dos peulh, dos móssi, dos tutsi e dos hutu, entre tantos mais. Eles são grandes povos, grandes nações que se não limitaram a um pequeno território geográfico e foram além, para onde a sua ansiedade os levava. Ou a sua sede de dominação. Exatamente como aconteceu com as nações de língua quechua, aimara e tupi-guarani em a América Luso-Hispânica. Poder-se-ia dizer que os quechua foram brutalmente separados no Peru dos seus irmãos do Equador ou dos seus irmãos bolivianos? Não, seria tolice consumada, seria desconhecimento de fatos que a antropologia estuda na questão das migrações e a etnologia explica no que tange à composição e formação de tribos em um sítio geohistórico determinado. Os haussa, por exemplo, são um povo forte, miscigenado, arrojado e valente. Eles ajudaram a forjar grandes impérios no passado e tem o espírito de aventura: gostavam de viajar de um lado para o outro. E os tuaregh, de raça semítica, segundo alguns, camitas segundo outros, possivelmente um dos povos mais independentes da terra, amantes das vastidões, valentes a mais não poder, atrevidos, incapazes de serem peados e limitados, corriam por todo o Grande Deserto e chegavam à Mauritânia, ao Níger, à Nigéria, ao Mali, ao Alto Volta... Como criar um Estado pan-regional para essa gente? A partição dos impérios europeus não os afetou, como os não afetou a independência de tantos Estados negros onde estão hoje em dia, algumas vezes dando dores de cabeça, outras colaborando pacificamente.

Seja como for, a partição é que foi o grande mal. O maior de todos. Depois, o não terem criado elites político-administrativas que substituíssem um dia os coloniais. Também, eles não foram previdentes e não pensavam que os Impérios rolariam e que a África Negra despertaria de um longo sono centenar. Egoísmo, imprevidência, obtusidade, desprezo, imediatismo, nenhuma antevisão do futuro? É difícil de lançar a primeira pedra.

Por outro lado, tornaram escritas línguas secularmente ágrafas, levaram princípios de higiene, disciplinaram a indômita indisciplina dos tribais, puseram ponto final às tremendas guerras intertribais que devastavam populações inteiras, criaram escolas e fundaram hospitais. O Autor desta tese pôde ver construções gigantescas em diversos países negros, maiores do que a maioria dos prédios públicos em nossa Pátria, construções fortes e bonitas que abrigavam o funcionalismo colonial e que seriam mais tarde

seriam usadas pelos novos governos. Ensinou aos africanos a conservarem os objetos mais raros, criando museus e lançando uma semente cultural inapreciável. Mesmo os alemães, tão mal julgados na sua experiência colonial, fizeram obras que ficaram, eles construíam para a eternidade como diz, comovidamente um autor, implantaram a disciplina militar férrea que se estendia a todos, nativos e alemães, e esses edifícios ainda se podem ver espalhados pelo Togo, em Duala, em Windhoek como escreve Hermann Leu-Grieder⁵, com admiração "scheinen für die Ewigkeit gebaut zu sein".⁶

A maioria dos colonizadores estabeleceu barreiras raciais e isso foi, realmente, odioso, mas é bom que vejamos isso unilateralmente. Os pretos também opunham barreiras não apenas aos europeus, mas ainda entre si e todos sabem que, em Uganda, por exemplo, os baganda se julgavam superiores aos demais grupos étnicos da hoje República de Uganda, pois tinham um reino bem estruturado, uma velha Casa Dinástica, muitos sabiam ler e escrever e seus príncipes eram benquistos dos europeus. Naquela região que David Williams⁷ chama de Hausaland, os filhos dos emirados e sultanatos bem ao Norte, Kano ou Sokoto, olhavam com soberano desprezo para os seus criados que vinham do Sul do território e não falavam a mesma língua ou não eram, como eles, muçulmanos. Os batutsi desprezavam os bahutu e os espezinhavam mais do que jamais um colonial britânico ou belga ou francês ou português espezinhara os nativos de suas colônias. O racismo, revoltando sempre, é uma manifestação petulante e patente do etnocentrismo e que povo, vis-à-vis outro povo, não participa e pratica essa forma de auto-affirmação? Na África do Sul, tão maltratada pela imprensa internacional, acontecem casos de repulsa mútua que espantam até as pessoas mais controladas e frias e Ellen e Attilio Gatti contam casos interessantes e até cômicos que vale a pena ler, para edificação, no seu livro A África de Hoje.⁸

Maus tratos houve, isso sim, houve muito. Trabalhos forçados, horários rígidos, disciplina a que não estavam habituados os filhos da África, tudo isso foi shocking, para usar de uma expressão tão a gosto dos britânicos. Mas os coloniais estavam sujeitos à mesma férrea disciplina. Depois, o africano é por índole indisciplinado no que muito se parece ao brasileiro. O que ele pode fazer amanhã, não faz hoje. O clima ajuda, as facilidades, a beleza da paisagem, os rios, a fertilidade do solo. O Autor viu como agiam os nativos de algumas aldeias e aquela indolência, mesmo para quem tudo tenta compreender em África, não deixava de causar profunda má impressão. Aquela rígida disciplina era necessária. Mais tarde, quando os "brancos" saíram, e entraram os novos dirigentes, ao invés de uma rigidez a que se sujeitavam todos, senhores e empregados, esta só era aplicada aos filhos da terra e não aos novos senhores, pretos como eles, mas mais distantes, mais duros, mais impiedosos, deixando lavrar solta a corrupção que atingia maiores índices em um ano de nova administração do que em muitos anos da administração colonial e que causava espanto mesmo aos maiores defensores da nova ordem?

Nenhum colonizador jamais foi tão duro com o nativo do que por exemplo o ditador Don Francisco Macías Nguema Biyogo Ngué Ndong, derrubado em 3 de agosto de 1979 e logo fuzilado, para o seu povo guinéu-equatoriano: ele praticamente reduziu a população do país a pouco mais da metade pelas matanças intertribais, pelas perseguições políticas, pela opressão econômica, pela emigração forçada, pela miséria, pela fome. Ou o caso do arquifamoso Idi Amin Dada, uma figura tristemente célebre nos anais da história africana atual, ou Milton Obote e seu vingativo "Crush Buganda and the Kabaka!", ou o auto-intitulado Lincoln da África, o General Yakubu Gowon, ou o hoje mártir Patrice Lumumba dando origem às violentas guerras tribais no Katanga.

Como esquecer isto tudo?

É mais fácil atirar às costas do europeu, que explorou o mais que pôde o continente africano, do que dizer algumas coisas que podem abrir feridas. As pessoas, lamentavelmente, parecem mais unidas quando participam do ódio contra alguém. Há uma estranha solidariedade no ódio, quiçá mais forte do que a solidariedade pela justiça social, pela verdade, mesmo porque verdade e justiça podem tomar mil diferentes vestimentas, enquanto que o ódio é quase sempre terrivelmente transparente, mesmo que o vistam multicoloridamente e que o tentem dissimular o mais que possam.

Muito acertadamente Rogério de Lima no seu forte e másculo

A Outra Verdade¹⁰, pôs o dedo na chaga ao escrever:

"A África ressent-se sobremaneira dos ritmos de evolução que lhe são impostos por homens ou organizações que por ela não têm o amor que apregoam, nem sequer aquele interesse austero que os levariam a gastar um mínimo de atenção ao ajuizarem das velocidades possíveis do progresso. Ultrapassando com fria indiferença o seu fôlego, aniquilando as suas potencialidades numa corrida tragicamente "dopada", encolhem depois os ombros às convulsões africanas todos esses que a quizeram incitar irresponsavelmente: políticos de reduzidos escrúpulos, medíocres fabricantes de opinião pública, grupos econômicos com propósitos nem sempre confessáveis, simples aventureiros ou irrequietenos mercenários" - in op. cit. p. 26.

Uma acusação velada à precipitação com que se faziam as coisas em África, mas ao mesmo tempo uma grande verdade: a irresponsabilidade de muitos, brancos e pretos, europeus e africanos, colonialistas e nativos.

Vimos, igualmente, que muitos países que hoje ostentam pomposos nomes que relembram velhos impérios e civilizações do passado, são meras criações dos europeus e suas partilhas, e que os novos governantes aceitaram sem tergiversar. Por que?

Ingenuamente acreditava-se que, com a independência política todos os problemas, estariam sanados. O negócio primário era expulsar o odioso colonizador, o explorador "branco" e tudo o mais se resolveria. Era um pensamento do Dr. Pangloss esse e de seu fiel discípulo Candide. Só que muitos não sabiam ou se sabiam preferiram calar, por ambição, por cupidez, por desejo de poder ou por irresponsabilidade moral. Alguns líderes, especialmente dentre aqueles malsinados de "europeísmo" e conservantismo, como o Presidente Senghor, tiveram a coragem moral de alertar que a independência não era tudo, mas que era preciso que se fizesse uma demorada preparação para a independência e depois de muitos anos ainda dizia com uma certa tristeza, referindo-se ao passado recente, que a independência não era tudo e na sua magnífica entrevista de 16 de janeiro de 1984, confirma a "Time"¹¹ essa posição.

A corrupção campeia pela África Negra em níveis quicá mais alarmantes do que na América do Sul, os gastos exagerados dos governos, as inimizades tribais tudo são motivos para que os Estados se sintam desgastados antes mesmo de cimentarem uma experiência. Os governantes gastam muitíssimo e em pouco tempo amealham fortunas consideráveis. Pesam acusações muito sérias contra antigos governantes africanos como Mobutu, do Zaire; Bongo, do Gabão; Siad, da Somália e Jawara de Gâmbia, entre outros.

As guerras civis exauriram muitos tesouros e isso foi muito sério para a manutenção de governos em Estados que pareciam sob todos os pontos de vista estáveis.

Depois, há o inchamento das cidades, o êxodo rural feito sem programação, desesperadamente, a-ta-ba-lho-ada-men-te, o que causa, por sua vez, graves problemas ao governo: são focos de miséria urbana, nascimento de shanty towns, de favelas misérrimas, de tugúrios, de prostituição, de marginalidade e criminalidade, crescendo-se a isso que novos problemas raciais e linguísticos surgem daí. Como estudamos no correr da tese, raros são os Estados em África que possuem uma única língua nacional.

Novamente, entra aí a questão das divisões tribais, mesmo nas grandes cidades, devido a sua composição étnica. E o pior é que isso é muito mais frequente do que se possa imaginar. Ele está presente, muito presente na vida dos nossos amigos africanos e na longa reportagem de Russ Hoyle para o "Time", edição de 16 de janeiro de 1984,¹² escreve algo dramático e cita, no final o Presidente Moi, do Quênia:

"But perhaps the most disturbing trend in Africa's postcolonial experience has been the continuation of tribal conflicts that have bedeviled the best-intentioned efforts at nation building. Kenya's Moi, a member of the minority Kalenjin tribe, calls modern Africa's tribal strife "the cancer that threatens to eat out the very fabric of our nation" - ed. cit.

Fala-se com muita frequência de governos fortes, fracos, instáveis em África, assim como regimes direitistas, esuquerdistas, moderados, de centro etc. Mas eles não têm firmeza nessas posturas: podem, no ano seguinte, ou mesmo no mesmo seguinte, dar uma guinada de noventa graus.

Nos muitos anos que vimos estudando a África Negra e sentindo o seu fascínio, essas mudanças bruscas é o que mais nos surpreende, muito mais do que as eternas discordâncias tribais. Por que tantas hesitações, e tantas oscilações, e tantas mudanças?

Foi lendo muito sobre a África, entrando em contactos com seus líderes, situando-os em seu tempo, suas origens, suas tribos e educação, e visitando-a em diversas oportunidades, que pudemos compreender melhor porque essa instabilidade, que tanto fere aos europeus e aos americanos. Uma tentativa de resposta seria que eles buscavam um Estado que mais se adaptasse às suas necessidades e idiossincrasias e, mesmo usando modelos aparentes importados da Europa e dos Estados Unidos, eles queriam um Estado africano.

Não é uma resposta assim tão simples e ingênua como parece. Através do casamento entre o tradicionalismo e novos modelos, de experimentos no pluripartidarismo que os europeus queriam a fina força deixar em os novos Estados ao unipartidarismo que quase todos escolheram, quando não estavam dominados por regimes militares. Isto é, os europeus quando deixavam as antigas colônias queriam que elas fossem arrumadas como as velhas democracias europeias, como os Estados democráticos, onde mesmo as divisões linguísticas não conseguiam sobrepairar ao entranhamento democrático e pluripartidário, como o revezamento dos partidos no poder, como na Bélgica, na Grã-Bretanha, na Itália, na França, em Portugal e na Espanha.

Ora, isso não era possível. A tradição do pluripartidarismo, apoiada pelos europeus, não tinha raízes em África. Eram os coloniais quem a impunham como forma de manter regiões desunidas de regiões, pois os partidos eram sobretudo regionais, tribais ou étnicos e só raramente pan-étnicos, pantribais, panregionais.

Aliás, Wole Soyinka, um conhecido escritor nigeriano, dramaturgo e mais tarde Prémio Nobel, já alertava com tristeza que o grande mal da visão de europeus e americanos é que eles insistem em mesurar a democracia em África, assim como os seus Estados e regimes pelos padrões de medida na Europa e na América, uma crítica afinal muito justa.

Não se pode pretender também que esses novos Estados tenham economias rigidamente delineadas e que sejam rotuladas dogmaticamente de livre-empresa, socialista, mista etc. Não é possível. A ingerência do Estado na vida brasileira, por exemplo, é excessiva e o Governo controla muitos setores de modo absurdo, mas quem ousaria apontar-nos como um Estado socialista? Os tenazes defensores de um Estado socialista para nós, pelo contrário, acham que somos um Estado terrivelmente capitalista... Assim é África, e mais acentuada mente pelo significado que o chefe ainda tem naqueles países.

Muitos líderes africanos foram seduzidos pelo socialismo doutrinário, mas tiveram que aceitar as vantagens de maiores contactos com o chamado mundo capitalista, em que a iniciativa privada e o sistema de livre comércio era dominante. A África depende muitíssimo de ajuda externa e não adiante dizer que ela é muito rica potencialmente, que possui grandes riquezas em seu solo, terras férteis, muito espaço etc. se não tem com o que desenvolver isso tudo. São potencialidades que jazem escondidas, como tesouros de bucaneiros no fundo do mar e para nada servem. Quando a União Soviética tentou imiscuir-se nos assuntos africanos, vários Estados pediram-lhe ajuda massive, maciça, como eles diziam. E a ajuda não veio, pois a União Soviética tem um imperialismo militar, que se restringe a apoio militar, a promover guerras de fronteiras ou sufocar movimentos nacionais de libertação, como vimos na Etiópia e apontado por Gérard Chaliand no livro A Luta pela África.¹³

Como classificar, pois, tais Estados e tais regimes?

Se quisermos adotar parâmetros ocidentais, certamente não saberemos como classificar tais Estados.

Eles experimentaram de tudo desde uniões comerciais entre países vizinhos, até alianças presas pela língua, francesa ou inglesa, ou partiram para experimentos regionais ou se mantiveram em commonwealths ou communautés internacionais e isso no campo externo. Internamente, esses países passaram de um para outro experimento também facilmente, sem encontrar aquele que lhes servisse de facto, salvo também alguns exemplos bastante louváveis.

Defendemos assim um Estado africano, com um regime político que se adapta às tradições, à história, à cultura e à maneira de ser dos africanos, por mais excêntrico que possa parecer.

É o Leitmotiv da nossa tese, neste ponto inovadora. Não analisamos a África Negra, e aqui vale repisar mais fortemente, a África Negra, pelos moldes europeus, pelos moldes americanos ou pelas nossas experiências, as brasileiras.

E, agora, duas palavras rápidas sobre a

M e t o d o l o g i a

Dividimos a tese em cinco partes, chamadas capítulos, com diferentes itens cada um. Para que se possa situar bem a questão dos novos Estados africanos, demos muita ênfase, como base do estudo, a parte antro-po-geo-histórica e dispensamos alguma atenção ao problema linguístico, sem o que não é possível entender porque tantas divisões absurdas em África. Assim como no Oriente Médio não se pode prescindir de uma análise do problema religioso, em África não se possui nenhum conhecimento da questão dos Estados e sua instabilidade sem uma análise mesmo superficial do seu lado etnolinguístico.

A uma primeira vista poderá parecer excessivo que tenhamos dedicado dois capítulos enormes ao problema, antes de adentrarmos na questão dos movimentos de libertação, das ideologias, dos grandes líderes sobre cujos ombros pesou todo um grande movimento, o maior de massas deste século de tantas coisas admiráveis.

Um quarto capítulo sustenta a tese, através de um detido exame de casos, feito não de acordo com as nossas preferências, mas aleatoriamente, para manter a neutralidade que nos propomos desde o início. Foram estudados Estados federais, de regimes monopartidários e pluripartidários, de tendências ocidentais e esses insistentemente chamados de "esquerdistas" pelos homens de imprensa do Ocidente. Sentir~~nos~~-nos-íamos mais à vontade se só tivéssemos estudado os países ditos "direitistas", pelas nossas visitas mais amiudadas, pelas amizades conservadas ali. Mas observamos sempre o que nos propusemos desde que apresentamos o tema ao eminente orientador de tese, Prof. Dr. Alcides Abreu, que o aceitou prazenteiro.

O quinto capítulo são as nossas conclusões.

No momento em que um Estado dentro da modernidade aceita, tacitamente, a manutenção da tradição em sua estrutura, cria-se um novo tipo de Estado, que pode vir a ser um mostrengo ou um experimento novo, digno de estudos e até, quem sabe, podendo servir de modelo futuro, neste mundo tão conturbado. Citando o Prof. Dr. Alcides Abreu, em uma de nossas entrevistas, diríamos que a "África apresenta ao mundo uma lição de coexistência", se bem que nem sempre pacífica, mas, de qualquer modo, coexistência.

Temos um arquivo imenso sobre a África Negra, cuidadosamente arrumado através dos anos, assim como cartas de líderes africanos, alguns já mortos, outros ainda vivos e uns dois ou três ainda no poder. As mais interessantes desse acervo gigantesco estão apenas no final da tese, com a devida permissão de seus signatários. Escolhemos apenas algumas, que podem explicar certas posturas, mas só do pranteado Presidente Kayibanda há um monte delas e foi mais tarde, depois de sua morte, que pudemos reconstituir muito do seu pensamento político para uma série de artigos e para ampliar o seu elogio, escrito em latim e que mereceu a sua aprovação, "Presidens Gregorius Kayibanda, Dux Rwan-dae, Pangyricus Pro Vita Sua, ex Neotonii Sabbath Vimaransensis fragmentis excerpta"¹⁴

A bibliografia sobre a África é imensa, como escrevemos acima, e não há ano em que não surjam novos livros. Mas a África Negra muda muito, com uma celeridade que às vezes nem é possível acompanhar, estando assim, como estamos, à distância. Escrever para embaixadas e departamentos culturais em África é uma aventura cansativa: eles quase nunca respondem. As embaixadas brasileiras, onde as há, também não respondem cartas nem ajudam na pesquisa, pelo menos desde o advento da República Nova. Antigamente, quando se vivia nos dias da Revolução, o ainda existente respeito à hierarquia, exercia alguma influência sobre o nosso orientalismo multissecular.

Precisávamos de dados recentes sobre alguns regimes vigentes e dos primeiros que se instalaram na Nova África, entre eles o do Life Presidente Dr. Hastings Kamuzu Banda, do Malávi. Escrevemos ao ministro da Informação, mas nada veio. Importunamos até mesmo o venerando chefe, quase nonagenário, mas ele, quem sabe pelo avançado da idade, não nos respondeu, como fizera fazia uns bons dez ou mais anos. Em um último e desesperado esforço, escrevemos ao Chanceler Roberto de Abreu Sodré quem, até o momento em que se escreve esta introdução, não havia respondido a nossa pergunta e que visava uma análise mais profunda sobre a participação brasileira em África. Mesmo que pareça puro saudosismo: que saudades daqueles dias da Revolução de Março de 1964, quando tudo se tentava fazer, mesmo que nem sempre acertadamente, mas de qualquer forma bem melhor do que o silêncio que hoje desce sobre tantas inquietações!

As bibliotecas brasileiras, pelo menos as nossas em Florianópolis, carecem de bons livros recentes sobre a África atual. Há um acervo muito grande de livros tendenciosos, pura propaganda sobre a ação cubana na Etiópia, na Somália, em Moçambique, em Angola etc. Tudo superficial, de jornalismo marrom, que se não quadra com a seriedade de uma tese. Que ninguém nos diga que foi benéfica a ajuda soviética à Etiópia depois do que vimos no Ogaden e em Adis Abeba!... Vimos, não nos contaram, vimos tão de perto como estamos a ver este teclado da máquina em nossa mesa de trabalho.

Uma explicação final sobre aquilo que consideramos África Negra e que talvez destoe da classificação de muitos que nela incluem a Etiópia, a Somália, o Djibúti, a Mauritânia e até mesmo o Sudão.

Foi muito pensada esta exclusão pelos fatos que expomos:

O antigo Império da Etiópia, hoje a Hebresabawit Yatopya, ou República Popular Democrática da Etiópia, um imenso país de 1.223.600 kms² e 42.169.203 hbts., está a noroeste da África, tem como língua principal uma língua semítica, o amhárico e boa parte de sua população, entre os amaras, é de semitas e camitas. As suas ligações no passado foram mais com os Estados Arabes do que com o resto da África Negra ao Sul do Saara. Nenhum país daria no passado maior exemplo de um Estado complexo do que a Etiópia, isto até o último Imperador, o Negus Negushti Hailé Selássié I ser deposto. Mudou por completo a estrutura político-administrativa. Preferimos deixar de lado por ser um Estado semítico-camítico, e não negro, no sentido em que o antropólogos veem o resto da África.

O Djibúti, racialmente está mais ligado à Etiópia e à Somália do que ao restante da África e politicamente ele é um membro da Liga dos Estados Arabes, com a língua árabe como sua primeira língua, ao lado do francês. Seus vínculos mais estreitos são com os países árabes, de que aliás ele está muito próximo: do outro lado da sua costa está a famosa Porta dos Suspiros, ora essa Bab-el-Mandeb é já a porta de entrada do mundo árabe, do outro

lado do mar Vermelho, com os dole Iêmens e a Arábia Saudita. A Somália poderi a ser, a Noroeste, uma ponte de ligação entre a África Islâmica e a África Negra e, culturalmente, ela o é, até certo ponto pois muito da sua população do extremo Sul apresenta traços culturais muito semelhantes aos dos quenianos. Mas a sua participação termina aí. A Somália tem o árabe como segunda língua oficial, é quase que inteiramente muçulmana sunita, que é a religião do Estado e postula a sua entrada na Liga Árabe. Os somalianos são em sua maioria camitas e aparentados com os etiópicos e, salvo aquele pequeno ponto de semelhança com os quenianos, bem diferentes do restante da África, mas a posição que o país ocupa bem que permitiria que ele se tornasse uma ponte entre o Mundo Árabe, ou a África do Noroeste e a África ao Sul do Saara. É um dos poucos países em África dotados de uma língua nacional e de uma assombrosa homogeneidade racial, exceto na região das fronteiras com o Quênia.

Um grande entendido em África, Hubert Deschamps, no seu livro Peuples et Nations d'Outre-Mer¹⁵, chega a dar uma classificação que, em parte, acolhemos, quando fala de uma "Afrique nilotique" que ele divide em duas partes distintas, uma cobrindo o vale do Nilo e o maciço etiópico, cercados de desertos. De um lado estariam o Egito e grande parte do Sudão arabizado e de outra a Etiópia e os "países somalianos", como chama.

O Sudão, efetivamente, pertence a dois mundos, o árabe e o negro. Um é islâmico ou islamizado, tendo o árabe como língua única ou principal e o outro dividido em dezenas de tribos pagãs, com línguas diferentes, sem nada de islâmico ou de árabe. As tribos pagãs, negróides como a chamam os africanistas, têm traços europóides e são aparentadas com as tribos camitas da Etiópia e da Somália. Por sinal é muito difícil para um estrangeiro distinguir se não conhecer-as línguas um sudanês do Sul, um etíope ou um somali.

Do outro lado, já na Faixa do Sahel, encontra-se a Mauritânia, um traço de união entre o mundo árabe e os negros do Sul do Saara, assim como os costeiros saharauhi, cujas vinculações se prendem ao Norte da África ou Maghreb e não à África Negra. Tanto a Mauritânia como o Saara Ocidental são países islâmicos, tendo como língua oficial o árabe, maioria sunita e culturalmente ligados ao Mundo Árabe. Até os seus problemas dizem mais respeito aos países árabes do que ao resto da África Negra. O sul mauritano é negroide e tem semelhanças com os povos do Málí e do Senegal, que também sofreram forte influência mourisca e muitos deles conservam mesmo traços marcadamente mouriscos.

Culturalmente, pertencem a outro mundo.

Eis o motivo porque os deixamos de lado ao falarmos de uma África Negra.

E por que a inclusão da África do Sul? Ora, os motivos são mais do que óbvios: a África do Sul está dentro do mundo negro e há muitas nacionalidades negras em seu território, ainda que aquilo que se convencionou chamar de Republiek van Suid-Afrika seja de origem européia. Ela não pode ser afastada do continente negro pelos muitos motivos que estudamos no capítulo especial.

Farta bibliografia é citada no final da tese.

No texto, por sugestão do ilustre orientador, foram incluídas algumas ilustrações mais diretamente ligadas ao que se expunha, enquanto que outras, inclusive mapas e retratos de líderes mais em evidência, e textos de documentos e cartas pessoais, ficaram em apêndice.

Seguimos, na forma do determinado pela orientação do Curso de Pós-Graduação as normas da ABNT, mas deixamos aqui expressos os nossos protestos pois elas escravizam demais o pesquisador e são por vezes deprimentemente ridículas, por exemplo:-

Toda vez que se cita um nome de personalidade, é o nome de família, em letras capitais, o que prevalece. Muito bem, assim é no trato do mundo: Mr. Johnson, Sr. Silveira, Herr Schmidt, Monsieur Fouché, Señor Hernández etc. Só o nome de família. Mas acontece que em África nem sempre acontece assim e muitos estadistas ficaram conhecidos por dois nomes como Sékou Touré, ou ainda mais insistentemente, Ahmed Sékou Touré, como ele gostava de ser chamado, ou Julius Nyerere, ou Kenneth Kaunda. Ora, quase todos os governantes africanos do passado recente e do presente gostavam e gostam de serem chamados por apelidos ou termos que designam uma dignidade qualquer: Mzee Jomo Kenyatta, Chief Sebe, Dr. Julius Nyerere, Alhadji Ahmadou Ahidjo, Sir Abubakar Tafawa Balewa etc. Se eu escreven por exemplo Sebe, Kenyatta, Balewa, Ahidjo, como quer a norma, não estou a chamar aqueles nomes ilustres. Nem muitos africanos conseguiriam descobri-los. Depois, no caso do último, que carregava dois títulos, um nobiliárquico e outro religioso, Sir e Alhadji, mas ficou mundialmente conhecido pela forma inglesa de dizer-se o seu nome, Sir Abubakar, escrever Balewa vai torná-lo outra personalidade.

Fizemos, pois, na medida do possível uma adaptação.

E, last but not least, a visão humanística da tese. Sim, estudamos as instituições levando sempre em conta o significado que elas têm para o homem africano, a sua importância para o seu desenvolvimento e sempre creditamos as suas falhas ao homem também. Não há instituições perfeitas, nem as existirão jamais. O homo africanus ressen-te-se de muitas deficiências, como todos os homens de resto. Por que não analisar-lhes as instituições segundo a disposição desse mesmo homem?

Foi isso que tentamos fazer nesta tese, pois só isto conta para uma visão humanística de um estudo académico: o homem lui-même!

Notas e referências à

I n t r o d u c ç ã o

1. Wall, Patrick. Prelude to Détente. An in depth report on Southern Africa. London, Stacey International, 1 975. 108 p.
O autor apresenta um quadro sério da marcha pela détente na África do Sul com o diálogo proposto por Vorster.
2. Walker, General Sir Walter. O Urso à Porta de Trás. A ameaça soviética à linha vital do Ocidente em África. Trad. de João Pelágio. Coimbra, Ed. Abril, 1 979. 304 p.
Dizendo-se desde o início contra a discriminação racial, o autor, que foi herói de guerras coloniais e mereceu várias condecorações por sua coragem e feitos na Maláias e outros lugares, é um homem direto, que diz valentemente as coisas. Estuda inclusive a rejeição do Transkei pela ONU como um gesto hipócrita. Em uma época em que é a norma falar mal da África do Sul, ele a defende com energia, mas, também, com argumentos imbatíveis.
3. Cfr. Providenciais, Humanos & Heróis. Ensaio de Política Internacional. Manaus, Imprensa Oficial, 1 980. 239 p.
Aí apresentamos um longo ensaio sobre Senghor: "O Presidente Léopold Sédar Senghor: Elogio da Negritude e do Humanismo Africano"; um sobre "O Presidente William Richard Tolbert Jr., da Libéria, e a Política dos mais Largos Horizontes" e um sobre "O Coronel Ignatius Kutu Acheampong leva a República de Gana para um Futuro mais Brilhante";
Em Inquietude. Crônicas e Páginas de Evocações. Manaus, Imprensa Oficial, 1 981. 182 p.
Há um ensaio sobre "P.W. Botha, Arquiteto de uma Nova África do Sul".
Em Páginas Inquietas. Idéias políticas e outras inquietações. Manaus, Imprensa Oficial, 1 982. 181 p.
A quarta parte é toda ela dedicada à Somália e sua política e tem mesmo o nome de "Missão pela Somália", com resumo dos nossos encontros com o Presidente Siad Barre e uma defesa do Ogaden, então palco de uma violenta guerra não declarada entre a Somália e a Etiópia do Dergh.
Visitamos toda a vasta região e pudemos ver os estragos que cubanos e soviéticos faziam nas fronteiras.
A quinta parte que se chama por sinal "África Ardente e Inquieta ou a Difícil Busca de uma Identidade", cobre assuntos diversos relacionados sobretudo com a África Negra, sobretudo sobre Bofutatswana, Gana, Níger e Togo.
Em Lembranças e Imagens. Ensaio e perfis biográficos. Manaus, Imprensa Oficial, 1 981. 309 p.
Incluimos aí artigos em que defendemos uma posição brasileira mais direta em África e as nossas entrevistas com o Chanceler Mário Gibson Barboza, novamente artigos sobre a questão do Ogaden e a sobrevivência de Siad Barre, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a quinta parte é toda ela

dedicada a uma tentativa de explicação da África do Sul e seu modelo de Estado, a confederação dos Estados Negros ou Black Homelands, e artigos sobre amenidades naquele país.

Em Escombros. Páginas de ensaios biográficos e políticos e de po-
lêmicas. Manaus, Imprensa Oficial, 1 982. 194 p.

Há vários artigos aí cobrindo as nossas entrevistas com líderes africanos e uma defesa do Transkei e do Ciskei como Estados independentes, além de artigos sobre France Albert René de Seychelles, o avanço soviético em África através da Somália, o General Lamizana do Burkina Fasso, Bokassa I, Imperador da África Central, enquanto a terceira parte é, inteirinha, dedicada à situação sul-africana: "Um retrato sem retoques da África do Sul - Entrevistas e impressões".

4. Cfr. o art. "Mário Gibson Barboza e o Brasil em África" in Lembranças e Imagens. Ensaaios e perfis biográficos. Ed. cit, acima. Traçamos um perfil demorado do grande estadista, com que estivemos algumas vezes em Roma. Entre outras coisas escrevemos:

"O pragmatismo de Gibson Barboza, quando à frente do Itamaraty, precisa de ser continuado com aquele mesmo afã, agora mais do que nunca. Extremamente cauteloso e discreto, fino e reservado, o Chanceler, porém era homem de decisões arrojadas e não titubeava"... - p.52.

E, mais adiante:

"Antes de Mário Gibson Barboza dar o primeiro passo da sua filosofia do pragmatismo acima de tudo nas relações do Brasil com a África, alguns governantes nos olhavam de soslaio, pela dubiedade de certas atitudes da nossa política exterior e ouvi de um irritado presidente negro a crítica acerba de que o Brasil pregava uma fraternidade com os negros mas apoiava o Governo de Salazar que teimava em manter Angola, Cabinda, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe como colônias. Com Gibson Barboza essa suspeita foi varrida para sempre e nós viemos a ocupar o lugar que merecemos. É preciso não esquecer a lição de Mário Gibson Barboza se quisermos melhorar ainda mais essa imagem!" - p.53 e 54.

5. Leu-Grieder, Hermann. Tropenschule. Wegleitung für Auswanderer nach den Tropen. Zurich, Verlag Oprecht, 1 945. 151 p.
6. Op. cit. p. 113.
7. Williams, David. Art. "Nigéria" in The Living Commonwealth. Ed. by Kenneth Bradley, C.M.G. London, Hutchinson, 1 961. p. 305.
8. Gatti, Ellen e Attilio. A África de Hoje. Trad. de Raul de Polillo. São Paulo, Melhoramentos, 1 961 (?). Cfr. p.100 e 101.

9. Cfr. "Páginas Inquietas e Escombros, nas edições citadas, it. 3 acima.
- Leia-se igualmente o que se escreve no número de "Time", 16 de janeiro de 1984, com várias páginas dedicadas somente à África Negra. Os próprios governantes, entrevistados, confessam que o grande mal da África, depois do tribalismo, é a corrupção.
- "To Africa's sickness, pestilence and disease, add corruption," says Senegal's President Abdou Diouf. "It is endemic to this continent" - p. 11.
- Cfr. ainda o livro de Ellen e Attilio Gatti, A África de Hoje (ed. cit.) e Africa for Beginners, de Melvin J. Lasky (London, Weidenfeld and Nicolson, 1962. 170), que contém casos engraçados, merecendo uma reflexão.
10. Lima, Rogério de. A Outra Verdade. Interpretação de um gráfico de temperaturas africanas. Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1972. 607 p.
11. "Time", Jan. 16, 1984. p. 13.
- Lá está:
- "In the 1950s and 1960s it was natural to be romantic and believe that independence would solve all our problems. Then we were too optimistic; now we often tend to be too pessimistic. In reality, the colonizing powers did not prepare us for independence" - p.13
12. Ibidem p. 11.
13. Chaliand, Gérard. A Luta pela África. Estratégia das potências. Trad. de Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo, Brasiliense, 1982. 137 p. V. págs. 107 usque 123.
14. É um longo elogio, em latim, do grande presidente e querido amigo. Permanece inédito e nele assim descrevíamos Kayibanda, um retrato também moral desse insigne filho da África:
- "Princeps obscure quidem natus, sed optimis comparando. Vir in privata vita moderatus et strenuus, habitat Gregorius in aedibus modicis, neque laxitate neque cultu conspicuis, ac per annos amplius viginta in eodem cubiculo - in Tare, Kabgayi atque Kigali, et in terra alienigena in pauperie hieme et aestate mansit. Supellex quoque ejus vix private elegantiae est.
- Est Gregorius parva statura, summa suavitas oris ac vocis, nigris vegetisque oculis, nigra pelle, facie triste. Gregorius, vir egregiae tranquillitatis, placidus, nimis amicis et familiaribus credens. Amicitias facille admisit Gregorius, et admissas constanter retinuit; qui ea, qua apud principem valebat, gratia ita semper usus est ut pro-

desset omnibus quibus posset, nocere nemini. Neque vero minus ille vir, bonus pariterfamilias habitus est quam civis".

O Presidente gostou muito e o elogiou bastante. Era um bom latinista que gostava de encantar as suas conversações com citações latinas.

15. Deschamps, Hubert. Peuples et Nations d'Outre-Mer. Paris, Dalloz, 1 954. 475 p.

É interessante uma leitura demorada de todo o Livro V - "L'Afrique Nilotique et Ethiopienne", assim como a sua brilhante exposição metodológica às págs. 67 e seguintes.

Capítulo I

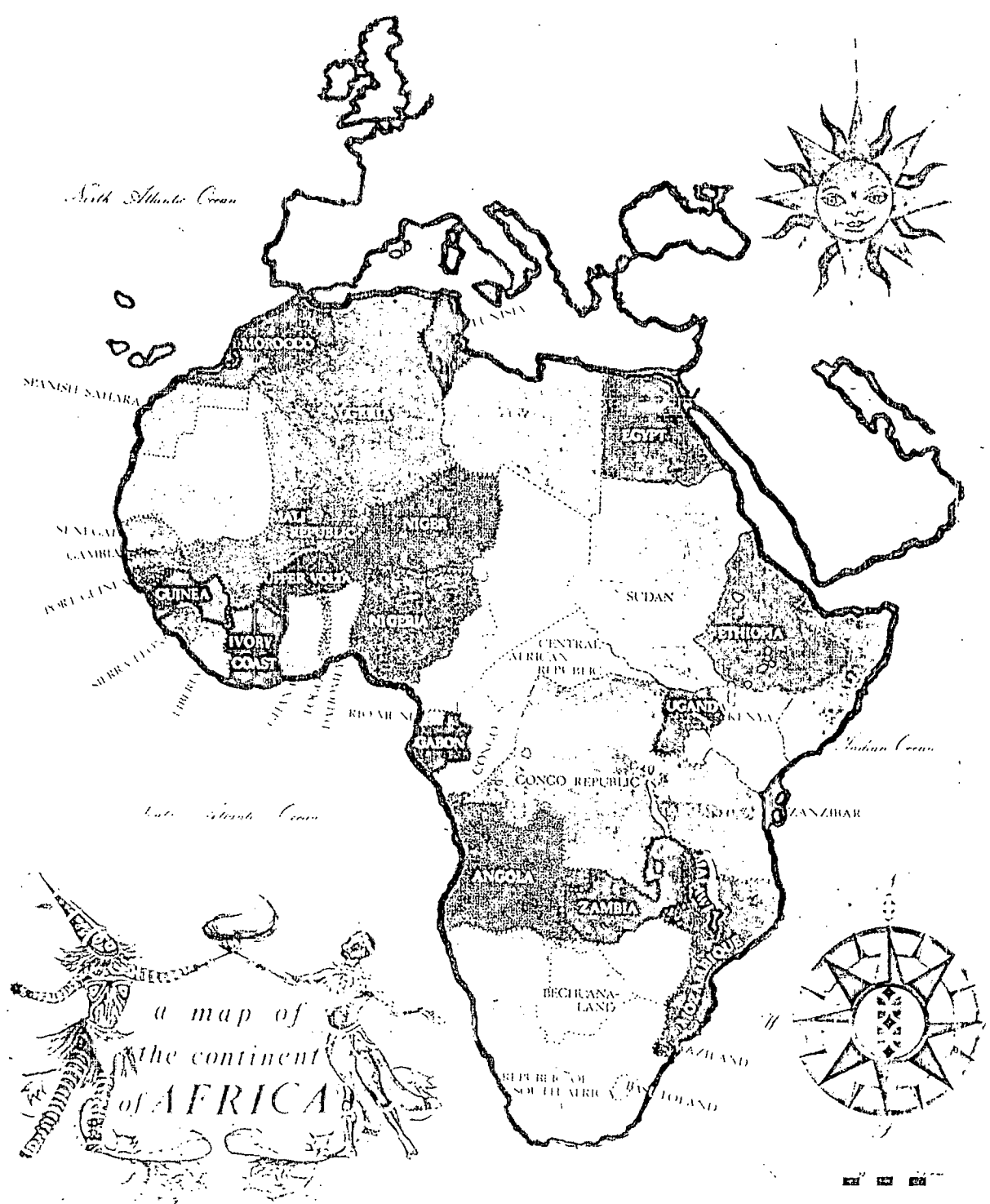
A AFRICA NEGRA - DA PARTILHA PELAS POTENCIAS COLONIAIS EUROPEIAS, E ANTES, MUITO ANTES, A DESCOLONIZAÇÃO

- Uma visão geral da Africa Negra. O que é a África? -
Uma tentativa de resposta - Os Estados africanos do pas-
sado, dos grandes impérios aos Estados-cidade - O triba-
lismo e sua força na formação política africana - Os eu-
ropeus. Os primeiros contactos. A cobiça dos europeus. O
resultado desses contactos entre brancos e africanos - A
partilha da terra africana e suas consequências - Pensa-
se no quebrar das cadeias. Movimentos de descolonização. A
Libéria -

"Cette Histoire, elle sera écrite surtout par des Africains qui auront compris que les gloires comme les misères de l'Afrique, les heurs comme les malheurs, les fastes comme les aspects populaires et quotidiens constituent tout ensemble un terreau substantiel dans lequel des nations nouvelles peuvent et doivent puiser des ressources spirituelles et des raisons de vivre".

Joseph Ki-Zerbo in Histoire de l'Afrique noire. D'hier à demain. Paris, Librairie A. Hatier, 1972. p. 31.

Mapa do Continente Africano como ficou após a libertação observando-se, porém, a partição colonial. Muitos novos países tinham ainda os nomes antigos, como Tanganhica, Betchuanalândia, Basutolândia.



1.1. Uma visão geral da África. O que é a África?

ESTANDO na ordem do dia, com notícias nos jornais do mundo inteiro sobre acontecimentos dos mais variados e por vezes estranhos para os leitores que vivem fora daquele continente, possivelmente pelo exagero com que essas notícias são transmitidas, a África é, porém, um vasto mundo de povos, Estados e personalidades desconhecidos. Mesmo entidades que tinham por obrigação apresentar relatos verídicos de fatos e eventos africanos, não no fazem: ou os exageram ou os ignoram e, com isso, em muitos casos, a história fica nos amplos cercados da estória, com evidente prejuízo para a Civilização e para os que virão depois de nós, testemunhas do despertar de tantos povos, outrora sob domínio de potências coloniais européias.

Se a História, como queria o pensador alemão Wilhelm Schapp¹, existe para o homem (Die-Geschichte steht für den Mann, escreveu ele), a distorção com que muitos a escrevem só vem prejudicar a busca do homem que lhe aprende as lições e quer a verdade. Enquanto à África Negra, sobretudo esta parte do continente, o escrever da história tem sido dos mais distorcidos. Há uma como espécie de conspiração do silêncio e do exagero e até mesmo dos preconceitos quando se fala da África e dos africanos de modo geral, mesmo por parte dos que se dizem amigos dos africanos e suas terras.

É assombroso o número de livros e manuais, artigos e ensaios, reportagens em jornais e revistas, roteiros cinematográficos, albums e informações de televisão que aparecem todos os anos sobre a África Negra. Contam-se pelos milhares, em todas as línguas e a bibliografia africana cresce de dia para dia, mas, nem toda ela, é confiável, digna de crédito e sustentável como tivemos oportunidade de verificar em um trabalho anterior² dedicado ao problema da descolonização.

Há uma obrigação do homem face a história, mais do que a de escrevê-la após tê-la feito: a de escrevê-la honesta e verazmente. O começo e o final da história estão sempre em íntima relação com o tempo que é o que se vive quando se faz a história e é o do passado quando se lê a história. Contudo, para que a história tenha essa "direção clara", inequívoca, a que aludia o já citado Schapp³, ela tem de estar firmemente enlaçada à verdade.

Muitos que se intitulam de africanistas parecem escapar a esse compromisso e nos dão uma versão pessoal do que seja a África, o que fez com que o erudito americano Victor C. Ferkiss, no livro África - Um continente à procura de seu destino⁴, escrever:

"O que é a África? Esta é a pergunta que está no âmago de todo problema relacionado com o papel da nova África no mundo. Pois, para que a presença da África se faça sentir na nova civilização mundial, antes é necessário que os africanos saibam o que significa ser africano. Não é uma pergunta de fácil resposta. Basta uma vista d'olhos à volumosa literatura sobre o Pan-Africanismo para se compreender que o problema de unificar a África não é apenas o de decidir como a África deverá ser política e economicamente unificada, mas também o de definir a entidade a ser unificada" - in op. cit. p. 13 e 14.

Com efeito é difícil e complexa uma resposta à pergunta. A África Negra é um mundo variadíssimo, nem todo ele habitado por negros como os normalmente divulgados, mesmo que tenham a pele escura como carvão. Ali há dezenas de grupos étnicos, que falam muitíssimas línguas e dialectos mais ou menos incompreensíveis entre si. A miscigenação entre diferentes povos tem, através dos séculos, tornado ainda mais difícil uma classificação dos grupos raciais africanos. Como classificar, por exemplo, os habitantes de Zanzibar e Pemba, mistura de negros da costa da antiga Tanganhica com árabes e persas? Até a língua nacional dos zanzibaritas, o KiSwahili, é uma língua que sofreu profundas influências do árabe e outras línguas, mesmo conservando a sua estrutura banto.

O que mais chama a atenção do estudioso africanista é a variedade das coisas africanas. Naquele continente há de tudo, desde altas montanhas geladas até regiões tórridas, das vastas e verdejantes savanas à espessa floresta tropical, das onduladas campinas e pradarias aos desertos onde a precipitação pluvial é mínima, desde línguas ricas e evoluídas em que floresçam literaturas nacionais como o haussa, o yorubá, o kiswahili, o kirundi, o kinyarwanda, o zulo e algumas outras até línguas estranhíssimas, de cliques, com vocabulário reduzidíssimo e faladas por pequenos grupos de habitantes do Kalahari como bosquimanos e hotentotes.⁵ Há países que foram outrora impérios poderosos, que tiveram o seu lugar na história do continente e que hoje vivem apenas de uma vaga lembrança do passado, de uma tradição alimentada pelo nacionalismo de líderes políticos, como veremos em item especial. Há países que nasceram sob um boa estrela, com líderes que engrandeceriam qualquer país das Américas ou da Europa e que, contudo, depois de experiências políticas mal sucedidas foram presas de maus governantes, verdadeiros césares que fizeram suas pátrias regredirem e as engolfaram mesmo em cruentas guerras intestinas.

Como frisa um autor,⁶ que logo nos dias da independência africana, lançou, de parceria com sua mulher, um livro de grande repercussão pela visão panorâmica que nos dava da África - A África de Hoje⁷ -, na aquele continente estão alguns dos mais altos espécimens humanos, os batutsis que vivem principalmente nas repúblicas de Ruanda e Burúndi, até alguns dos mais pequenos, os pigmeus, das cabeceiras do Congo e do Zaire. Poder-se-ia dizer, sem receio, que em África se encontram extremos e o que menos ali se encontram é homogeneidade sócio-político-cultural, assim como étnica. E foi essa grande diversificação que trouxe muitos dos problemas ainda por resolver quando tantas colônias se tornaram independentes. Buscaram-se modelos alienígenas e o resultado foi desastroso. Tentaram unificar o que, pelo menos em curto prazo, não poderia ser unificado. Os africanos lançaram a culpa nas costas dos brancos, responsáveis pela partilha arbitrária da África colonial, mas estes disseram que já encontraram partilhada desde os primeiros contactos e que apenas quiseram manter os limites tribais.

Divisão e partilha colonial, tribalismo e divisões tribais, diversidade linguística, as migrações constantes de um lado para outro do continente, o contacto entre o europeu e o africano não em termos de igualdade mas um contacto baseado sobre a pretensa superioridade europeia e seu marcado etnocentrismo, as lutas intertribais incessantes e sangrentas, são alguns dos fatores que levaram a África moderna e a dos nossos dias à fragmentação política e à instabilidade que ainda a persegue. Mas não se podem lançar ou tirar culpas ao colonialismo e ao contacto dos europeus com os africanos pela fragmentação do continente. Há todo um longo caminho histórico, desde os mais recuados dias até o encontro com o europeu, assim como há hoje um compromisso com a história do pós-colonialismo. Há uma busca da África pelo seu destino como escrevia Ferkiss e essa busca é que se torna responsável pelo compromisso histórico da África Negra na sua participação para a Civilização do Universal.

Aqueles que se proclamam entendedores da realidade africana - e são tantos espalhados pelo mundo -, não conseguem, muita vez, afastar-se de velhos pré-conceitos e, como tais, descabidos quando se trata da pesquisa científica.

Colocar no mesmo nível instabilidade política e selvageria, como faz o escritor Robert Ruark, considerado por muitos como um expert nas rebeliões dos Mau-mau no Quênia pré-independente, em livro que teve enorme repercussão nas décadas de 1950 e 1960, é imperdoável. Logo no prefácio do livro Something of Value⁸, romance bem urdido e bem escrito sobre a questão Kikuyu, tentando defender-se da pecha de severo e exagerado ao pintar, com cores vivas as atividades dos seguidores do líder Jomo Kenyatta, ele alude aos banhos de sangue em terras africanas como se isso fosse a regra geral e não momentos na vida dessas nações emergentes. Pregando a necessidade de compreensão para a situação ali, tem estas palavras desconsoladoras:

"To understand Africa you must understand a basic impulsive savagery that is greater than anything we "civilized" people have en countered in two centuries" - op. cit., prefácio, p. xi.

Lamentavelmente é o que vem sendo feito por eruditos africanistas tanto quanto por observadores das questões internacionais e amigos da África, o que, de certo modo, vem confirmar o que muitos líderes negros têm dito a respeito dos que escrevem sobre a África - que eles o fazem com preconceito.

1.1.1. A África Negra: a terra e a gente. As rápidas e inesperadas transformações.

Pouco se sabia da África antes do estabelecimento do colonialismo em suas terras pelas potências européias. As informações do passado são fragmentárias e o colonialismo, em termos históricos, é recente.

Antes as referências vinham de viajantes árabes e, bem mais tarde, dos portugueses. Como veremos mais detidamente no item dedicado ao contacto entre brancos e negros e contacto com os primeiros europeus, o mó bil era ou a tentativa de conversão religiosa ou as tratativas comerciais. Entretanto, é bom que o salientemos, quando se falava de África era sobre alguns países como Etiópia, visitada extensamente pelos portugueses, ou so bre o Sudão ou sobre o Egito, que, por curiosidade, estão, em parte, fora daquilo que hoje em dia se chama comumente de África Negra, uma vez que ha bitados por povos de origens camítico-semíticas e que falam línguas sem ra lação com as línguas ditas africanas. A Bíblia faz referência à Etiópia como o protótipo negro e há mesmo em Jeremias, XIII, 23, que pode ser toma da nesse sentido, quando o famoso profeta se pergunta se é possível que um negro mude de pele ou o leopardo perca as suas manchas:

"Si mutare potest Aethiops pellem suam, aut pardus varietates suas, et vos poteritis benefacere, cum didiceritis malum".

Há outras referências e para alguns comentadores, a mulher negra cantada pelo Rei Salomão no "Canticum canticorum", em versos de gran de beleza poética, "nigra sum, sed formosa", seria uma etíope.

Se na antiguidade eram mais conhecidos a Etiópia, o Egito e o Sudão, como durante as conquistas romanas ficaram conhecidos os países que hoje fazem parte da África do Norte muçulmana e que falam línguas semíticas e hamíticas, aqueles três outros não são, segundo os atuais estudos africanos, parte integral da Africanidade por seus povos, por seus costumes e por suas línguas. Se no contexto geo-político todos os países dentro do continente são comumente denominados de Estados Africanos, só os que ficam na África abaixo do Saara é que merecem, com mais precisão, essa denominação e os grandes líderes quando se referem aos países africanos assim o fazem, mesmo porque a África do Norte faz parte de uma outra grande divisão no Terceiro Mundo, o chamado Mundo Árabe, possivelmente arbitrária também e melhor se chamaria de Mundo Islâmico, porquanto é a religião islâmica, bem mais do que a língua, os costumes e as origens étnicas que os distinguem do restante do continente, como nos casos específicos do Sudão lui-mê-me, do Tchad, da Mauritânia, do Saara Ocidental e do pequenino Djibuti, que fica no nordeste da África, diante do estreito de Bab-el-Mandeb e enveredado entre a Etiópia e a Somália, de frente para um dos mais velhos países árabes, o Iêmen do Norte.

O Prof. Joseph Ki-Zerbo, na sua Histoire de l'Afrique noire - D'Hier à Demain⁹, ao escrever sobre a África Negra antiga, aí estuda demoradamente a Civilização Egípcia, "la première civilisation historique",¹⁰ como ele bem acentua e as suas explicações para isso são uma tentativa de resgatar a África dos negros de uma posição incômoda e injusta aos olhos dos eruditos do mundo. É uma lição que muitos não seguem, colocando o Egito antigo dos faraões em uma posição isolada, uma vez que, dizem, não foram os antigos egípcios um povo negro. Aliás, dois eruditos autores franceses, A. Aymard e J. Auboyer, na sua excelente obra L'Orient et la Grèce¹¹, repetindo as palavras de Heródoto, de que o Egito é "o dom do Nilo", fazem referência às grandes invasões nos três impérios egípcios e à mestiçagem que elas trouxeram, mas que não foram capazes de alterar a marcha daquela civilização portentosa, não se referem à esta civilização como negra, bem ao contrário, falam de um mistério que irrita e estaria muito mais próximo das civilizações e povos do Oriente Próximo do que dos povos que ficavam abaixo do Nilo e suas vizinhanças.

Mas em seu esforço de engrandecer a África Negra ao Sul do Saara, não apenas Ki-Zerbo mas outros estudiosos que o seguiram insistem em colocar a civilização egípcia como uma civilização culturalmente africana e não do ponto de vista da geografia, o que ninguém discute, de resto. Com o passar do tempo, porém, o Egito se arabizaria, adotaria a língua árabe de seus invasores e se tornaria muçulmano e hoje é importante parte do Mundo Árabe e Islâmico, pela população, o mais importante país árabe, de onde surgiu, em data recente, sob a presidência do Coronel Gamal Abdel Nasser, o pan-arabismo que trouxe radicais mudanças a outros países árabes, e, na administração clarividente do Rais Mohammed Anwar el-Sadat, passaria a mediador em delicadas questões internacionais.

Quanto às civilizações étiopeas, os diversos reinos que ali existiram e que em determinada época chegaram a invadir o Egito antigo, espalham-se por outras regiões, elas se constituíam de povos em grande parte semitas, que falavam línguas aparentadas com o nabateu, o árabe, o hebreu, o fenício, o sabeano¹² e outras, ainda que uma considerável parte de sua população seja negra e falem línguas que nada se assemelham ao ghe'ez ou amhárico¹³, o mesmo se podendo dizer dos reinos que outrora existiram no vasto e desigual território onde hoje está a República do Sudão. A terra de Cush, como a chamavam os gregos, estava estreitamente ligada com o Egito e essa sim tinha muito mais proximidade com os reinos negros que mais tarde surgiriam, ainda que essa "civilisation koushite se développa ainsi, qui n'était pas qu'un simple reflet de la culture égyptienne", como escreve Ki-Zerbo¹⁴.

Bem mais tarde surgirão grandes reinos e impérios negros como nos mostra Ki-Zerbo em seu livro citado, cujo grau de desenvolvimento e cultura bem poderiam rivalizar-se com os que, na mesma época, existiam em Ásia, na Europa e na América pré-colombiana. Ficou famoso o Império Songhai, de vasta extensão e que incluía diversos reinos vassallos. Sua origem estaria remonstria, diz uma lenda que Ki-Zerbo reproduz, a alguns príncipes berberes ou árabes vindos do Iêmen que teriam chegado ao rio Níger e lá teriam desembaraçado os ribeirinhos do terror de um peixe mágico, deles merecendo o reconhecimento. Ali estabelece-se e deram origem aos clãs dos Gourma e dos Haussa. Na realidade, foram as invasões almorávidas que estabeleceram pequenos reinos naquela região e que, com o correr dos séculos, depois de muitas lutas, viria formar o poderoso império, que incluiria sultanatos, emirados e xecados onde a cultura e a língua árabe se faziam presentes, mas também reinos puramente africanos, que escaparam às influências árabes e islâmicas. Ki-Zerbo enumera multíssimos desses reinos, muitos dos quais, infelizmente, sem registro histórico por não possuírem seus povos uma língua escrita, enquanto que os sob influência islâmica o tiveram, através de documentos redigidos em árabe ou em línguas africanas escritas com o alfabeto árabe. Importante também foi o Império Málí e, bem ao sul, o de Zimbábue, nomes que passariam às futuras repúblicas com as quais pouca coisa tinham em comum mas que serviam para lembrar um esplendor histórico que destoava da situação de subserviência política e atraso cultural que os territórios mantinham quando colônias de potências européias, e que veremos com mais minúcias quando tratarmos dos Estados que existiam antes da chegada dos europeus a terras africanas.

Mas a África Negra é de tal variedade que espanta os estudiosos. Os países na orla do Saara possuem vastas extensões desérticas e áridas como o Níger, o Tchad, a Nigéria, o Burkina Fasso, o Málí, o Sudão (este podendo ser enquadrado entre os dois divisores de águas, o Saara e a África Equatorial), parte do Quênia e da Somália, além da Mauritânia que está na mesma situação que o Sudão. Já os países que se acham mais abaixo como os Camarões, República Centro-Africana, Uganda, Ruanda, Burúndi, Tanzânia, Malávi, Zâmbia e outros, que se encontram na costa, possuem terras extremamente férteis e ricas pradarias, além de florestas exuberantes.

Não obstante dizer-se que a África Negra se confunde com a África tropical chuvosa¹⁵, esta afirmação não é inteiramente verdadeira pois, em países dentro de tais limitações, a parte desértica e a parte fértil, existem, como no Senegal, no Mali, no Níger, na Nigéria, no Burkina Fasso, estendendo-se por muitos quilômetros, vastas regiões áridas, em que a escassez de água causa problemas sérios às populações, obrigadas a constantes migrações quase sempre ruinosas pois vão ter a localidades habitadas por outros grupos étnicos, nem sempre amistosos, que falam outras línguas e dialectos, daí que esta divisão não possa ser considerada absoluta, como se apressa em esclarecer o africanista Y. Pêhaut no seu longo estudo sobre Le cadre géographique.¹⁶

O etnólogo, o sociólogo, o geógrafo, o linguista descobrem uma grande variedade de povos com tradições por vezes brilhantes e gênero de vida muito originais, comenta Pêhaut. O linguista tem um vastíssimo campo de estudos ainda, em muitos casos, virgem. As línguas e dialectos ali se contam pelas centenas, a grande maioria ainda ágrafa, mesmo porque os novos Estados na tentativa de manter maior união entre tantas tribos e grupos étnicos distintos vem estimulando o uso de uma língua franca, quase sempre o inglês ou o francês, ou o português e, bem mais ao sul, o kiswahili, em detrimento de belas línguas nativas que se cultivadas poderiam ser o veículo de novas literaturas nascentes que melhor representassem a alma daqueles povos.

O que se nota ainda no meio físico africano é que a chamada arquitetura continental se caracteriza por uma grande solidez. A costa é muito sólida e somente em determinados lugares existem boas e amplas baías que permitem um porto seguro para o navegante e, nessa zona, à grande solidez se junta a monotonia. A penetração não perde a dureza. As florestas são quase impenetráveis, os caminhos adustos, os grandes rios, os relevos como os de arenito no Tchad chegam a ter 3.000 metros!

Os geólogos costumam dividir em quatro grandes grupos de material rochoso o mapa simplificado da África Negra:

1. O pedestal pré-cambriano que aflora mais ou menos um terço da superfície e que iria da Mauritânia e da Guiné aos Camarões; do Congo e Zaire ao rio Ubangui, Angola em grande parte e do mar Vermelho ao Transvaal. São, antes de tudo, granito-gneiss, invadidos por batolitos graníticos;
2. Séries de rugosidades pré-cambrianas que se associam ao anterior e que comportam xistos, quartzitos, cipolinos frequentemente erguidos e alinhados na direção predominante sudoeste-nordeste. Há aí grandes jazidas de ouro, cobre, ferro, urânio, estanho e manganês;
3. Séries de coberturas sub-horizontais, dispostas em desacordo com os socos ou peanhas, que são tanto marinhas quanto continentais;
4. As rochas vulcânicas, que furam a cobertura ou a penetram em diversos pontos.

A África ocidental e a central apresentam relevos modestos e grandes bacias internas. "C'est la partie de l'Afrique noire - comenta o geógrafo Yves Péhaut - où se justifie avec plus d'évidence la notion de monotonie".¹⁷

Se olharmos um mapa do relevo africano veremos que ele não é, do ponto de vista da orografia, dos mais acidentados, se bem que existam altas montanhas de mais de 5.000 ms como o Ruwenzori, cujo pico culminante é o Monte Margarida com 5.119 ms., o Monte Quênia com 5.195 ms. e o segundo mais alto do continente e o Kilimanjaro (Kibo), na República de Tanzânia, com 5.895 ms. e o ponto culminante da África, afora vários outros que ultrapassam os 4 mil metros como o Karisimbi, na montanhosa e pequenina República de Ruanda, que chega a 4.505 ms., o pico Ras Dashan na Etiópia, país montanhoso, com 4.620 ms. e vários outros.

Com exceção do acidente vulcânico do monte Camarões, que atinge 4.057 ms, os relevos se situam a menos de 2.000 metros e as superfícies planas abaixo de 500 metros cobrem superfícies imensas. É nessa parte da África que mais se afirma aquilo que Yves Péhaut chama de "le système structural en mûles et cuvettes".¹⁸ Um pouco ao sul desta parte que compreende uma extensão que vai do Fouta-Djalou ao Mayombé, golfos da região do Senegal e Mauritânia e da Baixa Nigéria, bacias interiores do Níger e do Tchad, do Bahr el-Ghazal em direção ao leste e do Congo para o Sul, existe uma vertente, que o geógrafo acima citado chama de "dorsale sud", de formas pesadas, testemunhas de antigos níveis de erosão, cortadas de vales profundos, "véritables massifs anciens",¹⁹ de aproximadamente 1.000 metros, que formam as altitudes guineu-liberianas, com o platô de Bauchi a oeste, os montes de Cristal e de Chaillu, o Ennedi e o Dar Fertit a leste. Em dois painéis inclinados para o norte e para o sul, os afloramentos granítico-gneissicos ou xistosos associam-se às planícies de erosão em degraus do ciclo africano ou do plioceno, docemente onduladas e por vezes rígidas, por pouco que níveis couraçados afluam à superfície. Postas a nu as raízes das antigas rugosidades pré-cambrianas têm, graças aos seus quartzitos e suas rochas ricas em ferro, resistido aos recentes ataques da erosão. Na região mossi, no território da República de Burkina Fasso, as colinas alinhadas de tipo apalachiano, os inselbergs isolados que se encontram por quase toda parte ali, cercados de declives couraçados, elevam-se de 200 a 300 ms. acima do nível geral como testemunhas mudas e persistentes de velhas erosões. E em determinados momentos, essa junção de rocha dura toma devido à altitude, o aspecto de verdadeiros massiços montanhosos. Os montes Loma, de granitos injetados de doleritos, atinge 1.955 ms., enquanto o monte Nimba, onde abundam os quartzitos, chega a 1.750 ms. o mesmo acontecendo com o Simandou ou a cadeia Togo-Atakora, que atingem grandes altitudes e oferecem grande variedade de formas, que descambam em vertentes abruptas, algumas vezes buriladas, outras de gritante aspereza, com cristas atrevidas e cimos planos. Somos tentados a dis

cordar de um africanista como o que vimos citando no correr destas linhas quando ele se refere à monotonia dessa parte da África Negra. Não pode haver monotonia quando, percorrendo vastas extensões, se passa de um cenário de elevações abruptas e vales profundos, a imensas campinas e planícies e, de súbito, nos platôs do território bamileké e nas cercanias de Adamaoua, com os seus acidentes geográficos de uma beleza fantástica para chegar-se ao alto monte Camarões com os seus imponentes 4.057 ms., apesar de Pehaut dizer que estas são "les seules régions vraiment accidentées de cette partie de l'Afrique".²⁰

As camadas gresíferas sub-horizontais formam platôs rígidos com a superfície muitas vezes encouraçada, dos quais os platôs mandingas do Málí se constituem em um bom exemplo, assim como os platôs batekês e se unem às planícies de erosão por alcantis de uma beleza imponente e que são de maneira imprecisa e abusiva denominadas de penedias. Os alcantis de Bandiagara-Hombori, de Banfora, de Tambaouara na África ocidental são como verdadeiros frentes de costas comparáveis aos Tassilis do sul do Saara. O famoso Fouta-Djalou constitui-se em um caso particular, ensina Pehaut, porquanto os arehitos aí chegam a altitudes, como no Málí, de até 1.515 ms., cortados em blocos, por uma rede de fraturas e atravessados por derramamentos doleríticos. As altas superfícies planas (donghols), o declive das vertentes, a profundidade dos vales (aindês), as gargantas, as cascatas "créent un véritable paysage montagnard très original", diz Pehaut.²¹

As planícies litorais são estreitas e descontínuas, com exceção da baixa planície do Senegal-Mauritânia, e os litorais são retilíneos. Costas baixas e arenosas predominam ao norte do Cabo Verde e a leste da Costa do Marfim, assim como ao sul dos Camarões e em Angola. Cordões litorais isolam o mar de antigos estuários (niayes do Senegal) ou das lagunas (Benin e Gabão). As costas baixas, lodosas e cortadas de vastos estuários submergidos pelo mar, caracterizam as "Rivières du Sud", enquanto que o Baixo Níger se mostra como um delta, dividido por uma grande quantidade de braços. As costas alcantiladas são aí raras e se associam aos basaltos de Cabo Verde, aos calcários de "petite côte" senegalesa e às rochas antigas do soco na Costa do Marfim ocidental.

Contudo, vale salientar que as verdadeiras planícies se situam no interior do continente, planícies de aterro típico, com superfície chata, ligeiramente acidentadas por afloramentos de rochas duras. Servem de nível de base para as grandes artérias da drenagem, comportam vastos setores pantanosos onde se espalham as águas das cheias. Atravessam-na grandes rios como o Níger, o Nilo superior e o Congo que forçam uma via para o mar varando com torrentes e quedas d'água, os acidentes próximos da margem. O Níger transpõe uma série de entradas do Ansongo na confluência do Benué, enquanto o Congo atravessa os acidentes litorais por gargantas imponentes, o Nilo sai do Bahr el-Ghazal e das bacias que se sucedem ao norte por uma quantidade de cataratas. E, termina Pehaut quase liricamente completando o quadro portentoso da África ocidental e seus acidentes geográficos:

"Seul, le bassin du Tchad, profondément engagé dans le

continent, est non conformiste. La Bénoué qui emprunte un profond couloir n'a pu le drainer vers l'extérieur. Tour à tour mer intérieure ou immense lac, la cuvette empâtée au nord par d'immenses épandages sableux attire encore vers le lac actuel peu profond, dont la superficie est liée au rythme saisonnier des pluies, les eaux du Chari et du Logone" - auct. cit. in art. cit. p. 17.

1.1.2. A África Negra: a terra e a gente. As rápidas e inesperadas transformações. -II -

Continuando em nossa visão panorâmica da África Negra passamos à parte oriental, a das altas montanhas e das profundas depressões, uma extensa região bem mais variada, onde as superfícies planas são mais reduzidas, e vertentes vertiginosas se ligam a fossas profundas ou a planícies baixas e estas a altos platôs e montanhas soberbas. É uma região cheia de contrastes violentos, de uma beleza agressiva. Os viajantes acham esta parte da África mais excitante, enquanto para os geógrafos ela é mais variada e compartimentada em três níveis distintos:

Da Etiópia à África do Sul, uma dorsal do soco limita para o leste as bacias do Sudão, do Congo e do Kalahari, só que aqui as forças orogênicas foram muito mais possantes, as elevações consideráveis e as fraturas impressionantes e desde o fim da era primária fendas enormes haviam aparecido e no cretáceo e no terciário haviam-se produzido grandiosas transformações. O pico da dorsal desmorona-se e o resultado são fossas que se encontram em uma extensão de 5.000 kms. de norte a sul com fendas marginais que têm um arremesso considerável. O fundo do lago Tanganhica chega a 650 ms, enquanto o platô que o margeia atinge 2.000 ms. Esses fossos, ou Rift valleys, em parte ocupados pelos lagos, mal drenados, constituem "la plus grande cicatrice de la terre", a junta Pehaut.²² Elás tomam, de norte a sul, uma disposição em "Y". Ao norte do lago Niassa, um ramo ocidental é marcado pelos lagos Tanganhica (superfície a 780 ms. de altitude), o Kivu (1.455 ms.), o Eduardo (910 ms.) e o Alberto (680 ms.). O ramo oriental, menos profundo, menos contínuo, corre até o mar Vermelho pelo lago Rodolfo e através do massiço etiópico por uma série de planícies estreitas onde a aridez do nordeste africano penetra em direção ao interior do continente.

E na sua descrição geográfica da África Negra, Péhaut, ensina que "entre les deux branches de ces grandioses fossés, autour du lac Victoria (à 1.230 m), on retrouve vers 1.500m d'altitude des paysages comparables à ceux de la portion occidentale du continent".²³ O lago, em meio a planícies de erosão cortadas de relevos residuais, ocupa uma bacia estrutural, modesta réplica das imensas planícies interiores do Oeste africano.

Não são apenas esses buracos e ravinas imensos, esses fossos, o que constituem a topografia original da África oriental. Além deles existem as partes do soco que atingiram grandes altitudes, diques ou horsis, que constituem possantes maciços montanhosos que emolduram a região do lago Victoria. O Ruwenzori, em Uganda, com o pico coberto de neve, os montes Aberdare, no coração do território Mau-mau, no Quênia, que ultrapassam os 4.000 metros.

Pelas rachaduras do soco derramaram-se materiais vulcânicos. Ao norte, em uma espessura de 2.000 ms., lavas fluidas recobriram o soco e construíram o possante bastião dos maciços da Etiópia. Cortadas pelo profundo fosso do Rift oriental em platôs etiópicos a oeste, galla e somalis a leste, estas altas terras chegam a uma altitude média de mais de 3.000 ms. e culminam a 4.600 ms. Em direção ao sul o vulcanismo se traduz sobretudo pelo alinhamento, ao longo das grandes fraturas, de enormes cenários. As mais grandiosas se situam como que bordando o Rift oriental. Acima, espessos empilhamentos basálticos, elevam a enorme massa do monte Quênia, velho vulcão extinto (5.420 m), e sobretudo o imponente cone achatado cercado por um glaciar, o Kilimandjaro, que é o ponto culminante de toda a África com os seus 6.010 m. Os vulcões que acompanham o Rift ocidental são bem mais modestos, mas alguns como os montes Virenga, ainda possuem uma atividade de vez em quando.

Pelo lado leste, as altas terras são margeadas por uma orla de planícies costeiras construídas pelos sedimentos marinhos secundários ou terciários, obliterados para o sul pelos depósitos quaternários. Notam-se os platôs etiópicos e os galla sobrepunhando as baixas planícies muito estreitas do mar Vermelho e do golfo de Aden, a larga planície, os baixos platôs da Somália que se unem às inclinações dos maciços galla no sudeste. No Quênia e na Tanganyica as planícies se estreitam e se acidentam em uma série de degraus que asseguram a passagem ao rebordo do platô antigo, cortado e recortado por ribeiras de grandes inclinações.

E, assim, passamos à terceira grande divisão da África Negra, a que fica bem ao sul e que se caracteriza por um platô interior e escarpas bordejantes, diferentemente da oriental, cujas altas montanhas e profundas depressões são a característica geográfica principal.

Como as outras partes, já descritas habilmente pelo autor que vimos seguindo nesta tentativa de mostrarmos o meio físico da África Negra, a parte sul é também de grande beleza, mas bem diferente das duas outras.

O interior é um platô deprimido no seu centro. Nas suas margens, as escarpas abruptas impressionantes que podem atingir 3.000 m. a leste e 2.000 a oeste.

A deformação do soco em bacias interiores e dorsais periféricas, ensina Péhaut, fornece a trama das paisagens.

Aqui, porém, como, de resto na África oriental, os movimentos do todo tiveram uma amplidão considerável sobretudo a leste, de modo que todas as altitudes se situam acima dos 700 m ! Contudo, o soco em sua totalidade reagiu em bloco, sendo as fraturas muito mais discretas que na região dos Rifts e não sofreram grandes arremessamentos senão sobre as cercaduras e esses movimentos fizeram também com que os jogos da erosão fossem mais acentuados. Nas margens, níveis de base muito comprimidos favoreceriam o recuo dos escarpamentos. Em direção ao interior, alinham-se os grandes níveis de erosão africanos, enquanto que massas de depósitos continentais como que entulham as depressões.

Dir-se-ia que as paisagens se organizam em três grandes conjuntos bem diferenciados. O interior é constituído por um alto platô entre 700 e 2.000 m. de altitude, tendo o seu rebordo mais elevado que o centro. Quase metade da superfície é constituída pelo afloramento das camadas do Karoo. A paisagem de planícies cortadas de montículos, os "Kopjes", é a mais clássica. Para a grande depressão interior do Okavango-Makarikari convergem as inclinações e a região é cortada por depressões fechadas, os "Pans", sendo que destas algumas possuem grande amplidão, como a lagoa de Etosha, de formação eólica, os "Vleys".

Ao longo de mais de 2.000 km, entre o Zambese e Angola, encontra-se o alto platô interior, de altitude variável mas com desnível considerável em direção ao exterior. É o grande escarpamento que apresenta todos os aspectos de um relevo de erosão cujos taludes sofreram recuo. A leste, nas planícies de Moçambique e Natal, o Drakensberg conta com os mais representativos setores do escarpamento. Encontram-se aí a montanha Bassuto, com mais de 3.000 m, com extensões de arenito coberto de basalto, alinhando altos cumes como o Cathkin de 3.650 m e o monte das Fontes com 3.280 m. O escarpamento se desdobra na região de East London, antes de tomar uma direção oeste-leste, na província do Cabo, onde perde altitude. Depois, na fachada ocidental, pelos Roggerveld Berge, perto de 2.000 m. de altitude, rondando o norte, vão determinar os degraus do pequeno Nama, que se abaixa a 1.100 m., para retomar o seu vigor bem ao norte do Orange, acima do deserto costeiro da Namíbia. A mudança do arenito pelo soco granítico dá formas mais suavizadas, ao mesmo tempo que o jogo das fraturas serve para explicar a presença de degraus e despedaçamento em blocos.

Ao pé desta extraordinária ciranda de depressões e montes, esparramam-se as planícies de Moçambique, muito largas, que vão terminar, em ponta, no Natal. São planícies sedimentares, cobertas de areias quaternárias, de inclinações suaves. São bordadas por uma costa chata, sem abrigo verdadeiro, com exceção da baía de Lourenço Marques. Na vasta e bonita região do Cabo, as cadeias de montanhas hercinianas que se alinham paralelamente de oeste a leste, vão criar um estilo inteiramente diferente das paisagens clássicas da África Negra. O ambiente que poderíamos dizer mediterrâneo é fator de diferenciação e termina por excluir tais territórios do domínio tropical. Mas quando se caminha em direção às planícies do sudoeste africano, lá pelas bandas da Namíbia, dá-se uma alternância entre planícies de erosão sobre o soco e vastos terrenos arenitos. O verde vivo das zonas antencionadas desaparece e, em seu lugar, surge a aridez quase total, o desolado, a fal-

ta da relva úmida, dos rios e riachos tão frequentes. A paisagem toma outro aspecto que destoa por completo daquela África úmida e luxuriante que todos conhecemos. Seme a África tropical, vem o deserto.

O clima dessas diferentes regiões africanas é, também, bastante variado, ora seco, ou quente e úmido, ora frio e seco. O clima impõe sua marca a todas as paisagens e explica a repartição irregular dos homens, suas atividades e os obstáculos que eles enfrentam naquele continente. O contraste é menor ao centro da África, enquanto que mais se acentua entre o norte, Sudão, por exemplo, que é quentíssimo durante o ano todo, e a República de Botswana, a República do Transkei e mesmo a África do Sul, com bons climas temperados, que se aproximam do clima de Santa Catarina. Com exceção de algumas regiões nas montanhas, onde o frio é mais intenso, os meses de inverno quase que se parecem com o começo da primavera na Europa. O sol, porém, brilha sempre. Bem ao centro do continente estão as zonas de maior pluviosidade e em certos países da costa chove muito, quase que nove meses de chuvas. Há muito vento, em especial na costa e bem ao sul da África, mas nas regiões equatoriais existe uma zona de calma, os doldrums, onde o ar é muito quente, leve e úmido. No Sudão o calor é intenso e o vento do norte na pele pela sua queadura, um calor úmido, enquanto que na Somália, igualmente quente, o ar é seco e, a partir do entardecer, a brisa é constante.

Péhaut faz um estudo longo e minucioso do clima e sua importância para a África Negra, por sinal dos melhores estudos a respeito do assunto. To que já lemos, e o faz partindo do Sudão, passando pelas costas tanzanianas e pelos maciços etíopes, até os chamados climas de transição para o deserto, o saheliano, semi-árido que se encontra no hemisfério sul. Essa variedade de clima explicaria os diversos tipos de civilização que existiram na África Negra, de fantásticos impérios como o de Axum e os de influência islâmica, até os pequenos reinos tribais escondidos nas junglas e na costa ocidental. Ficaram conhecidos os comentários de viajantes europeus sobre aquilo que chamaram de "hiver nação", que é uma estação das chuvas, com profundas alterações no comportamento das pessoas, "pela invernação", como dizem os habitantes desses países sahelianos, muita coisa muda. E muda mesmo, como lembra Péhaut, pois vem "forte humidade et fortes chaleurs s'associent pour créer une ambiance moite, pesante",²⁴ fazendo com que seja "la période difficile".²⁵ Aliás, era na estação da invernação que os europeus se davam mal nos países africanos.

Mas esse especialista enumera muitos tipos de climas, dentre os marítimos e os interiores, dos semi-áridos aos tropicais e chuvosos, dos temperados aos tórridos, com estações secas, semissecas, climas de monção, clima saheliano, clima chuvoso, clima saheliano, com vento e sem vento, com chuvas frequentes e chuvas esparsas, clima subequatorial e assim ad infinitum.

São estudos muito específicos que refletem ao nosso tema e ao nosso interesse que é apenas mostrar, um tanto à vol d'oiseau, as variedades de regiões e zonas da África Negra - lugares onde se desenvolvem curiosos tipos de Estados e regimes que serão nos capítulos próximos a matéria do nosso estudo.

Muito se tem falado e escrito acerca do homem africano e sua antiguidade e o historiador Cheikh Anta Diop situa em África o berço da humanidade. Em 1925 foi descoberto na atual Botswana o crânio de um antropeoide, o australopiteco, que se achava muito próximo do homem, e, trinta e quatro anos depois, em Olduway, no sul do lago Victoria, o zindjantropo, que seria o ancestral do homem moderno. O assunto continua vivo e ainda longe de uma solução.

O que está mais do que certo é que os povos da África Negra são o produto de muitíssimas e antigas migrações e de mestiçagens frequentes e é difícil dizer-se quem é, somaticamente, o verdadeiro negro. No seu livro Las Razas Humanas y su Distribución²⁶, A.C. Haddon, que foi professor de Etnologia na Universidade de Cambridge, apresenta-nos uma definição muito complicada e diz que uma das povoações mais primitivas da África é a dos verdadeiros negros, ou sudaneses ocidentais. Para ele a pátria primitiva dos negros parece ter sido o Sudão.²⁷ Divide os habitantes da África negra em negrillos, bosquimanos, hotentotes, negros e bantos. As divisões são, frequentemente, divergentes. São muitas as classificações e duas muito seguidas são as que consideram os habitantes da África Negra como:

1. Negroides africanos;
2. Pigmeus do Congo e da África Central; e
3. Bosquimanos-hotentotes.

E como:

1. Cinco subraças negroides;
2. Paleonegríticos:
 - a. Pigmeus;
 - b. Bosquimanos; e
 - c. Hotentotes.
3. Povos mestiçados.

Esta última, que separa bosquimanos e hotentotes em dois distintos grupos, vem sendo seguida com mais frequência e divide, por sua vez, as subraças negroides por regiões mais ou menos delimitadas:

1. Os guineanos, que se encontram do Senegal aos Camarões, ao longo do golfo da Guiné;
2. Os sudaneses, campestres do Senegal ao Cordofão. Diferem dos primeiros por serem maiores, mais fortes e prognatas;
3. Os nilóticos, que ocupam parte da África Central e toda a bacia do alto Nilo. Possuem os membros delicados e são muito altos;
4. Os congolezes, que são os habitantes da grande floresta equatorial e chegam até a Angola. São mais baixos e mais prognatas; e
5. Os sul-africanos ou zambezianos, que possuem uma estatura elevada e a pele menos escura. Os cafres e os zulus seriam seus melhores representantes.

Bernhard J. Stern e Melville Jacobs no seu manual General Anthropology²⁸, que apresentam uma subdivisão ainda mais complexa para os diversos negroides, separando deles cuidadosamente os pigmeus e unindo os bosquimanos e hotentotes em um só grupo, lembram que os negroides ocupam uma vasta extensão da África e somam aos milhões e que habitam "the south Sahara extending as far south as the Cape of Good Hope in Africa".²⁹ Depois de descrevê-los em um quadro altamente generalizador, discutem as subdivisões devidas a Coon, Garn e Birdsell³⁰.

Jornalistas e divulgadores em geral classificam os africanos que vivem ao sul do Saara de "negros", classificação insuficiente e imprecisa, mas normalmente aceite e já sem jeito de alterá-la. Por motivos apenas didáticos, continuaremos a usar a denominação lado a lado com africano, frisando, porém que nem todo africano é negro, assim como entre os negroides existem muitas subdivisões, e que, cientificamente, povos como os pigmeus, os bosquimanos e os hotentotes, se encontram debaixo de outra classificação, da mesma forma que etíopes, peuls e outros.

Todos esses povos estão mais ou menos espalhados por diversos países. Existem grupos étnicos que se espalham entre dois, três ou mais Estados. A partilha européia da África Negra foi a grande responsável por esse caos, que persiste e tem sido um obstáculo muito grande para a unificação de Estados nascentes e plurinacionais, além de pluriraciais..

Como se isso fora pouco, a África Negra é uma babel com dezenas de línguas médias e grandes e centenas de pequenas línguas e dialectos. O linguista americano H.J. Greenberg chegou a enumerar dezesseis famílias principais de línguas, o que pensamos ser excessivo levando-se em conta a população africana, relativamente pequena. Note-se que o grande ramo nígero-congolês que reuniria a maior parte dos povos africanos, compreenderia muitíssimas línguas e dialectos porquanto associaria os ramos sudaneses e os bantos, que representam a maior parte dos habitantes da África ao sul do Saara. Soemente umas poucas línguas atingiram vastas extensões e são faladas por milhões, como a haussa, a ibo, a yorubá, a suaíli ou kiswahili, a mandinga, a kikongo. O africanista Delafosse contava somente na antiga África Ocidental Francesa 126 línguas e dialectos principais, dando para o grupo banto mais de 350 línguas e dialectos. Muitas vezes são línguas de tão pequena extensão que não mais se ouvem fora dos limites de uma pequena povoação ou de uma tribo.

Os colonizadores europeus, por sua vez, obrigando o uso do inglês e do francês, deram origem, em alguns lugares à criação de línguas mestiças, parlars para uso de negros e europeus e chamados desprezivamente de "broken English" e "petit nègre", alguns dos quais sobreviveram a independência, como o krio da Serra Leoa, ou vários sabirs no sul da África.³¹

Os portugueses também foram, com o seu descaso pela educação dos africanos, os arquitetos de crioulos interessantíssimos, como o de Cabo Verde, que hoje caminha para a categoria de língua literária, e em outras partes de seu vasto e extinto império colonial.



UNIVERSIDADE DA BAHIA
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS

Salvador, 29^{de} novembro de 1967

Of. 553/67

Ilmo. Snr.
Dr. Newton Sabbá Guimarães
Avenida Spixuma nº 1601
Cachoeirinha - Manaus
AMAZONAS

*Recebido
em 29.11.67*

Recebi há dias o seu trabalho sobre a escrita dos "vais", destinado à publicação em "Afro-Asia".

Imediatamente providenciei a confecção dos clichês necessários à ilustração do mesmo.

Espero que de agora por diante possamos contar a vossa colaboração regularmente.

A revista deverá ser publicada até o mês de março de 1968.

Quanto ao número anterior, ordenei a remessa, via aérea, para o vosso endereço.

Agradecendo a colaboração prestada, envio-vps as minhas saudações.

Prof. Waldir Freitas Oliveira

DIRETOR

◆ 7 ◆ IF NIE O 6 T N III

[illegible]

01,18 54 76,9:5:9 54 N 7 Δ III 4

||| 00 2 8 7 5 2 . 0 ' 1 ' 8 0 H e e H 2 8 H 8 *

1. A - 1: I 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039

[illegible]

SSBIC HHTT H_A T I_{out} I₆ J₆ B

75 07 116 5575 8 7*

2.* 7: I 27 HZ. 0'1'88 HAZC Fm P*

3. ** 9: I 27 OX E H H I K 8 1 0 1 1 1 F *

4. 7. 9. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839

5. = 9. Y IF O' S 847 ~ m IF *

6:.. :P I IF 7 7 0 7 118 + E S O X Z :P

11/18/2011

7. ~ 8. I F C H I 0 2 1 1 6 8 E 6 2 0 x 2 8

Handwritten: 5678 * 77 2 8 6 5

LE IC

8. = ሥ ፒ ዙ ሄፓ፣ ወገን ሁሉ ሥ

[illegible]

218 07116 77.0118 8.645 8 K 88 1C*

[illegible]

Apesar dessa extrema diversidade de línguas e dialetos, desse caos linguístico, a África Negra possui algumas línguas que vem sendo culti-
vadas por muito tempo como instrumento de uma literatura local, regional, inter-
regional ou mesmo abrangendo grandes extensões. Ninguém desconhece o significa-
do cultural do haussa, do kiSwahili, do yorubá, do mandinga, do wolof, do kikon-
go, do ibo etc. Estudadas a fundo por linguistas europeus que as sistematiza-
ram, dotando-as de gramáticas e manuais de aprendizagem, possuindo bons dicioná-
rios bilíngues, nem por isso lograram a condição de línguas nacionais ou línguas
oficiais dos países onde são faladas. Somente umas poucas línguas lograram ser
alçadas a condição de línguas oficiais mas sempre lado a lado com uma língua eu-
ropéia, como o kiSwahili no Quênia, em Zanzibar, na Tanzânia; o sotho ou seso-
tho em Botswana; o swazi no Reino da Suazilândia, sempre ao lado do inglês. Em
anos recentes, o Presidente do Togo, General Gnassingbé Eyadéma, em sua políti-
ca de nacionalização e africanização do país, decretou que as línguas ewé e ca-
bié seriam oficiais ao lado do francês, com custos altíssimos para um país po-
bre e com mais de 44 dialectos bem distintos falados em seu território. Não e-
xistiu até hoje uma política linguística que tentasse dotar esses países de uma
língua franca nativa. Somente a clarividência de um grande líder como foi o fa-
lecido Presidente Kayibanda, homem letrado, cultíssimo e poliglota, conseguiu
com que o seu pequeno e densamente povoado país, Ruanda, tivesse uma língua a-
fricana, o kinyarwanda, como língua oficial e principal, ao lado do francês, ges-
to seguido, mais tarde, pelo governo revolucionário do vizinho Burúndi, que fa-
la uma língua muito parecida, o kirundi. Na grande maioria dos países o proble-
ma continua a preocupar e ainda muito distante de uma resolução, mesmo porque
as línguas européias são compreendidas e faladas por estreita margem da popula-
ção, geralmente aqueles que tiveram oportunidade de frequentar boas escolas ou
que tiveram maior contacto com os coloniais, enquanto que a vasta porcentagem
dos interioranos continua a desconhecer o inglês, o francês, o português, o es-
panhol, o alemão (outroa ensinado no Togo e nos Camarões). A Somália, que tem
a grande vantagem de ser um Estado praticamente monolíngue, fato raríssimo no
continente, só recentemente adotou o somali como língua nacional e oficial, mas
por meras questões políticas, fez do árabe a segunda língua, o que não correspon-
de à realidade cultural do país, uma vez que somente ao norte existem minorias
que falam fluentemente o árabe tanto quanto o somali. Nas cidades, mais do que
o árabe, são usados o inglês e o italiano, que são línguas auxiliares. A forte
onda de nacionalismo que varreu a África após 1960 não foi capaz ainda de solu-
cionar a questão linguística, que continua a ser motivo de subdesenvolvimento e
até de graves incidentes tribais. A África do Sul, na sua política de liberta-
ção dos Black Homelands, tem incentivado a utilização de línguas africanas como
o tswana, o zulu, o xhosa e outras, nos assuntos culturais e administrativos dos
territórios, ao lado do afrikaans e do inglês.

O assunto, longe de circunscrever ao campo linguística, ul-
trapassa-o e vai ao político e, não poucas vezes, como na Índia, tem gerado con-
flitos muito sérios.

Com a emancipação política, o estabelecimento de governos nativos, a entrega dos negócios de Estado para os novos dirigentes, a criação aodada de uma nova administração, a improvisação de tantas coisas importantes, aconteceram transformações rápidas no comportamento de milhões de africanos que, até então, haviam aceitado como normais coisas que rejeitaram depois como o fato de continuarem a usar línguas estrangeiras nas escolas e instituições do Governo, a manterem um sistema judiciário copiado servilmente das antigas metrópoles coloniais, uma maquinaria administrativa herdada dos europeus e, sobretudo, a partição dos territórios tal como feita pelas potências da Europa, em completa desarmonia com as nações e grupos étnicos. Isso geraria, mais tarde, violentas guerras civis e guerras entre Estados.

Em alguns setores as transformações foram tão rápidas, movidas por governos altamente nacionalistas que geraram conturbações bastante sérias. Grupos e facções antagônicas que não hesitavam em dividir suas províncias e regiões tentando fazer novos Estados, como aconteceu com o Katanga e o Kassai no antigo Congo belga, hoje Zaire; e mais tarde com Biafra, na Nigéria. Havia grupos que se apegavam aos antigos colonizadores e seu apoio para se manterem no poder e derrocar os nacionalistas exacerbados, enquanto outros encontravam na expulsão violenta do elemento europeu a sua salvação. Tudo estava por fazer e o autor desta tese, que andou demoradamente pelo Continente Africano, teve oportunidade de acompanhar, com preocupação cada vez crescente, o perigo que as transformações sócio-político-econômicas e a improvisação representavam para os novos Estados.

De quem a culpa? Quais as origens desses problemas? Qual a situação presente?

São pontos que tocaremos no decorrer dos próximos itens e capítulos.

1.2. Uma tentativa de resposta

Quando se pergunta, por vezes dramaticamente, o que é a África, as respostas podem ser as mais emocionais possíveis e também as mais desencontradas. Alberto Rangel ao escrever um livro monumental sobre a Amazônia, O Inferno Verde, dizia que ali quase tudo está por ser feito. Assim a África Negra: tudo está por ser descoberto e compreendido. Sobre tudo compreendido, o que não tem acontecido com aquele continente, pois pesa sobre ele, os seus povos, os seus muitos países, os seus regimes e formas de Estados, uma grande dose de má vontade e exageros.

Há traços de ligação entre a África Negra e a nossa América Latina, alguns rasgos marcantes que o estudioso logo consegue notar, mas daí a tentarmos um paralelo, como muitos o fazem, é bastante delicado, mesmo porque a origem dos Estados americanos e a dos africanos é muito diferente, como foi muito diferente a colonização. Quando os europeus invadiram e dominaram a África, e a repartiram entre si, já encontraram povos e nações que resistiram tenazmente à assimilação racial e cultural, e pregação religiosa teve, ali, pouca força, o que não aconteceu com os povos do Novo Mundo, onde uma religião imposta viria ser diretriz quase que indiscutida, assim como novas línguas vieram introduzir-se no contexto cultural dos países em formação. Nasceu desse contacto ameríndio-europeu-negro um novo habitante das Américas, o mestiço, cuja importância ninguém discute.³² Os territórios dominados conservaram as suas línguas e dialetos, mantiveram as suas religiões animistas mesmo onde o Cristianismo passou a ser estimulado e não houve assimilação racial, com raras exceções como Cabo Verde (um campo magnífico para o estudo da sociologia da cultura), onde a grande maioria da população é mestiça e fala uma língua igualmente mestiça, o crioulo caboverdiano, e na África do Sul, onde se desenvolveu uma forte mestiçagem em sua maioria entre povos brancos, com predominância do holandês e onde uma língua transplantada, com o passar do tempo, através de uma mestiçagem linguística, se assim podemos dizer, se altera tão substancialmente que, como no caso do crioulo caboverdiano, vem a formar outra, o afrikaans.³³ Poder-se-ia citar ainda o exemplo zanzibarita com o kiSwahili, mas naquela ilha, atualmente parte integrante da República de Tanzânia, a mestiçagem não veio a ter uma feição tão abrangente como nos dois outros casos citados. Existem, é claro, casos isolados, esparsos, mas sem essa abrangência que vemos na América Latina.

Com a independência dos territórios africanos é que alguns desses traços de ligação a que nos referimos se acentuam, em especial na inquietação política, na instabilidade das instituições, na fragilidade do arcabouço constitucional, na hesitação dos novos regimes. Muitos anos se passarão até que a situação africana tivesse um pouco de estabilidade. Muitos anos mais se passarão até que haja uma estabilidade política. A América Latina bem mais velha politicamente que a nova África, ainda se debate com problemas estruturais, com idas e vindas de suas instituições, com perigosas oscilações nas suas diretrizes políticas, como querer que a África Negra, de um momento para o outro, amadureça as suas instituições e caminhe de modo firme em direção ao futuro, como a Europa e a América do Norte?

A África Negra conseguiu, com muito esforço, escapar à assimilação e nisso reside o seu mérito maior, posição muito elogiada pelo africanista Dmitri Lavroff no seu livro Os Partidos Políticos da África Negra³⁴, daí que ela busca às vezes com inabilidade, outras de modo bastante coerente e hábil, o encontro consigo mesma, o que fez Lavroff comentar:

"Todavia, a África contemporânea não é um

decalque dos países europeus, e pretender avaliar a realidade africana pelos esquemas europeus leva a cometer erros de apreciação" - in op. cit. p. 8.

Os falsos defensores da África insistem em que ela não tem história, o que é um erro dos mais graves e já amplamente denunciado pelos pensadores, scholars e estadistas eminentes daquela parte do mundo. O que houve é que a sua história foi, por muito tempo, negada e obscurecida. Hoje em dia, a África, possivelmente de maneira um tanto apressada, busca esse reencontro com a história - repito, reencontro! -, dela participando e fazendo-a em larga escala. Aliás, o Presidente de Tanzânia, Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, afirmou durante o Congresso Internacional de História Africana que já não era possível repetir-se o velho chavão que a África não tem história e no seu belo livro Uhuru na Ujamaa (Freedom and Socialism)³⁵, declarava, enfático:

right

"For you are not starting from the beginning. Because of the work which has already been done, there is one thing which this conference will not have to discuss. That is the contention that Africa has no history! The days when this was seriously suggested by intelligent men and women have now passed. Your problem at this conference is more likely to arise from the uncoordinated and sometimes undisciplined nature of the evidence; and from the number and variety of books and articles published in recent years.

The new consciousness that we have a history, and the amount of study which it needs and deserves, is not confined to Africa. The emergence of independent African states over the last two decades has meant that the rest of the world feels a need to understand this continent in a way which was unnecessary when we were simply colonial subjects. This new interest should not be dismissed as an aspect of neo-colonialism; on the contrary, it is a recognition that we in Africa are now equals whom the world cannot disregard. Conversely, as we Africans are involved in the world, and desire to take our full place in its councils, we must welcome this interest, and co-operate with it"

- in op. cit. p. 81 e 82. Os grifos são nossos.

A África Negra, portanto, busca um reencontro com a História

e com o mundo!

E o reencontro com a história é o que a caracteriza de mais perto, daí advindo a sua profunda sede de transformações rápidas, a sua luta patética entre a modernidade que chega e o tradicionalismo que, teimosamente não quer sair, mas, a pouco e pouco, cede lugar.

Foi talvez pensando nisso que dois autores americanos, Ellen e Attilio Gatti, em livro que teve grande repercussão ao ser publicado no dealbar da independência africana, A África de Hoje³⁶, por nós tantas vezes citado, afirmaram:

"Há sempre uma novidade que vem da África."

Estas palavras eram verdadeiras quando Plínio, o Velho, as escreveu, há muito tempo. Elas têm sido mais verdadeiras ainda em anos recentes, durante os quais a fisionomia política da África vem modificando-se continuamente, quase que de mês para mês. Nem é preciso ser profeta para predizer que tais palavras não estão destinadas a ser sequer um pouquinho menos verdadeiras, por algum tempo futuro" - in op. cit. p. 9.

Um vasto continente que busca encontrar-se, muitos povos que marcam um reencontro com a história, isto é a África Negra dos nossos dias.

1.3. Os Estados africanos do passado: Dos grandes impérios aos Estados-cidades

O estudo, ainda que muito rápido, dos grandes impérios e Estados que existiram em África no passado vem a ser, de certo modo, a continuação de uma resposta, a de que a África tem história e o porquê de seu reencontro com essa história, que alguns lhe negaram levados mais por preconceitos e uma visão paternalista da velha África.

Joseph Ki-Zerbo, na sua obra monumental, Histoire de l'Afrique noire³⁷, categórico e orgulhoso de sua africanidade, discute o assunto e estuda os muitos Estados que existiram pelo continente, desde impérios extensos e poderosos até os pequeninos Estados que terminavam onde terminavam as suas pequenas aldeias e vilas.

O novo nacionalismo africano, dirigido em parte pelos líderes políticos e pelos partidos que levaram a África Negra à independência a partir da Gana de Kwame Nkrumah, foi buscar na história antiga de muito antes da chegada dos Europeus às suas praias, ou dos dias dos primeiros encontros com estes, os nomes e exemplos de antigos impérios e reinos, um cavar no passado, para com os achados, algumas vezes apenas escombros, fazer renascer novos Estados. Assim nasceram a Guiné, Gana, Málí, Benin, Congo e, mais tarde, Zimbábwe, sem a aura imperial que aqueles ostentavam, menos extensos e com dificuldade de se manterem com o esplendor que um dia tiveram.

Tem, não podemos negá-lo, havido algum exagero dos nacionalistas quando se referem aos antigos impérios africanos e aos muitos reinos que ainda existiam por ocasião da chegada dos europeus. Uns, em verdade, foram enormes, em especial os Estados muçulmanos negros, enquanto que outros não iam além de cidades autônomas, algo assim como na Grécia antiga as cidades-Estados ou pequenos Estados que se restringiam a umas poucas aldeias, vilas e povoados, mas que possuíam uma administração a funcionar, um rei com sua corte e ministros e que eram reconhecidos pelos vizinhos, com os quais mantinham relações diplomáticas e de amizade, que se visitavam em determinadas épocas e trocavam entre si seus produtos. Estados mais simples se vistos dentro do nosso contexto atual, mas, nem por isso, com menores características de Estados.

Joseph Ki-Zerbo estuda-os sob nova visão, sem os caprichos de uma imaginação fértil e sem a tentativa de apoucamento de outros historiadores, que negam aquele encontro da África com a história a que nos referimos um pouco acima.

Defendendo o seu ponto de vista de que os antigos egípcios eram negros, Zi-Zerbo começa o estudo dos grandes impérios africanos pelo Egito, por Kush e Meroé, detendo-se, depois, em Aksoum. Extremamente metódico (aliás, ele faz a defesa do seu método histórico nas primeiras páginas da introdução, de leitura obrigatória na obra), o historiador passa ao Sudão ocidental aí estudando os impérios málí e o gao. A seguir, detém-se no que chamou de os Estados do Sudão central que incluíam os Estados haussa e o ka-nem-bornou. Estuda os reinos Yorubá e Benin, subindo à Etiópia e analisando, então, a dispersão dos povos bantos, os Estados do Congo e do Zimbábwe, já na África meridional. Analisa a decadência desses impérios e reinos no passado e, então, estuda os existentes reinos dos séculos XVI a XIX, que se estendem do Sudão ocidental à bacia zairense - e são inúmeros, todos com boa organização político-administrativa.

Alguns desses reinos e impérios chegaram até nós, até os dias da independência e teimosamente resistem dentro de novas fronteiras, seja conservando-se como províncias ou regiões de novas repúblicas, seja como Estados-membros em federações como a da Nigéria, e que serão objeto de nosso estudo nas páginas a seguir.

Houve grandes impérios em África que abrangeram extensões verdadeiramente assombrosas, mas se esfacelaram com o tempo e quando os europeus aportaram às suas praias, já tinha havido o "effondrement des empires", como escreve L. Joubert no seu prestimoso ensaio La colonisation de l'Afrique et ses conséquences.³⁸ E quando os colonizadores partilham a África, chegam à triste observação de que não há cidades, o que tem sido, através dos séculos, na história do homem, um fator essencial de organização e de estruturação. Os grandes centros do passado tinham desaparecido ou perdido seu significado e mesmo Tombuctu, que fora centro de um grande império, estava reduzido a um triste povoado poeirento e constituído de cabanas pobres, sem nada que deixasse ver o centro cultural, político e religioso de uma civilização. No caso de Tombuctu, a situação é mais triste ainda pois o lugar era visto de fora como o resto de um grande e poderoso império, onde a cultura islâmica atingira seu apogeu em África e isso atraía curiosos de outras partes que sonhavam em seu solo penetrar e quando o faziam, em meio a mil dificuldades, se sentiam decepcionados "en découvrant ce cadavre de ville",³⁹ como escreve o autor acima citado. Mais ou menos o mesmo acontece com outros locais de que restaram apenas cadáveres, para usarmos da expressão de Joubert, dos altiplanos da Etiópia às savanas sul-africanas.

Contudo houve impérios e muito grandes, com uma boa organização estatal e com alguns governantes que se tornaram célebres através dos séculos.

Começemos pelo Império de Gana, ou Ghana, que segundo Ki-Zerbo "c'est le premier empire noir connu avec assez de précision".⁴⁰

Atingiu a um período de fasto e poderio militar que quando nacionalistas africanos surgiram, como o Dr. Kwame Nkrumah, um dos exemplos que eles gostavam de dar aos que achavam que a África não estava ainda em condições de se tornar independente, era que tinha havido um império muito rico, onde o ouro brotava quase que à flor da terra e que seus reis se cobriam de braceletes e joias em ouro puro - Ghana, do qual um viajante árabe, Al Bakri dissera maravilhas e um outro, que viera ainda antes, Ibn Hawkal, que viajara de Bagdá às margens do Níger, até Awdaghost, em 970, não hesitara em declarar que o monarca de Gana era o mais rico do mundo por causa do ouro.

A Gold Coast quando se torna independente escolhe para nome oficial o do antigo império: Ghana, a Gana atual, que conserva entre as suas fronteiras um reino eblouissant, o dos Achântis, além de várias outras cheferias que a república houve por bem conservar como fator de estabilidade, dada a grande importância dos monarcas tradicionais na vida dos ganenses.

É verdade também que o lugar outrora ocupado pelo Império de Gana não corresponde ao onde hoje se localiza a República de Gana, mesmo porque os ganenses de hoje são, em sua parte majoritária, povos não islamizados nem arabizados, diferentemente dos de outrora, o que dado origem a muitas conjecturas sobre como teria isso acontecido. Mas tudo se perde no mundo das conjecturas e mesmo o tão erudito e conspícuo historiador Ki-Zerbo não apresenta uma resposta que contente, aventando mesmo a hipótese de que os primitivos governantes de Gana teriam sido brancos, mestiçados depois com negros autóctones e dando origem às dinastias

negras que se manteriam no trono até o desmoronamento do império. Aliás existem outras suposições, possivelmente levadas pelo fato de grupos sarakholés (sarakhô lê significa homem branco), juntos com outros como os marka, diula, dafing, descendentes dos bambara ou mandé, toucouleur, wolof e serere, além dos soninké, que devem ser considerados como os verdadeiros fundadores do império, terem dominado a região. Um pesquisador europeu, Delafosse, chegou a sugerir que os fundadores do império ganense seriam de origem líbica, ante o que Ki-Zerbo, mais cauteloso, se pergunta:

"N'est-il pas probable que le sens même du mot Sarakholé qui signifie homme blanc, en raison sans doute de la lointaine et partielle ascendance blanche, a dérouteré plus d'un chroniqueur d'hier et d'aujourd'hui? L'origine du royaume est donc très probablement autochtone même si le commerce du sang et des biens avec les Berbères ou Sémites sahariens a pu jouer un rôle. C'est en tout cas avec une dynastie noire que le royaume apparaît et s'impose à l'histoire, prenant à partir du Xe siècle les proportions d'un véritable empire qui s'étendait du Tagant au Haut-Niger, et du Sénégal à Tombouctou" - in op. cit. p. 107.

Seja como for é bem provável que as primeiras dinastias ganenses fossem de mestiços berberes e semitas saarianos. Os tuaregh tinham os seus vastos domínios nos confins do império ganense e os berberes levavam, na antiguidade e ostensivamente, ouro e outros materiais africanos para Cartago e outras cidades da borda mediterrânea. Ninguém ignora, também, a belicosidade daqueles povos saarianos, especialmente os tuaregh,⁴¹ que chegaram a dominar bem dentro da África Negra, até Tombuctu e que impunham o seu poder em razzias célebres pela violência e rapidez.

Historiadores, baseados em velhas crônicas de viajantes e eruditos árabes e na tradição secularmente transmitida, dão como início do velho Estado ganense por volta do V ou VI século A.D. Mas, lembra o africanista Basil Davidson no seu Africa in History⁴², "it is quite clear that some form of trading organization must have existed much earlier than this"⁴³. Depois de 800 parece ter havido uma rápida expansão e por volta do ano 1.000 atinge o seu máximo esplendor, um pouco mais tarde entrando na longa decadência fruto de guerras e invasões, da investida moura que termina por islamizar grande parte daqueles povos preparando o advento de outros impérios, esses já de inspiração islâmica e que se estenderiam ainda mais para dentro da África Negra, como o Império de Kanem-Bornu, e os Impérios Mali e Songhay.

Restos desses impérios, em forma de cidades-estados, já bastante decadentes, sempre em guerras com os vizinhos, os europeus vão encontrar ao desembarcarem em África.

Os eruditos africanistas lembram que, de um título, dado ao rei, saiu o nome do império - ghana, que era o chefe da guerra, estendendo-se, depois, para todo o território por ele dominado. Algumas vezes, era conhecido também como kaya maghan, o senhor do ouro, uma alusão às imensas jazidas auríferas que existiam pelo império. Mais ou menos fenômeno semelhante vamos encontrar na América do Sul, com os incas, a terra inca, o império dos incas, em que o título do monarca absoluto passa a designar o povo e o império.

No Estado ganense, o imperador personificava "the spiritual being and welfare of his people conceived as a community of the ancestors, the living, and the yet unborn", ensina Basil Davidson na sua obra citada.⁴⁴

O soberano era considerado como tal por direito divino. Era o supremo representante do seu povo e a cabeça do império, visto como um corpo imenso. Mas com a reorganização do império na sua Idade de Ouro, o aumento das elites guerreiras, a importância que os representantes imperiais tinham nas distantes províncias, essa qualidade divina sofre limitações no exercício do poder, "which - comenta o mesmo Davidson⁴⁵ - could seldom become despotic". Poder-se-ia dizer que o monarca se autolimitava através de um Grande Conselho do Rei, que compreendia os altos dignitários, que eram libertos, enquanto que os filhos dos reis vencidos, que eram mantidos na corte como reféns, eram também associados ao Governo. O soberano, como nos tempos salomônicos, rendia justiça direta aos seus súditos que o procuravam para apresentar queixas contra outras pessoas ou mesmo contra altos funcionários governamentais. Cada manhã, cercado de todos os grandes da corte, o soberano saía a cavalo para um longo passeio pela cidade, parando muitas vezes para ouvir as queixas. Saía também pela tarde, com a mesma pompa e fasto, mas nessa ocasião não podia ser interrompido por quem quer que fosse: o soberano distraía-se. A sucessão real era matrilinear, isto é, era o filho da irmã do rei o seu sucessor. Uma forma de assegurar-se que o trono fosse sempre ocupado por príncipe de sangue real pois, acrescenta com ironia o viajante árabe Al Bakri, porque se é seguro de ser-se irmão de sua irmã, mas nem sempre de ser o pai de seu filho. Não nos esqueçamos, contudo, que o sistema matrilinear parece ter sido prática negro-africana, possivelmente devido ao seu caráter agrícola e sedentário.

Foram poucos os que tiveram seus nomes reconhecidos pela posteridade, lembra Ki-Zerbo. O Tounka Menin (tounka, tunka, quer dizer Rei, a que juntavam os epítetos de ghana ou kaya maghan, como já vimos), que subiu ao trono em 1062 e era sobrinho de seu predecessor Passi. O imperador era animista, como a maioria de seus súditos e era o culto do deus-serpente o principal culto (Ouagadougou-Bida, totem ancestral dos cissé, que, segundo a lenda, saía de sua toca no dia da entronização dos reis e, todos os anos, recebia em sacrifício a mais bela virgem do país. Cobria-se de ouro, nos braços e no pescoço e, na cabeça, usava uma espécie de boné pontudo enfeitado de ouro, o que fez com que o viajante árabe, Al Bakri, a quem devemos tantas informações sobre o império ganês, dissesse que ele usava adereços de mulher.

As suas audiências eram dadas sob uma vasta cúpula, em torno da qual se postavam dez cavalos ajazezados de ouro. Atrás do soberano ficavam dez pagens que traziam escudos de couro e espadas, todos soberbamente vestidos.

Mesmo que Ki-Zorbo insistia em dizer que esses reis e imperadores não eram divinizados, mas que tinham poderes autolimitados, eles encarnavam, de modo perfeito, a simbiose Estado-Monarca, muito antes que o fastoso soberano francês o declarasse, vaidosamente. O rígido protocolo, sacralizador por excelência, acentuava mais ainda essa fusão. O governador e lugar-tenente do tunka, assim como os ministros de Estado, só podiam falar-lhe assentados por terra ou de joelhos. Os súditos tinham que prostrar-se de joelhos e lançar terra sobre a cabeça quando o imperador aparecia. Assim o saudavam. A sua morte, igualmente, era seguida de cerimônias fúnebres igualmente divinizantes, como entre os antigos egípcios e se esperava que ele, no outro mundo, pudesse gozar dos prazeres e alegrias que neste gozara: era enterrado entre tapetes e coxins, com todas as suas armas e adereços, as vasilhas de que se servira em vida, além de as encherem com as comidas de sua preferência e se postarem a seu lado escanções e cozinheiros. O corpo era velado em uma grande basílica de madeira, com o chão guarnecido de tapetes. Depois esse edifício, de boas proporções, eram coberto de uma esteira e de fazenda cara e, a seguir, os acompanhantes da cerimônia fúnebre lançavam terra sobre a câmara mortuária até formar uma grande colina que se cercava de um fosso com apenas uma via de acesso. Muitas pessoas eram enterradas vivas com o tunka e, comenta o erudito acima citado, "cette pratique regar-dée comme barbare s'explique par les conceptions religieuses animistes"⁴⁶ Esses costumes se observavam também na Núbia, na Civilização Kerma.

Uma pergunta que tem estado no ar é a que se refere à localização exata da capital do Império. Há muita fantasia quanto ao que ela seria, e segundo pesquisas de Bonnel de Mézières era teria ficado próxima de onde é hoje Ouagadougou. Koumbi Saleh, Koumbi, a santa, que ainda existe, apresenta muitas ruínas consideráveis e muito amplas, que corresponderiam às descrições de Al Bakri, para quem essa grande cidade se dividiria em duas partes bem distintas: uma habitada por muçulmanos, na planície, mercadores árabe-berberes, jurisconsultos, religiosos e sábios ilustres e contava doze mesquitas com um pessoal assalariado. Distante dali, a seis milhas, ficava a cidade real, cercada de bosques sagrados, a que os muçulmanos chamavam de El Ghaba, ou seja, A Floresta, e era frequentada por uma casta importante de padres, possuía serpentes sagradas às quais eram rendidos cultos e se encontravam as tumbas reais. Ninguém podia penetrar nesse local sem permissão sob pena de morte. As prisões se localizavam ali e delas ninguém jamais saía. Como o Império tinha estreitas relações com o mundo islâmico, o tunka permitiu que se construísse uma mesquita de boas proporções para uso dos dignitários muçulmanos que viviam junto à Corte. A residência do tunka compunha-se de um enorme castelo e muitas cabanas de teto arredondado, tudo circundado por uma espécie de muro. O palácio tinha muitas estátuas, pinturas e janelas envidraçadas. As escuderias reais eram imensas e chegaram, no auge do Império, a comportar milhares de cavalos que se deixavam ficar sobre esteiras e levavam uma corda de seda no pescoço e nas patas. Cada cavalo tinha três empregados a cuidá-lo: um para alimentá-lo, outro para dar-lhe de beber e outro para recolher, em vasos de cobre, as urinas e os dejetos.

A darmos créditos ao que conta Kati Mahmoud no seu "Tarikh el-Fetach",⁴⁷ essas construções deviam de ser amplíssimas, uma vez que, todas as tardes, do alto do seu trono de ouro vermelho, cercado de muitos cortesãos e criados que levavam tochas acesas, o tunka contemplava dez mil dos seus súditos convidados a jantarem no palácio.

As duas partes da capital imperial, a cidade real e a cidade muçulmana, eram interligadas por uma grande avenida bordejada por casas de pedra e bosques de acácia.

E o que encontramos hoje em dia, se pergunta, melancolicamente, o erudito Ki-Zerbo e a sua descrição dos restos da grande cidade é muito nostálgica.⁴⁸

Um império que possuía uma tão grande capital, com tantas riquezas, por certo deveria possuir, também, uma turbilhonante vida sócio-econômica. E possuía.

Em Koumbi encontravam-se viajantes de todas as partes do império e visitantes de outros reinos, vassallos ou não. Muitas línguas eram usadas e o árabe do norte, em seus vários dialectos, servia como uma espécie de língua franca entre os muçulmanos. Os sábios eram muito respeitados e cercados de discípulos. Os jurisconsultos frequentemente chamados para drimir delicadas questões entre os súditos do império, especialmente quando se tratava de assunto entre animistas e muçulmanos. A poligamia seguida por muçulmanos e animistas e as famílias enormes.

O Estado era muito rico e, com isso, o soberano era riquíssimo, porquanto uma parte de cada fonte de riqueza lhe pertencia por pleno direito. Como a maior fonte de riqueza era o comércio intenso e as minas auríferas que pareciam não se esgotar, taxas pesadas eram pagas ao soberano que se apropriava de toda pepita descoberta, assim como um dinar de ouro lhe era devido por cada asno carregado de sal que entrasse em seu território e dois, por asno saído. Ki-Zerbo apresenta a tese em defesa desse tratamento discriminatório dizendo que assim se procedia para que preciosas importações, entre elas a do sal, eram favorecidas, e porque, sendo o país muito rico é possível que cada asno que saía do território levasse uma carga bem maior do que trazia e esse fora o expediente astucioso para coibir o esvaziamento de mercadorias naquele intenso comércio. Essas caravanas retomavam as rotas que levam a África Negra ao Maghreb, passando por Awdaghost ou Walata, até Sidjilmasa, capital dos berberes zanata no Tafilaleet, sul marroquino.

Por toda parte a presença de poços e numerosos jardins, o que denota uma certa comodidade agrícola, com boa parte da população voltada para a cultura e a criação. Um ar de prosperidade por toda parte, comenta Al Bakri, cujas passagens mais descritivas nos permitem advinhar a silhueta de súditos ganenses, os homens de barba raspada e as mulheres com a cabeça inteiramente rasurada, vestidos de fino algodão, de seda ou de brocado, conforme as suas posses. O ouro em pó tinha livre curso. E parece que o seu comércio era tão in-

tenso nas regiões do sul, como Galam, Eambouk e mesmo Bouré, onde se encontraram pesos tão delicados que se supõe que fossem para pesar um metal precioso. Ouro por toda parte que se diz que, amarrado ao trono imperial, havia um grande bloco de mais de 15 quilos, segundo outros chegava a pesar uma tonelada, o que é patente exagero. Seja como for, o Império de Ghana era muito rico.

O comércio entre súditos e estrangeiros era também intenso e no mais das vezes feito através de atravessadores, os wangara, que serviam de intérpretes e agenciadores, o que o tornava muito oneroso. Para se livrarem desses atravessadores, os comerciantes magrebinos iam até aos extremos dos territórios do império e comerciavam com os indígenas seguindo aquela antiga tradição dos cartagineses e, antes destes, dos egípcios que iam ao Reino do Ponto: o comerciar sem palavras e que parecia dar certo. Os comerciantes chegavam de maneira barulhenta, fazendo-se preceder de batidas de gongos e de tambores para alertar os possíveis clientes. Depois, estendiam no chão as suas mercadorias, cuidadosamente desembaladas dos asnos e camelos, desde panos coloridos, lãs, sedas, púrpura, até broches e anéis de cobre, pérolas azuis, sal, tâmaras e figos. Dispunham-nos em pequenos montes e se afastavam. Ato contínuo, os indígenas se aproximavam e examinavam as mercadorias, depositando um punhado de ouro, que julgavam o bastante para pagar o gênero que escolheram. Os mercadores se aproximavam por sua vez e, se estavam de acordo com preços pagos, tocavam a mercadoria e deixavam que fosse levada. Se não, davam as costas sem nada tocar ou dizer, ou então, diminuíam um punhado dos gêneros que ofereciam. Os interessados retornavam e apreciavam outra vez.

A descrição desses atos comerciais mostram uma grande confiança mútua, uma honestidade a toda prova e muito bom senso. Quando chegavam a um acordo, este era celebrado com grande batida de tambores. Estava fechado o negócio e os comerciantes lá partiam para as suas distantes terras levando ouro, marfim, goma e... escravos.

Esse império, extenso, rico, bem organizado, terminou por despertar a cobiça dos magrebinos, fossem eles os bravos e aguerridos berberes e tuaregues do deserto, ou as tribos sedentárias das planícies do Maghreb. O ouro em abundância espicaçava-lhes a cobiça. Chegava aos poucos a decadência do império negro.

Um letrado de Sidjilmađa, Abdallah Ibn-Yacine, impressionado com o relachamento dos muçulmanos na costa atlântica da Mauritânia, decidiu-se a pregar o retorno à ortodoxia islâmica e se pôs a reunir em torno de si um núcleo seletivo de adeptos que, aos poucos, atingiram o número de mil, a quem o teólogo batizou de Al Morabetin (os do ribat, da raiz árabe r-b-t, como em rabata, que evoca a idéia de lugar ou laço de união)⁴⁹, de onde saíria o termo almorávidas. Tinha início, com aquele gesto de retomada religiosa e busca de reorganização dos dogmas islâmicos, um dos maiores movimentos poli-

ticos expansionistas que registra a história. O xeque Abdallah Ibn Yacine ordena que os almorávidas imponham a verdade pela força, através de guerras santas. Foram levando de roldão tudo o que encontravam pela frente. Saído de uma ilha miserável, eles se lançaram desde 1.042 a uma djihad furiosa a que nada resistia. Eram os loucos de Allah que tinham apenas um escopo: levar a verdade aos homens, de qualquer maneira. E a verdade era a deles e de mais ninguém e como senhores da verdade, tornavam escravos aqueles a quem queriam mostrar essa verdade, em um movimento típico do fanatismo político religioso que todas as épocas têm visto medrar aqui e ali, de séculos em séculos ou até de décadas em décadas. Dentro em breve os almorávidas eram 30.000 e tinham o xeque Abdallah como líder espiritual e seu discípulo amado é Yahya Ibn Omar como seu general, que divergiam porém muitíssimo entre, salvo na vontade de impor aos outros um islamismo ortodoxo. Numerosos contingentes negros do Tekroun vieram unir-se aos homens de Abdallah e marcharam contra Ghana. Outro general, Abu Bakr, também discípulo escolhido de Abdallah Ibn Yacine torna-se emir, em 1.057 e desde a formação do grupo até 1.070 toda a parte norte do Marrocos tinha sido submetida, assim como a capital Zenata de Tlemcen e forçavam as fortificações andaluzas, na Espanha dominada pelos muçulmanos. Deseñcadeia um forte ódio contra o Império de Ghana que, com um exército de 200.000 homens, dos quais 40.000 arqueiros e uma imponente cavalaria, continuava a oferecer-lhes resistência. Contam os historiadores que uma das causas das vitórias almorávidas eram, além do seu pertinaz desejo de purificar o islamismo e impô-lo aos pagaos, eram os belos e possantes cavalos árabes, que os ganenses não tinham, já que os seus eram de pequeno porte e frágeis. As províncias meridionais de Ghana, é força dizê-lo, não eram muito leais ao poder central do tunka e havia na Corte muitos muçulmanos, empregados pelo monarca e que bem poderiam ter servido de "inteligência" e pontos de ligação com os invasores almorávidas que afinal conseguiram vencer o Tunka Menin, sucessor de Bassi e em 1076 a capital real é saqueada e dominado o império negro, que perde todo o seu esplendor, ficando reduzido a Aouker e ao Basikounou na decadência. Torna-se "une zone repulsive", diz Ki-Zerbo.

Mas entre a conquista almorávida e a decadência que se nota por volta de 1.203, quando Koumbi é novamente saqueada, desta vez pelo Rei Soumaoro Kanté, de Sosso, Ghana consegue, por curto espaço recobrar sua independência, mas nunca o seu antigo esplendor.

Fechava-se assim, ingloriamente, uma brilhante página da civilização africana, um dos momentos de maior esplendor da cultura negra enquanto organização estatal.

Resta agora passar em revista, mesmo à vol d'oiseau, como no exemplo anterior, um outro império, o de Málí, que daria nome, séculos depois, a uma das primeiras repúblicas independentes e que saíram do decadente império colonial francês e que teria como um de seus arquitetos principais e primeiro presidente Modibo Keita, por sinal, descendente autêntico de uma das dinastias reinantes do Império de Málí, como ensina Guy de Lusignan no seu "L'Afrique Noire depuis l'Indépendance".⁵⁰

1.3.1. Os Estados africanos do passado: Dos grandes impérios aos Estados-cidades

A seita puritana dos morabitin, os almorávidas, esses extraordinários fous de Dieu, os loucos de Alá, que queriam fazer tornar às puras fontes o islamismo relaxado, que eles não podiam compreender, foi a roda motriz de uma das mais decisivas arrancadas que a história registra. É como que se um lâtego divino e invisível os chicoteasse e os levasse sempre para frente. O éffondrement de um potente e fastoso império foi obra desses homens guiados por um firme desejo de purificação e imposição de uma religião que, acreditavam eles, viera para reformar o mundo. De outro lado, havia o ódio de outros povos negros que se haviam tornado vassallos dos ganenses e queriam ver o Império de Ghana destruído e, com isso, o rompimento de cadeias que os prendiam. A riqueza de Ghana, a pompa em que seus reis e imperadores viviam, tudo isso sem dúvidas despertou a cobiça de outros povos, especialmente os do Norte da África, que desde épocas imemoriais tinham sido conhecidos como grandes guerreiros, mas que tinham de lutar contra a pobreza do solo, a secura dos desertos, os ataques aos seus países costeiros, onde a terra dava seus frutos duramente, depois de muito sacrifício e suor. Ghana, de onde vinha o ouro, parecia a terra prometida para os novos conquistadores, que também atuavam em nome de um Deus, de uma unidade e que prometiam uma salvação.

Quando desaparece Ghana surge Málí, que sai das cinzas daquele e prometia repetir o brilho e a grandeza. Comporta uma boa parte daquele império e dura dos séculos XII ao XVI quando vem "la décadence, sous les rois songhais, qui avaient remplacé les Malinkés, car le royaume s'affaiblissait peu à peu sous les coups d'incursions et d'invasions", como ensina Guy de Lusignan⁵¹. Eram invasões dos muçulmanos que desciam de Tombouctou, empurrados pelos marroquinos, e dos pagãos do oeste, conduzidos pelos bambaras. Ficava entre dois fogos acesos, exatamente como Ghana, entre muçulmanos e pagãos, e estava imprensado de todos os lados pelos grandes grupos tribais da África ocidental atual, os peulhs, os dogons e os toucouleurs.

Ki-Zerbo, curiosamente, dá muito mais atenção ao Império Málí na sua obra do que havia dado ao de Ghana e o estuda com mais vagar, talvez por que a sua importância para a África moderna e atual, que tem sofrido grande influência islâmica, seja bem maior e representa um passo para o conceito de Estado como visto pelos europeus.

As suas origens, diz, são pouco conhecidas, mas teria surgido do desmoronamento de Ghana e das lutas intestinas no principado de Sosso, que se julgava o herdeiro do vasto império, cujo chefe, depois de se sagrar vitorioso e tomar conta dos despojos ganenses assume o título de Mangha, ou Mansa, isto é, dinasta, imperador.

Como os antigos reis de Ghana, os mansas de Málí reinaram em meio a grande pompa e alguns desses passaram à história pelo fasto de seus reinados, conservados pela tradição e ainda hoje repetidos nos livros escolares, como teria sido o caso do Mansa Musa, que transformou Tombouctou no maior centro de caravanas e de comércio em todos os tempos e, culto, amante das letras, fez com que aquele centro comercial fosse, ao mesmo tempo, verdadeiro paraíso para estudantes e professores do Corão, para os ulemás e filósofos, para os poetas e cantadores de rapsodias. Diz-se que esse monarca, ao fazer a sua peregrinação santa, hadj, a Meca, se fez acompanhar de uma comitiva imensa de mais ou menos 60.000 súditos, empregados, criados, escravos e cortesãos e o dinheiro de bolso era carregado em cem camelos. Levou consigo tanta água que mandou construir, no deserto, uma piscina para as suas esposas. Da sua viagem há relatos interessantíssimos e comoventes, isto porque os malienses eram muito honestos e cândidos e, ao passarem pelo Egito, foram enganados pelos árabes que os procuravam por mil motivos, entre outros, para lhes oferecer quinquilharias, panos e colares para as mulheres.

No auge de seu poderio, o Málí, como anteriormente Ghana, se estendia por um vasto território que ia da costa marítima, onde hoje ficam países como Gâmbia e o Senegal, até o sopé do Fouta Djallon, das linhas do rio Falémé às planícies causticantes do Tombouctou e chegava até ao país haussa, e abrangia vários reinos feudatários como Bobo, Sosso, Ouagadougou, Bambouk etc. Seus reis, que se haviam convertido à fé islâmica, eram persistentes na crença do islamismo, juntamente com toda a família real e um deles, Moussa Keita teria feito várias vezes a peregrinação a Meca e seria sucedido por seu filho, Maré Fama ghan (1218-1230), que se tornou conhecido por suas conquistas para o sul, o sudoeste e a margem direita do Alto Níger. De uma de suas mulheres, Sogolon Konté também chamada de Kédjiougou (a vil), teria um filho, Soundjata, ou Mari Djata (o leão do Málí), que seria herói de epopéias mandingas. Doentio, fraco, diz a lenda, ele se transforma ao tomar conhecimento de humilhações contra sua mãe e ao seu povo. Arma um grande exército, submete os reinos vizinhos e assume o título de Mansa e, diz, cheio de admiração Ki-Zerbo, "quand il regagna en 1240 sa capitale du Haut-Niger, Soundjata était à la tête d'un empire dont l'ampleur rendait excentriques les premiers sites sans doute successifs de la cour royale: Djéliba, Kangaba"⁵². Transfere a capital para Niani e se dirige para a segunda grande região do ouro do Sudão, Bambouk. Vai chegando ao Bondou, ao Baixo-Senegal e à Baixa-Gâmbia e estende a suzerania do Málí às províncias ocidentais extremas daquele que fora o antigo império ganense, o Dyara-Tékrou, belo e rico território. O sentimento nacional mandê, com a vitória de Kirina, que se trava entre Bamako e Kangaba à margem esquerda do Níger, diz, entusiasticamente o historiador, deu nascimento a um grande e poderoso Estado.

A tradição diz que Soundjata se preocupou muito com o cuidado da terra e teria introduzido a cultura do algodão, assim como, preocupado com o imperialismo sosso, que se julgava o herdeiro de Ghana, esse monarca aos poucos

um grande e bem organizado exército que se compunha de contingentes (Kélé-Bo lon) comandados cada um por um chefe de corpo (Kélé-Tigui), de inteira confiança de Soundjata, que dirigia, pessoalmente, a cavalaria armada de sabres. O mansa podia em pouco tempo enviar expedições para onde queria, até os confins do império, tanta era a sua organização. Como havia muitas etnias no império e isso causava certa inquietação quanto à ordem e à segurança, o rei dividiu as etnias associadas em espécies de cheférias e trinta clãs foram constituídos sendo cinco de artesãos, quatro de guerreiros, 5 de marabutos e dezesseis de homens livres chamados, curiosamente, de "escravos da coletividade", ou ton dyon, que forneciam o dízimo humano das tropas. Havia a escravidão, aumentada com as conquistas e a servidão dos que tinham de trabalhar apenas para o rei e deviam observar a endogamia, sendo que só o mansa podia autorizar o casamento fora de casta. Fez muito pelo império do qual é, a bem dizer-se, o fundador e Ki-Zerbo, com seu espírito profundamente impregnado de africanidade, não hesita chamá-lo de "un grand-homme au sens plein du terme".⁵³

Inicialmente muito centralizado, com Mansa Oulé, filho e sucessor de Soundjata, rei muito piedoso, começa a tentativa de descentralizá-lo, nomeando-se generais e grandes senhores feudais como representantes do mansa nos distantes territórios imperiais e, depois da morte do rei Aboubakar I, problemas sucessórios entre os muitos pretendentes, levaram ao poder um protegido da Família Real, Sakoura ou Sabkoura, misto de guerreiro e estadista, violento, corajoso e muito inteligente, dominado pelo sonho de enlarguecer ainda mais o império. É ele quem chega às partes lindeiras do já possante Reino de Gao no leste e queatinge o Tékroure a oeste. Valente e atrevido, mas estritamente apegado ao islamismo, esse mansa quis fazer, como seus antecessores, a viagem a Meca, e tornar-se mais um hadj.⁵⁴ Ao voltar foi assassinado na costa da Tripolitânia. O troço passaria em 1303 a Aboubakar II, sobrinho do fundador Soundjata, mas teve um fim trágico envolto nas névoas da lenda e do mistério: queria explorar o oceano Atlântico e para isso fez equipar uma grande armada com muitos marinheiros e víveres. Eram duzentos navios. Somente um homem escapou e veio contar o sucedido ao imperador que, teimoso, fez equipar desta vez dois mil navios, com víveres, água e marinheiros, que teria sido a primeira armada a tentar vogar para a América e comandada pelo soberano, lui-même. Dirigiu-se para o oeste e nunca mais voltou. Sucedeu-o, então, o mais célebre imperador maliense, o Mansa Moussa ou Kankou Mansa, de quem já falamos acima. Governou de 1312 a 1332 e em 1324 empreendeu a famosa peregrinação a Meca e o relato de sua viagem é por vezes comovedor, tal qual o reportam os livros da época, mormente de viajantes árabes e que Ki-Zerbo resume na sua obra.⁵⁵ Depois desse, outros reis vieram, mas nenhum com o esplendor de Mansa Moussa que falava de igual com sultões e príncipes árabes e fez o Mali conhecido e respeitado da Andaluzia ao Khorassan, do Adrar e do Tagant ao Bornou ao país haussa. O Mali chegara ao apogeu, mas alguns reis fracos não conseguiram manter aquele vasto império, que se viu pressionado pelos tuaregues e outros povos. As rivalidades palacianas depois de Moussa II terminaram por en-

fraquecer o império. O Império Gao, que aos poucos se fortalecia, tornava-se mais e mais ameaçador. Os povos feudatários por sua vez fazem pressão e se fortalecem, cai a dinastia Soundjata, chegam os reis da dinastia Siritigui que eram inicialmente animistas e o Mali de país conquistador passa à defensiva contra os toucoulers e os seress e muitos outros povos. Aumenta a rivalidade com os reis de Gao e, quando os portugueses aportam às praias africanas, o Imperador do Mali tenta uma aliança com o Rei Dom João II, de Portugal, mas já era muito tarde. Os marroquinos haviam chegado e em 1545 o Askia Daoud ocupa a capital maliana por duas semanas. Em 1599, o Mansa Mahmoud, em um último estertor de glória tenta unir os reis dos pequenos reinos do Níger para lutar contra os marroquinos, mas o tempo maliano tinha definitivamente passado e foram vencidos pelas armas de fogo.

Ainda que islamizado, o Império do Mali seguia os padrões dos grandes reinos africanos e misturavam o rigor islâmico com as crenças animistas. Contudo, as festas religiosas eram celebradas com grande pompa e durante a festa de Ramadan e de Tabaski os mulás pregavam longos sermões que eram traduzidos simultaneamente do árabe ao malinkê e acompanhados devotamente pelos fiéis. A casa digamos mais importante depois da da oficialidade maliana e da mesquita era a do imam, refúgio inviolável. Os negros se cobriam de belos boubous brancos e obrigavam seus filhos a estudar o Corão, mas essa aparente obediência religiosa não os impedia de comer carne impura, de aceitar os cultos animistas dos griots (Dyéli) e que iam mesmo à Corte do Mansa, para espantar maus olhados. Somente os comerciantes sarakholé e os dioula eram de fato mais apegados ao islamismo do qual tinham mais longa lição.

Havia uma altiva nobreza de sangue, que seguia o mansa. Este era recebido e visto como a um deus e os súditos tinham que se prostrar ao chão para saudá-lo, lançando poeira sobre a terra e a costa, em sinal de humildade. O grande viajor árabe Ibn Batuta conta casos extraordinários da pompa real, como se vestia e como agia o soberano, quando era entronizado, quando saía a passeio, quando julgava, pois que ele era o supremo juiz, que escutava atentamente e depois decidia, oralmente, os casos mais importantes. Vivia cercado de secretários, religiosos, cadis (juizes), intérpretes e tinha sempre à sua disposição músicos para alegrarem a Corte. Além das esposas reais, possuíam muitas concubinas que andavam nuas pelos palácios, para escândalo do puritano e religioso Ibn Batuta.

A organização política era muito complexa, mesmo porque o imenso império se compunha de 400 cidades entre grandes e pequenas. Para bem governá-lo os mansas adotaram a descentralização: no meio a administração direta do soberano e daí partiam as ordens para todas as províncias que eram administradas por um dyamani tigui, ou farba, homem de confiança do monarca e seu amigo leal. As províncias se dividiam em cantões (kafo) ou em aldeias (dougou) que eram administradas por um chefe, muita vez hereditário. Em alguns casos havia uma administração bicéfala, com um governante cantonal civil ou político e um religioso. O farba do rei, que agia como um preposto real ou um seu mi -

riastro residente, investia, por sua vez, em nome do mansa, o chefe regional segundo os costumes do lugar. Por exemplo, se em dada aldeia havia a influência targui, o farba em nome do seu soberano entregava ao chefe designado uma túnica e um turbante que este aceitava reconhecido e prometendo fidelidade ao poder central, o que, porém, era supervisionado pelo representante do rei. Além das províncias, haviam reinos feudatários que conservavam a sua estrutura interna e reconheciam a hegemonia do imperador maliano, mandando-lhe presentes e provas de respeito, mas que se não submetiam, organicamente, à estrutura do Estado maliano. Eram, comenta Ki-Zerbo, "des proecto rats dont l'adhérence et l'adhésion au pouvoir central étaient fonction de la vigueur de celui-ci".⁵⁶

O Império de Málí se manteve mais tempo que o de Ghana por acreditar na descentralização e por aproveitar os valores locais na direção das províncias, ao invés de enviar apenas homens da Corte Imperial, sem a menor identidade com a região, línguas e costumes locais. Por outro lado, o mansa não se limitou ao comércio exterior e à extração do ouro. Aproveitou as qualidades agrícolas dos seus vários grupos étnicos e incentivou a pecuária. A severidade contra os povos assujeitados era menor e deixava mais liberdade aos reinos feudatários. A estratificação social menos rígida e até certo ponto amenizada como no caso do Djenné em que se criaram castas de pescadores Bozo e somno e cultivadores-mercadores sarakholé. As taxas aduaneiras e os tributos não eram tão pesados e o mansa, mesmo que a Casa Real fosse islâmica, conseguiu uma admirável combinação de islamismo-animismo. As estradas foram abertas, as rotas transaarianas incentivadas, os contactos entre os povos negros e os berberes e árabes aumentados. O imperador incentivava o comércio e nas suas cartas chamava aos negociantes de "companheiros muito caros" e "amigos íntimos". O Império de Ghana fundamentava-se sobre o ouro, medida e fim de tudo enquanto que o do Málí diversificava a sua vida económica, naseando-a no comércio, no pastoreio, na pesca, na agricultura. O imperador fizera, ademais, cavar poços por todas as rotas mais usadas dos seus vastos territórios, para que não faltasse água aos seus súditos e aos que entravam no país. Divinizado ou não, ele tinha os pés firmemente pousados em terra e esta a sua grande vantagem. Talvez por tudo isso, Ki-Zerbo, de modo assaz inteligente e com muita sensibilidade, comente, ao terminar a análise daquilo que foi o Império do Málí e seu profundo significado para a história política africana:

"Le Mali avait atteint un stade de civilisation où la grandeur est assez forte pour dominer la violence et l'injustice. C'est contre l'abus de pouvoir que les griots bouffons, se campant devant le souverain, comme nous le représente Ibn Battouta, lui rappelait les bienfaits de ses ancêtres et concluaient: "Fais, toi aussi, du bien qu'on mentionnera après toi" - op. cit. p.142.

1.3.2. Os Estados africanos do passado: Dos grandes impérios aos Estados-cidades

O império de Gao é outro dos grandes impérios africanos do passado e suas origens como, de resto, os demais, se perdem nas lendas, reproduzidas insistentemente pelos historiadores africanos e pelos seus colegas europeus. O erudito burquinense apresenta duas lendas repetidas nos cancioneiros songhay, uma das quais é repetida por Edmond Séré de Rivières na sua grande e elogiada Histoire du Niger⁵⁷, apresenta como fundadores do que viria a ser mais tarde o império gao uns príncipes berberes ou árabes do Iêmen que teriam livrado os ribeirinhos do Níger, pescadores sorko e camponeses gabibi, dos terrores de um monstro, um peixe-fetichê. O príncipe herói, Za Aliamen, teria, então, subido ao trono dos gabibi e a dinastia Za ou Dia teria reinado até 1335 em Koukya, em uma ilha do Níger, próximo às corredeiras de Ansongo. Por volta de 1009 o 15º rei Dia Kossé teria fixado a sua capital em Gao, na margem esquerda do rio, nas confluências do vale do Cued Tilemsi, que desce do coração do Saara. E esse rei teria sido o primeiro a abraçar o islamismo, o que teria, por sua vez, uma profunda influência para todo o reino. No século XI, Gao era uma cidade fervilhante e que rivalizava com Koumbi, muito rica e que despertou a cobiça dos governantes de Málí. Por volta de 1325, um general de Kankou Mansa apoderou-se de Gao, mas os príncipes Songhay, Ali Kolen (Golon) e seu irmão Souleymane Nar, conseguiram fugir das prisões malienses e fazer frente aos invasores.

Como no império maliano e, antes, no ganense, o de Gao é estudado pelos feitos e realizações de seus monarcas, bons uns, excelentes outros e alguns maus, mas diferentemente dos dois outros impérios citados, o gaoense se estende por vários séculos e muitas dinastias se sucedem, sendo conhecidos os nomes de seus governantes, com reis guerreiros que subjugaram pequenos principados e reinos vizinhos, tornando-os vassallos e atingindo o apogeu sob o cetro dos Askias, que chega até ao final do século XVI e que, segundo Séré de Rivières, se esfacela com as invasões marroquinas, fragmentando-se em diversos pequenos reinos que ainda existiam quando da partilha da África pelos europeus, como pequenos Estados-cidades. O Império Gao é a história das dinastias e reis como por toda a África, fenômeno que tem causado admiração nos sociólogos políticos tanto quanto nos historiadores que se dedicam àquela parte do mundo e sua turbulenta história, como no caso de Sonni Ali, que sucede ao 18º rei da dinastia dos Si ou Sonni, Soulaymane Daman ou Dandi. Sonni Ali, chamado também de Ali Ber, ou Ali o Grande, foi um conquistador da estirpe de Soudjata, ou Soundjata. Uma figura enfeitada pela lenda, chamaram Sonni Ali de Dáli, ou seja, o Muito Alto, pois ele era um grande conhecedor das artes mágicas, da alta magia, dizia-se, um príncipe valente mas cruel, profundamente orgulhoso da sua gente e da sua terra, disposto a varrer os malienses de seu território. E o fez.

O feito mais importante de Sonni Ali foi livrar Tombouctou das pilhagens dos tuaregh, um povo guerreiro e valente que vivia a causar grandes problemas aos pequenos reinos vassallos e que ameaçava mesmo uma cidade de grande porte e cultura como essa "ville raffinée et considérablement mé-tissée", como diz Ki-Zerbo⁵⁸. Como quer que todos fugissem, inclusive os letrados e personalidades do governo, Sonni Ali, irritado fez passar a fio de espada inúmeros notáveis tombuctuenses (em 1468), o que lhe daria má nomeada, como opressor e tirano sanguinário, tão cruel quanto os tuaregh, que perseguia os letrados e os homens piedosos. Efetivamente, esse rei poderoso era um céptico, pouco afeito à sua religião islâmica, e com um fundo de animismo. Era um homem de ação e que via muito longe e assim que, para manter longe os malienses, ele depois de vencer o reino de Djenné em 1473 casou com a mãe do príncipe de Djenné, unindo os dois tronos. Anexou o Macina e perseguiu duramente os peuls e os mossi e fez incursões aos reinos de Bariba ou Gourma e dos mossi. Ao morrer, em 1493, deixava um reino consolidado. Seu filho, Sonni Bakary porém não reinaria mais do que um ano, sendo derrubado por Mohammed Torodo, do clã tekruriano dos Sylla, ferido porque o rei abandonara a fé islâmica. Ajudado pelos ulemás, toma o poder como rei e assume o nome de Askia Mohammed. Mais metódico, religioso, devotado ao trabalho, esse rei soube cercar-se de homens piedosos e zelou pelos costumes e pela pureza do islamismo e quis repetir a faustosa viagem do Kankou Moussa o maliense em uma peregrinação a Meca em 1496 levando um enorme acompanhamento e 300.000 peças de ouro, parte das quais foi regamente distribuída em esmolas. Mas ele tinha complexos por sua origem e achava que a dinastia que ele fundara não era legítima, por ter nascido de uma traição ao seu rei e queria legitimá-la. Encontrando o Califa dos Crentes em Hedjaz, conseguiu obter desse monarca supremo a confirmação de seu título de califa para o Sudão, Khalifatou biladi Al-Tékrour. Possivelmente com tendências acentuadas ao fanatismo religioso, ao retornar de Meca ele quis lançar-se em guerras de proselitismo e pretendeu islamizar, pela força, os mossi. A invasão songhay prosseguiu por vários reinos vizinhos chegou até ao Tékrour, aproveitando-se do enfraquecimento mali.

Desuniões familiares e a ambição de Moussa, o filho mais velho do rei, tiveram efeitos prejudiciais para o vasto império, trazendo uma série de infortúnios e vários reis se sucederam a partir do Rei Askia Moussa, um sanguinário que durou pouco até ao Rei Askia Ishak I que reinou dez anos, de 1539 a 1549, quando o império atinge o seu apogeu, estendendo-se do Tékrour a Agadès e de Teghazza ao reino dos Mossi.

Segundo Séré de Rivières foram sete os reinantes da dinastia Askia que tiveram muita projeção e que reinaram sobre um grande império e que termina com o Askia Ishak II, destronado em 1591. Depois disso, os marroquinos e lutas com os países vizinhos, a desintegração interna e brigas dinásticas se encarregam de esfacelar o império.



A organização do império songhay é mais elaborada do que a do Mali. À frente do Estado, o imperador que, no dia da entronização, recebia o selo, uma espada e um exemplar do Corão. A corte era fastuosa e o protocolo bem rígido, pois prescrevia desde as atribuições dos serviços e altos funcionários ao lado do monarca até suas vestimentas para as audiências de sexta-feira. O escarrote do imperador não podia cair no chão, mas era apanhado por um dos setecentos homens vestidos de seda, em suas mangas longas. Eram os cortesãos que se mantinham parados atrás do seu rei e atentos ao seu menor gesto. To do aquele que se aproximava para falar ao governante tinha de se lançar ao chão e cobrir a cabeça de terra. Somente os grandes dignitários, como o generalíssimo dos exércitos reais, o dyna koy ou balama, tinha o privilégio de jogar farinha sobre a cabeça...

O Askia Mohammed criou uma armada profissional o que melhorou bastante a qualidade dos guerreiros e deixou livre o povo para que tratasse de sua vida e cultivasse os campos. Essa armada se dividia em vários corpos, um dos quais ficava a serviço do rei: era a guarda imperial. Os demais se espalhavam pelas províncias, sob a chefia geral do generalíssimo. Os guerreiros levavam lanças, flechas com a ponta envenenada e sabres, enquanto que alguns corpos portavam couraças, cotas de malhas e elmos de latão.

Um grupo de altos funcionários dirigia o império. Uns tinham competência territorial, enquanto outros puramente funcional e levavam o título de koy ou de fari. O imperador nomeava os seus ministros residentes para os diversos reinos vassallos do Gourma, Djenné, Dandi ou Hombori. Curiosamente, havia uma gradação de importância nas províncias e territórios feudatários, como Dendi, cujo fari podia falar diretamente com o soberano e somente os griots podiam chamar o príncipe pelo seu nome, interpelando-o, assim como o koy de Bara tinha poder de veto, que nunca exercia porém. Eram modos de limitar os poderes do rei, diz-se.

Por ser Gourma o celeiro do império, o ministro ou governador dessa província era o mais importante e tinha o título de Kanfari, o chefe superior.

Outros altos funcionários eram o Hi koy, uma espécie de ministro da navegação fluvial, sempre saído do clã sorko, o Fari mondyo, inspetor geral dos coletores de impostos, o Horé farima, grande sacerdote dos cultos ancestrais e dos gênios, o Sao farima ou inspetor e conservador do culto que zelava pelo corte da madeira de construção e pelo pagamento dos impostos sobre o produto da caça uma posição de relevo, face às grandes florestas existentes e às caçadas periódicas junto às margens dos rios - , o Ho koy, que era o chefe dos pescadores. Havia um Korey farima, ou seja, um ministro encarregado dos assuntos dos brancos existentes no império, séculos antes de, na África do Sul, os governantes afrikaners criarem um ministério para assuntos bantos, que existe ainda naquele país. Em Tombouctou, o Cadi parece ter sido, ex-officio, o Tombouctou koy, aventa Ki-Zerbo.

Por essa descentralização poder-se-ia pensar que a administração songhay era fraca. Pelo contrário, ela se caracterizava por uma grande rigidez e os koy ou fari, de confiança do rei, eram por ele nomeados e livremente demitidos. Eram em geral homens de grande posição, príncipes que serviam ao imperador e que estavam à frente de armadas regionais e que tinham com efeito muita importância por ocasião da vacância do trono, quando podiam, inclusive interferir em favor deste ou daquele príncipe real, mas nos tempos normais, ninguém discutia a autoridade do imperador que possuía além do generalíssimo que supervisionava a armada, contingentes de elite e na vasta região de Gao, os servos submissos e dedicados à coroa, estavam prontos a lutar pelo seu soberano acudindo a um chamado seu.

A escravidão era menos difundida que a servidão e a produção era baseada sobre o trabalho servil. Existiam os servos senhoriais ou marabú-ticos e os servos do império. Poderosos senhores feudais viviam na África do Norte e deixavam os seus servos aos cuidados de um lugar-tenente e por isso alguns sociólogos e historiadores têm tentado mostrar o feudalismo songhay como semelhante ao europeu existente na mesma época, mas Ki-Kerbo afasta o paralelo dizendo que no império de Gao o feudalismo se situava em um contexto diferente e conclui com esta explicação:

"Le concept de contre-don dégagé par les sociologues de l'Afrique Noire serait sans doute plus proche ici de la réalité; car la structure et le faciès socio-économiques restaient traditionnels.

Ce qui intéresse le bénéficiaire avant tout, c'est le nombre de serfs, de familles et de villages de serfs. Le motif du don est souvent religieux et le contre-don est très souvent symbolique" - in op. cit. p. 148. Grifamos.

Esse reino negro-africano foi aquele que teve os seus modelos de produção mais expandidos pelos territórios e o que mais se aproximaria dos modelos mais desenvolvidos que viriam depois. Os historiadores dão uma razão muito simples para isso: o uso difundido da escrita. As ordens administrativas eram levadas até aos confins do império em editos reais escritos, o que arastaria o todo da administração a um processo de integração supratribal. Recebendo ordens escritas, imams peuls, generais tekrurianos, professores berberes, cadis sarakholé, altos funcionários djerma ou haussa, todos tinham interesse em seguir as instruções o mais próximo possível da Corte, ou por temor de desobedecerem o imperador ou para o agradarem.

O Estado multinacional como poderíamos hoje dizer, um vasto império composto de várias nações que falavam muitíssimas línguas, estava unido sob o imperador, que preferia ver os habitantes do território como súditos apenas e não como membros desta ou daquela tribo. O ouro, o sal e o caurim servi-

am como moeda corrente e os Askias, para evitar fraudes, procederam a uma unificação dos pesos e medidas.

O que mais chama a atenção do estudioso da vida e organização desse reino é a visão cosmopolita dos seus reis e uma organização que se poderia chamar de supratribal. Os soberanos sabiam tirar partido das experiências de outros povos e nações para engrandecimento do império. Nada ficava despercebido a seus olhos e quando nem se falava de canalização dos rios europeus já esses potentados africanos se lançavam à canalização do Níger, para por esse caminho natural e mais rápido fazerem escoar as suas mercadorias e chegaram à sofisticação de fazer vir jardineiros judeus de Touat para que cuidassem dos jardins, das flores e das margens dos rios do império. E como os judeus, cultos, extremamente apegados à sua religião, reservados para com os não judeus, os goyim,⁵⁹ sabendo ler e escrever várias línguas, hábeis comerciantes, terminaram por dar origem a uma "crise passagêra d'antisemitismo", comenta, com ironia o autor que vimos citando no correr deste capítulo.

Mais tarde, tudo isso acabou e os pesquisadores foram encontrar, como nos sítios onde outrora existiram os impérios ganense e maliano, pobres aldeias que nada mostravam do esplendor de antigas cidades.

Houve ainda outros impérios e reinos famosos espalhados pela África, como os Estados do Sudão Central, os Estados Haussas e um grande império, o de Kanem-Bornou, que Ki-Zerbo considera ao lado do de Mali e do Songhay, como "l'un des plus vastes empires des grands siècles africains".⁶⁰ Houve outros reinos como o de Yorouba e Benin, mas que eram, na realidade, grandes federações de cidades e aldeias e jamais teriam o esplendor daqueles grandes impérios aqui estudados. O Benin viria a ter muitos reis famosos e uma certa organização político-administrativa que os europeus ainda tiveram oportunidade de ver. Seu governante, o oba, era um rei deificado, sujeito a ritos inumeráveis. Era o sumo-sacerdote de um culto que, muita vez, pedia sacrifício humano. Tinha um premier que lhe era o porta-voz, uma vez que ele raramente aparecia aos súditos e lhes falava. Era ainda o juiz supremo e o senhor político e era assistido por três grupos de conselhos, todos hereditários. Tinha o monopólio das transações comerciais na costa próxima e vivia em um vasto palácio cercado de muralhas e com muitos compartimentos onde se alojavam seus ministros e cortesãos. A cidade de Benin passava em questão de urbanismo a maioria das cidades européias de sua época, afirmam os historiadores.⁶¹ Os vários reinos haussas existiam ainda por ocasião da chegada dos colonizadores europeus, assim como o reino do Benin e o de Yorouba e persistiriam, como pequenos sultanatos e lamidatos e obatos locais quando os territórios se tornaram independentes e se transformaram em repúblicas, alguns de alguma importância como o dos Mossi e os diversos sultanatos dentro do que hoje é a República da Nigéria, a ponto de, como no caso de Buganda, bem ao Sul desses impérios fabulosos, no coração da África Negra, em Uganda, que era um Estado dentro de um Estado, que chegou a compartilhar do governo e das decisões ugandenses no momento em que o seu rei era, ao mesmo tempo, presidente da república e que veremos em um outro capítulo especial.

Salvo algumas exceções, os europeus encontraram praticamente por toda a África Negra pequenos Estados-cidades, reinos e principados que se circuncravam a umas poucas aldeias e a uma cidade-capital, onde residia o soberano hereditário cercado de sua corte, com uma organização política que se enfeixava nos limites da tribo e dos clãs, todos unidos em torno da figura do rei ou do régulo, do príncipe ou do sultão. A administração de alguns desses pequeninos Estados, sem nada que lembrasse os grandes impérios do passado, ou os nascentes Estados europeus, tinham porém uma corte atuante e bons governantes, mas que lutavam contra a pobreza generalizada, as enfermidades e as guerras intertribais que dizimavam grande parte da população. Daí, im pensadamente, terem afirmado alguns estudiosos que a África Negra desconhecia o que fosse realmente um Estado antes da chegada dos europeus e que viviam apenas no tribalismo, mas um grande historiador britânico, Davidson, no seu livro anteriormente citado, Africa in History⁶², que é um resgate da história política da África, ao analisar as ascensões e quedas de vários impérios em um período que ele chama de "the Mature Iron Age in Africa", insiste em que "through out this period, one may note in passing, there are several interesting parallels with Europe".⁶³ Aliás, é Basil Davidson quem estuda com muita justeza acerca dos city-states de Bono, Ife, Benin e da instituição dos reis-divinos que vamos encontrar mais ou menos em todos esses pequeninos Estados e apresenta algumas teorias sobre o surgimento de Estados mais ou menos parecidos por toda a África e tem esta conclusão:

"If one probes a little further into this intriguing problem as to why states emerged in this or that part of Africa, one is constantly faced with the need to isolate and explain those crucial changes which called for a shift from older and much looser forms of community life to new and more structured forms. It was not the appearance of "divine kings", after all, that led to the formation of states, but the formation of states that led to the appearance of such kings. Expressing this another way, the need for more centrally organized forms of rule arose not merely or mainly from the habits of dominant groups who moved southward across Africa. Far more important, in fixing the change to new forms of organization, were local changes in social and economic need. Behind the "divine kings", in short, lay the pressures of Iron Age transformation"

- in op. cit. p. lll.

E mais curioso ainda, nessas pequenas cidades que eram Estados, ou os city-states, da denominação de Davidson, a figura do rei se confundia frequentemente com o Estado. A presença do l'Etat c'est moi por ali.

1.4. O tribalismo e sua força na formação política africana

Aqui, um ponto delicado mas sumamente importante para quem quiser compreender a situação africana presente, as guerras civis, as lutas frequentes entre Estados, a formação de elites políticas, o poder central, as tentativas de secessão nas jovens repúblicas, a estabilidade ou instabilidade dos governos, assim como a origem de muito ódio e sangue nas derrubadas de governantes e tomadas violentas do poder: o tribalismo.

Este tem sido um dos pontos mais delicados da moderna história africana, mas não vem, como alguns pensam, desafortunadamente, da partilha europeia da África. Por certo que se exasperou, mas já existia e foi uma constante nas relações inter-Estados e deu margem a grandes guerras fratricidas que ensanguentaram o solo africano por séculos.

Também, poucos aspectos sociológicos são tão difíceis de serem explicados ali como a questão do tribalismo, contra o qual governantes da nova África se lançaram brutalmente, tentando suprimi-lo a ferro e a fogo, enquanto outros nele repousaram a sua estabilidade e permanência no poder.

Além do mais, pelos estragos que o tribalismo tem causado em a nova sociedade africana, chegando até ao exagero de uma grande guerra civil como a de Katanga ou matanças indiscriminadas no antigo Reino do Burúndi e em Ruanda, a palavra tomou conotações altamente pejorativas e os líderes africanos, de modo um tanto ingênuo, demonstram profunda aversão por ela e chegam a ponto de dizer que isso é mais uma invenção europeia para denegrir a imagem da África negra, como o autor desta tese ouviu de boca de personalidades somalianas e em entrevista com o General Micombero, por longos anos presidente de Burúndi. Insistir no assunto é melindrar a sensibilidade africana, já de si muito sensível quando se trata de assunto que, de um modo ou de outro, signifiquem algo desagradável para a sua terra.

Contudo, o tribalismo tem tido alguns pontos muito positivos para a conservação da sociedade africana sem adulterações, sem perda de alguns de seus valores mais significativos e profundos, valores culturais, sociais, linguísticos, como veremos no correr deste item, e que ajudam, decerto, a melhor compreender a vida política dos jovens países que lutam, desesperadamente, por um lugar ao sol.

Usaremos da palavra tribalismo em seu mais amplo sentido, desde o etimológico até ao vulgarmente usado, conforme com as necessidades do que estudaremos nas páginas a seguir. Como colonialismo, outro termo que na linguagem política atual ganhou conotações pejorativas, tribalismo é uma espécie de palavra-tabu, daí a nossa advertência.

Quando as colônias européias em África se tornaram independentes e vieram a formar novos Estados, imediatamente reconhecidos e acolhidos na ONU, o grande problema que se apresentava aos dirigentes africanos era o da integração nacional. As grandes diferenciações étnicas e regionais punham um grande obstáculo a qualquer tipo de integração nacional. Os membros de um grupo étnico, fosse ele pequeno ou não, continuavam a ver-se apenas como membros desse grupo e não como cidadãos de um novo Estado. A sua obediência era para com o seu chefe tribal, príncipe, sultão ou rei; a sua língua era a da tribo e não o francês e o inglês que os governos adotavam. A força tribal era maior que o sentimento nacional e o africano desses novos Estados não se voltava para um governo criado à francesa ou à britânica, por uma elite educada nas melhores universidades européias ou americanas e imbuída de uma educação que se chocava com a tradicional e fazia com que ela se mantivesse muito afastada do seu povo, quase tanto quanto as antigas autoridades coloniais. Os partidos que se criaram foram impotentes para realizar essa unidade, porque representavam mais interesses regionais ou étnicos do que os nacionais, daí, como sugere um especialista em assuntos políticos africanos, Dmitri Lavroff no seu livro Os Partidos Políticos da África Negra⁶⁴, a predominância dos Estados de partido único, com as suas agravantes e o domínio quase que absoluto de um homem - o chefe desse partido - no governo.

Era o tribalismo altamente desagregador, que causara estragos no passado e continuava a causá-los no presente de modo assustador.

Por sua vez, políticos inescrupulosos e de desmedida ambição, sonhando com poder central, se não eram escolhidos para cargos importantes, criavam partidos regionais, especialmente se provinham de regiões de importância na vida do Estado, e se lançavam contra a administração, como se viu claramente na questão do Congo, hoje Zaire, em que a desgregação nacional parecia iminente, com duas ou mais províncias ameaçando se tornarem independentes e formando novas repúblicas, ou como aconteceu na Nigéria, com a efêmera República de Biafra. Os partidos, alerta Lavroff, "conservam um fundamento étnico e exprimem os interesses dos grupos de população junto do Poder central⁶⁵ o que vem, até certo ponto, dificultar essa integração nacional tão sonhada desde os dias de lutas pela independência. Ademais, a grande maioria dos Estados preferiu uma estrutura administrativa unitária o que se vinham chocar com as orientações dos partidos regionais e locais, levando ao descrédito o multipartidarismo e tornando mais sólida a tendência para o monopartidarismo, que se espraiaria por toda a África, com raras exceções, assunto que veremos em mais minúcias em outro capítulo, quando estudarmos as ideologias dos Estados africanos e sua luta pela integração nacional.

Aliás, como notou o estudioso acima, esta questão partido-Estado parece bem mais complexa do que se poderia imaginar em terras africanas no momento em que o partido se enfraquece e o Estado se fortifica extraordinariamente.

Responsável por grandes tumultos e confusões políticas, o tribalismo tem sido, também, fator de impedimento a uma melhor união entre os Estados africanos, como sonhada por alguns de seus líderes mais expressivos e dinâmicos. As eternas querelas étnicas passaram^a ser, com o surgimento de mais rígidas fronteiras estatais, o grande fantasma africano. Eminentest estadistas como Léopold Sédar Senghor e Houphouët-Boigny denunciaram o tribalismo, denunciaram as desavenças étnicas que abrangiam mesmo dois ou mais Estados, impedindo-os de uma maior solidariedade e de melhores relações comerciais, culturais e políticas. O presidente ebúrneo, Houphouët-Boigny, um dos que mais tem lutado contra a persistência do mal, não obstante ser lui-même um imponente líder tribal hereditário e jamais ter abdicado dessa posição, declarou certa feita, na conferência da CCAM, em Lomé, alertava seus colegas para os perigos dessas divisões, para que pudessem vencer "les petites querelles, les questions d'amour-propre"⁶⁶, como habilmente disse, concluindo que

"Seule notre solidarité effective peut nous conduire au développement tant souhaité par les peuples de notre continent, développement qui est lui-même facteur indispensable de l'unité de notre Afrique bien-aimée" Discours de Lomé, le 25 avril 1972, p. 9.

Quando os europeus repartiram as terras africanas e deram nomes a diversos territórios, ignoraram por completo a importante questão dos grandes grupos étnicos, que ficaram divididos entre dois ou mais territórios, muita vez, por suprema ironia, pertencentes a potências coloniais diferentes. No momento em que a África Negra se liberta, mantém o erro da partilha e membros de uma mesma etnia vão ficar divididos entre dois ou mais Estados, nem sempre bons vizinhos, como foi o caso dos somalianos divididos entre os Estados etíope, somali e queniano, para citar apenas um dos mais conhecidos, factor de uma guerra cruenta entre Adis-Abeba e Mogadixo faz muitos anos, guerra não-declarada mas que tem causado enormes problemas económicos para ambos os países que, além do mais, enfrentam outros problemas internos que se acham longe de serem resolvidos.

O tribalismo, que trouxe como grande consequência guerras civis prolongadas e de muita violência, que trouxe guerras entre Estados, tem dificultado, internamente, o desenvolvimento dos Estados e arrastado administrações à falência, fazendo com que fracassem modelos que, de início, pareciam fadados ao sucesso, como foi o sistema federativo, parlamentarista nigeriano, ou o parlamentarismo westminsteriano ugandês. Foi também responsável por matanças étnicas que entristeceram profundamente o mundo que acompanhava com interesse e simpatia o desenvolvimento africano, como no caso também de Uganda, em Ruanda e Burúndi, na Nigéria e no Zaire, além de outras manifestações esporádicas por quase todo o vasto continente.

O sociólogo político Victor C. Ferkiss, lente de Política que foi na Universidade de Georgetown, grande apaixonado pela África Negra, deu-nos um livro ainda mais dramático a que chamou de África - Um continente à procura de seu destino,⁶⁷ e atribue aos excessos do tribalismo muitos dos desmandos dos novos Estados, assim como o surgimento de um nacionalismo exagerado e sem profundidade, que se voltava mais contra o branco, em uma base racista, do que propriamente em um sentimento de nação e nacionalidade. E analisa, de maneira imparcial, a situação do ex-Congo Belga e sua complexidade que levaria o país a guerras civis de grandes proporções. Para ele, os congoleses chegaram àquele estado de coisas que quererem forjar um nacionalismo sem bases, uma vez que eles o eram apenas para "detestar os belgas, mas não tinham qualquer consciência de serem congoleses",⁶⁸ o que não deixa de ser dramático. Cada província se sentia mais apegada às suas tradições tribais e aos seus grupos étnicos, que falavam dezenas e dezenas de línguas e dialetos, e prestavam obediência aos seus chefes tradicionais, do que se sentiam membros de uma entidade nacional chamada República do Congo. Esse tribalismo seria utilizado por um homem de grande inteligência, mas duro e ambicioso, Moïse Tombé, príncipe tribal e de grande prestígio, para lançar-se contra o poder central, separando a rica província de Katanga e proclamando a efêmera República de Katanga, que não chegou a ser reconhecida por outros Estados.

Os ódios tribais levavam ao isolacionismo. Uma tribo querendo sobrepor-se a outra, às vezes com beneplácito dos antigos coloniais, e ra, mais tarde, por ocasião da independência, motivo para uma mais estreita união nacional. As rivalidades étnicas estimuladas pelo tribalismo, levaram a tal exagero essas combinações de ódios tribais e sociedades anômicas semi-modernas, que alguns governantes foram derrubados por pertencerem a este ou àquele grupo étnico, por virem desta ou daquela tribo minoritária, ou por serem membros de grandes grupos étnicos, o que significaria um domínio sobre os demais, minoritários. E os exemplos se sucedem, havendo, por sinal, exemplos vitoriosos, como o do Presidente Quett Ketumile Joni Masire, de Botsuana, que sucedendo ao arquifamoso Sir Seretse Khama, encontrou forte oposição dos líderes botsuaneses por ser originário de uma tribo minoritária, a dos banguaketse, diferentemente de seu antecessor e Pai da Pátria, rei dos bamanguato, a mais importante do país. Nenhum de seus opositores o achava ineficiente ou inábil político, bem pelo contrário, achavam que tinha méritos de sobra para vir a ser um bom governante, como depois o demonstrou. O que se lhe recriminava era ser membro de uma pequena tribo, que antes estivera subjugada aos bamanguato, de onde saíra Sir Seretse. O Presidente Masire, porém, com o tempo conseguiria contornar todos os obstáculos, impondo-se ao respeito geral.

Incidentes como este foram mais ou menos comuns por toda a África Negra e só serviram de impecilho para o desenvolvimento.

O rigor de alguns líderes africanos que lutavam contra o tribalismo para unificar o novo Estado, trouxe igualmente consequências desastrosas, como no caso de Uganda, uma federação com bastante liberdade entre os Estados-membros ao nascer e que o Dr. Apolo Milton Obote, ao derrubar o primeiro presidente, Sir Edward Mutesa II, kabaka de Buganda, tentou transformar em Estado unitário, sob regime presidencialista, resultando dessa medida uma guerra entre os baganda e o restante do país, com milhares de mortos e a extinção pela força das armas de um velho reino indígena, o de Buganda, conhecido desde muito tempo. Obote, que seria presidente duas vezes, a segunda com a ajuda do exército tanzaniano e o beneplácito do Presidente Nyerere, jamais conseguiu ser bem visto pelos bugandianos e os outros grupos étnicos que habitam a república, jamais o aceitaram por inteiro por ver nele o homem que não hesitava matar centenas de pessoas para impor uma unidade nacional que eles não sentiam e não queriam, ainda, experimentar.

Como veremos no decorrer desta tese, o tribalismo se foi o responsável por um certo conservadorismo e pureza do povo africano, evitando que ele perdesse a situação de que gozara por séculos e se afastasse de sua identidade, foi, por outro lado, o causador-mor de tantos desarranjos, de tantas guerras, de tanto sangue inocente derramado.

Nesta década, em que escrevemos, a sua força parece ser um pouco menor, ou, pelo menos, não tão ostensiva como era antes, mas, ainda assim, tem sido fator predominante na escolha de governantes, na escolha de ministros, governadores e embaixadores, na orientação política do país e nas próprias relações entre Estados, assim como na formação, sustentação e queda de regimes, no atraso e no desenvolvimento nacional, enfim, na própria vida de tantos jovens países, potencialmente ricos, mas a lutar com sérios problemas de desenvolvimento.

E da questão delicada do tribalismo, que serve como pórtico para a antevisão de outros problemas africanos, chegamos ao do contacto com os europeus e que viria trazer tantas e tão profundas transformações em África, alterando-lhe o mapa geopolítico e dando origem à presente divisão do continente entre muitos Estados.

A chegada dos primeiros europeus ao território africano a partir dos descobrimentos portugueses choca-se com o tribalismo existente, com as grandes e por vezes intransponíveis divisões étnicas. Eles não encontraram nações como na Europa, mas muitos Estados-cidades e pouca ou quase nenhuma união entre os grupos étnicos, mesmo quando se tratava de enfrentar os invasores que vinham de além-mar.

Mesmo as potências que fizeram uma administração supratribal visando à formação de uma futura nação se ampararam em uma tribo majoritária daí seleccionando os seus funcionários nativos, os seus empregados subalternos e os seus auxiliares. Outras vezes, como foi o caso britânico, a escolha poderia recair em membros de pequenos grupos étnicos, saídos de pequenas tribos perdidas na jungla, mas nem por isso desestimularam o tribalismo.

1.5. Os europeus. Os primeiros contactos. A cobardia europeia

Como tribalismo, a palavra colonialismo desperta uma série e muito grande de emoções negativas nos africanos de hoje. O discurso dos líderes da arrancada que levou todo um continente à independência política está prenhe de ataques mais ou menos indiscriminados ao colonialismo e tudo o que houve de ruim e prejudicial aos africanos está atribuído aos horrores do colonialismo, como se essa situação política de domínio de Estados europeus sobre povos africanos fosse o alfa e o ômega de toda uma delicadíssima e complexa problemática.

A paixão que ainda alimenta o discurso de muitos líderes do presente, continua a falar de colonialismo e neocolonialismo quase com o mesmo ódio com que deles se falaram a partir de 1950, quando se definiram muitos movimentos pró-independência africana, ou quando a Conferência de Bandung sob a presidência do indonésio Achmed Soekarno deu o célebre grito de alerta de que chegara o tempo de as potências coloniais preparem seus territórios para que assumissem, nos próximos anos, a direção de suas coisas e de seu destino.

Mesmo agora que a poeira começa a sentar e que já se podem ver com muita clareza pontos frágeis e conflitantes na história contemporânea da África Negra e analisar o motivo dos fracassos administrativos em boa parte dos novos Estados, ainda se olha o colonialismo como o maior dos males que jamais existiram em África, o que é um patente exagero. Ele foi, sem dúvidas muito ruim e atrasou a marcha do progresso em determinadas regiões, mas trouxe também coisas muito boas que talvez não tivessem sido possíveis se os africanos tivessem tido que marchar sozinhos. Estadistas da projeção de Senghor, de Houphouët-Boigny, de Nyerere e outros, não desprezaram a contribuição europeia, como não viram apenas no colonialismo o atraso de seus países.

Antes dos europeus, a África Negra estava entregue a razzias de outros povos brancos, os tuaregh, os berberes e os árabes; a trata de escravos era feita por tribos mais poderosas contra pequenos grupos étnicos e os negros escravizados entregues aos árabes, quando não eram estes os que preavam os seus próprios escravos, lançando-se contra pequenos lamelatos e sultanatos e Estados-cidades. Quando os árabes nos congressos internacionais apresentam o seu atual discurso pró-África Negra, acusando com veemência os colonizadores europeus, pretendem mascarar o que fizeram no passado contra os seus irmãos de continente, antes mesmo de os europeus pisarem em terras africanas.

Os primeiros contactos dos europeus com os africanos teriam sido realizados pelos portugueses, com os marinheiros do Infante de Portugal, Dom Henrique o Navegador, uma das figuras mais interessantes do mundo lusitano, um predestinado, um obstinado, doublé de fou de Dieu e homem realista, com os pés firmemente fincados em terra. O filho de Dom João I e de Dona Felipa de Lencastre estava fadado, no dia em que pisou os pés em Ceuta, a mostrar para a Europa um mundo estranho e desconhecido e Joaquim Ferreira na sua História de Portugal⁶⁸, não esconde que não havia somente zelo religioso nas conquistas portuguesas, mas o seu lado prático, que mais tarde vai prevalecer sobre o outro, além do espírito de aventuras que impulsionava um pequeno reino, pouco populoso, a lançar-se ao desconhecido:

"Nem só incitamentos religiosos explicam a persistência do infante D. Henrique. Sem nenhuma dúvida eles contribuíram em ampla escala para a sua tenacidade em levar mais longe as naves portuguesas. Mas meditava também nos lucros mercantis das descobertas" - in op. cit. p. 254.

Lançando-se ao sul do Saara, que eles descobriram admirados serem terras muito ricas, com reinos bem organizados como o do Congo. Homens de fibra, duros e aventureiros como João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e mais tarde Gil Eanes encarregar-se-iam de dar corpo ao que o historiador chama de "epopeia neptunina".

A leitura de documentos da época, naquele delicioso português tão sincero que por vezes raia à grosseria, mostra-nos como os aventureiros se referiam aos africanos, desde o susto por encontrarem pessoas que são extremamente negras, como escrevia Diego Gomes, até descrições do fasto e das riquezas dos reis nativos. E a ira sagrada pelos costumes e religiões dos africanos, que os europeus não queriam compreender, aferrados ao cristianismo e suas diretrizes, achando que tudo aquilo que saísse dos limites do seu catolicismo estava errado e merecia correção, o que fez o erudito burkinense, com disfarçada ironia, escrever que "en effet, si les Européens s'intéressaient aux métaux précieux, ils recherchaient aussi d'autres mines, les mines spirituelles: minas de animas".⁶⁹

Mas foi com Dom João II que a idéia de posse se une à de descoberta, o que Joaquim Ferreira levado pelo seu ufanismo lusíada elogia. Começa com esse rei uma política ultramarina de conquista e posse. O rio Zaire e suas riquezas acendem nos portugueses o desejo de domínio sobre povos que, de início, os haviam recebido de modo tão acolhedor. Aliás, nos relatos dos primeiros contactos dos reis com os africanos, havia uma certa deferência e um trato de igual para igual, que desaparece com o passar do tempo, como ensina, com certa amargura, Ki-Zerbo.

O primeiro núcleo comercial do pequeno reino ibérico em terras africanas foi fundado em 1482, em Elmina, onde mais tarde foi a colônia inglesa de Gold Coast e no ano seguinte, teria sido visitado por Colombo, que viajava em um barco português.

Por essa época, os grandes Estados do Sudão, aqueles reinos fantásticos que fizeram a admiração dos visitantes como Ibn Batuta, começavam a declinar. As guerras entre reinos, a que antes aludimos, o escoamento do ouro pela costa e não mais pelas estradas interiores, a estagnação militar e a tecnologia que não podia fazer frente à de uma Europa saída dos dias sombrios da Idade Média e agora em franca ascensão, como lembra Ferkiss, eram mostras de que o esplendor da África Negra chegara ao fim e que começaria outra era, em que o europeu teria papel importante e daí para frente como que lhe ditaria o caminho a seguir.

Foram os portugueses os primeiros vendedores de escravos da Europa, mas não os primeiros a escravizarem negros. A escravidão era uma instituição generalizada por todo o continente e eram raros os grupos étnicos, como os fang, que não a possuíam, mas a escravidão era mitigada, e não possuía como entre os europeus, aquela marca de violência, opressão e segregação, diz Ki-Zerbo, que tanto se rebela que escreve, visivelmente irritado, que "il est donc ridicule de considérer que les Européens n'ont fait que poursuivre une pratique préexistante".⁷⁰ Calcula-se que um décimo da população de Lisboa, depois de 1550, era composto de escravos negros e por toda a Europa os grãos senhores tinham em seu séquito um escravo africano. Essa nota exótica era, ao mesmo tempo, chique, pois ele era vestido com as elegantes libré dos seus senhores e os serviam com humildade o que, decerto, aumentava a satisfação egotista de membros de uma fidalguia que brilharia ainda por três séculos até que ela, também, como tudo na vida, entrasse em decadência.

Esse início da trata dos negros coincidiu com a explosão de desenvolvimento e prosperidade que tomava a Europa. Era a expansão européia que chegaria ao Novo Mundo, onde sujeitaria impérios, e ao Oriente. Por toda parte a presença e a cultura européias e o cultivo de um novo deus: o etnocentrismo branco, pois que para esses novos senhores, branquidade e europeísmo eram sinônimos. Era o começo de uma crença que perduraria longos e longos anos, esboroando-se na metade do século XX, mas ainda deixando cá e lá alguns inconvenientes quistos que, apesar dos esforços, persistem.

A sede de poder, a sede de novas riquezas, a expansão territorial levaram os europeus ao continente negro do qual estiveram separados por longos séculos, impedidos pelos árabes, que ficavam entre eles e serviam de intermediários no comércio e nos contactos em geral, daí que quase tudo o que se tem de fidedigno no passado sobre a África são relatos de viajantes árabes. E para lá, com o seu etnocentrismo, levaram um mal maior: a hipocrisia, o disfarce, o embuste no trato com os africanos.

Os escravos eram comprados através de *nø*egociantes árabes ou mouros, enquanto que os *pre*adores eram berberes, tuaregh, árabes, mouros ou mesmo negros de alguma tribo mais poderosa que dominava outra mais *fra*-ca, em geral, tribos da costa que ajudadas pelos europeus, dominavam tribos do interior. E esse comércio, juntamente com a importação de armas de fogo e introdução de novas culturas agrícolas, alterou modos de vida até mesmo em distantes aldeias, mas tudo não aparentava ser mais do que "influência sem responsabilidade" como foi "o padrão do contacto europeu até o fim do século XIX", ensina Ferkiss.⁷¹

Contudo não se pense que o europeu se fez presente sempre desde que a África foi revelada ao mundo. Houve lugares em que, até fins do século XIX e mesmo neste século, nunca um africano havia visto um branco europeu e existem relatos curiosos desses encontros, cômicos e tristes ao mesmo tempo.

Depois, o fervor catequista dos católicos, que queriam salvar a alma dos negros, dos primeiros portugueses e espanhóis, dá lugar ao missionarismo pragmático e mais preciso dos protestantes, em que ressurgiam as qualidades pragmáticas do protestantismo que tanta importância teriam nas transações comerciais e expansionistas inglesas, que mereceria de Weber um dos mais bem acabados trabalhos até hoje no campo da sociologia.⁷²

Nomes europeus vão surgindo em África, dados a rios, cidades, regiões e mais tarde até a países, que a independência negra, nacionalista e xenófoba, viria, muito mais tarde, de modo quase que geral, rejei-tar, substituindo-os por nomes nativos. Os portugueses, à proporção que avançavam pela África Negra, iam batizando os lugares com nomes religiosos ou de coisas marcantes do lugar, desde São Tomé a rio dos Dos Camarões,⁷³ de São Jorge da Mina a Cabo Verde e assim por diante.

Houve uma fase inicial de admiração dos europeus pelo que viam e tanto Ki-Zerbo quanto Elgelbert Mveng, em suas obras citadas no correr destas páginas, citam troca de correspondência entre reis europeus e, do outro lado, reis africanos e os seus teores de mútuo respeito, em pé de igualdade e equilíbrio. Foram as riquezas virgens africanas que terminaram por alterar esse comportamento inicial, com os europeus aproveitando-se das intri-gas entre casas rehantes, entre reinos vizinhos, entre etnias; foi a cobiça pelo ouro e pela madeira, pelo ébano e pelo marfim; foi o falso zelo religio-so e uma falsa moralidade; foi o acendrado sentimento etnocentrista, tudo isso terminaria por alterar substancialmente o respeito dos aventureiros de a-lém-mar pelos filhos da terra.

Apenas a Etiópia conseguiria manter-se livre do poder eu-ropeu, mas mesmo ali houve muita influência portuguesa e muitos foram os pa-dres portugueses que penetraram na Corte do Negus e, em determinado momento de sua agitada história, quase sempre atingida por violentas lutas dinásti-cas, exerceram um papel de eminência parda, como conselheiros.

Quando o século XIX termina e a África está toda partilhada existiam como Estados independentes a Etiópia, um vasto império que era uma espécie de federação real, constante de vários reinos e ducados internos presos tenuemente pela figura central do Negus Neghushti, ou Negheshti, e na costa atlântica, a Libéria, um Estado com características próprias ainda não bem definidas, profundamente influenciado dos Estados Unidos, de onde haviam saído os negros libertos criaram aquela república em que, desde a Constituição até a bandeira nacional se assemelhavam às americanas. O Egito vivia praticamente sob domínio turcomano e mais tarde sob mandato britânico, e era um país árabe. Neste comenos, sobre-existiam muitos reinos, impérios, sultanatos, principados e lamidatos nos vastos territórios dominados pelas potências européias, restos de poderosos Estados do passado ou de simples Estados feudatários.

Bem ao Sul da África, os huguenotes franceses e os holandeses, sobretudo estes, lutavam para arranjar uma terra onde livremente pudessem viver. Trabalhadores, industriais, valentes, fanáticos, eles terminariam por conquistar extensas regiões onde fundariam algumas pequeninas repúblicas que, com o evoluir dos anos, redundariam em uma grande e poderosa República da África do Sul, que muitos chamam de o "último bastião europeu em África", denominação, aliás, muito imprecisa.

Hoje, vendo a situação que vimos apresentando à distância de muitos séculos e já com o Continente quase que inteiramente livre do colonialismo, é possível uma visão de conjunto do que teria sido a influência européia que, como dissemos antes, trouxe coisas boas e louváveis, mas também muita coisa apreciável foi trazida pelos europeus desses contactos, como também aspectos altamente negativos, deixando mazelas que ainda se não desfizeram, nem se desfarão tão cedo.

As marcas estão recentes e, como bem o diz Ferkiss, a África ainda busca seu destino, daí que, mesmo se tendo uma boa visão de conjunto da situação, ainda é muito difícil ter-se uma avaliação justa e imparcial de toda situação. O que se patenteia nos estudos mais aprofundados, é a marca insistente da cobiça européia que parece ter sido a nota prevalente desde os primeiros contactos, ampliada com a partilha dos territórios e a anexação de pequenos reinos e principados indígenas ao domínio colonial. Nada foi poupado, não obstante um aparente respeito a certos Estados negros como o de Buganda, ou o Império dos Móssi, ou os reinos banyarwanda e barundi, ou o dos poderosos Ashanti. Mas os simulacros de Estados autônomos dentro de grandes colônias só possuíam uma autonomia de conveniência ou como um espetáculo a ser visto, pois os reinos nativos tinham seus soberanos assujeitados aos governadores e administradores mandados de França ou de Londres ou de Bruxelas, e que faziam ver aos reis que eles permaneceriam em seus tronos enquanto fossem dóceis às metrópoles e enquanto aceitassem o papel simbólico.

A cobiça pois foi a alavanca que propulsionou a máquina colonial por tanto tempo.

1.6. O resultado dos contactos entre brancos e africanos

O continente era muito rico: metais preciosos, o marfim, ferro, diamantes, grande variedade de madeiras de lei boas para a fabricação de casas e barcos, animais de muitas espécies, couros, tudo havia em grandes quantidades. Os africanos, ou os usavam para trocas ou os tinham para seu uso, parcimonioso. Os europeus escreviam maravilhados do que viam em tanta abundância, especialmente o ouro, chamariz eterno. Viram que poderiam tirar partido fácil se conseguissem alianças e tratados com os reis negros.

Por sua vez, a sociedade africana que os europeus encontraram, quando já os grandes impérios decaíam e se pulverizavam em dezenas de pequenos reinos e sultanatos, muita vez dentro dos padrões do Estado-cidade, estava combalida pelas guerras frequentes, as matanças, as intrigas dinásticas, as doenças. As razzias de árabes, berberes e tuaregues eram constantes e parecia que o caos se aproximava daquilo que foram Estados prósperos e com grandes populações.

Foi nessa situação que se deram os primeiros contactos entre europeus e africanos, havendo, de início, uma convivência mais ou menos baseada nos interesses de ambos. Os africanos recebiam a colaboração dos europeus em suas cortes e nas lutas intertribais, os europeus serviam a um dos lados, ganhando a estima do rei vencedor e, por conseguinte, privilégios para explorar tais ou quais ramos de comércio e comprando escravos aprisionados nessas guerras dizimadoras. Impunham a ordem onde ela era periclitante e a restabeleciam onde tinha sumido. Exploraram rios, vales e montanhas, mapearam regiões inóspitas e incentivaram uma agricultura mais racional, introduzindo os utensílios não conhecidos pelos africanos. Colonizavam aos poucos lugares quase inacessíveis e aprendiam línguas que utilizavam nos seus contactos. Pela primeira vez, muitas línguas ágrafas tiveram uma escritura, nelas sendo traduzidos pedaços do Velho e do Novo Testamento. Recolhiam tradições e, um pouco à moda de colcha de retalhos, reconstituíam a história de muitos povos, de antigos reinos e impérios, a genealogia de reis do passado, enfim a cultura de povos diferentes. Introduziram a medicina ocidental, com os seus benefícios. Incentivavam a educação, se bem que de maneira pouco entusiasta.

Ferkiss é muito pessimista quanto aos proveitos dos contactos entre europeus e africanos e, analisando a situação específica do Congo belga (hoje Zaire), tem palavras desanimadoras, falando do paternalismo fingido do Governo belga, da exploração desmedida, da miséria apavorante do povo, da escravização virtual e tortura de milhões de africanos, chegando a escrever que "a nuvem de miséria e repressão que pairava sobre a região era visível a olho nu".⁷⁴ Em outros lugares a repressão era igualmente violenta, assim como as rebeliões eram sangrentas.

Ki-Zerbo, não obstante a seriedade do seu trabalho, fruto de um saber pacientemente adquirido em boas universidades, não escapa à irritação que se apossa de quase todos africanos quando falam da questão da escravatura como um dos motivos negativos dos contactos entre europeus e africanos. No Brasil, mesmo entre os historiadores mais ilustres, como João Ribeiro, persiste a opinião de que eram os brancos europeus uns preadores desalmados. Esse mestre, um dos orgulhos da intelligentsia brasileira, na sua História do Brasil,⁷⁵ repete ainda que "a escravidão negra começou com os descobrimentos portugueses na África".⁷⁶ Da mesma forma o esteta de Fabordão insiste em que "fomos dos últimos povos a fazer a emenacipação dos escravos".⁷⁷ Nem uma coisa nem outra e hoje se sabe que os escravos africanos não foram uma invenção européia nem o Brasil dos últimos países a libertar os seus. A escravatura era uma instituição largamente difundida em África e os maiores preadores eram, além dos mouros, povo mestiço de árabes e negros, dos berberes, dos tuaregues, eram os negros os que detinham a palma nesse comércio infame, especialmente algumas tribos do Sudão e da costa ocidental. Quanto à escravatura, se fomos o último país a abolí-la nesta parte do mundo, é bom que lembremos que a instituição persistiu em muitos países do mundo até bem recente data, como a Etiópia, o Sultanato de Omã, a Mauritânia e a Arábia Saudita, por exemplo, sendo que esta só em 1962 aboliu oficialmente a sua, o que é de pasmar.⁷⁸

É certo que custa muito esquecer casos tão ignominiosos como esses, mas é bom que salientemos que não foi só esse o móbil dos contactos europeus nem o seu resultado a trata de escravos. O assunto chega a ser polémico pois negros foram comercializados com países asiáticos pelos árabes muito antes de os europeus porem os pés em África, além da situação já apontada, de escravização de uma tribo por outra, depois de guerras entre reinos indígenas, essas mesmas guerras que com o paludismo, as doenças e a fome, devastaram o continente e lhe reduziram a população de modo assustador.

Não se pode jogar toda a culpa aos europeus, nem lhe atribuir a origem de todos os males em África. Exploraram-na, sim, exploraram-na muito mas trouxeram coisas muito boas, das que os africanos, por mais que queiram, não conseguem afastar-se, e quando muitos territórios se tornaram independentes e vinganças tribais tiveram início, foram os europeus, antigos senhores, que foram chamados para evitar maior derramento de sangue e ainda hoje, afirma um conhecido escritor romeno, especialista em assuntos africanos, Mugur Valahu no seu livro Angola, chave de África,⁷⁹ são ainda os europeus que são chamados a "intervir militarmente para obrigar os diversos governos árabes da costa oriental de África e da Ásia Menor a acabar com este odioso tráfico" (a escravatura).⁸⁰

O paludismo matava milhares de pessoas todos os anos - e ainda continua a matar, temos de dizê-lo, com lástima -, aldeias inteiras eram dizimadas, até que os europeus conseguiram erradicar em determinados lugares o flagelo.

No pequenino reino da Barotselândia não só o paludismo era causador da morte de centenas de pessoas por ano, mas também a terrível doença do sono, causada pela mosca tsé-tsé, que os ingleses conseguiram senão eliminar pelo menos reduzir. A lepra era muito difundida em várias partes da África junto aos rios e no meio da jungla, assim como o tracoma. Os governos coloniais preocuparam-se com esse grave problema sanitário e criaram hospitais para tratamento de doenças tropicais, que ficavam a cargo ora da administração colonial, ora de missões religiosas sob égide governamental na maioria dos casos. Exploravam o trabalho do negro por vezes de maneira impiedosa, mas davam muito em troca. Pode-se acusar o paternalismo governamental que presidia esses gestos, e quanto a isso nada se pode dizer, mas levaram coisas boas. Não fosse o acendrado espírito etnocentrista dos coloniais, ou de grande parte deles, a colonização não teria sido julgada assim como foi, com excessiva severidade, porque uma coisa é inegável que todos nós temos de admitir, mesmo nós que nos devotamos à causa africana por muitos anos, impuseram a ordem e evitaram matanças intertribais que ceifavam a vida a milhares de inocentes todos os anos. As guerras intestinas, as doenças, a fome têm ceifado mais vidas em África do que a trata de escravos. O que se pode increpar aos europeus em terras africanas é a ganância desesperada, essa vontade de tirar proveito das riquezas naturais das terras que eles detinham como partes de seus impérios, fato já alertado por tantos africanistas e salientado por Ferkiss ao estudar a delicada questão do ex-Congo belga.

É assunto dos mais delicados esse que diz respeito aos contactos entre europeus e africanos e o que deles resultaram. Pattee, em uma obra sem favor monumental, Portugal na África Contemporânea⁸¹, encarece demasiadamente o significado europeu em África, assim como o fazem Gatti, no livro já mencionado e, sob certos aspectos, o sereno Hubert Deschamps no seu Peuples et nations d'outre-mer.⁸² Houve instantes iluminados em África, em que funcionários coloniais demonstraram boa vontade e muito fizeram para melhorar a triste situação daquela gente, mas houve momentos de rapina desenfreada, de muita maldade e exploração, fatos que deixaram marcas profundas.

Contudo o que de pior fizeram os europeus foi justamente a causa ainda hoje de tanta instabilidade política: a partilha da terra africana a seu bel prazer, a começar de que essa partilha não tinha motivo de ser, como jamais o teve o domínio europeu sobre outros povos, mesmo em se levando em conta que o colonialismo foi o resultado de uma grande explosão interior européia, o fruto de um crescimento cultural, social, tecnológico, científico e militar de países que saíam de uma Europa feudal e fechada e atrasada, sacrificada ela também por pragas, guerras intestinas, exploração e servilismo.

Muitos tentam ver no colonialismo a execução de um expansionismo por motivos de crescimento demográfico acelerado, um elemento criador de novas civilizações ou simplesmente o embrião de uma Lebensraumtheorie muito antes de ela ter sido concebida. Mas tudo isso se não é muito ingênuo, é muito difícil de ser simplesmente enunciado.

1.7. A partilha da terra africana e suas consequências

Diferentemente do que se pensa, a colonização européia não começou quando portugueses e espanhóis puseram pés em solo africano, nem quando os ingleses chegaram às suas costas, assim como os franceses. Essa tomada da terra, como as grandes viagens e descobertas, se deu durante um período de efervescência e agitação dentro da Europa. Os primeiros contactos, para seguirmos o raciocínio de Ki-Zerbo, foram o fruto da efervescência de uma Europa que se libertava da Idade Média e queria expandir-se, mas a colonização e partilha das terras africanas foi o fruto de outra explosão: o nacionalismo e reviver de tantos países europeus que pareciam recém-despertos de um longo sono. Os movimentos até que se parecem, com uma diferença crucial: agora, os europeus não buscavam apenas escravos, para, acorrentados, vendê-los em terras da América e utilizá-los em suas vastas plantações em o Novo Mundo. Agora, era a busca do prestígio político e do dinheiro para enfrentar concorrências cada vez mais fortes em uma Europa velha e refinada, mas também dessorada e decadente, que, em um últimos estertor, quando já a América do Sul, a Central e a do Norte se tinham libertado, restando pequenas ilhas nas Caraíbas, em contraposição às terras imensas de outrora. A Grã-Bretanha se expandira muito, chegara aos velhos países da Ásia multimilenar, explorara o Pacífico e colonizara a Austrália. Não havia na consciência européia do século XVIII a figura de uma África que merecesse maior atenção, comenta, inteligentemente, Richard Pattee.⁸³ A Inglaterra perdera a sua grande colônia na América e o império francês se desmoronara no Canadá. Vem a Revolução Francesa e, com ela, a débâcle de um mundo belo, requintado, mas envelhecido e caduco. Os olhos estavam bem abertos e se voltaram para a Ásia, mas ali as civilizações eram milenares, cimentadas pelo tradicionalismo monárquico de tantas dinastias importantes, algumas tão velhas quanto as mais velhas da Europa, ou até mesmo mais velhas. Havia uma cultura forte, que fazia frente à européia que, no mais das vezes, recuava em debandada, postura diferente da que tivera em terras americanas e em África nos seus contactos iniciais e no prosseguimento desses contactos. Os velhos reinos e impérios asiáticos possuíam literaturas velhíssimas, escritas bem antigas e as suas línguas, por conseguinte, não eram ágrafas como no continente africano. Era muito diferente o choque de culturas e os velhos cronicões portugueses nos dão conta de como os europeus eram caçados pelos asiáticos, considerados como bárbaros peludos e incivis, que nada entendiam das complicadas e solenas posturas asiáticas, que não praticavam a etiqueta elaboradíssima de povos como os chins e os nipões. Os primeiros contactos dos emissários reais europeus com as autoridades japonesas e chinesas, por exemplo, foram simplesmente deprimentes, com aqueles povos a rirem de portugueses que comiam com as mãos e limpavam a gordura da comida nas mangas de seus gibões ou nas espessas barbas. A leitura de um velho clássico como Fernão Mendes Pinto, o da Peregrinação⁸⁴ é sumamente esclarecedor e... deprimente.

Não eram fantasiosas as revelações de Marco Polo e de outros viajantes que exploraram o Oriente naquelas épocas recuadas. Ainda que a velha Ásia parecesse cansada, era uma terra onde as pessoas, mercê de uma educação esmerada e paciente, de uma longa tradição fielmente seguida, de instituições sólidas, não estava decadente. As guerras entre reinos e impérios não deviam de ser devastadoras que chegassem a desestabilizar dinastias e Estados. As intrigas palacianas eram sobrevenidas e não chegavam a cavar profundos fossos na vida dos países: mais forte do que o homem eram as instituições, posição desconhecida em África, onde o homem se sobrepunha às instituições, como, de resto, na Europa feudal e na Europa dos Estados absolutistas, em que os regimes podiam enfraquecer ou engrandecer-se devidos às boas ou más qualidades de um homem, o governante, rei ou imperador, duque ou príncipe, regente ou doge aristocrático. Assim, o encontro dos europeus com os asiáticos não teve para estes os mesmos significados que teriam para os africanos, nem causariam o mesmo impacto admirativo. Pelo contrário, eram os europeus os bárbaros que pisavam terras milenárias e como bárbaros eram vistos e considerados. Ainda assim, mais agressivos, mais hábeis e mais pragmáticos, conseguiram impor-se mais pela ruse, a astúcia, do que mesmo pela força das armas ou a valentia, aproveitando-se, algumas vezes, das disputas dinásticas e das sucessões reais não desejadas ou das usurpações de palacianos. A Índia, que era considerada a mais preciosa jóia da coroa britânica, era, na verdade, uma imensa colcha de retalhos, com dezenas de principados mais ou menos independentes e o domínio britânico por ali não chegou a ser como nas outras colônias de África. A arrogância inglesa não foi forte o bastante para suprimir reinos velhos e arquivelhos, nem para criar uma literatura indiana de língua inglesa pois esses principados, que possuíam muitas línguas, jamais aceitaram o inglês como sua língua oficial, mas apenas como uma língua franca. Havia, sim, como em toda parte, os desenraizados na própria pátria que, de bom grado, aceitavam o inglês ao invés do marathi, do assamês, do baluchi, do prácrito, do tâmil, do sind, do bengalês, do hindi e de outras mais, e nele escreviam, visando uma universalidade que não possuíam em suas línguas circunscritas, mas essas pessoas eram uma minoria, uma elite escolhida e útil, nunca o grosso da população, que continuou aferrada às suas tradições, às suas religiões, aos seus sábios e profetas e filósofos hinduístas ou búdicos, às suas línguas e costumes.

A Ásia estava em defensiva, mesmo quando cedia às pressões européias, o que não acontecia com a África Negra, em que a tradição oral se esbatia contra a modernidade que vinha dos mares trazida pelos governos coloniais.

Muitos falam de uma África selvagem, no sentido de atrasada e primitiva. Preferimos ver uma África ingênua, acientífica, presa fácil de uma tecnologia mais avançada e rápida. Ingênua e ágrafa, pois, acreditamos piamente, foi o agrafismo que ajudou no assujeitamento da África Negra: amparava uma tradição sem consistência em muitos casos. Curiosamente, ainda hoje, quando tudo por ali muda, essa mesma tradição se esbate. E causa tantos problemas.

Não seria, pois, difícil apossar-se dessa África ingênua, ágrafa, torturada e devastada pelas guerras intertribais, pela escravidão, pelas doenças. Ela era riquíssima, riquezas ainda não exploradas e capazes de aguçar a cobiça dos europeus. Nem tudo era só missionarismo e proselitismo religioso como, de boa fé, insiste Mugur Valahu no capítulo I, "Os portugueses desembarcam em África", do seu livro citado.⁸⁵ Havia-o inicialmente, não se pode duvidar dos relatos que nos deixaram os religiosos que para ali foram, mas de cambulhão, a sede de riquezas. E ante o fracasso da Igreja em terras africanas, cada dia mais invadidas pelo islamismo, chega a ser tocante de boa fé o que escreve Valahu:

"A presença dos soldados não significava que tivessem intenções bélicas mas apenas que, sem a sua proteção, a Igreja e o comércio não poderiam prosperar naqueles territórios longínquos e selvagens. Como católicos, os Portugueses ardiam de desejo de propagar a sua fé; o seu espírito comerciante e migratório não fazia mais do que fortalecer a posição da Igreja" - in op. cit. p. 17 e 18. Os grifos são nossos.

Os outros colonizadores mascaravam menos as suas intenções reais, mas nenhum dizia que ia às terras de África para buscar riquezas. Princípios humanísticos eram os apregoados pelos britânicos, o interesse de estabelecer laços de comércio eram os dos belgas. Os franceses falavam de contactos com outras culturas, mesmo quando eram as armas do Imperador Napoleão III, mal-dosamente cognominado de "le petit" por Victor Hugo, que dominavam essas culturas e subjugavam reis nativos.

Quando os franceses fincaram pés no Senegal, já os portugueses haviam reconhecido a região de Moçambique e mapeado muitos de seus rios e no findar do século XVIII as viagens de exploração que redundariam na partilha de África, não haviam mais que começar, como afirma Gaston Zeller na obra coletiva sob orientação de Pierre Renouvin, Histoired des Relations Internationales.⁸⁶ Era a chamada Costa do Ouro, onde o tráfico do ouro havia perdido o seu interesse, uma das portas de entrada para a grande África do interior, a África misteriosa, onde abundavam os animais selvagens de toda espécie, as madeiras, o marfim, o ferro, e ali estavam presentes, em concorrência, os ingleses, os franceses, os holandeses e os dinamarqueses. Próxima era a região da Serra Leoa, onde os negreiros iam buscar escravos e que já em 1787 sediava um primeiro centro de refúgio e asilo para os negros fugidos à escravidão, criado por uma associação filantrópica inglesa. Curiosamente, um ano depois, em 1788, cria-se em Londres, a African Association, cujo objetivo principal era inventariar as possibilidades do continente negro. Como se vê, chocam-se os objetivos e interesses dentro de um mesmo país.

A Inglaterra convertia-se em primeira potência naval do mundo e, com isso, passaria a impor normas por onde quer que chegassem os seus navios. Por outro lado, a França trazia ainda aquela auréola romântica de um povo culto, que se interessava pelos outros povos e que via na cultura francesa um facho de civilização universal. A Holanda era um país pequeno mas excessivamente dinâmico, mercantilista e que não hesita avançar em territórios por onde outros países já haviam passado e fincado bandeira, como no antigo Ceilão, nas costas brasileiras, nas Caraíbas, nos arquipélagos do Pacífico. A Dinamarca tenta uma aventura além-fronteiras e se estabelece em ilhotas do mar do Caribe, que mais tarde cede. A Bélgica só vai surgir como Estado soberano já entrado o século XIX e partirá também para a conquista além-fronteiras e com tanto afã que se assenhoreará de uma das mais ricas, complexas, turbulentas terras africanas, sede de grandes reinos e impérios, por onde andaram portugueses desde os começos de suas viagens africanas. A Espanha limitar-se-á a pequenos enclaves na África árabe e mourisca e a um pequeno território na costa oeste da África Negra que manterá até 1968, quando surge a República da Guiné-Equatorial sob liderança de Francisco Macías Nguema Biyogo Ngué Ndong, uma das mais estranhas e cruéis figuras da África independente. A Alemanha virá depois e passará rapidamente, mas deixará algumas marcas bem acentuadas de sua passagem pelo continente africano, seja pela curiosidade em fazer levantamento das línguas e povos e outras pesquisas culturais em que eles bem se situaram, seja pela dureza de sua administração. A Itália, que teve também as suas ambições imperiais, depois de um insucesso na antiga Abissínia, que lhe feriu profundamente os brios militares, conseguiu dominar o velho império do Negus por alguns escassos anos, estabelecer-se na Tripolitânia e na Cirenaica e avançar pela costa dos somalis, nesta parte permanecendo até 1960, quando as duas Somálias se unem para formar a República da Somália.

Estudiosos dos problemas do colonialismo europeu, como Hubert Deschamps, apresentam datas variantes para aquilo que se chamou comumente de "partilha da África pelas potências da Europa". Deschamps evita a expressão partilha e prefere falar de "grande expansion", que teria início por volta de 1830 a 1919, quando se completa, notando-se que um dos poucos Estados que se haviam mantido independentes, a Etiópia, cai sob domínio italiano em 1935 e o Rei da Itália, Vittorio Emanuele III, assume o título de Imperador da Etiópia, até que em 1941 o Negus é restaurado, com a ajuda britânica. Daí já se vê que a chamada "grande expansion" vai além do término da I Guerra Mundial. As duas guerras mundiais vão dar nova configuração ao mapa geopolítico da África do norte ao extremo sul e, com a saída da Alemanha do xadrez africano, fortalecem-se os impérios coloniais britânico e francês.

A partilha da África Negra, nós diríamos, não termina a não ser com a independência e criação dos atuais Estados, porque se analisarmos imparcialmente, ainda no momento em que a África do Sul recebe a África

do Sudoeste, e se recusa a partir de 1945 se recusa a devolver à ONU o mandato sobre aquele território, estabelece-se um como que séfodio colonialismo, cujo impasse continua ainda.

Dizemos que ela não teve data precisa justamente por ter-se estendido por longos períodos e não como alguns apontam os anos de 1884 a 1885, quando se deu a Conferência de Berlim. Esta ditaria normas para a partilha dos territórios africanos, isto é, as zonas de influências das potências interessadas. Era uma espécie de advertência para os Estados europeus com olhos voltados para o Continente Negro, para que uns não avançassem nas terras já dominadas por outros. Criavam-se algumas normas que servem para exemplificar o grau de desprezo das potências signatárias para com tantos Estados negros existentes e que não haviam sido ainda anexados:

1. A ocupação costeira não bastaria para reivindicar o vasto interior desocupado;
2. Mas essa reivindicação seria válida se o Estado interessado houvesse notificado aos países signatários da Conferência;
3. Toda tomada de posse deveria ser imediatamente comunicada;
4. Mas a posse só seria respeitada se a potência anexadora tivesse autoridade bastante para fazê-la respeitar;
5. No caso de uma ocupação do interior, este não poderia sob nenhuma hipótese ultrapassar outra zona de confluência ou outro Estado organizado;
6. As bacias do Congo e do Níger eram declaradas livres para o comércio internacional.

São regras excessivamente simples, mas que se conflitam entre si e foram responsáveis por verdadeira pilhagem em África, diz Ki-Zerbo, apesar de serem apenas sete os países diretamente interessados: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica (se bem que nesse caso se tratava de um domínio pessoal, o do Rei dos Belgas, Leopoldo II), Itália, Portugal e Espanha e não me parece que os limites fossem definidos "with little trouble", como afirma Basil Davidson no seu Africa in History.⁸⁷

Houve anexações que jamais deveriam ter sido feitas se o tratado fosse obedecido como a do Reino dos Achantes, que era um Estado constituído, que possuía governo próprio e estava bem no interior de uma colônia, a Costa do Ouro, assim como deveriam ter sido respeitados outros reinos e sultanatos interiores que formavam Estados politicamente organizados. Mas a pilhagem foi indiscriminada e não houve Estado colonial que respeitasse os direitos dos Estados existentes. Houve conquistas desenfreadas e disputas violentas entre os novos conquistadores. Valeu todo tipo de cambalacho, todo tipo de trama, desde a aparentemente inocente intromissão de missionários até o ataque armado e até 1912, com exceção da Etiópia, da Libéria e do Marrocos, toda a África era propriedade européia.

O mapa africano ficou assim dividido:

França. Seu vasto império se estendia da África branca, ou árabe, ao Norte, controlando a Tunísia, mantendo a Argélia e confirmando seu protetorado sobre o Marrocos, o chamado Império Xerifino, conquista parte do Saara, para atingir o interior. Atinge a costa ocidental, de onde penetra no grande interior, territórios que hoje formam os Estados da Guiné-Conakry, Senegal, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (hoje Burkina Fasso). Conquista as margens do Níger e o Tchad, onde anexa vários sultanatos, chegando até ao Sudão egípcio. Partindo do Gabão conquista enorme extensão de terras no interior e que viria formar a África Equatorial Francesa que compreende inclusive aquele enorme território hoje conhecido como República Centro-Africana e que foi, em data recente, por curto espaço, o Império de Bokassa I, e chega até à bacia do rio Congo. O grande Estado que é hoje o Málí, passa para o domínio francês. Ali havia(há-os ainda) vários pequenos sultanatos organizados e que não foram respeitados. Troca Zanzibar com a Grã-Bretanha pela ilha de Madagascar, onde também encontram os franceses Estados organizados, o que não os impede de anexá-los pela força. Na região oriental a França ocupa, antes da construção do canal de Suez, Obok e a baía de Tadjurah, e ocupa os pequenos mas bem organizados sultanatos de Gobad e Ambado e o de Djibuti, que só em 1977 deixa. Afóra isso, ocupa várias ilhas e ilhotas no Índico, habitadas por africanos e mestiços de africanos e que hoje formam pequenas repúblicas como a de Comoras e de Seixelhas.

Grã-Bretanha. O império britânico, comentava cheio de incontida admiração o historiador francês Jacques Bainville no seu L'Angleterre e l'Empire Britannique⁸⁸,

"a atteint des dimensions qui dépassent toutes celles des plus grands empires connus dans l'histoire; celui des tsars n'en était que la moitié. Britannia domine près du quart de la superficie des continents, trois fois l'Europe, deux fois l'Amérique du Sud" - op. cit. p.72/73.

Grande parte da costa africana e da parte oriental estava sob seu domínio, além de muitas ilhas e ilhotas. Eram parte do Império Britânico em África os seguintes territórios

hoje independentes como repúblicas e reinos: Gâmbia, que ficava encravada em território sob domínio francês, o Senegal, Serra Leoa, Costa do Ouro (hoje Gana), a Rodésia do Norte (hoje Zâmbia) onde existia velho reino, o dos Ba rotse, a Rodésia do Sul (hoje Zimbábue), Quênia, a Somália britânica, que se juntou à Somália italiana para formar a República da Somália, a Nigéria que consistia de vários sultanatos e emirados, a Nissalândia (hoje Malávi), a antiga colônia do Cabo que se uniria mais tarde às repúblicas bôeres de Natal, Orange e Transvaal, para formar a União, hoje República da África do Sul, os protetorados da Betchuanalândia, Basutolândia e Suazilândia (hoje República de Botswana, Reino do Lesoto e Ngwane), Uganda que tinha dentro de seu território vários principados indígenas e um Estado bem organizado, o de Buganda, o pequeno Sultanato de Zanzibar e Pemba, além das ilhas de Ascensão e Santa Helena e Maurício.

Bélgica. O Rei Leopoldo II apossou-se do Congo, que tinha vários reinos dentro e criou a Associação Internacional Africana, que visava antes de mais nada combater o tráfico de escravos e comercializar com os pequenos reinos. Mais tarde teve origem a Comissão dos Estados do Alto Congo. Nessa época, bastante agitada, Portugal reivindicou seus direitos históricos sobre o rio Congo, alegando que primeiro de todos os portugueses ali haviam estado, mas como a situação ficava tensa, os mediadores ingleses, em troca da livre navegação do rio, conseguiram a desistência portuguesa, que ficaria com o enclave de Cabinda, hoje em litígio. Mais tarde, quando a Alemanha perdeu suas colônias em África, os Reinos de Ruanda e Burúndi ficaram sob sua tutela.

Alemanha. O Império Alemão chegou, como a Itália, mais tardiamente do que os outros Estados, o que não o impediu de assenhorear-se de grandes territórios como a África Oriental Alemã (hoje Tanzânia e Ruanda-Burúndi), o Togo, os Camarões e a África do Sudoeste (Namíbia). Togo passaria para administração francesa e britânica, assim como os Camarões.

Itália. Através de compras e invasões, o Império Italiano ocupou a Tripolitânia e a Cirenaica (hoje Líbia), a Somália italiana e a Eritréia e, por curto espaço, dominou a Etiópia.

Portugal. O mais antigo dos países europeus em África, ele conseguiu manter as possessões dos dias dos descobrimentos que eram o arquipélago de Cabo Verde, o de São Tomé e Príncipe, o enclave da Cabinda, a Guiné-Bissau, e dois grandes territórios, Angola e Moçambique.

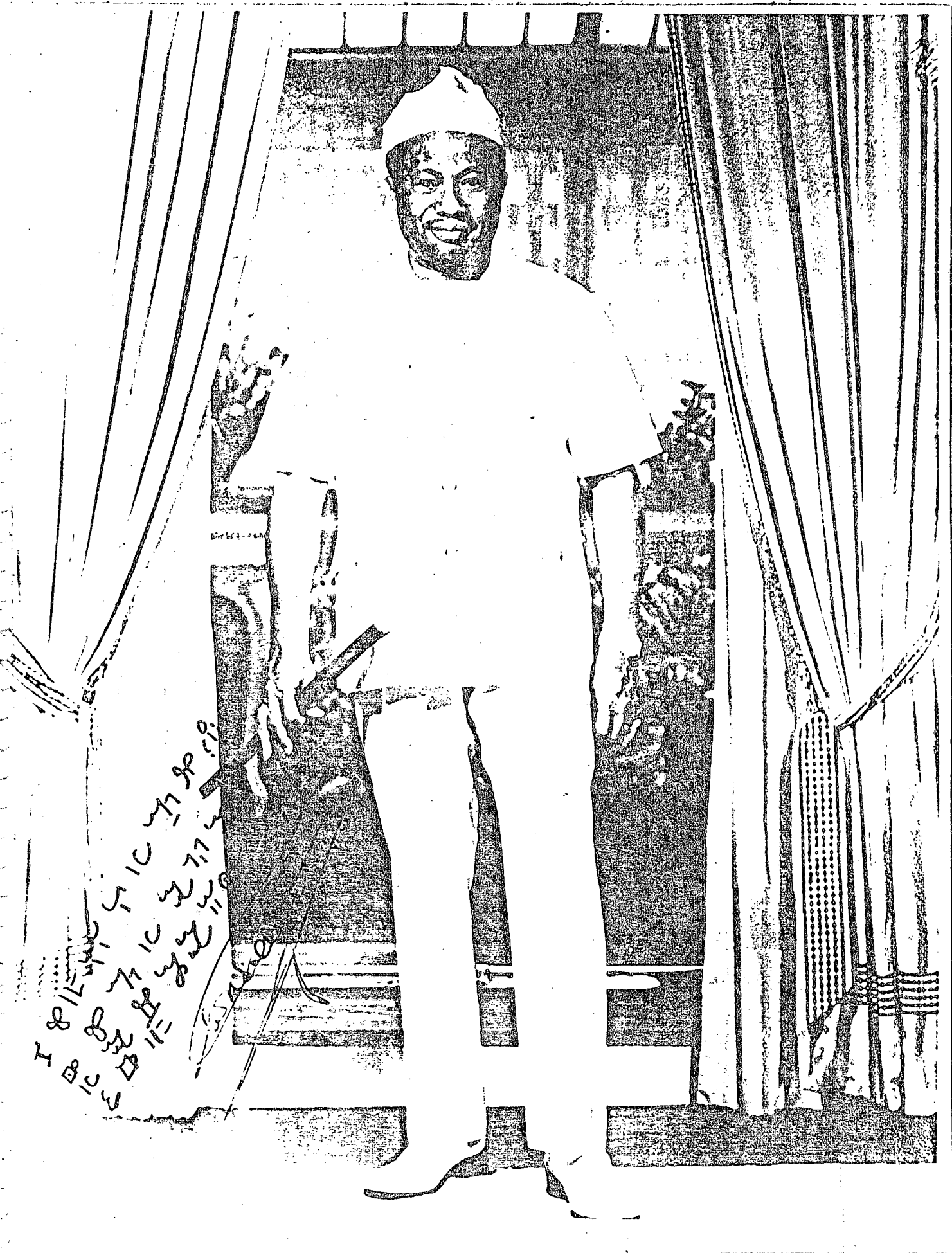
Espanha. Foi o que menos ocupou em área territórios africanos e na África Negra apenas a pequena Guiné Espanhola (hoje Guiné Equatorial). Os demais territórios ficavam na chamada área da África árabe e moura: zona de protetorado no Marrocos, o enclave de Ifni, o Saara Espanhol (hoje a República Democrática Árabe do Saara, ainda em litígio), Ceuta, Melilla e as Canárias.

Este mapa da África partilhada, cujos problemas e consequências se fariam sentir até hoje, impedindo a África Negra de ter um mais rápido acesso ao desenvolvimento material e cultural, à estabilidade política, a uma participação mais direta nos assuntos do mundo moderno.

Uma partilha ambiciosa e irracional, que visava apenas os interesses dos Estados europeus que se acreditavam senhores com todos os direitos dessa terra imensa e rica, e que não hesitava dividir grupos étnicos, nações indígenas e destruir Estados politicamente organizados que, com alguma assistência teriam chegado até aos nossos dias dentro de seus limites originais, da sua estrutura política e administrativa também original, sem os perigos de uma instabilidade que persiste ainda.

Basil Davidson é um crítico severo do que ele chama de "the colonial partition" e diz que, para isso, os métodos variaram segundo as circunstâncias e as necessidades, desde o logro até a entrega a companhias de comércio e exploração, dos conchavos com reis nativos até ameaças armadas, da simples invasão aos ataques armados e derrubadas de governantes africanos que se mostrassem indóceis à aproximação europeia. Também a exploração dos novos territórios e seus habitantes variava muito ("Yet there were several important differences in the methods of exploitation", comenta Davidson⁸⁹). Tece críticas acerbas à exploração belga no Congo, funesta, segundo suas próprias palavras, "the baleful example of the Leopoldian system",⁹⁰ que fez sofrer os nativos de modo horroroso.

Usando os príncipes nativos, reis e sultões, eles mantinham um duplo governo, o colonial, que se punha acima dos governantes africanos, e o destes, que tratava diretamente com as populações locais, em uma forma de governo indireto, mas fictício pois bastava que um rei indígena quisesse maior poder ou se manifestasse contra a administração europeia para ser derrubado e, em seu lugar, ser colocado um mais dócil e que não quisesse complicações com os dominadores. Dividir para governar parecia ser o lema de todos, mesmo daqueles que, como os portugueses, preferiam um governo direto e, mais tarde, falavam de províncias ultramarinas, quando o Império português soçobrava.



Handwritten notes in the bottom left corner, likely a list of names or identifiers, possibly in a non-Latin script. The text is written in a cursive style and includes various characters and symbols.



With kindest regards and best wishes,

Sincerely,

W. R. Tolbert, Jr.
W. R. Tolbert, Jr.



1.8. Pensa-se no quebrar das cadeias. Movimentos de
descolonização. A Libéria

Há algumas noções sobre o colonialismo e sua aceitação em África que vêm sendo tradicionalmente seguidas, entre elas a de que a África viveu séculos sob domínio dos europeus e de que nunca houve tentativa de independência dos territórios senão a partir da segunda metade do século XX. Até mesmo pesquisadores sérios e tidos na conta de grandes africanistas repetem essas noções.

Não obstante os europeus terem pisado terras africanas em diferentes épocas, como vimos nos itens antecedentes, o seu domínio efetivo sobre esses povos não chegou a cem anos. Influências e contactos sim, alguns foram de longos e longos anos, como a presença portuguesa em territórios que seriam suas colônias e províncias ultramarinas, mas mesmo eles não avançaram muito para o interior. A Grã-Bretanha manteve contactos demorados na costa. Protetorados mais ou menos vagos existiram, mas a dominação começa a fazer-se forte e efetiva a partir da Conferência de Berlim.

Os árabes sim, é que haviam dominado há mais tempo algumas partes da África Negra e vale lembrar que uma aristocracia árabe e irânica se estabeleceu em Zanzibar, governando o sultanato ao bom estilo dos príncipes islâmicos de Omã e habitado por negros. O mesmo acontecia nas costas somalianas e da antiga Tanganhica.

Povos aceitavam o domínio europeu persuadidos, muita vez, pelos missionários que entre eles iam pregar, como ensina Davidson, enquanto que em outros casos eram os príncipes nativos que pediam proteção dos europeus contra vizinhos mais poderosos com os quais estavam em guerra. Os territórios eram considerados inóspitos, apesar de ricos, queixavam-se os visitantes. Preferiam, pois, a exploração assistemática, "while the status of Africans was steadily degraded to a servile one", escreve Davidson.⁹¹

Também não é verdade que se tenham entregue facilmente nas mãos dos europeus. Lutaram alguns povos denodadamente e a história africana está cheia de exemplos nobres de pequenos Estados que resistiram com bravura no Níger, no Daomé, na Costa do Marfim, em Uganda, entre os Estados Haussa onde hoje é a República da Nigéria. Luo, Nnandi, Zulus, Herero, Achante, Congueses, Nama entre tantos outros foram povos que lutaram com denodo contra a ocupação europeia, sendo ao final vencidos pela força das armas ou pelas tramoias, como a de Luederitz contra os Nama.

Há casos de reis e príncipes que expulsaram de suas terras os europeus e já na década de 1690 o rei de Urozwi expulsava dos seus territórios os portugueses que tinham vindo para ajudá-los e um despacho do vice-rei de Goa ao rei de Portugal dando conta da desfeita, comenta que isso se devia à

arrogância dos portugueses, sua falta de seriedade e honestidade no trato com os nativos e a brutalidade de seus métodos. O mesmo acontecia mais ou menos em todos os cantos do Continente Negro.

Os kikuyu do Quênia já em 1921 se voltavam contra os "farmers" e embarcavam em uma pouco estruturada luta política para quebrarem as cadeias que os prendiam aos britânicos e por volta de 1929 muitas igrejas cristãs, revoltadas com a exploração dos negros, proclamavam que devia existir uma "África para os Africanos", o que era tanto político quanto religioso.

Protestos políticos severamente reprimidos aconteceram por toda a África Ocidental e assumiriam, com o passar do tempo, formas de organização política.

Somente com a II Guerra é que, abatendo-se o prestígio e o poder dos governantes coloniais, é que as cadeias da escravidão africana começam a romper-se.

Havia por aquela época um símbolo negro em África - A Libéria, a segunda nação negra independente dos tempos modernos, cujo nascimento, porém, não fora um esforço de seus habitantes, mas de gente de vinha de fora, negros que escapavam ao cativo nas terras da América e ali se estabeleciam para começar vida nova.

Esse quebrar das cadeias e os movimentos de libertação em África, assim como a Libéria, vista como símbolo de um Estado negro independente, serão aspectos a serem estudados no capítulo a seguir.

Notas e referências ao

Capítulo I

1. Schapp, Wilhelm. In Geschichten verstrickt. Zum Sein von Mensch und Ding. Hamburg, Richard Meiner Verlag, 1 953. 210 p.

Há, nesse livro, um capítulo excelente, o 6º, que se chama exatamente "Die Geschichte steht für den Mann", que os forjadores de história deveriam ler e meditar, em especial os que dizem escrever a moderna história de África.

2. Sabbá Guimarães, Newton. Problemas, Caminhos e Perspectivas da Descolonização em África. Um capítulo por escrever. Monografia apresentada no Curso de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, no verão de 1 987, onde, inclusive, debatemos a questão da bibliografia aparecida sobre a África Negra nos últimos anos. Texto xerocopiado. 117f. Op. cit. p. 33 e seguintes.

3. Ferkiss, Victor C. África - Um continente à procura de seu destino. Trad. de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro, Edições G.R.D., 1 967. 361 p.

4. A questão das línguas e sua diversidade em África é assunto que preocupa linguistas e antropólogos. Não existe uma classificação completa dos ramos linguísticos africanos, mesmo porque existem algumas que nem de perto conseguem dar uma idéia de sua complexidade. Há línguas no Continente Negro que vieram transplantadas e, com o passar dos séculos tomaram foros de africanas, como as línguas semíticas faladas no outro Império etíope. E o que são as línguas camíticas? E as de clique, encontradas estas bem ao Sul do continente?

O linguista alemão, Dr. Heinz F. Wendt, no seu livro Sprachen (Frankfurt am Main, Fischer Bücherei, 1 966. 382 p.), seguindo em parte a classificação de L. Homburger, às págs. 19, apresenta uma divisão global em 4 grandes grupos, que, por sua vez, se subdividem em muitos outros subgrupos, e que ele chama de:

- a. Semitische-hamitische Sprachstamm;
- b. Sudam, oder Sudan-Guinea-Sprachen;
- c. Bantusprachen; e
- d. Buschmännisch-hottentottischen oder palloafrikanischen Sprachen, ou ainda, Khoisansprachen.

As mais importantes parecem ser as línguas bantas, sendo que, uma delas, o KiSwahili, é língua oficial de países como o Quênia, a Tanzânia (que inclui o antigo sultanato de Zanzibar), lado a lado com o inglês e serve de importante língua de comércio em Ruanda, Burúndi, Uganda, Comoras e outros países.

E conclui Wendt, algo desenganado:

"Da wegen des Fehlens historischer Denkmäler (es haldent sich fast nur um schriftlose Sprachen) die früheren Stufen unbekannt sind, werden die wahren Zusammenhänge zwischen diesen Sprachen und Sprachgruppen wohl immer in Dunkel gehüllt bleiben" - op.cit. p.18/19.

6. Refiro-me ao africanista Attilio Gatti, americano, de origem italiana, e que, por muitos anos perambulou pelo Continente Negro, conhecendo-o bem, do Norte ao extremo Sul, das terras quentes do Saara à ponta do Cabo da Boa Esperança. Escreveu livros que tiveram grande repercussão, como Ao Sul do Saara, Chamado da Selva e sobretudo A África de Hoje. As traduções brasileiras, da Melhoramentos, acham-se de há muito esgotadas tal foi sua aceitação. Contudo, há pontos discutíveis nesses livros, boa introdução, mas que devem ser lido com algum cuidado, pois o autor tem tendência, em assuntos que lhe dizem de mais perto, a exagerar.
7. Auct. cit. in A África de Hoje. Trad. de Raul de Polillo. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1 961 (?). 190 p.
8. Ruark, Robert. Something of Value. New York, Pocket Books, 1 975. 627 p. Livro cru, em que as violências dos negros são acentuadas pelo autor, que se proclama um amigo da África.
9. Ki-Zerbo, Joseph. Histoire de l'Afrique Noire. D'hier à demain. Paris, Librairie Hatier, 1 972. 704 p. XXXII págs. de ilustrações hors texte. Uma das melhores obras já escritas em tempos recentes sobre a África Negra, bibliografia selecionada e muito vasta, em diversas línguas. Pesquisa séria por um erudito africano, que muito leu sobre os povos africanos e os compreendeu. Nota-se aqui e ali um indisfarçável me-ufanismo, assim como um severo julgamento sobre a permanência em terra africana do elemento europeu. Um ponto um tanto delicado é o da trata do escravo, que ele põe inteiramente sobre as costas dos europeus, esquecendo aspectos hoje tão conhecidos da escravização de negros por seus reis e príncipes, após guerras cruentas entre reinos, ou a participação direta dos árabes na escravidão negra.

Contudo, por ser um livro escrito por africano, serve como a melhor introdução para a África de hoje, isso porque foge aos pré-conceitos tão presentes em obras de autores da velha Europa, verbigratia, os alemães, sempre tão eruditos e profundos, mas por vezes incapazes de ver a grandeza de homens e Estados do passado africano.

Aproveito aqui para expressar meus agradecimentos ao Embaixador Assane Bassirou Diouf, do Senegal, pelo envio da obra.
10. Op. cit. p. p. 63.
11. Aymard, A. e J. Auboyer. L'Orient et la Grèce. Tomo I da Histoire Générale des Civilisations, sob direção do Prof. Maurice Crouzet, autor do prefácio. Paris, Presses Universitaires de France, 1 953. 701 p.
12. Eis um assunto de muita controvérsia: teriam sido os iemenitas os habitantes que levaram à Etiópia uma língua semítica? Os teriam sido judeus? Na verdade, tanto o ghe'ez quanto o amárico, como o tigrinya e o tigré, falados em boa parte da Etiópia, são línguas semíticas aparentadas com o sabeano e mineano, em tempos antigos, o hebraico, o cananeu, o moabítico, o aramaico, o siríaco, o árabe etc.

A divisão das línguas semítica é hoje mais simples do

que a de outros grupos. Existem as línguas semíticas extintas, e as vivas, mas mesmo de algumas das mortas ficaram textos escritos o que permitiu a reconstituição de muitos fenômenos linguísticos comuns a todas elas. Eram línguas escritas, daí a facilidade de retarçá-lhes a história...

13. Ghe'ez e amárico, ou amhárico são as duas línguas mais importantes da Etiópia. A primeira é também chamada de etiópica e é hoje uma língua morta, usada apenas na liturgia. Não se confunda com o amárico, que é a língua oficial, e de boa parte do povo.

A respeito escreve Samuel A.B. Mercer, professor emeritus da Línguas Semíticas e Egiptologia da Universidade de Toronto:

"Some centuries before the Christian era, a Semitic people who spoke a pure Semitic language, which they called *af: 7011* 'the tongue of the free', migrated from Yemen in Arabia to Abyssinia in Africa. At Axum as a centre they founded a kingdom which, in the third century, was converted to Christianity. Their tongue, which we now call Ethiopic, remained the spoken tongue till the beginning of the seventeenth century, when it was superseded by Tigre, Tigríña, and Amharic. Since then, however, it has persisted as the language of the Church and of literature" - Ethiopic Grammar (New York, Frederick Ungar Publishing Co, 1961. 116 p.), p. 7.

Enquanto que o amhárico é, segundo Heinz F. Wendt, no seu livro Sprachen:

"das bereits 1270 durch die salomonische Dynastie zur Staatssprache erhoben wurde; seit dem ersten Weltkrieg erscheinen Zeitschriften in Amharisch. In der Struktur weicht es stark von den übrigen semitischen Sprachen ab" - p. 268, da ed. cit. no. 5.

14. Op. cit. p. p. 67.

15. Na verdade existem diferentes Áfricas Negras, se pensarmos em questão de fertilidade do solo e de climas. As vezes dentro de um mesmo país subsistem diferentes tipos climáticos que mudam por completo os costumes, as culturas, os meios de vida e o comportamento dos habitantes. Tomemos por exemplo o Tchad, que tem uma boa de sua superfície dentro do clima desértico e saariano, enquanto que o Sul é rico em vegetação, fértil e não falta água.

Dizer que "l'Afrique noire est à peu près l'Afrique tropicale pluvieuse", como o fez P. Gourou ("Une humanité noire", Cahiers d'Outre-Mer, 1959, tomo XII, p. 129), parece um tanto excludente demais. A África

ardente e seca do Norte do Tchad ou do Málí é tão África Negra quanto as férteis regiões do Gabão ou de Uganda. Essas generalizações são muitos perigosas sempre, e muito especialmente quando se trata de África.

16. Péhaut, Y. Art. cit. L'Afrique Noire Contemporaine, obra coletiva sob direção de Marcel Merle. Paris, Librairie Armand Colin, 1968. De págs. 9 usque 90.
17. Art. cit. p. 14.
18. Ibidem p. 14.
19. Ibidem p. 16.
20. Ibidem p. 16.
21. Ibidem p. 16.
22. Ibidem p. 18.
23. Ibidem p. 18.
24. Ibidem p. 31.
25. Ibidem p. 31.
26. Haddon, A.C. Las Razas Humanas y su Distribución. Trad. de T. de Aranzadi. Madrid, Calpe, 1924. 255 p.
27. Muitos ensinamentos de Haddon estão, hoje, à luz de novas descobertas antropológicas, ultrapassadas. Outros, são inaceitáveis como quando ele se refere a atraso dos pretos sem apelar para uma explicação sociológica. Dizer simplesmente que este ou aquele grupo étnico está atrasado em relação a outro devido à região em que habitam, é fazer tabula rasa de muitos fatores sociológicos. Mas a classificação das raças apresentada por Haddon é, sem favor, completa e merece atenção.
Como outros antropólogos, ele dá o Sudão como a pátria primitiva dos negros:

"La patria primitiva de los negros parece haber sido el Sudán y la mayor parte del área tropical, donde practicaron la horticultura y se hicieron grandes traficantes"

- op. cit. p. 71 e 72.
28. Jacobs, Melville e Bernhard J. Stern. General Anthropology. New York, Barnes & Noble, Inc., 1955. 338.
29. Op. cit. p. 49.

A questão dos grupos negroides, como o escrevem esses autores, é outro ponto conflitante e difícil, porque não existe um tipo de negro, uniforme, no vasto continente mas diferentes tipos. Re

conhecem-no esses autores, que assim descrevem, generalizadamente, os negroides africanos:

"The skin of African Negroids varies from yellowish brown or dark brown to almost black. Head hair varies from very curly to woolly or frizzly and they have little body hair. Noses are variable in shape but often of great width. Ears are usually small. Some people of this race are notably prognathous - that is, have a projecting upper jaw - but others are not. Lips are variable but in some instances are thicker and more everted than those of other people" - op. cit. p. 49.

30. Op. cit. p. 59.

31. O contacto das línguas européias dos colonizadores com as línguas e dialetos africanos, viriam dar origem, com o passar do tempo, a línguas mistas, algumas até de relativa importância cultural, assim como pidgin usados pelos nativos para comunicação com os brancos. Como surgiram essas línguas? Há várias explicações: a. Descaso dos europeus em não aprender a língua local ou em não ensinar de modo correto a sua língua ao africano; b. O europeu falava a sua própria língua erroneamente, de modo muito simplificado, para que o africano logo a aprendesse, adaptando-a à maneira de falar deste, à fonética geral das línguas da região, por exemplo: *Moi parler bon français avec nègres*, ao invés de: *Je parle un bon français avec mes servants africains* etc. Os criados, por sua vez, ouviam os patrões assim falar e os imitavam; c. Choques linguísticos em uma área multilingual, com predominância daquela usada oficialmente ou na maioria dos contactos. As hipóteses são muitas e todas sujeitas a críticas mais ou menos profundas. Mas a verdade é que surgiram várias línguas desses choques. Do francês com línguas e dialetos africanos surgiram, entre outras: o seixelense ou créole das ilhas Seixelhas (Seychelles), hoje língua oficial do pequeno país, graças à proteção que lhe deu o Governo do jovem Presidente France-Albert René, a partir de 1981; o mauricien ou francês da Maurícia. Do inglês com línguas nativas temos o Cameroun pidgin English, o krio falado nos arredores de Freetown na Serra Leoa e em outras partes daquela república, amplamente difundido por todo o seu território; o Nigerian pidgin English, amplamente usado e outros. Além dessas existem as línguas francas surgidas dos contactos de línguas africanas, com a sobreposição de uma, a que fosse mais difundida e usada, como é o caso do sango, a mais importante da República da África Central "developed due to the contact of Ngbandi with other African languages", ensina Loreto Todd in Pidgins and Creoles (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1974. p. 7). Ou os vários sabirs na África

do Sul.

Não se pode esquecer também que importantes línguas nacionais de origem europeia ou não, servem como línguas auxiliares nos países ou são oficiais, como o afrikaans, na África do Sul e na Namíbia, o crioulo caboverdiano na pequena República de Cabo Verde, o kiSwahili ou suaíli em vasta região da África, do Quênia a Zanzibar e Pemba.

Aliás o afrikaans é um dos pilares de sustentação do nacionalismo sul-africano, para quem "Afrikaans is dus 'n klein taal, maar besliss nie een van die kleinste nie, selfs nie een die kleinste Germaanse taal nie", como diz, cheio de entusiasmo, J-C. Steyn (in Tuis-te in eie taal - Die behoud en bestaan van Afrikaans. Kaapstad, Tafelberg-Uitgewers Beperk, 1980. p. xiii), e um tesouro cultural e nacional muito estimado pelo mais importante grupo branco naquele país.

32. Levando-se em conta os contactos dos europeus com os africanos, a mestiçagem foi pequena. No Sul da África, na província do Cabo, existem os kleurlinge, ou coloured, mestiços de brancos mormente de origem holandesa com hotentotes e boximanos, especialmente aqueles e falam, de preferência afrikaans ao inglês. Em Cabo Verde houve umamestiçagem mais forte, criando-se uma verdadeira elite que mantém os costumes e a educação portuguesa, falando uma língua crioula que, segundo Richard Pattee no seu excelente Portugal na África Contemporânea (Rio de Janeiro, P.U.C., 1961. 823 p. Apresentação de Arthur Cêzar Ferreira Reis)

"Não se trata, evidentemente, duma língua africana transferida para as ilhas, mas de um falar europeu transformado pelo contacto com gente em cuja boca os sons e mesmo a sintaxe se modificam tão sensivelmente que a nova modalidade linguística adquiriu foros de língua autónoma, sem deixar de pertencer à família românica" - op. cit. p. 247.

Há muitas obras escritas em crioulo caboverdiano e sobre ele e cresce, de ano para ano, o interesse pelo seu estudo.

Mais ou menos por toda a África Negra houve mestiçagem, mas que não atingiu grandes proporções, como, por exemplo, no Brasil. Nas ilhas Seixelhas houve uma boa mestiçagem e que, como exemplificado em Cabo Verde, também fala um créole saído do francês. Houve-a também na Serra Leoa que, coincidentemente, também cunhou uma nova língua, saída do inglês, o krio, que Pattee (op. cit. p. 248), muito elogia, dizendo que essa "aristocracia indígena" (sic), surgida de antigos escravos emancipados, usa comumente o krio, que "não se trata com certeza dum dialecto degenerado nem dum pidgin-English, que também existiu".

Nunca, porém, atingiu grande número. Mestiços, desde os dias da independência, vêm ocupando altos postos na administração de

seus países, alguns chegando mesmo à presidência, como o Presidente Grunitzki, do Togo, que morreu assassinado, deposto em 1967 pelo atual governante, o General Gnassingbé Eyadéma, e o Presidente Rawlings, de Gana, quem, em 1981, derrubou o Presidente Hilla Limann, também ele mestiço.

33. O afrikaans, não deixa de ser, em suas origens um típico crioulo mas contou com a firme vontade de sua gente para torná-lo língua nacional e oficial, o que ainda não aconteceu com o caboverdiano, que permanece ainda como língua nacional, mas sem figurar como língua oficial, não obstante a imensa maioria dos habitantes de Cabo Verde falar só essa língua, ou preferentemente. O assunto merece maior detença, mesmo porque a língua é uma das forças vivas da nacionalidade. Talvez por isso mesmo muitos novos Estados africanos não tenham conseguido uma maior comunicação entre seus habitantes, que se debatem com a verdadeira babel de línguas e dialetos, o que impede uma integração mais perfeita entre Governo e cidadãos.

Mas o caso do afrikaans, africanês, é único, pois vem sendo cada vez mais fator de união dos brancos, em especial os de origem holandesa, Afrikaners, fortemente orientados pelo calvinismo, pela crença algo ingênua de uma missão messiânica em África, pela língua e o nacionalismo ardente e que se chamam a si mesmo "a white tribe", esses regte Afrikaners (verdadeiros africanenses) e que falam com insistência de uma "witte gebiet", ou seja, uma terra branca, um lar branco.

34. Lavroff, Dmitri. Os Partidos políticos da África Negra. Trad. de Eduardo Cambezes. Amadora, Livraria Bertrand, 1975. 145 p.
35. Nyerere, Julius Kambarage. Freedom and Socialism. Uhuru na Ujamaa. A selection of writings and speeches. 1965-1967. London, Oxford University Press, 1970. 422 p.

Há alguns ensaios muito bons sobre a concepção do pai da pátria tanzaniana acerca de nacionalismo e pan-africanismo com o seu conflito. O Mwalimu, como ele era chamado (o mestre), tinha uma visão muito ampla da situação africana que se debatia entre um nacionalismo forçado, que se voltava apenas contra o europeu, esquecendo-se da realidade africana, e um pan-africanismo tão sonhado por Nkrumah, que não deu certo desde o início, pela diversidade de pensamentos e interesses políticos.

Aproveito para deixar aqui os meus agradecimentos ao ex-Presidente pela atenção em haver-me mandado não apenas este livro, mas vários outros trabalhos seus, que me serviram muito para um melhor conhecimento do seu pensamento político.

36. Gatti, Attilio e Ellen. A África de Hoje; ed. cit. no. 7.
37. Ed. cit. em o no. 9.
38. Joubert, L. "La colonisation de l'Afrique et ses conséquences" in L'Afrique Noire Contemporaine (org. por Marcel Merle). Paris, Librairie Armand Colin, 1968. p. usque 135.
39. Art. cit. p. 92.
40. Op. cit. p. 106.
41. Velho povo saariano, conhecido pela sua belicosidade. São senhores do deserto, altivos, generosos, valentes. Desde os tempos históricos mais recuados eles se distinguem pela sua indômita bravura. O pesquisador Attilio Gaudio no seu excelente livro As Civilizações do Saara - Dez milênios de história, de cultura e de grande comercio (Trad. de Torrieri Guimarães e Antoine Bouéry. São Paulo, Editora Mundo Musical Ltda., 1976. 307 p. + bibliografia), descreve-os entusiasticamente. São o povo do véu, pois os homens usam um véu que lhes cobre parcialmente o rosto e a boca. Diz Gaudio:

"Orgulhoso e taciturno, grande, seco e musculoso, o Targui é - quando tratado com respeito - bastante hospitaleiro, mesmo pra o estrangeiro. Muito suscetível e desdenhoso, conserva nitidamente as características somáticas da raça berbere à qual pertence. Leis tribais muito severas sempre proibiram aos Tuaregues - guerreiros livres e de casta dominante - toda mistura de sangue com pessoas de raça negra. Suas tradições e sua língua permaneceram igualmente puras, sem modificações, e, defendidas ciosamente, elas são defendidas transmitidas de geração a geração" - in op. cit. p. 65.

Sua língua, o tfinagh, "língua próxima do antigo líbio, que tem seu alfabeto próprio e seus próprios caracteres", com diz o pesquisador acima (p.80), é usada sobretudo pelas mulheres, uma vez que os homens aos poucos preferem falar o árabe e mesmo os que falam dialetos como o tamashek ou outros dialetos bereberes, preferem utilizar na escrita o alfabeto árabe.

São muçulmanos mas a sua religião conserva laivos de animismo. Supersticiosos e desconfiados, olham outros povos com certa suspeita. Seus costumes observam grande pureza e a mulher é muito respeitada entre eles. A maternidade inspira grande deferência. Nenhuma mulher no mundo islâmico é tratada com tanta deferência quanto a targuia (targui ou targhi, é o masculino singular). Os viajantes que estiveram entre os tuaregues (na realidade, tuaregh é já forma do plural, mas a tra

dição no Ocidente vem dizendo e escrevendo tuaregues, dando à palavra um duplo plural, o da própria língua e o das línguas européias, como, de resto, em muitas palavras árabes e hebraicas tais como os querubins, os falehins etc. e já não há como alterar a erronia) falam da beleza das mulheres.

Foram, pois, esses povos que constantemente ameaçaram os impérios negros da África e colaboraram para destruí-los. E hoje são um dos poucos no mundo que não possuem movimentos de libertação, vivendo espalhados pela orla saariana e vivendo sob jurisdição de diversos países como a Líbia, a Argélia, a Tunísia, o Marrocos, o Níger (neste país houve, recentemente, um primeiro-ministro targui, Hamit Al-Ghabit), o Mali etc.

Continuam a ser, até hoje, um grande mistério, que incendeia a imaginação dos europeus e de antropólogos do mundo inteiro.

Para outros livros sobre esses povos saarianos, há uma pequena mas útil relação na obra de Gaudio.

42. Davidson, Basil. Africa in History. Themes and outlines. St. Albans, Paladin Books, 1974. Ilustrado. 366 p.

43. Op. cit. p.91.

44. Op. cit. p.93.

45. Op. cit. p.93.

46. Op. cit. p. 110.

47. A darmos crédito ao que se diz no Tarikh el-Fettach, nessas descrições e narrativas de viagens, o império de Ghana, ou Gana, era realmente suntuoso e o imperador vivia em um fausto de causar inveja ao mais faustoso dos soberanos asiáticos. A descrição da capital real, Koumbi, vem às págs. 110 e 111 do livro de Ki-Zerbo. Como pouco restou desse poderio, não podemos avaliar com mais precisão o que foi aquela cidade, a não ser louvando-nos no que nos deixou Kati e quanto escreveu sobre o assunto outro árabe, Abderrahmane Saadi.

48. Ele escreve, com nostalgia:

"Et aujourd'hui, que trouve-t-on? Une plaine schisteuse mollement ondulée par des dunes au profil flou et piquée de touffes d'herbes et de buissons épineux. Telle est Koumbi" - op. cit. p. 111.

49. Escreve Ki-Zerbo:

"Le mot "ribat", d'où l'on fait dériver le nom des Almoravides, provient de la racine r-b-t- qui, en arabe, comme dans le mot "rabata", évoque l'idée

de lieu ou lien de rassemblement; d'où le terme "ribat" a désigné d'abord:

- le rassemblement des combattants de la foi,
- le lieu où l'on rassemble et attache les montures pour la sainte chevauchée,
- l'endroit où l'on se rassemble et défend les territoires des marches contre les infidèles,
- l'endroit où l'on ligote les bras des ennemis de la foi"
- in op. cit. p. 115. Nota de péde página.

Em árabe literário, *rābiṭa*, s.f., quer dizer atadura, ligadura e liga: *رابط*, da raiz *ب-و-ط*, ou *ب-و-ط*, que quer dizer entre outras coisas o verbo t. *rabata* : amarrar, atar, ligar.

50. De Lusignan, Guy. L'Afrique Noire depuis l'Indépendance. L'évolution des Etats francophones. Paris, Fayard, 1970. 410 p.
51. Op. cit. p. 226.
52. Op. cit. p. 133.
53. Op. cit. p. 134.
54. Hadj, *al-hadj*, do árabe *الحج*, com o artigo *al*, é quem faz a viagem pelo menos uma vez a Meca, a cidade santa do Islâmismo, no Reino da Arábia Saudita. É uma das obrigações do crente que, diz-se, não pode morrer sem visitar a cidade de Meca, em cuja direção se fazem as preces dos muçulmanos. Quer dizer peregrino e pode ser anteposto ao nome, daí que vemos um governante africano, ex-presidente dos Camarões, negro de religião muçulmana, Amadou Ahidjo, assinar-se Al-Hadj Ahmadou Ahidjo, inclusive nos seus livros de filosofia política.
As pessoas novas já não se seduzem com esse título e pouco o usam mesmo que tenham feito, por várias vezes, a peregrinação a Meca.
55. Op. cit. 135. Vale a pena ler-se a descrição da pomposíssima viagem do mansa, das suas desventuras e tristezas e decepções, isto porque os malienses eram muito honestos e foram lesados, de modo sórdido, pelos cairotas e, escreve Ki-Zerbo:
"Par ailleurs, les marchands cairotes abusèrent gravement de la bonne foi des Soudanais, à qui ils extorquèrent de fortes sommes en quintuplant ou décuplant les prix des articles qu'ils leur vendaient. De tels procédés heurtèrent profondément les victimes de ces escroqueries, mais aussi sans doute l'empereur malien qui était un homme policé" - op. cit. p. 135.
56. Op. cit. p. 140.
57. De Rivières, Edmond Séré. Histoire du Niger. Paris, Editions Berger-Levrault, 1965. 310 p.

58. Op. cit. p. 144.
59. Palavra hebraica de vasta acepção. Usada no singular pode significar povo e nação, especialmente se não se referir aos judeus. Goyim é plural de goy, "גוי", e nesse caso significa, quase sempre, outros povos que não os judeus, que não têm o judaísmo como religião. Os gentios, na linguagem bíblica, ou, para islamitas, os infiéis. É preciso cuidado com o uso dessa palavra. No caso referido, trata-se da última acepção.
60. Op. cit. p. 158.
61. Ki-Zerbo insiste no assunto e escreve que:

"La ville de Benin était une cité qui dépassait en urbanisme la plupart des grandes villes européennes de l'époque. C'était une ville de plan rectangulaire, enclose dans un grand mur de terre et un fossé profond. Quatre larges avenues de 120 pieds de large et une lieue de long, joignant les grandes portes, se coupaient à angles droits, bordées par des arbres bien alignés, et par des maisons de style très original" - op. cit. p. 162.
62. Davidson, Basil in op. cit. nestas notas, no. 42.
63. Op. cit. p. 107.
64. Lavroff, Dmitri in op. cit. nestas notas no. 34.
65. Op. cit. p. 132.
66. Houphouet-Boigny, Félix, Presidente da Costa do Marfim. Discours prononcé par Son Excellence le Président Félix Houphouet-Boigny à l'occasion de la Conférence de l'O.C.A.M. 25 de abril de 1972. Ministère de l'Information, Abidjan, 1972. p. 9.

Deixo especiais agradecimentos à Embaixada da Costa do Marfim em Brasília pelo envio deste e doutros folhetos sobre a política do Presidente e as relações marfíneas com o resto da África.
67. Ferkiss, Victor C. in op. cit. nestas notas no. 4.
68. Op. cit. p. 191.
69. Ferreira, Joaquim. História de Portugal. Porto, Editorial Domingos Barreira, 1951 (?). 963 p.
- 69.a Cfr. Ki-Zerbo, op. cit. p. 205.
70. Op. cit. p. 208.
71. Op. cit. p. 54.
72. Cfr. Weber, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J.M.K. Szmrecsányi. Brasília, E.U.B./São Paulo, Pioneira, 1981. 233 p.

73.

Aliás, esta questão dos nomes topográficos em África tem dado origem a muita etimologia engraçada e a muita falsa erudição. A história de certos nomes correr ao sabor de caprichos dos pesquisadores ou de fantasias ou até mesmo de conveniências nacionais.

Ainda recentemente no livro África - Geohistória, geopolítica e relações internacionais (Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1 979.205 p.), de Therezinha de Castro, topamos com várias dessas afirmações apressadas, mas imperdoáveis em um livro que pretende tal abrangência como esse. A autora, não obstante a sua dedicação aos assuntos africanos, escreve coisas de uma ingenuidade pasmosa, como ao tentar explicar a origem do nome da República dos Camarões. Entre outras coisas ela nega seja a palavra Cameroun tirada do português camarões, e diz que tanto o rio quanto o monte Cameroun receberam seus nomes em homenagem ao explorador inglês V.Lovett Cameroon e conclue:

"Entende-se a palavra aportuguesada para Camerum (em função da pronúncia), mas daí a traduzi-la por Camarões, como tem ocorrido, é discrepante. Aliás, se fosse correta a denominação "República dos Camarões", esse país de dupla língua oficial inglesa e francesa seria "Republic of Shrimps" ou "République des Crevettes"(sic) - op. cit. p. 80, em nota ao pé da página.

Não é o que diz o erudito cameronês, Engelbert Mveng na sua sobre-excelente obra Histoire du Cameroun (Paris, Présence Africaine, 1 963. 534 p.), modelo de trabalho de demorada pesquisa e erudição, cimentadas por sólido preparo intelectual e muita serenidade nos julgamentos.

Pois bem, Mveng abre um item especial ao Rio dos Camaroes (sic) e discute com riqueza de dados não só a origem do nome mas os descobridores de págs. 100 usque 104. Entre outras coisas escreve:

"L'eau de mer et l'eau douce y entraînent les espèces les plus curieuses de la faune aquatique africaine: baleines et lamenteins dans le large, requins, chiens de mer, et au fur et à mesure que l'on avance vers les terres, tortues de toutes dimensions, crocodiles, et le fourmillement saisonnier des célèbres Mbeatoe, les "callianassa turnerana", les Camarões, des Portugais" (sic) - p. 101.

Mais abaixo, ele escreve:

"Une chose est certaine; les premiers documents y compris Pacheco Pereira, donnent à l'embochure du Wouri le nom de Rio dos Camaroes"(sic) - p. 102.

Volta a repisar a sua tese e conclue que

"Le découverte de la côte camerounaise et de l'estuaire du Wouri est portugaise. L'île de Fernando-Po fut découverte en 1472 par un navigateur portugais de même nom. La même année, il découvrit le mont Cameroun et la côte de la baie d'Ambas qui s'étend au pied de la montagne. C'est encore lui ou quelqu'un de ses successeurs immédiats qui, peu après, découvrit et remonta l'estuaire du Wouri. Il est probable en effet que les navigateurs s'étaient en gagés dans l'estuaire quand ils s'aperçurent du passage des Mbeatoe" - op. cit. p.103. Grifamos.

Cita ainda velhos clássicos portugueses que tratam do assunto, como Pacheco Pereira no seu Esmeraldo de Situ Orbis, de onde se infere que a illustre autora parece não ter razão no que afirma sobre a origem do nome Cameroun, Camerum, Camarões, para a república.

74. Op. cit. p. 184.

75. Ribeiro, João. História do Brasil. Curso superior. 16a. ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957. 476 p.

76. Op. cit. p. 202.

77. Op. cit. p. 405.

78. Não é verdade que o Brasil tenha sido dos últimos países a abolir a escravidão. Nas Américas, sem dúvidas.

Na Etiópia a escravidão permaneceu mais ou menos intocada até a chegada dos italianos dos exércitos de Mussolini. A Condessa de Jumi-lhac, que nos deixou um interessantíssimo livro de viagens sobre a Ethiopie Moderne (Paris, Éditions Berger-Levrault, 1935. 167p.) em diversas passagens refere-se aos escravos dos aristocratas com quem teve contacto. Eram estas pessoas bem educadas, tinham estado e estudado na Europa e contudo aceitavam sem rebelar-se a instituição da escravatura e mostravam às claras os seus escravos aos visitantes. Duques, ras, príncipes, governadores provinciais, nobres palacianos, todos tinham seus escravos. Mesmo sendo chamados de "affranchis", como comenta, com ironia, a condessa viajante.

Hermann Norden, que nos deixou um bem curioso livro sobre Le dernier empire africain - En Abyssinie. Relation d'un voyage de la Mer Rouge au Soudan (Paris, Payot, 1935. 193 p.), chega a comentar, sem admiração, a instituição da escravidão, concluindo com estas palavras pouco edificantes:

"Quoique né en esclavage, l'enfant ne serait pas lui-même un esclave, à moins qu'il ne préférât rester avec la maîtresse de sa mère. La loi abyssine stipule que les enfants des esclaves sont libres" - op. cit. p. 51. Grifos nossos.

Em 1961, quanto Attilio e Ellen Gatti publicaram seu livro A África de Hoje (ed. cit. nota no. 7), ainda existia, de forma disfarçada, a escravidão na Etiópia.

Em diversos países do mundo árabe, existe ainda, se bem que de modo disfarçado, a escravidão negra e vale ressaltar que somente em 1980 o Presidente Mohammed Huna Ould Haidalah decretou a abolição da escravatura na Mauritânia, o que o tornou muito antipático às elites árabes dominantes no país, em que a maioria da população é árabe e moura, enquanto é negra uma minoria ao sul.

79. Valahu, Mugur. Angola, chave de África. Lisboa, Parceria A.M. Pereira, Lda., 1968. 253 p.
80. Op. cit. p. 55.
Esse autor escreve que tendo a Arábia Saudita somente em 1962 abolido oficialmente a escravidão, ela ainda existe escondidamente e que diversos governos árabes continuam nesse "odioso tráfico". Confirma portanto o que acima escrevemos e às fls. 53 da nossa tese. Isto é, quase cem anos depois de abolida a escravidão no Brasil, ela ainda subsiste em outros países, especialmente os árabes, povo que parece ser muito afeito a essa instituição odiosa e brutal.
81. Pattee, Richard. Portugal na África Contemporânea. Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Rio de Janeiro, P.U.C., 1961. 823 p.
82. Deschamps, Hubert. Peuples et Nations d'Outre-Mer. Paris, Dalloz, 1954. 475 p.
83. Esse clássico da Literatura Portuguesa conta casos interessantíssimos das terras por onde andou e aparece em diversas ocasiões como um anti-herói, como o eram, aos olhos de velhos povos asiáticos, os portugueses e europeus em geral. Existe uma bela edição com texto, crítica, prefácio e notas de Antônio José Saraiva, editado em Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1961, que merece ser lido e saboreado. Valem tanto quanto o seu belíssimo e agradabilíssimo estilo, as observações sobre tantos povos e sobretudo, as conclusões que tira do encontro entre europeus e asiáticos...
84. Op. cit. p. 2. Escreve Pattee:
"Durante o século XVIII, a África não figurou activamente na consciência europeia. As grandes lutas internacionais na América e na Ásia; a queda do império francês da Canadá e da Índia; e finalmente a Revolução Francesa, com as suas consequências de conflitos continentais na Europa, impediram que a África ocupasse um lugar no

pensamento e na acção do mundo ocidental" - op. cit. p. 2.

85. Op. cit. págs. 17 uesque 33.

86. Renouvin, Pierre (org.). Histoire des Relations Internationales. Trad. esp. Historia de las Relaciones Internacionales. Tomo 1. Madrid, Aguilar, 1 960. 1.216 p.
V. págs. 766 e seguintes.

87. Basil Davidson in op. cit. nestas notas no.42, às págs. 258.

88. Bänville, Jacques. L'Angleterre et l'Empire Britannique. Paris, Librairie Plon, 1 938. 243 p.

89. Op. cit. p. 264.

90. Ibidem p. 264.

91. Op. cit. p. 269.

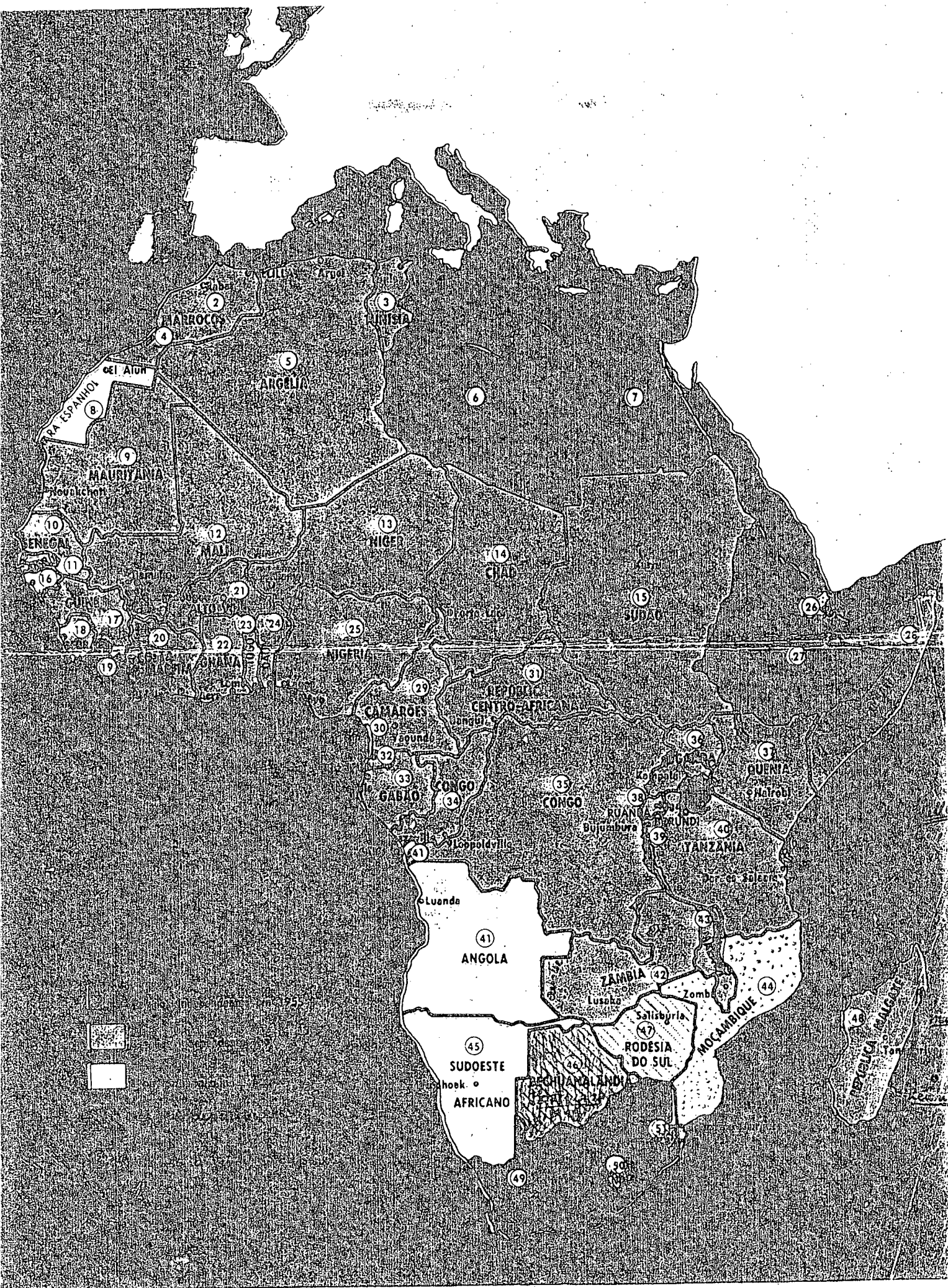
Capítulo II

DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS DE EMANCIPAÇÃO A DESCOLONIZAÇÃO DE TODO UM CONTINENTE

- O enfraquecimento das potências européias. As guerras - Movimentos de descolonização, dos mais tímidos aos mais ousados - Surgem os líderes e um novo pensamento político - Não ao domínio europeu. Liberta-se a África Negra. O exemplo liberiano - Traça-se um novo mapa geopolítico - Dos territórios africanos fora do Continente.

"I have put them together now in the hope that my own tentative first efforts to come to know and understand what has been happening in the "Dark Continent" will continue to interest readers who share my own armchair complex of curiosity and naïveté".

Melvin J. Lasky in Africa for Beginners.
A traveler's notebook. Londres, Weidenfeld
and Nicolson, 1962. p. 13.



Mapa de uma África ainda não totalmente independente. Restavam as províncias ultramarinas de Portugal, o Saara Espanhol e a Rodésia do Sul, hoje República do Zimbábue.

2.1. O enfraquecimento das potências européias. As guerras

O que caracteriza a manutenção do colonialismo em África, mais do que a tenacidade de Estados, é a sua falta de moralidade. É provável que, inicialmente, houve muito de sonho e atitude romântica no apossar-se um reino europeu de um território em África, e que havia mesmo, em determinados casos, uma intenção missionária e humanística. Afinal, o Continente Negro estava sempre envolvido em guerras tribais, as doenças grassavam, o povo entregue à cegueira do analfabetismo, à mercê do capricho de reis absolutistas e em grande abandono.

Muitos europeus foram àquela parte do mundo imbuídos de louváveis propósitos e, não se pode negá-lo, fizeram muito, ajudaram tribos inteiras, levaram novos métodos sanitários, conseguiram diminuir enfermidades que tiravam a vida a milhares de pessoas todos os anos e fundaram escolas. Mas ali havia muita riqueza jacente, a madeira era abundante, como o eram o ouro, o marfim, o ferro, o diamante e os nativos não pareciam dar muito valor ao que possuíam. Aliás, os africanos eram de uma tocante ingenuidade, sem malícia, como os descrevem alguns viajantes mais observadores. Desprezados. Dar, para eles, era uma tradição que vinha sendo seguida fazia séculos e nas famosas viagens do Mansa Moussa, tão celebrizadas pela lisonjeira descrição que dela nos faz o "Tarikh es-Soudan", a ingenuidade e boa fé desse homem poderoso e rico foi duramente explorada pelos árabes ávidos de dinheiro: o mansa distribuía ouro e presentes a rodo e ficou pasmado com a desmedida ganância daqueles que o recebiam e à sua corte. Muitos séculos mais tarde, viajantes europeus contavam que, nos seus primeiros contactos com os africanos, estes lhes ofereciam tudo o que tinham, desde frutas silvestres até enfeites corporais, objetos de uso pessoal, estatuetas etc. Talvez esperassem retribuição, que isso é a contrapartida do dom, mas também não se pode esquecer que presentear faz parte de seus costumes. Ou fazia. As riquezas nativas atiçaram a curiosidade e as ambições dos homens que vinham de tão longe. A hospitalidade era um dos rasgos dos africanos e o visitante bem recebido, com direito a tudo o que fizesse parte da casa de quem o recebia, até mesmo a mulher. Entre os galla, na Etiópia, faz parte da etiqueta e da boa acolhida, oferecer o hospedeiro uma de suas mulheres ou filhas ao visitante ilustre, o que fez com que Hermann Norden no seu já citado livro sobre a Etiópia, escrever um tanto amargamente que "les honneurs, comme la morale et les mœurs, sont affaire de géographie"¹. Os europeus, por seu lado, dotados de frio pragmatismo e muito anchos no seu antropocentrismo, acharam que ali estava um campo virgem para transformações.

Deve haver uma moralidade dos Estados assim como a dos homens. Desde os mais antigos estudiosos da questão do Estado até hoje se vem falando dessa moralidade dos Estados, que nada mais seria do que o respeito que entre si devem observar os Estados, respeito às leis, aos costumes, aos governos de outros países, respeito nas relações interestados, respeito nos contactos entre países diferentes e distantes. Mas entre Estado vencedor e Estado vencido dificilmente essa moralidade é observada, pois há sempre, ou quase sempre, por parte daquele, a vontade de impor as suas leis, as suas normas ao outro. Assim foi sempre, assim será sempre e não há como alterar isso que também assim é o homem, com atitudes que mudam segundo as conveniências e os momentos.

Se havia por parte de algum governante ou administrador colonial a intenção de respeitar o país invadido e anexado, essa intenção logo desaparecia e todos os meios eram usados para a manutenção do statu quo colonial. Como escrevemos antes, tudo valia para esse estado de coisas, desde a ameaça e a punição severa, até a cooptação de reis e príncipes nativos, de líderes que despontavam, de uma élite nativa onde a existia.

E a tão decantada moralidade entre as nações baixava ao ponto mais baixo.

Em alguns lugares estabeleciam-se barreiras raciais severas, isto é, de fora para dentro, com os colônias estabelecendo-as dentro da casa alheia. O autor desta tese ainda teve oportunidade de ver, muito tempo depois de tornada a África Negra independente, o respeito e subserviência com que funcionários dos novos países tratavam seus antigos superiores hierárquicos, agora em posição de assessores, conselheiros ministeriais ou técnicos. Em Mogadixo, vimos a maneira áspera com que velho assessor italiano se dirigia a um militar de alta patente do Exército Somali, tratando-o, inclusive de tu e não lhe dando o comezinho Lei com que os italianos, educados ou não, tratam a pessoas com as quais não têm intimidade.

Por toda parte, é bom que se diga, havia a gente bem intencionada, que tratava o colonizado com compreensão e bondade, mas mesmo assim sem pôr de lado o paternalismo de suas atitudes. O africano era visto como um trabalhador, cuja obrigação era apenas trabalhar para a metrópole e sob as ordens dos funcionários coloniais.

No auge do colonialismo, quando os pés da Europa se fincavam mais solidamente nas terras africanas, mais parecia haver baixado a moralidade dos Estados e mais tabula rasa faziam dos princípios que um dia diziam serem os norteadores de sua avançada em África. Um frio pragmatismo parecia sobrepor-se a tudo. E se sobrepunha, na verdade.

Muitas revoltas de nativos tiveram origem nessa amorlidade do trato entre povos, revoltas sangrentas, que ceifariam muitas vidas inocentes de africanos e de europeus, indistintamente.

A suspeita entre colonizadores e naturais dos territórios colonizados era generalizada e isso originava uma separação muito grande entre eles, daí surgindo boicotes dos africanos a obras que seriam benéficas para todos e que ajudariam a fazer progredir o país. Talvez uma das atitudes européias que mais desgostavam aos africanos era essa separação racial forçada, a superioridade com que o colonizador olhava o nativo e é bom que se acabe de uma vez por todas o mito de que certos colonizadores - e os portugueses são sempre citados - não existia qualquer atitude racista. O nosso conhecido Gilberto Freyre declarou ao visitar a então África portuguesa que ali se sentia como no Brasil e que não vira qualquer demonstração de preconceito racial, mas um estudioso dos assuntos africanos, Valdiki Moura, que nos daria um grosso e bem documentado livro, África Jovem², contesta a afirmação entusiasta do autor de Casa Grande & Senzala:

"Não se pode dizer que haja preconceito racial em Angola, pelo menos com a marca de agressividade que se verifica no sul dos Estados Unidos ou na África do Sul. Há, porém, algumas coisas estranhas neste particular. Embora Gilberto Freyre (op.cit.) tenha escrito que em Angola "é como se estivéssemos num Brasil, já amadurecido em sociedade híbrida, com uma população mestiça já considerável ao lado da branca, já perceptível ao lado da nativa" (pg.397. O autor se refere ao livro de Gilberto Freyre sobre sua visita a Angola e Moçambique, Aventura e Rotina possivelmente na sua primeira edição, mas não citada) ele próprio, adiante, ao visitar o feudo diamantífero de Dundo viu a igreja "antilusitanamente separada em igreja para brancos e igreja para pretos" (pg. 426). Em Moçâmedes visitaria um cemitério para brancos, tendo sabido da existência de outro para pretos" - op. cit. p. 205, em nota de pé de página.

Talvez essa separação fosse uma forma de os europeus afirmarem a sua autoridade sobre os africanos, evitando um contacto mais estreito. A verdade, porém, é que muito feria os sentimentos e terminava por gerar ódio e antipatia, prejudicando coisas boas que aqueles traziam.

O descuido quase que total em prepararem elites para governar os territórios em dias futuros quando os europeus tivessem que se afastar, foi outra das causas de tanta improvisação quando da independência dos novos países.

As potências européias, tendo que lutar entre si pela manutenção dos territórios e contra a hostilidade nativa, enfraqueciam.

Se o fim da primeira grande guerra fez com que, ainda uma vez, se modificasse o mapa da África Negra e excita os primeiros sonhos de pan-africanismo, como lembra Philippe Decraene no seu livro O Pan-Africanismo³, muitos outros são os fatores que levam ao despertar africano, desde os movimentos que surgem e prosperam na Índia, até às lutas, inicialmente tímidas, contra a segregação racial na América e o nascimento de uma elite intelectual americana de origem negra. Mas é a participação dos africanos nas guerras européias, como lembra L. Joubert no final do seu artigo La colonisation de l'Afrique et ses conséquences⁴, que vai estimular o despertar do sentimento nacional, que aumenta consideravelmente a partir da II Grande Guerra, com o ruir das potências coloniais, ou porque se sentiam cansadas e enfraquecidas depois de guerras que levaram milhões de vidas e custos altíssimos aos países beligerantes, ou porque tinha início uma nova ordem mundial, que não mais aceitava a escravização dos povos.

Apesar de toda essa movimentação, muitos governantes e administradores europeus em África ou nas metrópoles não acreditavam que a independência viesse assim tão cedo. Sabiam que o colonialismo respirava com dificuldade e que, em alguns casos, parecia moribundo, mas não esperavam uma modificação repentina, como escrevem P. Guillaume e J. Lagroye no seu bom artigo La naissance des États d'Afrique noire⁵:

"Rien ne laisse vraiment prévoir en 1945 que les colonies d'Afrique noire seront quinze ans plus tard des États indépendants; les nationalismes paraissent inexistants, réduits à quelques protestations d'individus ou de groupes isolés. Pendant la seconde guerre mondiale, la fidélité des colonies envers leurs métropoles ne s'est pas démentie; les troupes recrutées dans les territoires anglais et français ont contribué à la victoire; l'armée du Congo belge a participé aux opérations contre les Italiens. Cependant, les péripéties de la guerre en Afrique ont contribué à modifier profondément les mentalités: les Africains ont pris conscience de l'importance de leur continent dans la diplomatie internationale" - in art. cit. p. 136 e 137. Os grifos são nossos.

Podem ter sido tímidos os primeiros gritos em favor de uma descolonização, mas já a partir de 1920 os primeiros grandes pan-africanistas como o erudito Du Bois e o turbulento Garvey falam, claramente, de uma África Negra independente e africana.

As duas guerras mundiais, porém, deram-lhes a consciência de sua importância, pela própria necessidade que as potências tinham tido de ajuda africana para as ajudarem a resolver seus próprios problemas coloniais.

2.2. O enfraquecimento das potências europeias. As guerras

Teria sido a guerra um dos fatores mais importantes no nascimento do sentimento nacionalista africano? Os autores citados no item anterior, acham que sim.

Também insiste nessa posição o notável africanista Ki-Zerbo quem, na sua sempre elogiada Histoire de l'Afrique Noire, em sua parte II, ao tratar do acordar da África Negra, ⁶afirmando o despertar da descolonização em África como uma das consequências imediatas da guerra, que, segundo suas palavras, "était un tournant décisif de l'histoire universelle".⁷

As guerras costumam trazer modificações muito grandes, verdadeiros turning points nas vidas dos povos e dos Estados. Como nas grandes catástrofes naturais, a vida se transforma nas guerras e depois delas. Há um reencontro do homem com a história. Idéias, aparentemente novas e arrojadas, são deixadas de lado, como inservíveis; novos pensamentos políticos tomam lugar dos antigos, com novas ações e trazendo, por conseguinte, novas reações. Uma nova ordem sobe e pretende imperar sobre o que restou da antiga ordem; regimes, antes vistos como sólidos e profundamente enraizados no espírito do povo, caem por terra, como pequenos castelos de carta. Onde existia antonismo social, passa a vigorar um novo espírito e as velhas e estanques classes sociais sofrem o embate, resistindo algumas, quando mais sedimentadas, à ruptura com o passado e aceitação da nova ordem, esboroando-se outras, quando menos sedimentadas. Privilegios tendem a sumir ou cedem a novas instituições e, como lembra o especialista uruguaio Orestes Araújo na sua Sociologia da Guerra,⁸ "as guerras se caracterizam por introduzir modificações radicais nos mapas políticos dos Estados".⁹

Há reavaliações e reconsiderações, testam-se a eficiência e a segurança de governos, como são testados e duramente o orgulho dos povos. Os fracos logo caem e são submetidos a difíceis provas de fogo. Mas as guerras trazem também surpresas e pequenos povos que, em época de paz, passavam despercebidos e esquecidos, podem ascender até grandes alturas e os exemplos se repetem na conturbada história do mundo que, de tão fantástica, por vezes teima em ser apenas estória.

Bem mais do que as modificações nos mapas, trazidas pela força das armas vitoriosas ou de uma diplomacia agressiva e eficiente, há as modificações morais, bem mais sérias e de maiores consequências para a vida dos povos.

Depois de uma guerra, nada volta a ser como era antes. Um outro caminho se abre aos povos, uma nova página aberta à meditação dos governantes e estadistas e um novo significado para a vida.

Houve, no caso das colônias africanas, o intuito de as metrópoles travarem a marcha desses movimentos que surgiam por todos os cantos do Continente Negro. A Europa estava exangue depois da guerra, ou como diz Ki-Zerbo, dela saía "matériellement et humainement prostrée"¹⁰. E humilhada por uma sangueira injustificada, pela perda de vidas inocentes, por inesperadas mudanças, por uma nova ordem que ninguém poderia prever se vingaria ou não. A bipolarização do mundo em dois blocos antagônicos viria marcar, doravante, a história da relações internacionais, da diplomacia, dos contactos comerciais e das próprias diretrizes dos Estados.

O negro não havia antes refletido sobre a importância que ele teria para o mundo contemporâneo e vivia, senão passivo pelo menos quase conformado com a separação que os coloniais haviam arbitrariamente imposto, caminhando em um mundo que, se por um lado era tão dele quanto do branco, na realidade ele ali vivia como inquilino de segunda classe.

A guerra serviu para abrir-lhe os olhos. O soldado negro lutara bravamente ao lado de franceses, de ingleses, de americanos brancos, e fora um excelente soldado. Lutara pela sobrevivência de França, pela manutenção da Inglaterra, pela grandeza dos Estados Unidos, mas, sobretudo, lutara pela dignidade do homem, pela liberdade de viver onde e como quisesse, sem barreiras, sem opressão. Com a sua bravura a verdadeira e única linha de demarcação entre os homens: a da dignidade humana.

Foi esse soldado africano, tão elogiado nos belíssimos poemas de Léopold Sédar Senghor, que, de volta para a sua pátria, muita vez, estropiado, sem um braço ou uma perna, doente e ferido, para de peito alto, onde brilhava uma medalha por bravura, que, ao lado de uma intelligentsia impulsiva e idealista, viria dar o grito de libertação da terra africana, rompendo para sempre com as cadeias do colonialismo.

Comenta Ki-Zerbo de maneira entusiástica:

"Les soldats africains ont été de grands artisans de l'émancipation africaine. Aussi bien ceux qui furent engloutis dans la tourmente que ceux qui revinrent mutilés ou non, et dont certains prendront une part active dans les mouvements politiques les plus avancés de leur pays. D'autres hélas avaient laissé leurs os dans les terres froides du Nord" - op. cit. p. 470.

Talvez por isso a presença quase que constante dos militares na cena política africana, desde os dias da independência até hoje. Mas a verdade é que ele ajudou a despertar a consciência do africano para os seus novos destinos.

Com as novas situações trazidas pela guerra, as potências coloniais enfraquecidas, não poderiam, por mais tempo, manter-se em determinados territórios sem grandes sacrifícios, como em África, por exemplo.

2.3. Movimentos de descolonização, dos mais tímidos aos mais ousados

Quando a África Negra estava sob domínio ou protetorado de potências européias, havia apenas um Estado negro no mundo que podia dizer-se independente, o Haiti, no Caribe. A Etiópia, velho país milenar, é encarado como pertencendo parcilamente ao mundo semítico e camítico e nunca, antes da invasão mussoliniana, fora dominado por países europeus. Era um caso à parte e gerando, por isso mesmo, acesas polêmicas que não cabem aqui. São os etíopes semitas e portanto parte de um outro bloco cultural? Serão apenas falantes de línguas semíticas? São questões que se afastam das nossas pesquisas, mesmo porque a Etiópia não foi colônia no sentido que aqui vimos estudando.

Mais tarde surge a Libéria, que merece nos estudos da libertação africana um destaque, se bem que tenhamos de levar em conta que ela foi criada por líderes que vinham de fora para dentro, como uma forma de fugir a uma opressão que, em outro país, seus membros negros sofriam. Poderíamos dizer que a Libéria teve uma formação inicial artificial. Não eram os filhos da terra, daquela terra específica, que lhe davam a independência e criavam ali um novo Estado. Eram forasteiros que, mesmo sendo negros, se apossavam de terras onde já viviam outros negros e lhes davam uma república, em nenhum momento pedido, vez que lá coexistiam vários principados negros, diversas etnias com bem poucos pontos de aproximação com os negros americanos, detentores de uma cultura ocidentalizada e mais sofisticada, que falavam inglês e eram, em sua grande maioria, de religião protestante, enquanto os nativos da terra que seria mais tarde a Libéria, eram animistas ou muçulmanos.

Em uma espécie de "retour au pays natal", como escreveria mais tarde Senghor, eram os antilhanos os que mais se inquietavam por uma independência do território africano, os que mais brigavam pela dignidade do homem negro e os primeiros grandes líderes, que falarão de movimentos pan-africanistas, de reagrupamento negro e outros que tais, será americanos e jamaicanos ou trindadenses ou haitianos.

Não se pode, porém, apressadamente dizer que os africanos não se preocupavam com o seu próprio destino. A explicação é mais sociológica: não havia, ainda, elites negras nas colônias, ou se existia, como insiste Ki-Zerbo, não estavam voltadas para a questão da libertação política de seus países através de pregações e movimentos culturais. Somente as elites negras do Novo Mundo viriam chamar a atenção do africano nativo para a questão e isso porque, sonhadoramente também, queriam uma união dos negros das Américas com os seus irmãos. Ou antepassados.

Os primeiros movimentos eram informes, sem muita coisa de definido, pois neles havia uma vasta gama de interesses que iam dos primeiros gritos por uma igualdade de direitos na América e, por extensão na Inglaterra e nos seus vastos domínios, até ao sonho fantástico do pan-africanismo, muito depois endossado e seguido com fogo e paixão pelo Osagyefo de Ghana, o Dr. Kwame Nkrumah e que, como veremos mais adiante, redundaria em fracasso pelas próprias contingências em que se encontrava a África Negra naquela fase de descolonização e por causa dos muitos nacionalismos negros que surgiram, de modo arrebatador.

Aliás, quando se fala nos albores do pan-africanismo, que não deixa de ser a primeira manifestação de uma intelligentsia atuante e idealista ao mesmo tempo em prol da libertação do negro e confraternização entre os negros de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos, não se trata, claramente, da criação de novos Estados, de Estados negros nos quais os negros fossem seus governantes e uma cidadania negra que lhes traçasse os rumos políticos.

Isso só vai ficar mais claro com a Libéria, que se arroga o título de o primeiro Estado negro independente em África.

Como alertam os estudiosos, movimentos contra o europeu sempre existiram em África, movimentos armados, rebeliões, tentativas de varrer do solo africano seus senhores brancos. Eram sultões, príncipes, governantes tradicionais que, esbulhados em seus domínios, rebaixados aos olhos de seus súditos e humilhados ante os olhos de seus vizinhos, se voltavam contra o invasor. Ou aqueles bravos soberanos que, como o Rei Béhanzin, souberam resistir com denodo aos ataques dos coloniais.

Não sonhavam criar um novo Estado, mas conservar o que lhes vinha por tradição, mesmo porque estavam desgraçadamente presos ao seu mundo tribal, do qual relutavam em afastar-se. Não havia, se assim se pode dizer, uma consciência nacional, um espírito nacional a defender, uma estrutura a preservar. A concepção de Estado-nação foi-lhes dada pelos europeus.

Esses movimentos tinham algo de extremamente cerebrais, ou, em outros casos, de messianismo.

Sylvester Williams, advogado de Trinidad e inscrito no foro inglês em fins do século XIX, parece ter a honra de ser citado como um dos primeiros que dá conformação à idéia. Na capital do Reino Unido ele trava excelentes relações com africanos da costa ocidental, um grupo de nobres negros que estudavam ali e lhes incute idéias de um agrupamento que resistisse aos coloniais. Teria aconselhado chefes fantis a não cederem às pressões britânicas no sentido de incorporar seus territórios às propriedades da Coroa, como pretendia o governador da então Gold Coast, Sir William Maxwell.

Foi ele quem teve a iniciativa de convocar, em Westminster Hall, em Londres, em 1900, uma conferência para protestar contra "o açambarcamento, pelos europeus, das terras consuetudinárias", ensina Decraene. 11.

Depois, é o Dr. du Bois quem passa a empunhar a bandeira do pan-africanismo e alertando as massas negras para uma consciência negra. Ele chega ao Congresso de Paris em 1919, que tem o apoio generoso de Georges Clemenceau. A repercussão desses encontros, e de suas sessões, de suas conversações, é muito grande a ponto de os governos britânico e americano se terem seriamente preocupado com que poderia acontecer. O Presidente Wilson, que se dizia um liberal, recusa-se a receber o Dr. du Bois que queria explicar ao presidente que o Congresso tinha as vistas voltadas para o mundo africano como um todo e não especificamente para a situação do negro americano se bem que este fosse um ponto de partida.

Dois anos depois, o incansável Dr. du Bois realiza novo Congresso, em Londres.

Já em 1923, outro Congresso, em Londres, mas que conta com a oposição dos negros radicais, comandados por Marcus Garvey, que considera os trabalhos do Dr. du Bois como um movimento pequeno burguês.

Em 1927 realiza-se em Nova Iorque o IV Congresso, na realidade o último em que brilha a estrela moderada de Du Bois, que realizaria mais um congresso, no qual, porém, surge uma outra estrela, o Dr. Kwame Nkrumah, que passaria a brilhar de modo diferente, pressionando, politicamente, os governos coloniais.

Claro que nesse interim apareceram figuras importantes do movimento negro no mundo e todos trouxeram a sua contribuição ao movimento de descolonização que se aproximava a passos rápidos.

Nunca ficou muito bem explicado o que queria o pan-africanismo e parece um tanto apressado dizermos, como muitos fazem, que ele queria a libertação da África. Na realidade, o homem a quem tantos elogios são feitos por sua participação sincera no reagrupamento negro, o Dr. du Bois, não pregava claramente uma independência para este ou aquele país. E ele mesmo, comenta Decraene, teria declarado que a doutrina do pan-africanismo era "um gesto vazio, simplesmente destinado a conservar viva a idéia-pan-africana"¹²

Ora, nesse encontro de Nova Iorque, os delegados negros reivindicavam para os africanos

"... o direito de fazerem ouvir a sua voz junto aos governos que lhes dirigem os negócios. Proclamaram o direito dos negros à terra da África e aos seus recursos, o direito de uma justiça adaptada às condições locais e que incluísse juizes africanos. Reclamavam a extensão do ensino primário gratuito e o desenvolvimento do ensino técnico, a participação dos africanos na valorização da África, a associação capital-trabalho, o fim do tráfico dos escravos e do comércio do álcool. Em fim, preconizaram o desarmamento mundial

e a supressão da guerra" - Decraene in op. cit.

p. 25.

Como se vê, nada que frizasse a necessidade de se libertarem as colônias do jugo europeu. Tudo muito moderado, muito cerebral, a repetição sobre o já repetido não apenas por pensadores negros, mas por missionários e filantrôpos ingleses e americanos.

É, porém, com o grupo que se reuniu ao redor do Dr. Nkrumah, que o movimento vai tomar corpo e passará a pregar a independência dos territórios. Até certo ponto, ele vai seguir as pegadas de Garvey, o explosivo, que declarava que mais importante do que a lei era a força, e o poder estava acima da justiça, e que fala igualmente de um nacionalismo negro, como forma de libertação. Garvey, sim, é quem fala, de começo ao grande fim, quando morre pobre e esquecido em Londres, de um nacionalismo negro. Voltando-se contra os brancos, mas também contra os negros moderados, Garvey não hesitou atacar descomedidamente a figura veneranda de Du Bois, chamando-o de "inimigo declarado da raça negra" e "mulato vadio e vendido", conseguindo com isso muita antipatia, pois aquele líder não era nada disso. Era, sim, um pensador sereno e menos agressivo que acreditava no diálogo, nas mesas redondas, nos encontros entre representantes de brancos e pretos, seguindo, aliás, o pensamento igualmente elevado do Dr. Price-Mars, o celebrado autor de "Ainsi parla l'oncle".

As primeiras manifestações dos movimentos pan-africanistas por conseguinte lutavam, diríamos, pela dignidade do homem negro, pela seu reconhecimento enquanto ser humano a quem tudo tiravam. Não havia o firme propósito de fazer livre a África Negra.

Aos poucos vão surgindo aqui e ali pelo continente africano os grandes líderes, que insistiam ainda de falar de pan-africanismo, como o controvertido Jomo Kenyatta¹³, anterior a Nkrumah, mas que ficou por algum tempo indeciso entre um pan-africanismo gritante e um nacionalismo exacerbado inclusive por ter sido ele, segundo se diz, um dos chefes do movimento Mau-Mau de extremistas que não hesitavam chegar ao assassinio, ao roubo, à pilhagem, aos massacres de colonos brancos e seus criados negros, aos "colaboracionistas", como diziam, com raiva; o Dr. Hastings Kamuzu Banda¹⁴, depois, o Dr. Kenneth David Kauunda¹⁵ e o Mwalimu Julius Kambarage Nyerere¹⁶.

Esses já pregavam claramente a independência de seus países, defendendo a retirada dos europeus de suas pátrias e seu pronto afastamento das coisas africanas.

Muitos deles, de modo curioso, dizendo-se pan-africanistas adotavam medidas contraditórias, falando de um nacionalismo bastante radical. Como veremos em capítulo especial sobre o pan-africanismo, essa dicotomia pan-africanismo versus nacionalismo vai ser uma constante na moderna história política da África Negra independente.

Por que seria assim?

Tentemos uma explicação, como o faz Basil Davidson, sobre o que era nacionalismo para o africano.

Insistimos em que muita não tem sido por causa dos me lindres fáceis dos africanos e dos que dizem estudar a África Negra. Estes, envergonhados pelos anos de injustiça para com aquela parte do mundo, silenciam fatos e conclusões que não deveriam ser jamais silenciados. Escrevem um tanto a medo. Ou com o sentimento de culpa de algo que os seus maiores fizeram em muitos anos, mas esta não nos parece ser a forma correta de se analisarem e escreverem assuntos tão importantes como o do surgimento dos Estados em África.

A primeira coisa a chamar-nos a atenção é que, com exceção dos afrikaners, essa orgulhosa "white tribe", não existia, na África ao Sul do Saara, um difundido sentimento nacionalístico. Tribalismo e regalismo não se confundem, em qualquer momento, com nacionalismo. O Estado-Nação, como levado para a África de hoje, é mais uma contribuição européia à civilização negra.

O que desejava em primeiro lugar o líder que, aos poucos, se impunha à admiração de seus companheiros como um Nkrumah ou um Kenyatta? Antes de mais nada, a libertação dos africanos do jugo europeu. Dos africanos, de uma terra onde eles se achavam, para, só então, pensarem em com os vários grupos étnicos existentes formar um Estado. Note-se que, mesmo depois de livres da administração colonial, velhos problemas de fronteiras não ficavam resolvidos e, o que é pior, não ficarão nunca.

Os clamores de um Manzini, por exemplo, eram diferentes dos de um Nkrumah. Havia entre os italianos que tentavam uma reunificação muitos pontos de encontro, eles eram praticamente o mesmo povo, tinham a mesma religião, as mesmas origens étnicas e falavam todos, como elemento unificador, a mesma língua, a italiana, se bem que, localmente, usassem as suas línguas regionais e dialetos. Em um ponto se pareciam: quando queriam escapar ao domínio de um outro povo e seguir seus próprios rumos, como na delicada questão do pan-eslavismo e do pan-germanismo, em que o formar novos Estados era ainda uma forma de se manifestarem com novas nacionalidades. O nacionalismo grego é uma luta aberta contra o elemento turco, contra as influências culturais e religiosas do então Império Otomano, um domínio que humilhava uma velha nacionalidade, que feria uma velha e outrora brilhantíssima civilização. A Sérvia, o Montenegro, a Bulgária queriam reafirmar a sua condição de povos eslavos, que nada tinham em comum com turcos ismaelitas, da mesma forma que a pequenina Albânia. Entretanto esses povos tinham suas literaturas, tinham as suas identidades culturais marcadas e respeitadas e seus territórios possuíam contornos humanos bem delineados.

E a África Negra?

A partição, uma brutalidade feita de fora, deixara os

africanos ainda mais entregues a um tribalismo desenfreado. Havia "nacionalidades submersas" no caso africano? Não, mil vezes não. Havia, sim, uma divisão tribal forte e cada tribal era, antes de mais nada, filho e súdito de sua tribo e não do vasto território chamado Alto Volta, ou Tchad, ou Níger, ou Daomé, ou tivesse ele o nome que tivesse.

Como escrevemos em outro passo, as diferenças de suas línguas eram muito grandes e somente transponíveis mediante um difundido e bem dirigido plurilinguismo que não houve, como não houve, em nenhum momento, a ação unificadora de uma língua franca européia e no momento em que isso acontece, como no arquipélago de Cabo Verde, ela perde as suas próprias características linguísticas e assume outras, dando origem a nova língua em forma de créole. Eram animistas os africanos e mesmo uma religião que passa a ter muita significação em África, o islamismo, não consegue, como no caso fantástico do Paquistão, traçar os limites, características e definir o futuro de um Estado.

Assim, aquilo que os primeiros líderes negros a partir de 1950 pensam tratar-se de um movimento nacionalístico, e que vem sendo assim tratado, na verdade era um movimento pró-libertação de jugo estrangeiro, como em um todo, daí que se falou antes em pan-africanismo, de modo algo romântico, sem o significado que teria mais tarde.

O que se pretendia, em primeira mão, era baixar as barreiras do racismo em favor de uma igualdade social completa, determinar ou permitir uma saída para o homem africano livre da ingerência que o colonialismo ditara. Ora, se grandes impérios no passado puderam caminhar por seus próprios pés como lembrava Africanus Horton, por que os seus descendentes não podiam seguir os próprios passos? Por que tinha o homem branco, o europeu, de guiar-lhes os passos, de dizer-lhes o que fazer e como fazer?

Um outro ponto, algo triste e que mostra as diferenças entre o nacionalismo que brotou na Europa napoleônica, para só citar essa importante fase da história, e o surgido em África depois da década de 50: lá, os grandes pensadores, os guias políticos, os poetas, os filósofos, os sonhadores nacionalistas que difundiam as suas idéias em livros, panfletos, jornais e opúsculos, em conferências em salões de intelectuais, tinham uma audiência certa e seus livros, artigos, poemas eram lidos e discutidos, eram considerados, eram debatidos e se disseminavam. Havia uma franca receptividade. Em África, submergida na ignorância, o trabalho era muito mais difícil, as idéias de Nkrumah, por exemplo, tinham de ser explicadas pessoalmente, em comícios, em encontros nas ruas e praças, com a versão simultânea para várias línguas e dialetos, com evidente desconforto e dificuldade. Atingiria a mensagem a mesma intensidade? Seria a tradução tão convincente como o discurso do orador?

Eram pouco numerosas as elites letradas e as suas chances portanto de atingirem maiores extensões ficavam ainda mais limitadas.

Depois, surge, novamente, o sério problema que vai sacudir ainda por longo tempo a África Negra: até onde esta ou aquela tribo vai exercer papel predominante?

O filho de uma pequena tribo contava, muita vez, com a hostilidade das grandes tribos que, só mais tarde, quando ele se tornava mesmo uma figura exponencial, permitiam que fizesse em seu nome. Talvez por isso a reação por vezes brutal de muitos novos líderes contra o tribalismo em seus países, agravando, com a repressão, uma situação tensa.

Mas se eles divergiam tanto, o nacionalismo europeu e o africano, em uma coisa se aproximam, como lembra, inteligentemente, Davidson, e "it was in much the same spirit of emancipation, and even by way of many of the same modes of expression".¹⁷

Assim, dos movimentos mais tímidos, que não falavam ainda em formação de novos Estados, até aos mais agressivos e radicais, todos queriam que fosse respeitada a dignidade do homem africano, que ele pudesse ver por si o seu próprio amanhã como, eloquentemente, dizia um dos líderes mais vibrantes daqueles dias, o Dr. Banda.

Agora esses problemas que, em determinadas ocasiões, pareciam não ter uma solução, havia o das hesitantes elites políticas africanas. Um aspecto muito delicado da questão.

E por que hesitantes?

Se bem que apenas a França fizesse referência aos "assimilados", o que tinha a ver mais diretamente com a cultura européia passada aos africanos e os portugueses insistissem em que existia uma democracia racial em seus territórios, havia uma persistente tentativa de assimilação política e cultural, fosse por parte dos belgas, dos franceses, dos espanhóis, dos italianos, dos portugueses e dos ingleses. Estes, se procuravam preservar alguma coisa do que encontraram, mantendo reis e príncipes nativos em seus tronos ou remanejando-os mas não eliminando as instituições, também queriam, aos poucos, fazer com que africanos vissem no Parlamento britânico que os regia a todos, europeus e africanos, o sistema político ideal.

Muito jovem, entre os mais dóceis e os filhos de grandes potentados nativos, eram enviados a Londres, na esperança de trazê-los para a sua grei, de mantê-los como aliados quando terminassem os estudos formais. E isso algumas vezes aconteceu, não apenas do lado britânico, mas entre os dos outros Estados coloniais. Quando se estuda a conturbada fase dos albores da independência do Congo belga, hoje Zaire, costuma-se citar o nome de Tchombé, o arrogante príncipe nativo que, até certo ponto manipulado pelo Governo de Bruxelas, mantinha excelentes relações com os coloniais e seria mais bem-vindo em um novo governo que se instalaria do que os indóceis líderes como Lumumba que se referiam aos belgas e a seu rei com misto de ódio, ressentimento e rancor.

Essa era realmente a elite mais preparada para assumir ao governo do futuro Estado independente, mas nem sempre essa era a elite mais ligada à sua gente. Outras vezes, coincidentemente, como no caso do Kabaka de Buganda, era.

E em que consistia verdadeiramente a "assimilação"?

Nos estudos sobre a África Negra tem-se falado, até mesmo com muita insistência, do significado da assimilação e não são poucos os que defendem a doutrina, elogiando-a.

Não é tão fácil falar de um tema assim polêmico como este, cujo alcance parece não ter sido ainda bastante analisado, mesmo porque não é fácil explicar, em poucas linhas, o que seja assimilação.

Fazer com que um senegalês se sentisse parte da França imperial e, por conseguinte, não sentisse que o império o colonizava; fazer com que ele pensasse como um francês, falasse a primor a língua francesa que a civilização parisiense lhe emprestava, que lesse e admirasse o que os autores franceses escreviam, era, diziam os defensores da doutrina, era trazer para dentro de casa o negro, era eliminar as barreiras do racismo, era torná-lo uma parcela do ser francês.

E a respeito Senghor conta, com fina ironia, a anedota do Príncipe Aniaba que, tendo ido fazer uma visita ao Rei Luís XIV, tendo que regressar aos seus territórios, pediu uma audiência ao monarca para despedir-se e, no final, ouviu estas palavras:

"Príncipe, de vós a mim, não há mais diferença que a do branco para o negro".

A lição que se tira destas palavras, em certo ponto elogiosas, pode ser variada: que pela educação o príncipe negro se tornava tão polido e fidalgo quanto o Rei Sol; que ambos, pelos seus sangues reais e pela educação aprimorada recebida, se pareciam; mas também que o africano se tornara, pela assimilação, um francês de pele negra.

E o resto? Onde ficava a cultura africana do príncipe? Onde paravam as suas tradições, os seus costumes, o orgulho da sua história, a sua genealogia? Ele pensava em francês e pensava como francês. O Rei, comenta, irônico, Senghor, quisera dizer que "après l'éducation que nous vous avons fait donner à notre cour, vous voilà devenu un Français à peau noire".¹⁸

O que havia de cruel por detrás dessa doutrina não foi ainda bem avaliado, repetimos. Ela queria o desenraizamento pela persuasão, ela pretendia a negação daquilo que fazia a alma do negro diferente, daquilo que tocava mais de perto as suas emoções estéticas, a sua cultura tradicional, a sua maneira de conceber a vida, a sua maneira de ver o homem. Queria antes torná-lo um europeu de pele negra (para usar da expressão do autor de Négritude et Humanisme¹⁹) e não existe forma de opressão mais forte do que essa, que vem sutilmente, sob cor de ajuda desinteressada, de compreensão, de solidariedade. Com isso, pensava-se, era mais fácil manter submissa essa elite nascente, espécie de cabeça de ponte entre as massas iletradas e genuinamente africanas e as autoridades coloniais.

Era, se assim podemos chamar, de a fase do colonialismo espiritual e cultural, mais duro do que aquele que exigia o suor e o trabalho dos africanos nas fazendas e campos.

Qual a reação dos assimilados face às administrações coloniais? Aqueles que se tornariam, mais tarde, grandes líderes africanos como o Presidente Senghor do Senegal ou o Presidente Houphouët-Boigny da Costa do Marfim, uma vez instalados no Poder realizariam uma obra política de mútua colaboração com a antiga potência colonial, no caso a França. Antes, no período preparatório da independência mantiveram-se em uma posição que, para muitos, poderia parecer ambivalente, mas, na realidade adotavam uma postura de equilíbrio, o que faltou a muitos. Senghor sentia-se culturalmente preso à França intelectual, onde tinha os seus melhores amigos e colegas de estudos e isso fez com que ele não rejeitasse a ajuda que os franceses lhe ofereciam. Estava preso, por sua vez, a idéias altamente cerebrais, que se ligavam aos protodefensores do pan-africanismo utópico de Du Bois e Price-Mars. Ele não prega o nacionalismo quando amadurece a idéia da independência senegalesa, mas pensa em uma federação de grandes proporções com o Mali. Houphouët-Boigny, dividia-se entre um afrancesamento adquirido e o tradicionalismo que o mantinha como chefe tribal, senhor mais ou menos absoluto de um cantão, pertencente à burguesia negra dos plantadores da Costa do Marfim e homem prático ao mesmo tempo. Não desdenha da contribuição francesa como o fizera Sékou Touré e lidera a campanha pela independência de modo sereno e pacífico.

Isso com referência aos mais importantes, aqueles que figuravam de há muito entre prováveis dirigentes do país onde viviam. Mas os outros, aqueles que não chegavam a essa projeção nos territórios, mas simplesmente procuravam europeizar-se, tinham uma postura diferente, permaneciam mais ou menos leais às metrópoles ou quando não acontecia de caírem em indiferença, perdendo-se, ao depois, no anonimato quando seus países se separaram. Os mestiços eram, por exemplo, os que menos se preocupavam com uma separação e o autor desta tese teve oportunidade de conversar com muitos angolanos e moçambicanos mestiços que falavam de Portugal como sua pátria e não sabiam sequer as línguas de seus pais africanos. Houve, contudo, mestiços que se mostraram fortemente anticoloniais como no caso de Grunitzki do Togo e, já em uma outra geração de líderes, muito mais jovem, Rawlings de Gana.

A reação dos assimilados foi sempre de extrema complexidade nas transformações políticas de seus países e não têm sido ainda o suficientemente estudada. O Kabaka de Buganda, por exemplo, tido e tratado como um verdadeiro fidalgo inglês, educado nas melhores universidades inglesas, aparentemente um assimilado, pois até o seu inglês tinha a mais londrina das pronúncias, muito apegado ao regalismo do seu kabakado, viria ser um dos que se movimentam contra Londres.

Em outros, uma assimilação imperfeita ou superficial, faria desses pseudos-assimilados líderes oscilantes entre a admiração e o ódio pela antiga metrópole, até mesmo em uma segunda geração de líderes, como no caso de Idi Amin Dada de Uganda.

Talvez o mais curioso tipo de líder africano é, durante as lutas pela independência do Continente, também não muito raro, o daquele que tido e havido por um assimilado enquanto fora da África nativa, mas que al fim, voltando à pátria, passa por uma fase de nacionalismo xenóforo, reencontrando com o passar do tempo um salutar equilíbrio, como no caso do Mzee Jomo Kenyatta do Quênia e o Mwalimu Julius Kambarage Nyerere de Tanganhica, depois Tanzânia.

A teoria da assimilação, ou doutrina, como a chama Senghor, era uma forma sutil de cooptação que, em alguns casos, funcionou muito bem, falhando em outros e tendo até mesmo resultando oposto ao esperado.

Na maioria dos casos, porém, os movimentos pela independência dos territórios coloniais, tinham como chefes ou assessores principais, africanos que haviam estudado em boas universidades na Europa ou nos Estados Unidos, ajudados ou não por entidades governamentais ou por missões evangélicas, ou, em outros casos, frutos da própria tenacidade.

Quando a África Negra dá o primeiro grito de independência e os movimentos políticos se expandem por toda parte, alguns irão caracterizar-se por uma moderação sem par como os liderados pelos já citados Senghor e Houphouët-Boigny que se sobrepõem a outros, nos mesmos países, liderados por políticos de linha radical. Outros, pelo contrário, se caracterizarão, cujas proclamações ressoam como verdadeiros coups de foudre no comodismo e na imprevidência coloniais.

O significado que uns e outros teriam para o futuro de desenvolvimento político de seus países, tornando-os Estados independentes estáveis ou não, é o que veremos em item especial dedicado aos movimentos pró-independência africana e seus principais líderes.

2.4. Surgem os líderes e um novo pensamento político

I n t r ó d u z i d o .

Em nossa monografia Problemas, caminhos e perspectivas da descolonização em África²⁰, falando sobre o papel que muitos líderes exerceram na criação dos novos Estados, escrevemos, com um pouco de desapontamento:

"As páginas que se seguem tentam uma explicação, modesta embora, desses problemas que são frutos de uma descolonização apressada e mal feita, dos impecilhos de um co

lonialismo demorado e explorador que jamais levava em conta a verdadeira situação das colônias, mas tinha os olhos fitos nas metrópoles. Não houve bons colonizadores. O que houve, na verdade, foram colonizadores me nos maus. Houve até mesmo colonizadores com uma visão de futuro, mas foram fatos episódicos, que servem apenas para ilustrar momentos históricos e alguns homens que governaram com os olhos voltados para o futuro. Fo ram poucos.

Desse despreparo, o surgimento de líderes cuja ação se tornaria nefasta para o seu próprio povo e que daria azo às ironias dos observadores internacionais e dos outros governantes" - fls. xiv.

E, mais adiante:

"Refiro-me sobretudo ao problema da descolonização em África que é a que, neste momento, interessa. A descolonização começa a ser vista como um problema, com suas estratégias e dificuldades, após a célebre Confe - rência de Bandung, em 1955, quando um homem estreme em sua luta contra o colonialismo europeu, surge como estadista e figura de proa no cenário das nações do mundo: o Presidente Ahmed Sukarno, o Bung Karno, como o chamavam os indonésios. Ele chama a atenção dos países europeus e americanos para a situação das colônias em Africa, na Ásia e mesmo no Novo Mundo. Já era tempo de se cortarem as amarras e as colônias se libertarem e se guirem seus rumos. O Presidente Sukarno, hoje quase es quecido, não obstante os seus erros e desacertos, que foram muitos e seguidos, o autoritarismo com que dirigi a a Indonésia e a sua megalomania acentuada, tinha a vi são de um estadista que via longe e em direção ao futuro. Alertando os então jovens líderes políticos nos três continentes, muitos deles com menos de trinta anos, que era tempo de se apressar a descolonização, ao mesmo tempo que chamava a atenção das potências coloniais para uma situação que não devia prosseguir, estimulava em sonhadores e idealistas de tantos territórios, a vontade de agir. Dois anos depois da conferência e da postura adotada por Sukarno, nascia a República de Ghana, antiga

colônia britânica de Gold Coast sob a liderança enérgica de Kwame Nkrumah, militante veterano e que passara algum tempo nas prisões pelas suas atividades em favor da independência de sua pátria. Era o primeiro Estado negro a formar-se em África neste século. Em 1958, rápida e inesperadamente, criava-se a República da Guiné (Conakry), chefiada por outro político ardoroso, Ahmed Sékou Touré, admirador e amigo do Dr. Nkrumah. Ghana dava início ao processo acelerado de descolonização dos territórios dominados pela Grã-Bretanha, e a Guiné, aos pertencentes ao igualmente vasto império colonial francês. Lá para diante, as nações surgem umas após as outras.

Começava a descolonização e povos até então mantidos sob domínio de Estados europeus, apareceram triunfalmente no cenário internacional, algumas vezes discretamente, mas, na maioria dos casos, de modo espalhafatoso e barulhento, quando não de modo sangrento, como aconteceu com o Congo belga, hoje República do Zaire, onde desinteligências políticas, marcadas por velhas animosidades tribais, fizeram com que se desencadeasse uma cruenta guerra civil" - fls. 3.

Os autores que têm estudado mais detidamente, nos últimos tempos, a África Negra, não parecem ter entendido a posição delicada que eles tinham no apressamento da emancipação política de tantos territórios.

Possivelmente por isso não houve, salvo algumas exceções que apenas confirmam a regra, uma análise em profundidade do papel que muitos líderes tiveram na estabilidade ou não de suas novas pátrias.

Quem eram esses líderes? De onde provinham? Que estudos e tendências filosóficas eles possuíam? Quais as suas vinculações com as antigas metrópoles? Para onde se bandeavam? Qual o grau de sinceridade de suas pregações nacionalistas ou pan-africanistas? O que queria dizer para eles o nacionalismo?

São algumas das perguntas que tentaremos estudar e responder no item a seguir.

2.5. Surgem os líderes e um novo pensamento político

Ainda não se escreveu a história dos movimentos políticos que levaram à independência da África Negra e seus líderes como um todo, isto é, a plêiade de jovens políticos, de batalhadores pela independência das colônias que, por todo o continente, surge e se propõe a libertar tantos territórios do domínio dos europeus e seguir novos rumos em direção ao futuro.

Tem-se escrito, separadamente, deste ou daquele líder, dos mais conhecidos ou dos que mais deram trabalho aos governos coloniais ou de figuras que, em dado momento da história africana, eram o símbolo de uma nova África que despontava no congresso das nações livres do mundo.

Essa falta tem impedido uma análise de conjunto dos movimentos pró-independência, fazendo com que eles fossem vistos e analisados como se criados isoladamente. Não foi assim. Havia uma tênue união entre esses líderes, de pensamento por vezes tão discrepante, com uma visão política bem diferenciada, de origens e tendências variadas, de métodos igualmente diferentes. Mas a projeção de um levava ao engrandecimento de outro, o exemplo de um líder servia ao encorajamento de outro, a posição vitoriosa de um estimulava a de outro.

Não se pode dizer que houve um líder principal e que, depois desse, outros vieram. Surgem no cenário internacional mais ou menos ao mesmo tempo ou com ligeira diferença.

Entretanto, quando se estuda a África Negra, aparece, quase que de imediato, a figura arrojada de Kwame Nkrumah, quem levaria a Gold Coast à independência sob o nome histórico de Ghana, sendo o seu primeiro chefe de Governo e, logo mais, seu primeiro chefe de Estado.

É, como outros seus colegas, uma personalidade difícil de ser analisada em poucas linhas pelo que nela existe de controversial, de contrastante, de misterioso, de elevado e de baixo também. Tudo nele parecia ser contradição, mas não se espere harmonia na vida dos grandes homens. Eles se situam bem acima do comum, do rotineiro, em uma ânsia de infinito que jamais tem explicação e que, na maioria dos casos, só termina com a morte.

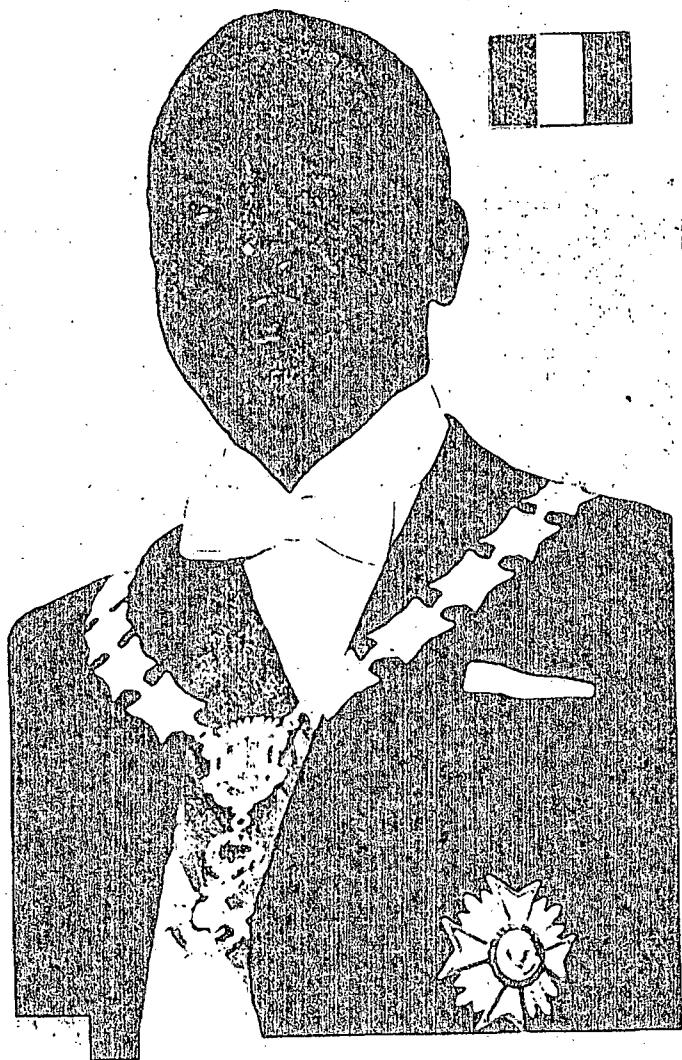
Há altos e baixos nessas vidas tumultuadas, que podem surpreender ao leitor comum, mas que servem para uma análise de sua obra, dos acertos e falhas dos seus projetos, do sucesso ou insucesso de sua missão.

Homem de grande cultura, insaciável leitor, estudioso, o Dr. Kwame Nkrumah até ser deposto por um golpe militar e morrer no exílio, mais ou menos esquecido, foi uma personalidade política a merecer os maiores elogios e os mais violentos ataques. Não foi entendido em vida e, hoje, quando pesa sobre ele o silêncio da morte, os historiadores começam a estudar-lhe os livros, a refletir sobre o seu pensamento político e a analisar-lhe a obra, muito importante.



Fotos de Kabaka Mutesa II como rei de Buganda e presidente de Uganda. Pouco depois seria derrubado por Obote. Embaixo, foto do presidente queniano, Mzee Jomo Kenyatta no auge do seu poder. Mzee, em Kiswahili, quer dizer "o Velho". Era como ele gostava de ser chamado.





De cima para baixo e da esquerda para a direita: o Ngwazi Dr. Hastings Kamuzu Banda, do Malávi (foto autografada para o Autor); o Mzee Jomo Kenyatta, do Quênia; Monsieur Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim; e o Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, de Tanzânia.

Homem de partido, Kwame Nkrumah foi, inicialmente, secretário-geral da Gold Coast Convention,²¹ que guiaram os primeiros passos do nacionalismo guineano, segundo Jean Ziegler na sua Sociologie de la Nouvelle Afrique.²² Acontece que essa organização pregava uma evolução gradual para a auto-administração, o que não era o pensamento de Nkrumah, impaciente e voluntarioso. Em 1949, sob sua direção, cria-se o Convention People Party que, daí para diante, vai dirigir os passos do país e segundo o autor acima citado, confundir-se-ão ambos, o partido e seu líder.

Hostil à Inglaterra, impulsivo, autoritário, Nkrumah achava que já era tempo de agir e não mais de pregações moderadas. Faz do seu partido uma organização de massas e lança-se, de imediato, à campanha pela independência do território, a colônia de que os ingleses tanto se orgulhavam em África. Cria células, secções e federações, em uma concepção inteiramente nova por ali. Seus agentes percorrem as savanas, a jungla e a costa, instalam-se nos portos, trabalham nas docas, nas usinas, nos depósitos. Visitavam os trabalhadores de casa em casa, conversavam com suas mulheres, com seus familiares e, em todos, incutiam a idéia de que havia que resistir aos ingleses e sua administração. Ele parecia imbuído das idéias de Gandhi, mas só aparentemente, pois se pregava uma resistência aos coloniais, não hesitava em lançar os seus militantes contra aqueles que significavam o poder na Costa do Ouro... Aproveitando uma oportunidade surgida com uma greve convocada pelo chefe tribal Kwabe na Bonns, para fazer reduzir o preço de mercadorias importadas, Nkrumah, em 1948, lança os seus seguidores contra os europeus, que, atemorizados, chamam a polícia e o saldo, em Acra, a capital, foi trágico: 29 africanos mortos, centenas de feridos e presos, a confusão geral. Foi aí que decidiu agir por conta própria, largando a antiga organização e criando a sua, o Convention People Party que termina por afundar o que sobrara da United Gold Coast Convention. E desse momento em diante, como ensina Ziegler, "l'histoire personnelle de N'krumah se confond avec l'histoire du mouvement".²³

Em março de 1952, Nkrumah torna-se primeiro-ministro de um governo semi-autônomo e em 1957 o país torna-se independente, adotando o nome de Ghana, cuja adoção por sinal foi muito contestada, como diz David Williams, uma vez que o antigo império desse nome não ficava exatamente onde ficaram os limites do novo Estado.²⁴

A independência viera assim tão subitamente que muitos problemas bastante sérios como o que enfrentavam os achantes foram ignorados. O país parecia tomado de uma febre geral, mas Nkrumah soube, com firmeza, guiá-lo em seus primeiros passos e, como alerta David Williams,

"Independence faced the people of Ghana with difficult political problems but, in spite of them, they have made spectacular progress in both economic and educational development, and Ghana soon made herself felt in

world affairs as the first of a rapidly group
of independent African states" - in "Ghana".
The Living Commonwealth, p. 296.

Muita coisa boa pode ser creditada ao Dr. Nkrumah, inclusive um certo destaque de Ghana em os negócios internacionais. Aliás, a sua ambição desmedida queria que o seu nome fosse amplamente divulgado e de conhecimento de todos. Não desejava a posição mais cômoda de líder nacional, como alguns de seus coetâneos e amigos. Nkrumah queria o amplo teatro do mundo e foi essa mania de grandeza que o perdeu, pois ele se descurou dos assuntos domésticos, dando mais atenção aos da África Negra, da descolonização do continente e do Terceiro Mundo. No final já se lançava claramente aos problemas internacionais por acreditar-se uma figura de projeção mundial, como no caso da guerra do Vietnã, de que ele se propôs ser um mediador. Era, com efeito, a mais ebulliente e comenta da personalidade africana dos seus dias, mais do que Jomo Kenyatta, mais do que o velho e sábio Imperador Hailé Selassié, mais do que o venerando Presidente Tubman, da Libéria. Achava-se fora do país quando foi deposto por um coup d'état liderado pelos militares, cansados de suas constantes andanças e do descaso em que deixava a própria casa.

Esse homem culto, de uma formação universitária sofisticada e vasta, era cheio de contradições e ele que tanto criticara os ingleses pelo seu domínio em África e que tanto falara de liberdade e democracia, termina por fazer de Ghana um Estado altamente totalitário, prendendo opositores, punindo de maneira impiedosa os inimigos e se tornando um verdadeiro rei não coroado. E por fim faz-se proclamar President for Life, como Sukarno e como o faria, no Haiti, o Dr. Duvalier.

Orador diserto, com excelente domínio da língua inglesa, ele encantava os que se lhe aproximavam e datam dessa época as mais lisonjeiras reportagens sobre o país e um sem número de artigos laudatórios, de reportagens e estudos biográficos sobre quem era chamado, entusiasticamente, de Osagyefo, ou seja, O Redentor. Que assim ele se via, como o redentor de sua pátria, o redentor da África e o redentor do povo africano.

Licenciado em Sociologia e Economia, bacharel em Teologia e Filosofia, Doutor em Direito, o Dr. Nkrumah era supersticioso e cruel e o jornalista americano John Reed, que o conheceu pessoalmente, assim o descreve: "... um dos homens mais estranhos e complexos da África - uma espantosa mistura de intelectual, filósofo, homem forte e agitador!"²⁵ Acreditava no juju, a magia negra de muitas tribos da África ocidental e sabia grego clássico.

Com todas essas contradições, Kwame Nkrumah retrata, muito bem, esta curiosa África Negra dos nossos dias. Servem, também, para que se conheça um pouco melhor o seu pensamento político e seu significado para a história do pensamento político africano moderno e as lutas contra o colonialismo, ajudando a criar no mundo novos Estados e a mudar, radicalmente, o mapa geopolítico daquela parte do mundo.

Muitos dos que escreveram sobre Nkrumah, parecem não tê-lo compreendido o bastante como guia político e como ideólogo. Há opiniões de - sencontradas e que só aumentam a confusão em torno desse líder. Para David Reed ele nada mais era do que um cru "ditador marxista",²⁶ enquanto que Thomas Brady, que sobre ele escreveu quando a sua estrela despontava, preferia chamá-lo de "nacionalista revolucionário", "homem religioso" e outras coisas, inclusive que graças a ele poderia o novo Estado ficar longe da influência soviética.²⁷ Para Philippe Decraene, ele é o grande pan-africanista.²⁸ Muitas coisas foram escritas sobre Nkrumah ao sabor das paixões do momento e com patente exagero.

O seu pensamento político está sintetizado em alguns livros que escreveu, mas sobretudo em Ghana: an Autobiography²⁹ e Consciencism,³⁰ este possivelmente o mais profundo dos seus livros e onde mais de perto se pode encontrar o scholar e o leitor versado na filosofia grega.

2.6. Surgem os líderes e um novo pensamento político: a participação de Kwame Nkrumah.

Como no caso de outros líderes africanos de sua época, a ação do Dr. Kwame Nkrumah se divide na sua preocupação doméstica e na sua posição eminentemente pan-africanista.

Foi dos poucos a jamais renunciar ao pan-africanismo, que se prendia aos ensinamentos de Garvey. Separa-se da vertente apresentada por Léopoldo Sédar Senghor, do Senegal, por ver no pan-africanismo um conceito político e de ação direta antes do que um conceito cultural. Está muito distante do idealismo e espiritualismo do poeta e estadista senegalês, ou do de um Alioune Diop. Liga-se mais à ação enérgica, ao pragmatismo de Sékou Touré, de quem, aliás, foi amigo até seus últimos dias.

Para fazer a África para os africanos, ele não titubeou em adotar os métodos mais agressivos que podia, desde o ataque verbal até lançar o povo contra os coloniais.

A sua sólida cultura ocidental, as suas simpatias marxistas e a sua crença em uma nova África, foram responsáveis por medidas muito drásticas, até mesmo a uma ruptura com a África tradicional política.

Para ele, a velha África tribal lembrava de um lado a violência dos régulos e sobas, de outro a humilhação dos coloniais. Quis acabar com tudo isso se voltando, em primeira mão, contra os chefes e os reinos indígenas e o fez com redobrada agressividade e brutalidade, mas encontrou séria resistência entre eles. E, apesar disso, Nkrumah insistia em dizer-se adepto de Gandhi e da não-violência.

O Convention People's Party era formado sobretudo por jovens estudantes, agitados pela independência da Índia, e por pequenos proprietários que se consideravam espoliados pelo Governo colonial, mas aos poucos atinge a grande massa, devido em boa parte ao trabalho sistemático de seus membros. O próprio Dr. Nkrumah considerava-o como uma excelente máquina eleitoral, que chega ao ápice nos meses que se segue à formação do Estado ganense, para decair mais tarde quando contra ele se volta a oposição crescente ao governo unipessoal de Nkrumah.

Era o instrumento de poder do Presidente e assim funcionava:

1. Organizava-se em secções e seus membros eram obrigados a contribuições pessoais;
2. A base do partido era a secção;
3. Criavam-se células nas aldeias e bairros das cidades, que recebiam instruções dos comitês diretores;
4. Esses comitês recebiam instruções do Congresso Nacional;
5. Rígida disciplina e obediência ao seu chefe, Kwame Nkrumah, quem recebera da Constituição poderes quase ilimitados;
6. Criavam-se muitas organizações anexas, entre elas os chamados movimentos de juventude, mas que eram dirigidos pelo partido;
7. Indiretamente, incentivava-se o culto da personalidade do chefe do Estado e figura de proa do país. O Osagyefo, como o Duce, não errava nunca e se ele cometia erros, cabia, teoricamente, ao partido decidir o que fazer.

Ghana tornava-se um Estado fortemente dirigido pelo partido único, que representava a base de uma vasta pirâmide enquanto o Dr. Nkrumah se situava bem no topo, sozinho.

Os objetivos principais do partido eram:

1. A dignidade, elevação e reconhecimento da personalidade africana, o que, em outras linhas, significava um compromisso com o pan-africanismo em primeiro lugar; e
2. O triunfo do nacionalismo internamente.

Já nos seus principais objetivos o conflito: pan-africanis-

mo versus nacionalismo.

Como seriam compatíveis dois princípios antinômicos? Como o Presidente Nkrumah poderia conciliar interesses nacionalísticos com a magnitude da pregação pan-africanista em um continente que procurava, com desespero, uma saída para tantos séculos de estagnação e atraso? Para tanto tempo de subserviência e escravidão? Para tantos males saídos de uma independência política às pressas e não devidamente amadurecida?

Mas o Presidente ia além e pregava, flamboiantemente, a abolição do imperialismo, do colonialismo a todo custo, do racismo e do tribalismo. Com a sua oratória flamejante, verdadeira metralhadora giratória, ele se voltava contra todos os flancos, arrancando os mais delirantes aplausos. Sonhava uma Federação do Oeste Africano e acreditava que o partido unido poderia colaborar para que isso se concretizasse.

Ouvido por todos os líderes africanos, que nem sempre com ele concordavam, o Dr. Nkrumah se apresentava como o Messias de uma Nova África que não aceitava os europeus a dominá-la, nem aceitava influências de povos de além-mar que a queriam explorar, esses odiados imperialistas, mas que também repulsava de seu seio o que fora a sua característica através dos séculos, que fazia parte de sua tradição cultural mais profunda, o tribalismo, a organização social que se baseava na tribo.

Era uma figura patética o Dr. Nkrumah, em quem a sofisticada cultura do Ocidente, a inteligência privilegiada, a força, a oratória, o idealismo e o pragmatismo, o ódio e o visionarismo se juntavam. Odiava os brancos e tinha como mais íntima colaboradora e assessora a uma inglesa, Erica Powell, a quem agradece reverentemente seu livro mais importante, Ghana, Autobiography of Kwame Nkrumah; imitava a pompa dos coloniais, o seu formalismo, a sua disciplina mental, a sua oratória; seguia o pensamento dos grandes pensadores do Ocidente; acreditava no parlamentarismo inglês, se bem que não no praticasse; pregava a coexistência entre todos os povos e não era capaz de compreender os anseios de nações como a dos achantes, que desejava uma semi-autonomia no Estado ganense; pregava a modéstia e a moderação e vivia nababescamente, como nenhum Governador-General jamais o vivera na finada Gold Coast; fazia juras pela democracia e governava o país como se fora propriedade sua, figurando a sua effigie em moedas, em selos, em cartões postais, decidindo sozinho, mandando como nenhum rei do passado jamais mandara; queria apagar a ostentação colônial e fazia com que se lhe erigissem estátuas, com que out doors imensos com a sua figura fossem colocados em pontos estratégicos de Acra, de modo a que todos os vissem; tinha ódio aos reis tribais do passado e se tornava President for Life; dizia-se nacionalista e africano que acreditava nos valores de sua raça e cercava-se de assessores soviéticos e chineses em substituição aos antigos senhores ingleses; falava de liberdade e prendia, de modo indiscriminado quem quer que se lhe opusesse. Tudo contradições nessa figura extraordinária que, ninguém o pode duvidar, ajudou a sacudir os grilhões das terras africanas, forjando uma Nova África.

Qual a sua contribuição?

Após a sua revolução, muitos líderes aceitaram que existia uma revolução africana em todo continente e uma revolução particular, dentro de cada território recém-libertado e isso seria, mais tarde, bem difícil de explicar aos olhos curiosos dos amigos e observadores da África Negra.

Confirma, ainda, o poder altamente centralizador que o chefe do Executivo viria a ter nos Estados em formação, salvo algumas louváveis exceções. Um presidencialismo imperial formava-se mais ou menos por toda África e parecia ser a única forma adaptável à situação africana. Os países que tentaram uma experiência parlamentarista logo de início, tiveram seus problemas de instabilidade político-partidária.

Quando os novos Estados não se organizavam sob forma de um regime militar, seus governantes apresentavam-se como dispostos a varrer o tribalismo, a exemplo do que Nkrumah tentava fazer, sem muito êxito, em Ghana. Aliás, mais do que a pompa em que vivia, mais do que a sua sede de poder, foi a sua odiosa campanha contra a organização tribal que lhe trouxe mais oposição no interior do país. Melvin J. Laskey, em um livro que teve muita aceitação ao ser publicado por trazer entrevistas vivas e diretas sobre delicados temas africanos daqueles dias e pela espontaneidade com que foi escrito, Africa for Beginners - A traveler's notebook,³¹ conversando com um professor ganense, ouviu dele uma defesa apaixonada do respeito às tradições tribais, condenando a excessiva centralização levada a cabo pelo Osagyefo e o entrevistado concluía que "centralization is dangerous, especially so to individual liberties".³²

Ao mesmo tempo, o exemplo de Nkrumah servia para mostrar que, se houvesse ampla aceitação das diretrizes políticas dos governantes pelo povo, um território recém-emancipado poderia ser viável e fazer-se respeitar dos outros. Ghana sobrevive e prospera, quando os pessimistas viam, com a saída dos ingleses, a sua situação periclitante.

O líder ganense que, inicialmente, advogava um regime pluripartidário, com Oposição oficial, tudo ao melhor estilo britânico, desanda, mais tarde, para o monopartidarismo, para o partido único monoliticamente estruturado, mas mesmo esse se desnatura nas suas mãos voluntariosas, pois, pouco a pouco, ele governa em nome do partido e governa por si só. Já não é a cúpula do partido a que detém o poder de decisões políticas importantes, mas unicamente ele, o Presidente vitalício da República.

Seu exemplo estender-se-ia para outros Estados africanos, mesmo entre aqueles que negavam qualquer influência do nkrumaismo, que certos regimes combatem mesmo abertamente.

No momento em que Nkrumah enfraquece as estruturas tradicionais, ele cria o vácuo em torno de uma personalidade que tinha tido um papel altamente significativo na sociedade africana, o chefe tribal. Por outro lado, organizando um partido que se pretendia monolítico, como nas democracias populares, ou nas ditaduras fascistas, ele favorece o estabelecimento de uma nova organização

sectária, como lembra Dmitri Lavroff no seu Os Partidos Políticos da África Negra,³³ que é representada pelo partido único e sua poderosa maquinaria.

Lançando-se contra a elite tradicional representada pelos chefes e pelos sacerdotes tribais e por aqueles que cercavam a corte do soba, o Dr. Nkrumah estimula o crescimento e subida ao poder de uma nova elite, a dos homens cultos, de sofisticada formação européia, detentores de títulos universitários conseguidos em Londres, Paris e Estados Unidos e que irão, doravante, dirigir e governar a população em sua maioria iletrada e sem qualquer formação política. Daí que ele se apresentava ao seu povo como um redentor, um guia, um salvador. Ele estava à cabeça dessa nova elite que se sopunha a mais legítima, uma vez que fora guindada ao poder pelo voto dessa população iletrada que, ipso facto, a fazia seu porta-voz único e não mais os chefes tribais.

A grande mobilidade das massas iletradas, porém, era, aos olhos de Nkrumah e outros líderes um perigo, pois uma oposição sistemática poderia guindar ao poder um parcela dessa elite letrada e politizada. Restringe, assim, a oposição governamental fazendo-a ver como "um ressurgimento do passado, a expressão duma mentalidade colonial, socialmente reacionária", ensina Lavroff.³⁴ Nkrumah temia essa oposição, apesar de tantas vezes ter dito que a aceitava e a respeitava. Buscar membros para participarem do governo e da administração local fora dessa elite todo-poderosa, era, igualmente perigoso, mostrando incompetência e ilegitimidade. O negócio era, pois, centrar a administração do país em mãos de membros do partido único, gente conhecida do Presidente, a ele fiel e como ele membro da mesma elite educada no Exterior. "Não há, pois, lugar senão para um partido único que congregue as forças vivas da nação, dirigidas pelos que têm as qualidades necessárias para "bem governar", ensina Lavroff.³⁵

A seguir, Nkrumah apelou para um estatismo que lhe vinha de suas nunca desmentidas simpatias socialistas. O Estado como patrão, o Estado que tudo disciplinasse, o distribuidor principal dos rendimentos, a garantia e a fonte das promoções. A intervenção do Estado seria primordial no setor econômico e as grandes obras sanitárias, a criação e manutenção de escolas, a luta contra o analfabetismo, a ação social nas cidades e no interior do país ficavam a cargo do Estado. O Estado não visava o lucro, enquanto que o setor privado estava marcado por tendências egoísticas que em muito lembravam a exploração dos coloniais e Nkrumah desejava afastar do país que ele levava à independência tudo aquilo que pudesse lembrar o colonialismo.

A tendência estatal viria favorecer ainda mais o desenvolvimento do monopartidarismo em Ghana e nos outros Estados africanos que o adotaram. Era um casamento perfeito e o partido único era a segurança de uma ação eficaz, como lembra o mencionado Lavroff.³⁶

Essa união partido único e estatismo, seguida pelo Dr. Kwame Nkrumah, seguiria ainda por muito tempo como a fórmula mágica para as novas nações independentes conquistarem seu lugar ao sol dentro do mundo político-econômico que se formava na África Negra.

Ele achava que o socialismo de Estado seria a maneira de a África Negra enfrentar os problemas deixados pelos coloniais e, ao mesmo tempo, fazer face aos perigos do neocolonialismo que ele, eloquentemente chamava de "a greater danger to independent countries than is colonialism"³⁷ e, comparando as duas situações, tem estas palavras:

"Colonialism is crude, essentially overt, and apt to be overcome by a purposeful concert of national effort. In neo-colonialism, however, the people are divided from their leaders and, instead of providing true leadership and guidance which is informed at every point by the ideal of the general welfare, leaders come to neglect the very people who put them in power and incautiously become instrument of suppression on behalf of the neo-colonialists" - in Consciencism, ed. cit. p. 102.

O socialismo seria pois uma barreira à invasão do neocolonialismo, assim como para a segurança do Estado ganense. Mas o Dr. Nkrumah estava sempre tentado a exagerar, motivo porque se torna por vezes muito nebuloso o seu pensamento político-filosófico, não obstante belamente escrito em livros como Consciencism.

O pluripartidarismo e a livre empresa eram, para ele, fatores de divisionismo e prejudicavam o bom encaminhamento da nação. Passa a defender um nacionalismo que se manifestava não contra os estrangeiros, mas, estranhamente, contra os governantes tribais, contra os velhos reinos indígenas e seus reis. A autonomia regional, tão estimulada em Estados pluriraciais e plurilinguais, era vista como fator de desunião e só deveria existir uma comunidade, a nacional, nem que para isso tivesse de quebrar com toda uma antiga e fortemente cimentada estrutura tribal.

Isso levou o Dr. Nkrumah a um nacionalismo que poderíamos chamar de feroz internamente. Rejeita as agremiações partidárias de caráter étnico, taxando-as de divisionistas e isso, por sua vez, o leva a acreditar mais ainda no partido único formado por aquela elite a que nos referimos linhas acima por situar-se além dos regionalismos e dos agrupamentos étnicos. Temia, decerto, o que acontecia em Uganda ou no Alto Volta, onde antigos reinos tribais ameaçavam a difícil unidade nacional do novo Estado.

A criação de uma nação, a busca de uma forte coesão nacional deveria ser o alvo maior dos líderes, pensava o Presidente Nkrumah. Muito tempo depois de ele morto e esquecido, aquela dura mensagem continuava a preocupar os novos dirigentes africanos e seria tomada à risca pelo Presidente Yakubu Gowon, da Nigéria, quando, ao pôr fim à efêmera República de Biafra, pretendeu ser o Lincoln da África.

Um outro aspecto do pensamento político do líder ganense que tocava de perto muitos africanos e lhe teria muitos seguidores, foi o pan-africanismo, que chegou a ter muita repercussão, diminuindo com o passar do tempo e com a morte de seu ardoroso defensor.

O pan-africanismo seduziu as mentes dos líderes africanos pelo que havia de grandioso nele.

Sonhava Nkrumah com uma África Negra forte e que, por isso mesmo, pudesse fazer-se ouvir no contexto mundial. Eram sonhos ambiciosos, que ele acalentava desde o seu primeiro contacto com o pensamento de Garvey e dos seus encontros com o Dr. Du Bois. Mas, condenando o idealismo por ser ineficaz, como dizia abertamente no livro antemencionado. Para ele uma filosofia política tinha de ser sobretudo, fosse doméstica ou internacional, baseada na ação positiva, a - lontanada do idealismo que é "jeune and grotesquely ineffectual",³⁸ como escrevia, irritado. O que ele queria era a ação dinâmica e constantemente mutando. O seu pan-africanismo tinha de ter esta característica, sob pena de desmoronar-se. E ele parte, então, para a união de Ghana e da Guiné de seu amigo e aliado Sékou Touré, que ficou somente nos planos e no papel, jamais se concretizando, pelos motivos que discutiremos quando tratarmos do pensamento político do líder guineu.

Os homens que levaram a África Negra à independência reconheciam-lhe a fraqueza e sabiam que, assim frágil, ela poderia ser presa fácil do neocolonialismo, condenando asperamente por Sukarno da Indonésia e por Nkrumah. Acreditavam, de maneira até mesmo um tanto ingênua, que simples laços políticos, criados artificialmente, entre tantos Estados africanos poderiam fazer a África mais forte e mais livre. Ora, eles tudo tinham a separar, desde as tão citadas e discutidas divisões étnicas, a grande variedade de línguas e dialetos, as línguas oficiais, as religiões, a estrutura econômica, os tipos de colonização no passado e as diretrizes políticas do presente, até mesmo as fronteiras geográficas. Um pan-africanismo operoso e real, como o sonhado por Kwame Nkrumah, jamais seria possível a curto prazo, como não no fora o pan-arabismo sonhado por Nasser, que tinha menos obstáculos a vencer. Afinal, os povos árabes ou arabizados tinham mais ou menos as mesmas origens, falavam a mesma língua oficial embora com dialetos específicos, tinham a mesma religião embora com seitas diferentes e formavam, em sua grande maioria, uma continuidade histórico-geográfica. Caiu por terra pelas divergências políticas, pelos interesses econômicos, pelos desníveis culturais, pelas aspirações internacionais e pelo próprio crescimento do nacionalismo interno. Sukarno tinha já falado de um nacionalismo pan-malaio e pan-indonésio, que morrera no nascedouro. Jinnah, ao tempo da independência do Paquistão, havia acenado com um pan-islamismo, que não prosperou.

Mas o pan-africanismo de Nkrumah foi mais uma maneira de os líderes africanos se voltarem contra as peias do colonialismo, agrupando os seus países e fazendo com que se voltassem contra as antigas colônias que apressariam destarte a data da independência e sacudiria de terras africanas as metrópoles indesejadas.

2.7. Surgem os líderes e um novo pensamento político:

algumas outras figuras representativas

Não se pode dizer que esta ou aquela tenha sido mais representativa: por toda a África-Negra surgiram líderes de pulso e muita tenacidade que se dispunham lutar contra o colonialismo europeu. Só que, dessa plêiade, alguns foram mais brilhantes na apresentação de seu pleito, ou tiveram mais repercussão na imprensa as suas proclamações e os seus desenhos. Umas lograram fazer repercutir o seu grito pan-africanista e, com isso, comover todo um continente, enquanto outras ficaram mais dentro dos limites locais.

Foi no fragor das campanhas pela libertação que muitos jornalistas interessados em assuntos africanos se perguntavam qual o maior deles e qual a importância que teriam para a África. Por vezes, tentaram-se paralelos, mas que esbarravam em uma realidade palpável, a de que cada território, cada novo Estado que se preparava, tinha uma origem e uma formação política diferente. Não houve o maior nem o menor. Houve, sim, momentos e situações diferentes, líderes mais ou menos representativos em uma África a reencontrar-se em meio ao turbilhão político da descolonização.

Alguns tiveram uma trajetória rapidíssima, passaram como meteoros pela cena política de seus países, mas deixaram rastros, enquanto outros foram tão rápidos que nem sequer os deixaram. Alguns, em quem se haviam depositado tantas esperanças, não chegaram a corresponder a essas esperanças. Outros, que conseguiram mudar por completo a própria estrutura política de suas terras, foram logo esquecidos pelos amontoados de erros que cometeram e execrados mesmo pelos seus mais íntimos seguidores como o caso bastante conhecido do Marechal Okello, o homem que derrubou a multicentária monarquia zanzibarita, que, pela sua excessiva crueldade, perdeu a estima e o respeito de todos. Outros morreram quando muito deles se esperava, como Barthélemy Boganda, do Ubângui-Xári, mais tarde República Centro-Africana, pan-africanista respeitado, morto ingloriamente em acidente de aviação.

A África Negra fervilhava e para ela se voltavam os olhos do mundo, atônitos, assustados e maravilhados também. A importância de muitos líderes transcendia os limites de suas terras e o que eles diziam era em não poucos casos glossado além das fronteiras africanas, como foi o caso muito especial de Nkrumah, ou o de Sékou Touré, ou o de Senghor, ou o de Kenyatta e outros.

Um dos que exerceriam influência sobre os líderes africanos nos territórios sujeitos ao império colonial francês seria Ahmed Sékou Touré, por muitos considerado como o enfant terrible da nova África. Gostava de apresentar-se como um pan-africanista nos moldes de seu grande amigo e mestre Kwame Nkrumah, quando na verdade era um nacionalista extremado, como o descreveu o jornalista Charles Stevenson e foi o homem que ousou enfrentar a fúria do General De Gaulle.

Também ele era um desses líderes em conflito e indeciso para que lado bandear: vindo da ala africana dos ditos sindicatos controlados pelos comunistas franceses, Sékou Touré entrou em divergência com eles e procurou ajuda dos americanos logo que o seu país, a Guiné-Conakry se tornou independente, mas parece que não teve a devida atenção, o que o fez, impulsivamente, voltar-se para a ajuda sino-soviética.

O seu "não", em setembro de 1958, ao Presidente De Gaulle, foi o começo de uma provação muito forte, pois cortando os laços da Guiné com a França cortou-os, também, com o resto da África francesa, ao mesmo tempo que fazia da jovem república um baluarte de uma nova situação. Paris oferecera às colônias uma associação que as levaria, mais tarde, à independência dentro de uma nova comunidade, algo assim como o British Commonwealth of Nations dos povos de língua francesa, mas Sékou Touré não aceitou a participação e, como escreveu Guy de Lusignan no seu L'Afrique Noire depuis l'Indépendance,³⁹

"Ce "non" devient le symbole de la Guinée révolutionnaire; la Guinée marque ainsi son aspiration à avoir une indépendance "pure", non souillée par les vestiges du colonialisme et de l'impérialisme. Ce geste négatif est avant tout celui de son chef prestigieux, passionné, enthousiaste, grand improvisateur de mots, de slogans, d'idées, soutien moral de la lutte anticoloniale, à l'avant-garde de la Nouvelle Afrique qui veut faire de son pays un "Etat pilote".

L'Etat guinéen en prenant une position différente de celle des autres colonies françaises d'Afrique leur lance un défi: les Guinéens seront indépendants sels. Ils reprennent à zéro l'administration de leur pays; ils veulent créer des nouvelles structures, une nouvelle législation en même temps qu'une diplomatie, une armée, des services administratifs et techniques. Ils ont pour objectif de construire un Etat socialiste" - in op. cit. p. 179.

E o seu começo foi, efetivamente, bem mais difícil do que o de Ghana sob Nkrumah.

Mortohá relativamente pouco tempo, a figura de Sékou Touré não pôde ser ainda estudada sem que as dominantes paixões políticas interferissem. Como o seu companheiro de Ghana, ele era autoritário e despótico e, para cumprir as metas que se propôs, não admitia cisões no partido nem na administração. Foi severo e até impiedoso com a oposição e mandou para campos de confinamento centenas de adversários do regime e, quando morreu, de repente, durante uma cirurgia do coração, muita gente inocente que se achava presa fazia vários anos foi solta. Ao mesmo tempo, começava o esfacelamento do regime que ele implantara, assim como acontecera em Ghana.

Quem era esse homem temido, brilhante orador, culto e firme que os guinéus temiam e muitos países exaltavam?

Antes de mais nada um nacionalista impulsivo e até certo ponto irresponsável que se voltou contra De Gaulle na questão do referendo proposto sem pensar muito nas consequências. Se ele tivesse agido com mais prudência, como outros líderes, menos difíceis teriam sido os primeiros passos da nova República, que tinha, sobre outras, a vantagem de acudir por inteiro ao seu chamamento: ele se pôs sempre acima das divisões étnicas e foi um ferrenho inimigo do tribalismo. Apelando para a União Soviética e para a China, passou a ser visto como um futuro satélite comunista na área e isto espantou muitos investidores, temerosos de nacionalização e de expropriações. Não podia contar com o apoio francês, pois o General De Gaulle fizera do "não" um assunto pessoal e, de modo ostensivo ignorou Sékou Touré, como diz Guy de Lusignan, "ne pardonnait pas l'affront qu'il avait subi"⁴⁰ e dizia mesmo que não se devia tratar com a Guiné, um país comunista. Personalidades difíceis e fortes, o General-Presidente era, porém, uma figura mundialmente conhecida, um herói da Grande Guerra e um líder de muito prestígio, ouvido com respeito e admiração por toda parte. Circundava-o uma aura de tal prestígio e respeitabilidade que ele podia se dar ares de ser um imperador não-coroadado da França. Sékou Touré, se bem que fizesse constar de seu curriculum ser descendente e herdeiro de um dos maiores heróis africanos, Samory Touré, de uma velha linha de governantes e conquistadores, ao declarar a independência da Guiné, esqueceu-se de que lhe faltava uma infra-estrutura administrativa e econômica. Não se pode de nenhum modo comparar a situação guineana com a ghanense, pois Ghana se viera preparando, pouco a pouco, tinha partidos a funcionar, criara-se uma elite política e não houve, com a metrópole, uma ruptura súbita, nem os ingleses debandaram após a ascensão de Nkrumah. Se não houve uma longa e mais paciente preparação, não houve também um corte abrupto. Já na Guiné tudo foi muito rápido, tudo muito abrupto. Sékou Touré, talvez impensadamente, repetira o gesto do Almamy Touré, entrando em guerra aberta contra os franceses e, como no caso de seu antepassado, os ventos lhe correram contrários.

Mais impulsivo que Nkrumah, o presidente guinéu gostava de atrair sobre si as atenções dos jornalistas e da imprensa do mundo e imitava um líder asiático que fora, por longos anos, estrela de muitas aparições políticas internacionais, Ahmed Sukarno, da Indonésia. Cunhava expressões políti-

cas e slogans contra o colonialismo e o imperialismo que caíam em cheio junto às populações. Orador incendiário, ele se mantinha firmemente preso ao poder graças ao seu carisma junto às massas camponesas e ao Estado repressor que criara. A sua linguagem era, frequentemente, contundente. e tinha golpes de magôgicos quando sentia ameaçada a sua popularidade, lançando-se em diatribes contra os europeus, conclamando a não participação dos guineanos em encontros internacionais e lançando a nação inteira contra "os imperialistas portugueses", que era contra quem se voltavam, amiúde, os seus rancores, ou contra os americanos. John Reed, que o entrevistou por diversas ocasiões, dele deixou-nos um retrato algo assustador no artigo "Touré, o tirano que todos cultivam"⁴¹:

"Quando está de bom humor, é um sujeito igual. Sorri, dá palmadinhas nas costas e ri com vontade. Mas quando a conversa se desvia para "os traidores" que gostariam de destruir tudo o que ele tem tentado criar, seus olhos chispam, o rosto endurece e a voz torna-se ameaçadora.

Ahmed Sékou Touré, Presidente da República da Guiné, na costa ocidental da África, é um dos líderes mais inteligentes que aquele continente conheceu. Mas é também um Stalin em miniatura, o homem que desencadeou no seu país uma era de terror como a África independente poucas vezes viu. Cerca de 2.500 guinéus desapareceram nas suas prisões. Dúzias, talvez centenas, foram executados sem julgamento. Calcula-se que 700.000 pessoas - um sexto da população em 1950 - tenham fugido do país" - art. cit. p. 82.

Pode ser até que haja um pouco de exagero nas palavras de Reed, mas a Guiné de Touré era um Estado fechado, com forte censura da imprensa e bem pouco do que lá acontecia transpirava para além de suas fronteiras naturais. Ameaçado algumas vezes de deposição, ele conseguiu manter-se no poder até que dali o tirou a morte, contra todas as previsões. Cairam outros líderes da época e que ajudaram a fazer a Nova África e ele se manteve, firme e sólido. Curiosamente, só John Reed previu, em 1972, que ele ainda se manteria por muito tempo na presidência.

O seu segredo, em parte, era o sólido e bem estruturado Parti Démocratique de Guiné, com o qual dirigia o Estado e sua máquina burocrática e governava a nação. Sékou Touré, mais do que Nkrumah, acreditava no partido único e no Estado monopartidário nos moldes leninistas, com uma burocracia disciplinada e obediente às diretrizes do partido. Apesar dos seus arroubos pan-africanistas e da sua tentativa de unir a Guiné à Ghana de Nkrumah, ele era, mais que tudo, um nacionalista.

Poucos líderes africanos falaram com tanta insistência de revolução contínua quanto ele e em um de seus melhores livros, L'Afrique en Marche⁴², ele chega a abusar de jogos de palavras para explicação do que fosse a sua revolução, a revolução guineana e lembra que a diretriz do partido é que a sustenta e que nenhuma instituição nacional, regional ou local do Estado lhe escapa ao poder de orientação e controle e tem esta afirmação espantosa:

"C'est la raison du Parti, celle de notre peuple plutôt que la raison d'Etat qui prévaut dans le contexte politique guinéen.

C'est donc en tant que peuple organisé que les militants sont égaux au sein du Parti et que les citoyens le sont au sein de la Nation" - op. cit. p. 59.

O seu pensamento se torna obscuro, porém, quando tenta explicar o que vem a ser a democracia guineana firmemente dominada pelo P.D.G. Sékou Touré diz que este partido é fundado sobre dois pontos chaves: a polivalência partidária e a responsabilidade precisa e individual partilhada pelos seus membros, o que vem conferir

"...à son action générale un caractère parfaitement adapté aux exigences du développement constant des bases matérielles, politiques et morales du régime guinéen qui est celui d'une démocratie nationale reposant sur la dictature démocratique du peuple" - idem p. 65.

Ora, nem Nkrumah nem qualquer dos outros contemporâneos falara assim tão explicitamente de ditadura democrática do povo para definir o que fosse uma democracia nacional.

Estudiosos e observadores africanistas, achavam dificuldade para compreender o pensamento de Sékou Touré, pois se em alguns momentos ele era claramente leninista (aliás, Lênin foi uma de suas mais ferventes admirações e chegou a ter mesmo, em seu gabinete de trabalho, um enorme retrato desse líder comunista encimando a bandeira da Guiné), em outros o seu pensamento se acerca do de Mussolini e da célebre Carta del Lavoro. As antinomias estão presentes nos seus discursos, nos seus enunciados políticos, na sua obra de filosofia política e, como Stalin, gostava de interferir em todos os campos da vida guineana, discutindo problemas linguísticos, econômicos, jurídicos, históricos. Dá opinião sobre o significado da importância das línguas regionais e de uma língua nacional para a Guiné e traça os novos rumos para uma cultura nacional, ao mesmo tempo em que se volta contra a influência de fora. Buscando uma espécie de renascença cultural guineana, ele se lança contra aquilo que sempre fora tão caro aos guinéus, os reinos locais, a velha e entranhada monarquia feudal de suas antigas tradições políticas. Achava que o Estado era "l'instrument de

gestion du bien public et le garant de la laïcité dans la Nation (par opposition aux Etats monarchiques, féodaux, oligarchiques ou théocratiques)".⁴³

Autodidata, tendo feito alguns cursos por correspondência, leitor incansável e ávido de tudo saber, ele escrevia muito às pressas os seus livros e os ia publicando talvez sem uma releitura, daí que eles estão cheios de pesadas contradições que lhe empanam o brilho da discussão viva. Querendo precisar o que era a República da Guiné ele se perde em um emaranhado de discussões estereis sobre regimes e formas republicanas, como diz, criticando as repúblicas burguesas e os regimes capitalistas e tentando salientar o significado das "Républiques socialistes fondées sur la dictature du prolétariat",⁴⁴ mas sem deixar de lembrar que, entre umas e outras, há "formes de gouvernement aux aspects démocratiques et dont la particularité est d'évoluer harmonieusement".⁴⁵ Possivelmente neste caso, segundo ele, se encontraria a Guiné.

Achando que qualquer tentativa de personalização de um regime era uma traição contra o partido, ele imprime, porém, a sua forte personalidade ao P.D.G. e não impede que se faça o culto da personalidade, afinal intensíssimo e notado com desagrado por um conhecido estudioso das coisas africanas, Lloyd Garrison em longo artigo crítico, aparecido em 1967, "Sékou Touré: Africa's top Nationalist - Or Africa's Prima Donna?"⁴⁶ que teve grande repercussão pois se tratava de um estudioso imparcial e que pretendia mostrar as contradições do pensamento político desse que era encarado por todos como um grande libertador negro e que tinha tantos seguidores, dentro e fora da África Negra.

O seu regime era fruto de seus esforços e não subsistiu com a sua morte em 27 de março de 1984. Não deixara herdeiros políticos e o primeiro-ministro, Lansana Beavogui, que, ocupando interinamente a presidência, convocou eleições gerais, não teve forças para manter a máquina que Sékou Touré por tantos anos, desde 1958, guiara. Velhas questões tribais sopitadas e divergência entre políticos ansiosos por uma alteração do regime estagnado, levaram ao coup d'Etat liderado pelo Coronel Lansana Conté. A situação econômica era desastrosa e o modelo socialista de Sékou Touré fora causador não apenas da estagnação política, como de uma economia caótica e de alta corrupção administrativa. O país estava mais ou menos isolado e os burocratas do regime decaído responsáveis por esse isolamento nocivo para os interesses da república.

Já sob nova orientação, tendo sido aberta ao capital privado e ao investimento estrangeiro, a Guiné recobra-se aos poucos.

Sékou Touré, não obstante as suas falhas, que foram muitas, foi um momento muito importante na história recente da descolonização em África e deu um impulso considerável para a libertação dos povos negros e como tal deve ser lembrado.

2.8. Surgem os líderes e um novo pensamento político:algumas outras figuras representativas - final.

47

Garrison, no seu artigo citado, termina-o com algumas palavras pessimistas a respeito dos novos líderes africanos, depois de analisar o pensamento político de Sékou Toure e a queda de Nkrumah, perguntando-se até quando será possível embair-se um povo com palavras vazias, com o discurso vazio de muitos líderes que parecem mais interessados em esgrimir uma oratória flamejante, que os engrandece aos próprios olhos, esquecendo-se de que, além disso, existem coisas bem mais importantes.

A oratória retumbante parece ter sido nota constante entre a maioria dos líderes e defensores da independência africana. Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Sékou Touré, todos já falecidos; Ahmadou Ahidjo, Senghor, apeados do poder espontaneamente, fato raro em África; Banda, Houphouët-Boigny e Kaunda, ainda à frente de seus Estados; Lumumba, Tafawa Balewa, Tombalbaye, assassinados, eram todos eles bons oradores mais ou menos incendiários e, em parte poder-se-ia dizer que conseguiram vencer seus adversários por esse dom que tanto impressiona os africanos, sensíveis ao discurso do bom orador. Alguns eram mais cerebrais e intelectualizados como Senghor, Kayibanda, Nyerere, Tafawa Balewa, especialmente os dois primeiros, talvez os mais cultos governantes que tem havido em África nas últimas décadas. Outros houve que nem chegaram a fudir por inteiro do poder, como Lumumba, assassinado, e Boganda, que morreu de acidente. Outros, como o Abade Fulbert Youlou, chegou a usar de sua oratória brilhante e incendiária, justamente para incendiar o país, lançando tribos contra tribos, em perigosa trama para perpetuar-se no poder.

Todos ou quase todos usavam como bandeira de luta o ódio do colonizador europeu, sobre cujos ombros lançavam, por vezes de modo cego e injusto, todos os males que aconteciam em África. Entretanto, todos eles eram educados em universidades londrinas, escocesas, parisienses, belgas e americanas, falavam e escreviam muito bem as línguas dos colonizadores e usavam da própria cultura requintada dos metropolitanos. Na hora que atacavam os impérios coloniais, eles o faziam em francês e inglês na maioria dos casos. Com exceção de Kayibanda, Sékou Touré, Ahidjo e uns poucos mais, quase todos os líderes africanos tinham estudos formais, haviam completado estudos universitários com muito aproveitamento e eram bacharéis, licenciados ou doutores.

E nesse contexto precisam ser compreendidos.

Em nossa monografia Problemas, Caminhos e Perspectivas da Descolonização em África - Um capítulo por escrever⁴⁸, tivemos oportunidade de estudar, embora rapidamente, algumas das mais significativas personalidades da descolonização africana e frisamos que, mal compreendidos fora do lugar onde lutavam pela vitória de um ideal, eles eram bem mais cultos e alguns até mais moderados que muitos dos líderes dos países da América hispânica, por exemplo. Mas havia, como dissemos antes, em outra parte deste capítulo, os exaltados que tudo queriam conseguir a ferro e a fogo.

Kenyatta, Banda e Nyerere evoluíram de uma exaltação anticolonialista para uma sábia convivência com os europeus depois que chegaram à independência.

Os territórios sob bandeira francesa acederam primeiro à independência e tiveram alguns líderes que, mais tarde, governariam por longo tempo os novos Estados como Senghor do Senegal, Ahidjo dos Camarões, Tombalbaye do Tchad e Houphouët-Boigny da Costa do Marfim, este ainda à testa da república e o mais velho dos remanescentes líderes da África Negra. Nenhum dos citados pode ser incluído entre os exaltados e os extremistas, bem pelo contrário, o político ebúrneo tem sido visto pelos estudiosos como um dos que mais preso se sentiria com relação à antiga metrópole, assim como Senghor que considerado autêntico citoyen du monde, escritor de nomeada e a maior figura viva das letras africanas, adotaria durante a sua longa gestão, uma postura conservadora e de perfeita integração com os franceses.

Mas vejamos, em breves pinceladas, a trajetória de alguns desses líderes e o seu significado para a libertação dos territórios sob domínio europeu.

Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim. Era o homem-forte do Rassemblement Démocratique Africain, um partido de estrutura pan-africanista que lutava pela libertação africana de um tutela odiosa, o imperalismo, como disse, em Bamako, o líder. Pretendia sobretudo a aplicação leal dos princípios constitucionais com respeito aos territórios e desejava que essa independência viesse em ordem e pudesse formar uma estreita união alfandegária com a França. No início, houve algumas agitações que redundaram em prisões em massa e assassinatos de líderes e militantes, e Houphouët-Boigny viu que seria inteligente seguir o caminho do realismo e da colaboração. E a sua secção marfiniana, o Parti Démocratique de Côte d'Ivoire, passa a defender uma acessão à independência sem rompimento ou desgaste das estruturas administrativas e econômicas do país, sem atritos com os antigos dominadores, sem ofensa ou abolição às "chefferies" tradicionais a fim de que estas pudessem livremente participar da ação do partido em formação. Era uma postura muito conservadora que desgostou a alguns membros do R.D.A. e logo contou com a hostilidade de radicais como Sékou Touré e que era muito mal visto pelo pan-africanista maior, Kwame Nkrumah.

Contudo, Houphouët-Boigny levou avante os seus propósitos.

Talvez por ser lui-même um chefe tribal não se lançou às cegas contra as chefferies da Costa do Marfim, mas as aceitou e as protegeu. Aliás, comentam os estudiosos que ele governaria a república mais ou menos ao estilo do antigo chefe: autoritário, sozinho, sem querer repartir o poder apoiando-se, inicialmente, em colaboradores estreitamente ligados aos seus primeiros tempos de atividades políticas do P.D.A. e de campanhas pela independência, e mais tarde apoiando-se firmemente no partido único, em que acredita.

O seu governo - por muito tempo ele ocupou a chefia do Estado e a do governo - foi acusado de ser mais autoritário do que muitos regimes militares surgidos em África na mesma época, assim como de pender excessivamente para o bloco ocidental e, de certo modo, incentivar, uma política neocolonialista. Guy de Lusignan, que lhe estudou o pensamento político, chega a ver no personalismo a causa maior do seu isolacionismo e de tantas tentativas de magnicídio e deposição, logo abortados e punidos com rigor, sem que isso freasse a expansão econômica, que faz da Costa do Marfim um dos Estados mais prósperos e com melhor índice de vida dentre os territórios outrora sob administração francesa e comenta que

"Ces antagonismes vont créer des difficultés au pouvoir. Mais l'expansion économique et la popularité - particulièrement en brousse où le P.D.C.I. a bien pénétré - de Félix Houphouët-Boigny sauront les surmonter. Il n'y a pas eu d'effondrement du régime. Il y a seulement eu plusieurs complots avortés. Houphouët-Boigny a vu toute sa vieille garde, ses premiers compagnons, le lâcher, l'attaquer clandestinement pour sa politique autoritaire, antisociale, trop pro-occidentale, néo-colonialiste, antidémocratique; par jalousie aussi, par envie de prendre sa place et peut-être de suivre ses traces" - in op. cit. p. 143.

Ele se cerca de financistas, de altos funcionários do antigo regime e se detém sobretudo nas questões econômicas. Esquece-se um tanto da questão da unidade africana, que passa a um segundo plano nas suas preocupações, mas não deixa de manter excelentes relações com os países vizinhos, sempre que possível. Quando os estudantes se manifestam ruidosamente contra a sua política, ele os faz prender sumariamente e decide unir todos os sindicatos do país em um sindicato central. Limita o direito de greve e dirige o regime cada vez mais para o da "libre entreprise prônée par le gouvernement, favorisant le secteur privé, garantissant l'afflux et les transferts de capitaux étrangers", comenta ainda Guy de Lusignan.⁴⁹

Algumas vezes ele age com excessivo rigor, tanto quanto Sékou Touré na Guiné e Nkrumah em Ghana. E houve momentos dramáticos nos seus quase trinta anos como governante como o suicídio do presidente da Corte Suprema

acusado de ter-se metido em um complô para derrubá-lo ou quando agiu impiedoso contra o Amon Ndooffu III, rei do pequeno principado da Assínia, de mais ou menos 8.000kms² e 45.000 súditos, que pretendia separar-se da Costa do Marfim e seguir seu futuro como Estado independente amparando-se para isso na existência de velhos documentos diplomáticos que datavam de 1687 e 1843, e, sobretudo, do grande anseio de seu povo em tornar-se uma espécie de Liechtenstein da África. Houphouët-Boigny fez encarcerar o soberano que tinha, ademais, o apoio de Kwame Nkrumah que animava mesmo a criação de um governo provisório no exílio do reino do Sanvi.

Se defendeu inicialmente o pan-africanismo, o Presidente, depois, preferiu os caminhos menos amplos da política doméstica, na qual, igualmente, evitou os exageros do nacionalismo. Ele, por sinal, como outros grandes líderes africanos, passou por uma fase de perplexidade, sem saber muito bem para que lado voltar-se, como escrevemos em longo ensaio publicado em meados de 1971, "O Presidente Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim",⁵⁰ quando os assuntos africanos estavam na ordem do dia, e chegamos mesmo a anotar que "o mais estranho é que esse líder símbolo da unidade nacional, foi dos mais recalcitrantes em aceitar a liberdade política para a sua terra, numa época em que os líderes das diversas colônias sob domínio francês ou inglês, desejavam a rápida caminhada para a independência".⁵¹

O seu ideal de uma confederação, com o passar do tempo, arrefeceu. Quem sabe, ele sonhava com uma grande comunidade de Estados e que fosse uma réplica francesa da Comunidade Britânica, em que ele brilharia decerto como um dos seus mentores e dirigentes.

Mas a rebeldia dos líderes mais jovens e dos mais exaltados, fez com que fracassasse o seu sonho, como aliás, fracassou o de Léopold Sédar Senghor de reviver uma grande federação de Estados, como fracassaria o sonho ambicioso de Boganda, de criar, também, uma federação de Estados da África Central e que morreu com ele.

O seu exemplo, porém, serviu de estímulo para outros campeões da liberdade negra que, como ele, acharam que valia a pena lançar-se à frente de um país recém-independente, muitas vezes partindo de uma fraquíssima infra-estrutura econômica e administrativa, da quase absoluta carência de uma elite política, do bom funcionamento dos partidos políticos e de um pouco de confiança no futuro.

Com o tempo, Houphouët-Boigny, ao lado de Ahmadou Ahiidjo e Sédar Senghor foi considerado, no bloco dos líderes de expressão francesa, um dos sages, cuja palavra era acatada nos encontros internacionais, ainda que, em seus próprios países ou no contexto africano, fossem, algumas vezes, encarados como muito pró-antiga metrópole. Por sinal, o General De Gaulle, referindo-se ao presidente ebúrneo, chamou-o, certa ocasião, de o mais francês dos africanos, o que pode soar como um elogio, mas ser também uma ironia, querendo com isto significar que ele se afrancesara tanto que se esquecera da sua africanidade. E, aos olhos dos exaltados, isso não era bom.

Hastings Kamuzu Banda, do Malávi. Começou, como os outros, campando de pan-africanista, para, mais tarde, dedicar-se à obra de implementação do novo Estado que ajudara a criar e a tornar independente.

Nascido em 1906, Banda trabalhou por oito anos em uma mina do Rand, na África do Sul, onde servia de intérprete entre os seus companheiros, passando as noites a estudar. Tenaz, de férrea determinação, juntando algum dinheiro partiu para os Estados Unidos onde estudou em diversas universidades, mas foi concluir os estudos de medicina em Edinburgo. Clinicou em Liverpool e North Shields, passando depois para o bairro londrino de Kilburn, onde ficaria por muito tempo.

Fluente em duas ou mais línguas africanas, excelente orador em inglês, ele é um raro exemplo de líder de um povo que o foi à distância. Por longos quarenta anos viveu distante de sua pátria e foi do contacto com o Dr. Nkrumah, em Londres, que passou a interessar-se pela política e a defender a independência da África ao criar o Nyassaland African National Congress, nos moldes sempre do carismático Nkrumah, o homem que despertava vocação política e desejos nacionalistas mesmo nos mais indiferentes.

Para ficar mais perto de sua pátria, estabelece-se, em 1955, como médico em Ghana.

Passa, de modo assombroso, a interferir na vida política niassalandesa, manifestando-se, inclusive, contra a formação da Federação da África Central, um ambicioso projeto dos colonialistas para salvar as colônias e, como diziam tornar-se viável em um futuro próximo e que incluía homens de grande visão como Sr John Moffat, Sir Godfrey Huggins e Garfield Todd, entre outros, com a intensa participação de outro branco, nascido em África, Sir Roy Welensky, que foi primeiro-ministro da Federação e a sustentava com pulsos de ferro. Attilio e Ellen Gatti, no seu livro tantas vezes citado, A África de Hoje, chamam o Dr. Banda de "homem lendário, de mistério e de êxitos felizes".⁵² E ele o foi sempre, sabendo usar disso de maneira altamente inteligente, que impressionava não apenas as massas africanas mas experimentados líderes coloniais. Banda, muito astuto, mostrava aos seus compatriotas os perigosos caminhos de uma federação que seria mantida por brancos, mesmo que participassem políticos negros nos ministérios federais e nacionais, porque havia, do outro lado a ameaça do regime de Pretória, a maior potência econômica da África e a sua política de apartheid, mas se contradizia fortemente porque, sendo contrário àquela delicada federação, que poderia robustecer-se com o passar dos anos, ele se voltava contra aquilo que dizia defender, o pan-africanismo e uma federação regional era, já, o primeiro passo em uma linha pan-africanista que, ao mesmo tempo, na costa, estava a ser esboçada pelo Dr. Nkrumah e que já estava nos planos, bem mais acima, em pleno coração africano, pelo incansável Barthélémy Boganda.

E o mais pasmoso, fazia tudo isso sem pisar em território da sua nativa Niassalândia, o que somente acontece em 1958 quando, ao desembarcar,

recebido entusiasticamente por milhares de admiradores, comparando-se ao legislador hebreu, soltou o seu célebre grito de liberdade, que reboaria por toda a África:

- Kwaca! Sou como um novo Moisés que volta para o seu povo!

Kwaca!

Jogou o povo contra os coloniais com uma veemência que assustou as autoridades britânicas, sendo logo após encarcerado. Aumentava, com isso, o seu prestígio.

Valia-se da fé pan-africanista, como Nyerere, como Kenyatta e como Nkrumah. Prometia uma campanha pacífica e sem agitações, mas não hesitava em lançar as massas contra as autoridades. Se imitava o Dr. Nkrumah, fazendo-se encarar como um novo messias, se advogava um programa de reagrupamento territorial, como Nyerere, se falava em colaboração com os europeus - ou como preferia dizer, com os brancos -, não observava, porém, a mesma sinceridade: nem era regionalista, nem pan-africanista, nem queria então partilhar nada com os europeus. Era um demagogo, acusa-o Philippe Decraene⁵³.

Bom discípulo de Nkrumah, ele usava até mesmo da candura dos africanos com relação aos movimentos messiânicos e à sua mística, para atingir seus alvos. Apela para tudo, para "os recursos da mística africana, e até para os da mística protestante, que conhece perfeitamente", comenta Decraene.⁵⁴

Pequenino, franzino, um rosto sério e impassível, usando de frases de estouro, gostava de gritar o seu slogan - Kwaca, que quer dizer "aurora", ou seja, o começa da liberdade! -, sempre que conseguia ajuntar algum grupo e enlouquecia as multidões, fossem as da sua tribo xewa, ou quaisquer outras e se aproveitava da inflamabilidade do africano não educado.

Mais tarde, quando se torna o dirigente do país, que batiza como República do Malávi, ele passa a adotar uma política em extremo oposta à dos primeiros dias, em que a moderação no confronto com os europeus desaparece para dar lugar à convivência frutífera e proveitosa. Aliás, nesse sentido, ele seria caso único em África pois foi o único governante negro que manteve, desde o início, excelentes relações com a África do Sul, com a qual o seu país estabeleceu relações diplomáticas.

Lembranças de sua adolescência em terras da África do Sul, onde juntou dinheiro para estudar fora, ou frio pragmatismo e astúcia? Milhares de malavianos trabalham nas minas de ouro daquele país e enviam para seus familiares boa parte de seu salário. Afora isso, o turismo sul-africano no Malávi é muito intenso e deixa milhões de rands todos os anos, além da ajuda em remédio e médicos que os boeres dão.

Não resta dúvidas que, ficando do lado de um regime praticamente isolado, o Dr. Banda, que seria proclamado President for Life, sujeitou-se igualmente à hostilidade de seus vizinhos e de outros países negros. Mas, em um gesto de muita coragem e independência e que mostrava ao mesmo tempo o quanto ele estava seguro no Poder, aceitou o desafio. E venceu.

Serviu de inspiração para líderes mais novos, se bem que, temos de confessá-lo, a sua independência vis-à-vis a África do Sul e a sua política internacional, como escrevemos em outra parte ⁵⁵, não tiveram imitadores. Apenas o Imperador Jean-Bedel Bokassa, da África Central, em seu efêmero reinado, parecia disposto a aceitar uma aproximação com a África do Sul sem falar do Dr. Tolbert Jr., da Libéria, que pagou caro a sua coragem.

É, porém, um dos raros remascentes daqueles dias, já muito velho e enfermo, presidente perpétuo e praticamente sem herdeiros, o que poderá desencadear uma tremenda luta pelo poder após a sua morte.

Mais antigo do que Hastings Kamuzu Banda e igualmente famoso em África é o Mzee Jomo Kenyatta, ⁵⁶ um homem de muitas vidas e uma figura discutida além fronteiras, que, como os precedentes, se intitulava pan-africanista, seguindo uma trajetória que se parece com a de Banda.

Foi, também ele, um extremista que evoluiu para a moderada convivência com outros povos, conseguindo fazer com que o seu país, o Quênia, se tornasse um dos mais estáveis da África Negra e dos mais prósperos dentre os que outrora pertenceram ao finado Império Britânico.

Violento e até mesmo brutal, Kenyatta saiu, curiosamente, de entre os acadêmicos, como Nkrumah: antropólogo e sociólogo, ele escreveu um livro que ganharia nomeada e passaria a modelo entre os do gênero, Facing Mount Kenya ⁵⁷, que mereceu a honra de um introdução de B. Malinowski, o renomado papa da antropologia européia e figura de proa dos meios acadêmicos britânicos.

Em idade, era talvez o mais velho dos campeões da liberdade em África, pois nascera possivelmente em 1891, filho de um fazendeiro e pastor e neto de um feiticiero no coração do país kikuyu, a mais populosa e bem situada das tribos quenianas. Alguns africanistas, entre eles Decraene ⁵⁸, consideram-no como o mais antigo dos pan-africanistas que lutaram pela independência da África de hoje. É ele quem se uniu a Nkrumah para se lançarem, com os outros, à luta pela libertação africana.

Personalidade forte e marcante, tendo tido as suas simpatias comunistas, uma vez na direção de seu país, ele soube dar uma orientação que se parece muito à de seu colega ebúrneo, Houphouët-Boigny, abrindo as portas ao investimento estrangeiro e dando de início segurança de que não haveria nacionalizações, o fantasma que assusta a todos os investidores europeus ou americanos em África.

Grande orador, incendiário (não é em vão que se fez chamar de Jomo, dardo cintilante, em substituição ao seu primitivo nome Kamau Wa Ngunji), a história da descolonização o acusou como inspirador do grupo rebelde dos Mau-mau, que ensanguentou as terras do Quênia, em uma campanha de terrorismo, violência e pavor e foi por isso condenado a sete anos de trabalhos forçados, após demoradíssimo julgamento que levou 58 dias, em 1953. Ele sempre negou a sua participação e nunca se saberá ao certo. A verdade, porém, é que pa

ra sempre o seu nome estará ligado ao movimento. Teria aquele homem de refinada cultura, casado com uma inglesa de quem mais tarde se separaria, quando passa a defender ardentemente o nacionalismo queniano contra a presença inglesa, autor de muitos folhetos e opúsculos de antropologia e de um livro mundialmente famoso, capaz de sugerir e incentivar toda sorte de violência que não poupava sequer os nativos cujo único crime era serem criados em casa de europeus? Um dia após ter sido libertado, em 1961, recebido em Nairobi, a capital, delirantemente, ele afirmou que "a árvore da liberdade tem muita vez de ser aguada com sangue", o que aos olhos dos seus inimigos equivaleria a uma confissão atrasada.

Fundou um partido fortíssimo, o Kenya African Union, com o que dirigiu o país, afastando da cena política o jovem e talentoso Tom Mboya, visto por muitos como uma das jovens esperanças da África Negra, que morreria assassinado e não perdia oportunidade de denunciar o colonialismo como a chaga do século XX. A sua permanência nas terras da Europa, o seu longo aprendizado com professores europeus, o seu casamento com uma inglesa, a sua formação acadêmica britânica, nada disso foi bastante para "ocidentalizá-lo", diz Decraene e ele continuou para sempre um duro lutador kikuyu que todos esperavam morresse assassinado, mas morreu moderado e depois de longa enfermidade. E nos últimos anos, gostava de apresentar-se ao seu povo como um velho pai e era chamado por todos de Mzee, palavra que, em KiSwahili, quer dizer Velho. A figura adusta, o homem dos repentes cortantes, do sarcasmo que ia fundo (foi ele quem, referindo-se ao labor missionário escocês e europeu em geral em África, costumava dizer que os pastores e ministros religiosos haviam ensinado aos africanos a rezar com olhos fechados e cabeça baixa, mas que quando abriam os olhos, os europeus tinham-lhes levado a terra e eles ficaram com a bíblia na mão), dera lugar ao político aberto ao diálogo e que recebia bem os investimentos estrangeiros, além de proclamar a sua fé nas soluções diplomáticas para os delicados problemas que haviam sobrado da partilha colonial em África, como a pequena parte queniana habitada por tribos somalis que a Somália reclamava como sua parte integrante.

E a sua fé pan-africanista?

Até o seu fim, Jomo Kenyatta falou em muitos de seus discursos de uma maior unidade africana, em que todos os países do Continente se dessem as mãos. Mas essa era já uma proposta vaga, sem o ardor com que a defendera nos dias de íntima colaboração com o Osagyefo de Ghana. Agora, ele via no aperfeiçoamento do que se chamaria Kenya African National Union, o único partido legal do país, a maneira de bem dirigir o Quênia. Preocupou-se com a educação, que recebia 40 % do orçamento da união, dotou o Estado de uma língua nacional, o KiSwahili, que, ao lado do inglês, era também língua oficial, manteve o sistema tradicional de tribos principados, ao mesmo tempo em que procurava fazer com que os quenianos se sentissem, em primeiro lugar, nacionais de um novo Estado, o Quênia, e em segundo filhos de suas tribos, apesar de muitos o terem acusado de promover o tribalismo e privilegiar a sua nação kikuyu em detrimento das outras.

Muitos historiadores de nomeada do presente, mesmo o responsável e sereno Ki-Zerbo, negam na participação de Jomo Kenyatta no processo de independência do Quênia o apelo à violência e à turbulência. Ki-Zerbo vai ainda mais longe no perfil entusiasta que dele nos deixa no seu livro arquifamoso, aqui tantas vezes citado. Chega mesmo a escrever que

"En face de Jomo Kenyatta, on a l'impression de se trouver devant une force de la nature: haute stature, visage comme sculpté dans l'ébène et animé par deux gros yeux vifs, des mains géantes, faites pour malaxer une grande entreprise. Très attaché à la tradition, arborant une queue de bête et le bonnet kikouyou, il pratique pour tant avec distinction l'étiquette occidentale. Sa grosse voix calme, qui coule comme une source sur du gravier, évoque une grande sérénité doublée d'une détermination inébranlable. Le gouvernement britannique de l'époque n'avait pas su distinguer dans cet homme avide d'exprimer sa personnalité l'atout politique essentiel. Jomo Kenyatta, qui en tant qu'instituteur avait déjà fondé une association d'éducateurs, devint très vite le président de l'Union africaine du Kenya. Le programme de ce parti n'avait rien d'incendiaire. Il demandait l'accroissement de la représentation africaine au Conseil législatif, en vue de passer de quatre à douze le nombre des Africains, l'égalité exécutif, l'abolition des entraves aux libertés démocratiques d'expression et de réunion, le développement de l'éducation pour les Africains, l'appui aux syndicats, etc. Dans le même temps, il fustigeait l'apathie de ses propres compatriotes, à propos de la corruption des fonctionnaires, de la lenteur des paysans à saisir les occasions de progrès. Bref, Jomo Kenyatta était un moderniste et un patriote, mais qui n'hésitait pas à introduire dans l'animation des militants de son parti, des éléments traditionnels comme l'utilisation des classes d'âge" - Histoire de l'Afrique Noire, ed. cit. p. 527/528.

Como se vê, uma defesa apaixonada e ardente por quem tem paupado a sua vida acadêmica e as suas pesquisas eruditas por uma grande serenidade na apreciação de fatos, documentos e momentos históricos.

Nem sempre as opiniões sobre Kenyatta são tão entusiásticas e generosas. Kenneth Bradley, por exemplo, um bom conhecedor dos assuntos da Comunidade Britânica de Nações e expert em assuntos africanos, no seu ensaio "Towards Self-Government"⁵⁸, insiste em considerá-lo como o "former leader of the Mau Mau movement"⁵⁹ e ao estudar as conversações que levaram à independência do Quênia, não entra em maiores detalhes. Para ele era um fato consumado que Jomo Kenyatta participara dos sangrentos movimentos que apavoraram a África e lhe deram, então, triste celebridade. Ellen e Attilio Gatti no seu livro, ao estudarem a situação queniana, mostram indisfarçáveis simpatias pelo opositor de Kenyatta, o "bem apessoado, muito bem educado, robusto, e esplêndido orador político"⁶⁰ Tom Mboya, pelo receio de que Jomo Kenyatta, com a independência, desse um banho de sangue no país, em vindita.

Fossem quais fossem as opiniões, as ruins previsões não se verificaram e o líder vestiu a capa de um político moderado, de um bom administrador com visão de estadista, serviu de modelo para muitos jovens líderes e morreu deixando um Estado organizado, sem problemas sucessórios, sem luta pelo poder e que ainda hoje segue, em boa parte, a diretriz que ele traçou.

Foi importante a sua contribuição para uma conscientização do problema político e da independência dos territórios em África. Não se pode criticar assim às pressas os seus métodos brutais: eles eram mais ou menos os de grande parte dos líderes negros, cansados da opressão dos europeus, de uma estrutura política que os mantinham jungidos às metrópoles, só que nem todos partiram para uma confrontação direta como Jomo Kenyatta. O mais importante, e que deve pesar na avaliação de sua obra, é que evoluiu para uma postura moderada e de convivência fácil com os antigos dominadores e com todos os segmentos da população. Aliás, esse reencontro seria quase que geral, com raras exceções, como a de Lumumba, que morreu abominando os europeus e assim mesmo porque não teve tempo de assegurar-se do poder, sendo assassinado em um clima de profundos ódios tribais, de congestão nacional e de passionalismo que por pouco não deixa o Congo fragmentado em vários Estados mais ou menos hostis entre si; ou ainda o caso do Marechal Okello, que prometia com o seu fanatismo varrer toda influência "ocidental" em Zanzibar e sendo muito mais duro com os inimigos do que jamais o haviam sido os seus predecessores, como ele mesmo se gabava, mas foi logo afastado do poder. Mais tarde, em uma outra geração de líderes, quando a África Negra estava independente, apareceriam na cena Africana alguns governantes xenófobos, cuja violência e perseguição contra os europeus e outras minorias, estarreceria o mundo, como foi o caso de Idi Amin Dada, Macías Nguema e Menghistu Hailé Mariam.

Jomo Kenyatta fez-se respeitar dos seus colegas e evitou, de maneira prudente, confrontos armados com seus vizinhos, como os somalianos e os etíopes. Não era em vão que gostava de ser chamado sempre de Mzee, o Velho, que, na língua KiSwahili, também tem uma conotação de sabedoria e prudência.

Dentre outros nomes que se destacam na constelação de grandes nomes de lutadores por uma nova África, aparece, a brilhar, o de Léopold Sédar Senghor, do Senegal e uma das figuras mais ilustres da África neste século. De família aparentada aos reis de Sine, que ele canta em muitos poemas, Senghor é, antes de tudo, um erudito e um humanista que se vestiu de político e, nesta veste, se deu muito bem. É o que se pode chamar de um vencedor completo: respeitado como intelectual de grande nomeada, poeta de altíssimo voo, filósofo político, humanista acatado e governante bem sucedido que, por mais de vinte anos, liderou o seu país renunciando à presidência espontaneamente por considerar-se muito velho e para que outros tivessem a oportunidade de comandar o Estado que ele ajudara a criar. Em África, nos tempos recentes, apenas três governantes renunciaram de modo espontâneo ao poder: Ahmadou Ahidjo, dos Camarões; Nyerere, de Tanzânia e Senghor. Este preparou cuidadosamente a sua sucessão para que o país não enfrentasse comoções intestinas tão comuns na luta cega pelo poder como tem havido em outros países em África e fora dela.

Esse finíssimo intelectual, que pregava um socialismo africano para o continente recém-liberto, partira, também, do pan-africanismo, em que, aliás, nunca descreu.

Tinha com Nkrumah este ponto de encontro, que fia aí, porém. O ganense era um líder agressivo, que gostava de chamar a atenção do mundo para si e que queria reformar esse mundo. Senghor, dotado de um grande espiritualismo como escreve Decraene, pregava o socialismo africano e o pan-africanismo como saídas para muitos problemas herdados do colonialismo, mas não pretendia uma "implantação" das suas idéias como Nkrumah. Escreveu muito, dezenas de artigos e bons livros, entre os quais o mais famoso é, sem favor, Nation et Voie Africaine du Socialisme⁶¹ (que iria exercer grande influência sobre o pensamento político africano atual), tornou-se uma figura mundialmente respeitada, foi visto como um dos sages da África Negra, um governante que abominava a violência e a perseguição política apesar de, algumas vezes, ter tido de agir com muita severidade contra adversários e opositores do regime, mas em nenhum momento pregou a subversão de um status quo pela força das armas, nem defendeu a imposição de uma filosofia política ou uma ideologia partidária erga omnes. Queria que as suas idéias fossem discutidas e estudadas e, se se mostrassem boas, que fossem aceites e seguidas, o que tirou do estudioso Decraene expressões de muita admiração ao analisar os arquitetos do pan-africanismo, a ponto de ele chamar à "négritude" do Presidente Senghor de a "expressão literária do pan-africanismo",⁶² movimento que "ilumina as noções de independência e pan-africanismo".⁶³

Em nossas pesquisas sobre a África Negra, por sinal, jamais encontramos pesquisador que se não deixasse fascinar das idéias político-filosóficas do Presidente Senghor, o que soube casar harmoniosamente filosofia política, pan-africanismo, humanismo e elevada concepção estética da vida no seu pensamento lúcido. Estamos diante de um homem superior ao seu tempo e aos seus contemporâneos como o inditoso Kayibanda, de Ruanda, dois exemplos fortes em África.

A "négritude", que tentaremos explicar ao tratarmos dos caminhos adotados pelo líderes africanos, fez de Senghor uma espécie de novo profeta que dizia, com palavras novas, um sentimento latente na alma dos africanos através dos anos. Houve, é certo, os que combateram o movimento como excessivamente cerebral e contemporizador. Para os radicais, a "négritude" era apenas mais um movimento que nos chegava da Europa isto porque Senghor, que jamais perdera as suas raízes africanas e a elas se apegava com muita nostalgia, era um perfeito aristocrata europeu, um homem educado nas melhores escolas francesas e que privava com as maiores personalidades francesas do mundo político e intelectual, amigo íntimo de Presidente Pompidou, circulando facilmente pelos salões da nobreza decadente mas extremamente requintada, usando um francês primoroso e algumas vezes sofisticado, ouvido com admiração pelos seus amigos parisienses, pintando em seus poemas um mundo refinado, com marquesas e condessas que ele, efetivamente conhecia e privava, que viviam no mesmo círculo social em que ele caminhava à aisance, tudo isso fez com que radicais considerassem o seu pensamento com relação à África Negra, muito europeu, o que não é verdade, como veremos ao entrarmos na discussão dos fundamentos da "négritude" em um capítulo próximo.

Esse procedimento estava, pourtant, consistente com aquilo que ele pregava, ou seja o aproveitamento dos valores europeus para um melhora-mento da situação africana, sem desprezar as qualidades intrínsecas dos africanos e sua cultura.

O mais curioso de tudo é que homens de grande sensibilidade e cultura como Presidente Kayibanda, de Ruanda, parece não terem compreendido na sua extensão o que fosse o movimento pregado por Senghor.

E o seu socialismo? O que era afinal o socialismo africano que ele defendia como saída para a economia africana e a sobrevivência de um Estado africano nos dias de descolonização?

Para muitos, parece também uma contradição do Presidente que, durante o seu longo período como governante do Senegal, abriu as portas da economia senegalesa ao investimento estrangeiro, especialmente francês, seguiu uma política de livre empresa e se manteve conservadoramente ao lado de Houphouët-Boigny e outros líderes moderados, jamais se afastou da França e recebeu no seu país dezenas de antigos funcionários franceses, de professores universitários, de intelectuais aos quais encantava, de homens de negócios, de empresários e investidores fugidos das ameaças de nacionalizações em outros países do Continente. O que queria o Presidente dizer quando defendia um socialismo africanizado, ou, como ele mesmo escrevia, uma "voie africaine du socialisme"?

Em um delicado e finíssimo bordado de idéias e palavras, o Presidente sobrepunha às tendências políticas de uma época o respeito ao homem, o humanismo acima do Estado, fosse ele qual fosse, e forja então o conceito de que "o socialismo é um humanismo".

Dai a sua crença de que ele, pregando o socialismo e o adaptando às condições africanas, estava defendendo o humanismo, pedra fundamental de toda filosofia que venha para o homem e pelo homem.

Também é curioso observar como o extremo refinamento cultural de Senghor lhe foi, em alguns momentos, alvo para críticas severas por parte de políticos radicais e dos estudantes senegaleses. Ki-Zerbo, ao estudar a independência do Senegal apenas frisa que Senghor é "aussi un humaniste et un homme de culture de renommée mondiale",⁶⁴ o que todos sabem sobejamente, mas lembra, logo a seguir, a sua inimizade com Mamadou Dia, o segundo do regime e que seria preso por muitos anos ao se voltar contra o Presidente. Por outro lado, ao se traçar um paralelo entre ele e Houphouët-Boigny, este resulta sempre em posição privilegiada por ser mais "africano" que o afrancesado poeta, que teria passado grande parte de sua vida na Europa e que, por isso mesmo, "estaria mais perto dos colonizadores", como dizem vagamente, ou como escreveu Guy de Lusignan "trop proche de l'ancien pouvoir colonial pour savoir résister aux attraites du néo-colonialisme",⁶⁵ assim como, por ser um poeta de grandes voos, o acusam de "n'être qu'un rêveur",⁶⁶ o que é uma tremenda injustiça, pois ele conseguiu ser um excelente governante e deixar um país estável, politicamente evoluído. Não há nada de mal em um estadista com uma visão poética do mundo tentar passar essa visão à sua gente; sem porém deixar de situar-se dentro da realidade política local, dos problemas econômicos e sociais, com os quais convivesse e procurasse solucionar, que foi o que ele fez. Pompidou, em França, na mesma época, era um intelectual de primeira água e nem por isso foi mal governante e os exemplos, se bem que não sejam muitos nem frequentes, existem.

Sendo católico a dirigir um país com imensa maioria muçulmana era, segundo muitos de seus adversários, um "sérieux handicap", para usarmos a expressão de Guy de Lusignan, mas que foi sanado, pois ele esteve sempre em excelentes termos com os líderes muçulmanos do país e soube combinar de modo invejável o seu catolicismo com o islamismo senegalês que fez votar, quando introduziu sérias reformas legais no país, um código que tem muito do Código Civil francês e do Corão, se assim se pode dizer e que contentou a todos.

Mas a sua contribuição maior ao movimento de independência africana reside nos seus ideais de humanismo político, de sã convivência com os coloniais e de crença no pan-africanismo. Ele tentou - e por curto espaço de tempo com êxito - o federalismo, propondo uma união entre o Mali e o Senegal, que depois se romperia e, com isso, uma das poucas propostas de federalismo que poderiam sair vitoriosas pois uniriam dois países que tinham o mesmo sistema educacional baseado na língua francesa e que eram, do ponto de vista da religião, ambos muçulmanos, muito próximos.

No início ele acreditou na pluralidade de partidos, achando que um partido único vinha contra o pensamento de liberdade dos africanos, ao mesmo tempo em que acreditava no não-alinhamento dos países e temia, mais que tudo, a balkanização da África Negra, como costumava dizer, que terminaria por enfraquecê-la e torná-la presa fácil do neocolonialismo.

O seu exemplo seria, pois, importante e duradouro, como veremos ao estudarmos a negritude face ao pan-africanismo.

Muitos outros líderes surgiram nessa época nos territórios sob domínio francês, britânico ou belga, que se devotaram à causa da libertação africana. Alguns ficaram celebrizados pelo fim trágico antes mesmo de poderem realizar a sua obra, como foi o caso de Lumumba, cujo extremismo político não só lançou o seu país na guerra civil, como ameaçou de dividir o Congo em dois ou mais Estados e deu origem a uma das cruentas guerras civis em África, a da secessão de Katanga. O seu assassinio, fruto de rivalidades políticas e étnicas, dar-lhe-ia uma aura de martírio e grandeza que ele, analisado friamente, à luz dos fatos históricos, não chegou a ter, não obstante ter sido um líder dinâmico e que acreditava no futuro africano. Ahmadou Ahidjo, dos Camarões, ficou mais restrito aos limites do seu país que ele governou por mais de vinte anos com muita sabedoria, conseguindo vencer dificuldades que pareciam intransponíveis, mas diferentemente dos anteriores, ele não se envolveu muito nas lutas pan-africanistas e demonstrou, aliás, uma postura bastante diferente das dos demais mesmo na questão interna, pois quando os Camarões se tornaram independentes, foi sob forma de uma república federal, que ele, mais tarde, transformou em unitária. Veio mais tarde Kaunda, de Zâmbia, um humanista na linha de Senghor, bom letrado, autor de vários livros, muito respeitado em África e no Terceiro Mundo. Em tempos recentes, far-se-ia ouvir como mediador em delicadas questões internacionais envolvendo a África do Sul. Mais conhecido que ele, no contexto africano, é Nyerere, defensor de um socialismo africano, autor de alguns livros políticos e de uma tradução de Shakespeare ao Kiswahili.⁶⁷ Não é um réveur como Senghor, mas temia igualmente a balkanização da África e se manteve firme na luta contra a África do Sul, além de ter apoiado a luta de Obote contra o Marechal Idi Amin. Tombalbaye, do Tchad, desde o início enfrentou a animosidade de boa parte de seus conterrâneos, porque era um sara, um negro sulino e católico a governar um país habitado por muçulmanos e povos arabizados ao norte. Não teve tempo para sobressair como líder africano, mais preocupado com os problemas internos e quando parecia caminhar para uma vitória foi assassinado.⁶⁸ Azikiwe, da Nigéria, disputava com Nkrumah, a liderança política na antiga África britânica. Com Awolowo e o Sardauna de Sokoto, um príncipe hereditário muito poderoso, ele defendia a federação para a Nigéria e acreditava na importância do pan-africanismo, assim como Sir Abubakar Tafawa Balewa, uma das grandes figuras daqueles dias e que chegou a primeiro-ministro da Nigéria, sendo assassinado em um putsch militar de dramático alcance. O Kabaka de Uganda, Mutesa II, que, em dado momento foi visto como um exemplo de lutador contrário ao colonialismo europeu, era uma figura contraditória, dividido entre o conservadorismo de sua posição como herdeiro de um dos mais velhos reinos daquela parte da África Negra e a federalização de Uganda: não sabia se se mantinha como soberano absoluto de Buganda ou como presidente constitucional de Uganda, sendo deposto por Milton Obote sem poder cimentar a sua obra. Kayibanda, dos mais cultos governantes africanos, um humanista de grande descortino, íntegro, sério, enfrentou graves problemas tribais em sua pátria, Ruanda, e não pôde trazer a sua participação à questão africana em geral, mas deixou uma obra sólida e duradoura. Muitos outros surgiram rapidamente e rapidamente desapareceram. A África Negra estava em ebulição. Renascia.

2.9. Não ao domínio europeu: Liberta-se a África Negra.

O exemplo liberiano

Como se viu do capítulo anterior, a dominação da África Negra pelos europeus, foi da ambição política dos Estados mais fortes da Europa a través de seus políticos, missionários, algumas figuras messiânicas e dos homens de negócios. Já a sua libertação, cujos pródromos vimos tentando escrever ao estudarmos alguns dos personagens mais em evidência, se assim se pode dizer, deve muito ao papel de intelectuais doublés de políticos. O assunto merece muita atenção especialmente porque toda a vez que se fala da independência africana há um alto equívoco, que, lamentavelmente, persiste: a da selvaticidade dos seus líderes, e isso devido, em boa parte, à generalização perigosa de fatos excepcionais. Traçar, como alguns têm querido, um paralelo entre a independência da América hispânica e a África Negra parece-nos um tanto arrojado e apressado, pois se por estas bandas do mundo os intelectuais tiveram um bom papel, contaram com a ajuda inestimável de políticos saídos do ancien régime (Venezuela, Colômbia, Peru), mas também dos militares e de gente da alta burguesia (Nicarágua, El Salvador, Guatemala). Em África, por aqueles dias, nem sequer o que se convencionou chamar de alta burguesia negra, como não havia uma elite política que tivesse ampla aceitação entre as massas iletradas e plurilinguais e as altas patentes dos exércitos eram todas leais às metrópoles, ou, pelo menos, quase todas. O sociólogo político que voltar as suas vistas para a questão em África tem um campo dos mais amplos e também dos mais fantásticos.

Os intelectuais tiveram que jouer un rôle em África que os nossos não tiveram no Brasil, por exemplo, já que, um tanto candidamente, se tem querido aproximar a independência brasileira de 1822 à da África Negra a partir da década de 1950.

Há um abismo entre elas! Há um oceano entre a postura de nossas classes dominantes de então e dos homens que fizeram a independência africana. Nós tivemos os nossos sonhadores intelectuais, como na Inconfidência Mineira, um dos mais belos e comovedores capítulos da História da Nação Brasileira, mas tentar uma aproximação entre Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, e um dos grandes intelectuais da África Negra como Senghor, é absolutamente superficial e insustentável. O nosso réveur estava muito mais preso a Portugal pela língua, educação, religião e filiação literária. Culturalmente, ele era um português que se rebelava contra a metrópole e o seu impulso, era o do réveur com os pés pouco firmes no chão. Senghor, culturalmente muito ligado ao refinamento francês, tinha outra língua de raiz, como ele mesmo chama, o Serère, e era filho de um nobre senegalês que tinha as raízes profundamente fincadas na etnia africana. E perdera privilégios. Ganhara uma nova religião. Falara uma nova língua.

A cor da sua pele era outra e, mesmo bem tratado pelos parisienses a quem fascinava com a sua inteligência, ele era o africano que se distinguia, quisesse ou não. Ainda sendo o mais rêveur dos rêveurs dentre os grandes líderes da libertação africana, ele tinha os pés fincados em terra. O requinte francês não lhe fez esquecer os encantos da língua em que bebeu o leite e, no momento em que poeta na língua de Corneille, como costuma dizer, ele dota essa língua de expressões e termos bem profundamente seréres, bem africanos, que não precisam sequer de uma observação para que se note que são estranhos aos franceses da França. Curiosa - mente, ele não convida spinozianamente os intelectuais a rir ou a chorar ou, sobretudo, a compreender, mas a sentir a África Negra. Enquanto em outras partes o entusiasmo político dos intelectuais como que fracassa, em África ele ascende. Sobre ao pragmatismo do campo político real. O intelectual africano, seja ele Senghor e seu ultra-requinte, ou Ahidjo; Banda ou Malávi ou Nyerere o tanzaniano; Lumumba com os seus poemas de sangue e fogo ou o sereno Kaunda, eles sentem o chão instável e violento da África Negra. Desvestem-se da sua roupa de sonhadores e tornam-se pragmáticos. Sabem que não basta bem falar em francês ou inglês, que não basta ter passado por boas universidades, que não é suficiente citar os filósofos políticos ou os clássicos da literatura, pois a hora é de agir. Vemos, então, um homem de primorosa cultura como Jomo Kenyatta, o Mzee, antropólogo, e por isso mesmo na obrigação de melhor conhecer o homem, lançar-se a uma campanha cuja brutalidade chega a chocar mesmo o mais simpatizante dos simpatizantes. Ou, mais estranho ainda, Kayibanda, um dos mais finos intelectuais africanos, homem de uma bondade a toda prova, puro como acaso tem havido poucos no continente, fechar os olhos, em uma omissão dolorosa, às terríveis lutas tribais em sua pátria para, com isso desviar as atenções dos colonizadores para a questão da independência que se preparava nas pausas dos ódios entre os dinásticos e feudais tutsis e os espoliados hutus, ou Senghor, "étoile de l'intelligence africaine," encarcerar seus opositores ou lançar-se com desusada severidade contra os estudantes revoltados do Senegal dos primeiros dias de independência.

Havia uma espécie de destinação do intelectual africano para o desenvolvimento político do Continente Negro.

Em certo ponto distante do povo, muitas vezes pela língua, a religião, os costumes e sobretudo pelo tipo de educação recebida, o intelectual-político da África Negra consegue sobrepassar esses óbices e chega à massa e a eletriza. As raízes negras falam mais alto do que as diferenças sociais e vivenciais. O intelectual negro conhece dois mundos, os dois lados da mesma moeda: o lado da sua gente, o seu próprio lado e o dos metropolitanos, dos colonizadores. Fala a sua língua ou o seu dialeto tribal, mas usa, escorreitamente, na hora de agir, a língua do dominador. Para conquistar o poder, usa de solicitude para com as massas, da mesma maneira com que usa slogans políticos e confusões usados pelos partidos incipientes. Joga com os elementos reais das questões tribais, dos interesses feudais, das aspirações e das hesitações dos povos, como usa da cupidez do colonizador. Ele tem, repetimos, os pés firmemente fincados na terra quente e instável da África...

Seria um erro analisar a libertação da África Negra através de seus grandes líderes e não da ação conjunta dos partidos políticos e do povo, tendo como seus líderes esses homens raros que, em dados momentos, eram o próprio território em questão?

Transportando a situação para outro lugar, como a República Cooperativista da Guiana, que se tornaria independente mais ou menos pela mesma época, em que os partidos políticos fervilhavam, com situação e oposição, com hábeis políticos no bom sentido parlamentarista britânico, partidos de Oposição do Governo de Sua Majestade Britânica respeitados e acatados, a diferença é flagrante e gritante. A África na verdade não tinha nada disso. Os partidos, como o principal de Ghana, o Convention People's Party, seguiam a vontade e o capricho de seus líderes. Nkrumah era o C.P.P., apesar de, reiteradamente, ele dizer o contrário. Eles não tinham a tradição partidária, mas obedeciam e - muito importante isto - gostavam de obedecer a homens fortes, a homens decididos, o que sempre havia acontecido em África, onde os reis, os príncipes, os sobas, os nobres tribais se sentiam como senhores absolutos, de barão e cutelo. Ora, partindo de uma postura dessas, não seria de estranhar que, na luta pela independência, os homens representativos se colocassem acima das agremiações partidárias. E assim foi mais ou menos por toda África Negra. Nos casos em que existiam partidos a funcionar e que tinham como meta a libertação da colônia, a exemplo do Parmehutu, em Ruanda, não se pode esconder que ali a célebre divisa do rei francês de "l'Etat, c'est moi", daria lugar à de "le Parti, c'est moi" por parte de Grégoire Kayibanda, para citarmos um nome, que bem poderia ser o de Kaza Vubu e o Abaco, ou o de Nyerere e o Tanganyika African National Union ou o do Kabaka Mutesa II e o forte e aristocrático Kabaka Yekka e outros. Para onde virasse o líder, para aí seguiria o partido, mais ou menos docilmente.

Claro que uma estreita identificação entre líder político e agremiação político-partidária, viria redundar, mais tarde, como aventa Dmitri Lavroff no seu Os Partidos Políticos da África Negra,⁶⁹ no Estado monopartidário que seria uma constante na história política africana daqueles dias e que, sob certo prisma, parece continuar imutável em muitos Estados ali.

Homens dinâmicos e muito inteligentes, outros bastante ambiciosos sem deixarem de ser idealistas, uns poucos inescrupulosos a ponto de por as suas ambições acima de tudo, faziam a história da nova África e lhe imprimiam o seu selo.

Desde o grito do Kabaka de Buganda contra o governo colonial e exigindo a autonomia do seu reino, até o grito de guerra do Dr. Banda, "Kwaca!", ou o de Nyerere, "Uhuru na Ujamaa!",⁷⁰ todos eles pretendiam sacudir as cadeias que os prendiam à Europa metropolitana e formar novos Estados que fossem governados pelos africanos e que fossem para eles.

Era o não generalizado ao domínio branco, como eles diziam então, com muito rancor. Começava, também, a história de uma nova África.

Quase que todos os líderes porfiavam em adotar uma posição nacional, isto é, queriam que os novos Estados fossem nações, presos ao mito do Estado-nação dos europeus e não como Estados pluri-étnicos e com marcada feição de Estados plurinacionais como é o caso da Nigéria, o Uganda e o Alto Volta, já agora conhecido como Burkina Fasso, para citar três casos especiais. Defendiam à outrance um Estado unitário e uma das raras federações então surgidas, a do Málí, logo se esboroou assim como se esboreou a República Federal dos Camarões para dar lugar a uma República Unida dos Camarões.⁷¹

O que fazia com que homens cultos, lidos, nascidos em países onde as discrepâncias étnicas e nacionais eram grandes, adotassem uma posição bastante diferente de sua vivência?

É muito difícil, agora que boa parte desses líderes morreu ou desapareceu para sempre da cena política, saber-se porque assim agiam, se eux-mêmes se amparavam no tribalismo para manter-se no poder, ou, pelo menos, no seu grupo étnico? Por que?

François Tombalbaye, mais tarde Ngarta Tombalbaye, quando africaniza o seu próprio nome de batismo, como se assim varresse as impressões da presença europeia na cultura do Tchad, governava um país onde persistiam vários sultanatos e lamidatos indígenas, alguns muito antigos e o grande território, habitado por tribos brancas e mouras, árabes ou arabizadas ao norte, e negras ao sul, sabia muito bem que o Tchad era um país multinacional, isto é, composto de pelo menos duas grandes nações, mas jamais aceitou o fato e nunca cedeu às pressões para que se formasse ali um Estado federativo. Queria-o um Estado unitário, altamente centralizado nas mãos do Governo de Fountaamy, mais tarde rebatizado como Ndjamena. Uma república federal ali teria, sem dúvidas, evitado os vinte anos de guerras civis, como a perda de milhares de vidas, isto porque haveria um Tchad árabe, com os seus governadores e ministros regionais e um Tchad negro. Alguns temiam a divisão e fragmentação do poder, outros achavam que poderia existir o perigo de secessão e outros queriam seguir a lição europeia do Estado-nação, mesmo quando juravam abominar tudo o que era europeu.

Como Tombalbaye, outros líderes se manifestaram, desde o início, por uma estrutura estatal unitária e altamente centralizada e das tentativas de federações, que serão estudadas em outra parte, somente persistiu aparentemente vitoriosa, a tanzaniana.

Para uns o federalismo tinha muito a ver com o tribalismo, como foi o caso do Presidente Milton Obote, de Uganda, em sua raiva incontida contra os pequenos e velhos principados que subsistiam na federação ugandense, o que não deixa de ser uma opinião distorcida. Outros, como Sékou Touré, queriam reinar sobre um grande Estado, algo assim que lhes lembrasse os reinos históricos do passado já distante, como a Guiné.

A idéia de império estava presente a fervilhar em todas as cabeças, daí a escolha de nomes pomposos de extintos impérios como Ghana, Mali, Guiné, Congo e outros.

Na Nigéria e no antigo Congo belga mais patente e perigosa foi a situação gerada por essas tendências apontadas acima. Alguns homens realmente fortes e poderosos, mas se amparando para a manutenção desse poder em re-dutos tribais, em suas regiões mais do que em seus partidos em formação e em bem organizados programas governamentais, ameaçaram destruir por completo seus novos Estados, em uma ação dletéria que espantou o mundo. A violência era a palavra de ordem, a anarquia a direção a seguir. Velhos ódios, antigos ressentimentos sopitados, despeitos políticos, inimizades pessoais, incompreensões ideológicas, ambições de grupos, desprezo absoluto pelo povo em cujo nome diziam falar, tudo aflorou de um momento para outro, com a energia dos povos em ebulição, com a rapidez das sociedades em transição, com a dramaticidade que a paixão empresta à política partidária, e os dois grandes Estados, orgulhos de uma África Negra independente e queria achar-se, pareceram sumergir-se no caos, como acentua, com sagacidade, o sociólogo Jean Ziégler no seu Sociologie de la Nouvelle Afrique.⁷² Nenhum líder estava bastante acima dos problemas étnicos e regionais para conter a chama que se alastrava por todo o país: na Nigéria, essa mesma Nigéria que tinha tido um Azikwé e um Sir Abubakar Tafawa Balewa, terminaria em uma guerra civil de grandes consequências, a de Biafra, de que ainda se não refez por completo e romperia com o inicialmente bem ordenado parlamentarismo que os nigerianos ostentavam com orgulho, enquanto que o Congo-Léopoldville (mais tarde Congo-Kinshasa e, finalmente, a República do Zaire, sob Mobutu), parecia desintegrar-se, enfrentando guerras civis em diferentes fronts, pois, como acentua Ziégler:

"Nul homme n'était là qui, reconnu par tous, pût agir comme catalyseur de la collectivité entredéchirée. La rupture entre la classe dirigeante et le peuple était consommée. Le Congo glissait vers le chaos" - in op. cit. p. 248. Grifo nosso.

Para muitos, como o observador H. Franklin, escrevendo em "The Guardian", no dia 24 de setembro de 1963, o Congo retornava "to village anarchy".⁷³ Forma-se ali uma espécie de triunvirato, mas que se torna uma espécie de cobra de três cabeças, uma querendo morder a outra. Ficaram conhecidas, por esses dias, as "crueldades congolezas", que levaram à intervenção da ONU e medidas de força do Governo real belga para salvar seus cidadãos, muitos chacinados, mulheres violentadas, meninos e meninas estripados, freiras e irmãs de caridade estupradas em públicos pelos soldados enfurecidos e enlouquecidos.

Mas se ficaram conhecidos os casos nigeriano e congues, em outras partes da África o mesmo acontecia.

Na verdade, esses novos Estados não tinham líderes que se sobrepusessem acima dos interesses regionais e das diferenças tribais, mesmo Nkrumah, e, contudo, advogavam uma centralização fortíssima, abominavam as idéias de federalismo e mesmo quando falavam de partido único, não acreditavam muito nesse partido...

deserted their native villages. In 1950, only three African cities had populations of more than 500,000; now there are 29. Many African sociologists see the phenomenon as a primary cause of social disintegration; young Africans in particular discard tribal values and disciplines for an urban-centered culture of Coca-Cola and transistor radios. For many Africans there is a growing awareness that tribal life was the source of tradition, of social and spiritual values. "In the transitional society in which we live," says Eddah Gachukia, a Kenyan legislator, "there is an urgent need to establish alternative ways and means of reaching our children effectively."

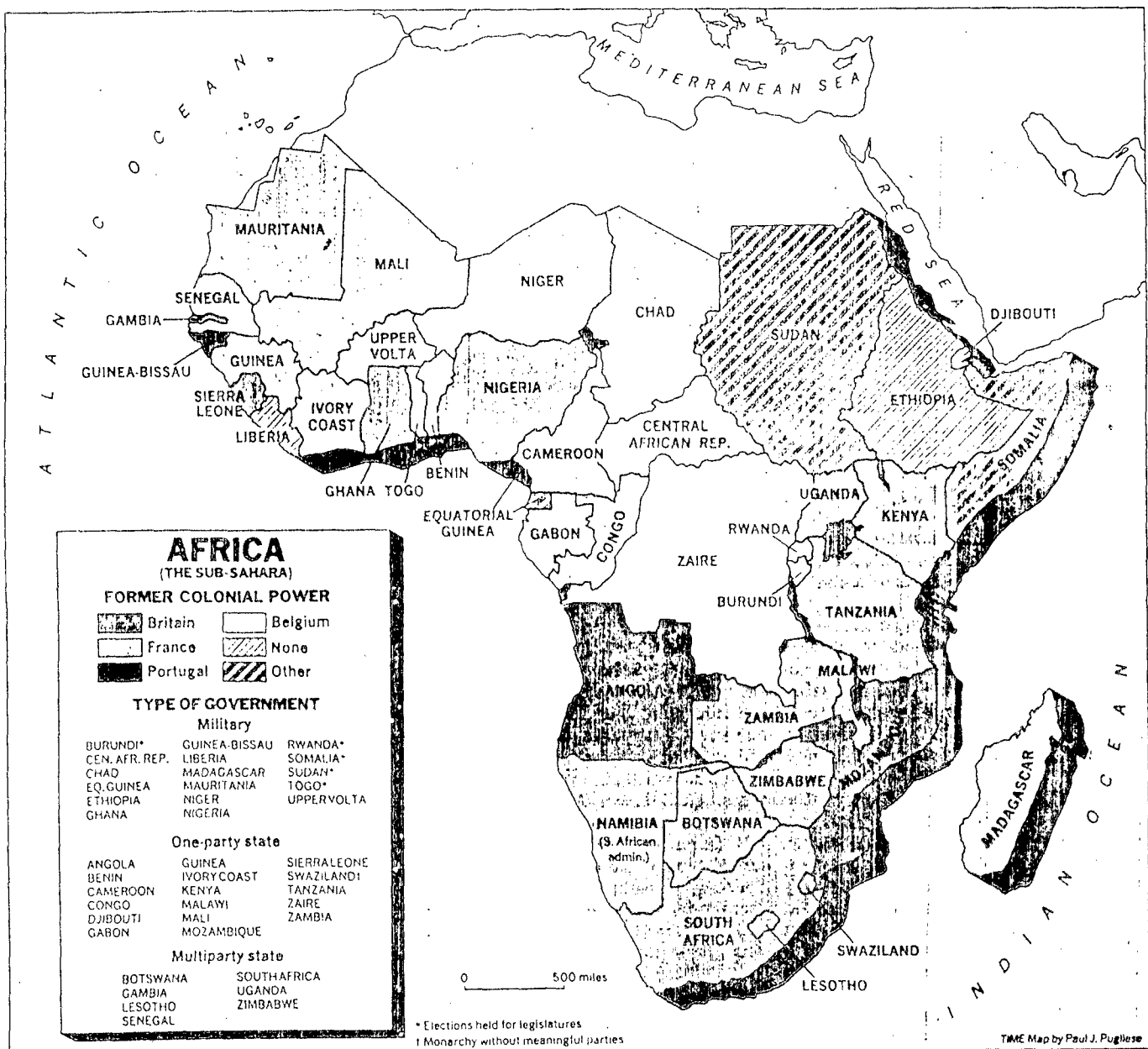
Kenya's urban population, typically, doubled between 1969 and 1979. In August 1982, many Kenyans were jolted into recognition of the new reality when an apparent coup attempt by a handful of air force noncoms and some officers, assisted by university students, degenerated into

a mindless rampage through Nairobi. Youngsters smashed windows and shot up the lobby of the Hilton Hotel, a ready symbol of Western affluence. After taking over the radio station, the rioters were unable to find suitable martial music for the occasion. They ended up broadcasting the lilting strains of Bob Marley's Caribbean reggae.

Surveying a street scene in Nairobi, Trinidadian Author Shiva Naipaul (brother of V.S.) was struck by a sense of unreality among young city dwellers. In his book *North of South: An African Journey*, Naipaul describes meeting a modishly dressed student who claimed he was studying literature, but declined to name a favorite author. His reason: "I don't care much for reading." In another encounter, an aggressive shoeshine boy tried to charge him \$6 for "deluxe special" treatment. Wrote Naipaul: "The tribal world was real. The new

world, lacking definition and solidity, fades away into the dimmer reaches of fantasy. The greed of my shoeshine boy did not . . . recognize any limits. He had lost touch with reality."

Reality may be closer for the approximately 75% of Africans who have remained in smaller towns and villages. But their awareness of their economic plight is sharp. Joshua Kweka, 28, earns \$100 a month as a clerk at a small factory that manufactures mosquito-repellent coils in the Tanzanian town of Himo (pop. 5,000), just across the border from Kenya. He shares a room near the factory with his sister, while his wife and child live with relatives on a five-acre farm 6,000 feet up the slopes of Mount Kilimanjaro. Kweka and his sister usually eat *ugali*, cooked maize meal, for lunch and dinner. Only rarely can they afford to add tomatoes, which cost \$1 per lb. With stewing beef at \$1.50 per lb., they are lucky if they can afford to eat meat once a week.



Mas, com todas essas dificuldades iniciais, os Estados iam surgindo e sendo acolhidos de maneira entusiástica pelos outros Estados na ONU. A confusão parecia ser geral, desde as diferenças entre a pregação dos líderes e a sua aplicação quando no Governo, até delicadas antinomias que persistiam por muito tempo, como nacionalismo versus pan-africanismo. Ferkiss,⁷⁴ insuspeito na sua nada superficial análise dos movimentos africanos, chega a dizer que até o nacionalismo africano parecia confuso.

A África Negra dizia o seu grande não ao colonialismo, arrostando a muitos obstáculos. Ela seguiria o exemplo liberiano, que muitos estudiosos sem sensibilidade para os assuntos africanos, levavam, impiedosamente, em caçoada pelos muitos malogros, pelos altos e baixos de sua vida política, pela alta corrupção administrativa que por ali havia. Mas a Libéria, se descontarmos o caso da Etiópia, um país predominantemente semítico pelas línguas, já cristianizada há séculos e habitado por tribos de origem semítica também, além dos hamitas e negroides lá existentes, era o único país negro do Continente que era livre, e o segundo do mundo, uma vez que o Haiti de Jean-Jacques Dessalines despertara antes para a liberdade.

2.10. Não ao domínio europeu: Liberta-se a África Negra. O exemplo liberiano

Como se disse antes, houve momento em que os africanos disseram o grande não às potências coloniais e encetaram nova vida, tudo muito rapidamente, como escreve Ferkiss,⁷⁵ pois

"Não só o incremento do movimento de independência no continente africano surpreendeu a todos, inclusive à maioria dos africanos, como também a rapidez com que, depois de iniciado, o processo de libertação consumou-se. Em 1955, existiam, além da África do Sul, quatro estados independentes no continente; no começo de 1960, havia apenas sete; no fim de 1960, o "ano da independência africana", vinte e seis. Em meados do verão de 1965, o número deles elevava-se a trinta e seis" - in op. cit. p. 101 e 102. Os grifos são nossos.

É ainda Ferkiss quem estudando as origens do nacionalismo africano se refere aos alojamentos de escravos libertos em 1792 em Freetown, na Serra Leoa e a consequente criação de um protetorado britânico ao longo da costa, seguido por um congênere francês em Libreville, no Gabão (observe-se a identidade dos nomes nas duas línguas, Freetown e Libreville!), que seriam imitados, a seguir, pela instalação, em 1820, de alguns escravos recém-libertados dos Estados Unidos, na área que, mais tarde, seria conhecida como Libéria. Deveu-se ao humanitarismo de Bushrod Washington, sobrinho de George Washington, e um grupo privado por ele criado com o fito de permitir aos ex-escravos uma vida digna em um pedaço da África, de onde eles ou seus antepassados haviam sido tirados pela força. Pois bem, esse alojamento de ex-escravos nas costas ocidentais da África viriam nos anos seguintes evoluir para uma pequena sociedade de negros que falavam a língua inglesa, traziam a marca da cultura americana, eram cristãos das diversas seitas protestantes e que formariam a segunda república negra do mundo, a Libéria, e a primeira da África.

Mas o seu longo período de estagnação, fez com que se tornasse quase como que esquecida. Para muitos era uma criação artificial, que lutava contra inúmeros obstáculos motivados pela sua própria artificialidade, entre elas - e talvez um dos piores -, a quase total falta de integração entre os liberianos da costa e os do interior, que se mantinham senão inimigos declarados, pelo menos estranhos.

Se Ferkiss, ao estudar o rápido movimento de descolonização, acentua que foi Ghana, a Ghana de Nkrumah, que "realmente abriu caminho para a consecução de independência política",⁷⁶ não teria sido o exemplo liberiano o aguilhão do Dr. Nkrumah?

Aliás, o líder ganense, que cita a influência que notáveis pan-africanistas como o Dr. Du Bois, Garvey e outros teriam exercido sobre o seu pensamento político, reconhece a importância do seu encontro com a Libéria e seus líderes, mesmo fazendo sérias restrições que chegam a ser cruéis como quando diz na sua autobiografia que "ressembler au Libéria, en effet, c'était le pire des - tin qui eût pu frapper un pays",⁷⁷ mas não esconde que

"C'était la première fois que j'avais vu des Africains, Chefs d'Etat, et cela me fit un grand effet et m'encouragea beaucoup. A cette époque, nous regardions le Libéria comme symbole de la rédemption africaine, puisque l'unique Etat Indépendant, bien que personne n'eût jamais un bon mot à prononcer sur le pays" - in Ghana - Autobiographie de Kwame Nkrumah, ed. cit. p. 77.

A esclarecida administração Tubman, iria mudar essa opinião negativa sobre a Libéria, ajunta Nkrumah e a pequena república posaria como um dos mais ardentes defensores da libertação africana.

Muitos dizem que começa com Tubman a história moderna da Libéria, um país que quase sempre era levado em manga de mão mesmo pelos mais bem intencionados defensores do direito da auto-determinação dos povos pelo que nele existia de errado e cômico: a sua Constituição "quase palavra por palavra uma reprodução da norte-americana", como escreveu Gordon Gaskill,⁷⁸ onde o dólar americano tinha livre circulação, em que a bandeira fora mais ou menos copiada da norte-americana, com um judiciário e um legislativo em tudo parecido com os dos americanos, mas com um presidente que detinha poderes muito fortes, que se formara para dar acolhida aos escravos fugidos e criar em solo africano uma democracia negra que pudesse servir de espelho aos africanos no futuro, a Libéria contudo era uma espécie de ciosa aristocracia dominada por uma elite de américo-liberianos, isto é, descendentes dos 1.500 escravos forros que ali aportaram e que relutava em unir-se aos demais habitantes do país, os naturais das junglas e sertões do hinterland, considerando-os como cidadãos de segunda categoria. A corrupção administrativa atingiu índices assustadores e os poucos viajantes que se aventuravam a penetrar no interior dessa república ficavam admirados da distância existente entre os américo-liberianos e os interioranos, assim como com o descalabro administrativo. O suíço Hermann Leu-Grieder, que nos deixou um curioso livrinho chamado Tropenschule - Wegleitung für Auswanderer nach den Tropen,⁷⁹ chega a dizer, entre outras coisas, que "die Korruption unter den Beamten treibt hohe Blüten"⁸⁰ e que com algumas centenas de dólares ali tudo se consegue, o que é muito lamentável. Havia, paradoxalmente, a escravidão no interior do país e, para repetir o que escrevera Gaskill antes, jamais um colono branco olhara com tanto desdém para os seus tutelados negros como um representante dessa solidisant aristocracia liberiana olhava para um seu irmão das junglas, a ponto de se desestimularem os casamentos entre os liberianos da classe dominante, os da costa e de origem americana e os do interior.

Para muitos aquela era uma república de opereta e que, apesar da boa intenção dos seus fundadores, não poderia servir como padrão para futuros e duradouros Estados africanos.

Com a ascensão de Tubman à presidência começa-se a alterar esse quadro. Um político hábil e dinâmico, continuou a obra encetada pelo Presidente Edwin Barclay e removeu as barreiras que impediam a assimilação dos nativos, aboliu a servidão ainda em uso no interior, preocupou-se com a ordem em todo o território nacional, garantiu a soberania liberiana, abriu o país ao livre comércio com o Exterior. Desde que assumiu a chefia do executivo, em 1944, até à sua morte o Presidente Tubman foi fiel aos seus princípios apresentados ainda quando candidato e, ao mesmo tempo em que se tornava uma espécie de campeão da libertação africana, servindo de incentivo a Nkrumah, a Sékou Touré e a tantos outros, defendendo um pan-africanismo moderado, ele insistia na sua luta pela unificação liberiana e na política econômica da aceitação do investimento estrangeiro e da livre iniciativa que ele chamou de "An Open Door Policy".

O pesquisador americano Lawrence A. Marinelli, assistente no African Institute da St. John's University, em Nova York, passou vários meses estudando a situação liberiana e, ao final, pôde dar-nos um livro sério e crítico do que seja realmente a situação naquele país, desde as origens até os dias do Presidente Tubman. Nesse livro, The New Liberia - A Historical and Political Survey,⁸¹ ele nos mostra as vicissitudes por que passou a república, confirmando o atraso em que ela vivia mergulhada e quando começa a sair para o mundo, um século depois de criada. E não esquece a participação do Presidente Tubman para essa modificação substancial e a importância que ele viria a ter, mais tarde, como incentivador dos novos movimentos de libertação por todo o continente, os seus primeiros contactos com dois homens-chave na história política contemporânea africana, Kwame Nkrumah e Sékou Touré, e como conseguiu, ao mesmo tempo, fazer-se admirar e respeitar dos dirigentes europeus e de uma figura símbolo de uma África que desaparecia, o Imperador Hailé Selassié I, que representava ainda a África imperial e feudal, ou, como muitos diziam, a estagnação política, não obstante a sua participação direta e intensa, talvez até mesmo mais intensa que a de Tubman, no novo processo que se iniciava. Só que Tubman, ao mesmo instante em que defendia uma África independente e africana, promovia muitas modificações internas, dava nova feição à vida política, econômica e cultural da Libéria, enquanto que o Negus Negushti⁸² se mantinha firmemente preso às tradições do passado, aos privilégios da realeza, das diferentes classes sociais e às exigências de uma nobreza ociosa e um clero retrógrado e feudalista, surdo aos reclamos das novas gerações, dos novos políticos, das mudanças sociais que, por toda parte, se faziam cada dia mais intensas. Ambos figuras respeitadas na agitada cena política africana, divergiam muito quanto à maneira de dirigirem os seus Estados e, na hora de serem escolhidos como paradigmas para uma África que surgia, flamante e dinâmica, os novos líderes se voltaram mais para o velho estadista liberiano, mesmo se a palavra serena e muito respeitada no Exterior do Leão de Judá fosse muitas vezes ouvida e até acatada. Mas o Imperador era uma figura contraditória, que pregava a liberdade dos povos, o princípio da autodeterminação dos povos, mas que subjugava o povo eritreu, anexando o vasto território federado da Eritrêia ao Império e mantendo-se surdo aos protestos não apenas dos eritreus, eux-mêmes, mas de outros países que jamais puderam compreender a anexação da Eritrêia como simples província, dando início a uma das mais persistentes, oscilantes e infelizes guerras de libertação do continente, ainda hoje longe de uma solução definitiva, se bem que sempre esmagada e que já custou a vida a milhares de civis e tem colaborado para o empobrecimento e as dificuldades econômicas da Etiópia.

A Etiópia e a Libéria eram dois dos países independentes no Continente Negro quando teve início a libertação das colônias. Mais do que a então União Sul-Africana, a Líbia e o Egito, esses dois países seriam chamados a exercer um papel preponderante na nova ordem. E exerceram, sem dúvidas, mas seria Tubman o que colheria os melhores elogios dos líderes negros.

A sua política interna fora um sucesso sob muitos aspectos.

Se antes de Tubman a Libéria não poderia ser dada como modelo para as novas nações, como afirmou com sinceridade o Dr. Nkrumah na sua autobiografia, com o advento desse governante a situação começa a mudar e, por ocasião da libertação das colônias, a partir de 1957, ele já poderia ser apresentado como bem sucedido e a Libéria arrancava de si a capa de um grande império estagnado e corrupto que, por um século endossara, ainda que nem todos os males tivessem sido eliminados. E não no foram ainda.

É essa a Libéria que nos interessa e que consideramos como um exemplo a ser imitado pelos novos Estados em formação: a de que um país africano tinha de ser dirigido por africanos e que era possível para os africanos, apesar de todos os obstáculos a enfrentar, serem donos de seu destino e do seu futuro.

Ellen e Attilio Gatti, que viajaram extensamente pela África Negra, detiveram-se na Libéria por coincidência na época em que brilhava o nome do Presidente Tubman em seu apoio à libertação africana, ou seja, nos últimos dias da década de 1950 e nos deram no seu livro A África de Hoje⁸³, um retrato em nada estimulante da situação do país: o contrabando grassava na administração apesar dos esforços do Presidente, a corrupção era igualmente assombrosa e não escapava pelo visto nenhum funcionário do mais baixo ao mais alto escalão, além de ser das mais infelizes as escolhas para os cargos relevantes do Governo. É deprimente o quadro por eles traçado, pois, entre outras coisas, acentuam que

"... em todo o país (tão grande como os Estados de Tennessee e de Ohio reunidos), havia menos de uns dezesseis quilômetros de estradas pavimentadas - que não davam grande preocupação" - op. cit. p. 115.

E, mais adiante:

"Quanto à corrupção e ao peculato, ao furto e à roubalheira geral, toda gente concordava (com um certo ar de orgulho, não há dúvida) que em nenhuma parte da África essas coisas se encontravam em tão grande desenvolvimento, nem eram tão triunfantes como na Libéria - com a possível exceção da Abissínia." - ibidem p. 116.

Para culminar com a acusação que todos os observadores vinham, sistematicamente, fazendo, ou seja, a de que uma minoria que se arrogava maiores direitos desprezava a grande maioria dos habitantes interioranos, considerando-os como cidadãos de segunda classe em um país que fora criado para trazer a liberdade para todos e afastar do seu solo o domínio de uns poucos sobre os demais:

"Deve-se ter em mente que esta, que é a mais velha das repúblicas africanas, teve de tratar de viver com seus próprios recursos e sozinha - com muito pouca ou quase nenhuma supervisão civilizada

com uma classe governante muito severa, composta de cerca de 15.000 descendentes dos primeiros escravos, a mandar numa população de um milhão e quinhentas mil almas; os habitantes são tão preguiçosos, que, mesmo na iminência de morrer de fome, se recusam a trabalhar mais do que um par de semanas durante todo o ano.

Daí, pois, a escravidão prática do trabalho forçado, do indivíduo vendido para trabalhar em outros lugares (tais como a ilha espanhola de Fernão do Pó⁸⁴), e a trágica ficção dos parentes dados em "penhor". Digamos, por exemplo, que um cidadão é compelido a pagar uma taxa, ou multa. E que não tem dinheiro algum; não lida com o contrabando de diamantes; não tem fonte alguma de peculato a explorar; nem oportunidade de furtar seja lá o que for que valha dinheiro à vista. Que é que ele faz? Dirige-se a alguém, que ele conhece, e que se acha enfronhado no negócio, e oferece-lhe, em "penhor", dois de seus filhos pequenos, ou a mais moça de suas irmãs - a cinco, ou talvez mesmo a dez libras esterlinas por cabeça. Que é que há de mal nisso? Por certo, ele deve saber que não será nunca mais capaz de devolver o dinheiro assim obtido de empréstimo, além dos juro consideráveis. Todavia, nesse entretimentos, ele não tem de se preocupar quanto ao problema de alimentar os parentes "empenhados" - in op. cit. p. 117.

Tubman continuou mais vigorosamente o trabalho de seus antecessores no combate a este e outros costumes igualmente brutais. Quando ele notou que a Libéria era vista como um símbolo para os africanos que sonhavam com a independência de seus territórios e que queriam ver um africano como eles na chefia dos novos Estados e que ela era mostrada pelos colonialistas como um mau exemplo, como um fracasso da liberdade africana, deu-se pressa em corrigir as muitas falhas da administração nacional. E a mais gritante parecia ser mesmo a da divisão profunda entre américo-liberianos e os liberianos do interior. Cargos no Governo foram preenchidos com os primeiros hinterlandinos e nos diversos condados, procurou arregimentar grupos de colaboradores, que vinham preencher a administração local. Começavam, na verdade, os primeiros contactos entre a administração central e os habitantes do interior, fato que ele exploraria nas campanhas subsequentes, conseguindo a simpatia de grupos étnicos que falavam suas próprias línguas e nada sabiam do inglês oficial e dos hábitos liberianos da costa, como se nem fizessem parte do mesmo país.

A situação liberiana, pois, antes de Tubman, não havia merecido a atenção devida, mas somente críticas acerbas o que levava muita gente voltada para os assuntos africanos a encararem o país como um fracasso total e mesmo um estudioso como Ki-Zerbo, sempre disposto a descobrir qualidades e vitórias em pessoas e feitos africanos, é pouco pródigo em elogios à Libéria, que ele vê ainda como um entreposto americano e se refere ao truste americano "Firestone", como "un Etat dans l'Etat libérien"⁸⁵, que, segundo ele explorava os africanos de uma forma abusiva, sob as vistas indiferentes ou mesmo coniventes de seus governantes, como o Presidente King. Somente com Tubman, diz ele, a situação melhora e ele escreve que a sua subida ao poder

"... marque un tournant, puisque par sa mère qui était une autochtone de l'ethnie des Krou, mariée à un pasteur américain, il était lié avec toute la masse des gens de l'hinterland qui jusque-là avaient été considérés presque comme l'une des ressources naturelles du Libéria. Le Président Tubman eut le souci de les intégrer davantage, en les associant aux responsabilités politiques et en faisant bénéficier leurs régions des transformations économiques en cours. Mais la subordination au capital Nord-Américain restait inchangée"

- in op. cit. p. 463. Grifamos.

Talvez por isso que, apresentando o primeiro volume de discursos do Presidente Tubman, E. Reginald Townsend, que foi secretário de Estado da Informação e Assuntos Culturais, lembrava que o Presidente, graças ao seu carisma e perfeita identificação com o povo e graças à inteligência e abertura de sua política de integração nacional, havia levado a Libéria "half a century ahead".⁸⁶

Efetivamente, o Presidente fora leal ao que prometera durante as campanhas eleitorais e no seu discurso de posse, em 3 de janeiro de 1944, quando se comprometeu a unir o país, sem contudo destruir a velha estrutura tribal que se vinha mantendo fazia séculos e que era parte da cultura liberiana.⁸⁷

Foi acusado de ter mais poderes que muito ditador do passado ou muitos antigos reis orientais. Havia, ninguém o discute, um certo autoritarismo na sua forma de conduzir o Estado e muitas vezes ele falava de segurança e proteção do Estado como meios de manter a união. Mas possuía uma visão de verdadeiro estadista e, mesmo mais preocupado com a questão interna, Tubman acreditou na independência africana. Ou, pelo menos, pretendeu acreditar, tanto assim que deu apoio a Nkrumah e a Sékou Touré e, sendo o único chefe de Estado efetivamente participante na Conferência dos Estados Independentes da África, em Acra, ele declarou acreditar em uma África livre e em belo discurso do dia 15 de abril de 1958 fez demorada fé no futuro e desenvolvimento da África.

ca, conclamando-a para uma mais estreita união, para imitarem o exemplo pioneiro da Libéria e, lembrou, como um estadista mundial que surgia e um líder negro digno de ser ouvido por todos os cantos do globo que

"Nations, like individuals, pass through various phases in the cycle of growth. They move from in fancy through youth into manhood and into old age. Although the peoples of Africa have a rich and glorious tradition that goes back into antiquity, nevertheless, most of us as nations, are young" - in President William V.S. Tubman of Liberia SPEAKS - 1944-1959, ed. cit. p. 279.

Era a sua profissão de fé, de que nunca se arrependeu e que saberia transmitir ao seu herdeiro político, o Dr. Tdbert, Jr., que o sucedeu na presidência e dirigiu a Libéria por nove anos, até ser deposto e assassinado em 1980, por Samuel Doe, ainda no poder.⁸⁸

Tubman resgatou o bom nome da Libéria, deu-lhe confiabilidade, mostrando que, não obstante tantos problemas, era possível que um Estado africano mantivesse as suas instituições em contínuo progresso. O pluripartidarismo, mesmo com o domínio do True Whig Party, liderado pelo Presidente, funcionava e vale a pena a leitura do seu discurso contra o Reformation Party (op. cit. p. 95 e seguintes), em que de maneira enérgica e vibrante, como acaso poucas vezes terá feito, defende o pluripartidarismo e a eliminação de barreiras entre américo-liberianos e liberianos em geral.

Não se pode esquecer que, em 1959, o Presidente Tubman no seu mais arrojado passo a caminho da statemanship sonhada e com a firme intenção de ajudar a libertação dos territórios africanos, propôs os fundamentos de uma associação de Estados na África Ocidental, The Associated States of Africa, que ele imediatamente pensou contar com o apoio de Nkrumah, o grande campeão do pan-africanismo naqueles dias e a figura mais discutida fora do Continente. O assunto, que depois caiu no esquecimento, mereceu no início boa acolhida, mesmo por - que o velho Tubman, de maneira muito sóbria, afirmava que essas associação e cooperação entre Estados não lhes prejudicaria as suas posturas no campo da política interna e externa. Era aquela uma espécie de communauté sem as fortes vinculações de uma política federalista ou os laços de uma confederação de grandes proporções como as sonhadas por Nkrumah. A chamada Declaração de Sanniquellie, de 19 de julho de 1959, assinada pela Libéria, a Guiné (Conakry) e Ghana, que tinha por motto "Independence and Unity", era mais uma frente de luta contra o colonialismo agonizante em África, só que Nkrumah não entendeu e, enciumado, pareceu desinteressar-se da idéia que morreria aos poucos, sem ter sequer se tornado de alguma eficiência. Na Conferência de Monróvia, convocado pelo Presidente, ele em 8 de maio de 1961, ainda insiste na questão da formação de uma frente contra a desgregação africana.⁸⁹

Tendo a sua magna idéia fracassado ou não, a verdade é que a Libéria de Tubman exerceu um papel muito importante na luta pela libertação africana e Tubman, por isso mesmo, deve ser reverenciado. Lutou, foi grande.⁹⁰

2.11. Trança-se um novo mapa geopolítico

O continente vivia em erupção naqueles dias e os novos Estados surgiam com rapidez assombrosa. O mapa da África Negra toma nova configuração, novos nomes surgem no cenário internacional. Antigos nomes desapareciam em uma ingênua vontade de apagar as marcas do passado colonial: Ubângui Xári transforma-se na ambiciosa República Centro-Africana que, anos depois, será o Império da África Central, de curta duração; a República do Volta passa a chamar do Alto Volta e, anos mais tarde, Burkina Fasso; Urúndi será o Reino do Burúndi; a Senegâmbia dá nascimento à República do Senegal e ao Domínio de Gâmbia; Gold Coast passa a assinar-se Ghana; Tanganhica, unindo-se a Zanzibar, dá origem à única federação bem sucedida em África, a Tanzânia; a Niassalândia rebatiza-se como Malávi e a Rodésia do Norte apaga o nome em homenagem ao colonizador para chamar-se Zâmbia e assim por diante.

O movimento de libertação tem o seu primeiro êxito na África Negra com o surgimento de Ghana, sob o flamboiante Kwame Nkrumah, a que se segue a rebelde Guiné-Conakry de Ahmed Sékou Touré. O Senegal, antes de muitos outros territórios sob domínio francês, assume uma bem planejada autonomia política para juntar ao Sudão francês e formar a Federação do Máli de curta e tormentosa existência. Os países se sucedem na sua libertação das potências européias.

Aparece uma nova África, muito dividida, uma verdadeira colcha de retalhos, mas politicamente dona de seu destino.

Há Estados com área descontínua, como a República da Guiné Equatorial, com uma parte no continente e outra insular, ou a República de Tanzânia. Mas uma das estranhezas dos novos Estados africanos, que é fruto dessa partição colonial a que já aludimos no primeiro capítulo, são os territórios que ficam praticamente dentro de outros territórios ou quase que inteiramente circundados por outro Estado e que vem repetir a irracionalidade de uma antiga partição como no caso de Gâmbia, que fica dentro do Senegal, ou o Reino de Ngwane, dentro do território sul-africano, ou o Reino do Lesoto, inteiramente circundado pela nação boer. Há os Estados fragmentários, como os ainda não reconhecidos de Bophuthatswana, composto de muitas porções espalhadas pelo vasto território sul-africano, ou o Ciskei, ou a situação anômala da Cabinda, um território que mesmo tendo declarado unilateralmente a sua independência e sendo habitado por povos diferentes dos que habitam a Angola, foi por esta anexado pela força das armas, mas, curiosamente, nem próximo de suas fronteiras fica e sim entre o imenso território zairense e o do Congo, repetindo-se, pois, a feição descontínua de Estados como o Paquistão, que se compunha de uma parte Ocidental e outra Oriental, que terminaria por cindir-se, como não poderia deixar de ser para formar a República de Bangla Desh.

Há outros Estados africanos fora do continente, mas nem todos eles negros, além de territórios que, mesmo com grande quantidade de negros, ainda fazem parte seja como colônias seja como departamentos de ultramar, do Reino Unido e da França, possivelmente a se tornarem independentes nos próximos anos. São os últimos remanescentes dos velhos impérios coloniais e que estudaremos rapidamente em outro item. Acham-se ligados à Organização da Unidade Africana, como o estão os diversos Estados árabes do Norte da África, uma postura que se diria mais geográfica, de apego e respeito à geografia física e política do que às origens étnicas e culturais.

Existem, ainda, vários focos de tensão nesse imenso mapa geopolítico, muito longe de chegarem a uma conclusão e que poderão ainda uma vez trazer novas modificações à África Negra como as guerras civis acontecidas por muito tempo no Tchade, no Zaire, na Nigéria, no Sudão e na Tanzânia, que apesar de aparentemente superadas, podem ressurgir, como aconteceu já, em outra ocasião, no Zaire, com a tão falada invasão da Província de Shaba.

Afora isso, há os movimentos de libertação ao Sul do Sudão, na Eritrêia e na Cabinda, longe ainda de um desfecho feliz. Assim como existem os casos dos territórios autônomos e já independentes dentro da África do Sul, os célebres Black Homelands que o mundo insiste em rejeitar, mas que, a exemplo da República Turca do Norte de Chipre, leva uma vida política normal sob todos efeitos, com seus governantes eleitos, com uma bandeira nacional, com moeda própria, instituições políticas em pleno vigor e um grande desejo de continuarem em sua marcha para o futuro como Estados soberanos.

Tudo isso, repetimos, pode ainda alterar, profundamente, o mapa geopolítico da África Negra, assim como a ascensão de algumas ilhas e ilhotas à independência.

Não se trata aqui de futurologia, mas da fria observação dos movimentos políticos que eclodem por toda África continental ou não. A inquietação política africana, não obstante em uma fase de serenidade, está muito longe de acalmar-se. Novas repúblicas poderão surgir ainda, ou até al-guém reino, como parece ser o caso de um futuro Estado do KwaZulu que, parcialmente autônomo, tem em Goodwill Zwelithini, descendente de Tchaka, o famoso e cruel rei zulo que tantas dores de cabeça deu ao Império Britânico, o seu governante hereditário e que é muito amado pelo seu povo que mantém firmes as tradições monárquicas.

Sempre alguma coisa pode surgir de África.

2.12. Dos territórios africanos fora do Continente

No oceano Atlântico, em direção às costas marroquinas e saarinas, encontram-se o arquipélago das Canárias, que faz parte integrante do Reino da Espanha, enquanto que a Madeira, onde chegou a existir um movimento pró-independência, faz parte de Portugal. O arquipélago dos Açores, por encontrar-se mais ao norte, só com muita relutância se poderia incluir no contexto africano.

Mais abaixo, entre a Gâmbia e a Mauritânia, em direção às costas senegalesas, encontra-se a Guiné-Bissau, república independente, onde se fala um curiosíssimo crioulo, o caboverdiano, língua neolatina de segunda geração e que começa a despontar como língua literária, a imitação do seixelhense..

Entre a Guiné Equatorial e a próspera república do Gabão, situa-se a pequenina República de São Tomé e Príncipe, surgida, como a anterior, do afundamento do Império Colonial Português, após a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

A ilha de Ascensão e Santa Helena são duas minúsculas colônias britânicas.

No oceano Indico, há um grande Estado, a República de Madagascar, habitada em grande parte por povos de origem malaia e com uma cultura e língua sem nada em comum com a África Negra. Fez parte do Império Colonial Francês e se tornou independente em 28 de maio de 1961.

Bem na costa de Moçambique, situa-se a República das Ilhas Comoras, com população mestiça de árabes e negros e de línguas suaíli e árabe.

Também independente é a pequenina República das Seixelhas (Seychelles), que fica na direção do Quênia, mas muito distante da costa.

A Ilha Maurícia é, igualmente, um Estado independente, enquanto que a sua vizinha, ilha da Reunião, faz parte da França. Afora essas, existem minúsculas ilhas pertencentes à Grã-Bretanha como Farquhar e Aldabra, além da ilha Mayotte, cujos habitantes em plebiscito preferiram manter-se unidos à França, mas que as Comoras reclamam como parte de seu território.

É provável que, nos próximos anos, surjam mais alguns pequenos Estados nessa área, o que virá alterar ainda mais o mapa geopolítico da África.

Notas e referências ao

Capítulo

II

1. Norden, Hermann. Le dernier empire africain. En Abyssinie. Relation d'un voyage de la mer Rouge au Soudan. Paris, Payot, 1935. p.89.
2. Moura, Valdiki. Africa jovem. História, economia, usos e costumes, cooperativismo. Rio de Janeiro, Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1966. 398 p.
3. Decraene, Philippe. O pan-africanismo. Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. 132 p.
4. Joubert, L. La colonisation de l'Afrique et ses conséquences. In: (Org.) Merle, Marcel. L'Afrique Noire contemporaine. Paris, Librairie Armand Colin, 1968. p. 124.
4. In op. colet. acima citada, de págs. 136 usque 177.
5. Ki-Zerbo, Joseph. Histoire de l'Afrique Noire. D'hier à demain. Paris, Hatier, 1972. p. 470.

Ki-Zerbo, eloquentemente, escreve:

"Beaucoup plus que durant la première guerre mondiale, l'Afrique Noire entra en contact pour la première fois avec le monde entier, dans un contexte d'ébranlement général. 520.000 soldats coloniaux avaient participé à la guerre 1914-1918. En 1940, il y avait 127.320 tirailleurs d'A.O.F., 15.500 d'A.E.F., 34.000 de Madagascar. A l'armistice, il manquait 24.271 "sénégalais", 4.350 malgaches.

Ce fut, pour des centaines de milliers de Noirs, l'occasion d'une découverte brutale de l'homme blanc, dans sa vérité, sans masque impérial ni oripeaux proconsulaires. Les Blancs travaillaient de leurs mains; ils suaient. Ils faisaient l'amour. Ils avaient faim et soif comme le premier venu. D'autres tremblaient de peur, torturaient et s'entrégorgeaient avec frénésie. Certains étaient des héros. "Les Noirs ne sont ni meilleurs ni pires que les hommes des autres régions du globe", écrivait avec sérénité David Livingstone. Et cette simple phrase, révolutionnaire au XIXe. siècle, prenait en 1942, pour des millions d'Africains, un sens limpide et cru. Les Blancs, confondus en Afrique dans la domination et la supériorité coloniale, se révélaient ici aussi des loups entre eux-mêmes. Et dans le mépris bestial où Hitler englobait les autres Blancs et les Noirs, ces derniers découvraient subitement leur propre valeur et atteignaient du même coup la stature et le statut des chevaliers d'une cause traçant la vraie ligne de démarcation entre les hommes: celle de la dignité humaine. Les soldats africains ont été de grands artisans de l'émancipation africaine. Aussi bien ceux qui furent engloutis dans la tourmente que ceux qui revinrent mutilés ou non, et dont certains prendront une part active dans les mouvements politiques les plus avancés de leur pays. D'autres hélas avaient laissé leurs os dans les terres froides du Nord" - ibidem p. 470. Grifamos.

6. Op. cit. p. 470. Ele acrescenta:

"Des centaines de milliers de Noirs y participèrent sur des théâtres d'opérations aussi variés que la Libye, l'Italie, la Normandie, l'Allemagne, le Moyen-Orient, l'Indochine, la Birmanie, etc."

7. Op. cit. p. 470.

8. Araújo, Orestes. Sociologia da guerra. Trad. de Moacir Ribeiro Coelho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército - Editora, 1959. 355 p.

9. Op. cit. p. 104.

10. Op. cit. p. 470.

11. Op. cit. p. 14.

12. Op. cit. p. 25.

13. Sobre Jomo Kenyatta correm muitas lendas. O que se sabe de certo, porém, é que ele era neto de um feiticiero muito influente entre os quíquios e que ele mesmo seria um crente na feitiçaria em jovem. Em um continente de líderes controvertidos, ele foi um dos mais. As opiniões se dividiam a seu respeito com muita paixão. Idolo para uns, um sanguinário perseguidor para outros e muita coisa não ficou devidamente esclarecida em sua vida tumultuosa, como a sua participação no cruento movimento Mau-Mau e o assassinato do mais brilhante líder queniano, Tom Mboya, de etnia luo, minoritária e muito bem visto dos outros líderes africanos. Foi assassinado a tiros, quando fazia oposição a Kenyatta e, por isso, houve quem lhe atribuisse o inesperado desaparecimento do jovem, brilhante e promissor político, o único a fazer frente ao imbatível Mzee. Na verdade a sua participação nesses casos jamais ficou suficientemente esclarecida.

Muitos dos seus admiradores, preferiam lembrar-se dele como o pesquisador acurado, o scholar formado em boas universidades e que foi discípulo de Malinowski, o que já era um grande cartão de apresentação, mais ainda que o famoso antropólogo lhe prefaciara com palavras laudatórias o livro Facing Mount Kenya e, entre outras coisas, escrevera:

"Mr. Kenyatta also does not argue the point whether "Anthropology begins at home" is a true of Africa as of Europe. It obviously is. Mr. Kenyatta has acted upon the principle and produced an excellent monograph on African life and custom.

As every good ethnographer ought to do, the Author shows his credentials in his Preface. He has gone through the African course of training. He became, later on, practically acquainted with administrative and economic issues of East African policy. As to his training in Anthropology, I can add one or two points which he himself is not in to make. For several years past Mr. Kenyatta has been a

a member of my discussion class at the London School of Economics. He was thus associated in research and discussion, in original contribution and extempore critical activity with a number of brilliant, experienced and highly competent young scholars, many of whom had done their own term of field-work, and all of whom had had years of previous academic training. In this group he was able to play an active, indeed creative part, giving us illuminating sidelights, inspired by the inside knowledge of an African, but formulated with the full competence of a trained Western scholar. The present book bears full witness of his ability to construct, and his clarity of thought and expression" - in introdução ao livro citado.

Ora, tais palavras partindo de um erudito respeitadíssimo no mundo europeu, elas são altamente elogiosas para o antropólogo e etnólogo africano, mais tarde figura de proa da vida política da -
quele continente.

14. O Dr. Hastings Kamuzu Banda notabilizar-se-ia pela sua oratória inflamada que exercia verdadeiro fascínio sobre os ouvintes. Com ela, esse homem pequenino e magro, sem aquelas características de força e robustez que tanto agrada aos africanos, eletrizava a sua platéia e a fazia seguir no que ele queria.

Lançou o grito de "Um homem, um voto" com tanta ênfase que acabou na prisão.

Sob a capa de médico humanitário e simples, o Dr. Banda é, na verdade, um político extremamente habilidoso e ambicioso, que ama e se apegava ao poder. Fez-se proclamar Presidente vitalício pelo Congresso, o que lhe empresta um ar de rei não coroado de Malávi. Mas trouxe muita paz e tranquilidade para o país, um dos mais ordeiros da África e que continua a sua marcha para o futuro sem muitos problemas, diferentemente de outros Estados da região.

E, também, um homem de muita coragem e de decisão, bastando lembrar que foi o único dos governantes africanos que, desde o início manteve excelentes relações comerciais e diplomáticas com a África do Sul, cujo regime condena, de público. Pragmático, sabe que Pretória, pela sua riqueza e poderio, pode ser um bom parceiro da pequena e pobre Malávi, mantendo cada um dos Estados os seus regimes e filosofias políticas, sem interferir no outro.

Ki-Zerbo reconhecendo que ele foi um grande líder da primeira hora da independência, não lhe perdoa as vinculações com Pretória quando diz no seu livro tantas vezes citado:

"Tout en condamnant théoriquement l'apartheid, le Dr. Banda est pour la coopération avec le régime de Pretoria qui le soutient et dont le Malawi est devenu une zone d'influence" - p. 539.

Seja como for, o Nkrúzi, chefe, como ele é chamado pelo seu povo, conseguiu manter o Malávi longe das agitações que, em muitos casos, tem ameaçado a própria estabilidade e unidade dos novos Estados africanos.

15.

O Presidente Kaunda, de Zâmbia, é outro dos grandes líderes africanos. Continua ainda na chefia do seu país, um dos líderes mais antigos ainda vivo e tem sessenta e quatro anos agora.

É um intelectual, com veleidades de filósofo e lançou a sua política do "humanismo zambiano", que, honestamente falando, não conseguiu explicar ainda plenamente nos seus vários livros como "A Humanist in Africa", "Black Government" e "Zambia shall be free", todos por sinal bem escritos.

Alinha-se ao lado do Presidente Nyerere, que defendia um socialismo tanzaniano, cujos fundamentos ele lançou em vários livros.

Passa, também, por ser um moderado e tanto que já aceitou conversar com líderes sul-africanos, quando se pôs à testa de movimentos contra Pretória.

Muito trabalhador, ele tem viajado extensamente pelo seu país auscultando as muitas tribos e entrando em contacto mais ou menos frequente com o Rei da Barotselândia, que persiste ainda dentro da República de Zâmbia. Diferentemente de Nkrumah e outros radicais que queriam à fina força unir os seus países, voltando-se contra os reinos e principados indígenas, o Dr. Kaunda tem sabido aturar a tradição, ao mesmo tempo em que promove a entrada da modernidade em todos os setores do Estado. Convive com o rei indígena dos Barotses sem maiores problemas.

Culto, letrado, escrevendo e falando um excelente inglês, o Presidente Kaunda, porém, não conseguiu escapar a dois pontos fracos tão contraditórios nos governantes daquela parte do mundo: o mais ou menos ostensivo culto do eu e o apego ao poder. Ele é verdadeiramente cultuado, magister dixit de todas as questões, árbitro maior de qualquer assunto e está fortemente ligado ao Poder, usando de uma faculdade constitucional incluída na Carta Magna pelo seu partido e que lhe permite o exercício da presidência por tempo indeterminado, em outras palavras uma presidência vitalícia sem a expressa denominação de presidência vitalícia.

Sobre ele escrevemos faz uns dez anos ou mais, o seguinte:

"O Presidente de Zâmbia, Kenneth David Kaunda que, recentemente, tornou uma voz ouvida e respeitada pela sua participação

direta nos delicados assuntos da Rodésia, pode ser considerado como um dos moderados e dos mais brilhantes líderes africanos do momento. Jornalistas que o entrevistaram disseram, depois, que o Dr. Kaunda tem a consciência do verdadeiro líder, dedicado aos problemas da sua pátria e bem intencionado, não obstante ser possuidor de elevada dose de vaidade e apego pelo poder, vem dirigindo Zâmbia com bastante acerto e tato" - in Sabbá Guimarães, Newton. A política do humanismo do Presidente Kaunda. In: Jornal do Comércio, domingo, 27 de fevereiro de 1977, p. 5.

O Presidente Kaunda tem-se manifestado inúmeras vezes sobre assuntos internacionais até com certa felicidade, o que lhe tem valido boa receptividade, inclusive merecendo o prêmio Jawarharlal Nehru.

Falando sobre o seu humanismo, ele escreveu em "A Humanist in Africa" (London, Longmans, 1966/1969):

"I suppose I could be called a humanist, though I have never had the leisure to read the standard works on the subject. I have a passionate belief in the worth and possibilities of man and I expect him some day to achieve perfection. By perfection I do not mean sinlessness. But for all his weaknesses, man is growing in self-knowledge and will one day fully realise his capabilities. He is painfully thrusting his way forward and must eventually evolve social, political and economic institutions to which he will be completely adjusted, and within which his vices will be neutralised and virtues strengthened" - op. cit. p. 19.

16.

Nyerere foi muito famoso na primeira onda de líderes africanos que lutavam por uma África livre. Como o Dr. Banda, ele é um excelente orador e gosta das imagens e das comparações que mostram animais e coisas bem africanos, como rinocerontes, crocodilos, savanas, campos, cabanas etc. conseguindo grandes efeitos. Faz parte dessa elite intelectual que dominou a cena africana nos primeiros anos da independência. Pelo fato de ter sido mestre-escola, o povo lhe deu o alcunha de O Mestre, Mwalimu, que ele fez juntar ao nome. Mwalimu, sem mais nada já se sabe, é, em Tanzânia, Julius Kambarage Nyerere.

Publicou alguns livros, mas acreditamos que o melhor dos seus escritos políticos esteja na seleção sob o título de "Uhuru na Ujamaa - Freedom and Socialism" (Oxford University Press, 1970. 422 p.).

Foi um entusiasta do pan-africanismo e, segundo o Prof. Ki-Zerbo, ele teria pensado em retardar a independência de seu próprio país, a então colônia de Tanganhica, em favor de uma espécie de confederação com a Uganda, o Quênia e Zanzibar, "afin de constituer d'emblée un Etat fédéral qui accèderait à l'indépendance. Indépendance ou unité d'abord?" (op. cit. p. 525).

Foi ele quem realizou a única federação vitoriosa em África, a Tanzânia, reunindo a Tanganhica e o antigo sultanato de Zanzibar.

Tendo sido um radical em sua mocidade, quando lutava pela independência tanzaniana, com o passar dos anos, ele se tornaria um moderado defensor do diálogo entre as partes. Fez parte da frente contra a Rodéisa de Ian Smith e contra a África do Sul. No campo internacional tomou a defesa de Milton Obote contra o Marechal Idi Amin Dada e foi ele, aliás, quem ajudou a derrubar o presidente vitalício ugandense e, em seu lugar, colocou Obote. Foi adversário acérrimo de Idi Amin. Intervindo nas questões internas de Uganda, a ponto de para lá mandar parte do seu exército para prevenir uma retomada de Amin, o Mwalimu cometeu o seu deslize maior, ele que defendia também uma neutralidade política nos negócios externos da Tanzânia. Internamente, enfrentou alguns problemas sérios, com tentativas de secessão em Zanzibar, assassinatos políticos, tentativas de derubada, remanejamentos no Gabinete.

Em 1985, porém, desistiu de concorrer à presidência, ele que tinha tudo para vencer, uma vez que mantinha intacto o amor do seu povo. Afirmou, desprendidamente, que desejava que o posto fosse ocupado por um político mais jovem e que ele já estava velho e cansado. Ia dedicar-se aos livros, à coordenação política e à meditação. Apontou, para substituí-lo o zanzibarita Ali Hassan Mwinyi, que já ocupava o cargo de vice-presidente.

Deixou nome na história recente de África e um feito vitorioso, a união Tanganhica-Zanzibar.

O Presidente Kgyibanda, de Ruanda, confessava-me, certa vez, que sentia muita admiração pela visão de estadista de Nyerere, pela sua moderação e pelo seu desprendimento como homem público. Deu provas disso nos seus vinte anos à frente do seu país e a África Negra o lembrará ainda por muito tempo. Foi um dos seus arquitetos.

17. Davidson, Basil. Africa in History. Themes and outlines. St. Albans, Paladin Books, 1 974. p. 295.
18. Senghor, Léopold Sédar. Liberté 1. Négritude et Humanisme. Paris, Éditions du Seuil, 1 964. p. 41.
19. Cfr. op. cit. no capítulo Contacts, de págs. 40 e seguintes.
20. Sabbá Guimarães, Newton. Problemas, Caminhos e Perspectivas da descolonização em África - Um capítulo por escrever. Apresentada ao Curso de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Direito, no Verão de 1 987, essa monografia, aprovada pela Douta Banca, tenta mostrar, com serenidade e frieza, os percalços de uma descolonização apressada: de um lado pela impaciência dos líderes políticos africanos e de outro pela vontade que os antigos coloniais tinham de se verem livres das antigas colônias.
21. Acredita-se que o descontentamento de Nkrumah com o partido que lutava pela independência gradual de Ghana, o Gold Coast Convention, tenha sido justamente por esse gradualismo que ele, impaciente, não queria. Para um sociólogo de nomeada como é Ziégler esse partido era muito heterogêneo para poder resistir por muito tempo às suas próprias contradições...
22. Ziégler, Jean. Sociologie de la Nouvelle Afrique. Paris, Editions Gallimard, 1 964.
Esse autor escreve:
"... la United Gold Coast Convention (U.G.C.C.), dont les cadres étaient constitués par la bourgeoisie marchande de la côte et les petits bourgeois commerçants, avocats et pharmaciens des villes du Centre. Il s'agissait d'une organisation réformiste qui préconisait une évolution graduelle vers l'auto-administration, mais refusait de se laisser entraîner dans l'action directe" - p. 73.
Ora, essa moderação não era compatível com a impaciência e ambição do líder ganense!
23. Op. cit. p. 86.
24. Williams, David. Ghana in The Living Commonwealth (org.) Kenneth Bradley. Londres, Hutchinson, 1 961. p. 287.
Esse autor acrescenta:
"Dr. Nkrumah himself has declared that the new name kindles the imagination of modern West African youth by recalling 'the grandeur and the achievements of a great medieval civilization which our ancestors developed'" - p. 287.
25. Faz-se necessária a leitura da sua Autobiografia para que se conheça um pouco de sua personalidade. Muito se tem dito dele, de bom e de mal, e em vida ele despertou sempre muita polêmica pelas suas atitudes extremamen

Dedicar-lhe-emos um item especial neste capítulo e David Reed, em artigo aparecido nas Seleções do Reader's Digest (dezembro de 1964, 142 usque 149), dá-nos dele um retrato dramático, que vale a pena ser lido.

26. Reed, David. Art. cit. p. 142. Esse mesmo articulista repete a acusação em outro artigo das Seleções do Reader's Digest (agosto de 1966, p. 69).
 27. Brady, Thomas. Costa do Ouro: Vitrina da Africa (Seleções do Reader's Digest, 1957, jan. p. 137).
 28. Decraene, Philippe. O Pan-Africanismo. Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. p. 36 e 44 e seguintes.
 29. Nkrumah, Kwame. Ghana: Autobiographie de. Trad. do inglês por Charles L. Patterson. Paris, Présence Africaine, 1960. 293 p.
 30. Kwame Nkrumah. Consciencism. Philosophy and ideology for decolonization and development with particular reference to the African Revolution. Londres, Heinemann, 1966. 122 p.
- Ambos são livros de leitura muito sedutora. O primeiro foi ditado pelo estadista à sua secretária britânica, Miss Erica Powell, a quem ele faz rasgado elogio na primeira folha. O segundo, é um pequeno grande livro, muito denso, erudito, cheio de citações, em que está presente o Dr. Nkrumah scholar e pensador político. Escreveu ainda:
- Towards Colonial Freedom, I Speak of Freedom e Africa Must Unite, todos falando de uma Revolution que ele pretendia se espalhasse por toda a África sob a sua liderança e defendendo o pan-africanismo, em que jamais pareceu descrer. Os dois últimos citados são muito polêmicos e agressivos.
- Acreditamos que o melhor que o Dr. Nkrumah produziu foi os dois citados no bojo do capítulo e os que mais ajudam a uma compreensão do seu pensamento.
31. Lasky, Melvin J. Africa for Beginners - A traveler's notebook. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1962. 171 p.
 32. Op. cit. p. 81.
 33. Op. cit. ed. cit. p. 64 e seguintes.
 34. Op. cit. p. 67.
 35. Op. cit. p. 67.
 36. Op. cit. p. 40 usque 41.
 37. Nkrumah, Kwame. Consciencism, ed. cit. p. 102.

38. Op. cit. p. 93.
39. Lusignan, Guy de. L'Afrique Noire depuis l'Indépendance. L'évolution des états francophones. Paris, Fayard, 1 970. 410 p.
40. Op. cit. p. 183.
41. Reed, David. "Touré - o tirano que todos cultivam" in Seleções do Reader's Digest, dezembro de 1 972. p. 82 usque 86.
42. Touré, Ahmed Sékou. L'Afrique en Marche. 4a. ed. Tomo X das Oeuvres. Nenhuma outra indicação. 1 967. 694 p.
43. Op. cit. p. 66.
44. Op. cit. p. 66.
45. Op. cit. p. 66.
46. Garrison, Lloyd. "Sekou Touré (sic): Africa's top Nationalist - Or Africa's Prima Donna?", in The New York Times International Edition, Saturday-Sunday, January 7-8, 1 967. p. 5.
47. Vide item acima.
48. Vide no. 20 destas notas.
49. Op. cit. p. 144.
50. Sabbá Guimarães, Newton. "O Presidente Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim", in Jornal do Comércio, Manaus, 14 de julho de 1 971. p. 5.
51. Vide item acima.
52. Gatti, Ellen e Attilio. A África de Hoje. Trad. de Raul de Polillo. São Paulo, Melhoramentos, 1 961. p. 78.
53. Op. cit. p. 54.
54. Op. cit. p. 54.
55. Interessando-nos a política do Presidente Banda, pela sua coragem e independência, chegamos a escrever algumas vezes que era ele um caso isolado em África, como no ensaio sobre "A política internacional do Ngwazi Hastings Kamuzu Banda", a ser incluído no livro Impressões.
56. Jomo Kenyatta, o Mzee, de quem se contam tantas lendas, ficou bem conhecido pelo radicalismo dos primeiros tempos, mas esforçou-se muito por apagar aquela imagem negativa. E parece ter conseguido, se bem que aqui e ali fosse lembrado pelas suas atitudes dos tempos de luta pela independência. Ganhou projeção de líder moderado e de estadista sempre pronto ao diálogo com os outros governantes, do continente ou não. Nos últimos tempos ainda havia mudado mais e já falava como alguém que deixasse a pátria depois de ter cumprido uma missão. Ele considerava-se, então, uma espécie de líder messiânico e os seus discursos dessa época refletem o seu messianismo. No seu grande discurso à Nação, em 1 9 de

junho de 1969, considerado uma espécie de apologia pro vita sua, ele ressaltava os seguintes pontos:

1. Que a República do Quênia lograra atingir uma grande estabilidade política;
2. Era um Estado próspero, que pagava em dia as suas dívidas internacionais;
3. Que o monopartidarismo daria certo, pois o Kanu, o partido que era o seu, tinha laços indissolúveis com o povo e nada poderia quebrá-los;
4. Que ele, como seu líder nacional, estava orgulhoso do progresso queniano, onde as famílias estavam bem alimentadas e havia educação para todos, onde as pessoas de pés descalços eram uma lembrança do passado e onde as mudanças sociais eram visíveis por quem quer que visitasse o país;
5. Que o serviço público estava revitalizado;
6. Que se encaminhava para tornar-se uma democracia parlamentar e que, para isso, ele, como chefe do Estado e do Governo, assegurava eleições livres e que jamais candidatos seriam impostos de cima para baixo;
7. Falava vagamente de um Socialismo Africano, que não explica bem o que seja, mas lembra que a cultura africana está amparada no socialismo, pelo qual, através de uma complexa arena de organização e esforço e motivo, os homens podem buscar o progresso e a justiça social;
8. Adverte os que se voltam contra o Governo, pois se eles não estão por uma democracia livre, eles estão contra ela da mesma forma que estão contra a liberdade aqueles que querem implantar uma ideologia estrangeira, que se não coaduna com o pensamento africano e com as diretrizes que ele, Kenyatta, traçara para o nacionalismo queniano;
9. Que a União, Harambee, que era o slogan do Status queniano que ele criara, deveria ser o facho a iluminar sempre o povo e seu Governo;
10. Enfim, que como havia devotado mais de quarenta anos de sua vida a luta contra os inimigos do Quênia, para fazê-la livre, estava disposto a continuar se doando ou mesmo dar a sua vida, se isso fosse necessário, e é com esta mensagem que termina o seu discurso:

"Nimetoa maisha yangu yote kuwafanyia kazi nyinyi. Niko tayari kuendelea. Tunalojenga si kwa manufaa yetu sisi tu, bali kwa watoto wetu, na watoto wao pia. Nawaambia kwamba mambo yote tunayotaka yana-wezekana kukiwepo umoja wa nia na bidii baina ya Serikali, chama kinachotawala na wananchi" -

Madaraka Day. Hotuba ya Mheshimiwa Rais Mzee Jomo Kenyatta, 1.VI.1 969. p.13. Sem outra indicação, mas, com certeza, publicação do Serviço de Informação da Presidência.

Era um discurso diferente do que sempre exercitara. Moderado do ponto de vista de sua liderança africana, até certo ponto conservador como governante e messiânico como pan-africanista e nacionalista.

O Mzee, o Velho, mudara muito!

57. Kenyatta, Jomo. Facing Mount Kenya. The tribal life of the Gikuyu. Introd. by B. Malinowski. New York, Vintage Books, 1 965. 327 p.
58. Vide O Pan-Africanismo, ed. cit. p. 52 e seguintes. Esse autor chega a dizer que ele, Kenyatta e o Dr. Banda, são "os dois pan-africanistas mais populares nessa parte do continente negro" - ibidem p. 52.
59. Bradley, Kenneth. "Towards Self-government", in The Living Commonwealth (org.) Kenneth Bradley. Londres, Hutchinson, 1 961. p. 360 usque 387.
- 59a. Op. cit. p. 382.
60. Op. cit. p. 172.
61. Senghor, Léopold Sédar. Nation et Voie Africaine du Socialisme. Paris, Présence Africaine, 1 961. 138 p.
É um livro muito útil para quem quiser conhecer o pensamento político do Presidente Senghor e aquilo que ele chama de socialismo africano, diferente do de Kenyatta.

Senghor é um erudito e um idealista e o seu pensamento político ressentia-se desse idealismo que se choca com o pragmatismo de muitos líderes africanos do seu tempo.

Muito mais sofisticado culturalmente, impregnado do humanismo greco-latino, Senghor estava muito à frente de seus colegas pelo saber, pela inteligência e pelo idealismo político. Centrava, como Kayibanda, a sua política no homem e não no Estado, como a grande maioria fazia, daí que a sua négritude, aplicada à política, ficou para sempre incompreendida.

Poeta de grandes vozes, pensador dos melhores, prosador fascinante o líder senegalês foi, pelos seus críticos, considerado um excelente pensador e estilista francês nascido em África, o que pode ser injusto e cruel. Mas, na realidade, pela sua cultura, ele é um europeu e dos mais refinados...

Do seu livro famoso, há tradução brasileira, Um caminho do socialismo, de título tendencioso e não fiel, devida a Vicente Barreto, publicado pela Recrod, Rio de Janeiro, 1 965. 115 p.

A tradução inglesa, Nationhood and the African Road to Socialism, é mais fiel e correta, pois não tenta desnaturar o pensamento do Presidente. Foi feita por Mercer Cook e publicada pela Présence Africaine, Paris, 1 962. 132 p.

62.

Op. cit. p. 34.

Em nosso livro, Providenciais, Humanos & Heróis - Ensaio de Política Internacional (Manaus, Imprensa Oficial, 1 980. 239 p.), estudamos mais detidamente o aspecto humanístico da négritude no ensaio "O Presidente Léopold Sédar Senghor: Elogio da Négritude e do Novo Humanismo Africano", págs. 31 usque 59, que mereceria generosos encômios daquele homem de letras doublé de estadista.

Entre outras coisas, escrevi sobre essa posição do Presidente:

"Jamais aceitou o comunismo por entender que a "ditadura do proletariado" se transforma na ditadura do Estado e do Partido, e que uma elite de tecnocratas se perpetua no poder, esmagando as aspirações populares, com a ingerência estatal em todos os setores da vida nacional, como jamais quis aceitar o "régime du capitalisme libéral et de la free entreprise", como acentuou em "Nation et Voie Africaine du Socialisme", preferindo uma "voie moyenne". O ideal senghoria no seria o Estado democrático forte, em que o Estado não fosse senhor absoluto, mas guia, misto de paternalismo e liberalismo, de autoritarismo presidencial e atendimento aos interesses e anelos do povo. Genial como pensador político, o Presidente criou uma nova concepção de "democracia africana", tendo o homem como ponto de partida e de encontro, e o Estado transcendendo das meras questões de governo e de partido. Há para ele uma gradação entre Nação, pátria e Estado, e a Nação transcende ao sentimento de Pátria, em que os laços meramente afetivos e sentimentais estão presentes, e o Estado - uma concepção igualmente transcendental - não se confunde com a Nação ou a Pátria. O Estado é composição, é amálgama - ele se faz das concepções de Pátria e Nação, ficando-lhes bem acima porque ele é a ordem estabelecida, é a segurança, é a direção. Daí a necessidade de bem guiar o Estado, de saber adaptá-lo às origens do povo ou povos que o formam. A sua missão paira muito acima da de pátria e da de nação. Daí o cuidado na escolha do regime para dirigi-lo" - in op. cit. p. 48.

63.

Decraene in op. cit. ed. cit. p. 34.

64.

Op. cit. 512.

65.

Op. cit. p. 198.

66.

Op. cit. p. 198.

67.

A condição de letrado do Presidente Nyerere é acentuada por Decraene, entre outros, quando no seu livro O Pan-Africanismo (ed. cit. p.52) escreve que aquele líder africano é "de natural relativamente suave, as sinalado pelos estudos de letras feitos em Edimburgo".

Possivelmente por essa sua formação humanística ele se preocupou com um problema sério para toda a África Negra e que, infelizmente, não tem sido olhado com o mesmo cuidado: o da falta de línguas nacionais majoritárias que possam substituir o inglês ou o francês nos antigos territórios. Nyerere promoveu o cultivo do KiSwahili como língua nacional e uma das línguas oficiais do país ao lado do inglês e, com isso, conseguiu um grande êxito, ajudando a unir o país onde se falam dezenas de línguas e dialetos de pequena extensão. Ele mesmo escreve nas duas línguas e sua secretária privada informou-nos que ele já traduzira Shakespeare ao suaíli, como escrevemos no artigo "Nyerere, um mediador na difícil paz sul-africana e rodesiana" (Jornal do Comércio - Manaus, quarta-feira, 22 de junho de 1977):

"Um dos seus atos mais inteligentes foi, por sinal, o de dotar o país de uma língua nacional e oficial que não é européia: o kiSwahili, um dos mais importantes idiomas africanos, falado e compreendido, com pequenas diferenças, em parte do Quênia, de Kuanda, do Burúndi, de Moçambique, da Cabinda, em Zanzibar e em grande parte da Tanzânia, uma espécie de língua franca, muito estudada por toda a África".

E, mais abaixo:

"Homem culto, dotado de grande sensibilidade literária, o Mwalimu traduziu inclusive dois livros de Shakespeare ao swahili, "Julius Caesar" e "The Merchant of Venice" e escreveu vários livros: "Freedom and Unity", "Freedom and Socialism" e "Freedom and Development", onde está resumido o melhor da sua filosofia política" - art. cit. in fine.

68.

Tombalbaye, que se chamava primeiro François, alterando o nome para Ngarta, de acordo com a sua política de africanização do Tchade. Era um político empreendedor e honesto, mas muito teimoso. Sonhava com um Tchade unido, quando tudo ali o desune: línguas, religiões, origem étnica no Sul e ao Norte e até mesmo a geografia, região árida e desértica ao Norte, floresta úmidas ao Sul. Era um bravo lutador, muito valente e morreu de pé, sem render-se e sobre ele escrevemos um estudo e, sobre a sua morte deixamos um artigo que se encontra em Riscos & Figuras (Manaus, Imprensa Oficial, 1981), com que terminamos: "Ngarta Tombalbaye tinha bons planos para promover o desenvolvimento do país e atrair capital estrangeiro. Fez poucas viagens ao Exterior e foi dos presidentes do que menos se deram ao luxo de viagens aos países do continente. Trabalhador e dinâmico, ele se preocupava muito com o atraso em que jazia o Tchade. Queria implantar escolas e melho-

rar o índice sanitário, ambos muito baixos. Mas a oposição não lhe dava tempo para as grandes tarefas do Estado e do Governo. As dissensões na Assembléia Nacional continuavam porque havia deputados que favoreciam uma conversa a mesa redonda entre o Governo e os rebeldes nortistas, enquanto outros acreditavam no Presidente, que se recusava a ouvi-los reafirmando que não dialogaria com bandidos. O velho Tom era mesmo assim!

E, mais abaixo:

"...no dia 19 de abril de 1975, o Exército tomou conta do Governo e do país, soltando os militares presos e intimando o Presidente a renunciar e a entregar-se. Ngarta Tombalbaye fiel à sua nunca desmentida coragem, nem assinou a renúncia, nem se entregou: morreu lutando no Palácio da Presidência. Tinha 56 anos e governara durante 15 anos" - in op. cit. p. 169 usque 171.

69. Lavroff, Dmitri. Os Partidos Políticos da África Negra. Trad. de Eduardo Cambezes. Lisboa, Livraria Bertrand, 1975. p. 39 e seguintes, do cap. II: "Estabelecimento do sistema de partido único".

70. Essas palavras tinham determinadas conotações semânticas, que caíam de cheio na alma do povo quando usadas pelos líderes na busca de apoio para as suas investidas contra as metrópoles.

"Kwaca!", possivelmente nyanja, a língua mais falada no Malávi, quer dizer apenas aurora, o nascer do dia, mas gritada pelo Dr. Hastings Kamuzu Banda, significava o nascer de um dia independente para o território, uma nova vida para a então colônia da Niasalândia, um virar da página da história e, com isso, incendiava os seus ouvintes.

"Uhuru na Ujamaa!" de Nyerere, era a expressão suaíli para Liberdade e Socialismo, ou seja, que não existiria liberdade sem o socialismo africano que ele pregava.

O Mzee Jomo Kenyatta gritava simplesmente "Uhuru!", Liberdade, e mais tarde mudou o seu grito de guerra para "Harambee!", ou seja, fiquemos unidos.

71. Os Camarões, que muitos antropólogos consideram como verdadeira encruzilhada étnica na África Ocidental, pelo número de povos e línguas, dividia-se em duas partes, uma que estivera sob domínio britânico enquanto a outra sob o francês. Quando veio a independência, a 1.º de janeiro de 1960, foi apenas da parte Norte, presidida por Al-Hadjí Ahmadou Ahidjo. Mas em 1961, em plebiscitos supervisionados pela ONU, o território camerunês que estava sujeito à Inglaterra vota uma parte, a do sul, pela unificação com os Camarões, enquanto a outra prefere unir-se à Nigéria. Formava-se assim uma República Federal dos Camarões, com duas regiões, duas

línguas oficiais e dois sistemas políticos que, segundo Ahidjo, só faziam complicar a situação do país. Eram os Camarões Ocidental e o Oriental.

Em 1966, logo após a unificação dos principais partidos políticos nas duas partes são os formadores de um grande partido sob chefia de Ahmadou Ahidjo, enquanto que os partidos de oposição são dissolvidos. Forma a União Nacional dos Camarões, que, pouco depois, dissolve a Federação e forma a República Unida dos Camarões, sempre com Ahidjo à frente.

72. Vide ed. cit. no número 22. Análise completa da situação congoleza na 3a. parte do livro, de p.153 até 248.
73. Citado por Ziégler, op. cit. p. 248, nota de pé de página.
74. Op. cit. p. 95.
Aliás, Ferkiss dá-nos um estudo bellissimo no capítulo V do seu livro ao estudar, de modo bastante frio e imparcial "O triunfo do nacionalismo africano", de p. 88 até 112.
75. Ferkiss, Victor C. Africa - Um continente à procura de seu destino. Trad. de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro, Edições G. R.D., 1967. 361 p.
76. Op. cit. p. 106.
77. Nkrumah, na sua Autobiographie (ed. cit. no número 29, em sua tradução francesa), p. 77.
São palavras cruéis, mas que representavam a triste realidade do único país negro independente em África. Aqui, pelas nossas bandas, a situação do Haiti não era melhor, depois de vários reis e imperadores, presidentes vitalícios e temporários e muitas revoluções e quarteladas, além de duas invasões estrangeiras.
78. Leu-Grieder, Hermann. Tropenschule. Wegleitung fuer Auswanderer nach den Tropen. Zürich, Verlag Oprecht, 1945. 151 p.
80. Op. cit. p. 127.
O quadro por ele pintado é ainda mais cru do que os dizeres do Dr. Nkrumah.
Ele escreve, desapontado:
"Mit einigen hundert Dollars ist dort fast alles zu erreichen. Die Habgier einzelner Machthaber leistete der Sklaverei bis vor wenigen Jahren Vorschub. Es mutet merkwürdig an, dass ausgerechnet Söhne befreiter Sklaven waren, die ihrerseits diesem erträglichen Handel oblagen. Der vorletzte Präsident der Republik, King, der vor mehr als einem Jahrzehnt noch unter schwerer Kürassierbedeckung in die grössten Hauptstädte unseres Kontinente einzog, hat seiner-

zeit demissioniert, weil der damalige Präsident der Vereinigten Staaten, Hoover, energisch die sofortige Abschaffung der Sklaverei verlangt hatte" - op. cit. p. 127.

Era, com efeito, um triste quadro!

81. Marinelli, Lawrence A. The New Liberia. A Historical and Political Survey. Introd. by Léopold Sédar Senghor. New York, Frederick A. Praeger, 1964. 244 p.
82. Negus Neghushti em amhárico, a língua semítica oficial da Etiópia, quer dizer O Rei dos Reis, um dos muitos títulos porque era nomeado aquele monarca. Outros eram: Descendente de Salomão, Defensor da Fé, Defensor da Tribo de Judá, Protetor da Etiópia e outros.
83. Vide edição citada no número 52.
84. Era a Província de Fernán ou Fernando Poo, atualmente chamada de Bioko, que pertence à República da Guiné Equatorial e foi descoberta no final do século XV pelo explorador português Fernando Poo, cedida à Espanha em 1778. Somente no século XX a metrópole começou a colonizar ativamente a ilha e, para isso, usava inclusive esses trabalhadores liberianos alugados, na verdade submetidos a um regime de trabalho forçado e dados em "penhor" pelos seus parentes em Monróvia...
85. Op. cit. p. 463.
86. In: President William V.S. Tubman of Liberia Speaks. Covering Addresses, Messages, Speeches and Statements 1944-1959. Edited by E. Reginald Townsend - Secretary of Information and Cultural Affairs. Monrovia, The Department of Information and Cultural Affairs, 1969. p. 5 da "Introduction to the First Edition". Descontando-se o que E. Reginald Townsend diz de aparentemente palaciano, ele nos dá um belo retrato do Presidente que foi um grande líder nacional, talvez o maior de todos os que dirigiram a Libéria até hoje e, como disse o apresentador, "he has won national support for his bold development programs which have pushed Liberia half a century ahead".
Em várias ocasiões escrevemos sobre Tubman e no artigo "O Presidente Tubman, Reconstitutor da Libéria" (Jornal do Comércio - Manaus, 10 de junho de 1971), fizemos-lhe justiça acentuando que:
"A Libéria, entendeu Tubman, como a mais velha das repúblicas negras do continente, não podia manter-se isolada do que posteriormente se chamou de "unidade africana". E o presidente da Libéria tomou parte ativa em todos os movimentos africanistas em prol de uma mais íntima colaboração, entendimento e amizade entre os novos Estados. E cresceu, depois, a projeção da Libéria dentro da

própria África inquieta, graças à clarividência desse estadista consciente que é o Presidente Tubman, ao mesmo tempo que o seu próprio prestígio de estadista aumentava, dentro e fora do país..."

Nenhum governante liberaino conseguira tal êxito. O seu sucessor, Dr. Tolbert, Jr., um homem letrado, amigo dos estudos e muito bondoso, não teria a força e o carisma do velho Tubman, sendo derrubado por uma quartelada em que perdeu a vida.

87. Vide First Inaugural Address, das págs. 15 a 30 do livro citado no número anterior. Ali está toda a fé política do Presidente Tubman e as diretrizes que ele adotaria a partir de então para unificar o país. Ninguém lutou mais que ele para fazer da Libéria um país para todos liberianos e não apenas para uma arrogante elite que se considerava a dona da Libéria e de seu destino. Preservou, de modo inteligente, as instituições interioranas, não se voltou contra as tradições tribais nem contra os chefes tradicionais. Mas lembrava que todos deveriam, em primeiro lugar, sentir-se liberianos:
- "In the administration of our population inhabiting the Hinterland, our aim and purpose shall be to educate them into good and useful citizens, capable of knowing their duty status and rights as citizens, and competent of exerting, enjoying and asserting them; to have them love their native land and feel proud to be called Liberians"
- op. cit. p. 21.
88. O Dr. Tolbert Jr, perdeu a vida em um ano dos mais agitados na história africana e mundial, 1980, o mesmo em que morre Sir Seretse Khama de Botswana; em que é deposto o Presidente Godfrey Binaisa, de Uganda; em que o Presidente Mohamed Mahmoud Ould-Luli, da Mauritânia, é deposto pelo Primeiro-Ministro Mohamed Houna Ould-Haidala; em que o Presidente Luís Cabral da Guiné-Bissau é derrubado pelo Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira, em que recrudescer a guerra civil no Tchade.
- Acusado de deixar a corrupção à solta e permitir o afrouxamento dos costumes, o Presidente Tolbert, Jr. é deposto pelo sargento do Exército, Samuel Kanyon Doe, no dia 12 de abril. É assassinado friamente e Doe assume a presidência, onde ainda está.
- Foi suspensa a Constituição e imposta a Lei Marcial. Em 3 de julho de 1984 seria aprovado por referendo um projeto de Constituição. O Congresso é suspenso e a Libéria estreita relações diplomáticas com a União Soviética, ainda que continue a depender bastante da ajuda americana. As vinditas pessoais são frequentes, os magnicídios se tornam comuns e em 1981 o vice-presidente, Weh Syen, também influente líder tribal, é preso e executado sob a acusação de tramocar a deposição de Samuel Doe.

O Dr. Tolbert Jr. foi um dos mais cultos governantes que a Libéria já teve até hoje e deixou muitas obras, em boa parte seleção dos seus discursos políticos e religiosos.

89. Cfr. obra de Marinelli, The New Liberia - A Historical and Political Survey (ed. cit. no número 81), os documentos apresentados a partir da pág. 198. No discurso de abertura o Presidente Tubman dizia-se muito preocupado com o desenrolar da situação em várias partes da África, especialmente no Congo, onde havia guerra civil. É um belo e profundo discurso e um documento da época e que merece ser lido e meditado.

90. Os seus acertos foram bem maiores que os seus erros, daí me recendo o elogio de um estadista frio e reservado como o último Imperador da Etiópia, Hailé Selassié I, quem o chamou de um dos líderes mais importantes da África, e Léopold Sédar Senghorquem, na introdução ao livro de Marinelli, escreveu:

"Thus do we view William Tubman. Leader of his people, founder of the Liberian nation, and creator of its modern economy, he has done more alone than all his predecessors did together. We do not smile at Liberia the way we did before 1944. Today, Tubman is among the African heads of state who are most listened to, most respected. In his lifetime, he has entered into ^{the} history of the continent; never will he leave it" - op. cit. p.7 e 8.

Convenhamos que é um grande elogio e que ganha maior projeção vindo de quem vem, uma das maiores figuras do Continente Negro em todos os tempos!

Capítulo III

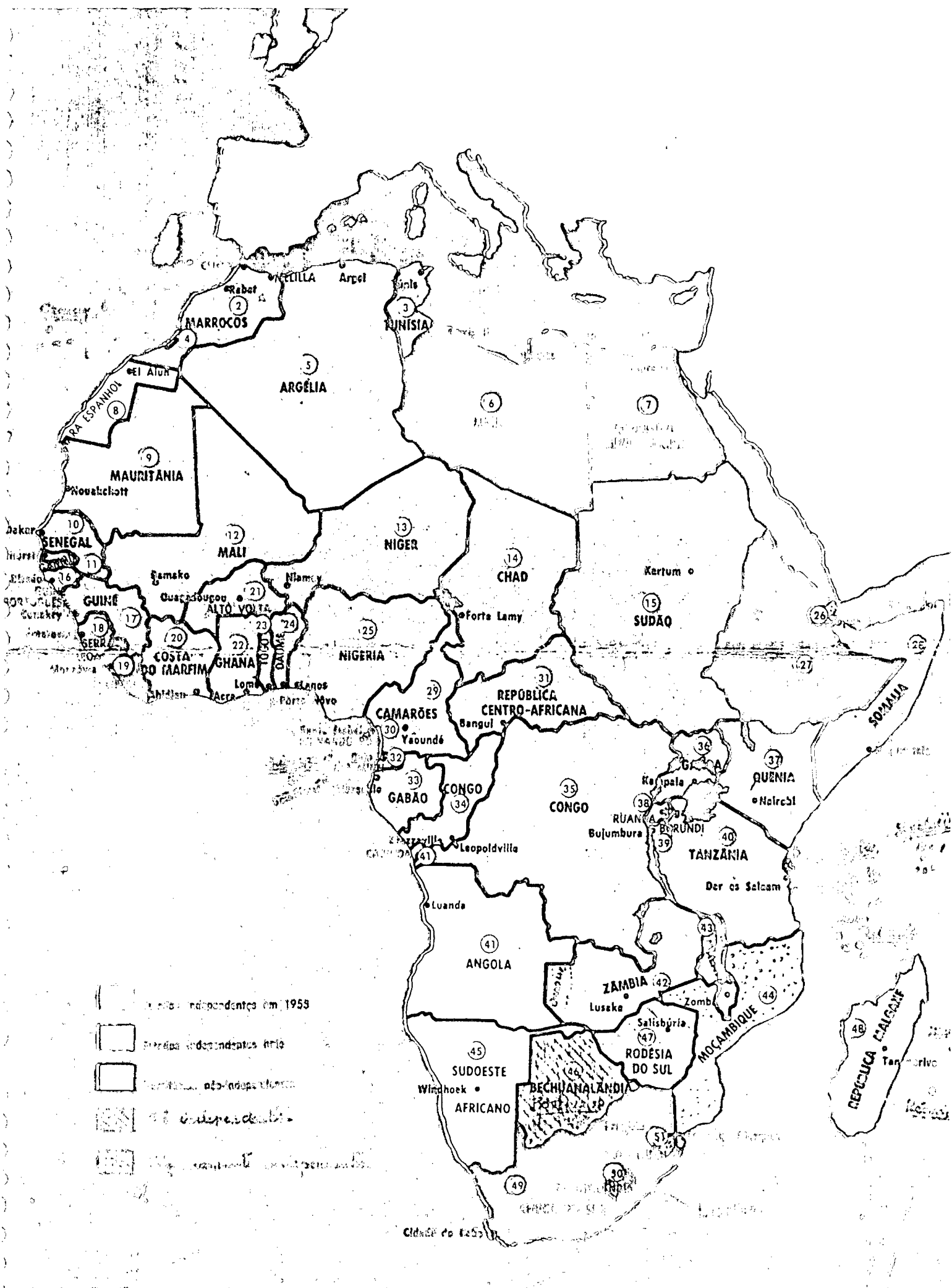
EM LUGAR DAS CANSADAS COLÔNIAS, NASCEM MUITOS PAÍSES

INDEPENDENTES E OUTROS EM VIA DE NASCIMENTO

- A fragmentação do mapa geopolítico. Vista geral -
Repúblicas e monarquias negras - O que sobrou dos
impérios coloniais - Lutas e ideologias por uma nova
África Negra - A Nêgritude - O sonho do pan-africanismo
- A busca de um Estado Africano - Que regime seguir. As
indecisões - As grandes conquistas e as grandes indeci-
sões na busca da afirmação nacional - Em busca de novos
caminhos.

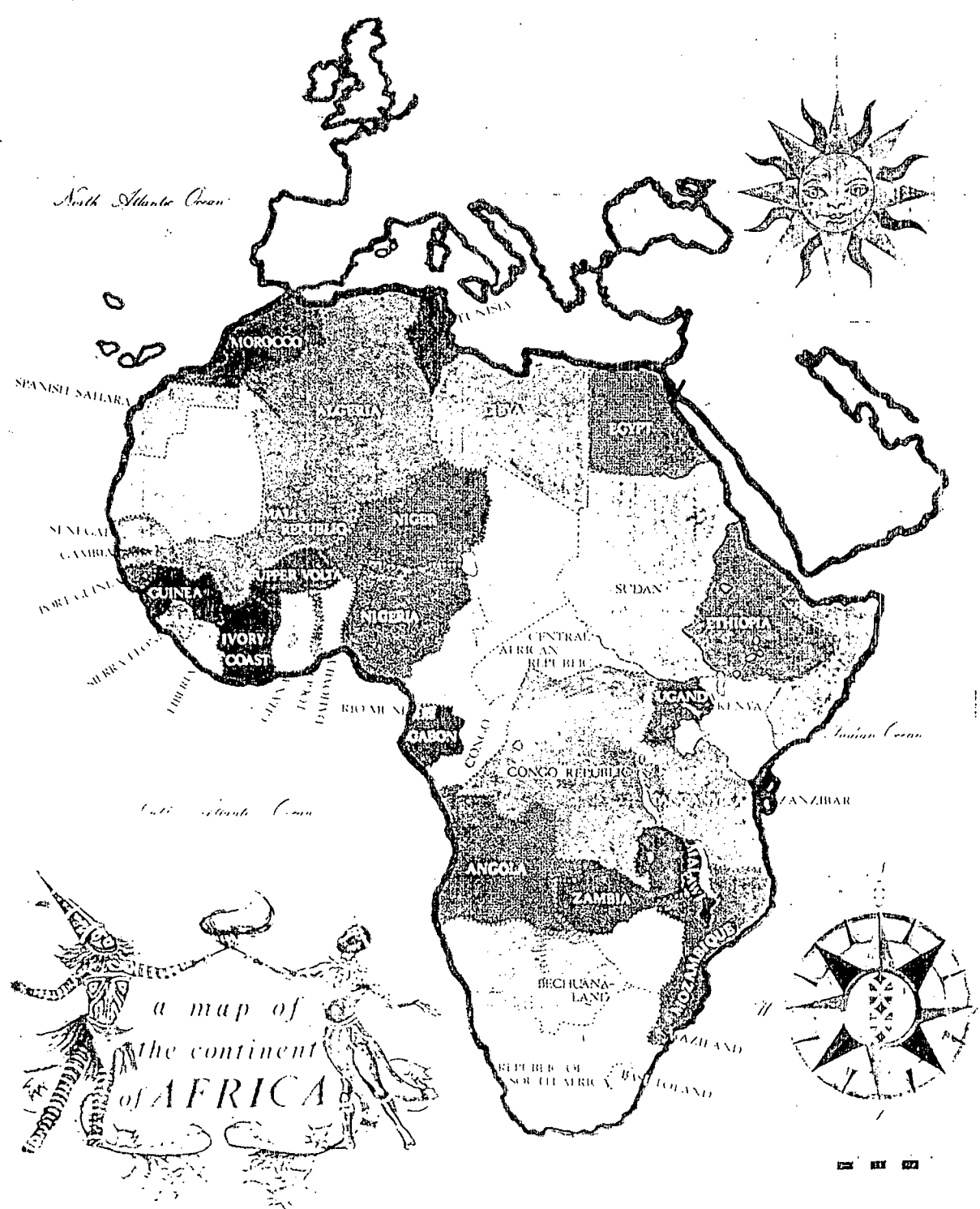
"Die Entflechtung der Kolonialreiche von einst, die sogenannte Entkolonisierung oder Dekolonisation, wie sich das Wort vom Englischen oder Französischen her prägt, hat eben zu einer Dritten Welt geführt, die vorher sozusagen nur ein Anhängsel der imperialen Mächte war, in ihren Teilen jeweils einer von diesen imperialen Mächten zugeordnet und für andere mehr oder minder unzugänglich".

Heinrich Bechtoldt/Walter Mogg in Politikwissenschaft. Berlin, Carl Habel Verlagsbuchhandlung, s/d. p. 177.



Mapa de uma África ainda não totalmente independente. Restavam as províncias ultramarinas de Portugal, o Saara Espanhol e a Rodésia do Sul, hoje República do Zimbábue.

Mapa do Continente Africano como ficou após a libertação observando-se, porém, a partição colonial. Muitos novos países tinham ainda os nomes antigos, como Tanganhica, Betchuanalândia, Basutolândia.



3.1. A fragmentação do mapa geopolítico. Vista geral

Antes de tornar-se Ghana independente sob a ação enérgica e também muito impulsiva de Kwame Nkrumah, chamado, de maneira entusiástica, de Osagyefo, quem se debruçasse sobre um mapa da África toda, veria, admirado, que ela estava dividida em colônias pertencentes a potências européias, ou protetorados cujas relações externas eram dirigidas pelas metrópoles. Em 1957 havia, independentes, os seguintes Estados:

Etiópia, monarquia que jamais fora colonizada por qualquer potência européia, salvo um curto período em que esteve sujeita ao Império italiano;

Libéria, república independente desde 1847;

União Sul-Africana, mais tarde denominada de República Sul-Africana, desde 1910;

Egito, monarquia independente desde 1922;

Líbia, um reino federado desde 1951;

Tunísia, um beizado soberano desde 1956 e logo mais república, com a deposição do Bey, no ano seguinte;

Marrocos, sultanato independente desde 1956, fundado sobre os alicerces do antigo Império Xerifiano;

Sudão, a primeira república árabe em África, desde 1956.

Notemos que, dos oito Estados, cinco faziam parte do chamado Mundo Árabe e que eram de religião muçulmana e língua oficial árabe; um, era uma antiquíssima nação, semítica parcialmente, cristã mas não católica, que se gabava de jamais ter sido colônia de uma potência européia antes da invasão dos exércitos de Mussolini. Quanto à África do Sul, ela tinha uma posição especial, pois era um dominion, fazendo parte da Comunidade Britânica e tinha governo de brancos. Restava a Libéria, o único Estado negro da África.

Mas a Libéria, como vimos demoradamente em capítulo anterior, ao tratarmos do significado simbólico desse Estado negro para a libertação africana, era tristemente encarada pelos outros africanos, se bem que, depois, sob a liderança esclarecida de Tubman, a situação mudasse sensivelmente.

O restante do continente estava partilhado entre Grã-Bretanha, França, Bélgica, Portugal, Itália e Espanha, uma vez que a Alemanha já havia sido aliada. Nem todos os territórios eram chamados de colônias no mais simples significado do termo. Zanzibar, por exemplo, era um sultanato que gozava de uma agradável semi-autonomia sob o protetorado dos ingleses: ali o soberano, um sultão de antiga dinastia afro-xirázi, governava e reinava mais ou menos imperturbavelmente, assim como em Uganda os kabakas tinham privilégios especiais entre eles os de dirigirem o Reino de Buganda sem serem incomodados pelos seus protetores britânicos. Eram situações especiais, muito especiais.

Por outro lado há partes de um mundo histórico e cultural que, sem qualquer denominação, jamais chegou a pertencer, de facto, a potências europeias, como as nações migratórias tuaregh, para citar um exemplo, uma vez que se deslocavam do Norte da África, a chamada África magrebina, até o Níger e a Nigéria, encravando-se em territórios então pertencentes ao domínio colonial europeu, mas sem na verdade se lhe sujeitar. Essa nação, que Leu-Grieder chama simplesmente de tribo,¹ tinha o seu lar em uma vasta extensão de terra, do Sul da Líbia até o Norte da Nigéria avançando por Timbuctu ("deren Heimat, escrever o autor, sich von der äussersten Südspitze Libyens bis zur Nordgrenze Nigerias und gegen Timbuktu erstreckt"),² tinha uma estranha unidade como povo e como costumes e Leu-Grieder fala mesmo de "Rassenreinheit", o que talvez seja discutível. Possuem uma língua sua, ainda que usem amplamente o árabe e possuem uma velha escrita sua, hoje, infelizmente, em decadência, mas que tem dado margem a muitas conjecturas e também a muitas pesquisas mais ou menos apaixonadas.³ Os tuaregh, plural de targh, são um povo misterioso, indominável, bravo, por excelência guerreiro, leal, orgulhoso de seu passado. Apesar disso, com a descolonização, foi um dos raros povos com características próprias sem um território específico e que lhes permitisse a formação de um Estado, espalhando-se entre vários países, em uma marginalização até certo ponto incômoda. Os seus atos de rebeldia na Argélia, no Mali, no Níger, na Nigéria e na Líbia, feitos esporadicamente antes e depois da independência, terminaram por garantir-lhes alguns direitos, inclusive participação no Governo, como em Niamey e reconhecimento de sua língua, mas não se pensou até hoje em conceder-se-lhes um território tampão onde ficassem alojados e pudessem constituir-se em Estado.

A fragmentação africana, é força dizê-lo, tem muito de irracional e que bem reflete a cupidez das potências europeias e bem pouco o interesse verdadeiro dos seus povos.

Como alertamos em capítulo anterior, nações ficaram divididas entre dois ou mais Estados e isso causou, mais tarde, profundo mal estar em a Nova África que surgia, impedindo mesmo que países assim fragmentados caminhassem mais rapidamente para a unidade política. Foi o que frisamos que, em inúmeros casos, um africano se sente primeiro filho de sua tribo e etnia do que cidadão de uma nova nação, ficando a sua lealdade repartida entre o seu grupo étnico em primeiro lugar e o seu Estado em segundo, o que é dramático para a consolidação de novas nacionalidades.

A situação é, agora, na grande maioria dos casos, irremediável, sem que se possa fazer retroceder a outra situação. Com o passar do tempo essa fragmentação terá sido compreendida e assimilada e países tão complexos caminharão para uma consolidação, a menos que surjam novos problemas como foi o caso de Biafra ou o catanguês, ou as várias tentativas dentro do território etíope e ainda não de todo resolvidas, não obstante a forte pressão dos novos governantes.

Há em África países de grande extensão territorial como o Sudão, o Zaire, o Níger, o Mali, o Tchade, a Angola, e outros, mas existem também os pequenos Estados como Ruanda, Burúndi, Gâmbia, Suazilândia, Guiné-Bissau, todos no continente, e os insulares como São Tomé e Príncipe, as Comoras, as Seixelhas e Zanzibar, além de um Estado que fica dividido entre o continente e ilhas, que é a Guiné Equatorial, além de um grande Estado insular, que é a República de Madagascar.

A maior parte dos novos Estados africanos tem saída para o oceano Atlântico ou para o Índico, mas existem alguns que são inteiramente continentais como o Burkina Fasso, o Mali, o Níger, o Tchade, a República Centro-Africana, a Uganda, Ruanda e Burúndi, o Zimbábue, Zâmbia, Malávi e Botsuana. Uns poucos ficam inteiramente dentro de outro Estado ou parcialmente espremidos entre dois Estados como a Suazilândia, o Ciskei, o Transkei, Venda, o Lesoto, Gâmbia, o Djibúti e Bofutatswana. Uma eventual independência da Eritreia, isolaria a Etiópia de sua saída para o mar Vermelho, o que poderia trazer muitas transformações na vida econômica daquele país, um dos de maiores populações em toda África. Com exceção de Zâmbia, riquíssima em cobre e da outrora bem organizada Uganda, os demais Estados landlocked, como os chamam os estudiosos ingleses, enfrentam muitas dificuldades para o seu desenvolvimento, mesmo o Zimbábue, que possui muitas riquezas naturais e herdou uma administração pública muito bem engrenada.

Como vimos anteriormente, todos os Estados africanos possuem suas línguas e dialetos regionais mais ou menos discrepantes entre si, mas são raros os que conseguirem elevá-los a condição de línguas oficiais, que permanecem as que os colonizadores europeus deixaram, ou seja, o inglês, o francês, o português e o espanhol, sendo que o flamengo, o alemão, o italiano e o holandês, se bem que estudadas a nível de universidade nos lugares onde foram um dia utilizadas como línguas oficiais ou co-oficiais (Zaire, Ruanda, Burúndi, Togo, Namíbia, Somália e África do Sul) já foram de há muito suplantadas por outras. O italiano continua a ter, por exemplo, grande aceitação na Somália e na Líbia, mas não já como língua co-oficial; o alemão é estudado por alguns acadêmicos e eruditos no Togo, nos Camarões, na Namíbia e na África do Sul e até falado por remanescentes de antigos colonos. O flamengo sumiu para sempre de Ruanda, Burúndi e do Zaire, onde ele era usado ao lado do francês, se bem que muito menos. O holandês já não ocupa nenhum lugar oficial na África do Sul, tendo sido substituído pelo afrikaans. Na Guiné-Equatorial, onde o espanhol é oficial, é lamentável o seu emprego e mesmo pessoas do mundo administrativo o escrevem incorretamente, como o autor teve oportunidade de constatar em seus contactos com o chefe do cerimonial da Presidência da República nos dias do então Presidente Vitalício Don Francisco Macías Nguema.

São esses fatos que contribuem ainda mais para que exista uma fragmentação sócio-político-cultural no continente africano e que está intimamente ligada a essa fragmentação geopolítica.

3.2. A fragmentação do mapa geopolítico. Vista geral

O terceiro continente em superfície, com 30.297.716 kms², ou seja, 20,0 % da superfície da terra, bem menor do que a Ásia e as Américas, a África porém contém o maior número de Estados que, se incluirmos os Estados não reconhecidos de Venda, Bofuthtswana, Ciskei e Transkei por pouco não atinge a casa dos sessenta.

No dia 25 de maio de 1963, em Adis-Abeba, na Etiópia, sob égide do falecido Imperador Hailé Selassié I, criava-se, oficialmente, a Organização da Unidade Africana, da qual eram signatários 32 Estados, incluídos cinco Estados árabes: a Argélia, o Marrocos, a Mauritânia, o Egito e a Tunísia. Daqueles dias em diante, o mundo assistiu ainda ao nascimento de muitos outros Estados que vieram aumentar o congresso das nações. Um de curta duração, já havia desaparecido quando se criou a OUA, Catanga e alguns anos depois outro teria a mesma sorte, Biafra, que esteve sempre em estado beligerante. Em 1964, isto é, no ano seguinte ao do nascimento da OUA, um velhíssimo Estado deixava de existir para anexar-se a outro, Zanzibar, o antigo sultanato que deixara de ser protetorado britânico em 1963, e formaria parte integrante da República Unida da Tanzânia (Jamhuri ya Muungano wa Tanzania), sob inspiração do Dr. Julius Kambarage Nyerere e a única união vitoriosa em África até esta data entre dois Estados distintos.

A África do Sul continuava a ser tratada como um país europeu, como se não existisse dentro do contexto africano e, não obstante as potencialidades e seu espetacular desenvolvimento econômico, governo constituído soberania, ora era visto como uma colônia "branca", européia, ora como não-existente, atitude radical que, somente mais tarde, mudaria um pouco quando países negros de modo formal, como o Malávi, ou informalmente como a Libéria do Dr. Tolbert Jr., a reconheceriam como Estado independente dentro da África Negra.

Há, nesse quadro complexo, como vimos antes Estados continentais e insulares e apenas insulares, com os mais variados regimes, desde a monarquia parlamentar, como o Lesoto, a uma monarquia de tipo tradicional, como a Suazilândia, passando para repúblicas como a Malávi em que o chefe do Estado é vitalício, ou a de Zâmbia, onde o governante foi eleito por "tempo indeterminado", para não dizer expressamente vitalício, a regimes militares, ou ditaduras monopartidárias e marxistas, até democracias pluripartidárias.

É um vasto quadro dos mais complexos, que o estudioso tem pela frente, cuja classificação parece fugir às classificações até então existentes e aceites.

Dessa complexidade, o seu fascínio. E a necessidade de um reestudo e uma tentativa de reclassificação.

Uma pergunta surge quando se fala da força do costume e da tradição em África: serão eles realmente significativos a ponto de manterem nos dias de hoje uma sociedade política nos velhos moldes?

Dizer que sim, tout court, ou que não sem mais nem menos parece-me perigoso. Em termos regionais, no interior de muitos novos Estados essa sociedade permanece quase imutável, mas toda vez que nos deparamos com a intelligentsia de formação européia ou americana, ou já nas elites formadas nas grandes cidades africanas, esse tradicionalismo parece ceder de modo repentino e há mesmo uma como revolta contra as tradições e os costumes do antepassados. Os líderes que fizeram a nova África Negra, por exemplo, educados em boa parte na Inglaterra e sonhando com um parlamentarismo ao estilo britânico, nem por isso optaram pela manutenção de formas monárquicas de governo, mesmo aqueles que tinham pretensões reais como Nkrumah. A maioria preferiu o sistema de governo presidencial com regime político claramente autocrático ou ditatorial. Se alguns tinham veleidades monárquicas, como Tchombé ou Bokassa, os seus seguidores realmente preferiam a forma de governo republicana em Estados fortemente unitários, o que era uma forma de manter o regalismo disfarçado, sob outra capa e outro nome. Old wine in new bottles, como dizem os britânicos, com não pequena ironia... Há sempre interesse dos líderes africanos em mostrar uma realidade que não é a realidade, o que descorça muito quem lhes pretenda interpretar a filosofia política, quando existe alguma. A grande maioria dos governantes é favorável a longos mandatos através de seguidas reeleições mais ou menos indisputadas, o que os tornam presidentes perpétuos, mas se alguém lhes falar de presidência vitalícia, retrucam até com irritação que isso não lhes passa pela cabeça, o que é uma hipocrisia sem limites. Na verdade, são presidentes vitalícios sem que exista a instituição da vitaliciedade nas suas constituições. A esse respeito lembramos de dois episódios muito parecidos: em 1974 visitamos o General Siad Barre em seu gabinete em Mogadixo e lhe fizemos muitas perguntas sobre as instituições da presidência somaliana e quando tocamos, ao de leve, na da vitaliciedade, ele deu um salto, se assim se pode dizer e negou peremptoriamente, mas anos depois, visitamo-lo outra vez. O Brasil já mudara de presidentes três vezes, como a maioria dos Estados americanos, mas Siad Barre continuava firme e forte, sendo reeleito por um Conselho Supremo com características legislativas e não pensava deixar o poder, bem ao contrário, propiciando um tremendo vazio ao seu redor. Na longa entrevista de quase quatro horas, tocamos na mesma questão e ele foi quase áspero na resposta:

- Presidente vitalício? Nunca. A Somália é uma democracia e não padece com tais instituições.

O Presidente Bongo, do Gabão, que se encontra há mais de 20 anos na presidência, respondeu-nos também que jamais aceitaria tais instituições e, mais tarde, nos escreveria uma carta gentil onde condenava a vitaliciedade da presidência da república. Aliás, continua neste ano da graça de

1988, firmemente instalado no Palácio Presidencial, reeleito por mais um se tê ni o.

São as marcas fundas do colonialismo e que nem todo o alarde de um independência de ponta a ponta do continente foi capaz de apagar. Uma denominação, aos ouvidos dos africanos, soa como grave falha e tudo aquilo que não esteja bem conforme com o pensamento geral dos europeus, dos americanos e de outros não pode ser endossado pelos dirigentes da Nova África. Democracia é uma palavra de ordem, mesmo em Estados que jamais a conheceram, como o Zaire. A vitaliciedade institucionalizada é antidemocrática e não bem vista de fora, mas sem o rótulo no texto da constituição, perfeitamente aceitável. Há, por parte do governante e do político africano em geral, uma profunda hipocrisia, um receio muito grande de ser visto diferentemente e de ser acimado de atrasado, mesmo os mais clarividentes e cultos. Usam então de subterfúgios dos mais diversos e até risíveis para esconder uma realidade que é. O General Micombero, do Burúndi, procedia como um autocrata real do passado mas se alguém lhe falasse em ditadura, em autocracia, em tribalismo africano, perturbava-se e perdia aquela postura verdadeiramente real de um tutsi bem nascido e que, nos dias da monarquia, vivera à sombra do Palácio Real, lado a lado com os mwamis⁴, inclusive o que ele depôs, Ntare V. Em longas conversações com o Presidente Micombero em Villa Talleh, ouvimo-lo discretear sobre democracia, liberdade, apartheid, domínio de minoria na África do Sul.

Continua a querer parecer bom menino, mesmo quando vociferá contra o antigo colonizador ou contra os "brancos" em geral. São essas marcas que precisam ser apagadas para que, verdadeiramente, surja uma nova África, sem medo de rótulos, sem querer parecer, sem slogans depreciativos.

O extremo ponto de fragmentação do mapa político africano se deve, em parte, a essas mazelas morais do colonialismo.

Todos têm de ser o que todos são, parece ser a mais séria implicação desse estado de coisas. O Presidente Micombero afirmou-nos que era, pessoalmente, monarquista e que admirava a realéza que, por muitos e muitos anos, dirigira o Burúndi, mas que ela era obsoleta, se já fora abolida no Ruanda. Esquecia-se de que essa forma de governo agradava aos burundineses e esta conforme as suas velhas tradições políticas, e tanto assim que, por várias vezes, houve tentativa de se restaurar o trono, todas elas reprimidas com desusada violência, sendo na última, assassinado o jovem monarca em condições misteriosas e cruéis.

Fronteiras artificiais, criadas pelo colonialismo, foram mantidas, contra as predisposições, tradições e interesses dos povos. Reagrupar as nações, manter vínculos étnicos dentro de um mesmo território, seria, como se disse então, voltar ao tribalismo. E tribalismo era atraso, era palavra feia, que nem deveria ser pronunciada pelos novos dirigentes. Tribalismo era o passado e o passado lembrava vergonha de um domínio escravizador por outros povos, vindos de outro continente.

Vemos, pois, curiosamente traçado um novo mapa, com países de tamanho desigual, com os mais diferentes tipos de Estados, formas de governo, sistema de governo e regimes. A América Latina, frequentemente dada como exemplo para um possível paralelo com a África Negra, dela se distancia muito, pois existe uma certa homogeneidade quanto às formas de Estado, governo e regimes, o que não acontece em África, a começar da rotatividade dos mandatos do chefe do Estado, mais frequente entre nós do que naquele continente, onde os governantes tendem a permanecer por longos anos à frente de seus países, seja por golpes militares, revoluções ou manobras institucionais. Assim era a América Latina das quatro primeiras décadas deste século. Os governantes se perpetuavam no poder e dessas longas permanências restam poucos exemplos: o regime militar do General Pinochet, a ditadura institucionalizada do General Alfredo Stroessner e a direita que o mantém, e a ditadura marxista de Fidel Castro, em Cuba. Em África são muitos os governantes que se acham devidamente instalados na presidência de seus países há bem mais de dez anos, e alguns já passam dos vinte anos. Via de regra as constituições africanas, como as de grande parte dos países do mundo, aceitam a reeleição presidencial, o que vem dar mais força à permanência dos governantes no poder.

Mas as diferenças não param aí. A África Negra se debate com o problema ainda muito sério da indecisão entre o monopartidarismo e o pluripartidarismo e está longe de ser resolvido. Até agora, tem havido uma franca simpatia para com o primeiro sistema que, diz-se, parece ter aprovado face às conjunturas africanas. São, aliás, as conclusões de um grande especialista do assunto, Dmitrí Lavroff, em seu livro citado.⁵

Repúblicas verdadeiramente monárquicas existem mais ou menos espalhadas por todo o vasto continente. Presidentes que vivem mais fustosamente do que jamais viveram reis no passado e que ficam à frente do executivo mais tempo do que ficaram muitíssimos reis e imperadores e que exercem um poder que poucos reis absolutos do passado jamais exerceram, são frequentes no atual mapa geopolítico africano.

Um distanciamento muito grande parece existir entre os governantes e seus povos apesar de rasgos com todas as capas de íntima aceitação e harmonia. Alguns, mesmo fazendo demonstrações altamente populistas e, com isso, parecendo simpáticos aos cidadãos, não conseguem esconder a distância que medeia entre o povo comum das ruas e os detentores do poder, muito maior, diga-se de passagem, do que a que existe entre governados e governantes na América Latina, pois temos a contar não a cor da pele, como entre criollos orgulhosos de sua ascendência ibérica e cholôs de sangue índio, mas grandes diferenças étnicas, linguísticas e religiosas. Sabe-se, por exemplo, que o Marechal Idi Amin Dada, da Uganda, tinha dificuldades em exprimir-se em inglês, a língua oficial do país e muita vez usava da sua língua tribal submetendo-se ao império de um intérprete em delicadas questões nacionais...

3.3. Repúblicas e monarquias negras

Esperava-se que, com a independência dos territórios coloniais, surgiriam por todo o continente vários Estados monárquicos, mesmo por que muitos dos novos líderes, como Ahmed Sékou Touré, Modibo Keita e o Kabaka Mutesa, se jactavam de pertencerem a uma velha genealogia real e que seus antepassados haviam sido reis de grandes impérios e reinos e, como tais, tiveram contactos com os primeiros europeus que por ali apareceram.

Aliás, Attilio Gatti saudando a nova África lembrava que nos próximos anos ainda surgiriam reinos ou novas repúblicas.

Mas para surpresa dos estudiosos africanistas, a grande maioria dos novos Estados a forma de governo republicano mesmo que ela, como acentuamos em outro item, tivesse todas as características de uma monarquia eletiva.

Por que isso, se a tradição africana era monárquica?
Acreditamos que:

- a. A monarquia lembrava um passado de sujeição da África Negra aos grandes impérios europeus;
- b. Boa parte dos líderes que despontavam, era de humilde origem e seguir a tradição monárquica seria, para eles, uma forma de contradição e sujeição;
- c. Os grandes líderes negros tinham formação socialista ou eram francamente marxistas e nessa linha tudo aquilo que soasse como privilégio de classe e de diferença social era de ser abolido;
- d. Outra facção dos novos líderes saíra dos sindicatos ou estudara nos Estados Unidos, impregnando-se do republicanismo americano;
- e. Os intelectuais e os militares que viriam dar o grande impulso para a libertação da África Negra eram imediatamente posteriores à grande transformação operada no mundo, com a II Grande Guerra e viram esboroarem-se, uma a uma as monarquias na Europa e em outras partes do mundo: Iugoslávia, Romênia, Itália, Bulgária, Hungria, Mongólia, os Estados feudais na Índia, o Iêmen, o Iraque e tantos outros, uns após os outros, esses Estados surgidos com nova veste depois da grande comoção, lançavam para fora as suas realidades, que pareciam anacronismos para os africanos à frente dos movimentos de independência de seus países.

Seria sincera esta posição? O desenrolar dos fatos mostrou que não e que apenas seguiram por uma questão de conveniências e para mostrar aos antigos senhores que tomavam os rumos que bem queriam e que adotando a forma de governo republicana poderiam mais facilmente seguir políticas econômicas que os aproximassem do Leste, como de depreende da leitura das obras política do Presidente camerunês, Al-Hadj Ahmadou Ahidjo.

Uma vez no poder, esses governantes se vestiam de uma pompa e luxo mais que reais, implantavam o nepotismo, faziam-se denominar presidentes vitalícios, de que ainda restam dois remanescentes, ou faziam passar leis especiais que derrubavam o instituto da não-reeleição presidencial em favor de outro que a permitia, muitas vezes, sem limites. Conservavam os reinos indígenas e, como no caso de Moïse Tchombé, casavam-se com filhas de poderosos senhores tribais, como o Imperador de Lunda.

Eram raros os republicanos verdadeiros, aqueles que sentiam o republicanismo em sua temporariedade, na sua rotatividade, no seu despojamento.

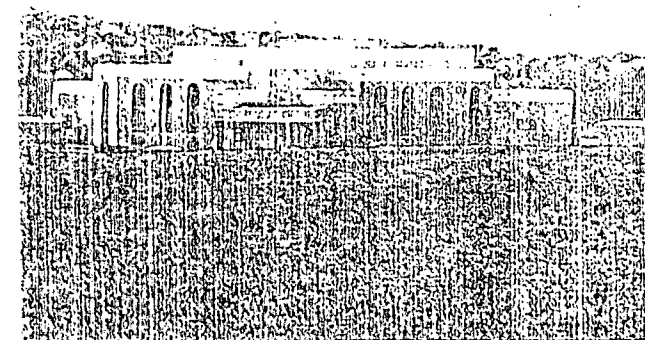
Os primeiros líderes, os da primeira hora, ficaram por muitos anos à frente de seus países, dez, quinze, vinte e mais anos, como poucos empreadores e reis do passado.

Cercavam-se de um cerimonial rígido e fomentavam o culto da personalidade em todas as formas, imprimindo a sua efígie em moedas e selos, erigindo estátuas, pintando quadros e painéis imensos em que apareciam ora como heróis ora como santos e o autor desta tese teve oportunidade de ver uma pintura gigantesca do Presidente Sékou Touré como cavaleiro salvador, armado de lança e couraça e uma auréola sobre a cabeça enérgica, em uma estranha alegoria mística, baseada nas lendas medievais católicas para um líder que se vantava do seu islamismo e da sua união com os "irmãos islamitas" do mundo inteiro. Outros, como Macías Nguema, dava à ilha principal do seu país, o seu próprio nome e havia trechos de orações que se pregavam nas escolas e nas igrejas que faziam menção ao seu nome, deificando-o. Ou seja, a reprodução nestes dias de privilégios reais de um passado remoto.

Imaturidade política? Não cremos, pois muitos desses homens que assim procediam, eram letrados, haviam passado por boas universidades e escreveram bons livros, eram excelentes "causeurs", homens finos, verdadeiros "hommes du monde."

Só que não podiam esquecer as tradições em que haviam vivido sempre e, antes deles, seus pais e seus avós.

Dai reconhecerem que as populações do interior, mais tradicionalistas, se compraziam com esse estado de coisas. Foram raros os que não se arrependeram de se voltarem contra os reinos tribais e o insucesso de Milton Obote, que podia ter sido um dos grandes governantes africanos, se deveu à violência de sua campanha contra os reinos dentro de Uganda, especialmente contra Buganda, o mais importante deles.



Producto de su época, el rey Goodwill encierra sinceramente las ventajas de la civilización («¡Gracias a Dios por los misioneros!», llama, refiriéndose a la educación impartida por aquéllos.). Y su pueblo aprecia el hecho de que a su moderno monarca le guste hacer cosas por sí mismo. Por ejemplo, aunque el rey dispone de chóferes que el gobierno KwaZulu le provee, a veces conduce personalmente el último modelo de su flotilla de automóviles, y lo hace con pericia, a alta velocidad pese a los malos caminos, y seguido a una discreta distancia por un vehículo policial de KwaZulu. Agreguemos a esto su intenable sentido del humor y su buen gusto a vestir (el color azul es su preferido) y tenemos a ver al rey como una persona, que toma activa parte en el mundo moderno. Cuando se le preguntó cómo conoció a sus esposas, bromeó: «¡Yo les propuse matrimonio! Nadie me impone una esposa a mí. Después de todo, uno tiene que vivir con ella durante toda la vida!»

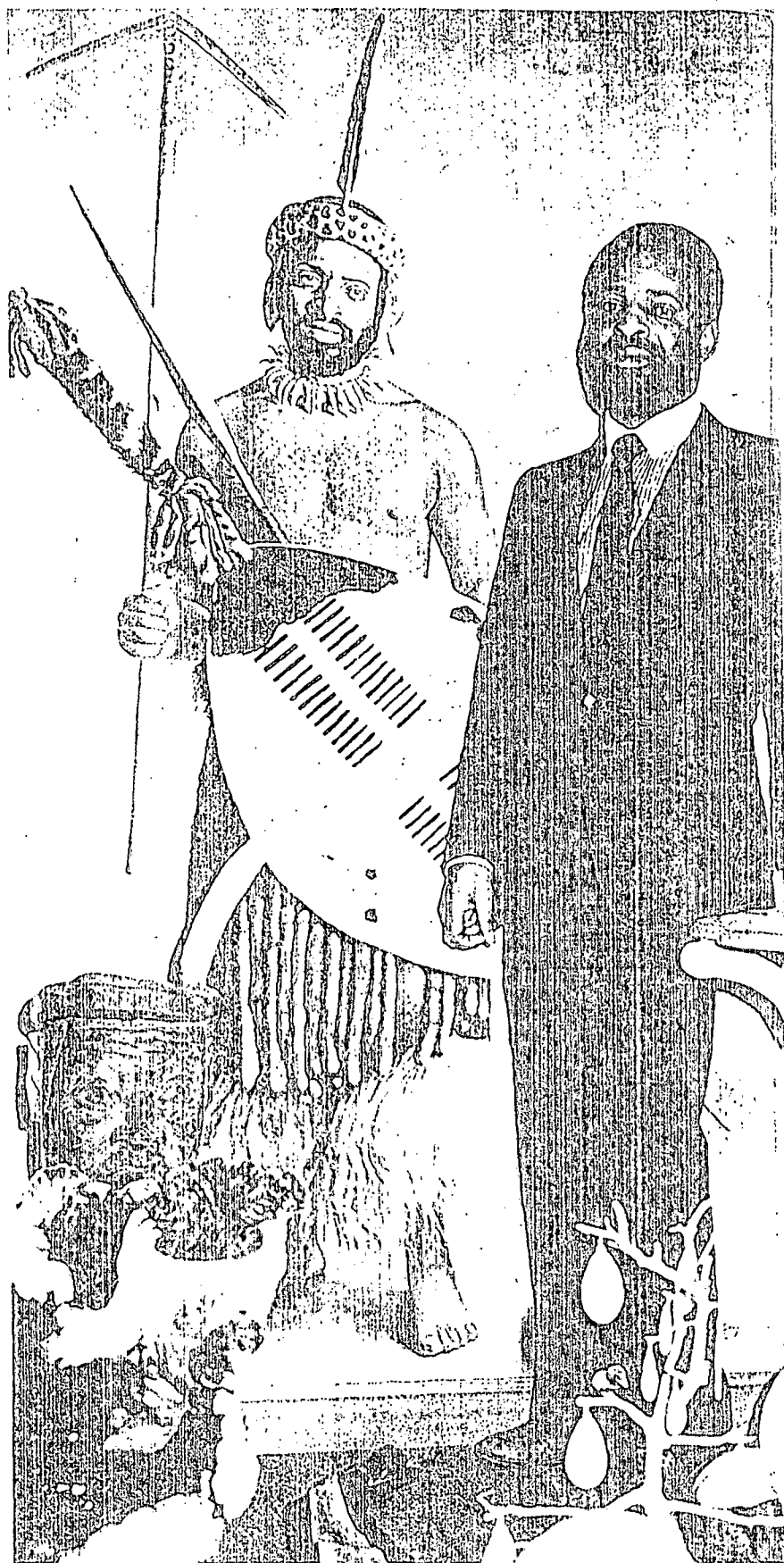
▲ El pabellón de caza del rey en las proximidades de Mkuze en KwaZulu septentrional. El rey posee otras tres residencias en el distrito de Nongoma

◀ El jefe de la nación zulú es hijo del extinto rey Cyprian y nieto del rey Solomon. Su bisabuelo, el rey Dinuzulu, estuvo exilado en Santa Helena. La nación debe su nombre a éste

Artículo: Lesley Dellatola

Fotografías: Lambert Smith, Robert Marnewick, y cortesía del Rey

El rey personifica la unidad de su pueblo y desciende directamente del Rey Cetshwayo, encarcelado en Inglaterra después de la guerra anglo-zulú



Foi assim que os territórios que se tornavam independentes se transformavam em flamantes repúblicas, quando, em certos casos, tudo levava a crer que adotariam a forma de governo monárquica de governo, como Botsuana, cujo líder político maior, Sir Seretse Khama era um príncipe de antiga família nobre do país e rei tribal dos Bamangwato. Mas conservavam as chefferies, os sobados, os emirados, os principados, os reinos e os impérios tribais.

Lesoto e Suazilândia, que possuíam uma maior unidade étnico-linguística, não se subdividindo em pequenos principados interiores, evoluíram normalmente para o governo monárquico, ambos em um arremedo de parlamentarismo casado com as velhas tradições nativas que, ao depois, sofreriam modificações e passariam por novos experimentos políticos, quando o Lesoto se torna uma ditadura chefiada pelo Primeiro-Ministro Leabua Jonathan quem, no auge de seu poder, o, chefiou um golpe contra o seu próprio governo, passando a dirigir o país com mão de ferro e chegando a prender em prisão domiciliar, o rei, que passa a ser uma figura meramente simbólica no reino, só não sendo derrubado pelo prestígio que a Casa Real goza no seio da população. Reintegrado em sua plenitude o Rei em dezembro de 1984 dissolve a Assembléia Nacional e nomeia comissão para rever a Constituição e fazer alterações, visando repor o primeiro-ministro em sua posição de chefe de governo, como anteriormente, mas a situação social e política do reino deteriora muito e no dia 20 de janeiro de 1986, o General Justin Lekhanya derruba não o monarca sem poderes, mas o primeiro-ministro todo-poderoso, Leabua Jonathan e forma um Conselho Militar de amplos poderes, tornando-se o Lesoto uma curiosa ditadura militar em que é reconhecida a autoridade do rei que tem seus poderes devolvidos. O Lesoto passa a ser uma espécie de ditadura real mas na qual, como na Itália mussoliniana, os poderes se concentram nas mãos do primeiro-ministro e não nas do rei, como aconteceu, em recentes anos, no Nepal, quando o soberano ali assume plenos poderes, deixando apenas uma posição simbólica para o primeiro-ministro eleito. Deixava de ser uma ditadura civil para tornar-se uma ditadura militar, sempre com o rei reconhecido, porém, o que mantém as características de uma monarquia pela forma de governo. Quanta à Suazilândia, que fazia muito tempo era governada pelos reis suazis guerreiros, ela passa também por modificações desde os dias da independência quando havia um primeiro-ministro mais ou menos ao estilo britânico, mas diferenciando-se por ser sempre um príncipe de sangue e, quase sempre, ligado à Casa Real. O rei conservava muitos poderes e era visto como fator de unidade nacional, representante supremo da Nação Suazi e símbolo do Estado, mas a administração ficava a cargo do primeiro-ministro. Um dia, em 1973, o próprio soberano, Ngwenyama da Suazilândia, Sobhuza II, dá um golpe de Estado e assume plenos poderes, rachando a estrutura parlamentarista do país e se tornando virtualmente um ditador real. Ele, curiosamente, não queria mais poderes e sim um retorno ao tradicionalismo das instituições suazias e um afastamento das influências européias no seu reino. O Estado ganha novas instituições que o povo aplaude e que permanecem, mesmo depois da morte de Sobhuza II.

Nos próximos anos, quando o chamado black homeland, KwaZulu, encravado em território sul-africano, se tornar um Estado independente, na esteira dos outros pequenos Estados que, como o Transkei, o Ciskei, Bophuthatswana e Venda, fazem parte da "konstallasie van state"⁶, a que alude o Presidente Botha, é bem provável que adote a forma de governo monárquica, e isto porque existe ali uma dinastia secular, hoje representada na pessoa do jovem Rei Goodwill Zwelithini, que se orgulha de ser descendente direto do famoso Rei Shaka, forjador da nação zulo. Muito estimado pelos seus súditos, pondo-se acima das questões políticas e partidárias, o monarca se contentaria em exercer, na futura monarquia, um papel constitucional que o deixaria na posição, por exemplo, do rei sueco, símbolo da nação e representante-mor do Estado, mas destituído de poder executivo, que ficaria nas mãos do primeiro-ministro. Aliás, o atual premier, Príncipe Mangosuthu G. Buthelezi, das mais discutidas figuras da cena política da África do Sul e uma espécie de gênio rebelde, que tem dado dores de cabeça aos líderes de Pretória, é aparentado do rei, isto porque pertence à Família Real, filho que é da Princesa Magogo, irmã direta do Rei Salomon kaDinuzulu, avô do presente monarca. Tudo isso faria com que, como na Suazilândia, os cargos principais ficassem nas mãos de uma mesma família e os laços reais fossem preservados. Ainda que não existisse o parentesco próximo entre o governante hereditário e o líder político, há a veneração dos zulos, muito tradicionalistas e conservadores, para com a sua realeza, o que leva a crer, como escrevem entendidos sul-africanos dos assuntos políticos da região, que o KwaZulu venha a ser mesmo um reino.

Serão as três monarquias negras restantes, ainda que a instituição real continue a ser preservada dentro de muitas repúblicas, em forma de pequenos principados com seus governantes hereditários respeitados pelos dirigentes republicanos.

Aparentemente sem muito significado que um Estado moderno seja república ou monarquia, uma vez que a grande maioria dos Estados do mundo venha preferindo a forma de governo republicana, insistir sobre o assunto é, porém, importante quando se trata da África e sua complexidade de instituições por ela ter passado, através dos séculos, a manter as instituições reais, hereditárias ou eletivas e por em os nossos dias, tendo optado pela república, não se desvencilhou, por completo, de seus príncipes e nobres, de seus chefes hereditários e de seus reis tribais e continua a venerá-los, mesmo quando caminha ostensivamente de "progressista", "democrática" e "republicana". Daí o seu importante significado para a compreensão da África de hoje com os seus para nós estranhos tipos de Estados e governos.

Há repúblicas que, na verdade, são como monarquias, pela firmeza de suas instituições políticas e pela postura de seus líderes, assim como pelos sentimentos de seus povos, ou pela sua grandeza material ou moral e um filósofo e sociólogo de seriedade indiscutível, como Raymond Aron, referindo-se aos Estados Unidos, chamava esse país de "uma república imperial"⁷

É interessante notar que, na África Negra, houve, logo no início da independência, por ocasião do surgimento dos primeiros grandes líderes que seriam considerados como os pais de um nova África, repúblicas que eram lideradas por antigos chefes tribais ou príncipes regionais, como se poderia chamá-los, e que davam às instituições republicanas uma feição nitidamente aristocrática, como foi o caso de Sir Seretse Khama, de Botswana. Esse governante, era o chefe hereditário dos bamangato e recebido pelos coloniais como um príncipe negro. Ele se cercaria de auxiliares saídos da sua região, do mesmo grupo étnico e ligados à poderosa família. Somente com a sua morte e a ascensão de Quett Masire, seu vice-presidente e representante de uma tribo minoritária, é que a situação sofreria grande mudança. Kazavubu do Congo, hoje Zaire, cercou-se igualmente de ministros, assessores e auxiliares diretos que eram poderosos príncipes tribais e quando eclodiu a luta entre os seus seguidores e o primeiro-ministro famoso, Lumumba, esse foi um dos pontos delicados. Note-se que o mais famoso inimigo de Lumumba era justamente o genro do imperador dos Lunda, Moïse Tchombe, lui-même um poderoso governante hereditário. Em Uganda existiu nos primeiros anos uma república aristocrática dominada pela elite política dos baganda, tendo à frente o infortunado Rei Freddie, kabaka de Buganda e presidente de Uganda: ele era o rei-presidente de um país novo em folha que não sabia que caminho seguir. Quase todos os grandes da República do Tchade eram sultões, emires, xeques, sobas, obas e chefes cantonais durante os dias da presença de Tombalbaye. Houve exceções e algumas até bastante radicais, como as de Ghana, onde o líder maior, o Dr. Nkrumah, não apenas não aceitava entre os seus auxiliares diretos os poderosos príncipes regionais mas os perseguia, só não conseguindo felizmente destruir antigos principados como o dos Axântis por serem tradicionais e terem fortes raízes entre as populações nativas. Na Federação da Nigéria, até os governos regionais ficaram, em o Norte, nas mãos dos emires poderosos, pertencentes a velhas famílias islâmicas e foi essa situação esdrúxula que trouxe algum descontentamento porquanto uma agressiva e nascente elite política formada de estudantes egressos de universidades americanas e européias não aceitava aquela república disfarçadamente aristocrática.

O republicamismo africano nasceu, pois, sob égide das velhas e sólidas tradições realengas. Não é verdade que ali houvesse uma sociedade que sentisse deveras a democracia sob feitiço republicano, como hoje tanto se apregoa. Frisa, até insistentemente, que a África Negra é uma sociedade sem classes, mas isso não é muito exato, como se pode inferir da leitura de livros imparciais escritos sobre os muitos Estados que ali surgiram, nem se dermos o devido apreço à história africana desde os grandes impérios, passando pela chegada dos europeus até ao fim do colonialismo. Nesse aspecto, poder-se-ia dizer que a América Latina sim, é que nasceu, em alguns casos, sob a estrela do republicanismo democrático.

E, pondo fecho a este item, não seria demais dizermos que, na África Negra, a velha tradição realenga, o apego às velhas tradições políticas, por uma contingência da época, seriam formalmente esquecidas quando da fundação de tantos novos Estados, mas sem dizer que mortas: pelo contrário, como tentaremos mostrar nos estudos de casos especiais, permanecem latentes e tendo ainda um importante papel no desenvolvimento político africano atual. A conservação de principados, sobados, reinos indígenas dentro de modernas repúblicas, é mais uma prova dessa perenidade.

Se não o fosse, que pensar-se do surgimento de várias repúblicas com presidentes vitalícios institucionalmente ou ainda a tentativa fugaz da criação de um império, o Centro-Africano, pelos esforços de Jean-Bedel Bokassa, o também passegeiro Imperador Bokassa I?

3.4. O que sobrou dos impérios coloniais

Além dos graves erros da partição colonial, que deixariam territórios em litígio e com futuro indefinido, como o Saara Ocidental, antes chamado de Saara Espanhol, ou a Eritrêia, que luta pela sua libertação, com avanços e recuos nessa luta de quase três décadas, há ainda uns poucos casos de permanência européia seja no continente africano seja no oceano Índico, em área que os geógrafos atribuem ao mundo africano, como Mayotte, que é, nominalmente um território de ultramar da França, assim como Reunião, que é um departamento ultramarino também de França. Santa Helena, em pleno Atlântico Sul e distante 2.000 kms da costa africana e ilhas adjacentes, é uma colônia da Coroa Britânica.

Aparentemente anexado a Angola está o Enclave da Cabinda, que teve a sua declaração unilateral de independência ignorada pela maioria dos países africanos.

Somente a Namíbia, chamada pelo Governo de Pretória de África do Sudoeste e o pomo da discórdia entre aquela potência e a África Negra, está com os dias contados para chegar à independência.

A África Negra achá-se, portanto, inteiramente nas mãos de seus filhos.

3.5. O que sobrou dos impérios coloniais: a questão do antigo Saara Espanhol

Não tem exatamente um grande interesse para nós na presente tese porque só parcialmente a vasta e deserta região outrora chamada de Saara Espanhol, ou Rio de Oro, está ligada à África Negra. A sua população é em grande maioria composta de povos saarianos e árabes, com grupos mestiços aos Sul, mas quase que todos falam dialetos mouros e árabe e estão dentro da faixa dos povos classificados como brancos. As suas relações, aliás, são mais com o Mundo Árabe e os países vizinhos de língua árabe e as suas questões cuidadas mais especificamente pelos Estados árabes.

Gerard Chaliand em livro específico sobre movimentos de libertação em África, A Luta pela África⁸, dedica algumas páginas ao Saara Ocidental, mas as suas conclusões são desencorajadoras e chega a escrever que "a Polisário e os sarauís não têm mais alternativas: a maioria do povo vive fora do Saara Ocidental - ou combate para retomar seu próprio país ou estará condenada a se diluir nos confins ocidentais do Saara argelino"⁹.

A questão talvez não seja assim tão sem significado para a África Negra pelos seguintes pontos que muito têm a ver não apenas com a estratégia das potências envolvidas mas ainda com o banimento do colonialismo das terras daquele continente:

1. Manter o Saara Ocidental em mãos marroquinas será comungar com os ideais expansionistas daquele Estado que, desde muito tempo, vem pregando a existência de um Grande Marrocos. Não se pode esquecer que o reino alauita causou sérios impasses ao reconhecimento da República mauritana pela suas pretensões ao território mouro, como parte do Império cherifiano. Só com muita habilidade, em boa parte graças aos esforços do prudente líder mauritano, Mokhtar Ould Daddah, primeiro presidente, e interferências de muitos líderes africanos e árabes, o problema foi resolvido. Um Marrocos que abrangesse o Saara Ocidental chegaria até praticamente às portas do Senegal, uma vez que a Mauritânia faz fronteiras com aquele e ficaria à mercê dos aguerridos marroquinos. A Mauritânia, chamou-a Chaliand, é "um Estado fraco"¹⁰ e muito instável internamente. Seria presa fácil de agressões marroquinas. O reino é estável, forte e tem exército dos melhores do Continente, gente aguerrida que,

no passado, chegaram até Timbuktu e outros lugares bem afastados, levando de roldão tudo o que encontravam. O soldado marroquino é, ademais, considerado dentre os melhores e foram as suas tropas que, em data recente, e pedido do General Mobutu, ajudaram a controlar a rebelião de Shaba e a manter no poder esse governante.

Além do expansionismo histórico, estão em jogo dois outros importantes fatores: as ricas jazidas de fosfatos (mais de 15 milhões de toneladas anuais), sem contar com o petróleo, o ferro, o cobre e o urânio, que podem trazer grandes divisas ao reino e motivo pelo qual o problema saariano não teve ainda um desfecho, permanecendo nesse impasse que dura já muitos anos, causando enormes gastos ao tesouro marroquino de uma parte e, de outra forçando os saharauís dexiarem a própria pátria em busca de melhores dias na Argélia e mesmo na pobríssima e conturbada Mauritânia, assim como trazendo grandes despesas à República argelina, que dá apoio aos lutadores da frente Polisário desde os dias do Presidente Boumedienne, há, ainda, a questão dinástica. Os alauitas, que são uma velha e poderosa dinastia, à frente dos quais se encontra o Rei Hassan II, sempre defenderam o expansionismo do Marrocos, em um nacionalismo à outrance, mas que cai bem no gosto dos súditos. Manter o território saariano é engrandecer a dinastia reinante, muito popular e respeitada. É uma forma de manter vivo o prestígio real. Uma retirada, seria desastrosa não para o reino, mas para a dinastia e nesse jogo de interesses. Aut vincere aut mori!

2. A pretensão marroquina, que se atribue um direito histórico ao território, é, ao mesmo tempo, a negação daquilo porque se vem tanto debatendo neste século, não apenas em África, mas no mundo inteiro: o direito de um povo de decidir livremente de seu destino e de seu futuro. Os saarianos querem seguir um caminho que eles mesmos escolheram, ou seja, a sua independência como república, não jungida ao Marrocos. Seria uma espécie de colonialismo e que daria cabida a outras tentativas: o Senegal cobiça a pequena República de Gâmbia e poderia, com o mau exemplo, muito bem anexá-la; ou o Zaire poderia anexar a Cabinda e assim por diante.

A posição dos países africanos está dividida quanto ao apoi

o às duas partes em litígio, mas Chaliand lembra que, seguindo-se à resolução da ONU que reconhecia ao povo saaraui p direito inalienável à autodeterminação e à independência, em dezembro de 1 978, em expressiva votação de 90 votos contra 10 (e 39 abstenções), mais Estados reconheciam a República Árabe Saaraui Democrática no mundo (proclamada unilateralmente pela Frente Polisário em fevereiro de 1 976) e em fins de 1 979 eram trinta e cinco os que a reconheciam, sendo que, em janeiro de 1 979, ou seja, um mês após a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, quatorze países africanos reconheciam-na formalmente.

O impasse continua justamente pelo jogo de interesses e de influências e citam-se os seguintes aspectos:

- a. A antiga aliança do Marrocos com os Estados Unidos e a excelente situação estratégica daquele, a um passo do Peñón de Gibraltar e, portanto, do Sul da Espanha e de Portugal;
- b. A política interna e externa do reino altamente conservadoras e voltadas para o Ocidente;
- c. A posição mediadora do Marrocos entre os Estados árabes e a Questão Palestina. O Malik Hassan II tem sido excelente interlocutor nessa questão e é bem visto por Israel;
- d. A barreira marroquina contra o expansionismo terrorista líbio. O Rei enfrentou com valentia as agressões do ditador líbio, Coronel Mu'ammarr el Qadhafi, em várias ocasiões;
- e. A ajuda prestada pelo Marrocos a países africanos, como Gâmbia e Zaire em tentativas de desestabilização de seus regimes e em rebeliões secessionistas;
- f. Havendo grandes riquezas minerais no território, estando este sob domínio marroquino, é possível a sua comercialização com o Ocidente de modo muito mais fácil do que seria se líderes radicais saarauis tomassem o poder;
- g. O grosso do exército real está em terras saarianas desde a saída da Mauritânia, que, esgotada e empobrecida, desistiu de co-participar na empresa imperial. No verão de 1 978 o regime de Mokhtar Ould Daddah esfacelou-se e, com ele, o curto sonho expansionista da Mauritânia.

Por outro lado, a Argélia, que defende a República saariana, conta com a ajuda líbia, mas com suspeita de uma maior interferência do homem mercurial que governa em Trípoli. A ingente luta dos saarauis redundaria em nada se o país sob esfera líbia, nesse ambiciosíssimo sonho pan-arabista do líder Qadhafi, ao qual vêm se esquivando os vários outros líderes árabes ansiosamente procurados.

A interferência líbia no Tchade foi uma alerta. Custou muito caro aos tchadianos e a lembrança está ainda presente. Repeti-la no Saara Ocidental, seria ruinoso. A Argélia evita um confronto direto e prefere, como diz Chaliand, ajudar a Frente Polisário "a drenar a energia e os recursos marroquinos"¹¹

Na verdade, por detrás dos panos, há um grande jogo de influências do ponto de vista geopolítico: Marrocos e Argélia, os dois principais envolvidos na questão saariana, disputam a hegemonia no Maghreb.

A potência estrangeira à área mais duramente envolvida tem sido a França, que, infelizmente, para não perder o prestígio de que goza em África, vem adotando uma postura dúbia: defende a integridade da Mauritânia, apoia discretamente o Marrocos e concilia com a Argélia, evitando assim o reconhecimento da República saaraui. A URSS, para quem a Frente Polisário se voltou em busca de ajuda, preferiu uma atitude de indiferença, evitando o reconhecimento da jovem república para continuar com a cooperação econômica, como antes, com o reino marroquino. É muito mais importante a amizade com o Rei Hassan II e seu regime do que com uma república muito pobre, sem qualquer estrutura administrativa e com um governo no exílio.

O impasse ainda vai continuar, lamentavelmente.

Como parece ser o da Eritréia, outro dos grandes erros de uma partição colonial arbitrária. Uma diferença, porém: no Saara Ocidental existe uma certa unidade política e as facções que lutam pela independência do território não estão discrepantes e conflitantes entre si como conhecidamente é o caso eritreu. A Eritréia, em que existe uma ajuda em massa da população aos guerrilheiros, que conta com bons estratégias e que inúmeras vezes quase que arrasou o exército etíope que para lá se deslocou, não tem a chefiar a sua luta pró-independência um grupo coeso, mas várias facções que guerreiam entre si, se hostilizam e se matam de modo impiedoso. E a luta se estenderá, por isso mesmo, por muitos anos, quem sabe até quando.

3.6. O que sobrou dos impérios coloniais: a questão da Namíbia

Talvez pelo fato de estar a Namíbia, ou África do Sudoeste, sob tutela da África do Sul, cuja legitimidade ainda hoje se discute, é que a questão tem estado muito acirrada.

Um vasto território de quase um milhão de quilômetros (mais precisamente: 824.269 kms²) e com uma população de 1.150.300 habitantes, segundo estimativas de 1980, a Namíbia-Africa do Sudoeste é rica em depósitos de minérios e a maior mina de urânio do mundo fica em Roessing, além de cobre, chumbo, zinco, manganês, que são explorados amplamente. As reservas de ferro e platina são consideráveis, assim como o são as de diamantes. É o que se pode chamar de um país rico em potencial e que bem administrado, poderia tornar-se mais viável do que muitos outros flamboiantes Estados africanos.

Mas a Namíbia apresenta um problema muito sério: a incompatibilidade entre as diversas nações negras que lá existem. De outro lado, há as diferenças com os brancos, em sua maioria de origem alemã e afrikâner. Essa diversidade étnica tem trazido séria inquietação aos que propugnam por uma independência imediata do território. Étnica e linguisticamente, essas nações que vivem no vasto território, são de origem banto em sua maioria, mas não observam entre si estreito parentesco como acontece com os bantos do Sul do continente. No censo de 1974, que a África do Sul promoveu com o maior rigor havia além de dois grupos especiais de mestiços - os "rehaboth basters, que falam afrikaans e insistem em serem como tais classificados e se mantêm em comunidades homogêneas, são descendentes de europeus que se misturaram com os nama e cruzaram o rio Orange em 1868 aproximadamente, enquanto os "coloureds", que também falam predominantemente o afrikaans, são de extração mais recente e habitam os centros urbanos, em especial a capital, que é Windhoek, o enclave sul-africano de Walvis Bay, Lüderitz e Keetmanshoop -, havia nada mais nada menos de oito pequenas nações, além dos brancos e apenas uma com boa percentagem, a dos ovambo. Todos esses grupos possuem as suas línguas próprias e inúmeros dialetos e são ciosos de sua cultural origem diversa. Os habitantes da chamada "faixa do Caprivi", seja o Caprivi ocidental, seja o oriental ou o central, pouco possuem em comum com os habitantes do Centro ou do Sul do território e ainda em começos deste séculos se guerreavam incessantemente. Muitos líderes negros relutavam em aceitar o domínio dos avambo por causa dessas lembranças ainda recentes e não se pode esquecer que prevenir maiores matanças intertribais, esses povos procuraram manter-se em lugares definidos, mormente os do Norte do território, que apresentam maior homogeneidade.

Há nações guerreiras, como as dos herero e dos nama, e há um povo curiosíssimo que é esse dos nama, parecidos com os bosquimanos e que estão entre os mais antigos habitantes do país. São pastores nômades que não praticam a agricultura, mas dependem para viver de seus grandes rebanhos de gado que tocam de um lado para o outro, em busca de pastagens e de água, além de serem excelentes caçadores e coletores de produtos do veld.¹²

Os brancos constituíam 11,9 % da população total, para 3,7 de

mestiços urbanos e 2,2 de "rehoboth basters". Os damara, herero, kavango e nama são 8,7, 6,6, 6,5, e 4,3 respectivamente da população total da Namíbia. Os habitantes da faixa do Caprivi são 3,3. Há os kaakolandars, que perfazem apenas 0,9 do total, além de povos alheios à região, como os tswaha e outros que chegam a 2,4 %.

São, como se vê, um mosaico de povos, nações, tribos, línguas e culturas bem diversificado e disso os administradores brancos têm tirado partido para protelar a independência do território.

A história do estabelecimento europeu na região difere um pouco da forma colonialista adotada em outras partes da África Negra. Durante todo o século XIX recrudesceram as guerras entre os vários povos que habitavam o território, sobretudo entre os nama e os herrero. Nessa época a África do Sul não tinha qualquer interferência na vida desse território. Chefes de tribos pediram às potências européias, notadamente a Grã-Bretanha ajuda para conter as guerras que dizimavam populações inteiras, mas esse reino, envolvido em outras frentes africanas, não se sentia com condições de estender a sua soberania além de Walvis Bay e algumas ilhotas da costa, que ela já anexara desde 1878. Por volta de 1880 chega à região o comerciante alemão F.A.W. Lüderitz, que compra aos reis nativos algumas faixas de terra junto à costa e as coloca sob proteção do Império Alemão em 1884. Mesmo a chegada dos alemães não pôde serenar os ânimos geurreiros dos nama e dos herrero e somente em 1898 é que o Império conseguiu pacificar a zona. Mas em 1904, seis curtos anos após essa tentativa de pacificação, os herrero atacam os alemães e contam logo com a participação dos nama e outras tribos rebeldes. Foram meses e meses de lutas encarniçadas, que dizimaram populações inteiras trazendo a fome e a devastação. No fim de 1906 o território voltava à paz e até 1914 ela se mantém inalterada. Na verdade, os alemães despejaram enormes somas de dinheiro para manter essa colônia e promover a sua modernização, mas jamais chegaram a exercer autoridade sobre todo o território. A faixa do Caprivi (nome dado em homenagem ao chanceler alemão, Conde von Caprivi), na parte oriental, assim como o Kaokoveld, a Ovambolândia e o Okavango ficaram sempre em mãos dos nativos. E quando durante a guerra, as tropas alemãs foram vencidas pelas sul-africanas, a região passou a ser administrada pelas forças militares sul-africanas. Mas só em 1920 a África do Sudoeste passou legalmente às mãos de Pretória.

Mesmo que nos pareça errado esse domínio sobre o território, devemos advertir, a bem da verdade histórica, que ele não é fruto de ocupação pura e simples: essa legalização remonta aos dias da finada Liga das Nações, partindo de um compromisso que buscava seu amparo no art. 22 do Acordo da referida Liga e que fora incorporado no Tratado de Versalhes, que entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 1920. A 17 de dezembro desse mesmo ano, o Conselho da Liga confirmava, inter alia, o mandato para a África do Sudoeste e definia os seus termos. A África do Sul, que desde 1910 era um domínio da Comunidade Britânica, passa a ser o Estado mandatário, com a obrigação expressa de proteger o

território e promover-lhe o seu bem estar, tendo de apresentar relatórios anuais minuciosos de suas atividades ali. A África do Sul, após sagrar-se vitoriosa sobre as forças alemãs no território hoje chamado Namíbia, quis anexá-lo na qualidade de seu território, mas não o fez limitando-se a administrá-lo na condição de trustship. Até o estourar da segunda guerra mundial, a situação permaneceu sem alterações e o Estado mandatário cumpria, sob supervisão da Liga, com as suas obrigações. Note-se que apesar dos esforços, a situação jurídica da África do Sudoeste não era de um trusteeship, mas de um mandato puro e simples e quando se esfacela a Liga das Nações e surgem as Nações Unidas, a nova Carta não mais acolhe a continuação do mandato sob sua supervisão, mas "provision was, however, made for the establishment under the authority of the United Nations of an international trusteeship system for the administration and supervision of certain dependent territories"¹³. A África do Sul, desde o início, rebelou-se contra o sistema imposto e em 1946 submeteu à Assembléia Geral da ONU uma proposta para a incorporação do território, insistindo em que uma grande maioria dos habitantes do territórios, entre negres e brancos, optava pela incorporação. O então primeiro-ministro, Marechal Smuts, informou à ONU que, se àqueles dias a incorporação proposta não fosse aceite, a África do Sul continuaria a administrar o território como vinha fazendo até então, mas não aceitaria o "trusteeship system". A questão evoluiu até ao seu envio à Corte Internacional de Justiça em dezembro de 1949 para que decidisse a favor da continuação do mandato ou do novo sistema aprovado pela ONU.

Em 11 de julho de 1950 os 14 membros da Corte que participaram foram unânimes em declararem a continuação do mandato sul-africano para a África do Sudoeste.

O impasse continuou e em várias outras ocasiões a Corte foi invocada para esclarecer certos aspectos da sua "advisory opinion" de 1950. Enquanto isso, graves acusações pesavam sobre o Estado sul-africano, "the mandatory state", sobre maus tratos inflingidos às populações nativas, além de um cerceamento de toda atividade política por parte dos negros. Pode ser que essas acusações fossem gratuitas, em parte devidas às paixões políticas e ao desejo de verem resolvido o impasse, que já durava muito.

De um lado, a teimosia sul-africana em não aceitar o system proposto pelas Nações Unidas, de outro esta em não mais reconhecer a África do Sul como "mandatory state". Aquele Estado insistia em que a supervisão das Nações Unidas significaria a ingerência de outros Estados, sobretudo alheios ao problema, nos assuntos do território, para o qual Pretória mandava grandes somas e investia em muitos setores, mas do qual também obtinha grandes lucros. Com o passar do tempo formou-se ali uma grande comunidade sul-africana mormente de afrikaners, que levaram o seu messianismo político e religioso, o seu puritanismo, a língua afrikaans, escolas, urbanização, alto nível sanitário, mas também as nefandas barreiras do apartheid, estabelecendo rígidos limites para brancos e pretos, aumentando a insatisfação reinante. Os afrikaners da África do Sudoeste eram uma minoria ainda mais conservadora do que a que ficara na África do Sul e se orgulhavam de terem ba

tido os até então imbatíveis soldados imperiais. Consideravam-se os novos senhores daquela terra e, possivelmente mais do que a desmedida ambição dos ganhos e enormes, impulsionava-os aquele messianismo político que já muito antes do Groot trek¹⁴ os guia. Consideram-se os civilizadores, os guias, os reformadores de uma nova grande África do Sul, em que os pretos são gente boa e pacífica, que merecem todas as benesses da terra mas que devem ser tutelados pela gente boer. Não é que os pretos sejam inferiores, mas são crianças que não sabem o que fazer do que possuem, muito menos de um liberdade outorgada. O autor, que viajou longamente pela África do Sul em diversas ocasiões, pôde observar, muito surpreso, as atenções que os afrikaners dedicavam aos negros, fosse nas mais distantes dor - pies¹⁵ ou nas grandes metrópoles, mas eram atenções que se prodigalizam a crianças, que não sabem o que fazem, enquanto o inglês, que não dá a menor atenção aos pretos, permite que eles guiem os seus próprios passos. Daí que resulta difícil uma avaliação da atitude afrikaner em relação aos povos bantos ou não que habitam não só a África do Sul, como a África do Sudoeste/Namíbia. Há o perigo, se apressadamente analisado, de se cair em injustiça ou pender para uma posição apologista.

Havia pontos conflitantes na própria "advisory opinion" dos Juizes de Haia, como o que causava maior complicação na sua interpretação:

- a. Quando a Liga das Nações se dissolveu, as suas funções supervisórias passaram a ser exercidas pela Assembléia Geral da ONU. Ora, a África do Sul vinha exercendo o mandato, quase como um trusteeship irregular, uma vez que a Liga recebia os relatórios anuais e supervisionava as atividades do Estado mandatário no território. Só não tinha o nome expresso de "trusteeship system". Havia uma supervisão menos ostensiva, digamos;
- b. Os Juizes lembraram que a competência para determinar ou modificar o status internacional do território cabia à África do Sul com o consentimento das Nações Unidas.

Esse item, arma poderosa em mãos do Governo de Pretória, vinha dar muita força ao parecer dos juizes de que a África do Sul não tinha a obrigação legal de "conclude a trusteeship agreement in respect of South West Africa".¹⁶ Tudo parecia conflitar: se as Nações Unidas, que haviam substituído a extinta Liga das Nações, assumiam as funções de órgão supervisor, por que aceitavam o fato de que somente a África do Sul, com o consentimento destas, poderia alterar o estatuto do território?

No dealbar da libertação africana, após a conferência dos Estados independentes da África, em Adis-Abeba, sob a presidência de Sua Majestade o Imperador Hailé Selassié I, os governos da Etiópia e da Libéria tomaram a decisão de levar a questão do território, novamente, à apreciação dos juizes da Corte internacional e isto foi feito em 4 de novembro de 1960. O então presidente liberiano, William Shadrach Vacanarat Tubman, que gozava de muito prestígio no

Terceiro Mundo, empenhou-se, juntamente com o velho monarca abexim, para ter uma decisão favorável. Seis longos anos decorreram, mas acontece que os Estados suplicantes não se limitaram apenas à questão de se havia ainda ou não um Estado mandatário e se a África do Sudoeste deveria continuar ou não a administrar o território, avançando nas acusações de envolviam assuntos internos da política sul-africana, a sua política de apartheid e até mesmo violação de direitos humanos e opressão às tribos nativas e militarização crescente. As questões secundárias e de mérito se estenderam até julho de 1966, quando a Corte chegou a uma decisão em que o voto de minerva do presidente deu ganho de causa à África do Sul: os juízes não decidiram se o mandato continuava ou não em vigor, mas acharam que os Estados suplicantes, o Império etíope e a República da Libéria, não eram partes diretamente interessadas no assunto, nem tinham o direito de decidir o que caberia à África do Sul fazer quanto ao território que ela administrava. Muitas das alegações, como a de militarização da Namíbia, não tinham a menor consistência e um general americano, imparcial, S.L.A. Marshall, que a visitou demoradamente em nome da Corte, declarou, de público, em 1965, que "the territory is less militarized and more under-armed than any territory of its size I have ever seen in the world".¹⁷

Apesar disso, a Resolução 2145 (XXI), adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 27 de outubro de 1966, em que estavam em jogo novos interesses e pressões políticos, uma vez que novos Estados surgiam e começavam a exercer suas maquinacões dentro desse novo cenário mundial que alterava o antigo mapa geopolítico do mundo, declara extinto o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste, até então sempre assim chamada. Somente dois anos depois, o território passaria a ser também conhecido como Namíbia.

Considerando as decisões de Haia como favoráveis à manutenção do statu quo ante, o Governo de Pretória recusou-se a aceitar a resolução da ONU e não retirou a sua administração do território e, pelo contrário, passou a adotar uma política diferente, visando à autonomia de futuros territórios negros, tal qual fizera na própria África do Sul. Criou conselhos legislativos e executivos para os ovambo e os kavango, fiel a uma filosofia de divide et impera e que contou com o apoio senão de todos os grupos envolvidos, pelo menos contou com o apoio incondicional dos seus chefes. Enquanto a Ovambolândia caminhava para uma futura autonomia, a ONU fazia passar nova resolução, pela qual o país se denominava Namíbia e pela Resolução 264 (1969), o Conselho de Segurança reconhecia a decisão da Assembleia Geral que decidira pelo término da administração sul-africana e insistia pela saída imediata do território namíbio. Pretória, por sua vez, fazia ouvidos surdos e considerava ilegal a atitude da ONU, estribando-se nas decisões de Haia. Sanções e mais sanções contra a África do Sul não impediram que o impasse continuasse e quando os quatro territórios autônomos daquele Estado se tornaram repúblicas independentes que nenhum outro Estado, salvo Pretória reconheceu, a situação na África do Sudoeste/Namíbia atingiu o clímax: temia-se que ali se formasse novos pequenos Estados dirigidos e supervisionados pela África do Sul e assim a situação chegou até os dias presentes, quando

190.
em um gesto altamente emocional o líder guerrilheiro foi reconhecido como o representante dos povos da Namíbia. Era a vitória de Sam Nujoma, cujo passado comprometido com atos de violência contra populações nativas discordantes, além de alimentar idéias extremistas contra a população européia, não o fazia o melhor dos representantes. Mas era ele, sem favor, o mais conhecido e aquele que, sob certos aspectos, teria forças para manter unido o país.

O mais interessante nisso tudo é que, nesse interim, a Corte Internacional revira as suas próprias opiniões e em 21 de junho de 1971, seguindo longo e demorado processo, considerara que:

1. A ocupação da África do Sudoeste pela África do Sul era ilegal;
2. Opinava que os Estados membros da ONU eram obrigados a reconhecer a ilegalidade da presença sul-africana no território e a invalidade de todos os seus atos ali praticados;
3. Suster quaisquer atos que pudessem significar o reconhecimento da legalidade sul-africana sobre o território em questão, assim como oferecer-lhe qualquer apoio ou ajuda nesse sentido.

Teimosamente, renitentemente, a África do Sul, já não mais um domínio mas uma república, considerava ilgeias todas essas decisões e fincava pés no território, agora agitado por frequentes escaramuças com a Swapo, a mão arma da do movimento de libertação dirigido por Nujoma.

O resto é por demais conhecido de todos os que se interessam pelos problemas africanos: contactos bilaterais, o crescendo das investidas guerrilheiras, a repressão sul-africana, a criação de partidos que vinham em apoio do Governo de Pretória e a falta de coesão dos movimentos negros.

Falando ao Senado do seu país, o então Premier Balthazar Johannes Vorster lembrou que, mais que tudo, se fazia necessário que o direito das nações indígenas de decidirem o seu futuro fosse respeitado e concluía:

"... I am convinced that there is only one solution to this problem, namely that the peoples of South West Africa be allowed to decide their own future without being hampered or disturbed. I believe that if outsiders should be involved, whoever they may be, this could lead to greater confusion instead of greater clarity being brought about in regard to this matter" - "Statement in the South African Senate on 23 October 1974.

Com efeito, como tudo o que diz respeito à África do Sul, todos se julgavam com direito a emitir pareceres e opiniões, esquecendo-se, o que bem mais importante, de consultar a opinião dos povos envolvidos diretamente, ou sejam, os ovambo, kavango, herrero, nama e outros, e, por certo, os brancos, que em 1974 constituíam uma expressiva minoria de 11,6, a segunda maior percentagem no território.

Mesmo agora, com a proximidade da independência, muitos assuntos ficaram sem ser resolvidos.

Os dois grandes casos africanos estão longe de terem um desfecho dos mais simples: o Saara Ocidental tem, pela sua importância geopolítica, muito a ver com a África Árabe e islâmica de um lado e a África Negra de outro e é uma espécie de "guerra esquecida".¹⁸ Quanto à África do Sudoeste/Namíbia, não obstante parecer encaminhar-se para um desfecho nos próximos meses, muita coisa não ficou devidamente esclarecida e as cisões internas, a divisão tribal ainda forte ali, possivelmente mais forte do que em outras partes da África, seja pelas suas próprias tradições ou por ter sido essa divisão estimulada pela África do Sul, não parece propiciar um futuro muito pacífico. Depois, o conhecido líder, Sam Nujoma, como amplamente divulgado pela imprensa mundial,¹⁹ parece gostar de apelar para métodos por demais truculentos e radicais para manter o que ele considera a unidade do país.

São os mais conhecidos, mas, na parte oriental da África, também a meio caminho entre o Mundo Árabe e o Mundo Negro, há um outro problema resultado dessa má partição e restos de grandes impérios coloniais e que anda meio esquecido nos últimos tempos, apesar de não estar morto: a questão da Eritreia, que dura quase trinta anos e não teve ainda um desfecho.

3.7. O que sobrou dos impérios coloniais: a questão da Eritreia

Tudo separa esse território em litígio do restante da Etiópia, desde as línguas, aos costumes e religião. Apresenta distante semelhança com a dramática situação saariana, mas desta se distancia quanto à liderança e ao apoio externo recebido.

O jogo de interesses parece ser ali bem maior e mais intrincado do que no Saara e, por vezes, mesmo mais argutos observadores internacionais e estudiosos dos assuntos africanos não conseguem entender muito bem o cipoal intrincado que é a questão eritreia.

Parece-se ao problema saariano pelo interesse dos habitantes em defender a todo custo uma futura independência, dando acolhida aos guerrilheiros, boicotando ostensivamente tudo o que possa servir de ajuda aos etíopes, escondendo líderes em seus casebres e preferindo a morte e as perseguições a entregar aqueles que lutam de maneira nobre e gloriosa, mas desesperada, faz tantos anos, pela independência de um Estado eritreu.

Em certo sentido, a da Eritrêia é uma guerra ainda mais duramente esquecida do que a do Saara. Tem tido altos e baixos, com algumas vitórias espetaculares que faziam crer que a independência era questão de dias, mas, em pouco tempo, essas vitórias davam lugar a pesadas baixas e a Etiópia, bem ou mal, se apossava de posições estratégicas e voltava a exercer o seu domínio tirânico sobre o território.

Guarda algumas semelhanças com a questão do Saara porque conta com a ajuda de países interessados no desfecho na região, estrategicamente muito importante. Não esqueçamos que a Eritrêia é a porta de saída da imensa Etiópia, o escoadouro natural para o seu comércio exterior. Pelas costas eritrêias, a Etiópia tem livre acesso ao mar Vermelho, ao Norte passando pela costa sudanesa e chegando ao Egito, de um lado, enquanto que do outro está a longuíssima costa saudita e, bem próximo, quase nas lindes djibutianas, a caminho do Sul, o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul, com o importante porto de Aden. Daí é a saída para o mar Arábico e a vastidão do oceano Índico. Como a Etiópia vive em mais ou menos perpétuo atrito com a Somália, mormente desde a ascensão de Siad Barre ao poder, em 1969, atrito que chegou a guerra entre os dois países pela posse do Ogaden, a Eritrêia é, também, a porta de entrada da Etiópia em caso de outra guerra com a Somália. A rota do petróleo passa diante das costas eritrêias também e essa é uma zona de grandes influências, de grandes intrigas e de grande significado para aquela parte do mundo, também um preciso divisor entre o Mundo Árabe e islâmico e o Mundo Africano propriamente dito, da África Negra. A Eritrêia, o Djibúti e a Somália, que cercam a Etiópia, são muçulmanos, enquanto esta é cristã em sua boa parte. Mais ao Norte há um grande Estado parcialmente muçulmano, o Sudão. Ora, a Etiópia conta com a maior e mais antiga tradição cristã da África e ela mesma está em uma encruzilhada das mais curiosas: parte de sua população fala línguas e dialetos semíticos, aparentados aos dialetos árabes do Sul e em um distante passado tribos iemenitas ter-se-iam deslocado e dominado porções da Etiópia, deixando-lhe, inclusive, a língua. A elite dominante, dos amharas, é quase toda cristã e fala amárico e sente entranhado orgulho desse cristianismo antigo. A língua oficial do país é o amárico, que muitos preferem chamar de etíope moderno em contraposição ao ghe'ez ou etíope antigo, utilizado apenas nos serviços religiosos, uma espécie de língua religiosa, ou latim dos etíopes cristãos.

Nações indígenas, como a dos gala e tigré, aos poucos aceitam o dinâmico proselitismo islâmico e não obstante não se possuem dados atuais e oficiais, calcula-se que 1/3 da população etíope de 42.169.203 habitantes é de islamitas, o que é muito para um país orgulhoso de suas antigas tradições cristãs. Enquanto isso, o árabe se difunde no território eritreu, suplantando aí o número dos que falam a língua oficial, o amárico.

Com a queda da monarquia, a situação parece ter-se deteriorado ainda mais e o Governo Revolucionário vem tentando uma sovietação do país, inclusive copiando o Estatuto das Nacionalidades, pelo qual dividiria o territó-

rio imenso em regiões administrativas, que seriam 24, e cinco regiões autônomas que incluiriam justamente as partes mais agitadas, ou seja, a Eritrêia, o Tigré, o Ogaden, o Assab e o Diré-Daua, onde as línguas, tradições culturais e religiões seriam preservadas, se bem que o governo da atual República Popular Democrática, saída do plebiscito de 19 de fevereiro de 1987, venha estimulando o ateísmo, o que desgosta a importante minoria islâmica, assim como a muitos coptas.

A guerra pela independência da Eritrêia parece ter perdido um pouco do seu ardor após a transformação do território em região autônoma da República, em uma espécie de federalismo canhestro, em que Adis Abeba diz a primeira e a última palavra sempre.

Mas o grande problema dessa guerra esquecido reside na divergência entre os líderes guerrilheiros, entre os chefes do movimento pró-independência que, diferentemente dos saarauí, não se entendem entre si e até hoje não chegaram a um acordo, preferindo a luta separada quando não estão a guerrear-se entre si.¹⁹

Havia na Eritrêia uma consciência política bem maior do que no Império e isso se acentuou com a anexação mussoliniana, que modernizou o país do ponto de vista administrativo, rasgou rodovias e implantou um sistema ferroviário, além de ter ensejado o surgimento de uma pequena burguesia nativa educada, mandando aqueles que mais se distinguiam a completar estudos na Itália. Se o Governo do Duce não admitia maiores contestações, pelo menos teve forças para banir dali o feudalismo e implantar escolas, ajudando a escolarização em três línguas principais, o italiano, o tigrê e o árabe e isso tudo mais os separava dos etíopes, mergulhados ainda no mais atrasado conservantismo, dominados por senhores feudais que, muitas vezes, ignoravam o poder central.

Com a derrota italiana na região e a chegada dos britânicos a partir de 1941, a situação mudou mais ainda, pois os ingleses permitiram a criação e desenvolvimento de partidos políticos e dotaram os eritreus de instituições democráticas. Cada vez mais a Eritrêia se distanciava do Império, que continuava firmemente apegado às suas tradições feudais.

Entretanto o Imperador Hailé Selassié I não perdia tempo e velut umbra subencionava um partido "unionista" desde 1943 e que pretendia fazer da Eritrêia uma província da Etiópia. Apoiavam-se no clero copta, que tinha imensos poderes e era muito ligado ao soberano. A união não era porém o alvo de todos, muito menos do herói nacional eritreu, Woldeab Wolde Mariam em torno de quem se agruparam muitos cristãos dissidentes e mesmo grupos de muçulmanos que pretendiam uma Eritrêia livre. Formaram o Partido Progressista Liberal, ao qual se uniria, em 1946, a poderosa Liga Muçulmana, pelo que se vê que a oposição à união era bem maior do que muitos poderiam acreditar, uma vez que se uniam coptas e muçulmanos, quase sempre em posições diametralmente opostas naquele país.

Tudo levava a crer que dali surgiria um novo Estado e tanto assim que a ONU enviou uma comissão para auscultar os anseios da população sobre os quais se basearia para sugerir a independência. As conclusões foram muito contraditórias e veio então a Resolução 390, apresentada pelos anglo-saxões e doze outros países, votada em 1952, e pela qual se recomendava que o território se federalizasse ao Império etíope. A Eritrêia seria uma entidade autônoma unida à Etiópia, algo assim como é hoje o caso de Zanzibar com a Tanzânia.

Não se podem esquecer as maquinações do Rei dos Reis, um político altamente habilidoso, um diplomata experimentado e uma figura de estadista que transcendera as fronteiras africanas e que gozava de muito respeito no mundo. Para ele era importante manter a Eritrêia como província federal, e era uma saída etíope para o mar. Por sua vez, grandes potências como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tinham interesse na região, daí o seu apoio às pretensões anexacionistas do monarca. Mas o Imperador não descansara e queria mais. Não um território autônomo frouxamente ligado ao Império, nem uma província federal, mas uma província que dependesse de Adis Abeba e pouco de mais, usando de todos os meios, "progressivamente, através de assassinios e de intimidações, a autonomia foi esvaziada de qualquer conteúdo", como diz Challand.²⁰ E a Eritrêia passava a ser a décima quarta província da Etiópia e, com ela, uma nova fase, a armada, na luta por uma distante e difícil independência.

O Parlamento regional vergou-se, dócil, às ambições de Sua Majestade Imperial e aprovou a anexação. Ato contínuo, em 1961, criava-se uma Frente de Libertação da Eritrêia, movimento que, de início, foi predominantemente muçulmano e que, por isso mesmo, receberia apoio dos países árabes e, que, mais para diante, viria a receber apoio de outros países. As coisas não se faziam esperar e, com elas, saiu-se vitorioso, mais uma vez, o Imperador. Existem ainda em luta as seguintes facções: a Frente de Libertação da Eritrêia, aquela que poderíamos chamar de histórica, de forte conotação muçulmana e que conta com o apoio dos Estados Árabes mais conservadores; a junção Frente de Libertação da Eritrêia-Forças Populares de Libertação, dois movimentos aparentemente dirigidos por Osman Salah Sabbé e claramente pró-árabe, menos muçulmana nesse sentido e mais arabizante e que conta também com ajuda de países árabes conservadores e moderados, e uma terceira facção, radical, marxo-leninista, que saiu como cisão esquerdista da FLE e que conta em seus quadros com dirigentes saídos em sua maioria da província de Tigré e que são cristãos. Afóra esses grupos organizados, que não se unem, existem pequenos grupos dentro dos três grandes grupos. Os tigreenses que dominam a mais radical das facções não se querem submeter à direção dos muçulmanos, esquecidos de que a maior parte dos eritreus é composta de muçulmanos e se propõem a assumir uma vocação nacional, infiltrando-se entre os camponeses e entre eles conseguindo a sua maior adesão.

Até 1967 o Governo imperial considerou os guerrilheiros co-

mo hordas de bandoleiros, shiftas. O Imperador desprezava-os e acreditava que poderia dominá-los de um momento para outro e foi esse um dos raros momentos de pouca clarividência do velho estadista. Os movimentos se adensaram e eles passaram a receber ajuda dos países árabes, conservadores, moderados ou progressistas, assim como da China. Mas Hailé Selassié foi, com efeito, um dos mais inteligentes e hábeis governantes que jamais nasceram em África e se tivesse nos últimos dias, já minado pela doença e desiludido pelas ingratidões dos seus, pelas intrigas palacianas, usada da mesma habilidade com certeza o Império se teria mantido na pessoa de seu filho, o Príncipe Herdeiro Asfa Wossen. O Soberano sapou a ajuda externa, conseguindo que, em troca do seu reconhecimento na ONU, a China, em 1971, cessasse de ajudar os revoltosos. Para "contrabalançar a ajuda árabe, o imperador obteve de Israel assessores especializados na contra-insurreição", comenta Chaland.²¹ E o movimento pareceu perder o seu élan inicial. Depois, recrudesce ram as lutas intestinas e de 1971 a 1974 a FLE tentou acabar de vez com a radical FPLE, em uma guerra dura e impiedosa, em que as encontrou a queda do Império e surgimento de um novo regime na Etiópia, o mais radical e truculento que a África ainda vira, dominado por um grupo de jovens oficiais de linha marxo-leninista, dispostos a varrer de uma vez e para sempre todo o sinal de passado na Etiópia. A repressão do governo central foi brutal e mais de 200.000 eritreus fugiram às pressas para o Sudão. Acabava-se, com o advento do governo comunista de Adis Abeba, uma fase de conversações, golpes subreptícios, habilidades diplomáticas e desprezo pelos movimentos guerrilheiros. Agora, era a vez da repressão violenta, quando atrocidades foram cometidas contra populações civis indefesas e o grosso da armada etíope era mandado para manter cidades importantes como Asmara, a capital, Massaua e Keren, ameaçadas de perto pelos rebeldes, que se aproveitavam da guerra civil no Ogaden e das questões de fronteiras com a Etiópia, para onde se desviou outra parte do exército etíope, para atacarem em massa.

O governo do Tenente-Coronel Menghistu Hailé Mariam apelou para a União Soviética e para Cuba, seus aliados, para uma ofensiva e, não fora a forte ajuda externa, a Eritreia teria logrado a sua independência a razia da queda do Império e das escaramuças em que a Etiópia se envolveu com o Sudão, com a Somália, com o Quênia países que, durante o longo reinado de Hailé Selassié, tinham mantido boas relações com a Etiópia e seu governante. Em 1979 registra-se um sensível avanço das posições guerrilheiras, ao mesmo tempo em que se acentuam as diviões e os ódios entre as facções. A FPLE perde a homogeneidade e há muitas cisões internas que lhe impedem um avanço vitorioso e chega-se ao ano de 1984 com uma novidade: forma-se um governo provisório chefiado por Osman Salah Sabbé, apoiado pelos moderados e conservadores. Mas a intensa luta pelo poder entre as facções, impede que isso se torne uma realidade. A Etiópia está exausta, o governo marxista impotente para dominar as ameaças de secessão em seu território e graves problemas econômicos, além da maior seca das últimas décadas, levam o país ao desespero. E a Eritreia fica um tanto esquecida.

Há guerras esquecidas e algumas de grandes proporções que, ao mesmo tempo em que mostram que a situação geopolítica de África ainda está longe de equilibrar-se e entrar em uma normalidade que permita à quele imenso e potencialmente rico continente caminhar em direção a um futuro de progresso e estabilidade, servem como tristes alertas dos desacertos de uma partilha injusta e irracional, cujos frutos estragados colhemos ainda.

É bem verdade que, em quase todos os cantos da terra, há problemas dessa natureza, em que grupos étnicos inconformados com os limites que os caprichos ou interesses de grandes potências lhes atribuíram, demonstram o seu descontentamento através das chamadas guerras de libertação ou movimentos de liberação dos ideólogos mais à esqueuda. Outras vezes, essas guerras e conflitos são frutos de um anseio por muito tempo reprimido, amparado por uma velha e já sedimentada divisão e que só a custo os governos centrais conseguem manter estacionárias, longe de um desfecho que mudaria, por completo, o desenho do mapa nacional, como é o caso dos bascos na Espanha, o dos corsos na França insular, o dos karen na Birmânia, o dos curdos no Iraque, Irã, Síria, Turquia e União Soviética, o de certas minorias neste último Estado, dos quebequenses no Quebeque, o dos sikhs (este um movimento algo messiânico) no Punjabi, o dos caxemirenses na Caxemira, o dos tibetanos no Tibete e muitíssimos outros.

Mas, em África, ao se tornar esta independente, a cordos apressados entre os novos líderes emergentes e as antigas potências metropolitanas, muita vez sem uma consulta aos povos envolvidos, mantiveram as fronteiras anteriores, isto é, a dos dias em que a África Negra se achava dominada pelos europeus.

Terá sido esta uma atitude sábia? Alguns pensam que, no momento, era mais importante manter as fronteiras coloniais do que a tear mais fogo à imensa fogueira que era todo o continente, bastante excitado com os cânticos de liberdade que se ouviam em todos os quadrantes. Mas, uma vez serenada a questão inicial é que os povos se deram conta de que grupos étnicos e nações tribais estavam para sempre divididos entre dois e até mais Estados e que, por isso mesmo, mais difícil se tornava, para eles, se sentirem cidadãos deste ou daquele Estado. Achavam-se divididos entre várias fronteiras e, neste Estado poderiam encontrar-se sob uma bem organizada democracia parlamentarista, como, naquele, encontrar-se sob rígido domínio de um monopartidarismo ou um regime militar.

É o grande drama da África Negra, ainda não terminado.

O Saara Ocidental ou Saara Espanhol, como era chamado, a Eritrêia e a Namíbia, são, pelo momento, os três grandes problemas a inquietar a África Negra.

Se a Namíbia já vislumbra uma luz futura, o Saara pode encaminhar-se para um bom desfecho quem sabe, a Eritrêia, repetimos, fica um tanto esquecida.²²

3.8. Lutas e ideologias por uma nova África Negra

E foi nessa perplexidade que a descolonização encontrou o vasto continente. Muitos povos debatiam-se na incerteza de um futuro em que as divergências, se não fossem bem solucionadas, poderiam trazer o descalabro e confirmar aquilo que muito colonialista impenitente costumava dizer, ou seja, que a África Negra, sem a direção dos europeus, jamais encontraria seu destino.

A proporção que surgiam os novos Estados e pipocavam cá e lá as revoluções guerras civis, proliferava no mundo, que acompanhava assustado ao desenrolar da questão, uma literatura que, sob capa de explicar a África, a metia em derrisão. Escrever sobre os desacertos africanos era um gesto humanitário, acreditava-se. Acreditavam também que a ironia poderia ajudar aos novos líderes. Ora, ridendo castigat mores, já ensinavam com sabedoria nunca desmentida os romanos... Na verdade, bem pouca gente acreditava nessa África pujante que os líderes negros queriam mostrar e ainda aqueles que eram realmente bem intencionados e amigos, que haviam estudado com seriedade a realidade africana, tinham lá as suas dúvidas. Ferkiss, um dos mais sérios pesquisadores da situação política africana e que lhe estudou com muita isenção as ideologias nascentes, escreve um livro com título algo escandaloso, Africa's search for identity²³ que, no Brasil, foi traduzido ainda mais escandalosamente.²⁴ Ora, esse livro tenta mostrar, de modo sereno, sem paixões nem tendências protecionistas (o que muita vez aconteceu com outros estudiosos!), a falta de uma ideologia para a maioria dos novos Estados negros, a indecisão de seus líderes, o profundo divisionismo entre as suas populações plurilinguais e pluriétnicas. Um estudioso brasileiro, bom pesquisador, dos poucos que, naqueles dias, se voltaram para a realidade africana, Mário Neme, também nos deu um livro de título sensacionalista, A difícil África Negra.²⁵ E o mais interessante é que esse livro é generoso e, em nenhum momento, trata com ironia essa parte do mundo e seus filhos. Melvin J. Lasky, arguto e bom observador, publica um livrinho primorosamente escrito, Africa for beginners²⁶ e que seria mesmo um primer excelente se o autor, a título de blague, quem sabe, não se decidisse caçoar de velhas usanças africanas, do apego dos africanos pelas velhas tradições tribais, assim como a vaidade que ressumava dos novos líderes, ainda não acalmados, pelo papel que haviam desempenhado na varrição do colonialismo de suas terras. Ellen e Attilio Gatti, que parece tinham vivido longamente em África e a conheciam bem, deixando-nos um quadro geral vasto e vibrante da nova situação geopolítica, perdiam muito no seu excedente manual A África de hoje²⁷ pela ironia, muita vez cruel, com que tratavam os líderes.

Mas enquanto isso, a África Negra continuava a sua luta política que a livrasse da perplexidade e lhe permitisse, afinal, seguir o caminho independente que escolhera.

E Mário Neme resume a situação de maneira comedida, lembrando que

"A circunstância de serem todos eles países novos, no sentido de recém-instituídos como nações, por si só bastaria para explicar as inquietações que se notam presentemente em todas as partes da África Negra, em razão das crises agudas que sempre acompanham os primeiros ensaios de auto-governo" - in "Difícil África Negra", ed. cit. p. 8. Grifamos.

Para, mais abaixo, tentar explicar melhor:

"Mas a verdade é que esta efervescência não se explica tão somente pelos problemas da vida política. No fundo das incessantes desordens que sacodem a África Negra existem questões mais graves do que as lutas entre grupos e partidos, existem questões que se prendem ao próprio estágio sócio-cultural da humanidade que a habita. É bem sabido que a grande maioria das populações africanas vive ainda em regime tribal. O tribalismo, todavia, não seria por si mesmo motivo para maiores preocupações se, como tipo de organização social, não se inserisse no quadro mais amplo de nações estruturadas de acordo com sistemas jurídicos-políticos que lhe são estranhos, e, mais do que isso, que lhe são antagônicos. Com poucas exceções, estes países adotaram o sistema parlamentar de governo, com base no princípio de representação e na existência de partidos políticos de âmbito nacional, categorias estas que não se coadunam com a organização tribal; além disso, estes países são dominados e dirigidos por pequenos grupos de líderes formados pelos padrões europeus, pelos padrões da civilização ocidental, padrões que não se harmonizam com os da cultura autóctone africana" - ibidem 8 e 9.

Faltava-lhes uma ideologia própria, que os guiasse naqueles difíceis começos.

Daí a grande perplexidade. E as lutas incessantes.

Como acentuamos algures, a perplexidade em que aqueles Estados nascentes se viram, fez com que andassem em delicados e algumas vezes perigosos experimentos que iam do mais genuíno parlamentarismo britânico, em uma imitação que raiava pelo servilismo e cópia, até às ditaduras fortemente dominadas por um partido que se voltava, desesperadamente, para a esquerda em busca de uma governabilidade que parecia inalcançável, como se voltavam para igualmente perigoso extremismo de direita, ou, então, na maioria das vezes, preferiam adotar um governo militar em que todos, ou quase todos os ministros de Estado eram militares de carreira com um presidente com poderes discricionários. Mas foi, também, uma época rica de pensadores políticos, em geral pessoas ilustres que chegaram a ocupar altos postos nessas repúblicas, ou, até mesmo, a suprema magistratura como os presidentes Senghor, do Senegal, Ahidjo, dos Camarões, Nyerere, de Tanzânia, Kayibanda, de Ruanda, Kenyata, do Quênia, Kaunda, de Zâmbia e outros.

Foi, também, uma poderosa época de criação de partidos dos mais diversos matizes. Mas todos eles eram de data recente, com exceção do Verdadeiro Partido Liberal, da Libéria e que vinha de 1860 e, na África Negra Francesa eles surgem com a entrada em vigor da Constituição de 27 de outubro de 1946 quando os antigos súditos africanos são considerados cidadãos da França, obtendo com isso direito ao voto, representação nas assembleias políticas metropolitanas e um regime de liberdades públicas mais protetor, como lembra Lavroff.²⁸ O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe, para usarmos das expressões favoritas de um dos líderes africanos, novos ventos de liberdade, e as agremiações sindicais assumem características de verdadeiros partidos políticos e estes aparecem em muitos lugares, nas colônias sob domínio francês, inglês e belga sobretudo. Mas eram bem diferentes as suas origens, formação e influência, a começar do grande desenho partidário, pois enquanto a França olhava as antigas colônias como grandes membros de uma futura Comunidade imensa e eram arrégmentadas em blocos, os ingleses preferiam que os partidos se individualizassem ou mesmo se fragmentassem. Enquanto, por exemplo, o R.D.A (Rassemblement Démocratique Africain), formando coligações ou não, podia abranger vários territórios e estendendo a sua orientações entre povos que nada tinham de comum entre si salvo o domínio metropolitano, partidos criados em territórios ingleses não saíam de suas fronteiras e mesmo que os seus dirigentes fossem bastante conhecidos e admirados em outros países sob a mesma influência inglesa, como era o caso do Dr. Nkrumah, esses partidos não estendiam suas zonas de influência a outros territórios, ficando profundamente nacionais. Mais tarde, quando surgem os partidos políticos nas colônias portuguesas, eles terão uma tendência a seguir o exemplo francês, como no caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Seria essa a manutenção da arqui-famosa política inglesa do divide et impera? Ou, simplesmente, individualismo dos seus líderes que, formados na Inglaterra ou nos Estados Unidos, pretendiam imprimir o seu selo de individualismo a toda prova? Ou por que os cidadãos desses territórios não gozavam do mesmo status de cidadania no Reino Unido? Lavroff pende para esta última hipótese.²⁹

3.9. Lutas e ideologias por uma nova África Negra:
os partidos políticos, as hesitações, as incertezas

Foi Dmitri Lavroff quem tentou, de modo particularmente brilhante, analisar a questão dos partidos políticos na primeira fase da luta pela independência africana e o papel que eles exerceriam nos anos subsequentes, alguns com pleno êxito, outros fracionando-se ou sumindo-se na voragem das guerras civis, dos governos militares que aboliam todos os partidos, no desaparecimento por morte de seus líderes, nas coligações ou na transformação em superpartidos ou nos Estados que adotavam o regime monopartidário.

A instabilidade em África impedia qualquer previsão a respeito do futuro de partidos políticos e citam-se mesmo exemplos de grandes partidos que duram enquanto duram os seus líderes, como foi o caso do conhecido Partido da Convenção Popular, de Nkrumah, que em determinado momento serviu para unificar a República de Ghana sob as mãos desse líder, assumindo a feição de um superpartido e que se torna, mais tarde, o partido único, para, depois, com as vicissitudes sofridas pelo Presidente vitalício, sua deposição, seu exílio e sua morte, desaparecer, primeiro através de uma medida do novo governante, depois pela debandada dos que sobraram, ou como o partido liderado por Sir Abubakar Tafawa Balewa, que era um muçulmano haussá e chegou a primeiro-ministro da Federação da Nigéria. Ele fundara um pequeno mas bem estruturado partido, a União dos Povos do Norte, nascido como uma organização cultural, que pretendia proteger o Norte haussá e muçulmano, de postura política mais conservadora, da influência das outras regiões do grande país. Tornar-se-ia mais tarde em um dos pilares de uma organização política poderosa e que aglomerava em seu seio nigerianos muçulmanos, de língua haussá em sua grande maioria e que tinha simpatizantes em outras partes. Ki-Zerbo chama-a de uma organização de sentido "strictement conservateur".³⁰ Pode ser que sim e quando Balewa se torna primeiro-ministro imprime uma posição conservadora ao governo nigeriano, benquisto na Europa e na América, e olhado como protótipo de bom governante. O pluripartidarismo passa a funcionar de maneira exemplar e tudo parecia correr às maravilhas, mas esse partido era, por outro lado, excessivamente regional e étnico, em um país onde as nações, as línguas e as religiões são muitas e variadas. Foi um dos motivos da queda de Sir Abubakar e seu fim trágico, assassinado em um golpe militar de grande violência, liderado pelo General Johnson Aguiye-Ironsi, um ibo da região leste e que se volta contra o domínio dos nortistas. Como no caso gaense, a poderosa organização política também desaparece no sumidouro das incertezas que assenhoreiam a Nigéria naqueles dias.

Os governos militares sucedem com frequência pacífica os governos de partidos políticos e que prometiam fazer de seus novos países democracias florescentes e esses novos governantes militares, por vezes muito bem intencionados e trabalhadores, desejando realmente elevar o nível sócio-econômico de suas terras, cercavam-se de uma honesta e jovem elite burocrática, mas ficavam à mercê, também, das altas patentes militares que tudo faziam não apenas para frequentarem as mesmas rodas do chefe de Estado, mas para terem o seu quinhão no poder. Como os exércitos africanos são heterogêneos quanto à sua constituição e muito sujeitos às oscilações do tribalismo, o comandante que tivesse maior número de soldados da sua mesma etnia, tinha mais força mesmo que não fosse ele, necessariamente o de mais alta patente. Assim se fizeram muitas quarteladas que passaram no chão governos florescentes e assim teve início uma das mais cruentas guerras civis em África, a que deu origem à efêmera e sangrenta República de Biafra. Aguiye-Ironsi, que era cristão, foi derrubado por um muçulmano, Yukubu Gowon, que se manteve muito tempo no poder e pôde enfrentar o presidente de Biafra, por ser de uma pequena tribo, sem qualquer importância no contexto geral nigeriano e por haver, ladinamente, trazido gente de todas as regiões da Nigéria para fazer parte do exército e distribuindo os postos-chave a pessoas de sua inteira confiança, mas nunca de uma só região. A religião é, também, fator de instabilidade dentro do exército em África e uma das causas da profunda animadversão dos thadianos do Norte contra o Presidente Tombalbaye, governante esclarecido e trabalhador, é que ele era cristão e sulista em um país onde as elites culturais eram nortistas e muçulmanas.

Enquanto isso acontecia, os partidos políticos, quando sobreviviam os expurgos e as perseguições, ou não eram postos fora da lei por algum governante mais autoritário, esfacelavam-se e aquilo que poderia ser um bom começo, uma direção, um norte, uma tentativa de se criar uma ideologia de Estado, sumia também. Muitos dos antigos partidários ou eram cooptados ou simplesmente desapareciam, eram mortos ou fugiam para o Exterior. O pluripartidarismo de Ghana dos dias de sua independência prometia muito, mas logo vem o autoritarismo de Dr. Nkrumah e a transformação de um pluripartidarismo incipiente para um Estado de regime monopartidário e o que é pior, oscilante em suas posturas.

Tudo se experimentava então ao sabor de conveniências ou da vontade do líder supremo do país e, quando menos se espera, lá se vai o governante em busca de uma lição da história antiga com a implantação da instituição da Presidência Vitalícia, o equivalente moderno dos antigos soberanos eleitos pelo seu povo para o governarem por toda a vida, o germe de uma futura monarquia hereditária.

E assim em poucos anos Ghana, para citar, no momento, apenas este exemplo, passa de um domínio, a uma república pluripartidária depois a uma república monopartidária e presidencialista e a um sobato.

F tudo isso levava, dolorosamente, a um ponto: fazer algo pela África Negra que apagasse para sempre a lembrança do colonialismo, mesmo que através de erros seguidos. E essa auto-décolonisation, como a chamava um dos líderes do primeiro momento, Ahmadou Ahidjo no seu livro Contribution à la Construction Nationale,³¹ desaguava no exagero.

Por que se abandonava, em pouco tempo, uma experiência política baseada no pluripartidarismo e que dotava o Estado de um mecanismo como o parlamentarismo, tal qual instalado em Gha e que poderia preservar a figura do chefe do Estado, tão cara aos africanos, por um monopartidarismo que, fatalmente, levava à ditadura?

Passado o primeiro impacto, os líderes achavam que tudo aquilo era simples imitação servil do modelo europeu, justamente eles, que haviam lutado pela sua implantação, às vezes, como no exemplo ganense, já antes da independência, e cotavam por medidas que divergiam frontalmente das até então seguidas. As marcas da colonização eram tantas que, países já politicamente independentes, continuam a pregar, como but ultime, para ainda uma vez valermos-nos de Ahmadou Ahidjo, a descolonização desses mesmos países. E isso se referia a uma situação interna, que ia da organização administrativa, dos currículos escolares, até um novo batismo das pessoas, praças, jardins, logradouros públicos, cidades, vilas, aldeias e até mesmo da república, o que pode parecer muito inocente. O autor desta tese teve oportunidade de, visitando alguns países negros independentes, observar o receio que as pessoas tinham, quando ocupando cargos oficiais, de se dizerem presas ainda a um sistema colonial. Na Somália, por exemplo, vimos nos tribunais do país juizes que forcejavam por utilizar nas suas sentenças apenas a língua somaliana, recentemente dotada de um alfabeto válido para todo o Estado³², recorrendo a códigos italianos e quando comentamos a respeito, irritou-se muito dizendo que essa mancha do colonialismo iria breve desaparecer. Só que o nosso interesse fora demonstrar que havia exagero em se pregar um nacionalismo à outrance, quando a realidade era bem outra. É um pequeno exemplo que leva a outro, esse ainda mais mesquinho e doloroso a que assistimos em companhia de ilustre cientista italiano: tendo encontro com alto representante de um governo revolucionário (isto é, militar, que em dias recentes havia derrubado o governo civil), como se auto-intitulava, ficamos a esperar por mais de setenta minutos até sermos atendidos. Fiz chegar ao nosso dignitário o protesto por tal gesto de descortesia, mas fomos acalmados por um de seus assessores, de origem paquistanesa, que esse tratamento era infligido aos brancos que assim os haviam antes tratado...

Ora, essa perplexidade se manifestava também na busca de uma ideologia de Estado e na busca de um sistema de governo.

"Les vieilles nations d'Europe ont mis des siècles à se constituer", escrevera o Presidente Ahmadou Ahidjo no seu Nation et Développement.³³ É verdade. E os africanos não poderiam ser diferentes, dando saltos imensos na história em tão pouco espaço de tempo.

A Turquia, que fora um poderoso império asiático, não se arreceia de uma modernização nos moldes ocidentais, lembra Herbert J. Muller ao referir-se ao trabalho gigantesco de Kemal Ataturk em The Uses of the Past,³⁴ mas a África Negra que, por tanto tempo estivera sob influência europeia quer fugir custe o que custar a essa influência como caminho único para encontrar o seu destino.

A independência política, pensavam esses líderes negros, não era senão o primeiro estágio de um grande processo conhecido comumente como Descolonização e que ia descambar de muitos lados, em atitudes que raiavam pela mais completa candidez. Jamais se viram tantas propostas visando a estruturação de políticas governamentais, de buscas de regimes e formas de Governo e mesmo de Estado do que em África desde os dias de sua libertação do domínio europeu. Tudo se tentou e agora que o Continente parece assentar-se um pouco mais, essas propostas fornecem um farto material de estudo e discussão e uma como que escavação arqueológica em diversos campos do saber, da economia política ao direito constitucional, da filosofia política ao direito internacional.

Uma das palavras de ordem era Humanismo africano, como se pudesse haver diferença entre o tratamento dado ao homem em África pelos africanos e o dado ao homem em outras partes do mundo. Outra palavra que esteve muito em voga foi a de Socialismo africano e, mais que todas, a Negritude e, sobrepairando sobre todas essas, Pan-Africanismo.

Isso tudo fazia parte do turbilhão de idéias que acometia o Continente Negro e era parte no forjar de uma nova África, livre das peias do colonialismo e do europeu, mas aceitando as contribuições que a civilização europeia fora capaz de dar e ainda poderia dar, dentro de um reencontro com a antiga cultura africana.

Vamos ver, pois, que até a tão criticada instituição da Presidência Vitalícia, que também tinha adeptos em outras partes do mundo, desde o Presidente Sukarno da Indonésia, ao Presidente Duvalier do Haiti e Habib Bourguiba na Tunísia, parte do Mundo Árabe portanto, sem esquecermos o Marechal Tito da Iugoslávia, era uma forma de reencontro com as raízes históricas da velha África.

É muito fácil tecerem-se críticas às instituições africanas de longe, sem um contacto mais estreito com a história, a cultura, as tradições, a psicologia do africano.

Na verdade, todo o continente era um turbilhão, que se assemelhava à Europa medieval e que, a cada hora, poderia trazer uma surpresa. E tudo se moventava, qual formigueiro imenso. Presidentes caíam, reis eram depostos, ditadores subiam ao poder, governantes demagógicos, homens de muitas letras e até homens que apenas sabiam escrever, se sucediam no cenário político da África. Todos empenhados em uma luta gigantesca, a de construir uma nova África.

E um pouco dessas lutas e buscas de uma Nova África vamos es-
tudar no item seguinte.

3.10. A Negritude - o que é? Os novos partidos políticos e a negritude

Houve uma época ligeiramente antes da libertação dos territórios que faziam parte do Império colonial francês e nos primeiros anos dessa independência política, em que se falava a miúdo de Negritude. Para a maioria das pessoas a palavra significa um rompimento com a civilização ocidental, enquanto outros achavam que se tratava de um poético pan-africanismo que pretendesse unir todos os pretos em os novos países da África. Aliás, era mesmo chique falar-se de négritude, à francesa e a expressão foi-se tornando extremamente elástica, como se fosse mais um ismo sem ismo.

Negritude, porém, é um dos mais belos e inteligentes movimentos político-filosóficos já surgidos neste século e tendente a resgatar a grandeza de toda uma raça e de toda uma cultura vista como uma totalidade nas suas multíssimas e variadíssimas manifestações.

Pelo fato talvez de ter-se transformado em um sofisticado tema de conversação e de discussão, o conceito de negritude se esgarçou bastante e, quem sabe, tornou-se mais político que seria quando o movimento foi criado e lançado aos quatro ventos, pelo poeta martiniquês Aimé Césaire e pelo senegalês Léopold Sédar Senghor e para alguns como Philippe Decraene, o movimento da negritude estava estreitamente ligado com o pan-africanismo e seria mesmo, como esse africanista escreve no livro O Pan-Africanismo³⁵, a sua mais genuína expressão literária.

Nem uma coisa nem outra.

Césaire e Senghor, este último sobretudo, pela sua grande repercussão política, desejava que a negritude fosse um movimento arregimentador dos negros do mundo inteiro e não apenas os da África e que tivesse mesmo um pouco de messianismo. Queria preservar a cultura do negro, proteger e cultivar as suas línguas tribais, as suas tradições milenárias, as suas superstições, o seu folclore, enfim os seus valores morais e culturais, não deixando que o negro fosse assimilado e que se tornasse por exemplo um negro branco, um negro mascarado do branco, sem raízes, sem qualquer suporte cultural que imita até com certo ridículo e triste afã o mundo dos brancos. Mas não renegava por outro lado os valores dos brancos no que eles têm de bom e aproveitável. Pelo contrário, o negro poderia até valer-se da contribuição branca - e branco na linguagem dos defensores da negritude era sinónimo sobretudo de europeu -, do seu avanço tecnológico, para a sua ascensão e para a sua caminhada em direção ao futuro.

No seu grande livro Liberté 1. Négritude et Humanisme, o Presidente Senghor ao longo de quase quinhentas páginas defende esse movimento que assume todos os carizes, do filosófico ao sociológico, do literário ao político, em uma maleabilidade assustadora. Mas um dos pontos que surgem mais frequentemente é aquele que trata do perigo da assimilação e Senghor, então, se insurge: "assimiler, non être assimilés".³⁶

Sem qualquer parti pris, sem exageros nacionalísticos ou mágoa contra a passada ocupação, esse ideólogo defende um retorno e fidelidade às velhas raízes africanas e sai derrubando uma a uma as diversas teorias que defendem ora a assimilação ora o antiassimilacionismo fervoroso de alguns. A negritude busca assimilar a cultura que chega de fora e a aproveita para o engrandecimento de uma raça, mas se não deixa assimilar, o que equivaleria a uma rendição.

Não é fácil assim à primeira vista a compreensão do que venha a ser essa negritude.

Não combate os valores "brancos" e também os não rejeita, mas não quer ser por eles engolfado.

Possivelmente por isso, por não condenar ore rotundo a civilização ocidental - nem no poderia fazer, pelo menos por parte de Senghor que, de boa origem, da alta burguesia senegalesa, senhor de sólida e apreciadíssima cultura ocidental, educado em boas escolas francesas, humanista de fôlego, latinista e helenista, conhecendo os clássicos franceses e os tratandô de perto, ele viveu muitos anos em França, onde fez grande amigos e casou com senhora francesa -, Senghor com a sua negritude foi duramente combatido pelos mais exaltados. Para uns, negritude era apenas um disfarce da civilização européia que assentara as suas tendas em terras africanas e, assim, continuar dominando culturalmente.

Muitos se perguntavam se não era antinômica a idéia de negritude. Como aceitá-la em uma África que se rebelava contra tudo o que lembrasse os anos de colonialismo brutal? Depois, esse movimento viera de fora, foi engendrado por elementos negros, mas com demorada permanência em terras européias, desquitados, portanto, da realidade africana, e que fala - vam quem sabe melhor o francês parisiense do que o serer, o uolof, o tuculor e tantas outras línguas que falaram em sua puerícia. Nem Senghor escrevia os seus magníficos em serer ou em uolof, nem Césaire jamais escrevera os seus em créole. Eram filhos culturais de uma França que veneravam e com a qual se identificavam pela literatura, pela língua, pelo seu idioma. O que e xistiria de comum entre um refinado Senghor, que privava com a nobreza francesa e tinha amigos entre as velhas casas centenárias, dedicando-lhes belos poemas, que sabia latim e grego, e um humilde camponês de Casamance ou da mais distante aldeia perdida no Sine?

Como acreditar em tal movimento?

Aparentemente, era muito difícil essa credibilidade, te mos de convir.

Como autor dos líderes que disputavam o poder nos fins da década de cinquenta e começo da de sessenta eram, em sua maioria, homens práticos e imediatistas, a proposta de Senghor parecia muito literária, o que, em outras palavras, soava como irreal. Afastavam-se da idéia no discurso do dia-a-dia e fingiam mesmo ignorá-la, quando não a atacavam como uma importação cultural de afrancesados e o autor mesmo teve oportunidade de ouvir de ministros em países visitados o rechaçamento à negritude. Na Somália, por exemplo, no auge da aproximação de regime de Siad Barre com os países do Leste, falava-se até com derisão da negritude e de Senghor, com palavras descorteses que não cabem dentro de uma tese.

Mas, no início, muitos se deixaram seduzir por esse reencontro negro com a civilização negra, reretimos.

Governos recém-instalados e que pregavam um nacionalismo forte como ideologia de Estado, continuavam a aceitar a coloboração de antigos funcionários e cientistas que se encontravam nessas repúblicas desde muito antes de os territórios terem adquirido a sua autonomia política, da mesma forma que continuavam a usar a língua do colonizador como meio de comunicação entre tantas tribos e grupos étnicos separados por muitas línguas e dialetos, como continuavam a receber a tecnologia vinda de fora, os livros, a assistência médica, enquanto tentavam alterar as instituições políticas que lhes tinham sido legadas. E o que é isso senão uma aplicação imediatista da negritude em diversos setores. Depois, nenhum país estava ali em condições de rechaçar a coloboração exterior, não se quisesse realmente tornar-se viável. A substituição de nomes ocidentais por velhos prenomes e apelidos africanos, o cultivo de línguas regionais que passaram a ser muito cultivadas e utilizadas na educação primária ou até em produção literária, como o Kiswahili, o mandingo, o kinyarwanda, o duala e tantas mais era mais uma prova de que o apelo da negritude se fizera ouvir nesse campo cultural e se ensinava aos africanos não terem vergonha de se valer de seus instrumentos de comunicação mais importantes. Na Serra Leoa, cuja elite dirigente era de origem mestiça ou de antigos escravos que haviam retornado ao país e falavam como língua primária o krio, o crioulo serraleonense, saído fundamentalmente do inglês mas misturado através dos anos com outros falares africanos da parte ocidental, no auge da anglicização os habitantes citadinos se recusavam a utilizar em público o krio, preferindo o inglês. Como muitos dos componentes dessa elite não tinha uma língua regional sua, como os habitantes do interior e da zona rural, desprezar o krio pelo uso exclusivo do inglês seria perder uma ponte com o seu passado diferente do dos demais habitantes da Serra Leoa. Passaram a valer-se, pois, das duas, a sua língua créole, a que haviam falado na infância como língua materna, e a oficial inglesa e mesmo homens da projeção continental de Sir Milton Margai não mais a desprezaram. O que era isso senão a utilização da negritude em sua revelação de pontos que alguns, um pouco precipitadamente, haviam esquecido.

Foi ainda sob a força da negritude que países que outrora haviam aceitado a língua do colonizador como a da administração e da educação nacional, deram uma guinada jamais imaginada antes, adotando ouo bilinguismo ou escolhendo uma língua franca, africana, para substituir, aos poucos, a alienígena. E temos em Ruanda um exemplo dos mais palpáveis sob a presidência de Grégoire Kayibanda. Este, homem letrado, estudioso, bom orador, profundamente intelectualizado, nasceu em uma Ruanda onde a língua francesa, falada e compreendida por uma pequena minoria, era porém a oficial e o meio principal da educação do primário à universidade. Difundindo o KiSwahili para os contactos comerciais com os países vizinhos, incentivou o ensino do kinyarwanda nos atos formais do governo e breve a tornou língua oficial, lado a lado com o francês. O seu exemplo seria seguido por muitos outros e só não o foi onde havia uma multiplicidade de grupos étnicos com línguas mais ou menos importantes, como no próprio Senegal do ideólogo, onde o francês seria fator de unidade entre tribos e nações que falam línguas diversas mas onde nenhuma é majoritária, se bem que, de uns anos para cá haja uma tendência acertuada por parte do uolof de tornar-se a língua nacional.

A negritude não rejeitava a cultura européia, nem fazia oposição ao cultivo de línguas universais como a francesa ou a inglesa simplesmente porque em um passado ainda próximo elas haviam sido as línguas dos dominadores. Não, o movimento da negritude rejeitava o chauvinismo político, fugia à xenofobia cega, evitava os julgamentos apressados. O que ela não patrocinava de nenhum modo era o aniquilamento do caeter nacional, o sentimento do negro em todas as suas manifestações em favor de uma cultura de fora, uma cultura que não era a sua. O juiz ganense que, ao calor fortíssimo de Acra, se vestia com a clássica peruca empoada dos magistrados britânicos, assim insistia em proceder, era sem dúvidas um candidato a um desenraizamento, um assimilado, contra o que se voltam os princípios da negritude. Seguir uma tradição de outro povo, aceitá-la tout court, como no caso citado, em que ela é imposta, é uma forma de aceitar, de modo passivo, valores que lhe não são inerentes.

A negritude, pois, queria resgatar valores africanos esquecidos ou passivamente relegados a segundo plano.

Tinha um âmbito de ação muito amplo e não via fronteiras, daí que alguns autores, como Decraene, chegaram a dizer que esse movimento era expressão literária do pan-africanismo. Entretanto, dizer que era a expressão literária, é delimitar bastante. Era bem mais do que isso. Era uma ideologia que conseguia unir idéias antinômicas como nacionalismo e pan-africanismo de maneira sutil e inteligente. Só que não apelava para as medidas políticas de força, e sim para uma rennião se assim podemos dizer espiritual. Ou intelectual, como preferia Senghor. Os africanos, de quaisquer regiões, ex-colonizados franceses ou ingleses, ou belgas ou espanhóis ou portugueses, podiam abraçar a negritude, desde que tivessem vontade de seguir a sua africanidade genuína, sem mascarar-se com máscaras alheias. Muitos menosprezam o significado político que a negritude veio ter. Pensamos, contudo, ele ter sido bem maior do que se imagina.

A negritude mostra que havia uma distorção nessa tentativa de absorção dos valores de uma civilização por outra e ela quer mostrar que o africano deve ter orgulho de sua africanidade. Um desses estudiosos refere uma anedota que bem exemplifica para onde se estavam a levar a cultura e os sentimentos de um povo ao lembrar que, nos textos escolares do curso primário das escolas do Congo, as crianças m'bochi e outras liam que "os galos, nossos antepassados etc. etc.", e não podiam entender qual que era a relação entre os gauleses, os celtas, os francos e outros, todos eles povos louros, de olhos azuis, longas cabeleiras, altos e fortes, e os habitantes da pequena aldeia conguesa e passavam por grande confusão quando eram ensinados sobre o que quer dizer antepassado... Ora, a negritude varre isso tudo quando apenas aceita esses livros e textos como material de pesquisa sobre, digamos, um povo chamado franceses e seus antepassados, mas o desvinculava totalmente da realidade africana. E Senghor, explicando o absurdo dessa assimilação e repetindo a anedota, com leve ironia, parte para uma belíssima definição de Cultura, que reflete, de modo brilhante, os caminhos traçados pela negritude:

"Elle est imagination, esprit actif, car il y a, dans le mot, l'idée d'un dynamisme créateur. Je vous proposerai cette définition: une réaction raciale de l'Homme sur son milieu, tendant à un équilibre intellectuel et moral entre l'Homme et ce milieu. Comme le milieu n'est jamais immuable, non plus que la race, la culture devient un effort perpétuel vers un équilibre parfait, un équilibre divin" - Négritude et humanisme, p.11 e 12.

E a negritude na sua vastidão engloba cultura e civilização, como conceitos bem distintos, o primeiro podendo trazer em si uma conotação material de progresso, avanço no bem-estar do homem em sociedade, de aplicabilidade de uma ou mais culturas, e o outro com uma conotação de encontro do homem com o seu meio, de sua identificação e por isso mesmo jamais extinto. Uma civilização pode extinguir-se, a cultura jamais se extingue e nesse passo Senghor comenta Leo Frobenius, etnólogo alemão que deixou uma exemplar História da Civilização Africana.³⁷

Mesmo que se conteste, a negritude foi importante na formação, pode ser que mesmo indiretamente, de partidos políticos que pregavam governos africanos para os africanos e que deram início a uma transformação muito grande nos novos Estados independentes.

Claro que houve distorções. A negritude ensinava que o africano devia sentir orgulho de sua africanidade, não renegar a sua pretidão em vários sentidos e muitos partidos usaram desses ensinamentos para dotar o Estado de uma ideologia política que, por vezes, pecava pelo exagero: o Zaire, que estivera sob influência belga, sob a direção de Joseph-Désiré Mobutu, um coronel

logo depois ascendido ao generalato, toma o poder em 1965, isto é, no auge da inquietação africana, e parte para uma nacionalização algo naïve, que começa por renegar o seu próprio nome, Joseph Désiré, bem francês, para tornar-se Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu-ua-za-Banga, o de todo o seu gabinete, o das cidades, aldeias e vilas, a adoção de trajos típicos, em uma patente demonstração de orgulho africano.

Mas será que a negritude se preocupava com essas superficiais alidades, apenas com essa superficialidade?

Enquanto isso, um espírito superior, Grégoire Kayibanda, em Ruanda, continuava a manter o seu nome ocidental, sem que isso o impedisse de africanizar profundamente a administração ruandesa, incentivando o cultivo da língua nacional, publicando livros em kinyarwanda, criando um corpo de balé tipicamente ruandês e que se exibiu com êxito em muitos países da Europa, pesquisando a história do país, mantendo a estrutura administrativa comunal como vinha sendo praticada ali há séculos, recebendo a ajuda e coloboração européias mas não se deixando assimilar pela cultura européia, sem querer adaptar instituições que podem ser modelares na Bélgica, mas não no seriam se transpostas para o coração da África.

E até ser deposto por uma quartelada inglória, Kayibanda ³⁸ foi, sem o menor favor, um dos líderes africanos mais africanos de todos e, ao mesmo tempo, um dos mais moderados, serenos e equilibrados.

Uma pergunta que com frequência se faz: teria a negritude influenciado para a gestação de tantos partidos únicos espalhados pela África Negra, partindo da idéia de que, desde tempos imemoriais, o africano fora dirigido por chefes poderosos e únicos e que estava na sua cultura o governo forte e dominador? É muito difícil de dizer-se, mesmo porque os países cujos governos adotaram o sistema de partido único, eram inspirados nas chamadas "democracias populares", ou, em casos que nos soam bastante estranhos, eram estabelecidos por líderes que se diziam nacionalistas e cem por cento africanos, que queriam fazer de suas pátrias Estados profundamente, enraizadamente africanos, como o General Jean-Bedel Bokassa que, de modo impulsivo, após curto relacionamento com países árabes e seus líderes, especialmente com o líder líbio, Coronel Mu'ammarr el-Qadhaffi, se torna muçulmano e adota nome árabe, Nuredin, em uma conversão ultra-rápida, de que logo se arrepende voltando ao antigo nome. Ora, os muçulmanos na República Centro-Africana são minoria sem nenhuma expressividade e se o presidente estava interessado na africanização de sua terra, não seria adotando uma postura oficial que nada tinha a ver com a identidade centro-africana. E, no entanto, ele proclamava que o partido único, já anteriormente adotado por David Dacko, o governante que ele depusera, ia fazer do país uma república em que tudo seria profundamente africano e os valores africanos respeitados e incentivados.

Na maioria das vezes os líderes quando estabeleciam um sistema de partido único diziam-nó fazer porque esta era a maneira de os novos países serem mais autenticamente africanos...

3.11. A Negritude - o que é? O elogio de Léopold Sédar Senghor

A velha cultura africana fora como que esmagada pela colonização europeia, disse-o G. Nicolas.³⁹ Mas resistiu. A sociedade tradicional sofreu choques profundos sob muitos aspectos e quando se leva em conta de que se faz necessário, e com urgência, o desenvolvimento técnico, econômico e político da África Negra, em ritmo acelerado, e que isso consequentemente traria problemas sérios à vida africana, é um fato que serve para mostrar até que ponto o choque acontece. A movimentação que se estende pela África Negra rapidamente e sempre mais e de modo espontâneo em muitos casos, leva a um impasse: a sociedade africana em suas velhas estruturas não tem forças para resistir a esse impacto e como alertava Nicolas no seu ensaio La société africaine et ses réactions à l'impact occidental⁴⁰, e

"Ses valeurs, ses structures anciennes sont impuissantes à canaliser un tel processus. Elle se transforme donc d'elle-même, dans un désordre dont les effets peuvent être tragiques. Il est urgent de prendre en mains ces mutations, de prévoir d'elles qui se préparent, de mettre son destin entre ses mains. Mais on ne peut construire que sur le terrain et avec les matériaux existants, avec d'autant plus de prudence que des réorganisations radicales s'imposent" - op. cit. p. 179. Grifamos.

Aí a velha sabedoria de Senghor, que previu esse desfazimento dos velhos valores mediante um progresso acelerado e necessário. Como o continente africano esteve muitos séculos afastado das transformações, dirigido em sua maior parte de fora e para fora, quando se viu livre dessa direção, ele entrou em um rápido processo de desestabilização em sua sociedade. Ele queria caminhar a passos largos para recuperar o tempo perdido, ilusão por sinal das maiores, uma vez que a história não dá saltos. Por outro lado o problema da sua adaptação às condições modernas, a uma situação desconhecida da sociedade tradicional africana assume um aspecto de choque e a sociedade se defende reagindo a esse choque brutal, como o chamou Nicolas.

Senghor prega uma adaptação em que a invasão da tecnologia e do progresso ocidentais não ocasione essa confusão cujos efeitos podem ser trágicos, para repetirmos os conceitos do sociólogo político citado antes.

A luta entre dois passados, o tradicional e o colonial e o presente conflitante é um dos problemas sérios dessa África inquieta. Não se pense que a brutalidade contra os africanos é apenas fruto dos impérios europeus que ali se estabeleceram para explorar as colônias e enriquecer, mandando para as metrópoles tudo o que podiam arrebanhar.

Não. E pensar assim é cometer um terrível engano sócio-político-histórico. Os africanos, muita vez representados nos filmes americanos como ferozes, ingênuos, bem alimentados, que recebiam o branco com hostilidade e o queriam comer em grandes tachos, é antes uma criação ocidental. Havia frequentes e violentas guerras tribais, em que populações inteiras eram dizimadas, do norte vinham os núbios, ou tribos berberes ou os ferozes tuaregues que preavam escravos e os mandavam, vendidos, para o Sultanato de Omã, ou para a Arábia Saudita, para os pequenos xecados e emirados do golfo, ou para o Iêmen. O que se pode dizer em favor desse passado turbulento é que eles mantinham a sua cultura, aguentavam os seus Estados e governantes, as suas línguas, os seus costumes, as suas tradições sem que ossem obrigados a abdicar delas. Charles-Henri Favrod dizia que existe "uma história africana idealizada"⁴¹ e citava como exemplos os antigos impérios de Ghana e o Mali. E temos de convir que, em certos pontos, ele está certo também.

Explica-se assim em parte a radicalização de alguns líderes que se intitulavam nacionalistas e que queriam varrer tudo o que se referisse ao passado colonial e, mais adiante, ao seu próprio passado tradicional, voltando-se contra antigas e sólidas instituições, por acharem que ambos os passados eram sérios impedimentos ao avanço da modernidade e à mobilização das massas nesses novos Estados. Para eles, o progresso económico era incompatível com a manutenção de instituições do passado ou, simplesmente, com o respeito a um passado que, eles acreditavam, era vergonhoso.

Se foi mais fácil expulsar o europeu de suas terras, fazer expropriações, saquear casas de fazendas de brancos, não foi assim tão fácil apagar as páginas do passado tradicional africano. Daí o choque por vezes violento entre os novos líderes e os líderes tradicionais, como no caso de Ghana, onde o Dr. Nkrumah não conseguiu, por mais força que fizesse, apagar o vestígio desse passado, nem o poder que existia nos príncipes e reis tribais que desafiavam o Governo central e o faziam retroceder mesmo, apesar de seu exército, apesar do partido, apesar da ajuda britânica, o que fez um clarividente ensaísta africano, Peter Abrahams,⁴² prever bem antes os problemas de Nkrumah e a sua obra não concluída e escreve, com indisfarçada ironia:

"By the time I visited the Gold Coast the uneasy alliance between Nkrumah and the tribal chiefs had begun to crack. A week or so before my arrival he had threatened that, unless they co-operated with his government in turning the Gold Coast into an efficient twentieth century state, he

would make them run so hard that they would leave their sandals behind them. This was a calculated insult to the tribal concept that a chief's bare foot must never touch the earth.

That was the beginning of the secret war. Nkrumah thought he would win it easily. He was wrong. The chiefs have not run, and today their opposition to him is even more clear cut - in "Nkrumah, Kenyatta, and the Old Order", p. 139. Grifamos.

Era justamente isso que a negritude tentava evitar, pregando a convivência entre o novo e o velho, a vontade de modernidade e o respeito ao passado cultural, o respeito às tradições genuinamente africanas. Senghor não queria a morte dos chefes tribais, a extinção dos reinos nativos, a forçada adoção de um parlamentarismo à Westminster ou um presidencialismo à francesa. Não. Ele pregava uma inteligente convivência em que o progresso econômico chegaria nas importações de uma avançada tecnologia ocidental, em que os restos da colonização perderiam o seu significado em terras africanas, em que se casariam harmoniosamente o passado histórico, o passado tradicional africano e as melhorias que o passado colonial trouxera - e foram muitas essas melhorias -, com uma modernização que não destoasse do resto do mundo.

A negritude era co-existência também.

Senghor não era apenas um excelente poeta, um erudito, um *seigneur des lettres françaises*. Era um político astuto e um sage que se escondia sob aquela elegância de bem falar e bem comportar-se e mesmo os que lhe viam apenas o refinamento francês de uma longa estada em terras de França, tinham de considerar que o seu coração estava em África, o que, aliás, ele tantas vezes disse em seus magníficos poemas, quando nostalgicamente se despedia de sua terra para a peregrinação pelo mundo⁴³.

"Ah! de nouveau dormir dans le lit frais de mon enfance
Ah! bordent de nouveau mon sommeil les si chères mains
noires

Et de nouveau le blanc sourire de ma mère.

Demain, je reprendrai le chemin de l'Europe, chemin de
l'ambassade

Dans le regret du Pays noir".

Não obstante críticas de que a negritude era um movimento fofoqueiro e saudosista, acusado de ranter-se alheio aos fatores políticos e econômicos, de permitir uma convivência odiosa com os antigos senhores, ele teve seu momento de grande significado e muito ajudou no desenvolvimento da África Negra, nessa ardente busca de um reencontro. Houve distorções, como não poderia deixar de ser, mas a pedra lançada por Senghor evoluiu e é um edifício. É grande.

3.12. O serão do pan-africanismo

O pan-africanismo como movimento arrégimentador dos povos negros sobretudo, é anterior ao da negritude, mas em dado momento ele se confundeu com aquilo que menos deveria confundir-se, ou seja, com o nacionalismo dos territórios que aspiravam a uma futura independência.

Também não foi uniforme, como o da negritude e até muitos anos depois, quando a África Negra era quase toda independente, ainda não havia acordo sobre as diretrizes do Pan-Africanismo nos moldes pregados por Nkrumah, por exemplo ou por Jomo Kenyatta. Aquele se fecha em um autocritarismo exacerbado e uma Ghana líder dos assuntos africanos, enquanto o último fechava-se mais pragmaticamente dentro dos limites de seu Quênia natal e o tocava a caminhar pelas vias de um neo-capitalismo econômico inteligente que tornaria a república estável e admirada por muitos povos irmãos.

Líderes de grande personalidade se disputavam as chaves para um pan-africanismo duradouro e eficiente, mas entre eles havia grandes cisões. Se se podem apontar idéias antinômicas na negritude, imagine-se no Pan-africanismo nkrumahiano, por exemplo!

Daí nesta tese preferirmos, de modo didático, começarmos pela Negritude ao invés de pelo Pan-Africanismo como movimentos que buscavam o reencontro da África Negra com o seu destino.

A falta de coesão e de uma verdadeira filosofia levou o pan-africanismo à estagnação e ao descrédito, como mais uma expressão destituída de significado real. Torna-se até muito difícil à luz de tantos encontros e desencontros dizer-se o que seria pan-africanismo, ou, pelo menos, o que pregavam os seus líderes mais eminentes.

O elegante Pei Freddie, de Buganda, ou Kabaka Mutesa, mais tradicionalmente, foi dos primeiros líderes negros na sua região que defendeu a secessão de uma província pertencente a um território sob domínio britânico. Ele queria que Buganda, o seu velho Estado feudal, parte de Uganda, fosse desmembrado e obtivesse independência imediata. Mas o jovem e turbilhonante soberano era uma figura expressiva dos movimentos em prol da libertação da África Negra e muito acatado. Também pregava uma maior união entre os futuros países independentes. O que, em outras palavras, seria uma defesa do pan-africanismo. Mas até onde seria justo incluí-lo entre os pan-africanistas no momento em que ele não hesita em dividir um país para continuar a reinar sobre uma parte desse mesmo território e em perigo de esfacelá-lo? Mutesa defende, como tantos outros daqueles dias, idéias antinômicas. Mas assim era o pan-africanismo.

Para usar de um velho e revólto chavão político-partidário, o pan-africanismo foi uma bandeira de luta. Era até mesmo chique exaltar uma estreita união dos países da África, primeiramente englobando os países negros, subsaarianos, depois com a evolução da marcha da independência, unindo todos os países que faziam parte do Continente, o que vinha trazer uma requena incoerência pois os países do Norte eram árabes ou arabizados e muçulmanos, reunidos em torno de um vasto e também complexo Mundo Árabe, de um lado e de um mais amplo ainda Mundo Islâmico, de outro. O termo era impreciso e em verdade um pouco difícil de dizer exatamente o que era, quais os seus alvos, os seus projetos, as suas realizações, a sua diretriz.

Nas relações internacionais os slogans políticos abundam, e os termos dançam dentro da Semântica uma estranhíssima dança, que os estudiosos da Política Internacional e da Filosofia Política tentam, em vão, explicar.

O que é na verdade Pan-Africanismo?

A primeira dificuldade surge quando se pensa na delimitação desse movimento. Até onde vai a sua fronteira natural? Que países include? Logicamente, a darmos significado à expressão, pan-africanismo incluirá a todos os Estados existentes em África, de Norte a Sul, sem esquecer-se dos Estados insulares. Mas, como surgiu como movimento contra o colonialismo europeu nos territórios dos pretos, o pan-africanismo passou a ser mais restritivo e englobar apenas os países da chamada África Negra, isto é, aquela que ficava ao Sul do Saara e chegava até o Cabo da Boa Esperança. Mas à época eram excluídos os territórios ocupados pelos portugueses, e a Rodésia e a África do Sul. Outros, falavam de um pan-africanismo que reunia as chamadas províncias portuguesas de Ultramar e até os dois negregados países, enquanto que certos líderes punham sempre de fora a África do Sul.

Os países árabes do Norte da África, em tudo diferentes do resto do continente, pela língua, pelas origens, pela religião, pelos costumes e pelas tradições políticas, formavam como que um bloco transcontinental que ia do Mediterrâneo à costa do Sultanato de Omã e do Iêmen, das montanhas do Líbano às fronteiras da Etiópia, enquanto Mundo Árabe e, como Mundo Islâmico, o seu limite geográfico era ainda maior, pois abrangia muitos Estados não-arábicos, não semíticos, mas povos caucásicos, povos mongeloides, turcomanos e malaicos, e ia do riquíssimo Sultanato de Brunei e dos pequenos sultanatos da Malásia, ao Império do Irã, do Paquistão e de Bangla Desh a "repúblicas autônomas" no Cáucaso, da mais tarde unilateralmente declarada República Turca do Chipre do Norte às costas da Líbia e da Tunísia, do Iraque árabe ao Tchado negroide e parcialmente arabizado, ao ex-Sultanato de Zanzibar e ilhas Comorenses, do Sultanato de Maldivas, à república popular albanesa, em plena Europa. Por sua vez, esses países não faziam muita questão de ingressar ou não no movimento que queria unir os povos negros da África, ainda que lhes acompanhassem os preparativos para a independência total do continente.

Na mesma época aproximadamente muito se falavam de outros movimentos abrangentes, como o Pan-Arabismo, de Nasser, logo após a derrocada da monarquia no Egito e em seguida a sangrenta proclamação da república no Iraque e no Iêmen. Na Indonésia, Ahmed Soekarno pregava um pan-malaísmo, sem especificar muito bem o que isso seria.

Cra, o Pan-Arabismo, surgido no continente africano, sob inspiração do militar que derrubara a velha monarquia egípcia, esse tinha uma proposta precisa que era unir, politicamente, os países árabes e fazê-los mais forte para enfrentarem o inimigo comum, como dizia o líder, que era o imperialismo. Formar-se-ia uma grande confederação de Estados ligados pelos mesmos traços comuns e por um comum anseio. Nasser queria varrer as monarquias árabes conservadoras, eliminar os reis e sultões e tornar-se um califa não coroado de um imenso império árabe. Em 1958, o Egito e a Síria se unem para formar uma vaga República Árabe Unida. Nasser dava os primeiros passos para concretização do seu sonho ambicioso e, nesse mesmo ano, sob sua instigação, militares nasseristas matam o jovem e inexperiente Rei Façal e o Primeiro-Ministro Abdul Illah, da Casa Real, tio do soberano e figura de proa do conservadorismo político iraquiano. Nasser queria unir à sua república o Iraque. Quatro anos depois, ao morrer o Imam Ahmed, seu filho e herdeiro, o Príncipe Mohammed El-Badr, apenas assume o poder, é derrubado por oficiais nasseristas, que proclamam a república e falam de uma união com o Egito. Era o Pan-Arabismo em marcha acelerada. Os sonhos de Nasser pareciam tornar-se realidade, enquanto que o Pan-Malaísmo de Soekarno fica nos discursos inflamados e morre com a queda do líder.

E o Pan-Africanismo, como andava?

Enquanto o Pan-Arabismo era um forte movimento político e ideológico, antimonarquista, anticonservador, militarista, com diretrizes e objetivos; o Pan-Malaísmo trazia propósitos anexacionistas (Soekarno pretendia unir a Maláia, como era chamada então, e o Brunei, à Indonésia, reclamava o Timor e até o Mindanao filipino, para formar e engrandecer aquele Mundo Malaio a que se referia a si mesmo), o Pan-Africanismo debatia-se em congressos e teorias, problemas e defecções regionais e desentendimentos entre os mais influentes líderes negros e sem um líder forte o bastante para arregimentar e unir essa miríade de novos países. O movimento pan-africanista como arregimentação política se fraciona mesmo antes de lograr uma definição dos seus objetivos. Regionaliza-se antes e se regionalizaria depois. Formam-se blocos, nos quais os líderes de territórios de língua inglesa não comungam dos mesmos interesses dos de língua francesa. Os líderes exilados dos territórios portugueses, com exceção de Holden Roberto, não chegam a ganhar repercussão. Os dos territórios sob tutela ou colonização belga, com exceção de Lumumba em dado momento, fugacíssimo e violento, diga-se de passagem, não se salientam e aquele que parecia mais promissor, o Príncipe Rwagasore, filho do Mwami e herdeiro do trono de Burúndi, moderado e sage, apesar de sua pouca idade, é logo assassinado. As colônias espanholas careciam de líderes e a A -

frica do Sul é posta de lado.

O que ele pretendia, afinal? No início foi a união dos pretos para livrarem as suas terras do domínio dos europeus, restabelecer a dignidade do homem negro, como dizia Senghor, mas depois foi uma espécie de luta de diversos povos contra a supremacia das metrópoles e, na fase final, antes de cair no simbolismo de hoje, foi um esforço concentrado contra o perigo da balcanização em África e para o que Senghor muitas vezes alertou.

A África Negra retalhada seria mais frágil e presa fácil do neocolonialismo tão temido. Cortada em muitas e muitas terras, em pequenas fatias, seria possível que a África sobrevivesse?

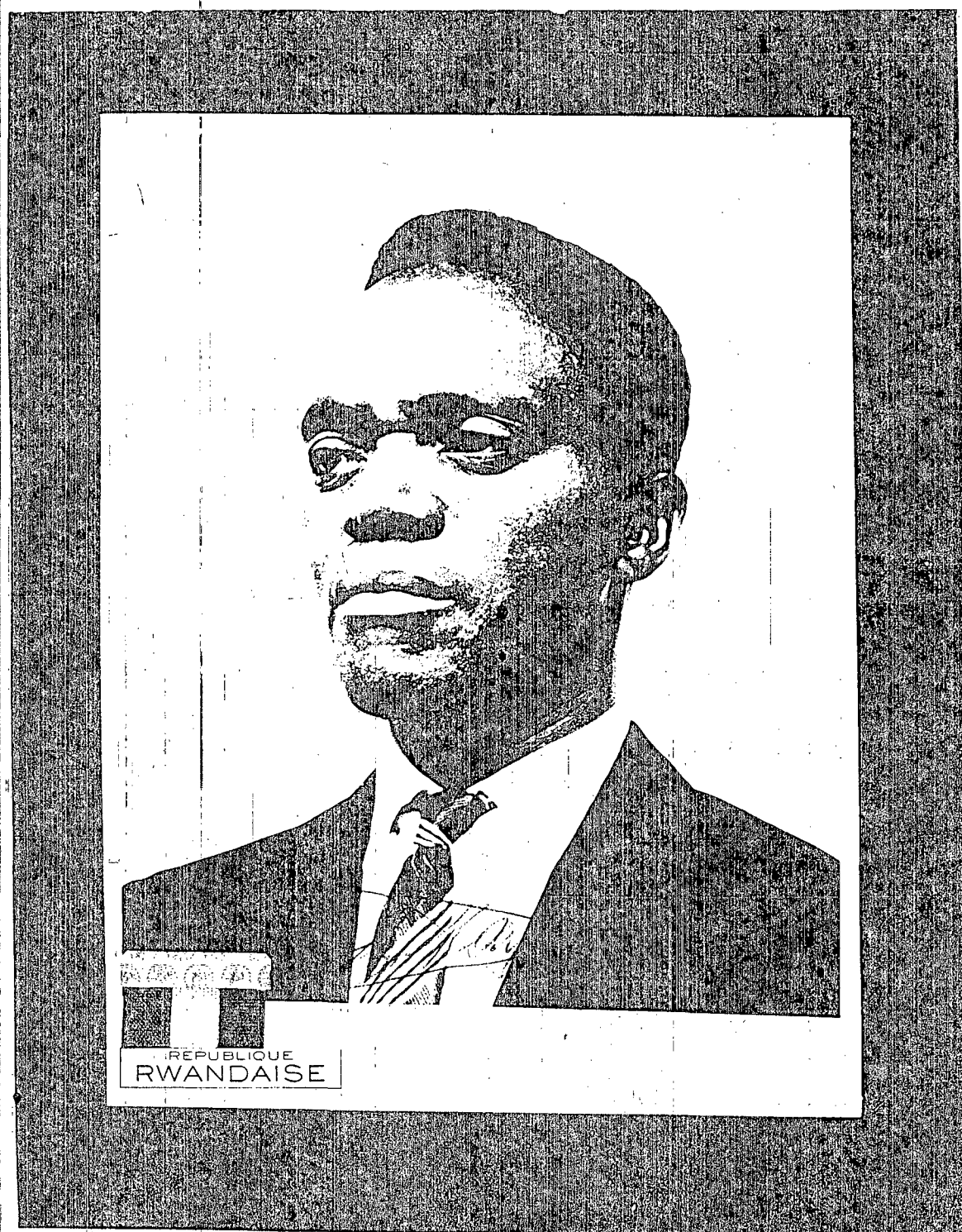
E então que os grandes líderes nacionais se unem sob uma bandeira, mesmo vaga e sem formato preciso, que era o pan-africanismo retomado e mais politizado. Era a união de líderes para se fortalecerem, se darem as mãos e juntos lutarem contra o fantasma comum do esfacelamento territorial, de fendido mesmo por líderes influentes e poderosos como o Kabaka de Buganda e o líder de Katanga, Tchombé.

Mas a Nova África encontrava dificuldades em fusões. Como unir dois ou mais territórios e formar uma grande república? Ou ela tendia a estender-se, em busca de anexações insensatas ou a partições perigosíssimas. Os chefes consuetudinários eram os mais difíceis de contentar naquela celeuma inicial. Da-se como exemplo o caso de Houphouët-Boigny, o líder maior da Costa do Marfim, pouco interessado no Pan-Africanismo de Nkrumah e que, não obstante, passou a olhá-lo como uma medida salutar de que redundaria quem sabe um nacionalismo consciente e isso porque ele teve que enfrentar sérios problemas para manter a unidade de sua pátria. Em 1959 encontrou grandes obstáculos por parte do Rei da Assínia, pequeno principado tradicional de 45.000 súditos que viviam em 8.000 kms², que não queria integrar-se à futura república. O Rei Amon Ndoffu III, apoiado por todo o seu povo, pediu a independência do seu pequenino rei alegando a existência de antigos documentos que provavam que existiam atos diplomáticos datando de 1687 e 1843 que reconheciam Assínia como um reino soberano e que Grinjabo era a sua capital e sede do monarca. Como as autoridades marfinianas não aceitaram, o Rei propôs então que fosse aplicado então o regime de protetorado aos seus súditos e assim estaria preservado esse liechtenstein africano, como o chama Philippe Decraene.⁴⁴

O Pan-Africanismo, acreditavam, exaltando os valores africanos e provando que eles eram fortes, dariam, por outro lado, força bastante para que os novos Estados enfrentassem as delicadas situações internas, que es vtouravam mais ou menos por toda parte.

E foi, por isso mesmo, contraditório desde o início. Queria dar força aos africanos em geral, sem divisões de territórios e favoreciam um nacionalismo cada vez mais acentuado, se encararmos o movimento do ponto de vista político.

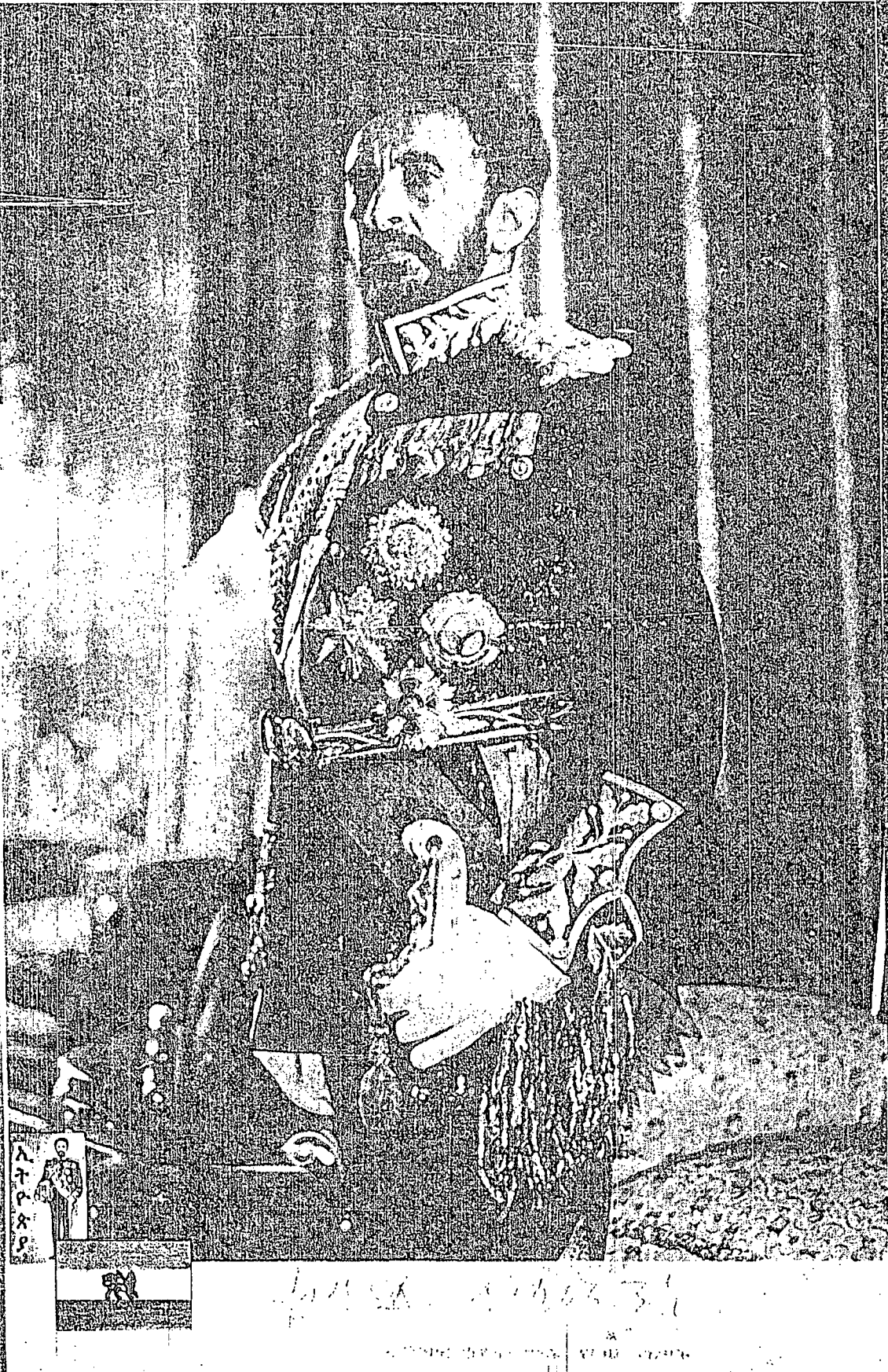
Trazia, ninguém o pode duvidar, idéias antinômicas e assim se manteria, como vamos ver a seguir.



Gregoire Kayibanda, patriota e primeiro presidente de Ruanda, um dos mais cultos e puros governantes que jamais passaram pela África Negra, em foto dedicada ao Autor. Foi derrubado por um golpe militar. Mas deixou sólidas as instituições republicanas no pequeno país.



Foto autografada do Presidente Tombalbaye, do Tchade, quando ele ainda não se chamava Ngarta, nacionalisticamente. Foi dos primeiros líderes nacionais dessa nova África que surgia. Forte e valente, morreu assassinado em um putsch militar.

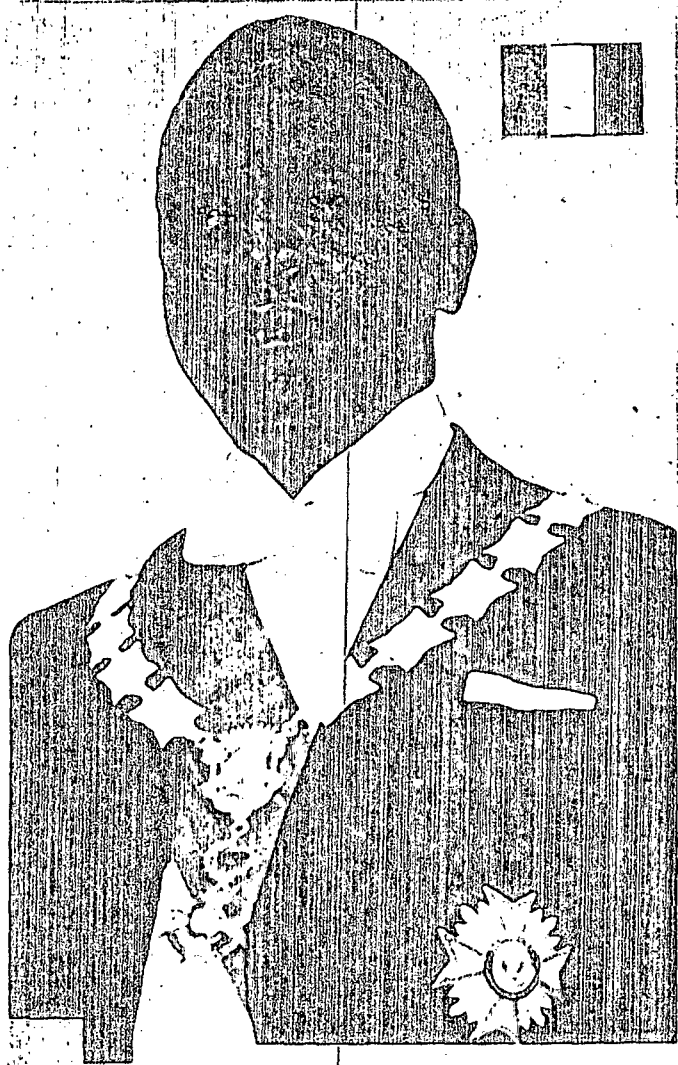


А. П. С. С.



А. П. С. С.

А. П. С. С.



De cima para baixo e da esquerda para a direita: o Ngwazi Dr. Hastings Kamuzu Banda, do Malávi (foto autografada para o Autor); o Mzee Jomo Kenyatta, do Quênia; Monsieur Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim; e o Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, de Tanzânia.

313. O sonho do pan-africanismo. Líderes principais

Em capítulos anteriores fizemos referências a líderes africanos dos mais ilustres e dos que, desde a primeira hora, se destacaram pelas lutas em favor da independência do Continente.

Como os governantes da América Latina, que se comprazem em fazer declarações de pan-americanismo, mesmo que esse sentimento se volte apenas para um lado da questão, ou seja, a posição contrária aos Estados Unidos (e isso tem sido mesmo encarado como verdadeiros cavalos de batalha para tanto líder demagogo), os chefes de Estado em África quase que infalivelmente se apresentam como pan-africanistas.

No item anterior, estudando o que é que deve ser visto como pan-africanismo, lembramos a grande dificuldade em conceituá-lo, porque a expressão tem sido deturpada e - próh dolor! - até mesmo confundida com o nacionalismo exacerbado de alguns dirigentes negros.

Tentariamos, em parte estribando-nos em Decraene,⁴⁵ tentar uma avaliação do pan-africanismo sob os seguintes aspectos:

1. Há uma noção confusa e disparata - são palavras de Decraene! - do que seja pan-africanismo, mas também uma tênue unidade de pensamento e este se refere, sem dúvidas, à tentativa de fazer valer a dignidade do homem africano e de colocá-lo em posição de igualdade com o "branco" (a expressão é imprecisa, mas é a mais usada) da Europa e de outras partes do mundo, assim como com as outras raças e povos da Ásia e das Américas. Entretanto, a confrontação se dirige mais ao europeu, por tantos anos senhor da África Negra;

2. Quando líderes como Nkrumah e seus companheiros de então se referiam à união de Estados e preconizavam a constituição de várias federações de Estados, diferentes umas das outras, Estados Unidos da África, como dizia Nkrumah, a noção fica extremamente vaga. Que tipo de união? Perigosa como a que une o Mundo Islâmico, seja a parte radical ou fundamentalista e a mais moderada, seria impossível: a África Negra, essencialmente animista, não teria condições para tais tipos de uniões. Política? Impossível, pois a discordância entre tipos de regimes era e é muito grande ali. Geopolítica? Também impossível, pois há diferentes tipos de Estados e neles a questão das fronteiras sempre

Políticas da mais diversa. Ideológica? Também difícil. A ideia de unidade da África foi um ponto difícil de sustentar, pois o mesmo Estado oscilava por vezes de extremo a extremo, com uma volubildade assombrosa. Cultural? Poderia haver alguma união e isso a Negritude tentou explorar, sem muito sucesso, porém. Económica? As diversas tentativas não frutificaram, mas de qualquer maneira foram as que mais se adiantaram;

3. Quando Nkrumah e outros falavam de preservar a unidade do Continente, a que parte do Continente se referiam? Todo ele, de norte a sul? Das costas marroquinas às praias sul-africanas, ou apenas aquela África ao sul do Saara e, lá embaixo, excluindo a África do Sul. Seriam posições mais amplas ou mais restritivas, conforme o caso. Entretanto, o messianismo dos primeiros pan-africanistas, a quem se costuma tratar de históricos, ainda ia mais além e incluía no movimento os pretos que vivem em todos os continentes, mesmo que tenham perdido totalmente os laços com a mãe-África e nada mais sintam por ela. Como classificar esta postura: racial ou melanodérmica? Incluindo povos da América, bastante mestiçados, da Ásia, da Oceânia e da África saariana de sangue cruzada, estendia-se muitíssimo o leque de ação, mas ficaria ainda mais impreciso o alvo do pan-africanismo. Citemos apenas um caso flagrante: os kleurlinge (mestiços da África do Sul, nem sempre de povos bantos, mas de hotentotes e boiximanos, que não são povos racialmente classificados entre os negros como os sudaneses e os bantos, por exemplo), que falam preferentemente o afrikaans como língua materna, são protestantes e vivem uma civilização européia e que nada sentem pelos movimentos africanistas, mas pelo contrário para eles olham com tanta apreensão como para os boeres, como inclui-los em um pan-africanismo que, digamos, pretendesse fazê-los sentir a Africanidade? Ou como incluir povos da Oceânia, de línguas malaio-polinésicas e tradições culturais sem nada de aproximação com o Mundo Negro?

É muito e muito complexo e nenhum dos grandes pan-africanistas da primeira hora jamais souberam explicar o que ele fosse. E Decraene, que muito estudou a respeito, se mostra impotente para explicá-lo, mesmo reco-

nhecendo que esse movimento teve muito significado para a libertação da África e como tal deve ser ressaltado. Seria mais um programa de ação que tornaria as mais variadas feições, como um dia o fez o pan-germanismo e em décadas passadas o pan-americano. Mas não se pode dizer exatamente o que ele seja, como escreve Doeraene:

"Essa complexidade da noção pan-africana, bem como a sua falta de precisão, decorrem do fato de que nela se sobrepõem esquemas culturais, os quais chegam, às vezes, a opor-se aos esquemas puramente políticos. Mas a imprecisão, as contradições dos teóricos e dos pensadores, dos doutrinadores e dos defensores do pan-africa - nismo em nada diminuem a força e a realidade do movimento" - in op. cit. p. 11.

Talvez isso ajude a compreender o pensamento discrepante de homens como Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Senghor, Ahidjo, Azikwe, Houphouët-Boigny, Banda, Kaunda, Nyerere, Olympio, Kayibanda e outros, que, nos encontros internacionais e da OUA pregavam uma postura pan-africanista e, internamente, adotando uma política ora nacionalista e fronteirista, que se chocava de frente com a amplidão do pan-africanismo, ora se arregimentando em grupos regionais e formando círculos fechados sob pretexto de incentivar as relações comerciais entre seus países.

Também é verdade que os grupos se formavam em praticamente dois blocos bem precisos: os cujos Estados haviam sido territórios coloniais franceses e os de influência inglesa, enquanto um terceiro grupo, mais reduzido e delimitado geograficamente, era formado pelos Estados que haviam estado sob influência belga, ou seja, o Zaire, então Congo-Léopoldville, o Ruanda e o Burúndi. A pretendida união entre Ghana e a Guiné, aquele um país que fora colônia britânica e este, uma ex-colônia francesa, não podia dar certo, como efetivamente não deu. Tudo os separava, a começar das línguas oficiais, passando pelas instituições políticas e formação de seus líderes. O Málí e o Senegal, ambos de expressão francesa, tentaram uma federação regional, que também pouco durou: as rivalidades internas eram asseverbantes e não permitiram sequer os primeiros passos na estruturação federal. Ainda na época das grandes agitações, o Presidente Nyerere, socialista moderado, conseguiu unir o pequeno e turbulento Zanzibar a Tanganhica, formando uma estranha federação, a Tanzânia, como um primeiro passo para uma futura confederação que jamais chegou a existir. Mas essa união, que esteve a pique de fundir, como outras tentativas, apenas resistiu porque o Zanzibar saíra de um cruelíssimo golpe de Estado que extinguiu a milenária monarquia ali e banhara de sangue o país, lançando-o na guerra civil e nas represálias raciais, os negros contra os árabes, persas, europeus e mestiços que habitavam a ilha e, até certo ponto, a dominavam cultural e comercialmente. Sem a sua união com o país continental é difícil prever-se o que aconteceria ao velho e esgotado sultanato.

É por essa época que brilha mais forte a estrela do Dr. Tubman, presidente da Libéria e uma das figuras mais entusiasmadas com o pan-africanismo. Ele realmente tinha muitos pontos de convergência com o Dr. Nkrumah, ele um político habilidoso e vitorioso, um estadista sério e tinha um profundo amor pelas coisas africanas e dirigia com sucesso o seu país, apesar das acusações que pesavam sobre a sua administração e do estado geral em que se encontrava a Libéria. Ele defendia também a criação de uns "Estados Unidos Africanos", sem especificar como é que eles seriam formados...

O programa de um movimento pan-africanista, que servira para impulsionar muitos territórios para a independência, depois de esta conseguida servia para manter alto o moral desses novos Estados. Com as súbitas e sangrentas tentativas de secessão em várias partes da África, líderes como Alphonse Massamba-Debat, que substituíra o excêntrico Abade Fulbert Youlou no pequeno Congo-Brazzaville; Léon Mba, do Gabão; David Dacko, da Centro-Africana; Tombalbaye, do Tchade e muitos outros pensavam que poderia haver um retrocesso no processo de libertação do Continente e esse pensamento algo ingênuo fê-los abraçar o pan-africanismo como forma de defesa contra os fantasmas de um retrocesso político, inteiramente descabido. Os quatro primeiros, por exemplo, se unem para levar adiante esse já velho projeto de alguns anos, que era uma união aduaneira entre os seus países, deixada pelos franceses. Agora eles falavam de um Mercado da África Equatorial que, em 1965 atinge o máximo de seu esplendor, para diminuir de intensidade nos anos seguintes e ficar em uma posição indefinida depois. Massamba-Debat nessa ocasião fala de uma luta pela independência econômica que se estenderia pelos demais países negros. Só isso faria a independência política efetiva; Mba, mais regionalista, lembra que um tal mercado comum ajudaria muito ao desenvolvimento daquela região, que fizera parte de uma outrora imensa África Equatorial Francesa. Tombalbaye, mais nacionalista que os demais, bem mais radical, insistia ainda que, não obstante aceitarem sugestões sobre matéria econômica, os seus Estados não admitiriam qualquer influência estrangeira nos assuntos internos, como declararia em Paris, em março de 1965, no decorrer de uma visita de Estado. Uma estreita colaboração econômica tornaria mais fortes esses Estados, insistiria o Presidente em momentosa entrevista a Marchés tropicaux⁴⁶ em 3 de abril do mesmo ano. Dacko, herdeiro político do arrojado e ambicioso pan-africanista Boganda, acentuava em suas declarações a força do pan-africanismo de que a sua pátria, a República Centro-Africana, ambiciosa denominação que substituíra a antes regional Oubangui-Chari, era defensora porque pretendia lutar contra a balcanização em África e defender a dignidade do Negro centro-africano, como escreveu com ênfase⁴⁷ nas páginas de Marchés tropicaux. E falava, então, de uma neutralidade a ser observada pela Centro-Africana, livrando-a da xenofobia mas também de desnecessária participação nas questões entre a África revolucionária e a África moderada, pois seria a única maneira de "consolidate its independence". O Continente parecia pegar fogo, de uma a outra ponta e isso assustava os líderes mais influentes. E novamente se pegam a defender o Pan-Africanismo.

Na verdade é o que o pan-africanismo se torna, uma espécie de defesa dos países africanos contra uma desagregação e caos que pareciam iminentes. Um movimento muito vasto que se cinde em pequenos grupos regionais para mútua defesa e contra os resquícios de colonialismo, que se tinha seguido à colonização e insistia em perturbar, em uns poucos territórios, o processo de descolonização.

O pan-africanismo então passa a ser mais uma movimentação pan-regional ou mesmo nacional, do que pan-africana. As preocupações regionais e nacionais eram muito maiores e asoerbantes do que as utopias por uma grande, imensa África Negra interligada.

Em meados da década de 60 a turbulência em África parecia chegar ao clímax e as desilusões eram muito grandes também. As velhas fronteiras deixadas pelos europeus pareciam incomodar muito, assim como as estruturas artificialmente impostas ou aceites pareciam não se adaptar à nova situação. Os especialistas em assuntos africanos, mesmo os mais entusiastas, pareciam desapontados com o desenrolar da situação e o Autor desta tese ainda se lembra de um ensaio aparecido na imprensa inglesa e reproduzido na séria e moderada revista anual, African World Annual,⁴⁶ que trazia todos os eventos acontecidos durante o ano em África e que teve grande repercussão entre africanistas e simpatizantes e assinado por Alan Gray. Bem escrito, frio nos seus julgamentos, absolutamente realista, esse ensaio procurava analisar não apenas o significado que o tribalismo ainda tinha nos assuntos africanos, mas o erro que fora em se adaptarem às pressas instituições européias para esse novos Estados e apontava como estudos de casos a Nigéria, a Uganda e Ghana, além de citar outros exemplos. Africa's Year of Turmoil - Decolonisation and Disillusion - Clamour over Rhodesian Constitutional Issue⁴⁹ trazia algumas alertas que mereceram muitas meditações daqueles que tentavam compreender a África e aludia a essa perplexidade que se apossava dos líderes africanos. Se internamente os novos países não tinham condições para se libertarem da força do tribalismo, como poderiam pensar em formar grandes federações ou confederações? Como pensar-se em uma grande e poderosa África Negra se, dentro, os Estados pareciam caminhar a passos apressados para o caos político e econômico?

É interessante notar-se que foi exatamente em meados de 60 que os pan-africanistas do primeiro momento da libertação e descolonização foram apeados do poder em seus países: Sir Abubakar Tafawa Balewa, da Nigéria, assassinado juntamente com os primeiros-ministros regionais do Norte e do Oeste da Federação após o golpe cruente liderado pelo General Ironsi, por sua vez deposto e assassinado seis meses depois; em Ghana, Nkrumah é deposto e acolhido na Guiné de Sékou Touré; o Rei Fradde, da Buganda é deposto, assim como perde a presidência da Federação de Uganda; o Dr. Verwoerd é assassinado na África do Sul, enquanto Ian Smith na Rodésia do Sul desafia Londres e os países regos. A África Negra está mais e mais esvaziada e se cria um vacuum administrativo que assusta a todos. Como remediá-lo, pois, na grande África Negra quando tantos proble-

mas locais estouraram aqui e ali? Onde a força do pan-africanismo em casos como o da Union Minière du Haut-Katanga que chega a ameaçar a unidade do antigo Congo?

E Alan Gray tem estas palavras desconsoladas:

"Decolonisation of Africa is most commonly attacked on the ground that it was premature. But we shall fail to understand the present instability of Africa if we do not accept also that the form of institutions that were enshrined in independence constitutions were largely impractical and undemocratic, being designed to fill the administrative vacuum left by the withdrawal of the Colonial Powers rather than to provide an evolutionary opening for development based on tribalism. It would have meant drawing new boundaries based on tribal identity, but this surely would have been more in keeping with African realities than the expectation that "a national" identity could be developed within the various boundaries on the African map that represent nothing except the ultimate crystallisation of the struggle between the Colonial Powers towards the end of the 19th Century" - op. cit. fls. 4. Grifos nossos.

Não se poderia pensar em largos movimentos, quando os pequenos problemas locais estavam bem longe de serem resolvidos, pensava Gray e chamava a essa constatação de "moment of truth".

Com a queda de Nkrumah, em Ghana, desaparecia o admirável defensor de um pan-africanismo político efetivo e mesmo que o General Ankrah, o seu substituto tenha continuado a falar de pan-africanismo, não era a mesma coisa: a expressão perdera aquela sua primária conotação e passava a ser agora apenas mais uma expressão.

O Presidente Tubman, a quem Nkrumah admirava, continua, por isso mesmo, a pregar aquele pan-africanismo nkrumahiano, ou seja, o de se criar uma grande África, uns Estados Unidos da África, mas na verdade sabia que isso não era mais do que um sonho, e ele não era homem de utopias, nem de sonhos: era um realizador prático. Nos encontros da OUA, a famigerada Organização da Unidade Africana, ele ainda defende o pan-africanismo, como o fazia também o Negus Neghusti da Etiópia, Haile Selassie I, como forma igualmente de solidariedade entre os povos do Continente, de mútua ajuda, de luta contra os perigos do neo-colonialismo.

E não o contrário, de mútua solidariedade, de mútuo entendimento entre os líderes e seus Estados, cada um conservando a sua identidade, é seria durante muito tempo o pan-africanismo.

Mais tarde, é a vez de Kaunda que tenta uma união entre os vários Estados negros vizinhos da África do Sul para pressionar este último Estado na luta contra o apartheid, em uma nova vertente do pan-africanismo, a de um muro de pressão contra um vizinho, assim como se fizera contra a efêmera República da Rodésia, logo mais transformada em Zimbabwe sob o férreo governo de Robert Mugabe.

No momento em que o Mwalimu Julius Nyerere e o Dr. Kaunda se unem em uma frente contra a África do Sul e seu regime separatista, o pan-africanismo, de que esses dois líderes se dizem defensores indormidos, adota aquela postura dos primeiros dias e um tanto desvirtuada do grande pan-africanismo, o de intransigência contra o "branco". Ora, sob pretexto de defenderem a dignidade do homem negro, os dois governantes se lançam a críticas a um Estado soberano, imiscuindo-se em assuntos internos de uma república que, bem ou mal, tem a sua soberania e, por conseguinte, deve resolver e-la mesma os seus problemas. No início críticos severos de Pretória, Nyerere e Kaunda, e menos acirradamente Sir Seretse Khama, do Botswana, abrandam as críticas, passando a uma atitude mais moderada e conciliatória.

Os grandes defensores do pan-africanismo, por outro lado, adotavam posições neutras em momentos em que deveriam falar alto e protestar solenemente. Quando o então Primeiro-Ministro Michel Micombero, capitão do Exército Real, derruba o jovem Mwami Ntare V, em 1966, justamente o ano fatídico para a África Negra, milhares de bahutu foram trucidados pela minoria batutsi. Os pan-africanistas silenciam, envergonhados quem sabe por que a dignidade do homem preto que eles tanto apregoavam era lançada muito baixo. Em 1970 o Rei tenta retomar o trono e é derrotado. Dois anos depois novas tentativas, quando o príncipe é morto em circunstâncias misteriosas e se segue uma guerra civil relâmpago entre as duas grandes etnias, com um saldo final que oscila, segundo dados oficiais em 40.000 bahutu mortos, e segundo estimativas mais acuradas esse número subiria a 250.000 vítimas. Micombero foi duro na repressão e deu um demorado banho de sangue no outrora pacífico Reino do Burúndi.⁵⁰ Da mesma forma, as vinganças internas de Idi Amin Bada custaram a vida a milhares de opositores e inocentes, o que não impediu de o presidente vitalício ter sido também presidente da OUA por um ano. A tribo dos acholi foi quase que extinta pelo ditador e a maneira com que lançou em perseguição aos baganda, que ainda sonhavam com um retorno da monarquia em Buganda na pessoa de um dos príncipes exilados, parentes ou descendentes de Mutesa II, foi estarrecedora. Mas nenhum dos pan-africanistas condenou os excessos, por se tratar de assunto interno de uma nação amiga, como se dizia na melíflua linguagem diplomática. Só mais tarde o Presidente Nyerere apoiaria Obote na retomada do poder e derrocada de Amin.

Por que essas tremendas contradições no pensamento dos pan-africanistas?

O silêncio irresponsável era como que um incentivo para maiores erros por toda a vasta extensão do Continente.

Havia um órgão importante, a OUA, Organização da Unidade Africana, que passara por altos e baixos desde a sua fundação e que, quando foi assinada em Adis Abeba, sob auspícios do Imperador Hailé Selassié, incluía Estados do Norte africano e que esposava os princípios do pan-africanismo clássico quando insistia que, entre outras coisas, queriam defender e tornar mais unidos os Estados africanos:

"Guiados pela vontade comum de reforçar a compreensão entre nossos povos e a cooperação entre nossos Estados, a fim de corresponder às aspirações de nossas populações quanto à consolidação de uma fraternidade e de uma solidariedade integradas no seio de uma unidade mais vasta, que transcenda as divergências técnicas e nacionais".

Já linhas antes, nesse mesmo preâmbulo, os signatários haviam estabelecido que um dos mais fortes princípios da OUA seria defender a liberdade, a igualdade, a justiça e dignidade, como "objetivos essenciais à realização das legítimas aspirações dos povos africanos".

Por que então posições tão discrepantes em momentos delicados na vida do Continente, quando o mundo tanto esperava dos pregadores do pan-africanismo, muitos dos quais haviam devotado a vida inteira a esse movimento.

A resposta pode parecer muito simplista para a magnitude da pergunta, mas acontece que a África Negra passava por momentos de privação, de dificuldades de toda sorte, enfim, de uma provação que parecia sem limites. Havia rebeliões e guerras civis, golpes militares e revoluções, usurpação de poder, bogotazos de todos os tipos, as instituições ali transplantadas mostravam-se frágeis para resistir à torrentes de emoções que assaltavam os Estados e nada parecia concluir-se.

O pan-africanismo deixava de ser aquela idéia ambiciosa e vasta, para ser uma simples arregimentação de partidos políticos que se copiavam de um Estado para o outro, servia, também, como fator de nacionalismo vis-à-vis o europeu, o eterno fantasma, pelo menos aos olhos dos políticos ambiciosos e demagogos que dominavam a cena política de muitos países. Reconhecer que havia fracassos enormes e gritantes, seria reconhecer que os europeus colonialistas e neocolonialistas tinham razão. Voltam a usar, então, a capa do pan-africanismo contra o "branco", e era condenando os regimes de Pretória e Salisbury, e silenciando os de Bujumbura, Kampala, Bangui e Malabo, que eles reafirmavam os seus desiderata. O Estado africano saía em busca de um Estado ideal, que resistisse a tantos impactos.

3.14. A busca de um Estado africano

República e democracia todos os Estados em África se intitulam, com exceção das poucas monarquias existentes ali. Em anos de estudos e pesquisas sobre a África Negra, em visitas a muitos desses novos países e em contactos com líderes negros, jamais encontramos um único que se referisse ao seu ou aos países vizinhos como uma ditadura, mas não são raros os líderes que se voltam, por vezes iracundamente, contra os "imperialistas" do Ocidente e até do Oriente, que se referem a regimes europeus ou latino-americanos como "fascistas" e a seus governantes como "fascistas" e vendidos ao "imperialismo ianque". Mais do que entre nós, a mania insistente dos slogans e dos rótulos parecia fascinar os africanos dos primeiros anos de independência.

Os regimes pluripartidários eram insignificante minoria, assim como os governantes democraticamente eleitos, mas nenhum se dizia um ditador. Pelo contrário, todos se proclamavam democratas e inimigos de qualquer opressão, viesse ela de onde viesse.

Os líderes buscavam, até mesmo com desespero, um regime que se amoldasse às circunstâncias africanas e todos proclamavam a necessidade de um Estado africano.

A partir da independência ganense e da guineana, os políticos mais influentes defendiam uma africanização de tudo dentro de seus países desde nomes próprios, como já referimos, até ideologias e sistemas econômicos e muitos falavam de um socialismo africano, como Nkrumah, enquanto outros, um pouco mais sibilinos, como Senghor, falavam de um caminho africano do socialismo. Os exaltados - e entre eles Sékou Touré da Guiné - preferiam falar, por exemplo, de um socialismo nacional, como "socialismo guinéu", o que, é certo, causaria grandes controvérsias por parte dos teóricos. Falavam igualmente de um Estado moderno e forte, como o fazia amiúde o Presidente Ahidjo ao estudar os fundamentos do Estado camerunês no livro La Pensée Politique d'Ahmadou Ahidjo.⁵¹

Jamais se criaram tantas fórmulas como em África do dealbar da independência aos anos 70.

Idéias políticas novas e por vezes originais, que idam do consciencismo de Nkrumah ao humanismo kaundiano, em desfilar assombroso de novas fórmulas e conceitos que mal deixavam os estudiosos se assenhorearem de umas que já outras surgiam.

Havia aquelas que, seguindo o ditado inglês, eram apenas como "old wine in a new bottle", como o humanismo kaundiano já antes defendido por Kayibanda, mas sem qualquer título específico.

Com esses rótulos novos, os líderes que se encontravam à frente dessa África em movimento introduziam igualmente modelos econômicos que iam do estatismo mais absorvente a sistemas híbridos em que se casavam estranha e curiosamente um neocapitalismo desenfreado com uma grande ingerência do Estado naquilo que se pretendia livre iniciativa.

As constantes questões tribais, as guerras civis, um nacionalismo à outrance e mais verbal do que consciente, a fraqueza dos partidos políticos nos raros casos de pluripartidarismo ou a centralização excessiva no caso do monopartidarismo, as quezílias castrenses que, quase sempre terminavam em violentos coups d'état, tudo isso tornava a África Negra muito complexa e de difícil classificação para os seus Estados.

Em um ponto, porém, esses modelos propostos e adotados se aproximavam estupendamente: no que tangia ao Poder Executivo e sua chefia. O chefe do Estado, muita vez acumulando a chefia do Governo nos diversos arremedos de parlamentarismo, ou nos regimes presidencialistas, detinha poderes muito amplos e assumia, mesmo uma feição de Presidente-Rei, como no famoso poema de Fernando Pessoa em homenagem a Sidónio Pais: todos esses presidentes eram presidentes cujos poderes constitucionais em nada os diferenciavam dos monarcas do passado, sobrepondo-se ao Legislativo e ao Judiciário. Ainda os mais brandos dos dirigentes republicanos africanos dos dias da independência eram governantes com amplos poderes que, no auge, propunham e conseguiam até mesmo a mudança do nome de seus países, sem ouvir os parlamentos, sem ouvir partidos de Oposição, limitando-se, quando muito, a promover um referendun para confirmação de seu ato.

Uma das últimas monarquias restantes em África, a do Lesoto, era, por sinal, aquela em que o chefe do Estado, o Rei Moshoeshoe II, jovem e liberal, detinha menos poderes, limitando-se, em parte, às questões de cerimonial e às representações a nível internacional.

As velhas realezas tribais, algumas de longa tradição, como a dos móssi, mesmo quando deixavam de representar o Estado a nível nacional, continuavam até com insistência a ter importância decisiva nos negócios estatais e alterando o quadro político do país. Quando o Dr. Nkrumah tentou, pela força, eliminar o poder e solapar o prestígio dos príncipes regionais e chefes tribais, caiu redondamente. E ele parecia sólido e firme como as montanhas do Fouta Djallon. Kaunda fez acordos com o ancião e ultraconservador Rei dos Barotses, a quem fez muitas visitas.

Por esses motivos todos e por uma espécie de velha tradição, através dos séculos mantida, de uma chefia forte e autoritária, os novos Estados, mesmo aqueles que queriam copiar modelos europeus e americanos, esbarravam na tendência ao executivo forte.

E, como dissemos acima, por essa particularidade, todos os modelos, no fundo, se assemelhavam.

Na verdade, com todas aquelas experiências, algumas de trágicas consequências como a da tantas vezes citada guerra de secessão na República da Nigéria com o estabelecimento de uma efêmera e dolorosa República de Biafra, ou como a destruição de um reino nativo, o de Buganda, pela força das armas, era tudo a continuação de um processo iniciado quando do primeiro grito de independência da África. Ela queria definir a sua africanidade, muitas vezes de maneira ingênua, acreditando que essa africanidade repousava mais que tudo no ódio ao branco, no rechaçar de tudo o que fosse europeu, como alertou, inteligentemente, Victor C. Ferkiss no seu livro em que trata justamente da busca de identidade da África moderna, da África dos nossos dias.

O chauvinismo fez parte nos primeiros anos de independência da política africana. Os líderes pregavam uma rejeição ao "branco" e, estranhamente, se juntavam aos árabes, que durante séculos haviam sido grandes predadores e são igualmente brancos, isso porque, no discurso ideológico e iracundo dos grandes líderes e condottieri africanos, "branco" era apenas o europeu e mesmo assim determinados europeus.

Foi justamente a época dos maiores desacertos na tentativa de acertar. Quando a negritude prega uma colaboração com os europeus, seus defensores tão taxados de entreguistas e traidores. Aliás, o entreguista já era um traidor, como o era, também, quem quer que pretendesse manter boas relações com as antigas metrópoles. Mas delas precisavam até mesmo para as mínimas coisas, como pagamento do funcionalismo estatal e manutenção de embaixadas no Exterior.

A África Negra buscava um Estado ideal africano, que pudessem sobreviver nesse começo difícil, como buscaria um regime que fosse africano e que se adaptasse a esse novo tipo de Estado, muito complexo, intervencionista, e forte, que propiciava regimes altamente pessoais e autoritários em casos muito flagrantes em que a pessoa do chefe supremo chegava a confundir-se com a própria figura do Estado. Sabe-se que o ditador vitalício, Don Francisco Macías Nguema, da Guiné Equatorial, um pouco antes de ser derrubado, chegava a guardar o dinheiro do tesouro em sacos na sua casa, e tinha o seu nome exaltado nas orações dominicais, além de selos e moedas levarem a sua efígie. Casos assim, exacerbados, não foram, lamentavelmente, uma exceção rara. Não.

Foi isso tudo um fruto da indisciplina militar, como alguns estudiosos tentaram mostrar?

Não, certamente, pois Macías Nguema era civil e, no seu governo, os grandes cargos do Estado foram ocupados ciosamente por civis. O que havia era um despreparo acentuado em alguns casos, além da lastimável tendência ao revanchismo.

E o citado Ferkiss tem palavras certas e ponderadas a respeito e que merecem ser conhecidas. Ele soube tocar com precisão o ponto delicado da questão:

"Seria trágico que a África procurasse definir sua personalidade - sua "africanidade" - simplesmente como antítese de tudo quanto fosse branco. Entretanto, essa nota soa clara nos discursos de alguns dirigentes.

Contudo, não é esse o único caminho que a África pode trilhar na busca de sua própria personalidade, de sua individualidade. O continente negro pode procurar distinguir aquilo que é africano por excelência a fim de ter algo especial, algo de seu, para dar como contribuição a toda a humanidade, algo a trocar pelo que recebe de outros nessa nova era de história universal.

Compreendendo-se que a busca de identidade é a dinâmica básica da política africana, torna-se óbvio que não se pode compreender os acontecimentos internos nos novos estados africanos sem que se compreenda a relação desses acontecimentos com o papel que a África procura desempenhar no mundo e, inversamente, que não se pode compreender o papel por vezes confuso da África na política mundial a menos que se identifique as origens e a natureza da dinâmica interna dos estados africanos" - in África, um Continente à Procura de seu Destino, ed. cit. p. 11.

E, linhas abaixo, esse autor remata:

"Da mesma forma que um adolescente chega à maioridade e deve definir-se em relação a um dado meio social, assim também a África está procurando maioridade no novo mundo do século XX, a era da história universal" - ibidem p. 11.

Daí porque um determinado Estado em África ora passava para um regime, ora para outro. Abandonava uma postura política externa com uma volubilidade assustadora, derruaba um velhíssimo reino indígena e continuava a aceitar uma espécie de bicefalia com um presidente no governo central e um rei tribal que tudo podia dentro de seus limites, ou partia de extremo para outro em sua orientação política interna.

Era a busca de um Estado africano, em que os valores africanos fossem reconhecidos e privilegiados.

3.15. Que regime seguir. As indecisões

Querendo livrar-se do europeu, os africanos, porém, em muitos casos, queriam copiar-lhes as instituições, especialmente as políticas. Não foram poucos os líderes que sonharam com o estabelecimento de uma república parlamentarista, alguns servindo-se do modelo britânico, enquanto outros, se serviam do francês. Um outro grupo, olhava com bons olhos para o republicanismo americano e assim foi feito em alguns jovens Estados.

A forma de Estado era quase sempre unitária, por sinal fortemente unitária e adotavam como forma de governo a república, mas uma república diferente, que poderíamos chamar de real, com um presidente-rei a que aludimos em item precedente.

Hesitavam na adoção de um sistema de governo, entre o parlamentarismo e o presidencialismo e, em muitos casos, começavam pelo primeiro, para desguar no segundo. Por que? É preciso uma grande dose de consciência e maturidade política, especialmente de consciência, para que se aceite de bom grado essa bicefalia que, mesmo disfarçadamente, existe dentro do sistema parlamentar, com dois chefes, um do Governo e outro do Estado. Ora, os africanos vinham de governos autoritários, primeiro com os seus reis, príncipes e chefes tribais no passado, depois com os governantes coloniais e o parlamentarismo como adotado na Grã-Bretanha monárquica ou na Itália republicana, não deixa de ter dois chefes, ainda que a um se reservem mais os papéis cerimoniais. Quase sempre o presidente, o chefe do Estado, era um velho campeão da libertação do país, um político da primeira hora, influente, de tribo em geral majoritária e não ia aceitar, pacificamente, a divisão da chefia do governo com outro companheiro, que podia ser até de partido adversário do seu, pois o chefe do Estado em África permanecia atuante nas questões político-partidárias. Era uma questão pessoal e vimos isso nas lutas internas no Congo belga, hoje Zaire, quando da ascensão de Kasa Vubu como presidente e Lumumba, como premier. Os dois se desentenderam desde antes da formação do governo, ambos teimosos, ambos vaidosíssimos, ambos seguindo à risca as suas orientações políticas, que divergiam diametralmente. Um tendia a supplantar o outro e, na primeira cisão forte, caía a instituição e não o homem que a detinha momentaneamente. Assim foi em Ghana e na Costa do Marfim, assim foi em Ruanda mesmo antes de ser declarada a independência do país: o premier, Kayibanda, promoveu a derrubada do chefe do Estado, o rei. E esses problemas pessoais em poucos exemplos, levavam o Estado a aceitar um regime político em nada democrático, mas pessoal, autoritário, tirânico, enfim, em uma grande gama de regimes não democráticos.

O pluripartidarismo se, início, foi o postulado por todos, terminou por esboroar-se em meio à incompreensão dos políticos, a ambição de governantes com tendências autoritárias e ao próprio descrédito de que os partidos se cercaram. Faltava, a exemplo de muitos partidos na América Latina, uma firme ideologia que congregasse os militantes, uma orientação consciente e líderes que sentissem o significado do pluripartidarismo.

Ahmadou Ahidjo, quem, como apontamos em outra parte, foi visto como um dos sages da África Negra e um dos moderados, encontrou oposição por parte dos cameruneses do Sul, em sua maioria animistas ou cristãos, assim como teve problemas com o chefe do Governo, inicialmente Charles Assale, sulista e com os que o sucederam, como o que o havia precedido antes da declaração de independência, que era o conhecido político camerunês André-Marie Mbida, bem visto pela França gaullista, não hesitou em aniquilar o pluripartidarismo nascente e atuante, para tornar o Estado unitário e adotando o monopartidarismo, com o seu próprio partido, Union Camerounaise. Pouco tempo depois o monopartidarismo era implantado e o primeiro-ministro passava a ser um mero funcionário encarregado de assuntos internos da Administração. O Presidente Ahidjo passa a defender o partido único como a forma de manter o país unido e lutar contra os perigos de secessão e tribalismo, como ele preferia dizer. Ele passa a ser um adversário do tribalismo, mas não tem nunca o arrojo de Nkrumah, de tentar extinguir brutalmente os reinos indígenas que continuavam a sua trajetória histórica dentro de um Estado republicano. E um dia, abertamente, declarou-se contra o pluripartidarismo, fator de desunião e desagregação, segundo ele, como se lê no resumo do seu pensamento político As Told by Ahmadou Ahidjo.⁵²

"The creation of a great unified national party does not proceed from abstract ideological considerations. On the contrary, it arises from a dispassionate and searching analysis of the actual situation of this Country in particular and of Africa in general. If, as a matter of fact, the splitting-up of political forces and the multiple-party system meet the democratic ideal of the old countries of the Western World, which have no longer to concern themselves in the process of the social and technological mutations of modern times, this splitting-up and the existence of divergent political forces, basically antagonistic to one another, cannot but represent, in our context, a factor of disorder

der and stagnation, if not of regression, since by crystallizing the divisions, they inevitably become serious impediments to progress" - op. cit. p. 41.

E fosse que a acusação fosse verdadeira ou que o Presidente desejasse mesmo sentir-se mais forte e demorar-se mais no Palácio Presidencial, fato é que o Estado se torna monopartidário e ele secretário-geral do partido oneroso.

Damos este exemplo por ser Ahidjo dos mais moderados que governaram a África dos primeiros anos e por ser um dos que tinham as vistas voltadas para os Estados Unidos, a França, a Bélgica e era por todos encarado como rotótipo do bom governante democrático, para não mencionarmos outros que, desde os primeiros momentos, deram mostras de preferirem o governo pessoal amparado por um regime monopartidarário, como os governantes do Tchade, do Mali, de Gambia e outros, assim como quase todos os governantes africanos que se seguiram aos primeiros líderes, como Mobutu do Zaire, Bokassa da República Centro-Africana, a erra Leoa de Siaka Stevens, a Zâmbia de Kaunda e outros mais.

Aos poucos acentua-se a tendência ao monopartidarismo e que se ia uma das características dessa busca de sua própria identidade, fosse por parte de regimes que se sentiam atraídos pelo Leste, fosse pelos que se diziam simpatizantes do Ocidente, como procuraremos mostrar nos estudos de casos no capítulo IV. Na Europa as experiências monopartidárias quando falham dão origem ao pluripartidarismo com ampla liberdade de ascensão ao poder e servem para dar firmeza às instituições democráticas, como foi o caso da Itália mussoliniana e da Alemanha hitleriana. Em África, no entanto, parte-se de um pluripartidarismo iníquo e sem sustentação devido em parte ao tribalismo, à lealdade ao senhor local, à etnia, à nação regional e que fazia dos partidos meros acessórios do poder tribal e nunca nacional, para um monopartidarismo que, aos poucos, vai se tornando universal no continente, abrindo-se brechas nas constituições para a implantação do monopartidarismo estatal, mediante reformas constitucionais, plebiscitos ou, tout court, suspensão da constituição vigente e sua substituição por outra.

Estudiosos e pesquisadores ditos africanistas, mas com pouca vivência com os africanos e suas instituições, criticam, acerbamente, a extinção do pluripartidarismo em alguns países e sua substituição por um partido único, tão opoderoso ao qual pertencia o presidente ou o ditador que se estabelecia no poder com intenção de muito durar.

A situação não pode ser vista assim simplisticamente pela ótica ocidental e mais que tudo européia. A realidade africana é muito diferente e não se pode querer, como dizia o Presidente Ahidjo, que países em formação atuem como velhos Estados com instituições testadas e sólidas, mas que um dia passaram também por essas indecisões.

E óbvio que, com essas indecisões políticas, os modelos econômicos oscilavam também, por vezes de modo assustador, com evidente prejuízo para o desenvolvimento do país. Em dez anos de observação da vida somaliana, em contactos frequentes com autoridades do país, mantendo diversas conversações com o Presidente, General Jalle Siad Barre, tivemos oportunidade de aquilatar o descontrole que essas oscilações, em tão curto espaço de tempo, traziam ao país, muito vasto, com escassa população e enfrentando secas frequentes e longas com todo o seu arrastar-se de misérias e problemas sanitários, desde o kwashokor ou kwashiorkor,⁵³ até as doenças venéreas que atingiam proporções alarmantes. O Governo ora se bandeava para os lados da União Soviética e lhe pedia ajuda, ora buscava o apoio norte-americano, adotando, a partir daí, posturas políticas no âmbito internacional que pareciam chocar-se umas com as outras. Falava-se então em socialismo africano, ou socialismo somali e o Estado, com efeito, preparava-se para seguir o modelo através de uma ingerência cada vez mais acentuada na vida econômica, sem, contudo, levar adiante uma séria política agrária e grandes extensões de terra continuavam nas mãos de poderosos senhores feudais, xeques e descendentes dos antigos sultões que outrora mandaram no país. A Somália chegava mesmo, tristemente, a negociar permissão de bases aéreas americanas, negociações que jamais chegavam a termo, como permitia que os soviéticos se espalhassem pelo grande território como observadores militares.

Foi por isso talvez que um grande conhecedor dos assuntos africanos, Rogério de Lima, no livro A Outra Verdade,⁵⁴ tem palavras tão desconsoladas e desconsoladoras sobre a instabilidade africana:

"Tudo foi tentado em África como sistema político. Houve êxitos discretos como falhas retumbantes. Mas seria injusto dizer que de entre todas as arrancadas a caminho do óptimo não tivesse havido alguma vontade de acertar misturada embora com ambições confusas" - op. cit. p. 117.

E, mais adiante:

"A África satisfaz também o seu desejo de mudar. Nalguns casos não precisava fazê-lo mas... "estava na hora". Nem sempre porque ela quisesse, mas muitas vezes porque a fizeram querer. Os "ventos da mudança" sopraram então com força. Por vezes de rajada. E só depois da tempestade se adivinham algumas bonanças e se verificariam ^{outras} tantas ruínas. Entretanto "o vento tudo levou" por sobre o Continente africano. A poeira das frustrações juntou-se o redemoinho dos ódios, ao zumbido das promessas o rugido das ameaças" - ibidem p. 123.

A liberdade política não quer dizer independência econômica nem que todos os problemas internos serão facilmente resolvidos com as modificações administrativas, nem que cessarão as dificuldades do novo país com a saída dos coloniais. A realidade crua mostrou justamente o contrário e se muitos africanistas silenciaram foi por uma espécie de piedade e por aguardarem o desenvolvimento da situação. Mas aqueles que em verdade amavam e sentiam os problemas africanos, jamais silenciaram, como foi o caso de Ellen e Attilio Gatti, e Victor C. Ferkiss, em livros que podem até parecer duros demais para com os africanos, mas que não escondem a preocupação pelo futuro da África.

Todos apontavam as indecisões dos líderes como fator de desestabilização dos novos Estados.

Mas essa indecisão tinha origem em diversos outros fatores:

1. Havia grandes interesses de potências estrangeiras em jogo no continente africano;
2. Nenhum novo Estado tinha uma política com capacidade de adaptação nem uma solidez econômica que permitisse ao país e seus governantes de seguirem uma política externa que os mostrasse independentes;
3. Os quadros administrativos, quase sempre preenchidos por europeus, ficavam desfalcados com a partida desses funcionários para a metrópole;
4. Uma nacionalização apressada e confisco de bens de antigos funcionários europeus, sem que os nacionais pudessem manter tudo no ritmo de antes, trazia mais desemprego;
5. Não havia um sentimento nacional na maioria dos novos Estados, pluri-étnicos e plurilinguais, com marcadas diferenças de região para região;
6. O partido representava, quase sempre, uma determinada região e etnia à qual pertencia o seu fundador e chefe;
7. Um pluripartidarismo descontrolado e sem estruturas, como alerta Ahmadou Ahidjo;
8. Um nacionalismo-panacéia que achava que, atacando o europeu, conseguiria dar vida ao novo Estado, em uma postura por demais ingênua;
9. A falta de sinceridade dos novos amigos da África, na verdade mais interessados em cooptá-la por mil modos do que em ajudá-la;
10. Enfraquecimento da vida comercial com a partida de muitos europeus para as suas terras;
11. Elevadíssimo grau de analfabetismo, graves problemas sanitários, ausência de uma língua franca que cobrisse todo o território e servisse de ligação entre as nações;

12. Dependência monetária e econômica, apontada por Gérard Caliaud, com uma distribuição de renda monetária muito desigual e que torna a África "dominada e frágil";⁵⁵
13. A completa inadaptabilidade de instituições euroéias para um modelo dito africano, que correspondesse aos anseios e expectativas dos povos africanos; e,
14. Ainda que doa dizê-lo, a desmedida tendência dos líderes dos jovens países para o autoritarismo, para as vinganças pessoais, para o desprezo pela Oposição e, ao mesmo tempo, querendo implantar sistemas de governo e regimes políticos copiados da Grã-Bretanha, da França, da Itália, da Bélgica, dos Estados Unidos e outros.

Como se vê, seria muito difícil que um Estado pudesse seguir sem hesitações uma política interna, de grande coerência com uma diretriz externa, nessas circunstâncias. A América Latina, muito mais velha, com aproximadamente dois longos séculos de independência política, se contarmos com a primeira das nações negras desta parte do mundo mas de expressão francesa, o Haiti, que está a apenas doze anos do seu segundo centenário, ainda se debate em graves problemas e não parece ainda ter encontrado o seu verdadeiro caminho, com oscilações de um extremo a outro, com altos e baixos na sua política externa, com frequentes quedas na sua política interna. Mesmo a velha e cansada Europa, um espelho onde todos se miram, se como Estados e regimes já está em harmonia com as aspirações de seus povos, ainda enfrenta problemas sérios de divisionismos, de secessões, de surgimento de focos de nacionalismo onde ele esteve por longo tempo silenciado e mesmo sufocado como na Iugoslávia onde uma fusão arbitrária (como em Uganda, por exemplo) parece estar a esperar uma oportunidade de desfazer-se, como na União Soviética (que não é inteiramente européia), ou ainda como em Chipre, onde a eclosão de um nacionalismo turco levou à divisão do pequeno território em dois Estados, ou ainda nos focos de nacionalismo e separatismo na Córsega e nas Províncias Vascongadas. Claro está que essa instabilidade política e nacional, pode levar também a outro tipo de instabilidade, tal como em África.

Por que exigir-se que o continente africano, um cadinho de povos e línguas, culturas e tradições, não tenha as suas indecisões na busca de seus Estados e regimes?

É este o ponto que vimos atacando e que chamamos de uma visão humanística da África Negra, não a sua defesa pura e simples, mas a compreensão de sua complexidade e dos problemas que daí surgem e que, no final, também nos oferecem muitas lições.

Houve altos e baixos, repetimos, nessa caminhada de apenas três décadas e pouco, mas houve algumas conquistas admiráveis também, como veremos no item seguinte.

3.16. As grandes conquistas e as grandes indecisões na busca da afirmação nacional

Tem-se insistido no correr destas páginas que, um dos maiores problemas, senão o maior, como alguns vêem, para o amadurecimento político dos Estados africanos tem sido a multiplicidade de grupos étnicos e linguísticos dos territórios, o que impede esses povos de pensarem em termos de uma nacionalidade. Disse parece brotar a fragilidade dos partidos políticos que, dificilmente, atingem proporções nacionais, mas ficam circunscritos a regiões.

Os pensadores africanos, seus escritores, ideólogos, chefes políticos e estadistas procuram, de um modo ou de outro, escamotear a questão e muitos chegam a dar como exemplo e regra geral as exceções europeias. Não é muito lembrar que o conhecido Marechal Idi Amin Dada, em diversas proclamações, defendia a existência de uma Escócia livre, uma república dentro da Grã-Bretanha, como prova de que é possível manter-se um grande e forte Estado com várias nacionalidades dentro de um mesmo território. Mas esse mesmo incentivador da independência escocesa invadia os limites do kabakado de Buganda e, a ferro e a fogo, impedia qualquer movimento nacionalista ali, querendo que a Federação de Uganda fosse um só país, uma só nação, um só Estado, como costumava dizer. Por sua vez, lembremos que, nesse mesmo Estado, os bugandianos se sentiam mais filhos e súditos do seu pequeno reino que cidadãos de uma nova nação africana, uma federação como era Uganda. A situação era tão séria que, um cidadão ugandense, nascido em Buganda, cada vez que tinha que enfrentar uma situação qualquer de âmbito federal, como eleições gerais para o Parlamento, ficava indeciso e se opondo mesmo a isso se achava que essa sua obrigação estava em conflito com as suas obrigações para com o Kabaka e a sua nação. Ele não sentia a nacionalidade ugandiana, mas se sentia um filho do kabaka e de Buganda. Para um súdito do kabaka, o primeiro-ministro federal era uma autoridade que, sob nenhum aspecto, ficava acima do seu rei nativo e, por conseguinte, não lhe devendo qualquer obediência: ele não compreendia que pudesse ser leal ao monarca e a uma coisa de que ele não tinha uma noção mais precisa, a federação.

Foi esta a tarefa que os novos líderes tiveram pela frente: a de firmar uma nacionalidade, fazer com que os seus povos sentissem uma nacionalidade.

Era mais importante ser um kikuyu ou um massai do que queniano e antropólogos que viveram muito tempo entre nações africanas escrevem que como o seu mundo se restringia às tribos que formavam uma nação com características próprias, como no caso dos kikuyus, ele simplesmente não compreendia que um massai ou um luo pertencessem ao mesmo mundo que eles. O Estado-Nação era uma importação européia, que eles demoravam a assimilar. O autor teve oportunidade de conhecer muitos africanos que, já educados no Exterior e, portanto, com uma cultura sofisticada, fluentes em francês ou em inglês, e às vezes até nas duas línguas, sempre, em conversa pessoal, se referiam a si pelo seu grupo étnico e ainda em tempo recente, ao ser apresentado a um jovem professor ebúrneo, quando o autor lhe perguntou de que parte da Costa do Marfim ele vinha, respondeu, ufano, que era um baoulé. Mais tarde, telefonando ao autor, lembrou que era o "professor baulé". Ora, pode ser muito pequeno e simples o exemplo mas serve para mostrar quão enraizado está no africano o sentimento de etnia. Nenhum brasileiro, acreditamos, no Exterior, identificar-se-ia ante um amigo estrangeiro como um "professor catarinense", ou "professor paulista", mas sim como "professor brasileiro".

Tinha Nkrumah consciência disso e temia que, no futuro Estado ganense que ele ajudara a criar, ser axânti fosse mais importante do que ser ganense. E investiu com desusada violência contra o sentimento de etnia-nação, forçando o povo para que se sentisse antes de mais nada ganense, cidadãos de um novo Estado chamado Ghana. Para ele, o país jamais se constituiria em um Estado moderno se os seus cidadãos não se sentissem, desde logo, filhos de Ghana. Vindo de uma tribo pequena, ele podia fazer isso, pois o peso que a sua etnia representava no contexto total era bem pouco. E podia mesmo lançar-se em uma posição ardorosa de criação de uma nacionalidade ganense o que talvez não fosse assim tão simples decerto se ele tivesse vindo de uma das grandes nações indígenas, como a dos axântis. A esse respeito, vale a pena lembrar o que escreveu Richard Pattee no seu belo livro Portugal na África Contemporânea⁵⁶, admirando-se de que Ghana embarcasse em uma experiência parlamentar, por se tratar de um país com "vários povos africanos" que se constituíam em "estado moderno à maneira britânica".⁵⁷ Como seria isso possível, se os habitantes de Ghana em realidade não se sentiam como cidadãos do novo país, mas súditos do asahanteene e de outros sobas e príncipes nativos, cada um dentro dos limites da sua pequena nação? Para que o parlamentarismo ali vingasse era preciso, antes de tudo, que houvesse um profundo sentimento nacional e que todos, juntos, olhassem para o futuro de um jovem país chamado Ghana. Richard Pattee cita outros exemplos, inclusive de como o então Primeiro-Ministro, logo depois Presidente vitalício Nkrumah, escolhia seus ministros e na ingerência que o príncipe hereditário da nação axânti queria interferir diretamente na direção do Estado.

Quase vinte anos depois da movimentação política que levou o Dr. Nkrumah ao poder, em um momentoso encontro com o rei dos Axânti em Accra, o Presidente Acheampong que em 13 de janeiro de 1972 derrubara o governo ineficiente e corrupto do Dr. Busia, alertava aos que o ouviam que um dos escopos da tomada do poder pelos militares era justamente sacudir a república, encaminhá-la para uma consciência de nação e destribalizá-la. No relatório oficial das atividades do National Redemption Council, sob a chefia de Acheampong insistia-se sobre a questão:

"Colonel Acheampong said among other things, that the word "Tribe" was banned from all documents in Ghana as a step to eliminate divisive and tribal forces which militate against national unity and progress.

He urged Ghanaians to regard themselves not as members of one tribe or another, but as Ghanaians" -

p. 57/59. Os grifos são nossos.

Na "Charter"⁵⁹ que o National Redemption Council fizera publicar após a derrubada de Busia um dos pontos principais, aliás o primeiro na longa lista de propósitos e prioridades, era o de criar em Ghana um sentimento de Nação, que lhe faltava, apesar dos esforços por vezes brutais de Nkrumah e seus sucessores, sobretudo do primeiro, que fora um tenaz inimigo dos reinos indígenas e do tribalismo e lá estava expresso como o principal alvo a ser atingido:

"The Principle of One Nation, One People, One Destiny.

The Unity of our people is absolutely essential for our success as a self-reliant nation. This truth must be embraced by all, and fought for. We depend on each other and we must love and respect each other. The destiny of each of us and of our ethnic groups is locked up in one common destiny - Ghana's destiny" - p. 16.

Ora, esse era o mesmo alvo perseguido há muitos anos atrás nos dias acesos de campanha pela independência da Gold Coast, que se transformaria depois na flamante Ghana de Nkrumah e ainda não conseguido. Acheampong que gozava da fama de ser um patriota ágil e um interlocutor hábil intensificou os seus planos mantendo frequentes contactos com os príncipes axântis e outros chefes tribais, visitando-os em suas regiões e incentivando-os a adotar uma postura nacional, mas em nenhum momento os atacou. Buscou a colaboração e costumava enviar os chefes mais influentes em missões especiais ao Exterior e os anais do Itamaraty registram a visita do Otumfuo Nana Opoku Ware II ao Brasil, encontrando-se com o Presidente Geisel em 14 de junho de 1978.

O fenômeno não se restringe a Ghana, mas a muitos outros países, com raras exceções. É comum hoje em dia se lançarem todos os malfeitos aos países europeus que estiveram em África por muitos anos, mas é preciso olhar a situação com mais frieza.

Apesar de formaram unidades geopolíticas distintas como Daomé, Togo, Gold Coast, Alto Volta, Ubângui-Xâri, Niassalândia e tantas mais, essas divisões jamais foram feitas pelos africanos é bem verdade. Estes viviam não em um vasto território chamado Niassalândia, mas em pequenos chefados e sobados, aquém e além do lago Niassa e em meio à jungla, fechados nas suas pequenas fronteiras naturais, fechados nos cercados de suas línguas tribais, mantendo ciosamente as suas tradições. As migrações tribais, quando as havia não significava a extensão de um reino e, por conseguinte, de um território específico. Era antes uma tribo que vagava e se estabelecia onde queria. O importante eram os laços clânicos e a fidelidade a um chefe. Havia - e já estudamos na primeira parte - as guerras de conquistas, mas mesmo essas não forçavam o povo conquistado a sentir-se parte do conquistador: ele continuava a manter a sua língua, as suas tradições e até as suas instituições, como no Império de Ghana e no de Málí. Tornavam-se feudatários, os seus príncipes prestavam obediência ao conquistador e lhe pagavam tributos, mas isso não os fazia filhos do mesmo império. Simplesmente, eles desconheciam o Estado-Nação como o forjaram os europeus. A partilha, que foi realmente o grande erro dos europeus e a causa de muitos males, pois não respeitou nações nem etnias, não respeitou divisões linguísticas nem parentescos étnicos, daria uma nova configuração no mapa africano, configuração artificial. Quando os novos líderes surgiram aceitaram aquele corte geopolítico pois havia bem pouco a fazer, pelos atritos que isso geraria com vizinhos e entre vizinhos e somente raríssimos casos existem de Estados constituídos por um só grande e majoritário povo e nesses, por certo, não houve atritos secessionistas: Burúndi, Ruanda, Somália, mas houve problemas tribais, lutas entre clãs que resultaram em muito sangue derramado e atritos raciais. No Burúndi e no Ruanda os bahutu se levantaram contra os batutsi, povo de origem nilótica mas falando a mesma língua banto, enquanto que na vasta Somália eram poderosos clãs do norte, fortemente arabizados e com uma sofisticada cultura árabe, muita vez fluentes em árabe, mais letrados que os clãs do sul, menos arabizados, ainda que todos eles muçulmanos sunitas praticantes e falando todos eles uma só língua nacional, o somali. Esses países tinham por isso mesmo mais oportunidade de começar a sua vida como Estados-Nações. No Ruanda a política inteligente do Presidente Kayibanda tendia a unificar facilmente o país, evitando a formação de ranços tribais, evitando que os filhos de determinada comuna e região olhassem com suspeita os seus irmãos de outra, mas perigo de secessão jamais houve ali. Ainda assim, temos de notar que os bahutu, por longos séculos o povo subjugado, costumava olhar para os batutsi como estrangeiros...

Dai o açodamento dos líderes e governantes em criarem seus Estados usando modelos que logo abandonavam. Eram as grandes indecisões apontadas por Ferkiss, Gatti, Guy de Lusignan, Rogério de Lima, Pattee e outros que se perguntavam por que tantos experimentos e tantos insucessos.

A rapidez com que os fatos acontecem em África é, também, motivo de muitas dessas hesitações. A população africana, como na América Latina, é sobretudo composta de gente jovem. Os primeiros líderes, pertencentes a uma outra geração, se viam pressionados pelos mais jovens, mais impacientes por reformas rápidas e radicais que transformassem os seus também jovens países em Estados ricos e estáveis, o que é totalmente impossível. Havia em certos e raríssimos casos a preparação de um delfim da república e os africanistas citam o caso de Léon M'Ba, político conservador, estreitamente ligado à antiga metrópole, que dirigiu a independência do Gabão sem riscos nem atritos e ali estabeleceu um governo de paz, dentro de um presidencialismo fortemente centralizado, um executivo forte. País com muitos recursos naturais apesar de sua pequena população, aberto ao livre investimento estrangeiro, M'Ba tentou, desde o início, criar uma verdadeira nação gabonesa, não dando primazia a qualquer nação nativa ou tribo, estabelecendo a língua francesa como única do país e incentivando um pluripartidarismo harmônico. Era um velho sage e assumiu a presidência com quase 60 anos, um dos mais velhos de então. "C'est un conservateur qui affirme son respect de la libre entreprise", ensina Guy de Lusignan no seu L'Afrique Noire depuis L'Indépendance.⁶⁰ Afasta a tendência socializantes dos jovens políticos sindicalistas mediante uma atuação política séria e sem extremismos. A velha guarda, que rondava o palácio a espera de substituí-lo por ocasião de sua morte, era composta de políticos que iam da mais incisiva atitude antifrancesa até a simpatia pelo Bloco Socialista, que ele queria evitar. Não deseja experiências que poderiam custar muito ao país. É pragmático e não sonha. Prepara o seu sucessor e o orienta para assumir as rédeas do Estado por ocasião de sua morte. É o jovem ministro de Estado Albert-Bernard Bongo, mais tarde crismado em Omar Bongo, ao adotar o islamismo como sua religião. Ensina-lhe que a harmonia com o Legislativo e o Judiciário é primordial e que é preciso aceitar o capital estrangeiro sem ameaças de nacionalizações. O tempo não é de exigências e sim de acordos mútuos e que só a livre empresa poderia tirar o país da estagnação econômica em que jazia. Quando morre, a sucessão ocorre pacificamente, um dos raríssimos exemplos em África e Al-Hadj Omar Bongo prossegue a mesma política econômica de seu predecessor e mestre e o Gabão, aos poucos, vai-se tornando um dos países africanos com maior índice per capita de todo o continente, mas definindo-se por uma linha internacional, internamente Bongo parte para um autoritarismo cada vez mais acentuado: em 1968, um ano após ter assumido a presidência, declara o Gabão um Estado de partido único, com o seu "Parti Démocratique Gabonais" e em 1975 faz passar uma emenda criando o cargo de primeiro-ministro, uma figura secundária que se encarrega das questões meramente administrativas. Entretanto o país prospera a olhos e o Estado parece firme.

Al-Hadj Omar Bongo vem-se elegendo desde então e, há vinte e dois anos à frente de seu pequeno país, pode dizer que conseguiu encontrar um caminho gabonês de dirigir a república: livre comércio com todos os países, livre empresa, capital estrangeiro, partido único, um governo forte enfeixado em suas mãos, a criação de um espírito nacional e o esboço de uma filosofia política vis-à-vis o continente e os outros países.

Houve, é verdade, um pouco de indecisão no caso de Bongo quando, subitamente, deixa-se levar para o islamismo. Temia-se que ele dora-vante bandeasse para o extremismo de Qaddhafi e viesse a nacionalizar a nascente indústria gabonesa. Mas foi apenas uma febre de verão. Passou logo que as chuvas cessaram e ele retomou o caminho conservador que fora trilhado pelo astuto M'Ba. Aliás, pouca gente compreendeu a súbita conversão de jovem presidente, que fora até então um católico praticante. Na Europa, a conversão de um governante, se fosse o caso, em nada poria em riscos a estabilidade de um regime ou a segurança do Estado. Quando muito daria motivos a comentários nos círculos diplomáticos, gossips no seio das reuniões sociais e nos meios político-partidários. Nada mais. Em África, isso pode ser muito sério, sério até demais: o líder máximo do país está intimamente ligado aos destinos do regime. Quando os ideais monárquicos de Jean-Bedel Bokassa despertaram, após ele ter descoberto que descendia de soberanos do passado e de ter-se acentuado a sua admiração por Napoleão, muita coisa mudou na desolada República Centro-Africana que se transformaria na efêmera monarquia e ele no também efêmero Imperador Bokassa I. O rancor de Idi Amin Dada pelos asiáticos e pelos britânicos terminou por levar o país à bancarrota. A predileção de Milton Obote pelas vinganças pessoais pôs fim a um regime, assim como a rebeldia de um líder como Lumumba desagregou um brilhante começo. O tribalismo e a ambição desmedida de Ojukwu encheu de sangue e miséria o solo nigeriano. O abade Fulbert Youlou para manter intacto o seu prestígio junto aos ballalis não hesitou lançá-los contra os m'bochis, com graves e dolorosas consequências e a mudança de orientação de um regime no Congo-Brazzaville.

A estabilidade dos regimes em África está muito ligada ao prestígio, tendências políticas, preferências e temperamento de seus líderes maiores e só aos poucos esse fenômeno vai sumindo, mas ainda não de todo.

Isso foi motivo para conquistas e derrotas. Um líder clarividente e bem intencionado, que se punha acima das simpatias tribais e étnicas, que ficava equidistante das próprias preferências, conseguia que o regime por ele criado se mantivesse incólume ao deixá-lo e foi o caso muito citado pelos estudiosos africanistas e observadores políticos da África Negra e seu desenvolvimento, do Presidente Léopold Sédar Senghor no Senegal e o de Paul Biya nos Camarões. Outros porém quando eram garantidos por um líder bem velhos e distanciados das novas gerações, não resistiram e se esboroaram quando tudo indicava que estavam sólidos, como na Libéria do Presidente Tolbert - ele sonhava um presidencialismo copiado do americano para a sua terra de tantas tribos e separações.

3.17. Em busca de novos caminhos.

Forjar uma nacionalidade onde isso não seria sentido pelos habitantes foi um esforço dos mais ingentes por parte dos homens que fizeram a nova África. A simples tentativa pode ser vista como uma grande conquista, mesmo que ela ainda esteja por completar-se. Vimos o exemplo ganense, com as suas vicissitudes.

Manter as tradições antigas dos seus povos, sem querer destruí-las mas fazendo-as caminhar a par e passo com a modernidade que se avizinhava rapidamente era também uma grande conquista. Lamentavelmente, neste particular, as tentativas foram desastrosas, não todas, mas boa parte delas. Nkrumah falhou redondamente com sua postura autoritaríssima e brutal. Sékou Touré que sonha um Estado marxista em África, deseja fazer de seu país, a Guiné-Conakry, uma nação, um povo, um Estado. Volta-se violentamente contra os chefes tribais, anula-lhes o poder, desprestigia-os e interfere em todas as atividades do país. Se conseguiu unificar a Guiné, por outro lado trouxe-lhe graves problemas econômicos e o país é um dos mais pobres e deficitários da África Negra e não sabe ainda para que rumo vai, ora oscilando para os lados do Leste, ora pedindo constantes ajudas da França e dos Estados Unidos e mantendo um regime opressivo que é um estranho híbrido até à derrubada de Lansana Beavogui, que sucedera a Sékou Touré e hoje sob as mãos fortes do General Lansana Conté que, desde 3 de abril de 1984 dirige um Estado cujo governo está nas mãos dos militares, mesmo em cargos que são eminentemente civis, tendo sido dissolvida a assembléia nacional e extinto o partido único de Sékou Touré, o Parti Démocratique de Guinée. O que restou do Estado marxista que Sékou Touré sonhou? Depois de tantos anos de governo, de tantos anos à frente do Estado, o experimento de Sékou Touré parece não ter criado raízes. Era um modelo alienígena que o líder queria implantar no solo guineano, como não deu certo a democracia westministeriana de Sir Abubakar Tafawa Balewa na Nigéria.

O que há de errado com tantos experimentos?

A mais inocente das respostas é que a África Negra com os seus milhões de analfabetos, com as suas doenças endêmicas, com os seus bolsões de miséria generalizada, com as suas divisões tribais ainda fortemente vivas, com as suas centenas de línguas e dialetos a maioria deles ágrafos, as influências estrangeiras ainda fortes, a ausência até relativamente pouco tempo atrás, não é de modo algum a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal, a Itália, ou os Estados Unidos.

Essa ausência da África Negra nos negócios do mundo, até relativamente pouco tempo, ocasionava-lhe problemas e indecisões no saber tratá-los convenientemente. E a independência política não era tudo. Como conseguir mostrar que podia caminhar por si só? Através dos grandes gestos que, não estruturados, não repensados, quase sempre redundavam em fracasso e embasbacavam o mundo em perene observação. Não se pode esquecer que, em determinado momento, todos os olhos estavam voltados para a África: aqueles que a amavam esperavam que ela achasse um caminho; os que lhe não davam créditos à capacidade organizativa, aguardavam o seu fracasso.

A maioria dos novos Estados carecia igualmente de disciplina para exercer as novas instituições e isso, com rara honestidade reconhece o Presidente Kaunda, de Zâmbia, quando lembra que "discipline and solidarity of the national movement and the impetus built up during the freedom struggle are vital to the success and survival of the new nation".⁶¹

Havia o ímpeto em construir algo, mas faltava a disciplina para levar adiante, com bom êxito, o empreendimento. Como a América Latina, a África pregava incansavelmente a democracia, talvez muito a admirasse em outros Estados, mas não sabia cultivá-la.

O abuso do termo pelos líderes leva a disparates que os africanistas observaram, como no exemplo patente de Burúndi, um reino tradicionalmente chefiado pelos mwami de origem tutsi. Quando o moço capitão Michel Micombero derruba o seu rei e amigo, o Mwami Ntare V, sob pretexto de que era preciso estabelecer a democracia, promove, igualmente, a derroca da monarquia. Para ele e muitos dos adversários do mwami, república era sinônimo de democracia, entretanto, como alerta, inteligentemente Giovanni Sartori no seu livro Teoria Democrática⁶², "dizer respublica não é o mesmo que dizer democracia". E a situação continuou a mesm, ou até piorou pois Micombero foi duríssimo para com a realeza, os seus familiares, os seus amigos mais chegados e iniciou uma obra punitiva que assustou o resto da África e, ao invés do Estado pluripartidário, estabeleceu uma república ditatorial em que os cargos importantes estavam nas mãos de seus colegas de farda até à criação de um monopartidarismo que vige ainda. A minoria tutsi, à qual pertencia o novo presidente, por sinal, continuava no poder e o mantinha firmemente. Deificava-se o termo demos, mas apenas no discurso oral de líderes e governantes. Deificação que tinha um escopo: o uso do próprio demos por uma elite restrita. "Candide", andava com o Dr, Pangloss, por essas terras africanas, pregando um discurso que ele mesmo não entendia.

O que se pretendia era um Estado africano, com as cores africanas bem distintas, daí as hesitações constantes. Como falar-se de democracia se o poder não era distribuído, limitado e controlado, mas perigosamente concentrado, indefnido, incontrolável e mesmo ilimitado? Não basta que todos os cidadãos de um Estado negro votem, se o poder está centrado em mãos de uma tribo, de um dado grupo étnico, ainda que tenha a mesma cor da pele.

No momento em que um presidente, por mais bem intencionado que fosse, pretendesse governar apenas com pessoas de sua tribo, de sua região, mesmo que falasse a mesma língua e etnicamente fosse igual aos demais, ele não correspondia ao ideal de distribuição de poder, porquanto a elite representativa não representava as demais regiões do país. E isso foi frequente. Havia quem sabe o medo de ser traído se trouxesse para junto de si membros de outras tribos e foi esse apego desmesurado ao tribalismo que, logo de início, fez fracassar o parlamentarismo congolês, como também ao modelo nigeriano de Sir Abubakar Tafawa Balewa.

De resto, não havia nacionalismo apesar de amiúde se usar o termo. Todos se declaravam nacionalistas, alguns mesmo de modo ardentemente exagerado, mas como ser nacionalista se não se concebe a nação? Pensar em termos de região ou de grupo étnico não é pensar a nação, nem sentir a nacionalidade, que é um longo processo bastante responsável. Nacionalismo exige mais que sentimento, responsabilidade.

Se faltava um nacionalismo genuíno, muito mais faltava um patriotismo. Como sentir-se patriotas se pátria mesmo para muitos governantes era apenas um pedaço do torrão e é ainda Kaunda quem fala da dificuldade em dotar-se o novo Estado africano de um são patriotismo. Em África as coisas começavam pelo contrário: primeiro se tinha um Estado depois se chegava à Pátria. "It could also be claimed that this transformation of nationalism into patriotism is difficult of achievement", queixava-se o Presidente no seu livro A Humanist in Africa.⁶³

O Estado africano era, logo nos dias da independência, um complexo emaranhado de compromissos delicados, de promessas a serem cumpridas, de tentativas partidárias, de anseios de realizações. Tudo estava por fazer e os compromissos assumidos nos dias de luta pela independência não deixavam livre esse Estado para prosseguir a sua caminhada. Procurava-se uma estruturação nova para o que havia tido outro tipo de estrutura até praticamente a véspera. Usava-se a arma de um nacionalismo que era mais verbal que racional e esse nacionalismo servia de escudo para muitas investidas. Ele inspirava, como todo nacionalismo, o desejo de lutar por uma causa - o novo Estado, a sua cimentação - mas faltava um patriotismo, mesmo verbal. E o patriotismo, só ele, unicamente ele, faz com que se viva por uma causa, por uma bandeira.

Parece-nos, por isso mesmo, vazio de significado o discurso de outro líder ilustre da África da primeira hora, o Mwalimu Nyerere, baluarte da única federação que vingou em África, a Tanzânia, e seu presidente, ao advogar um "nacionalismo econômico" para proteção do novo Estado tanzaniano. E mais ainda quando ele alertava que "this nationalism has nothing to do with the ideologies of socialism, capitalism, or communism".⁶⁴

Desejava-se chegar ao nacionalismo econômico mesmo antes de se saber que rumos tomaria o Estado...

Assim, a primeira missão do nascente Estado africano era forjar uma nacionalidade, mas não era aos gritos grosseiros de "Nous ne sommes plus vos singes", de Lumumba enquanto o Rei Balduino discursava na festa da independência do Congo, que isso seria conseguido.

Se os nigerianos, desde o início, através de uma pregação honesta, de uma política harmônica e de uma grande disciplina, tivessem caminhado mesmo que cambaleantes em direção ao sentimento de nacionalidade, a secessão de Biafra não teria ocorrido, sugerem Roland Oliver & Anthony Atmore no seu Africa since 1800.⁶⁶ Isto não quer dizer, como poderá parecer aos extremistas como Sékou Touré, Lumumba, Nkrumah e tantos mais, que o nacionalismo significasse centralização ou destruição por completo da tradição tribal que era fortíssima ("Despite the seventy years of colonial rule, tribalism was still in most places a potentially stronger force than nationalism"⁶⁶, comentam os autores citados imediatamente acima).

O primeiro passo seria, sem dúvidas, o caminho da coexistência e da tolerância até que um dia as nações-estados se completassem.

Salta aos olhos, de pronto, que os Estados e regimes em África, são formas sui-generis dos contraditórios em outras partes do mundo, como se poderá concluir do estudo de casos, tomando para modelos a serem analisados, países surgidos da onda de libertação, como os líderes africanos costumam dizer, que tomou vulto a partir de 1957, e cujo desenvolvimento vem sendo pacientemente conseguido, não sem muitas dores, não sem muito sofrimento e amargas decepções.

Mas a estabilidade de um regime e de um Estado não se conseguem sem uma paciente e determinada marcha.

Notas e referências ao

Capítulo III

1. Parece existir ainda bastante confusão entre os autores, e até mesmo entre os bons autores, toda a vez em que são obrigados a distinguir entre tribo e nação. É muito difícil na realidade conceituar com bastante precisão o que seja tribo e o tema é tão sujeito a controvérsias que mesmo os antropólogos, em uma tentativa de conciliação, aceitam a confusão como fazem Jacobs & Stern no seu General Anthropology (New York, Barnes & Noble, Inc., 1955):

"A cluster of village communities which share a common territory, language, and culture, and are economically interwoven, is often also designated a tribe" - op. cit. p.141.

E,

"It may also mean a larger aggregate of such clusters, an aggregate possessed of a common territory, language, culture, and economic interdependence and self-sufficiency. This larger community has also been termed a tribe or nation" - ibidem p. 142. Grifos nossos.

Preferimos, por motivos didáticos, considerar nação uma comunidade muito maior que pode ser composta de várias tribos, mas que possuem uma língua comum, um território comum, e uma herança cultural também comum e que desejam manter essa identidade face a outros povos. Não consideramos, assim, os tuaregh, como uma tribo mas como uma nação com várias tribos que se espalham pelo Saara e mesmo em outros Estados mas mantêm firmemente a sua identidade cultural.

Os vai, compostos de várias pequenas tribos interioranas, são uma pequena nação no centro da Libéria.

Quanto aos tuaregh a sua identidade cultural é fantástica e tem dado motivo a muitos estudos e eles chegaram a possuir uma velha escrita que, aos poucos, cai em desuso, sendo substituída pela escrita árabe, bem mais ágil e de maior alcance.

Entretanto o assunto não é assim tão simples e há ainda conotações que os próprios povos interessados não demonstram simpatia e recusam a aceitá-las, como aquela que denomina tribo a uma comunidade ou comunidades, que possuem um nível inferior de tecnologia com relação a outro grupo ou comunidades.

Para o assunto, leia-se, com proveito, a obra de Melville J. Herskovits, Man and His Works - Antropologia Cultural, 2 vols. (São Paulo, Editora Mestre Jou, 1973. Trad. de Maria José de Carvalho e Hélio Bichels). Mesmo que nação seja um termo "employed by some writers as a synonym for tribe", como ensinam Jacobs & Stern (op. cit. p.317) fica a ressalva.

2. Leu-Grieder, Hermann. Tropenschule. Wegleitung für Auswanderer nach den Tropen. Zürich, Verlag Oprecht, 1 945. p. 107.

3. A história do tifnagh permanece um mistério, com tantas coisas em África. A sua língua, o tamashek. faria parte das línguas berberes, seria um de seus múltiplos dialetos. Seria, ainda, emparentada com o zanagga da Mauritânia, o cabila do Rif ao Norte do Marrocos, o cabila da Argélia e muitas outras.

Um linguista de grande prestígio, Heinz F. Wendt, no livro Sprachen (Frankfurt am Main/Fischer Bücherei, 1 966. 382 p.), considera-o o mais importante dos dialetos berberes e escreve:

"Das Tamaschek der Tuaregs in der westlichen Sahara (1949: etwa 300.000) mit einem eigenen, von ihnen selbst Tafinagh genannten, aus 24 Konsonantenzeichen bestehenden Alphabet, das eine Weiterentwicklung der altlibyschen (= numidischen) Schrift sein soll. Die Schriftrichtung ist linksläufig" - op. cit. p. 264.

A escrita líbia era escrita na vertical, como o chinês, ensina Marcel Cohen em A Escrita (Lisboa, Publicações Europa-América, 1 961. Trad. de Rui Cabeçadas. 136 p.)

Lamentavelmente, o avanço do árabe, sua civilização, sua agressividade, parece fazer recuar, cada vez mais, essa velha cultura, que, aos poucos, mas irremediavelmente, cede pontos importantes. No Níger, o Tamashek é já escrito com alfabeto latino e em outras regiões, com a escrita árabe. Também a língua, assustada, vai recuando e aos poucos, sendo substituída pelo árabe, de imensa extensão e utilidade, enquanto o tamashek é muito restrito, pois, estranhamente, curiosamente, os tuaregh são um povo que, em meio àquele turbilhão pela independência, permanece distante de tudo, sem ter pensado ainda em formar um novo grande Estado saariano. A sua liberdade leva-o a vastíssimas extensões, valentes, orgulhosos, nobres, corajosos e temidos. Árabes e negros os temem e procuram não os enfrentar preferindo uma coexistência nem sempre muito pacífica. Aliás, eles aparecem como um símbolo teimosamente resistente, apesar dos recuos dolorosos que vêm sendo feitos, de um mundo livre, sem fronteiras, sem bandeiras, sem limitações que parece ter existido no Saara misterioso.

Um grande estudioso e conhecedor dos assuntos berberescos e correlatos, Attilio Gaudio, em um livro muito bom, As Civilizações do Sahara (São Paulo, Editora Mundo Musical Ltda., 1 976. Trad. de Torrieri Guimarães e Antoine Bouéry. 307 p.), escreve a respeito:

"A educação das crianças, rapazes e moças, é inteiramente confiada à mãe, sobretudo porque as mulheres são mais cultas do que os homens. Quase todas as mulheres tuaregues, com efeito, sabem ler e escrever o tifnagh, língua próxima do antigo líbio, que tem seu alfabeto próprio e seus próprios caracteres. O tifnagh não está mais em uso entre os Tuaregues. Os homens escrevem e falam sempre mais o árabe em detrimento do berbere. A-

queles que não conhecem senão o berbere escrevem-no em caracteres árabes" - op. cit. p. 80. Os grifos são nossos.

Note-se a confusão que o autor parece fazer entre a língua tamashek e a escrita tifnagh, assim como o duplo plural de targh, escrevendo tuareghs, ou tuareghes, ou tuaregues, aporuguesadamente, erro em que incidem os europeus que escrevem sobre o assunto.

4. É muito dolorosa a estória recente dos mwamis, os reis nilóticos de Ruanda e Burúndi. Em Ruanda, durante o mês de novembro de 1959, houve um levante dos bahutu contra os tútsis, ou batutsi, quando milhares destes foram massacrados e outros tiveram que fugir para o Burúndi e o Congo. O mwami ficou praticamente uma figura de papelão e dois anos depois, proclamava-se a república, sob a chefia do Presidente Kayibanda com o seu todopoderoso "Parmehutu", o Partido do Movimento da Emancipação Hutu. O rei foi expulso e a Família Real dispersa.

No Burúndi foi ainda pior: no dia 8 de julho de 1966 o Mwami Mwambutsa IV foi deposto pelo próprio filho, o Príncipe Herdeiro Charles, que subiria ao trono como Mwami Ntare V. O velho Mwambutsa era um democrata esclarecido, bonachão e generoso, mas não queria nada com os seus deveres reais: era um bonachão irresponsável, que preferia estar em Marbella, na Espanha, em Paris e na Côte d'Azur com belas mulheres louras. Era um devasso. O filho, fraco, joguete nas mãos ambiciosas e inteligentes do Primeiro-Ministro Michel Micombero, traiu o próprio pai instigado pelo amigo, por quem seria derrubado meses depois, em 28 de novembro de 1966, em um golpe de grande intensidade. Micombero, um tútsi, governou então com mãos de ferro, como jamais um mwami governara. Extinguiu o parlamentarismo e oprimiu ainda mais os bahútu, que se rebelaram em abril de 1972. A repressão foi violentíssima, sem precedentes na história burundiana. O jovem rei, que tentava retornar ao país e ao seu trono, foi trucidado por ordem do Presidente. Todos os bahutu de educação colegial e superior foram mortos e todos os membros da extinta realeza perseguidos, mortos, presos.

Se Kigeri V do Ruanda fora expulso com todos os seus familiares, no Burúndi foi muito pior. Aliás, neste país a situação parecia ter sido sempre muito sanguinária e outro filho do Mwami Mwambutsa IV, o jovem Príncipe Real Louis Rwagasore, nacionalista e aberto, idealista e amplamente popular, fora assassinado em 1961...

5. Lavroff, Dmitri. Os Partidos Políticos da África Negra. Trad. de Eduardo Cambez. Lisboa, Livraria Bertrand, 1975. 145 p.
6. Expressão da língua africanense, ou africãs (afrikaans), que se traduz literalmente por "constelação de Estados", mas que tem um outro significado constitucional, que será estudado mais adiante, ao tratarmos do caso específico da África do Sul.

7. Há repúblicas que, por sua posição geográfica, por seu desenvolvimento político, pelo seu poderio, pelas suas instituições, são verdadeiros impérios. Os Estados Unidos, a África do Sul, a China, o Brasil... Raymond Aron desenvolve o tema no seu livro excelente, República Imperial - Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra (Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 975. Trad. de Edilson Alkmim Cunha. 359 p.). Repisaremos o tema ao estudarmos a Nigéria e a África do Sul.
8. Chaliand, Gérard. A Luta pela África. Estratégia das potências. Trad. de José Maria Nunes Pereira, Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo, Editora Brasiliense, 1 982. 137.
9. Op. cit. p. 128.
10. Op. cit. p. 128.
11. Op. cit. p. 128.
12. Palavra africãs, que se traduz em inglês por "field", mas é mais do que simplesmente um campo, grazing, pasture, vegetation. É tudo isso. Veld é tout court, veld, sem tradução exata e faz parte da paisagem e da cultura sul-africana.
13. V. South West Africa Survey 1 974, publicado pelo Department of Foreign Affairs, República da África do Sul, Pretória, 1 975. p.11. Aliás, o capítulo todo é de muito interesse para conhecimento da situação da Namíbia junto à ONU, especialmente os capítulos "Establishment of the United Nations and Dissolution of the League of Nations", págs. 11 e 12; "The Early Years of the Dispute- 1 946-1 949", págs.13".
14. Groot trek, expressão africãs. É a grande marcha, movimento de interiorização dos boere na busca de uma pátria onde pudessem viver livres das invasões e das guerras com os imperais e os zulos. Um equivalente ao nosso movimento das Entradas e Bandeiras, possivelmente mais dramático. Eles tinham pela frente dois inimigos poderosos que eram as doenças e os pretos, e muito mais tarde, os imperiais, ambos, boere e britânicos, soldados teimosos e valentes. O Groot Trek, que os afrikaners escrevem sempre em maiúscula, durou dois anos e um autor ilustre, o Prof. W.J. de Kock na sua Geskiedenis van Suid-Afrika (Departamento de Informação, 1971) diz que o Groot Trek foi o ponto marcante na formação da nacionalidade sul-africana, na sua história e um dos maiores movimentos de nascimento de nacionalidade no século XIX. Chama de " 'n dramatiese wegbreking deur grensboere" e, mais adiante:

"Die Groot Trek was 'n keerpunt in die Suid-Afrikaanse geskiedenis en was een van die grootste enkele gebeurtenisse van die negentiende eeu" - p. 14. Os grifos são nossos.
15. Palavra africãs, que significa aldeia, village, mas traz uma conotação sentimental que lembra as vilas da estrutura administrativa portuguesa.

16. Cfr. South West Africa Survey 1 974, ed. cit. p. 14.

17. Ibidem p. 17.

18. Assim chamamos em nosso livro Páginas Inquieta - Idéias políticas e outras inquietações (Imprensa Oficial, Manaus, 1 982. 181 p.), na defesa que tomamos da independência saarauí, a essa guerra, sem vencedor nem vencido, que se arrasta faz anos e no artigo "O Saara Ocidental luta pela independência", subintitulei de "Uma guerra esquecida", concluindo, depois de analisar a postura antagônica de dois conhecidos líderes árabes, Boumedienne e Sadat:

"Depois ninguém mais falou no caso e os guerrilheiros polisários vêm continuando a luta sem que o mundo mexa um dedo para defendê-los, o que é sumamente doloroso e que parece uma terrível contradição nesta época quando tanto se fala em direitos humanos e outros direitos que existem apenas na boca dos demagogos e no papel" - p. 143.

19. É dramática a situação da guerra da Eritréia e em primeiro lugar porque os líderes das diversas facções não se entendem. Há quatro grandes facções, a Frente de Libertação da Eritréia - FLE, de feição muçulmana; a Frente de Libertação da Eritréia-Forças Populares de Libertação - FLE/FPL e a Frente Popular de Libertação da Eritréia - FPLE, esta última surgida em 1 970 de uma cisão mais à esquerda da grande Frente de Libertação da Eritréia e fortemente leninista, ou marxo-leninista, como eles se denominam e é composta em sua maioria por líderes antigamente cristãos, procedentes da província do Tigré.

O autor desta tese entrou em contacto, em abril de 1 974, na capital da Somália, com um dos representantes de Osman Salah Sabbé, que se encontrava ali em busca do apoio do General Moahmmmed Siad Barre. Ouviu relatos imprecisos, mas muitas críticas aos demais grupos. Nem havia, na verdade, um bem elaborado plano de ação que merecesse uma atenção mais demorada de países do Ocidente e mesmo os grandes defensores da independência eritréia têm as suas dúvidas quanto ao desfecho dessas lutas e Chaliand, no seu livro acima citado, it. 8, concluía tristemente:

"Nas condições atuais o problema da independência da Eritréia não está mais na ordem do dia. Seja como for, a Etiópia não pode renunciar ao acesso ao mar" - p. 121.

Era, em outras palavras, o que dissera com muita convicção Sua Majestade Imperial o Negus Neghushti Hailé Selassié I ao proceder à federalização do país (o que tornaria depois sem efeito, ao transformar a Eritréia em uma simples província, como as outras), ou seja, que não havia esperanças para o nacionalismo eritreu:

"When the name of Ethiopia first appeared in the pages of history, Eritrea formed an integral part of Our nation. Our ties

do not consist merely in having lived together as one country. Ethiopia and Eritrea shared a common heritage of territorial contiguity, race and language, and Eritrea has served as one of the main fountains of Ethiopian civilization and culture" - in Selected Speeches of His Imperial Majesty Haile Selassie First - 1 918 to 1 967. Addis Ababa, Ministry of Information, 1 967. p.472. No texto, grifamos.

20. Op. cit. p. 118.
21. Op. cit. p. 119.
22. Cfr. Chaliand, A Luta pela Africa, ed. cit. p. 122. Esse africanista parece sumamente desencorajado e lembra que mesmo com o desenvolvimento das operações de guerrilhas, o governo central manterá o controle e chama a Etiópia de "este velho Estado indestrutível". De maneira inteligente o governo marxista etíope vem tentando implantar no país, bem ao modelo soviético, a divisão por nacionalidades, cada uma com o seu simulacro de Estado-membro, uma superfederação. Entretanto, não se pode esquecer o irredentismo árabe-eritreu e sua oposição cerrada seja à antiga religião de Estado, a copta etíope, vigente durante o Império, e o ateísmo pregado desde que o Dergh assumiu o Poder...
23. Ferkiss, Victor C. África - Um Continente à Procura de seu Destino. Trad. de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro, Edições G.R.D., 1 967. 261 p.
24. O título original, Africa's Search for Identity, que apareceu em 1 966, está mais de acordo com o tratamento do assunto: a desesperada busca por uma identidade, pela feitura do novo Estado africano. O autor não discute o futuro da África, o que serão os novos Estados, dentro de mais anos. Discute, sim, o que a África procura ser.
25. Neme, Mário. Difícil África Negra. São Paulo, Editora Coliseu, 1966. 123 p.
26. Lasky, Melvin J. Africa for Beginners. London, Weidenfeld and Nicolson, 1 961. 171 p. E, como se diz na orelha do livro, "this is an intelligent and curious account of a recent trip to Africa".
27. Gatti, Ellen & Attilio. A África de Hoje. Trad. de Raul de Polillo. São Paulo, Melhoramentos, 1 961. 190 p.
28. Op. cit. p. 13.
29. Op. cit. p. 24. Esse autor escreve:

"Nada há de comparável com a acção determinante dos partidos franceses nas colónias francesas. Este fenómeno explica-se, aliás facilmente, pelo facto de os Africanos

não participarem nas instituições metropolitanas inglesas, e, assim, os partidos políticos britânicos manifestaram pouco interesse por este novo campo de acção" - p. 24. Grifamos.

30. Ki-Zerbo, Joseph. Histoire de l'Afrique Noire. D'hier à demain. Paris, Librairie Hatier, 1 972. 495.
31. Ahidjo, Ahmadou. Contribution à la Construction Nationale. Paris, Présence Africaine, 1 964. p. 127 e seguintes. Ele fala, entre outras coisas, de uma perigosa colonização do africano contra o seu irmão africano, negro contra negro e termina:
- "L'ancien colonialisme était une servitude exercée par l'homme blanc sur l'homme noir: le nouveau est une servitude exercée par l'Africain sur son frère" - op. cit. p. 128.
32. A língua somaliana carecia de um alfabeto próprio e era usada, pelos muçulmanos religiosos, com a escrita árabe. Por sinal, a questão da língua foi sempre um ponto delicado, que os governos não conseguiam vencer. Um dos poucos países com uma só língua de norte a sul, o Estado, porém, usava três línguas estrangeiras: a italiana, a inglesa e a árabe e isso porque a língua nacional era ágrafa. "Una è la lingua somala", escrevia Luigi Pestalozza no seu Somalia, Cronaca della Rivoluzione (Bari, Dedalo Libri, 1 973. p. 31).
- Siad Barre, presidente do Conselho Supremo Revolucionário, designou em janeiro de 1 971 uma comissão de 21 membros, entre linguistas, escritores, professores, escritores de todos os gêneros como se dizia na propaganda revolucionária, para escrever a gramática oficial da língua somali, preparar livros de textos para escolas elementares e um dicionário de 10.000 palavras da língua. Havia diversas tendências que iam da utilização da escrita árabe, da escrita Kadare, da Osmania e do alfabeto latino para o somali, cada uma delas apoiada por uma determinada secção da população. As preferências se dividiam entre o emprego das letras latinas e da escrita omania, muito bonita, de fama cimentada entre os intelectuais e que tinha sido inventada por Osman Yusuf Kenadid, de onde o nome osmania e que fora utilizada largamente pela Liga da Juventude Somaliana nas lutas pela independência, de modo a não serem compreendidos facilmente pelas autoridades italianas. Havia ainda uma escrita muito restrita, chamada o Gudabursi, inventada pelo Xequê Abdulrahman, Qadi de Borama, mas que estava confinada apenas àquele distrito.
- Por ocasião da comemoração pelo 19 Aniversário da Revolução de 21 de Outubro de 1 969, o General Siad anunciava ao povo que a língua somaliana já tinha uma escrita. Pragmático, decidido, mesmo contrariando a parte conservadora e intelectual, ele optou pelo alfabeto latino.

Escreve Pestalozza:

"In ottobre, durante le celebrazioni per l'anniversario della Rivoluzione, Siad darà l'annuncio che la lingua somala sarà d'ora in avanti la lingua ufficiale della Repubblica, e che per la sua scrittura si erano adottati i caratteri latini - op. cit. p. 214. Grifamos.

33. Ahidjo, Ahmadou. Nation et Développement - Dans l'unité et la Justice. Paris, Présence Africaine, 1969. p. 15.

34. Muller, Herbert J. The Uses of the Past. New York, Mentor Books, 1954. p. 12.

Escreve aí o autor:

"... Kemal Ataturk the godless dictator who was himself attempting the miracle of creating a new Turkey on the Western model".

35. Decraene, Philippe. O Pan-Africanismo. Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. 132 p.

36. Senghor, Léopold Sédar. Négritude et Humanisme. Paris, Editions du Seuil, 1964. p. 39.

37. Cfr. op. cit. p. 22 e seguintes.

38. Grégoire Kayibanda era um moderado que acreditava firmemente na justiça social e no diálogo. Foi um bom governante, culto, íntegro, trabalhador incansável e aplaudiu quando, através de artigos, levávamos a cabo uma tentativa de aproximação entre a República Federativa e diversos países da África Negra. O resultado de nossos colóquios sobre uma maior aproximação entre o Brasil e Ruanda encontram-se nos artigos que publicamos, especialmente em "Colóquios com o Presidente Kayibanda", em duas partes (in Jornal do Comércio, Manaus, 14 de setembro de 1975) e "Lembranças do Presidente Grégoire Kayibanda" (in Jornal do Comércio, Manaus, 18 de abril de 1982).

Na 2a. parte dos "Colóquios" reproduzíamos algumas opiniões de Kayibanda sobre o diálogo, fosse com os adversários, com os copartidários ou com países estrangeiros e vale a pena ler o que ele disse sobre os problemas de descolonização:

"Perguntei, certa feita, se era a favor da independência das colônias portuguesas da África e ele, de pronto, respondeu que sim, mas que não compartilhava do pensamento dos líderes que desejavam partir para a luta armada.

- Sou favorável às conversações, ao diálogo, aos esforços diplomáticos em torno do grave problema da descolonização. Os métodos pacíficos ao invés da violência e das lutas sangrentas. Por que isso? Falando e conversando poderemos entender-nos, não é certo? - o Presidente dizia-me, sempre otimista.

Era simpático ao pan-africanismo, mas sem o ardor de outro grande estadista africano, o Osagyefo de Gana, Dr. Kwame Nkrumah. Achava que todos os governantes da África deviam tentar maiores aproximações de suas pátrias e que, assim, haveria maior união entre os povos" - art. cit. de 14 de setembro de 1975.

Mas foi deposto por uma quartelada, repetimos, inglória, que, em seu lugar instalou um general mais ou menos vitalício. Ele era muito grande para o seu lugar e o seu tempo.

39. Nicolas, G. "La société africaine et ses réactions à l'impact occidental" in L'Afrique Noire Contemporaine. Paris, Librairie Armand Colin, 1968. p. 178 usque 179.
40. Cfr. Merle, Marcel (Org.). L'Afrique Noire Contemporaine. Ed. cit. acima, item 39.
41. Favrod, Charles-Henri. "A África entre dois passados" in João Alves das Neves (Org.). A Nova África. São Paulo, Anhembi, 1961. p. 188.
42. Cfr. Abrahams, Peter. "Nkrumah, Kenyatta, and the Old Order" in Jacob Drachler. African Heritage - An Anthology of Black African Personality and Culture. London, Collier Books, 1970. p. 139.
43. Senghor, Léopold Sédar. Poèmes. Paris, Éditions du Seuil, 1964. p. 52.
44. Op. cit. p. 101 usque 102.
45. Op. cit. especialmente capítulos I, II e IV, p. 13 usque 22, 22 usque 29, e 38 usque 54.
46. Cfr. "Marchés Tropicaux et Méditerranéens" - Special issue in English. Paris, no. 1042, 30th October, 1965. p. 11.
47. Ibidem p. 9.
48. Cfr. "African World Annual". London, 1966. Publicação anual de "The African World".
49. Cfr. art. cit. por Alan Gray de págs. 4 usque 5.
50. Os jornais do mundo inteiro fizeram amplos comentários aos massacres no Burúndi, mas nunca foram apresentados números oficiais para os mortos e desaparecidos. Entretanto, não nos lembramos de nenhum chefe de Estado africano ter protestado contra a matança. Burúndi que havia tido uma transição política das mais pacíficas e aceitara a monarquia, sob a liderança do mais tarde General Micombero passou por verdadeiro banho de sangue.

51. Ahidjo, Ahmadou. La Pensée politique d'Ahmadou Ahidjo. Yaoundé, Bureau Politique de L'Union Nationale Camerounaise, 1 967. 101 p.
52. Cfr. As Told by Ahmadou Ahidjo. Edition on behalf of the Political Bureau of the Cameroon National Union. Trechos selecionados dos discursos do Presidente Ahidjo. São 103 págs., uma boa introdução sobre a vida e obra do Presidente, além de várias páginas contendo fotos suas com outros líderes, africanos ou não.
53. Kwashiorkor é simplesmente terrível e o autor desta tese teve oportunidade de ver crianças somalianas atacadas dessa moléstia, causada por uma dieta inadequada, pobreza de proteínas, vitaminas etc. Ela é, segundo pesquisadores, uma das causas principais da fadiga dos africanos. A pessoa atacada muitas vezes fica com a pele e os cabelos descolorados, apresenta uma magreza acentuadíssima, com as costelas à vista, ventre alto, desânimo completo e até a voz se modifica. Formam-se depois edemas, há degeneração do fígado e ocorre uma diarreia seguida e gordurosa que termina por levar à morte, em dias ou horas, o enfermo. Jack Woddie em um livro-ílibelo, África - As raízes da revolta (Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 961. Trad. de Waltensir Dutra), escreve:

"Em muitas partes da África, as crianças sofrem de uma moléstia, quase sempre fatal, conhecida como kwashiorkor, ou subnutrição maligna" - op. cit. p. 190.
- E, mais abaixo:

"Os relatórios existentes mostram que essa doença é comum em toda a África. É simplesmente consequente do estado de fome, tanto da mãe como do filho - e do qual o filho, ao se tornar adulto, ainda sofre, por continuar nas mesmas condições de subnutrição" - ibidem p. 191.
54. Lima, Rogério de. A Outra Verdade. Interpretação de um gráfico de temperaturas africanas. Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1 972. 607 p.
55. Op. cit. p. 27.
56. Pattee, Richard. Portugal na África Contemporânea. Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1 961. 823 p.
57. Op. cit. p. 135.
58. Cfr. "Two Years in Office of Colonel Ignatius Kutu Acheampong". Accra, The Office of the Press Secretary to the National Redemption Council, 1 974. Disse nessa ocasião o Coronel Acheampong:

"Military intervention can be justified only if it opens the way

to a genuine revolution that brings real benefits to the people, giving a new sense of meaning and purpose to their lives".

E, mais adiante:

"Ours is ^a Revolution that must achieve the permanent transformation of our nation. It must go far beyond mere slogans. The vision of a Ghana united and transformed, resourceful and self-reliant, successfully coping with the challenges that confront her is one that must inspire our every action" - op. cit. p.

14. Grifos nossos.

59. Op. cit. p. 15 e seguintes.

60. Lusignan, Guy de. L'Afrique Noire depuis l'Indépendance. L'évolution des états francophones. Paris, Fayard, 1 970. p. 110.

61. Cfr. Kaunda, Kenneth D. A Humanist in Africa. Letters to Colin M. Morris. London, Longmans, 1 969. p. 83.

62. Sartori, Giovanni. Teoria Democrática. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1 965. p. 278.

E Sartori continua o seu pensamento:

"Do ponto de vista semântico, res publica exprime a idéia de uma coisa pertencente a cada um, ou de negócios de cada um, e isso é diferente, portanto, da idéia de um poder pertencente ao povo. Quero dizer que demokratia presta-se à interpretação de relacionar-se com o "poder de uma parte", ao passo que res publica não traduz isso; e enquanto o primeiro termo refere-se a um sujeito definido (o povo), o último sugere, de preferência, a noção de interesse geral e do bem comum. Historicamente, todavia, os dois conceitos tinham-se distanciado tanto um do outro que o significado de "república" tornou-se uma antítese daquele de democracia" - in op.cit. p. 278. Grifamos.

63. Op. cit. p. 86.

64. Nyerere, Julius K. Freedom and Socialism. Uhuru na Ujamaa. A Selection from writings and speeches - 1 965/1 967. London, Oxford, Oxford University Press, 1 970. p. 263.

65. Oliver, Roland & Anthony Atmore. Africa since 1 800. Cambridge, Cambridge University Press, 1 977. p. 277.

66. Op. cit. p. 277.

Os autores acrescentam:

"Throughout the continent, local or regional interests, based mainly on tribal or language groups, threatened the security and stability of the new states" - ibidem p. 277.

Capítulo IV

A AFRICA NEGRA DE HOJE. SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTORIA POLITICA DO PRESENTE

- Estudos de casos -

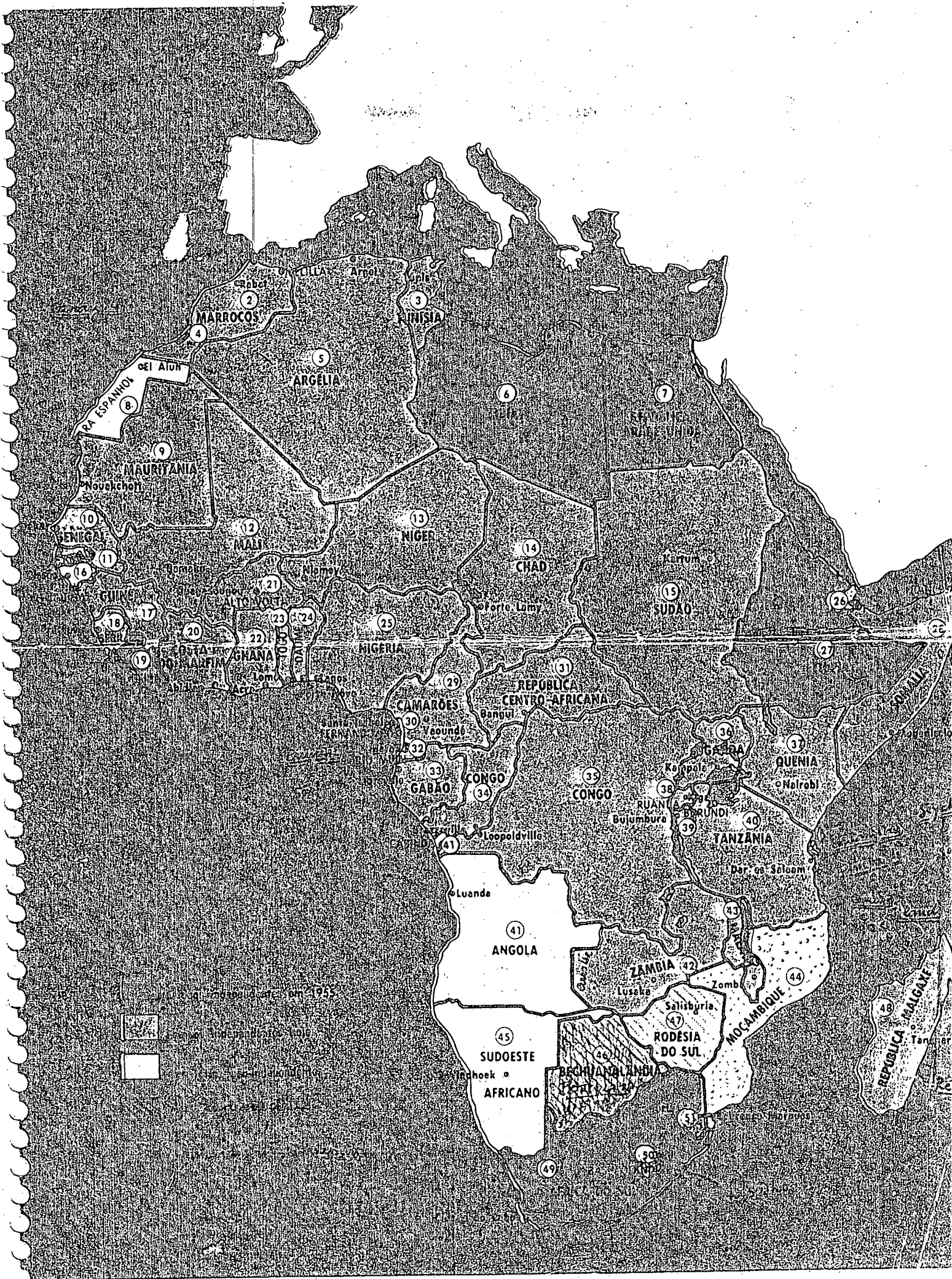
- Tentativa de estudos de casos: apenas alguns Estados nesse fantástico mundo africano - Os Estudos:

1. A Nigéria, uma federação hesitante - 2. Ghana, reinos internos e uma forte centralização - 3. O Burkina Fasso e um reino medieval que não quer perecer - 4. A África do Sul, a multinacionalidade e os Black Homelands - 5. Suazilândia, retrocesso em um parlamentarismo sui-generis; 6. República Centro-Africana e a sua experiência monárquica; 7. Zâmbia, a instituição semi-vitalícia da presidência e um velho reino indígena em seu seio; 8. Maláui - o êxito da presidência vitalícia; 9. Uganda, a dos muitos reinos e de uma fugaz presidência perpétua; 10. Camarões - escritas africanas e reinos indígenas; 11. Zaire - a luta contra o separatismo.

- A África Negra e o Brasil. Há uma influência brasileira em terras africanas?

"O campo aberto a esta benéfica preocupação de pesquisa é vasto, mas tem sido mal aproveitado devido talvez a uma interpretação demasiado radical do mundo em que se vive. Para certas pessoas com efeito o mundo podia dividir-se como uma laranja em dois hemisférios iguais, onde vivem os homens bons e que têm razão, outro onde vivem os maus e os que não têm razão nenhuma".

Rogério de Lima in A Outra Verdade.
Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural,
1972. p. 68.



Mapa de uma África ainda não totalmente independente. Restavam as províncias ultramarinas de Portugal, o Saara Espanhol e a Rodésia do Sul, hoje República do Zimbábue.

4.1. Tentativa de estudos de casos: apenas alguns Estados nesse fantástico mundo africano

Neste capítulo, possivelmente o mais variado dos que compõem a presente tese, é, também, o que nos servirá de sustentação para o ponto axial, ou seja, o de que existe um novo Estado africano, um Estado diferente, com regimes diferentes que, mesmo com similitudes com Estados europeus ou americanos, conseguem guardar uma aparência própria. Resistem a uma classificação tradicional e, muita vez, lembram, ao de longe, o embrionário Estado medieval, com um poder central, o suserano, e vários pequenos Estados vassallos. O Estado feudal era assim: um rei e vários senhores em seus feudos, que tanto podiam ser barões poderosos, donos de imensas porções de terras, como um duque, um grão-duque, um príncipe ou mesmo um rei, um outro rei, que compartilhavam o Poder. O Principado de Liechtenstein teve as suas origens assim, de um feudo que fazia parte do Império Germânico, como simples condado dividido e governado por diversas famílias condaes. Depois as duas senhorias de Vaduz e Schellenberg são vendidas a um príncipe, Jean Adam de Liechtenstein, que são elevadas, em 1719 à categoria de principado do então poderoso e influente Império Austríaco. Hoje é um riquíssimo Estado independente, pequenino e sem grandes problemas, mas que conserva alguns traços daquele Estado vassallo, não mais face à Austria, mas, curiosamente, a um Estado republicano, o mais tenazmente republicano de quantos Estados existem na Europa: a Suíça.¹ Pois bem, em África esses estados-feudais existem, não evidentemente com a mesma intensidade de libertação vis-à-vis o mundo exterior, mas existem. Ou sobre existem. Superexistem curiosamente e desafiam qualquer tentativa de classificação. O Estado africano a cada dia que passa mais surpreende o pesquisador, como, de resto africanos, eux-mêmes. Ele não apenas desafia uma classificação, mas resiste, estranhamente resiste.

Não basta que o pesquisador possua uma vasta, vastíssima erudição, para estudar a África. Não basta a boa vontade. Muitos eruditos, muitos homens de boa vontade fracassaram até mesmo redondamente no estudarem a África Negra e três eram os pontos fracos que os faziam fracassar na tentativa de compreensão desse mundo fantástico e que longamente debatemos na Introdução à tese:

1. Um prejuízo latente, um pré-juízo, um juízo antecipado sobre assuntos africanos e uma quase que total ausência de compreensão das situações esdrúxulas encontradas a todo momento. Compreender, com-prehendere, é mais do que entender e perceber, e compreensão, com-prehensio, é também a abrangência, um chegar ao longe e ao largo no objeto apreendido. E não tem havido essa abrangência;

2. A aplicação de padrões e valores europeus ou norte-americanos para situações africanas. Procuram traçar paralelos, desnecessários e inconcebíveis, para a apreciação de Estados e regimes da África Negra, esquecidos de que são bem diferentes as situações;

3. Uma visão crítica distorcida, moldada nos padrões acima referidos para o Estado africano. O uso de estereótipos e esquecendo o principal - o homem africano com as suas idiossincrasias.

Falta à maioria aquilo que chamamos de uma visão humanística que é, justamente, o pretendido, aquilo que nos propomos apresentar nesta tese. Uma visão de uma nova África que busca encontrar o seu modelo de Estado, libertando-se a pouco e pouco, dos modelos trazidos de fora e que, de certo modo, não vingaram em o novo solo.

Não basta a simples independência política para que surja um Estado modelar em um país, nem que se forje um regime que se adapte perfeitamente às condições do povo. É ingenuidade pensar-se assim e muito menos para a África Negra onde as divisões tribais eram imensas, e imensas as barreiras criadas pela diversificação das línguas. Sabiamente o Presidente Kayibanda, em declaração governamental ante a Assembléia Legislativa em 26 de outubro de 1961, lembrava que nem tudo se consegue apenas em se tornando independentes como outros existem que sem ela não têm solução. E lá está em Le Président Kayibanda vous parle²:

"Notre but est qu'elle vienne comme un fruit mûr qui se cueille tout naturellement. S'il est vrai que certains problèmes nationaux sont insolubles sans l'indépendance, il en est d'autres qu'il faut résoudre au préalable pour qu'elle puisse être une réalité" - op. cit. p. 11.

Houve um hiato na história da África, do desfazimento dos antigos Estados, estudados anteriormente, ao caos generalizado ou ao período de decadência em que os encontraram os europeus. Os grandes impérios negros ruíram fragorosamente e deram origem a miríades de pequeninos Estados-cidades, ou Estados-aldeias, se assim os podemos chamar, muito depois que o Estado-cidade sumira da Grécia, mas que parecia persistir nos ducados e principados e repúblicas aristocráticas da Europa medieval e renascentista. As guerras constantes, as violências intertribais, as razzias de árabes e tuaregues, levavam o caos às nações africanas. Nem tudo foi só culpa dos europeus, é bom que o digamos a bem da verdade histórica. Nem tudo. Mas depois eles chegam e estabelecem uma nova ordem, erga omnes. A sua mais alta tecnologia era aliada fortíssima da cupidez dos bens materiais e dos fuzis, até mesmo a aliada mais poderosa. Ela domina impiedosamente. E só muito mais tarde é que se vai pensar o novo Estado africano, saído daquele caos. Como os querer modelares?

É preciso que confessemos que nem toda colônia estava já à altura de atingir a independência política e seguir o seu caminho sozinha. Havia muita improvisação e essa improvisação foi danosa para o desenvolvimento político do novo país.

Em parte, a Carta da ONU e sua aplicação um tanto distorcida podem ser culpadas de um certo aceleramento do processo de descolonização em África e em outras partes do mundo, com as consequências que sabemos. No art. 73, cap. XI que trata da "Declaração relativa a território sem Governo Próprio" como proposta máxima, os membros dessa alta Organização, se comprometem, entre outras coisas, a ajudar "povos ainda não tenham assumido a plena capacidade de se governarem a si mesmos" e "reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são das mais alta importância".

Logo abaixo, no inciso b, estabelece-se:

"desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos, e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus de seu adiantamento".

No art. 76, inciso b, entre outros objetivos está o de fomentar o desenvolvimento progressivo do território

"para alcançar governo próprio ou independência como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território e de seus habitantes e aos desejos livremente expressos dos povos interessados".

Ora, esses artigos são extremamente conflitantes e deram, por isso mesmo, origem a muitos gestos impensados no processo de descolonização, levando à independência política muitos territórios que não estavam ainda na altura de a terem, enquanto outros não tiveram seus pleitos considerados e citamos o exemplo do pedido do Transkei, rejeitado pela ONU.

A febre descolonizadora foi alastrante e territórios que se achavam ainda em preparação para uma futura independência, foram simplesmente arrastados naquela imensa onda política, possivelmente o mais movimento de massas de todos os tempos. Mais tarde, líderes famosos como Senghor reconheciam honestamente que a independência não era tudo e batiam no peito um mea culpa atrasado, infelizmente muito atrasado.

Em nenhum momento se diz que a independência não devesse ser mas sim que tivesse um momento exato para o seu acontecer. Uns poucos anos na vida dos povos, mesmo dos povos mais descompromissados com a marcha da história, quase nada representa na sua eternidade.

O discurso libertário de muitos líderes, especialmente os mais jovens, fogosos e impulsivos, esquecia um aspecto importante: o futuro do Estado que se estava a criar. No fogo das paixões, dados importantes são relegados a segundo plano, porque só o aparente surge à tona, só o aparente fica visível. Que fazer, por exemplo, de um pequeno reino, cioso de suas antigas tradições reais, encravado no vasto território que se tornaria dentro em breve uma flamante república presidencialista? Como conciliar a vontade de um pequenino principado que não queria seguir o caminho do grande Estado? Os povos não tinham de ser ouvidos nas suas particularidades? Mas isso foi feito, não uma ou duas vezes, mas muitas vezes e cita-se sempre quando se estuda o processo de descolonização da África atual o caso do Principado da Asínia, engolido pela Costa do Marfim.³

Os primeiros líderes, aqueles hoje vistos como os pais de tantas pátrias, eram, como todos os pioneiros, homens querencosos, duros, intransigentes e intolerantes, para quem a independência de seus países era tudo, mesmo que, dias depois, o caos se instalasse no antigo território colonial como foi o caso do Congo Belga com a ascensão de Lumumba quem, desde a primeira hora, se mostrou como uma pessoa intolerante e agressiva que nem sequer tratou com polidez o Rei Balduino que viera para as festas de independência e que, simbolicamente, selava um período que ficava para trás. Causou indignação em todos o discurso ofensivo do Premier, embriagado pelas ovações dos seus seguidores e que acreditava assim que tudo estava resolvido em o novo Estado que nascia. Jogavam tomates podres no uniforme do moço Rei, instigados pelas palavras queimantes do Premier negro, mais tarde considerado um mártir africano por sua morte horrorosa às mãos dos adversários políticos, africanos também, mas de tribos diferentes.

Eram posturas ingênuas ou, como preferimos chamar, passionais, que apenas indicavam que a independência estava a chegar um tanto prematuramente para alguns Estados.

Outros, porém, já tinham uma estrutura administrativa incipiente e uma pequena elite política bem equilibrada e esse passo delicado da colônia à independência se deu em paz e sem tropeços.

Não se pode exigir que os povos e os Estados sejam iguais na sua trajetória histórica assim como não se pode exigir que todos os homens se assemelhem. Há altos e baixos. Há momentos de grandeza e há momentos de baixeza e servidão.

E o discurso libertário logo se transformava em discurso liberticida, por muitos motivos, inclusive pela cisão tribal existente, que fez com que homens olhados de início como salvadores de suas pátrias se tornassem em tiranos dos mais impiedosos.

E o que aconteceu em alguns novos Estados é o tema deste capítulo, a sua luta pela criação de um Estado africano, um Estado seu.

4.2. Tentativa de estudos de casos:

A N i g é r i a, uma federação hesitante

Para muitos estudiosos, a Nigéria é, bombasticamente, chamada de "o Brasil da África Negra", ou apenas "o Brasil da África". Há algumas imprecisões nisso: a Nigéria não permite uma confrontação geográfica a termo de Brasil dentro do Continente, pois há outros Estados bem maiores como o vizinho Níger, a Tanzânia (ligeiramente maior), Angola, o Tchade, para não falarmos do imenso Zaire ou do Sudão, que lhe são duas vezes maiores.

As comparações perdem o seu significado e ficam nem nenhuma transcendência se são meramente retóricas. No intuito de lisonjear-se a África Negra e seu imenso comércio potencial, os nossos africanistas e simpatizantes da África Negra têm adotado posturas que pecam pelo exagero, pela insinceridade e pela injustiça e, acreditamos, gostar-se de alguém é ser-se sobretudo sincero, veraz, justo. A Nigéria poderia ser chamada de o Brasil da África pela população. Aí sim, quadra-se bem a denominação, pois aquele é o país com a maior população do continente, deixando longe os demais. Mas, instituições políticas, divisões regionais, culturas, desenvolvimento econômico, regime, etnias, religiões são bem diferentes das nossas. Há um ponto em que a Nigéria se aproxima do Brasil - no manter-se unida quando tudo a levava ao desmembramento, o que aconteceu com o Brasil depois da independência, quando os regionalismos acentuados e infelizes, o descontentamento político de algumas províncias por pouco não nos leva à secessão, o que só não foi atingido graças à clarividência de alguns estadistas do Império e à enorme força unionista que girava em torno do regime monárquico - fator de uma unidade que, ainda hoje, causa admiração.

Seja como for, a Nigéria é um país muito importante dentro da África Negra e mesmo o seu mais importante por uma grande população ativa, pelos seus esforços por uma unidade tão difícil de ser conseguida, pelo seu mercado potencial, pelas riquezas minerais e pela sua tentativa de criar um Estado africano que pudesse servir de modelo. Do ponto de vista de bem-estar do povo, há pequenos Estados que lhe estão muito acima e ela não se pode comparar, nem de longe, com essa potência emergente que a África do Sul - mas esta é um caso aparte, de uma Nação verdadeiramente imperial, com instituições e cultura vindas de fora, da Europa, e que tem seguido ciosamente o desenrolar da caminhada histórica com adaptações que se não distanciam muito do primitivo modelo pluripartidário, salvo em data recente, com a adoção de um esdrúxulo regime tripartidário, ou tripartite, que estudaremos em outro lugar.

Se, geograficamente, a Nigéria não é o maior país da África Negra, também não fica entre os pequenos. Muito pelo contrário. O que o torna fascinante é a sua diversidade. A África é muito diversificada, mas há países como os Camarões, o Níger, a Nigéria, Ghana, o Málí, para citar apenas alguns, onde essa diversificação chega a ser assombrosa. Na Nigéria então ela tem sido motivo de admiração e, há quase trinta anos, Attilio e Ellen Gatti no seu A África de Hoje⁴ já alertavam para uma grande heterogeneidade, os seus muitos idiomas e dialetos, as suas etnias, as religiões e diziam, algo desalentados, que isso era o grande obstáculo para a sua unificação:

"O enorme tamanho do país também representa o maior obstáculo a impedir a sua reunificação na independência. Porque os 34 milhões de nigerianos (o autor escrevia em 1960!) estão divididos em 250 grupos tribais, pertencentes a seis raças (sic) radicalmente diversas, representando a escada toda, desde os animistas pagãos mais primitivos, até os mais rigorosos e mais aristocráticos muçulmanos - e fazendo uso de um total de 400 idiomas e dialetos" - op. cit. p.135.

Hoje, o país conta com 95.198.000 habitantes (censo de 1984, sendo bem provável que já tenha ultrapassado de muito a casa dos 100 milhões, tendo-se em conta que a taxa de crescimento demográfico é uma das mais altas do mundo: 3,4%) e dos 250 grupos tribais enumerados os majoritários são os hausa-fulani que chegam a 30 milhões, seguidos dos ioruba ou iorubá, que ultrapassam a casa dos 10 milhões e os ibo, que chegam a 7 milhões. São os três grandes grupos e entre eles oscilava o pêndulo da política regional nigeriana e suas complicações. Foi essa grande divisão entre regiões, norte, oeste e sudeste que fez com que se desencadeasse uma furiosa guerra civil de que saiu uma efêmera República de Biafra - a mais dolorosa de quantas tragédias tem a África experimentado desde a independência.

Possui grandes cidades, algumas como Lagos, Ibadan, Ogbomoshó, Kano e Kaduna, maiores do que muitos países africanos. Possui boas universidades espalhadas por todo o território, ao todo 24, e 93.740 alunos. Está servida por algumas boas estradas que ligam a capital às principais cidades do interior e o número de carros particulares é o maior da África Negra (excetuando o caso particularíssimo da África do Sul), 46 estações de rádio com quase 16 milhões de receptores e uma poderosa rede de televisão com 18 estações e meio milhão de aparelhos receptores. Havia em 1982 708.390 telefones espalhados por toda a república e 26 jornais, a grande maioria em inglês. Seu comércio exterior feito especialmente sobre a exportação de cacau, amendoim, óleo de palmeira, borracha, algodão e petróleo cru, atingiu no ano de 1984 US\$14,52 bilhões, enquanto as importantes cifras da importação chegavam a US\$13,42 bilhões e eram devidas a maquinaria, equipamentos de transporte, cimento, têxteis, ferro, aço e alimentos. Seus principais laços comerciais eram com a Grã-Bretanha, EUA, Alemanha O -

cidental e França. Em 1986 a sua dívida externa subia a 20 bilhões, de qualquer modo menor do que a da África do Sul, que chegava a 22 bilhões.

Eis, em rápidas pinceladas, o que é a Nigéria de hoje. Entretanto, ela é uma federação, uma das poucas existentes em África e com uma estrutura política bastante complexa. É uma federação que não quis ser federação e que, por um momento, quase assumiu as características de um Estado unitário, mas que também quase se esfacela e dá origem a mais um ou dois novos Estados, entre eles, Biafra - que foi a chaga viva de uma África em ebulição.

A sua vida política não tem sido fácil nem pacífica, e ela teve um período de grande agitação, com coups d'Etat e revoluções, que, pela violência e sangue derramado, só tem igual no exemplo congolês.

Por que isso?

4.2.1. A Federação difícil da Nigéria. Predominância do Norte. Receio de um domínio nortista

O Norte da Nigéria sempre foi o mais desenvolvido e é habitado por grande parte da população nigeriana. Quando o território era dividido em três grandes regiões administrativas, só o Norte contava com uma população que ia além das outras duas regiões, a Ocidental e a Oriental. Muçulmana, governada tradicionalmente por sultões, amires e chefes hereditários, o Norte formava um bloco quase que compacto. Dentre as principais línguas ali faladas, uma havia com velha literatura em que se encontravam romances, contos e poesia, a haussa, que utilizava no passado a escrita árabe; adotando depois, por interferência inglesa, o alfabeto latino.

Aí, como ensinava Richard Pattee,⁵ "as línguas significam, em geral, filiação racial ou religiosa", e o Norte muçulmano olhava com desdém e sobrançeria para as outras regiões do país. Tudo isso separava e havia mais diferença entre um haussa do Sultanato de Kano e um ibo do leste do que entre um alemão e um francês. Não era apenas a questão de língua e religião, sem dúvidas muito importante, mas ainda de costumes e tradição política. Os nortistas se agrupavam em pequenos principados hereditários e, através de séculos vinham sendo governados por esses príncipes muçulmanos com os quais se identificavam intimamente e aos quais demonstravam um respeito sem limites, que assusta os primeiros visitantes ingleses. Depois, a colonização foi diferente ao Norte e ao Sul, pois nesta a "Nigéria foi organizada como protetorado,

enquanto a parte norte, populada por muçulmanos, e os reinados dos emires e sultões, passou também para a proteção de Sua Majestade Britânica", ensina Pattee. Mas a proteção do Norte ficou em um outro plano, sendo conservados os governantes tradicionais que mantinham boas relações com os britânicos que os consultavam para qualquer medida a ser adotada na região. E jamais interferiam na sua política interna. Dentro dos seus limites, um sultão continuou a dominar como através dos séculos, sem contestação. Mais tarde, quando começam as primeiras agitações por uma futura independência, são os yorubas com o seu "Action Group" e os ibos com o seu "National Council of Nigeria and the Cameroons", do Leste, os que primeiro se movimentam por uma Nigéria soberana e una, tendo à frente figuras como o Dr. Nnamdi Azikiwe e seu adversário, igualmente poderoso, Obafemi Awolowo, que se lançam em campo. O Norte não parece muito interessado, mesmo porque os grandes chefes tradicionais se sentem ameaçados no seu prestígio secular com uma futura união. O poderoso Sardauna de Sokoto, príncipe tradicional e premier da Região Norte, é afinal convencido a ingressar na luta, prometendo-se-lhe a manutenção do seu principado em uma futura federação. Destaca-se nessa luta pela independência o chefe Awolowo, autor de dois livros muito conhecidos Path to Nigerian Freedom e Freedom and Independence for Nigeria, o primeiro aparecido em Londres e o segundo em Ibadan e que traçam todos os movimentos, planos e projetos, e o Dr. Nnamdi Azikiwe, um velho campeão pela independência e que já em 1937 publicara, em Lagos, um livro momentoso, Renascent Africa.

Tudo parecia desunir o grande e populoso território, o mais rico e aquele que poderia servir de modelo para uma futura África independente. As tribos do Norte, que são, na verdadeira acepção da palavra nações, encaram o Sul, como são chamadas as duas outras regiões, com desprezo e suspeita, esquecidas porém que por lá no passado se tinham desenvolvido grandes Estados e civilizações dignas de apreço, mas que se perderam com o passar dos anos, enquanto o Norte conseguira manter os seus Estados, em boa parte devido à forma hereditária: havia um cuidado muito grande das casas reinantes em manterem os seus principados feudais livres da influência européia e da desordem que se assenhoreia dos sulistas, vítimas igualmente da trata do escravo, fator decelerante.

O Sul estava mais evoluído politicamente quanto a uma futura independência e as Constituições de 1951, chamada a "Macpherson Constitution", em homenagem ao governador Sir John Macpherson, que substituíra a de Richards, a muito combatida do antigo governador Lord Milverton, e a de 1954, como que preparavam o país para uma autonomia gradativa, que culminaria com a independência.

Era o caminho para uma federação com muitas atribuições e responsabilidades aos governos regionais, enquanto que ao governo federal era atribuída a tarefa de representar o futuro Estado e cuidar dos negócios nacionais.

A Nigéria orgulhava-se de ostentar uma elite política das mais atuantes, com membros formados em boas universidades na Europa e nos Estados Unidos e que estava ciente das dificuldades que o país enfrentaria. O Dr. Nnamdi Azikiwe, que era um ibo e estudara na Universidade de Lincoln, na Pensilvânia, a mesma onde Nkrumah estudaria anos mais tarde, estava profundamente influenciado pelas idéias de Marcus Garvey e sua luta em favor dos negros americanos, oprimidos por uma legislação altamente discriminatória, temia que o problema racial fosse um obstáculo na Nigéria se ela fosse dominada pelos nortistas. Torna-se, de início, um radical traumatizado com os acontecimentos que vira e tomara parte. Ele deseja uma Nigéria una, pan-africana e supratribal. Arrepiava-o qualquer demonstração de regionalismo acentuado que se pusesse acima de interesses nacionais, como mais tarde aconteceria com o líder ganense, e essa sua atitude causou descontentamento entre os yorubas, ciosos de seu passado histórico, de suas realizações e que por essa coesão histórica se acreditavam acima dos ibos com as suas multidões de aldeias semi-autônomas e que, por isso mesmo, se achavam mais facilmente acima do conceito de tribo-nação, que era a dos yorubas, como também a dos feudais do Norte. É o chefe Awolowo quem se lança a um movimento reunificador yoruba. Abre-se a luta entre os dois, mas o movimento em torno de Azikiwe, conhecido na intimidade por Zik, começa a mostrar os perigos de um incêndio de grandes proporções se vingasse sob a capa de um nacionalismo supratribal e ignorando as diferenças regionais. O "zikismo" era perigoso demais e exagerado: e seu líder foi mesmo considerado como um profeta e um novo Cristo de uma nova Igreja nacional nigeriana. O que viria depois é difícil de prever. E o Norte indiferente, até que o "Northern People's Congress", do qual fazia parte Ahaji Sir Abubakar Tafawa Balewa, se movimenta, passando a ardejar uma maior união do país.

Em 1957 as Regiões Oriental e Ocidental conseguem autonomia interna e só dois anos depois, é a vez da Região Norte, que em 1958 vira introduzida a eleição direta, um pouco a medo.

Com o peso da Região Norte é possível então falar-se de uma federação que unisse as três vastas regiões sob um Governo Federal, mantendo cada uma as suas atribuições internas. Sir Abubakar passa a devotar-se à causa federalista. Ele era um político moderado, com passagem franca entre os sultões nortistas e o Governo de Sua Majestade Britânica e bem visto pelos chamados sulistas, ou seja, os habitantes das duas grandes regiões autônomas.

Na Conferência de Londres, em 1958, há um acordo entre os ingleses e os líderes nigerianos para que a Nigéria fosse declarada independente em 1960, como membro da Commonwealth. O Primeiro-Ministro Harold Macmillan visita o país e mantém contactos com todos os segmentos interessados e a 19 de outubro de 1960 nasce a Federação da Nigéria dando à Rainha Elizabeth um novo título, o de Rainha da Nigéria.

4.2.2. Como se organiza o novo Estado Nigeriano.

A Federação e o perigo de hegemonias regionais

Pensavam os líderes maiores em fazer da Nigéria uma federação algo parecida com a canadense, com cada região nos moldes das províncias do grande Estado, com o seu parlamento, um premier e um judiciário próprios, uma grande autonomia nos negócios internos e uma representação, no âmbito federal, que correspondesse à população e número de eleitores em cada uma das três regiões. Nenhuma se sobreporia à outra, mas todas estariam representadas, a nível internacional, pelo Governo Federal de Lagos, com o seu parlamento e executivo e um chefe de Estado no bom estilo britânico, apenas um belo símbolo nacional, respeitado de todos e acima das questúnculas tribais. Ele seria um Governor-General, que representaria a Rainha da Grã-Bretanha e, forçosamente, seria um nigeriano, possivelmente de uma pequena tribo, ou de grupo étnico minoritário, como se fazia, com êxito, em outros dominions.

Sir Abubakar, o mais moderado de quantos lutaram pela independência, gozava de grande prestígio como homem aberto ao diálogo, simples, muçulmano devoto que já fizera a peregrinação a Meca - daí o seu título Al Hadji, ostentado diante do título nobiliárquico, Sir, concedido pela Coroa, por seus relevantes trabalhos à colônia e protetorado -, com fama de excelente orador, chamado aliás, o Voz de Ouro do Parlamento nigeriano, homem culto, com grande domínio da língua inglesa e sonhava com uma Nigéria realmente estável, pluripartidária e na qual os cidadãos se orgulhassem de ser sobretudo nigerianos, mais do que ibos, fulanis, yorubas, haussas e outros. Defende a federação contra a opinião de Nnamdi Azikiwe, que sonhava com um Estado unitário, como uma maneira de se vencerem de uma vez os perigos do regionalismo e o fantasma do tribalismo.

Um, era o homem fino, que olhava os ingleses como futuros partners no desenvolvimento econômico da Nigéria, e que sentia profunda admiração pelas sólidas e democráticas instituições britânicas, pretendendo adaptá-la a uma Nigéria subdesenvolvida, multilíngua, pluriracial, com grande número de analfabetos, mas um país potencialmente rico, com grandes reservas petrolíferas e que, decerto, teria um futuro auspicioso no contexto dos novos Estados africanos. Ele queria que fossem respeitados os direitos dos antigos reinos tradicionais e que estes permanecessem como parte integrante de um Estado moderno, assimilador e acolhedor. Não se tocaria no Sultanato de Kano, no Principado de Sokoto, mas esse fariam parte integral do Estado nigeriano, sem que jamais pudessem separar-se. Era um esforço de prudência e paciência no forjar um novo tipo de Estado. A federação seria a salvação, pensava ele e até mesmo com justa razão.

Possivelmente ele tinha muito apego pelas tradições hausas e apresentava uma postura conservadora, era um muçulmano devoto, como se disse e, no íntimo, temia que a Nigéria, sob domínio do Sul, viesse a tornar-se um país ingovernável porquanto havia muita divisão entre os yoruba e os ibo que, na verdade, se hostilizavam, ainda que, quando se tratava de formar uma frente contra os nortistas, que eles chamavam com desprezo de feualistas, eles pareciam unidos. Depois, falar de colaboração com a antiga metrópole e defender uma política pacifista e amistosa, era o bastante para ser-se taxado de conservador. Na viagem triunfal da Rainha Elizabeth II à Nigéria, sem dúvidas uma viagem de muito significado para nigerianos e para a Commonwealth, Sir Abubakar tinha defendido a manutenção do status de monarquia para a Nigéria, ou seja, ela se tornaria um dominion ou realm, com um Governador-Geral representando a Coroa britânica.

Com apoio do bloco conservador, Sir Abubakar foi escolhido como o primeiro chefe de Governo de uma Nigéria independente, ficando o poderoso Sardauna de Sokoto, El-Hadj Sir Ahmadou Bello, como primeiro-ministro da grande região Norte, onde ele estaria perto do seu principado.

Se todos aceitavam uma participação estreita com a Commonwealth, nem todos eram a favor da manutenção do status de dominion e já em 1963 o país adota o regime republicano, no dia 19 de outubro, sendo o Dr. Nnamdi Azikiwe o seu primeiro presidente, enquanto que Awolowo passava a Líder da Oposição. Eram as três regiões em pura confrontação e o que vem depois já era de prever a partir do momento em que partidos tão opostos como o de Azikiwe, o Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões, que pretendia inclusive que os Camarões de colonização britânica se unisse à Nigéria em um sonho expansionista e o Movimento da Juventude Nigeriana, que fora o germe do anterior, ao qual pertencia também Awolowo que dele se afasta para formar o Egbe Omou Odudwa, que queria o renforcement do movimento yoruba, se lançam contra o partido governista. Awolowo, já à frente de radical Action Group, secundado por A. Enahoro, aumenta as pressões contra o governo conservador de Sir Abubakar, exigindo um maior posicionamento no plano interafricano e internacional. Estala uma briga violenta entre o Presidente Azikiwe e o Primeiro-Ministro Sir Abubakar e nas eleições gerais de 1965 o país parecia estar prestes a incendiar-se por inteiro. Príncipes e plebeus brigavam, poderosos senhores nortistas, chamados de atrasados, não se entendiam mais com os "progressistas" do Sul. Os yoruba, orgulhosos de um passado histórico, negavam-se a continuar sob "colonização" muçulmana do Norte. Os nortistas acusavam os sulistas de pouco colaboradores e agitadores. O clamor é cada vez maior e estoura uma rebelião castrense, que queria impor a ordem, mas os conflitos étnicos são violentos, violentíssimos. O Sultão Hamadou Bello é assassinado e, com ele, brutalmente, Sir Abubakar Tafawa Balewa, o "Golden Voice", arquiteto de uma grande Nigéria federal. Sobre ao poder um governo militar, chefiado por um membro de pequena tribo, como a indicar a sua posição neutral.

Cada região queria ter mais participação a nível nacional e sobrepor-se às demais.

Era a perigosa política da hegemonia, que terminou, assim, com aquele que seria um Estado federal modelo.

4.2.3. O fim de um Estado federal modelo e que Estado surgiu em seu lugar

Com a subida ao poder do General Yakubu Gowon, muitos se perguntaram a quem cabia a maior responsabilidade pelo desfazimento de uma federação que poderia servir de modelo para a África Negra. Azikiwe, que fora o primeiro-Governador-Geral? Awolowo? Abubakar Tafawa Balewa? Os críticos acerbos do Primeiro-Ministro Abubakar diziam que ele era apenas um preposto do poderoso sultão de Sokoto, Sir Hamadou Bello, que tinha bem mais coisas a fazer em casa do que em Lagos, como, ironicamente, escreveu o "Time"⁶ que, inclusive, de maneira cruel acentua que Sir Abubakar "still pays respect to his old boss!"⁷ E que, por isso mesmo, haveria sempre um domínio do Norte sobre as duas regiões, ou Sul, como eram, erradamente, chamadas as regiões Ocidental e Oriental.

Briga racial? Aparentemente havia um conflito racial, o Sul negroide contra o Norte camítico. Mas também aí há muita confusão, mesmo porque o genérico nome haussa jamais indicou uma raça, ou um grupo racial homogêneo. É mais um termo linguístico. Haussa é uma velha e importante língua falada por vários povos que "sometimes have their own language as well" como salienta David Williams em um belo ensaio sobre a Nigéria.⁸ Haussa é uma importante língua franca, a language for everybody da linguística geral, uma língua medium, aquela que serve a vários povos, como é o caso da inglesa, da francesa, da espanhola, da russa, da portuguesa e outras, ajudando a manter unidos povos em tudo dissemelhantes. Havia, é certo, uma certa aparência de homogeneidade entre os habitantes do Norte, dessa hipotética Haussaland, ou Hausaland, que jamais existiu, por laços como a mesma língua, embora não língua nativa de todos, a religião e os costumes islamizados. Diríamos que, ali, eram muito fortes as influências islâmicas e que isso dava ao Norte um aspecto de bloco homogêneo. Mais: havia ali tradição de antigos reinos islâmicos como o de Kanem e o de Bornu. Nas roupas, no físico, nos princípios higiênicos moldados sobre os ensinamentos corânicos, os nortistas estavam bem longe dos sulistas. Havia tribos, como as dos fulani, que tinham até mesmo uma elite cultural distinta que chegara a impressionar a exigente Lady Lugard.⁹

As particularidades regionais, o forte sentido tribalista sim, isso é que impedira a federação de Sir Abubakar vingar. Ninguém se sentia nigeriano, apesar de os líderes dizerem o contrário. Cada um se sentia filho de sua tribo, súdito de seu oba, ou de seu sultão, ou de seu sardauna ou de seu chefe hereditário tribal, assim como se irmanava pela língua e pela região. Por sua vez, enquanto no Norte havia verdadeiros mini-Estados, no interior da Nigéria Oriental, por exemplo, como observa David Williams, "had no great chiefs and the Ibo and Ibibio peoples, the most important in the area, were divided into a vast number of towns and villages".¹⁰

A violenta guerra de secessão, quem sabe a mais violenta jamais ocorrida em África, de que resultou a República de Biafra, foi a prova cabal de que o Estado nigeriano falhara na sua ambição de criar naquela parte do mundo um novo Canadá, um Canadá negro. O grande "problème québécois" da Nigéria parecia ser o Norte, a fantástica e hipotética Haussalândia, com uma curiosa diferença: ela não queria formar um Estado independente e esta ambição coube justamente ao chamado pedaço oriental do país.

Surge um líder, o Coronel Odumegwu Ojukwu que à época tinha apenas 33 anos, formado de Sandhurst e que era o governador militar da Região, que desafia o gualmente Coronel Yakubu Gowon, Comandante Supremo, ainda mais jovem, de apenas 31 anos e menos brilhante que o seu adversário.

Biafra comoveu o mundo e as opiniões se dividiram, assim como se dividiram as ajudas do mundo ocidental. Salvar a unidade nigeriana, ameaçada ou acatar a vontade de um povo que não queria seguir jungido a uma incômoda federação? O receio de precedentes, assim como ocorrera no Congo, prevaleceu e Biafra literalmente foi esmagada, apesar da resistência heróica de um povo, reduzido à mais negra miséria. É certo que houve a parte da "guerra suja", em que estavam em jogo "royalties" de companhias petrolíferas, interesses económicos, participação nas taxas, concessões financeiras e outros interesses que não importam muito para o nosso estudo de análise da falência de um modelo estatal e de um regime.

Os ibos não aceitavam o domínio nem dos nortistas, nem dos yorubas, mas como fazer para vencer a enorme massa que vinha do Norte e da Região Ocidental? Como vencer a indiferença do mundo para um problema sobretudo cultural, pois assim é que olhamos o caso.

É certo que há muita diferença entre um fulani e um ibibio, por exemplo, mas os africanos, desde que as pessoas tenham a mesma cor da pele, não são vistas como "foreigners". As diferenças culturais, sim, essas são muito significativas, pois no tribalismo isto está muito presente. Faz muitos anos o autor teve oportunidade de conviver com cameruneses que estudavam no Brasil. Certa ocasião, recebeu em sua casa dois conhecidos dos Camarões, sendo um do lado conhecido como "francês" e o outro do lado "inglês". Os dois agiam como se fossem filhos de países diferentes, não apenas pela questão da língua como pela religião, costumes, etnias. E ambos acentuavam a sua leal-

dade ao grupo étnico de onde provinham e o autor ainda se lembra da insistência de um deles, que frisava que a sua língua, duala, era muito utilizada e que o Sultão de Fumban falava o duala fluentemente. Pode isso ser uma coisa sem nenhuma importância para um brasileiro, mas tem grande significado para um africano: a sua lealdade à tribo e ao grupo étnico.

Ojukwu acusava o excessivo "centralismo/unitarismo", ou seja, que o Governo federal domina todos os setores da atividade nacional, o que não é verdade. O parlamentarismo de Sir Abubakar era o que existe de mais descentralizador. Gowon, sim, é que tentou, de modo arbitrário, centralizar o Estado. Abubakar jamais havia pensado em fazer da Nigéria um Estado unitário e depois ele, como os demais líderes do Norte, tinha um compromisso com a Commonwealth, ou seja, a de manter uma federação no bom estilo westminsteriano, com parlamento atuante, pluripartidarismo e respeito às decisões do partido majoritário.

O comentarista espanhol Don José María Raduá, em determinado momento, acusou a Nigéria de haver centralizado demais seu governo e em artigo muito objetivo, "Nigeria paga los errores de su gobierno", considera que a "crise" provinha de um "sistema colonial caduco".

Comparar o caso congolês com o nigeriano é inocência. São muito e muito diferentes, como vamos ver.

Havia na Nigéria uma separação colonial, isto é, os britânicos olhavam o Norte de uma maneira e o Sul de outra. Para os colonialistas o Sul era habitado por animistas pagãos. E isso para os puritanos ingleses do século XIX era muito.

Qual seria o grande erro que levava à falência da federação nigeriana?

Surge então em seu lugar um Estado unitário (?), com divisões regionais marcadas. Como classificar este estado?

4.2.4. A Nigéria, federação ou sistema unitário?? O que aconteceu depois da morte de Sir Abubakar Tafawa Balewa

Ainda que não o dissesse, o Coronel Gowon, logo mais General Gowon, em sua luta tenaz e violentíssima contra a República de Biafra do General Odumegwu Ajukwu, autoproclamado presidente de Biafra, queria um estado unitário.

Este foi o grande problema nigeriano.

A Nigéria, pela sua formação, jamais poderia ser um Estado

unitário, que era o que queria o General Gowon. A adoção do sistema unitário jamais daria certo para a Nigéria. E o federalismo era desunificador... Que regime seguir então?

Os defensores do regime forte acharam que era a vez de a Nigéria ter um regime militar, que a unisse, especialmente em época de crise, como era aquela. Veio o governo militar de Gowon que, por muitos anos, dominou, com mãos de ferro o país.

A instabilidade do país tem sido constante e, depois de Gowon, vários governos se sucederam. Durante o parlamentarismo federativo, a Nigéria teve um sistema pluripartidário em bom funcionamento, mas quando em 1966, seguindo-se aos lamentáveis incidentes eleitorais do ano anterior, um governo militar se apossa do poder, os partidos são banidos. O General Aguiyi Ironsi passa a enfeixar todo o poder nas mãos. Cessa toda atividade política mas nem por isso os atritos e fricções de uma cerrada campanha política desaparecem de vez. Seis meses depois de haver tomado o poder, o General Ironsi é, por sua vez, assassinado e sobe o moço tenente-coronel, nortista também mas de uma pequena tribo, a dos Gonwa e cristão, Yakubu Gowon, que fora auxiliar de Ironsi, vinha como um símbolo, pois ele se fazia passar como um homem infenso ao regionalismo e ao tribalismo, mas pregava uma grande Nigéria que se pusesse acima das questões regionais e pensasse apenas em termos de Nação. Ironsi era um ibo e se cercara de oficiais ibos, o que causou suspeita entre os nortistas e os habitantes da populosa região ocidental, que haveria agora uma ascendência ibo no país. O General não era, na verdade, um tribalista no puro senso da palavra, mas só escolhia como seus prepostos oficiais ibos. Era um chefe de Estado relutante, como escreveu, à época, um jornalista britânico, J.D.F. Jones em artigo que teve ampla repercussão, "Can Nigeria survive its tribal hostility?" e sem gozar de muita simpatia entre a oficialidade jovem e se deixava influenciar pelos seus assessores ibos, que queriam uma espécie de vindita contra os nortistas e contra os ocidentais, que haviam estado em um prudente acordo no governo civil, o último. Os ibos se diziam "progressistas" e faziam pressão contra a corrupta e "reacionária" aliança. Aguiyi Ironsi parece ter-se sentido forte o bastante para desfechar o golpe de graça nos seus aqui-inimigos, os nortistas, especialmente os haussas muçulmanos e anunciou a extinção por decreto do parlamentarismo e da federação: o Estado tornar-se-ia unitário, como, ele dizia, única forma de salvar a Nigéria. Foi aí que se desencadeou a questão e ele foi deposto. Com Gowon, voltava ao poder um filho do Norte e se voltava à antiga aliança, Norte-Oeste. No ano seguinte, Gowon anuncia a criação de 12 províncias em lugar das três grandes regiões e essas províncias passariam a chamar-se Estados-membros, mais ou menos nos moldes australianos e seriam constituídos sempre que possível em uma base étnica. A região leste, que era comandada pelo coronel Odumegwu Ojukwu declara não aceitar e em seu irredentismo ibo, proclama a secessão, formando a República de Biafra. Gowon era acusado de que-

rer manter a supremacia noroista e ainda de ser um dócil instrumento dos sultões haussas e fulanis, enquanto a Região Oriental, a mais rica do país pelo petróleo e pelas ligações com a Europa através de um excelente porto, era desprestigiada. De 1968 a 1969, a guerra civil, cada vez mais violenta e crua, aliada com a fome, dizima boa parte da população biafrense e, em 1970, rende-se Biafra, deixando atrás um país devastado, muita miséria, formando contingentes de mendigos que eram uma chaga viva para a África. Em 1975, Gowon, o impenitente vingador e homem forte da Nigéria é derrubado pelo General Murtala Rufai Mohammed e fica pouco tempo no poder, morrendo em um golpe fracassado em 1976 é sucedido pelo General Olusegun Obasanjo que anuncia a criação de 7 novos Estados e mudança da capital federal para Abuja. Depois de anos sem vida político partidária, em 1977 é eleita uma Assembléia Nacional Constituinte e no dia 1º de outubro de 1979 entra em vigor nova Constituição e o civil Shehu Shagari é eleito presidente por quatro anos, sendo reeleito em 1983, mas logo derrubado pelo General Mohammed Buhari, que adota medidas repressivas e dá combate à corrupção. Menos de dois anos depois, cai Buhari e sobe o General Ibrahim Babangida a 27 de agosto de 1985, que forma um gabinete conservador onde, entre outros, participa um antigo servidor de Buhari e seu crítico mais severo, o Príncipe Bola Ajabola, com promessa de entregar o país ao governo dos civis em 1º de outubro de 1990.

Nesse interim, com tanta agitação, como se tem comportado o Estado nigeriano?

Partiu de uma federação frouxa e quase que simbólica, em que praticamente existiam três grandes Estados dentro de um imenso Estado, ou para formar esse imenso Estado, que no auge de seu esplendor político chegou a possuir 107 partidos políticos, alguns meras agremiações tribais sem qualquer representação nacional, até os grandes partidos do Norte e do Oeste. Passou depois a quase Estado unitário e sob Gowon é retalhado e chamado de federação, mas os governantes dos Estados eram de livre nomeação do Presidente. Uma federação sem partidos e mais com características de Estado unitário. No governo seguinte a federação é novamente retalhada e a Nigéria passa ter 19 Estados, em um arremedo de federação pois os governadores são escolhidos pelo atual ditador que governa com uma Constituição outorgada em 1985 e calcada sobre a anterior. Não há partidos políticos e a Assembléia Nacional foi dissolvida.

E a situação dos principados tradicionais, como está? Sem o prestígio que possuíam nos dias da federação de Sir Abubakar, os governantes tradicionais hereditários foram tolerados e mantidos. Kano é ainda um poderoso sultanato e o sultão, dentro de seus limites, é ainda uma figura de projeção e conserva muitas de suas atribuições. A Constituição federal evitou tocar neles e, por morte é substituído por um outro, da Casa Reinante. Sokoto mantém o seu principado intocado também. Localmente, esses principados ainda possuem muito prestígio e o Governo central cerca de atenções os seus líderes. Muitos são escolhidos para altos postos no Governo central ou para servirem em

embaixadas no Exterior. Não estes apenas, há vários outros principados espalhados pelo que antes era a Região do Norte e a Região do Oeste. Não são um símbolo apenas de um passado, mas instituições vivas. Também, não obstante os emires, sultões, obas, sardaunas e príncipes eletivos terem perdido muito do fausto e poder que tinham outrora e as novas gerações já os olharem diferentemente, eles ainda são uma força-viva da nação. O Sultão de Kano mantém um palácio coruscante, rico, bem no centro da cidade, tem a sua guarda real e concede audiências aos súditos, que se sentam no chão e não no podem olhar de frente. É um supremo juiz na sua terra e líder religioso.

Como combinar essa Nigéria tradicional com a Nigéria que corre em direção ao século XXI?

Na lição de tolerância de um governo central, moderno e ávido de fazer uma Nova Nigéria, com um passado que não morreu ainda. As leis federais, que se sobrepõem a dos Estados, são cabalmente acatadas pelos emires e sultões, desde que elas não colidam com as tradicionais, em uso ainda no sultanato. A língua nacional é a inglesa, mas o sultanato de Kano, por exemplo, só utiliza o haussa no contacto do sultão com os seus súditos e nas reuniões oficiais e os príncipes mais tradicionalistas ainda o escrevem com a escrita árabe. Há leis federais e leis estaduais no sentido brasileiro e há a tradição fortemente arraigada que mantém as suas leis de âmbito local. As nomeações para cargos importantes no Estado-membro são, no momento, do governante militar, mas onde existe um sultanato ou um emirado, o príncipe é consultado. Dentro dos limites do sultanato a educação é mista, tradicional e federal, e o ensino corânico muito difundido.

No direito da família, no das sucessões e no da propriedade a legislação varia e se regem ora pelo sistema federal ora pelo local. A poligamia é tolerada nos emirados e sultanatos, enquanto o Governo federal abole a instituição e proclama o casamento civil à ocidental.

A antes chamada Federation of Nigeria, depois uma rápida República of Nigeria e afinal a Federal Republic of Nigeria continua a manter os seus principados como parte de sua velha cultura e, apesar disso, caminha para tornar-se um grande Estado-Nação que é a suprema ambição de muitos líderes e que sido o sonho dourado desde que o país se tornou independente.

É uma tentativa de criar-se ali um Estado africano, sem semelhança com o Estado Brasileiro ou o Americano, sem semelhança com o Estado Europeu.

Se formalmente há alguns pontos de semelhança, mesmo distintos, com outros Estados como na formação de Estados-membros e a Constituição federal é a lei suprema do Estado, a permanência desses pequenos ou grandes principados tradicionais, dá-lhe um aspecto genuinamente africano. A federação é frouxa e se diria mesmo que existe um simulacro de Estado unitário apesar do nome. É uma experiência africana, feita por africanos e para um Estado africano.

4.3. Ghana, reinos internos e uma forte centralização

Vimos, nos itens precedentes, como uma federação hesitante consegue manter os reinos tradicionais coexistindo com o Governo federal. A Nigéria passou por vários estágios e hoje é um Estado com aparências de federal mas na verdade fortemente influenciado pelo poder central, não tem partidos políticos, a Assembléia Nacional foi abolida com o coup d'Etat e o país é governado por um general de maneira autoritária e ministros parte militares, parte civis, das várias regiões, inclusive um príncipe hereditário. O sultanato de Kano e o de Sokoto, entre outros menos importantes, foram mantidos e seus governantes tradicionais têm importante papel nas regiões onde vivem, emprestando a sua colaboração ao Governo de Lagos, sem que este interfira diretamente na administração do sultanato, símbolo de um passado antigo mas ainda reverenciado. Uma criação inglesa, como aliás os estudiosos ingleses o reconhecem - e David Williams, entre outros, que escreve: "This is Nigeria, created by Britain out of a slice of Africa, bewildering in its variety of peoples, languages and religions"¹¹ a Nigéria busca encontrar um modelo para o seu Estado, um regime que sirva à necessidade de seus povos e com essa lição de tolerância para com os reinos e principados tradicionais, não os abolindo violentamente como o Dr. Nkrumah pensava fazer em Ghana, ele já se delineia como um Estado típico africano que não pode ser analisado segundo os padrões europeus ou americanos.

De qualquer modo, a Nigéria, bem ou mal, é uma federação e até se entende a permanência de principados dentro dessa federação de hoje pequenos Estados-membros.

Partimos, porém, agora para o estudo, também sucinto, de outro país africano, esse mesmo que ficou famoso no final da década de 50, pela liderança brilhante mas barulhenta de Kwame Nkrumah. Ghana, que não tem tantas separações quanto a Nigéria, nem tantos povos tão facilmente identificáveis e também tão diferentes uns dos outros, mas que guarda ainda como relíquia de um passado histórico um grande reino dentro de sua república, o dos axéantes, com toda uma estrutura que os sucessivos governantes do país vêm respeitando e até o protegem, pela força que emana de seus reis e que gozam de muito prestígio entre os súditos.

Também Ghana parte para um experiência westminsteriana que não aprovou e passou por outros experimentos, entre eles o do Estado mono partidário civil e, afinal, o regime militar, autoritário.

Ghana, como outras terras africanas, mesmo aquelas que os tentam velhos nomes históricos, "is an entirely artificial creation by Europeans", comenta David Williams.¹²

O que depois se tornaria a República de Ghana era eram na verdade quatro regiões distintas que seriam governadas como três entidades diferentes, sendo duas colônias britânicas, a da Costa do Ouro, que daria nome ao conjunto de territórios e a dos Axântis ou Axântes e o protetorado dos Territórios do Norte, que Hubert Deschamps no seu livro Peuples et Nations d'Outre-Mer,¹³ parece confundir ao falar de protetorado dos Axântis.

A Costa do Ouro cedo ficou conhecida pela Europa, desde 1482, quando Portugal resolveu construir fortes para proteção dos portugueses que comerciavam na costa e um exemplo é o Forte de São João da Mina, 400 anos antes de a região passar a colônia britânica. Depois, por ali passaram além dos portugueses, os holandeses, os britânicos, os dinamarqueses (que construíram o imponente Castelo de Christiansborg, que seria a residência oficial de Nkrumah), suecos, prussianos e franceses. Havia muito ouro e todo o cobiçavam, procurando comerciar com os nativos da costa, que olhavam o vai-vem dos europeus com indiferença, o que já não acontecia com as tribos do interior e que formavam uma espécie de confederação chamada dos Axânti, um reino bem organizado, de gente valente e guerreira e que, segundo Williams, acima citado, "they had also a sophisticated state, with organized government, a complex religion and great wealth in gold".¹⁴ Deram muito trabalho aos britânicos e não cederam facilmente. Eles eram os únicos povos da África Ocidental, com exceção dos muçulmanos da Nigéria do Norte, cuja cultura estava ainda no apogeu quando se verificou a ocupação européia. O asantehene, ou rei dos reis axânti, tem paramentos riquíssimos e usa os símbolos de seu poder feitos de ouro puro e aquela pompa fez com que os europeus arregalassem os olhos. Depois, as tribos axânti eram atrevidas e desciam sobre a costa para fazer razzias, ameaçando a posição britânica. Os holandeses abandonaram a costa em 1872, deixando unicamente os britânicos que, sob as ordens de Sir Garnet Wolseley, resolveu atacar a capital real de Kumasi e guerrear no próprio sítio dos axânti, para enfraquecê-los e em 1874 Kumasi foi destruída. Aquela região deixaria de ser um protetorado inefetivo que fora para ser uma colônia, mas os rebeldes axânti nem por isso foram incorporados ao sistema político e reagiram sempre. E Kumasi foi ocupada em 1896 por outra expedição britânica, para que se completasse a vitória britânica. A Região dos Axânti só veio para o Império Britânico depois de uma guerra violenta e não como os Territórios do Norte, que pedira o protetorado através de seus chefes e príncipes.

Cálculos feitos pelos britânicos por ocasião da declaração de independência de Ghana, dão como existentes mais de 100 tribos e pequenos Estados dentro do território, e que variavam à época de 2.000 a 200.000 pessoas que falavam mais de cinquenta línguas e dialetos pertencentes a meia dúzia de grupos principais.

4.3.1. O que é Ghana? Como se formou o moderno Estado ganense

É um nome histórico que o Dr. Nkrumah e seus seguidores escolheram para o novo Estado. Gold Coast era, segundo eles, um nome que trazia tristes lembranças colonialistas e era preciso varrê-lo do mapa da África, pondo em seu lugar um nome que exaltava a vaidade e o orgulho africanos. Mas - e os eruditos dizem - o antigo Império de Ghana ficava mais acima umas 500 milhas onde hoje está o território da república.

Escreve David Williams:

"Why did Dr. Nkrumah and his Government decide to change their country's name. on independence, to Ghana, the name of a great African empire which flourished a thousand years ago, some 500 miles to the north-west of modern Ghana?

Dr. Nkrumah himself has declared that the new name kindles the imagination of modern West African youth by recalling "the grandeur and the achievements of a great medieval civilization which our ancestors developed". The Gold Coast, on the other hand, he said, was not the traditional name of the country as a whole but the name given originally to the coastal strip. It must not appear that any one portion of the country dominated any other" - art. cit. p. 287.

Nesse particular tinha razão o líder. Costa do Ouro era apenas a faixa costeira e uma das divisões sob influência britânica. Mas os aguerridos axântis não eram parte de um antigo império ganense de mil anos atrás. A África Negra, partilhada abusivamente pelos europeus, continuava a manter inexatidões e fantasias no momento em que se fazia independente...

Mas o novo Estado é rico potencialmente, com uma incipiente indústria, boas universidades que os ingleses deixaram e Accra, a capital, tem hoje quase um milhão de habitantes. O segundo produtor de diamantes brutos e possui grandes reservas de bauxita, petróleo, níquel e grafite. Exporta café, milho, coco. Há muito ouro e a sua exploração dá trabalho a muita gente e é o mais importante mineral explorado.

Não possui, desde o coup d'état de dezembro de 1981, nenhum partido em funcionamento.

No seu livro Faith to Nigerian Freedom¹⁵, o chefe Obafemi Awolowo, referindo-se ao seu próprio país, dizia que a Nigéria não era uma nação, mas uma simples expressão geográfica e que nigeriano era apenas o designativo que servia para distinguir quem vivia no interior das fronteiras da Nigéria dos que não viviam. Ora, se essa declaração podia parecer muito duro e gritante, não era, contudo, falsa.

Na mesma situação estava Ghana e estavam outros novos Estados africanos, quem o negaria?

O país que Nkrumah e seus determinados seguidores ajudaram a levar em direção à independência política, era um aglomerado de pequenos "Estados", como os chamou Williams, ou de tribos tão separadas umas das outras que pareciam tão diferentes quanto um feroês e um peruano e isso vivendo quase que nas fronteiras uma das outras. Somente o nacionalismo colonial, aquele que vinha lutando para que o território saísse de mãos dos europeus, poderia vislumbrar nas tribos, ou pequenas nações isoladas, uma nacionalidade genérica. Um axânti era, antes de mais nada um axânti e já discutimos isto em outra parte da tese e não adiantava dizer que ele, doravante, faria parte de um grande Estado que se chamaria Ghana e que seria governado pelo Dr. Nkrumah, o Salvador ou Redentor, o Osagyefo, como era, então, entusiasmaticamente chamado pelo seus partidários. Por que? A Confederação dos Axânti, a reunião de pequenas "nações", de tribos, que formavam um populoso reino que fora capaz de enfrentar o maior império do século e causar-lhe, além de algumas baixas, muitas dores de cabeça, nada tinha em comum com os habitantes dos Territórios do Norte ou com os da Colônia da Costa, a Gold Coast propriamente dita. Os súditos do Asantehene sentiam devoção pelo seu governante hereditário e acreditavam dever-lhe obediência e não a um homem que estava muito longe e era o supremo chefe de outros grupos e estabelecia a sua morada na costa. Eles não entendiam isso e foi o grande problema, o maior de todos, que o Dr. Nkrumah teve que enfrentar logo que assumiu a chefia do Governo: ele governava um Estado, com um Governador-Geral como chefe do Estado e que representava a rainha, que era habitado por tribos que não sentiam o seu nacionalismo, mas estavam ligados às suas regiões. Tentou forjar um nacionalismo epidérmico e por vezes gritante e violento, voltando-se contra os príncipes tribais, perseguindo-os, prendendo-os, mas terminou sendo derrubado e o General Ankrah, que o seguiu, tratou logo de buscar a amizade dos grandes chefes, sobretudo do Asantehene, visitando-o em Kumasi e aproveitando para tirar fotos com os chefes, que, de pronto, lhe deram a sua aprovação. O governo tradicional era muito forte ainda em Ghana para que fosse esquecido em favor de um nacionalismo que se não aprofundara ainda. E é, hoje, forte o bastante para não ser erradicado. E convive com um governo central e republicano, que representa todos os ganenses em suas relações externas.

E quais foram as experiências do moderno Estado ganense?

Passou, como a Nigéria, com a qual guarda algumas distantes semelhanças, pela experiência de um parlamentarismo, pluripartidista, britânico.

Haviam sido os partidos políticos os grandes instrumentos da descolonização em África. Os partidos políticos pululavam e não havia aldeia de regular tamanho que não tivesse uma secção do partido regional ou tribal, como ensina Mário Neme¹⁶ ou sob "le patronage des autorités coutumières", como prefere Ki-Zerbo¹⁷. De qualquer modo, os partidos penetravam até o mais distante lugarejo e, apesar de muitos contarem com a colaboração e patrocínio dos chefes de tribos e pequenos Estados tradicionais, a ação democrática dos partidos pregando uma igualdade que o sistema tradicional nem sempre permitia, alertando os povos para seus direitos, significava, também, a derrubada das hierarquias feudais e o enfraquecimento do poder quase absoluto dos chefes. Certos príncipes regionais pretendiam, então, como meio de salvarem os seus principados e cheferias, encarnar a dupla legitimidade, a do passado tradicional, da África que aos poucos dava lugar à outra África, e a aquela que representava a do futuro. E surgiram muitos casos em que um líder se mantinha como chefe tradicional e representante de um outro sistema, que poderemos chamar, de modo um tanto impreciso, de democrático-co-representativo como Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, o Kabaka de Buganda Mutesa II, que seria presidente da Federação de Uganda, vários obas yoruba, emires e sultões nigerianos, Moïse Tshombe do Katanga e tantos mais. Em Ghana, vários príncipes axânti aderiram a movimentos políticos e aceitaram um generalíssimo Movimento de Libertação dos Axânti, que talvez pretendesse uma independência não de todo o território que hoje forma a república, mas do território que era a Colônia Axânti.

Nem todos esses movimentos prosperam e muitos até morrem no nascedouro, enquanto outros se desgastam rapidamente e desaparecem, arrastados por movimentos mais dinâmicos e menos apegos de seus chefes ao tradicionalismo.

Havia também uma tendência, quase que geral em muitos países, fossem os de expressão inglesa ou os de expressão francesa, em se tornando o território independente, um dos partidos, quase sempre o do líder mais importante, engolir os demais partidos ou obscurecê-los até, por meio de manobras subreptícias em que as assembleias nacionais ou os parlamentos agiam como instrumentos da vontade de um chefe autoritário, serem banidos ou extintos por lei, passando o Estado a adotar o unipartidarismo, o que aconteceu, por sinal, na grande maioria dos jovens países africanos.

Assim foi em Ghana.

Ali, vários partidos negociavam a independência no seio da Comunidade com os representantes de Londres, diz-nos Lavroff¹⁸, mas quando Nkrumah se vê forte o bastante para desafiar não apenas os ingleses mas os seus adversários africanos, ele, aos poucos, elimina os partidos que o haviam ajudado em favor de um único partido, o da Convenção do Povo, que ele manobrava como se fosse propriedade sua.

O pluripartidarismo dura pouco em África. Os novos Estados acreditam ter encontrado o seu próprio caminho para a criação de um Estado Africano com o estabelecimento do partido único ou unificado.

Tornando-se um dominion a 3 de março de 1957, com o Dr. Nkrumah como primeiro-ministro, três anos depois, em 19 de julho de 1960, Ghana torna-se uma república presidencialista. O chefe do Executivo, o Presidente, é eleito pela Assembléia Legislativa de 114 membros eleitos pelo povo, por um período de 5 anos, com plenos poderes podendo convocar e dissolver a Assembléia, nomear ministros e juizes, o procurador-geral, o auditor-geral, bem como admitir e demitir funcionários públicos, sendo ainda Supremo Comandante do Exército. Ele podia ser reeleito. Mas Nkrumah era o Osagyefo, o Redentor, sonhando vir a ser rei de Ghana, como escreviam Ellen e Attilio Gatti. Buscando fundamentos na tradição da chefia hereditária, vitalícia, o homem que dirigia a república com mãos de ferro, conseguiu que a Assembléia Nacional o declarasse *president for life*, uma instituição dentro da república que viria a ser imitada por outros Estados republicanos na África Negra: Malávi, Guiné Equatorial, Uganda, República Centro-Africana e Zâmbia.

Ghana torna-se um Estado monopartidário, com uma instituição que estava de acordo com as tradições africanas, mas não era muito usual em outros países republicanos do mundo, com exceção da Indonésia de Bung Karno, da Tunísia de Habib Bourguiba e do Haiti de Duvalier - a presidência perpétua. O Presidente vitalício, que gostava de frases retumbantes, fala então de um "centralismo democrático" e ensina ao seu povo que o partido único era a solução para a unidade nacional e que seria um bom modelo para a África Negra. Dá-se início a uma campanha de endeusamento do líder como somente no Mundo Comunista haveria igual: era a repetição africana do *Führenprinzip* da Alemanha nazista e do culto da personalidade da era staliniana e o secretário do partido de Nkrumah, Tawai Adamafio, publica um folheto, A Portrait of the Osagyefo¹⁹, em que se patenteia todo esse culto verdadeiramente eufórico, ao se escrever, entre outros exageros que "to millions of people living both inside and outside the continent of Africa, Kwame Nkrumah is Africa and Africa is Kwame Nkrumah"²⁰.

Ideologicamente o regime ganense era uma estranha composição de marxismo-leninismo com arremedos de um socialismo europeu, talvez até mesmo copiado do trabalhismo britânico, mas sem chamar-se nem uma coisa nem outra. Era tout court o centralismo democrático norteado pelo Conscien- cismo, que já estudamos em outra parte desta tese.

Nkrumah fazia o possível para hostilizar os príncipes e chefes tribais, mas eles continuavam a ser força preponderante no país. A constituição que era unitária, não logra fazer com que de facto a House of Chiefs das Regiões administrativas fosse apenas um símbolo. Na constituição anterior, as cinco regiões possuíam assembleias regionais que cuidavam do governo local. Mas ninguém silenciara o Asantehene em os demais chefes.

Quando Nkrumah é deposto, uma das primeiras medidas do novo líder, foi restabelecer a posição de que os chefes gozavam e fazê-los esquecer a prisão de Nana Ofori Atta II, o segundo-mais importante chefe hereditário, levado por uma força de 200 policiais armados até os dentes...

Por mais forte que se sentisse um líder africano à frente de um Estado unipartidário, republicano, autoritário, ele não poderia apagar, de uma hora para outra, a marca da tradição, fortíssima, que estava em toda a parte. Ou em quase toda parte.

E também não dava certo tentar forjar um Estado com manequins importados. O modelo deveria ser nitidamente africano para poder seguir adiante, ou se esfacelaria, como acontece com o belo parlamentarismo westminsteriano da Nigéria de Sir Abubakar, com o Estado pluripartidário de Ghana e com presidencialismos à la française, como veremos em outra parte.

Durante a presidência do General Akwasi Afrifa, o antigo e conhecido político Kofi Busia, um intelectual, é convidado para o cargo de primeiro-ministro, restaurado sob uma nova Constituição e o país parece seguir uma outra orientação, encaminhando-se para um pluripartidarismo, especialmente depois que Edward Akufo-Addo é eleito presidente, substituindo o General Afrifa. A sua eleição, por um colégio eleitoral, traz novas esperanças, mas ele fica apenas dois anos, sendo substituído pelo Coronel Acheampong, que suspende a constituição e assume os poderes de presidente e primeiro-ministro, à frente de um Conselho de Redenção Nacional. Busia não tivera forças para pôr cobro à onda de sórdida politicagem que se senhoreara do país, com sensível enfraquecimento das instituições civis. Novamente os partidos são abolidos e um governo militar se apossa da chefia do Estado.

Acheampong é um bom presidente, enérgico, trabalhador e honesto. Procura manter excelentes relações com os príncipes tribais e gostava de visitar os mais importantes, com eles conversando e pedindo a colaboração para fazer uma boa administração. Busca o apoio do Asantehene, Otumfuo Opoku Ware II, assim como de Nana Ofori Atta, o Okyenhene, já velho. Seus colaboradores procuram estar em boas relações com os chefes tribais e há, então, durante todo o seu governo, uma perfeita harmonia entre o governo da república e os principados hereditários e tradicionais. O Sandema Nab, poderoso príncipe que era o presidente da Casa dos Chefes da Upper Region, empresta-lhe decidido apoio e a coexistência parecia assegurada outra vez, como nos dias dos britânicos. Mas uma inflação sem precedentes nos últimos anos, greves e agitação política nas principais cidades, terminam por derrubar esse líder esclarecido e sobre ao poder o General Fred Akufu, chefe do Estado Maior que, no ano seguinte, sem haver completado um ano sequer, é derrubado por uma das mais estranhas rebeliões da África negra moderna, liderada por um tenente-aviador e outros oficiais de baixa patente. Jerry Rawlings, um mestiço de escocês e mãe ganense, o líder, toma o poder determina sem julgamento o fuzilamento dos ex-presidentes Afrifa, Acheampong e Akufu, o que estarrece a África. Mas entrega a presidência a um civil, Hilla Limann. Tudo isso em 1979. Em 1980, estouram conflitos étnicos violentos, que abalam o país. Nações do centro-oeste rebelam-se e morrem mais de 600 pessoas em poucos dias. Rawlings dá novo golpe e derruba o civil Hilla Limann, inaugurando um governo fortemente centralizador.

De 1 957 para 1 979, o país tinha experimentado vários regimes, desde uma colônia modelo e próspera, depois a dominion parlamentarista, pluripartidarista, um Estado que não obstante uma constituição unitária tinha as garantias de um Estado federal para as diversas etnias que continuavam a manter os seus principados e sobados dentro da mesma antiga tradição. Abolindo a monarquia parlamentarista, abraçara um tanto açodadamente a república presidencialista, com partido unificado e restrições aos "regimes tribais regionais". Sob o mesmo governante, esse irrequieto Dr. Nkrumah, o país passa a uma espécie de monarquia eletiva, a *Presidence for Life*, que se arrasta até 1 966, quando é substituída por um regime militar que respeita as divisões regionais. Volta por curto espaço de tempo ao parlamentarismo republicano com o Dr. Busia e, novamente, ao regime militar, primeiramente colegiado, através de um chamado Conselho de Redenção, depois centralizado na pessoa de seu dirigente, o Coronel, mais tarde General, Acheampong. Nesse interregno tinha havido um outro governo, misto de militarismo e parlamentarismo, em uma estranhíssima combinação, aos nossos olhos, mas encontrável em África, para voltar ao regime militar, autoritário, por curto espaço de tempo também sob a chefia de um general, Akufo, depois derrubado em um coup d'état sangrento. Novamente instala-se o regime presidencialista com um governante civil. Mas dura pouco e logo volta, já em 1 980 esse presidente parece enfraquecido e, no ano seguinte, será, efetivamente, deposto pelo mesmo Rawlings, que ainda se mantém no poder, à frente de Conselho de Defesa Nacional, e o há mais tempo até hoje, se excetuarmos os dois períodos de Nkrumah, como primeiro-ministro e como presidente vitalício.

Impiedoso com os seus inimigos, duro, de poucos estudos, o jovem ditador cultua a memória do antigo líder Nkrumah e incentiva o culto da personalidade. Faz pouca referência aos chefes tribais e menos ainda ao Asantehene, cuja força reconhece porém. Quase todos os seus auxiliares são militares, e de baixa patente. Na história recente da África Negra, dois Estados tiveram seus governantes civis derrubados por militares de baixa patente: a Libéria do Sargento Samuel Kanyon Doe, em 12 de abril de 1 980; e Ghana, com a ascensão do Tenete-Aviador Jerry John Rawlings, em 31 de dezembro de 1 981. E, apesar da quebra na hierarquia militar, eles continuam no poder há quase uma década, parece que aceites pelos seus povos. Ambos apresentaram-se como líderes populistas, antiburgueses, anti-ocidentais, antitradicionais e cortejando líderes de cariz radical como o Coronel Qadhafi da Líbia.

No caso ganense, que mais diretamente nos importa agora, o ditador evitou os erros de seu ídolo e não se lançou contra os governantes tradicionais, preferindo uma distante coexistência. Algumas vezes partiu para uma política de cooptação. Visita a National House of Chiefs, quando então apresenta cumprimentos aos grandes príncipes. Diversas visitas de caráter particular e oficial a Kumasi, o centro e capital do Reino Axânti, têm marcado essa política de convivência. Encarrega chefes tribais de missões no interior

quando os não aquinhoa com funções administrativas nas regiões.

O Estado está profundamente envolvido nos vários setores da vida nacional e o Governo autoritário do tenente, não tem, como tantos outros, uma ideologia de Estado que o norteie. Dir-se-ia que se trata de um regime político autoritário-demagógico-esquerdista. O chefe do Estado faz-se chamar de "Leader of the Revolution" e ataca sempre em seus discursos o colonialismo, que já não existe, e o neocolonialismo, a influência estrangeira. Incentiva os ganenses para imitar Cuba, seguindo-lhe o exemplo...Prega estreitas relações com todos os povos e uma maior amizade com os "países progressistas", mas o comércio mais intenso de Ghana ainda é com Estados que adotam uma postura econômica bem diferente, ou seja, com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha Ocidental, o Japão, a Jamaica e a Nigéria. Do Leste, apenas a União Soviética.

Insiste em que o Estado vive em uma revolução e que o seu alvo maior é, lutando contra a "kalabule", corrupção, transformar Ghana em alguns anos. Redividuiu, administrativamente, as regiões e prega uma descentralização em todos os sentidos.

Não é um teórico e não faz uma única citação de qualquer pensador marxista ou leninista e, mesmo dizendo-se admirador de Cuba, ele não cita qualquer teórico cubano, nem sequer o seu governante. O Estado interfere muito na vida econômica como em outros países africanos, mas a livre iniciativa é estimulada.

Rawlings assegura a colaboração de Ghana para o incremento do pan-africanismo, assim como a sua cooperação com a OUA e as Nações Unidas, mas, curiosamente, fala de um "commitment to the Non-aligned Movement", como dizia na sua Mensagem "Towards a better Ghana"²¹, pelo segundo aniversário de sua subida ao poder, quando insistia que

"The prospect in today's world are such that unless developing countries, like ours, pool our resources, the chances of progress will be even slimmer.

We recognise the right of every sovereign nation to choose its system of government and its political philosophy. At the same time we will not be influenced by any other nation to deviate from our progressive course. Ghana's Revolution is not a carbon copy of any other revolution. It is aimed at resolving our own socio-economic problems, using our own experiences and cultural background at its basis" - in op. cit. p. 73.

Não seria uma tentativa de explicar o que era o Estado ganense?

4.3.2. O tradicionalismo no progressismo em Ghana

Especialistas em África e na Civilização Negra decerto acham difícil classificar a República de Ghana dentro dos parâmetros ocidentais, pelas inúmeras contradições que apontamos nestas rápidas observações: o governante é efetivamente um governante autoritário, não há partidos políticos o que só por si caracterizaria um regime de exceção e, in casu, uma ditadura militar. Mas os chefes tribais são reconhecidos dentro de sua jurisdição e o supremo líder indígena, o Asantehene, uma espécie de rei dos reis axânti, continua a governar em paz o seu reino, encarregado esporadicamente de missões no Exterior, como vimos antes. Ideologicamente, o regime ganense diz-se "progressista" e exalta regimes como Cuba, Líbia, Benin, China-Beijing e outros, mas mantém excelentes laços comerciais e de estreita colaboração com a Grã-Bretanha do Governo conservador, com a Alemanha de Helmut Kohl, com o Japão pluripartidário e parlamentarista e capitalista, com os Estados Unidos. Pende ideologicamente para os exemplos socialistas, mas o Estado ganense prefere dizer que vive uma revolução. Administrativamente, Ghana é um Estado unitário, ainda que o governante fala de uma necessária descentralização mesmo quando ele centralize o mais importante da administração de um Estado complexo como é Ghana. Entretanto, nas fronteiras de Kumasi e seus arredores o Asantehene mantém um poder que não é apenas simbólico: a região tem 9.417 kms² e conta com mais de 1.500.000 de súditos mais ou menos dóceis e a capital Kumasi é o centro das atividades culturais e quando Barimah J. Matthew Poku foi sagrado Asantehene, em substituição a seu tio, Otumfuo Sir Osei Agyeman Prempeh II, adotando o nome de Otumfuo Nana Opoku Ware II, houve praticamente uma festa nacional em Ghana. Seu tio fora um rei muito respeitado e temido e enfrentou a fúria de Nkrumah e dos seus seguidores e a família vinha ocupando o trono desde 1600 segundo alguns. Para um governante, como Rawlings, que de seja varrer, consoante suas palavras, tudo aquilo que representa um resquício da antiga política britânica do "divide et impera", conviver com um monarca nos moldes do Asantehene é já provas de que a sua centralização administrativa e o seu "progressismo" encontram limitações.

A África Negra, resiste, pois, em Ghana, como resiste em outros países, alguns dos quais serão ainda estudados no correr deste capítulo especial, a uma classificação que aceite rótulos mais ou menos bem colados. É difícil.

Ao mesmo tempo, mostra que a África precisa ser encarada sob um prisma humanístico sobretudo. Afastado das velhas rotulações.

Na antiga Costa do Ouro as divisões eram bem marcadas, sendo mesmo estimuladas pelas autoridades coloniais como forma de, através dos chefes, chegar ao povo e mais facilmente governá-lo. Era o indirect rule, que tanto significado teve sempre na administração britânica por todo o mundo, especialmente em África.

Quando vem a independência, nem o autoritarismo, nem a força das novas autoridades, foi capaz de eliminar as chefias tradicionais. O fascínio que a técnica europeia exercia sobre os africanos, não era também o bastante para eliminar a velha tradição enraizada.

Com a nova República de Ghana, presidencial, parlamentarista, presidência perpétua ou ditadura militar, o costume resiste e o único jeito encontrado foi casar, estranhamente, o tradicionalismo com o progressismo.

Era o caminho único.

4.4. O Burkina Fasso e um reino medieval que não quer perecer

Fez parte até 1904 da colônia francesa do Alto Senegal e do Níger, passando, quinze anos depois, a formar uma colônia à parte. Em 1932 é dividido entre as colônias do Sudão francês, do Níger e da Costa do Marfim. Nasce como Estado Autônomo em 1958 e se chama então República do Volta, ficando dentro da Comunidade Francesa. No ano seguinte, em 1959, passa a denominar-se Alto Volta, Haute Volta em francês e surge em cena, como primeiro-ministro, Maurice Yaméogo, que passaria pouco tempo depois a presidente e governaria o país até 1966, quando é deposto pelo chefe do Estado Maior do Exército, o então coronel Sangoule Lamizana e ficou no poder quatorze longos anos, modernizando o país e fazendo uma administração proficiente e honesta. Seria derrubado pelo Coronel Saye Zerbo. Jean-Baptiste Ouedrigo, um moderado, toma o poder em 1981 mas ao determinar a prisão do primeiro-ministro Thomas Sankara, de tendências esquerdistas, é por ele derrubado em 1983. No ano seguinte o passado do país é banido, pelo menos aquele que lembrava o colonialismo do próprio nome e nasce o Burkina Fasso, o País dos Homens Puros. No dia 15 de outubro de 1987, Sankara é derrubado pelo Capitão Blaise Compaoré e imediatamente fuzilado.

Por que tantas instabilidade nesse país? Nada menos do que seis chefes de Estado em menos de trinta anos de independência, se bem que um dos governantes dirigisse a república por quase três lustros.

No antigo Alto Volta, o tribalismo era de tal forma enraizado que, lugares importantes do país como Ouagadougou e Bobo Dioulasso eram centros de influência de famílias e tribos diferentes e, como nas antigas cidades gregas, nos Estados-cidades, uma queria sobrepujar a outra, impor as suas tradições, os seus costumes e até a sua maneira de falar. No atual Burkina Fasso isto é ainda pior pois não há uma língua, única, compreendida por todos e cujo acento uma Cidade-Estado quisesse impor à outra, como forma de supremacia cultural. Ali, como em quase que toda a África, línguas diferentes são faladas desde o tamashek, a língua dos tuaregh, até a importante língua mossi com os seus muitos dialetos. A. Prost na sua obra Contribution à l'étude des langues voltaïques,²² enumera mais de 50 línguas, enquanto Wendt, no seu Sprachen,²³ enumera 53 que se estendem do Burkina Fasso, à Nigéria Ocidental, Daomé (hoje Benin), Togo, Ghana e Costa do Marfim e que tem como principal a língua More, ou Mo ou, mais comumente, Móssi que, faz mais de vinte anos, Wendt dizia que era falada por mais de 600.000 pessoas.

Tudo separava os voltenses e quando vinham líderes de regiões tão diferentes como Bobo Dioulasso e Ouagadougou, ambas com o rio Volta como meio de acesso, mas submetidas a influências étnico-linguísticas também distintas, o choque era inevitável. Assim foi com Yaméogo, que representava uma poderosa família de Ouagadougou, enquanto os Quédraogos, que teriam muita influência no país até relativamente pouco tempo atrás, provinham de Bobo Dioulasso, na zona de influência dos minianka.

O primeiro governante do Burkina Fasso independente poderia ter feito um trabalho muito melhor, pois era benquisto do povo e, no início contou com o apoio do Imperador dos Móssi. Era um homem bem intencionado, trabalhador, mas queria fazer, logo dos primeiros tempos, uma nacionalidade, onde mais importante e mais forte era o sentimento de etnia e de tribo.

Depois, o exemplo de Nkrumah perseguia a todos os líderes nascentes, mesmo os que ficavam tão distantes de sua órbita de influência, como os novos governantes africanos de expressão francesa. Queria transformar um punhado de nacionalidades e grupos étnicos em um Estado-nação, que pensasse de uma só maneira e olhasse para o presidente como o representante de todos os burkinenses. Isso não era possível. Ele entra em choque logo que tenta esmagar o poder tradicional dos príncipes hereditários e quando toca no Imperador dos Móssi - o que nem a França, com todo o seu poderio e tecnologia, no auge da fama e glória fizera -, ele tropeça e cai. Redondamente, aliás e nunca mais se reergue e morre mais tarde, apagado e esquecido.

Yaméogo era um homem autoritário, que queria impor tudo pela força e relembrando-o em L'Afrique Noire depuis l'Indépendance,²⁴ o africanista Guy de Lusignan escreve:

"Yaméogo interdit toute manifestation extérieure du tribalisme et de la hiérarchie coutumière, comme le port du pagne ou des coiffes. Il veut se désengager du régionalisme et du favoritisme tribal. Il était, malheureusement pour lui, contre-carré dans ses intentions par les députés, préfets et administrateurs qui s'appuyaient sur les régions et les tribus en vue de leur propre profit et n'ayant jamais en vue l'intérêt général" - in op. cit. p. 153.

E, mais abaixo, esta observação esclarecedora:

"Il a sans doute cherché à profiter du pouvoir. Il a été en revanche impuissant pour changer les structures traditionnelles. La tâche était insurmontable. Il ne suffisait pas de prononcer des discours contre le tribalisme et d'affirmer la nécessité de remplir ses devoirs envers la nation" - ibidem p. 154.

Pareceu ignorar a força que o tribalismo tinha - e ainda tem - no seu país e que um governante hereditário, secular, como o Imperador dos Mòssi não desapareceria assim do dia para a noite. Como não desapareceu em Ghana, a não ser que se matassem ou exilassem, que perseguissem a ferro e fogo os representantes dessas sociedades, como o fizeram Milton Obote e Idi Amin Dada, esses considerados dos mais cruéis governantes e inimigos dos governantes tradicionais já aparecidos em África, desde a sua independência.

Guy de Lusignan o defende até com certa ênfase, mas quando as desinteligências estouram, em grande parte devido à truculência com que ele pretendia tratar o problema tribal, fica sem apoio. Era, por outro lado, considerado muito pró-França e pró-Occidente, o que, aos olhos dos estudantes universitários, professores e intelectuais de esquerda, era muito grave e até mesmo antinacionalista, o que é um contra-senso, pois o que Yaméogo mais queria em sua vida era justamente fazer do seu país um Estado-nação, embora os métodos truculentos não fossem os mais indicados. Ele temia uma secessão da região dos Mòssi, a exemplo do que se fizera em Katanga, no Zaire e das eternas ameaças de separatismo em a Nigéria. Ele queria unificar o país, e fazer com que todos se sentissem voltenses, esquecendo as divergências regionais e a força assustadora do tribalismo.

Há problemas econômicos por todo o país e quando ele toma medidas severíssimas para debelar a inflação que ameaçava desestabilizar o país, de si já paupérrimo, e reduz, por decreto os salários e vencimentos dos altos funcionários e de todos os empregados do Estado, as greves espoucam não apenas nas cidades, mas até nas mais distantes vilas e aldeias. E ele não tem qualquer apoio dos chefes hereditários. Estava só. Um pequeno empurrão e ele

cai. Sobe Lamizana, mais tarde general e o mais esclarecido de quantos líderes governaram o país até esta data²⁵, que passa a conviver com o tradicionalismo, ao mesmo tempo em que põe um ponto final à politicalha imperante e que, fal-samente, se apoiava no tribalismo, promovendo mesmo a cisão entre os diversos grupos étnicos.

O Burkina Fasso que iniciara, como Ghana, com o pluripartidarismo, tem, durante o governo de Yaméogo, um regime centralizado nas mãos do chefe do Executivo e de partido único eleito pela Assembléia Legislativa, de 75 membros eleitos diretamente pelo povo por um período de cinco anos.

4.4.1. Os partidos políticos no Burkina Fasso e a formação de um Estado unitário

Um partido que poderíamos chamar de pan-africano ou pan regional, o R.D.A. - Rassemblement Démocratique Africain -, de feição conservadora, que lutava por uma "libération de l'Afrique d'une tutelle odieuse: l'impé-rialisme", como sublinhava em Bamako o seu líder mais importante, Houphouët-Boigny²⁶, logo depois presidente da Costa do Marfim, à frente da qual ainda se en-contrava, ainda atuante e ainda influente, uma espécie de presidente vitalício sem que o seja institucionalmente, desejava ao mesmo tempo a criação de um imenso front de ação contra os imperialistas europeus e, mais tarde, a formação de uma grande confederação, o que nunca aconteceu. O partido não queria, por outro lado, uma ruptura com a antiga metrópole, mas laços estreitos, algo assim como os propostos pelo Presidente De Gaulle, o rei-imperador da França que sonhava com a criação de uma Communauté nos termos da inglesa, mas com a presença francesa mais direta, inclusive sob o ponto de vista cultural e linguístico. A língua francesa seria fator de união entre os Estados africanos que a formariam.

O R.D.A. tinha secções em diversos países africanos, entre eles o Alto Volta (Burkina Fasso), que estava esfacelado, dividido, como escrevemos antes, entre o Sudão francês, o Níger e a Costa do Marfim. Esse partido, no seu conservantismo, no opor-se, de início, à reconstituição do Alto Volta, perde a simpatia do poderoso Mogho-Naba, ou Imperador dos Mòssi, que era à época Sagha IV e que reinou de 1952 a 1957.

Funda-se a "Union Voltaïque" e o Mogho-Naba lhe dá seu apoio.

O Mogho-Naba apoiou e o Mogho-Naba gozava de muito prestígio não apenas entre seus dóceis súditos, mas ainda entre as outras chefferies, e por isso a certeza da vitória do partido entre a massa era de pronto previsível.

E quem é afinal o Mogho-Naba? Esse personagem tão famoso e cultuado, que conseguiu vencer as pressões do coloniais, que permaneceu mais ou menos intocado na nova ordem que se estabelecia no Alto Volta com a onda de libertação que percorria todo o continente negro, quem era?

No longo e bem fundamentado ensaio sobre "La société africaine et ses réactions à l'impact occidental",²⁷ o autor, G. Nicolas, embora o não defenda, mostra ao leitor a força que ainda possui esse governante hereditário, senhor de um império dentro de um Estado unitário e republicano, o que leva a estranheza ao cúmulo e que serve para medir, igualmente, o quão estranha é essa África que tantos pretendem, um tanto irresponsavelmente, julgar e criticar.

Depois de analisar detidamente a constituição de um reino africano tradicional, em que o sagrado se mistura ao profano, lembrando antes pela sua organização os reinos da Europa medieval, o autor passa a estudar a figura do rei nesses Estados, alguns muito antigos e com muitas páginas dentro da história africana. Depois de citar os Estados haussas, ele dedica-se ao Império dos Mòssi, como é conhecido esse Estado tradicional engravado e persistentemente vivo no Burkina Fasso, ainda hoje e ainda exercendo um papel importante na vida sócio-político-cultural da república. Expostos às novas estruturas político-administrativas do país, esses reinos tribais fortemente estruturados também eles, conseguiram sobreviver, mesmo se despojados do antigo esplendor e os seus reinantes com as forças bastante reduzidas: já não são senhores de vida ou morte dos seus súditos, pois existe uma lei geral na república que é para todos, mas ainda podem muito, são muito respeitados dos seus súditos e só aos poucos as novas gerações, especialmente os jovens que estudaram fora e se enfrontaram nas lutas político-partidárias, começam a contestá-los. Mas ainda assim exercem poderosa ascendência moral sobre todos os que residem nos seus territórios. Não se pode esquecer que eles representam um valor que ali se encontrava antes de chegar o europeu e que naquele mundo mágico em que viviam, combinando o sagrado e o profano, mantendo-se hieraticamente distante de seus súditos, sabendo usar de mil e um artifícios para que a sua humana divindade fosse perpetuada, eles conseguiam manter aquelas nações coesas, fortemente unidas: eles representavam um valor que o povo cultuava. Nele viam os súditos o rei-sacerdote, aquele que castigava e que curava, que protegia as messes, que fertilizava o solo e até que mandava a chuva tão necessária para a sementeira... Era o rei-profeta e o rei-deus, que assustou os primeiros visitantes europeus. Ninguém podia olhá-los no rosto, nem falar-de do mesmo nível: tinham que prostrar-se ao chão e baixar a cabeça.

Os franceses e os ingleses rebelavam-se contra o costume de prostrar-se aos pés dos reis, esquecidos que, há apenas algum tempo atrás, os reis ingleses podiam com um gesto de mão fazer cair a cabeça de um súdito incômodo e que se beijavam as reais mãos com uma larga curvatura de dorso... Mutatis mutandis...

Ora, com uma tradição assim tão forte, esses reis não sumiram do mapa de suas terras quando chegaram os novos senhores, mais arrojadados e impetuosos, dispostos a deixarem de lado tudo o que fosse passado. Nem Nkrumah, aquele que curava as dores de cabeça e males do corpo com um toque de mãos, como conta, jactanciosamente na sua biografia, e que se fazia chamar de O Leopardo, O Messias do Povo Ganense e outros epítetos igualmente pomposos; nem Maurice Yaméogo, com todo o seu ímpeto antimonárquico, antitribal, anti-regional, julgando-se forte o bastante e acreditando contar com todos os votos do seu povo, conseguiram banir os reinos indígenas. Eles tinham raízes profundas.

Com o Imperador dos Mòssi acontecia o mesmo. Ele sobreviveu às ameaças e perseguições de Yaméogo e quando este quis voar muito alto, o Mogho-Naba lhe deu um basta, apelando para a não colaboração dos seus súditos e Yaméogo caiu redondamente.

Monarca e supremo sacerdote, o Mogho-Naba, que tem seus lugares tenentes espalhados por todo o seu vasto território, continua a jouer son rôle no Burkina Fasso e escreve Nicolas:

"L'un des plus importants est l'empire des Mossi, situé en Haute-Volta. Il groupe environ un million quatre cents mille membres. Ceux-ci ont résisté jusqu'ici au prestige des religions étrangères, dont l'Islam, et demeurent fidèles à leurs traditions ancestrales. Le Moro Naba, "Empereur des Mossi", est encore un personnage sacré dont la stature s'impose aux personnages politiques modernes de son pays" - in art. cit. p. 190.

Profundamente conservador, feudalista, o Mogho-Naba cerca-se de uma aristocracia ciosa de suas prerrogativas e governa todo o império de forma tradicional, fazendo apenas concessões às leis que emanam do poder central, isto é, se elas não se chocam com a tradição local.

Um Estado dentro de um Estado, se assim se pode dizer, como acontecia no kabakado de Buganda, antes da brutalidade de Milton Obote e Idi Amin.

Se é verdade que o Mogho-Naba "jouit d'une autorité incontestée" ainda hoje, existe, de certo modo, na região, uma bicefalia, um duplo governo, mas não naquele sentido que os Ocidentais conhecem, nos Estados federados. Não, mesmo porque o Burkina Fasso é, desde o início, um Estado unitário. Pelo menos assim o dizia a sua constituição.

D.-G. Lavroff e A. Mabileau, em outro artigo, "Le pouvoir politique en Afrique noire"²⁸, confirmam aquilo que chamaram de "la forte audience du Moro Naba sur les Mossi de Haute Volta"²⁹ e que teria sido a causa do isolamento político do Presidente Yaméogo em janeiro de 1966, após as suas tentativas infrutíferas de derrubar o poder tradicional e formar daquele país dividido um Estado-Nação.

Lamizana, que o sucedeu, evitou esse conflito, respeitando a posição do soberano mossi e suas regalias, como respeitando também as outras chefferies tradicionais e passou quatorze anos à frente do país.

Aliás, o General Lamizana manteve estreitas relações com a França e encaminhou a república para um pluripartidarismo que, infelizmente, não durou muito. Ele queria forjar ali uma democracia, quando o tempo não havia ainda chegado, mas fez muito.³⁰

Durante a sua primeira administração, se assim podemos chamar a primeira fase de sua presença na chefia do Estado, ele preparou o país para a adoção de um regime parlamentarista nos moldes do sistema francês, um parlamentarismo impuro, com vários partidos funcionando normalmente, liberdade de imprensa e o primeiro-ministro, que era Gérard K. Ouédraogo, raposa velha da política voltense, à frente do governo. Mantinha excelentes relações com a Assembléia Legislativa e o Burkina Fasso mantinha um sistema econômico em que a livre iniciativa era estimulada, mesmo que a interferência do Governo se fizesse presente.

Mas as frequentes confusões intertribais, as quezílias com dos partidos políticos de esquerda hostilizando a monarquia mossi e seu governante supremo, as greves, os distúrbios raciais se estendendo por todo o país, levaram o General Lamizana a dar um golpe de Estado. É aí que começa a segunda fase de sua gestão, com o congresso fechado e em seu lugar um Conselho Consultivo, e ele acumulando as funções de presidente e primeiro-ministro, os partidos abolidos.

Por que uma reviravolta assim tão drástica?

O Alto Volta, Burkina Fasso, como outros Estados africanos que estamos a estudar nesta parte, era inteiramente dominado pelas fortes divisões étnico-linguísticas e elas eram mais fortes do que a boa vontade de um governante para dotá-lo de um sistema de governo e dar ao Estado a moldura que ele não aceitava, pelos suas próprias idiossincrasias, pelo seu passado histórico, pelos reinos internos, sobretudo o poderoso império dos Mossi com a sua estrutura arcaica, sim, mas bem cementada. Cai Lamizana e os governos militares se sucedem, ora mais à esquerda, ora mais moderados. O Estado continua sob regime militar, sem qualquer partido a funcionar. As experiências pluripartidárias e parlamentarista, e o presidencialismo centralizador com monopartidarismo deram lugar ao governo castrense.

Qual o caminho a ser tomado pelo Burkina Fasso?

4.4.2. Como conciliar o Estado unitário com um Império tradicional dentro das fronteiras da República do Alto Volta?

O Burkina Fasso foi, como escrevemos antes, desde o começo, um Estado unitário, apesar das diferenças regionais bem marcadas. Maurice Yaméogo, que chefiaria mais tarde o "Mouvement Démocratique Voltaïque", o Dr. Conombo que chefiaria o "Parti Social d'Education des Masses Africaines" e o "Mouvement populaire d'Evolution Africaine", de Nazi Boni, para citar só os mais influentes dos partidos, eram todos fortemente antifeudalistas, como se diziam, ou contra a manutenção dos reinos tradicionais. Nenhum quis aceitar um Estado federal, que consideram uma forma de enfraquecimento da unidade nacional. Quando os três primeiros se unem para formar o "Parti Démocratique Unifié" e que daria origem mais tarde à "Union Démocratique Voltaïque", um dos pontos que possuíam em comum era a luta contra o tribalismo, contra os grandes senhores e sua aristocracia, que consideravam fator de desunião e retrocesso na marcha democrática do novo Estado.

Ainda que nenhum declarasse expressamente que pretendia apagar o Império do Mogho-Naba, era isso que mais queriam. Mais do que qualquer outra coisa. Subestimaram, porém, a força e o prestígio da figura do Imperador.

O negócio, então, foi aceitar uma convivência nem sempre muito pacífica, pois houve momento em que o Mogho-Naba chegou a pensar em derrubar o presidente e instalar um governo dos Móssi, extinguindo a frágil e hesitante república.

O Mogho-Naba apoiava o partido que o deixasse de lado em seu território, mas tão logo esse partido queria estender os seus tentáculos por todo o país e atingir os domínios mossi, ele retirava o seu apoio e o resultado, como apontado anteriormente era o detentor do poder central cair no isolamento. Assim aconteceu com Yaméogo, assim aconteceu com o General Lamizana e com os Ouédraogo.

Cria-se, pois, no Burkina Fasso um Estado com características muito próprias, de uma espécie de federação sem Estado federal, uma federação não escrita, com bicefalia. Como os estatólogos dos nossos dias, ou então, como os grandes estudiosos da Teoria do Estado poderiam classificar o Burkina Fasso segundo os parâmetros clássicos e os ocidentais?

É um espécimen sui-generis, como outros que ainda estudaremos no correr destas páginas.



[Handwritten signature]

4.5. Africa do Sul, a multinacionalidade e os Black Homelands

Longe de ser o homem enfermo da África Negra, a pátria dos boere³¹ é o país mais em evidência no continente e aquele que mais frequentemente comparece às páginas dos jornais do mundo e dos noticiários de televisão.

Lamentavelmente, a visão que se tem dela não é das mais elevadas e poucos, bem poucos, se adentraram mais seriamente aos difíceis meandros de sua constituição política, sua organização social, sua administração, cultura e língua.

África do Sul confunde-se com apartheid, que todos conhecem o que significa. É uma palavra da língua africâs que se incorporou no léxico internacional, embora de maneira distorcida. Mas também a expressão afrikaner e o próprio nome do país, Republiek van Suid-Afrika ou Republic of South Africa, tem, de pronto, uma conotação ruim, de coisa má, errada.

Há, é força dizê-lo, uma espécie de complô mundial contra esse grande e rico país da África e também uma visão nem sempre justa de sua política, de sua estrutura administrativa, de sua história e de sua trajetória no contexto africano.

Torna-se até mesmo difícil tentar um estudo, por mais desapassionado que seja, desse Estado sem que não se enfrentem objeções de todos os tipos, às vezes objeções tolas, sem fundamentação, mas é assim que o mundo exterior costuma julgar: quase sempre o que é epidérmico é o que brota, é o que aflora.

Mas estamos diante de um dos mais curiosos tipos de Estado com que poderia um scholar na Teoria do Estado ou na Africanologia se deparar. A uma primeira vista é uma espécie de Commonwealth minúscula, se comparada com a britânica, que é um mundo em si. Mas igualmente complexa. É pluripartidário e adota o presidencialismo, mas tem nada menos do que três parlamentos, cada um com o seu ministro-chefe. Não é uma federação no sentido em que o Brasil o é, mas conta em seu território com várias entidades semi-autônomas e várias independentes, o que lhe dá feição de uma confederação, como vamos ver.

4.5.1. A valente "white tribe": uma república imperial

Há países, força é dizê-lo, mesmo que sejam repúblicas assumem as características de verdadeiros impérios, pela posição e extensão geográficas, pela população, pelas instituições, pela admirável vontade de viver e progredir, custe o que custar. Elas perseguem um alvo e tudo fazem para atingi-lo. Elas partem do nada, de um pequeno ponto adormecido e atingem posições invejáveis no cenário do mundo. O pranteado sociólogo e internacionalista francês, Raymond Aron foi quem deu essa denominação a um Estado que cresce sempre no cenário do mundo e que luta, internamente, contra mil problemas surgidos de sua própria estrutura social e política, mas nem por isso esmorece, nem por isso cede a sua posição, nem por isso se entrega ao desânimo. Há, na vontade de tais povos, um imperium, que os empurra sempre para adiante. Mas para julgar esses grandes povos é preciso libertar-se de todo pré-julgamento maniqueísta e ver prós e contras. Assim o fez Aron ao dar-nos um belo e importante livro sobre a atuação diplomática dos Estados Unidos no mundo, a sua responsabilidade política, a sua participação nos negócios internacionais, a sua influência moral: República Imperial - Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra.³² O Brasil tem uma vocação imperial, como a tem a União Soviética. Ou como a tiveram Portugal e Espanha. França e Grã-Bretanha são dois países imperiais, ainda que decadentes. E-o a África do Sul, esta em ascensão.

Não adianta querermos ver apenas o que ela tem de errado. E tem muita coisa errada, que está a merecer concerto e muita crítica. Mas é um grande Estado que surgiu do nada, de um desembarque de protestantes fugidos aos rigores da perseguição católica e seu fanatismo, que cresceu sempre, que se avolumou com o perpassar dos séculos, que entrou, valentemente, pelo interior de um continente inóspito, que venceu as intempéries, os animais selvagens, as febres, a fome, os inimigos negros e fincou raízes em a nova Terra da Promissão. A sua gesta se parece com a dos nossos Bandeirantes, a quem o Brasil deve a sua grandeza territorial, a sua força vibrante, a sua coragem de viver. Não conhecemos na história do mundo dois exemplos tão parecidos quanto as nossas Entradas e Bandeiras, o nascedouro de uma Nação, e a aventura dos Voortrekkers no que hoje é a África do Sul. Era um equivalente mais potente do caminho americano para o Oeste. E, contudo, face ao ódio do mundo, isto é posto em segundo prisma, como se não fosse o nascimento de uma nacionalidade! E os boere, que jamais desanimaram, lograram fazer de um punhado de interlandinos um povo que, por sua vez, deu origem a uma República Imperial.

Há uma tendência à confederação na África do Sul desde os albores e, para nós, o que interessa é, sobretudo, a criação das pequeninas repúblicas surgidas do Groot Trek, uma das maiores epopéias dos tempos modernos, uma dramática aventura dos boere que fugiam dos inimigos em direção ao vasto interior e dura dois anos e assenta aqueles que já começavam a sentir-se uma nação em diferentes pontos de um território imenso. Eles criarão pequenas colônias, que no início chamam pela palavra holandesa "maatschapij", que quer dizer "comunidade", mas que, na verdade, são embriões de pequenas repúblicas orgulhosamente independentes, que não aceitavam o domínio britânico e lutavam contra os matabeles e os zulos e querem preservar uma identidade cultural muito forte que eles já sentiam e que seria o germe do primeiro nacionalismo em África, muito antes de qualquer outro dos negros.

Mas quem eram afinal esse boere? Quem eram esses forjadores uma nova nacionalidade e um novo nacionalismo?

Antes de tudo, são um povo muito miscigenado, mas, primariamente, de origem holandesa e que vieram com a Companhia Holandesa da Índia Oriental e se estabeleceram no Cabo da Boa Esperança, descoberto pelos portugueses e que ali deixaram suas marcas. Eram calvinistas ferrenhos e chefiados por Jan van Riebeeck, de apenas 32 anos quando desembarca nas praias da África austral. Ali formaram uma comunidade dos chamados "Vryburgers", ou burgueses livres, a vieram juntar-se os huguenotes franceses, fugidos dos horrores da perseguição religiosa. Mais tarde grupos alemães se lhes juntaram e, nos séculos subsequentes outros grupos, europeus, se juntaram, inclusive britânicos, através de constantes casamentos. Diferentemente do Brasil, onde o elemento nativo se misturaria para formar um dos elementos constitutivos da nova nacionalidade, os mestiços, caboclos e mamelucos, ali, os mestiços, kleurlinge, ficariam de lado quando se tratou de constituir a nova e grande nação dos afrikaners. Talvez nisso resida o grande, o sumo erro. Os mestiços, frutos das ligações entre os europeus dos primeiros tempos e mulheres hotentotes e bosquímanos, sobretudo, e de zulos, fariam parte de um imenso contingente considerado, maldosa e injustamente, de segunda classe.

Seus contactos com a Europa são poucos, e eles vivem fechados em seu pequeno mundo. São sobretudo trabalhadores da terra e, com a chegada dos huguenotes, passam a cultivar o vinho. Tem orgulho de sua condição de camponeses e por essa designação se fazem conhecidos. São uma gente robusta, puritana, cuja única leitura era a Bíblia, de costumes muito rígidos, apegados à família e que se creem investidos de uma missão messiânica, uma gente enfim muito forte e intransigente que, segundo Hubert Deschamps, estava "convaincue au surplus d'être le peuple de Dieu, guidée par lui dans son exode, et qui doit triompher de ces nouveaux Chananéens, les indigènes, occupant indument la Terre Promise".³³

Não possuem outro lar, senão aquele. Amam a nova terra com um amor selvagem e possessivo. A Enropa é apenas um nome distante, a lembrança

querida mas longínqua, pois até a língua que trouxeram, um dialeto holandês aparentado com o vlaams, o flamengo, vai-se aos poucos afastando da velha língua holandesa e tomando características próprias com aportações linguísticas de outros povos, com vocábulos portugueses, xhosas, zulos, malaaios, mas sobretudo franceses, alemães e ingleses e dando origem a uma nova língua que mais tarde será conhecida como Afrikaans, a única do ramo germânico nascida fora da Europa. Os filhos desses holandeses, alemães e franceses nascidos ali, aceitam a África como o seu lar e sentem-se orgulhosamente parte da África e aos poucos essa massa tida como heterogênea vai-se unindo fortemente: têm a mesma religião, falam uns com os outros a mesma língua e sentem-se parte do mesmo solo e as palavras "African", "Africaander" e "Africaaner", que no início eram indicativas dos nativos, sofrem alterações semânticas e desde Hendrik Bibault no ano de 1707 escreveu as célebres palavras: "K ben een Africaander", Africaander, Africaaner e depois Afrikaner passam a ser designativos dos brancos já nascidos em África, como ensina F.A. van Jaarsveld no seu interessantíssimo livro The Awakening of Afrikaner Nationalism.³⁴ Boer era sinônimo de Afrikaner, o africano branco de língua germânica e escreve, um tanto entusiasticamente W.J. de Kock na sua Geskiedenis van Suid-Afrika.³⁵

"Tydens hierdie botsing het die duidelik geword dat die koloniste, afkomstig van die ou nasies van Europa, hulself vir die eerste keer as "Afrikaners" beskou het - 'n benaming wat reeds in 1707 gebruik is. Die benaming "boer" wat goewerneur Van der Stel minagtend aangewend het om sy vyande te beskryf, is deur hulle verhef tot die eerbare term "Boer", 'n sinoniem van die woord "Afrikaner". (So het die Geuse eenmaal ook onder soortgelyke omstandighede in Holland gedoen.) Die benaming het 'n volk omskryf wat op die bodem van suidelike Afrika sy beslag gekry het en besiel was met 'n patriotisme vir die nuwe vaderland, waarheen hulle die kulturele waardes van Wes-Europa ingedra het terwyl hulle die onbekende binneland al verder binnegedring het" - in op. cit. p. 10.

É preciso que se entenda bem esse entranhado amor dessa gente pelo pedaço de terra que conquistaram a ferro e fogo na África Austral. O nome do continente vai dar nome a uma nova língua e a uma nova nacionalidade, a um novo povo, caso único em toda a África.

É, com efeito, muito diferente a situação dos afrikaners da dos portugueses que iam à África e ali se estabeleciam, ou dos ingleses que criaram a Rodésia, mais tarde Zimbabwe e a fizeram independente, em um regime de minoria branca. Esses eram nada mais nada menos do que colonialistas, como o haviam sido os primeiros holandeses. Mas os sul-africanos brancos

não, eles nasceram ali, eles só tinham aquela terra, eles a fizeram de savanas imensas, de charcos, de pantanais. Varreram as pragas, drenaram os pauis, abriram estradas, construíram portos e cidades na costa e no interior e deram origem a uma nova tribo entre as muitas que pululam em África, a mais poderosa, essa arrogante "white tribe".

Com o contingente de ingleses que viriam muito mais tarde novo grupo branco se junta aos mais antigos. Rebeldes, os afrikaners não aceitaram o jugo do Império Britânico facilmente, causaram-lhe tantos problemas quanto os zulos ou os xhosas e isso irritou profundamente o maior império de todos os tempos. Londres quis à força anglicizar os boere, proibindo o ensino do holandês não apenas no Parlamento mas ainda nas escolas primárias e no civil service. Importaram ministros escoceses para converter esses duros calvinistas e lhes causavam perdas materiais, para vergá-los. Não conseguiram, mas quando a pressão se faz maior e mais violenta, acontece o Groot Trek - a Grande Marcha -, que é o nascimento político de um futuro grande Estado que brotará das cinzas de pequenas repúblicas, a do Estado Livre de Orange, a do Transvaal, a do Natal e a de Stellaland. Elas não tinham grandes contactos entre si e eram instáveis. Ou estavam sempre em mudança ou preparando-se para enfrentar os dois inimigos comuns, os britânicos e os negros. Os laços com a Holanda estavam cortados inteiramente, mas esses ferozes republicanos afrikaners não queriam cortar as suas raízes culturais holandesas e se voltam com fúria quando os ingleses querendo anglicizar toda a vasta região passaram a perseguir o uso do holandês escrito e do afrikaans falado, coisa que não fazia parte da política colonial britânica: eles haviam subjugado tantos povos, como jamais o César dos Césares o sonhara nos tempos antigos e nunca lhes passara pela cabeça, fosse na Índia ou no Ceilão, na Malásia ou na Nigéria, de proibir as línguas nativas. Implantavam o inglês como língua oficial mas as nativas continuavam livremente em uso, até mesmo chegavam a estudá-las e promover a publicação de velhas obras, como na Índia com os textos brâmanes em sânscrito e em páli, ou no Tibete, em sânscrito e tibetano. Por que aquela atitude? A rebeldia afrikaner, o seu messianismo, a crença em sua superioridade racial que feria os orgulhosos ingleses, senhores do mundo. Por sua vez, os britânicos não podiam tolerar que rudes camponeses, que liam apenas a Bíblia, que falavam uma língua e escreviam outra, pois nesse tempo o afrikaans quase não era cultivado como língua literária, sendo-o em seu lugar o holandês, lhes contestassem não apenas o poderio militar e colonial mas ainda a sua civilização.

O único meio de escapar à opressão dos imperiais era a união das pequeninas repúblicas. A minúscula república, ou Estado independente de Utrecht, une-se à Republica do Estado Livre de Orange e formam uma única república. Ao Sul fica a enorme Colônia do Cabo e mais ao Norte a República do Transvaal, resultado da união do Transvaal e do Natal. Entre 1899 e 1902 é a sangrenta guerra dos boere, com a vitória do Império e o reconhecimento do domínio britânico sobre os territórios que haviam antes formado aquelas repúblicas afrikaners.

Uma história de muitas guerras, muita convulsão, muita agitação e sangue derramado, para manutenção do espírito de um povo e uma nacionalidade. Os afrikaners queriam salvaguardar a sua língua nativa, os seus costumes, o seu rígido puritanismo calvinista, a sua ciosa independência republicana. Tudo isso viria formar o complexo conceito de afrikanerdom, a maneira de ser do afrikaner e pela qual não hesitam ir à guerra.

Paul Kruger, o incansável presidente da que os afrikaners chamavam da Zuid-Afrikaansch Republiek, mais de meio século depois o modelo da nova Republiek van Suid-Afrika, com a sua resistência heróica, lança os fundamentos da sociedade sul-africana sob a égide do afrikanerdom. Ele ajuda a fazer com que os afrikaners se sintam mais e mais uma nação à parte, um novo povo, unido e forte e que poderia ter seu lugar ao sol.

Um particularismo exasperado, que os fazia, sendo tão poucos, fundarem tantos pequenos Estados, ciosos de sua independência, arrostando por mantê-la as piores dificuldades, a fome e a morte mesmo, quando se tratava de lutar contra o inimigo comum, contra o que vinha de fora perturbar a sua paz interna, ele chegavam a pensar em uniões para formar uma só e grande república boer, em que os seus valores mais apreciados fossem preservados da força devastadora da cultura inglesa e, entre eles, possivelmente dos mais importantes, a língua, um vínculo muito forte entre as pequenas nações, com primitivo desenvolvimento constitucional, umas repúblicas de camponeses, algumas vezes de poucas letras como era o próprio Presidente Kruger - um homem rude, cujo código de honra repousava sobretudo em uma alta moralidade doméstica, uma rigidez sem limites, uma franqueza que frequentemente se confundia com a aspereza e uma crença inabalável na letra da Bíblia: ele não tomava nenhuma decisão sem antes ler, ao léu, algum versículo bíblico. O isolacionismo dos afrikaners, o puritanismo religioso, a sua moralidade calvinista, a enérgica resistência, fazia com que eles temessem os contactos com os povos de cor, fossem hotentotes ou zulus, xhosas ou bosquímanos, ainda que os primeiros que aportaram em terras sul-africanas não tivessem essas mesmas reservas e houvessem procriado muitos filhos bastardos, que renegavam com vergonha. Os novos trekkers, ou seus descendentes, esses que se acreditavam à frente de uma missão salvadora, esses indivíduos dominados por um agudo messianismo, que muito se parece ao dos Filhos de Israel espalhados pelo mundo mas fortemente unidos, esses se olhavam como seres superiores. A bastardia era um pecado e, como tal, capaz de produzir a sua desgraça. Cria-se, a pouco e pouco, um estranho sentimento de basskap, de senhorio, de atitude de senhor sobre os demais povos. Eles eram os donos e isso poderia explicar, muitos e muitos anos mais tarde, as leis do apartheid, de uma estranha convivência separada. Não hesitavam ajudar os negros, com remédios, com engenheiros, professores, médicos, enfermeiros, quicá até com um zelo que o seco britânico jamais teria, mas não poderia aceitar a intimidade. O estranho sentimento de pecado, de mancha, de coisa feia...

Explicar assim, em poucas folhas, o que é a África do Sul, a sua máscula filosofia nacional do afrikanerdom, a sua resistência ao assimilacionismo político e cultural, a força de sua tradição republicana enraizada e vibrante, as origens das barreiras de raças ali, as divergências com os pretos, é tarefa das mais difíceis.

Mas, coerente com as primeiras linhas deste item, quando afirmamos que a África do Sul tem uma vocação imperial, podemos resumir que, saídos de uma nesga de terra na costa, lançaram-se a uma conquista do Interior que faria do seu território um dos maiores da África Negra e o décimo maior território de todo o continente, formaram várias repúblicas somente para preservarem as suas tradições nacionais e eles que, de início, se viam a si mesmos como pequenas comunidades, grupos de pessoas lançadas em solo africano e ali vingando, aos poucos, à proporção que fundavam as suas repúblicas e conquistavam terras, venciam barreiras naturais e inimigos, passavam a considerar-se como volksmaatschappij, comunidade de povo. Mais adiante, já se viam como "een natie", uma nação, essa " 'n nasie", dos modernos afrikaners.

É muito interessante essa gradação ascendente e quando nos dias atuais a então União da África do Sul, formada de quatro grandes províncias - a do Cabo, a do Natal, a do Estado Livre de Orange e a do Transvaal - com todas as suas divergências, os afrikaners eram nas quatro uma nação coesa, unidíssima, como quicá nenhum outro país da África Negra. E ali estava maduro o Estado-Nação dos teóricos europeus, caso único, se excetuarmos, é claro, alguns países do Maghreb, Egito também. Apesar de fortemente republicana, a União Sul-Africana adota a forma monárquica de regime e se mantém ligada à Grã-Bretanha e à Commonwealth. República ou monarquia, mais importante era a Nação. E nisso reside a sua força, que a faz desafiar não apenas os países vizinhos da África austral, mas a ONU e o mundo.

Van Jaarsveld, no seu livro citado³⁶, citando velhas proclamações de jornais sul-africanos comenta o que um deles dizia sobre a união do Estado Livre de Orange e da República Sul-Africana do krugerismo, que isto era um primeiro passo para futuro Reino da África do Sul e, daí para diante, um Império.

Estava latente no peito dos sul-africanos essa vocação imperial de sua pátria...

4.5.2. O que é a África do Sul. Uma confederação?

Para a imprensa sensacionalista, a África do Sul é, tout court, o país do apartheid; para as agências de turismo um dos mais belos países, limpo, com excelente linha hoteleira, bom serviço de guias e os famosos parques, como o Kruger, onde o turista caminha lado a lado em seu habitat com leões e hienas e girafas dentro de um jipe blindado e bem fechado pour le touriste. Mas para os estudiosos das relações internacionais e internacionalistas, é o país da confrontação, e para os estudiosos da Teoria do Estado e africanistas, um dos Estados mais complexos em sua estrutura de nossos dias.

Aliás, konfrontasie é outra palavra do vocabulário africano que passou para o léxico mundial. Tudo ali é konfrontasie.

Branços e pretos, brancos e mulatos, pretos e asiáticos, pretos e mulatos, brancos e asiáticos, o que faz da confrontação uma constante. Os mais pacíficos ainda são os asiáticos.

Ela sustenta dois problemas sérios: um interno, no que tange às diversas etnias dentro do território sul-africano; e outro externo, no que diz respeito ao território da África do Sudoeste mais conhecido, presentemente, como Namíbia.

E como é organizado o Estado?

Em 1910, nos termos do South Africa Act, passado pelo Parlamento britânico, circundado de grandes expectativas, cria-se a União da África do Sul que se compunha de quatro províncias: Cabo, Natal, Transvaal e Estado Livre de Orange. Foi uma união almejada longo tempo sobretudo pelos afrikaners e três anos depois, vem o Native Land Act, que reserva aos negros das diversas tribos e nações 8,9 milhões de hectares, ao mesmo tempo que os proíbe de adquirir terra nas áreas reservadas aos brancos. É a preparação para a política das Nacionalidades Bantas, que seria o ponto vital da sobrevivência afrikâner e, ao mesmo tempo, um dos mais caros e difíceis sistemas de descolonização jamais adotados no mundo. Isto é, uma descolonização *sui generis*, interna, que ajudava a manter a "white tribe" como senhora do território a duras penas conquistado.

Participando da primeira guerra mundial ao lado dos aliados, a África do Sul, em 1915, toma a África do Sudoeste aos alemães e ali se estabelece decididamente.

Três anos depois do término da II Guerra, em 1948, o partido Nacionalista chega ao poder majoritariamente e aprovam uma política altamente nacionalista, afastando os negros da administração pública e dos negócios políticos do país. É o início de uma rígida legislação que ficaria conhecida como apartheid, que não carece de tradução, por estar, como antes escrevemos, incorporada ao léxico internacional.

Em 1959, estando no poder o Dr. H.F. Verwoerd, é promulgado o Bantu Self-Government Act, que estabelece a autonomia de oito pequenos Estados bantos e um maior, formando ao todo nove:

Transkei, habitado pelos xhosas e com capital em Umtata;
Ciskei, habitado também por xhosas, com capital em Zwelitsha.
KwaZulu, dos zulos, capital chamada Nonqoma e que seria, mais

tarde, transferida para Ulundi.

Lebowa, dos sotho do Norte, com capital em Sheshego, logo transferida para Lebowa-kgoma;

Venda, habitado pelas tribos vhavenda, capital Sibasa, mais tarde transferida para Toboiando, ou Toboiandu.

Gazankulu, habitado pelos shangaanTsonga, e capital em Giyani.

BophuthaTswana, a grande nação dos tswana e capital em Mafeking, depois transferida para Heystekrand e mais tarde Mmabatho.

Basotho-Qwa-Qwa, habitada pelo sotho do Sul, capital chamada Qwa-Qwa.

Swazi Territory, totalmente swazi em sua população e capital em Nyamasane.

Era este último o único que, em 1 971, dez anos depois de estabelecida a república na África do Sul, não tinha ainda uma Assembléia Legislativa, nem chegara ao self-government e não tinha, portanto, nenhum líder eleito. Os outros oito estavam devidamente constituídos

Cada Homeland, como eram chamados esses territórios, continha uma etnia, ou pelo menos, as principais etnias, as majoritárias e formavam unidades étnico-políticas. Tinham as suas tribos formativas, os seus chieftains cujos paramount chiefs viriam a ocupar, por sua vez, o lugar de líder ou chefe de governo e que eram, em 1 973, quando se procedeu a uma reestruturação dos novos territórios autônomos, uma vez que se aproximava a data da independência do Transkei, este chefiado por Kaizer Matanzima, que seria o primeiro-ministro na independência e ditador virtual do país; Lennox Sebe, do Ciskei; Chefe Gatsha Buthelezi, do KwaZulu; C.N. Pathudi, do Lebowa; Chefe Patrick Mphephu, de Venda; Prof. H.W.E. Ntsanwisi, do Gazankulu; Chefe L.M. Mangope, do BophuthaTswana; e Chefe Wessels Mota, do Basotho Qwa-Qwa.

Atingiriam a independência quando estivessem prontos para assumirem as suas responsabilidades vis-à-vis os problemas internos e externos que enfrentariam, quando houvesse uma elite política atuante e a infra-estrutura administrativa organizada.

O Governo de Pretória encarregar-se-ia de preparar esse encaminhamento, mas a independência era apenas uma questão da vontade do território em questão, de um acordo prévio e de tratativas entre a África do Sul e o novo governo... Milhões de rand então passaram a ser investidos nesses Black Homelands e em tudo se pensava, desde as futuras armas nacionais, os símbolos nacionais, o hino, a constituição, as insignias do novo Estado, até a criação de hospitais, escolas, publicação de livros primários na língua nativa, secretariados e edifícios onde iriam funcionar os órgãos estatais.

Essa divisão em bases étnicas, era, aos olhos dos países africanos, uma aberração, isso porque com exceção dos já mencionados, os novos Estados eram constituídos de muitas etnias e línguas, cada etnia com as suas muitas tribos. O que queriam era uma grande África do Sul dominada pelos pretos, uma espécie de Nigéria ao Sul do continente, em que os brancos seriam apenas uma das minorias. Ao mesmo tempo, o Governo afrikâner via nos Black Homelands a sua salvação e a forma única de manter essa parte que é por eles conhecida como a África do Sul branca, a parte habitada pelos sul-africanos boere e de origem inglesa, com as demais minorias brancas que se bandeiam por um ou outro forte grupo. Era uma divisão fria, cerebral, absolutamente científica que feriu aos negros dos países vizinhos que viam nisso apenas:

1. perpetuação do apartheid;
2. exploração da mão de obra negra; e
3. domínio da minoria branca.

Há, aí, alguns exageros e incorreções pelo seguinte:

1. Os Black Homelands, chamados com desprezo de bantustans, uma espécie de aglomerado dos bantos, uma vez atingindo a independência não estavam mais sujeitos à orientação de Pretória e podiam determinar internamente a política que bem o desejassem, como, por sinal, o Transkei o fez de imediato. Os governantes, eleitos pelo seu povo, nada mais tinham a ver com o Governo da África do Sul, mas sim com o seu novo Estado. Não é muito recordar que o Primeiro-Ministro Kaizer Matanzima, durante algum tempo, tomou medidas inteiramente anti-Pretória e de modo tão insistente que chegou a incomodar.

2. A exploração da mão de obra é uma acusação que, sob certos aspectos, tem seu fundamento e durante as severas leis restritivas, abolidas felizmente, os empregados negros tinham dentro do território sul-africano salários menores do que os brancos e os asiáticos. Mas, frisamos, dentro do território sul-africano. Uma vez fora da jurisdição sul-africana, os contratos coletivos seriam feitos pelas leis do país onde se tratassem, no caso as de BophuthaTswana, ou de Venda ou do Transkei ou do Ciskei, que são os primeiros Black Homelands independentes. Por outro lado, cidadãos de Botswana, do Lesotho, da Swailândia, do Malávi, de Moçambique e de Angola, vêm trabalhar na África do Sul, onde há sempre emprego enquanto isso é raro nos seus países e aceitam qualquer tipo de emprego e salário, uma triste contingência da vida, mas não apenas na África do Sul. A culta e refinada Europa tem sido acusada de tratar discriminadamente os empregados que chegam de outros continentes: na França os levantinos e negros; na Alemanha Ocidental, um dos mais ricos e cultos países do mundo, os Gastarbeiter de origem turca, portuguesa, grega etc. são tratados de modo diverso e muitas denúncias têm sido feitas; os "Latin Americans" também o são nos Estados Unidos, e assim indefinidamente. O poder econômico age, quase sempre, assim, é inegável. Não é uma

característica do empregador sul-africano... Não defendemos a África do Sul, pelo contrário, reprovamos essa atitude, incorreta, oportunística, insensível e injusta, mas daí a dizer que só existe ali, seria desonesto. O sub-emprego há em toda parte e ainda recentemente os jornais da República Federativa denunciaram a exploração de empresas japonesas contra cidadãos brasileiros de origem nipônica, arrastados para o Império em busca de melhores oportunidades. Mas quando se trata de África do Sul toma o assunto uma repercussão assombrosa e espalhafatosa e é lástima dizê-lo, mas a imprensa precisa de matéria explosiva para vendagem de seus jornais. Mesmo nestes dias de informação para todos e sobre tudo, há tabus que não morrem jamais e continuam a alimentar, qual gravetos secos atirados à fogueira, os fogos de tantas paixões. Criam-se estranhas confrarias do ódio e da injustiça e o que prevalece então é aquilo que se quer que prevaleça e nunca o sentimento de justiça e verdade. A política internacional cria bodes expiatórios para com eles e sua sombra esconder as desgraças do mundo e esses bodes podem chamar-se Chile do General Pinochet, África do Sul, apartheid, Israel e a Questão Palestina, a secessão basca na Espanha, as Falklands na América do Sul...

3. A minoria branca, na verdade, é a única maioria, ou seja, o único grupo étnico realmente grande na república. Só eles possuem uma cultura comum, uma aspiração comum, uma história comum e uma tradição política que também é comum. Os pretos, que seriam mais de 20 milhões em uma população total de 32.642.730 habts. segundo o censo de 1984, são divididos entre várias nações que não se aceitam facilmente. Em muitas ocasiões o Chefe Buthelezi, que tem aspirações a tornar-se primeiro-ministro de uma Grande África do Sul, tem encontrado mais oposição dos chefes tribais xhosas e tswanas e swazis que dos brancos. Eles não querem ser dominados por um zulo, lembrados quem sabe das atrocidades zulos que ficaram tristemente famosas mas que o orgulho africano enaltece, mesmo que isso merecesse mais críticas do que elogio. Tchaka, o crudelíssimo rei zulo, é cantado em prosa e verso como um símbolo da altanaria e coragem negras, da resistência aos europeus, da fé nos destinos de seu povo. Foi muito disso, mas foi tão cruel que assustou não apenas os inimigos mas ainda a sua gente, apesar de Senghor dele escrever como de um mito, um bom mito.³⁷ Estão classificados nada menos de nove grandes grupos étnicos, sendo o mais importante o zulo que, em 1970 considerando-se os reunidos no Black Homeland KwaZulu e os black urbans espalhados pela república, somava 4.026.082 habts. ou seja, um total de 18,8 da população toda da África do Sul, seguido do grupo xhosa, que era de 3.929.922, ou 18,3 da população; e dos outros grupos menores:

| | | |
|-------------------|------------------|--------|
| Tswana - | 1.718.508 habts. | (8,0%) |
| Sotho do Norte - | 1.603.530 " | 7,5% |
| Sotho do Sul - | 1.453.354 " | 6,8% |
| Shangaan/Tsonga - | 736.978 " | 3,4% |
| Swazi - | 498.704 " | 2,3% |

| | | | |
|---------|---|----------------|--------|
| Ndebele | - | 414.641 habts. | (1,9%) |
| Venda | - | 357.875 " | 1,7% |
| Outros | - | 317.965 " | 1,5% |

Cada um desses grupos possui muitas tribos e dialetos algumas vezes bem discrepantes. Um xhosa não compreende o que um swazi fala; a língua shangaan nada tem de compreensível para um zulo e assim por diante. O autor, conversando com o então Ministro-Chefe do Ciskei, Chefe Lennox Sebe, perguntou-lhe se, sendo ele um xhosa, não procuraria unir-se mais tarde ao Transkei para assim formarem um grande Estado xhosa, uma federação mais auto-suficiente, dele ouviu que não, que ambos os territórios, o Ciskei e o Transkei, possuíam diferentes políticas e não daria certo, portanto, uma união dessas.

Dai o Governo sul-africano estimular "the evolution of a peaceful multinational system in South Africa" como diz o estudo governamental sobre Homelands - The Role of the Corporations.³⁸

As culturas negras seriam preservadas nos limites de cada home lands e os negros não seriam obrigados endossarem uma veste que lhes não agrada e não assenta bem sob nenhum aspecto. Eles não querem falar e escrever afrikaans, como nos confessava o Chefe Sebe em seu gabinete, mas usar a sua língua, ser donos de sua terra, manter e cultivar as suas tradições. Jornalistas que em diversas ocasiões têm mantido contacto com o Chefe Buthelezi, ministro-chefe do KwaZulu, costumam dizer que ele parece sentir-se mais à vontade envergando as belas vestimentas tribais e conversando em zulo, justamente ele que tem uma boa educação ocidental e que tem viajado por todo o tempo, não apenas na Europa mas ainda, e reiteradas vezes, na América. E estaria, assim, evitado o perigo de um grupo étnico dominar o outro, com o que nem o Chefe Buthelezi concorda, como declarou em entrevista "Newsweek", no dia 23 de maio de 1977,³⁹ durante uma momentosa visita sua aos Estados Unidos, quando foi alvo de muitas atenções e lançou uma violenta campanha contra o Governo de Vorster.

Por outro lado, os mestiços e os asiáticos, que suspeitam fortemente de um futuro domínio negro, demonstram serem favoráveis aos Black Homelands, que afastaria esse perigo. Eles ainda têm presente as perseguições dos negros aos mestiços, árabes e indianos em países recém-independentes como Zanzibar, onde toda a aristocracia de origem árabe e persa foi trucidada; de Uganda, onde os indianos foram privados de todos os seus bens e expulsos do país; de Tanzânia, onde sofreram humilhações e muitos foram desapossados de suas terras e casas; do Quênia, onde sofreram prisão e expoliação.

Apesar de Buthelezi haver dito que não acreditava na igualdade da vida separada, conversando com Anna Starcke que o frisa em seu livro de entrevistas Survival - Taped interviews with South Africa's power elite⁴⁰,

a política do Desenvolvimento Separado, que vem sendo posta em prova, seguramente significaria um ponto final à luta entre brancos e pretos, uma vez que o novo Estado sul-africano criou um sistema triparlamentar, quizá único no mundo em que existem três câmaras, cada uma com o seu presidente ou uma espécie de primeiro-ministro que se encarrega dos negócios dos brancos, representados na Assembléia por 185 membros, dos mestiços com 85 membros e dos asiáticos, com 45 membros, com um Presidente com amplos poderes Executivos e que representa o Estado nas suas relações internacionais.

Hipoteticamente, um mestiço e um asiático podem a vir e-leitos presidente da República e ter o destino dos três grupos nas mãos, e a inda dos urban blacks, os pretos que vivem nas cidades brancas e esses realmente os grandes injustiçados pois, com a criação dos Estados autônomos, eles seriam estrangeiros na África do Sul.

É o grave problema dos Black Homelands. Como acomodar os milhões de negros que estão fora dos limites dos territórios autônomos? Como considerá-los? Dar-lhes dupla cidadania? Considerá-los como até agora estrangeiros dentro de um território que eles habitam faz tanto tempo?

Nesse aspecto é que reside, parece-nos, o tendão de Aquiles da Filosofia do Desenvolvimento Separado, que líderes negros como o Chefe Mangope de BophuthaTswana, o Khôsikhulu Patrick Mphephu de Vêndal e o Chefe Lennox Sebe de Ciskei, aprovam e seguem.

Por outro lado, como classificar o Estado sul-africano do presente?

4.5.3. O que é a África do Sul. Uma confederação?

- final -

Aparentemente e segundo o vê a Constituição sul-africana, o Estado é unitário e formado pelas mesmas quatro províncias históricas, mas possui um Parlamento tricameral, três líderes parlamentares e um presidente com poderes executivos.


As características de uma federação surgem quando se pensa que, além das quatro províncias históricas existem outros territórios.

E notemos que esses territórios são pedaços de terra espalhados por uma vasta região. Aliás, essa falta de unidade territorial dos Black Homelands é um dos motivos de crítica mais acirrada, mesmo por parte dos que acreditam na sua importância para o futuro do subcontinente. Até parece ficção, um futuro Estado independente constituído de muitos pedacinhos, como se fosse um arquipélago em terra firme... O KwaZulu, por exemplo, e Bophutha-Tswana, por exemplo o Lebowa, por exemplo o Gazankulu, são visivelmente impraticáveis sem uma posterior consolidação e é isso o que o Governo de Pretória vem tentando fazer, comprando terras a fazendeiros brancos e que ficam dentro dos modernos limites dos homelands. Mas é uma política das mais caras do mundo e mesmo um país rico e de economia sólida como a África do Sul, encontra dificuldades em completá-la. Um futuro Estado em tais condições seria de difícil administração pois para ir-se de um extremo a outro do território, ter-se-ia que atravessar várias vezes o território sul-africano, além de tornar, também, caríssima essa forma de administração. Inteiramente consolidado é o Qwa-Qwa, como o é também o Território Swazi, agarrado à Suazilândia, à qual se incorporaria mais tarde, segundo planos do Governo da África do Sul.

Quatro dos nove homelands são já independentes: o Transkei, que é uma república parlamentarista, com 41.002 Km² e uma população de mais de 2 milhões de habitantes, muito maior, portanto, do que muitos Estados soberanos da África Negra. Sua capital é Umtata, possui estações de rádio, um jornal diário, uma boa linha aérea, a Transkei Airways Corporation que liga o país a diversas cidades sul-africanas. Seu parlamento, o Bunga, é constituído de 150 deputados. O Presidente do Estado, em geral um paramount chief hereditário não tem poderes executivos, mas é mera figura de cerimonial, como na Itália. O atual é o Khosikhulu Tutor Ntangelizue Vulindlela Ndamase, empossado em 19 de fevereiro de 1986. O poder fica nas mãos do primeiro-ministro, que é George Matanzima, da mesma poderosa família Matanzima de Kaizer Matanzima, proclamador da independência transkeiana, seu primeiro-ministro e mais tarde seu presidente. O segundo em importância é o BophuthaTswana, que tem o Chefe Lucas Mangope como seu presidente e primeiro-ministro, desde dezembro de 1977, quando se tornou independente. Possui uma Assembléia Legislativa unicameral com 99 membros. Possui ainda algumas cidades de bom porte Mabopane e Garankuwa, ambas com quase 50 mil habitantes cada, três estações de rádio, jornais semanais e boas escolas. O autor desta tese manteve longas conversações com o Presidente Mangope na Embaixada de BophuthaTswana, ouvindo as suas razões a respeito dos Black Homelands e sua viabilidade. O Presidente acredita firmemente na política que vem sendo desenvolvida de tornar aquelas nações Estados independentes.⁴¹ Venda é uma pequenina república de não mais de 6.500 Kms² e 343.480 habitantes. O Chefe Mphahlele é seu presidente e primeiro-ministro desde 1979. Tem uma Assembléia Nacional de 84 membros e uma boa infra-estrutura que a torna viável, apesar da oposição de tantos países africanos ou não. A seguir vem o Ciskei, com 8.500 kms², uma capital chamada Bisho, que substituiu Zwelitsha, mais bonita e populosa



Opperhoof Kaizer Matanzima, Hoofminister van die Transkei sedert Desember 1963 toe hy deur 'n meerderheid van lede van die eerste Wetgewende Vergadering verkies is. Hy is in Oktober 1968 met 'n vergrote meerderheid herkies.

| | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| TRANSKEIAN GOVERNMENT
REPUBLIC OF SOUTH AFRICA | |  | | TRANSKEISE REGERING
REPUBLIEK VAN SUID-AFRIKA | |
| <i>James B. Madike</i>
MINISTER OF EDUCATION | | | | <i>Matthew Goniwe</i>
MINISTER OF ROADS AND WORKS | |
| URULUMENTE WASE TRANSKEI
IRIPHABLIKI YOMZANTSI-AFRIKA | | | | | |
| TRANSKEI | | | | | |
| IGAZETHE YORULUMENTE
OFFICIAL GAZETTE
AMPELIKE KOERANT | | | | | |
| Umq. 1
Vol. 1 | UMTATA 3:4:1964 | | No. 1 | | |
| ISAZISO SIKI RULUMENTE NO. 1.] [3:4:1964. | GOVERNMENT NOTICE NO. 1] [3:4:1964. | | GOEWERMENTS-KENNISGEWING NO. 1] [3:4:1964. | | |
| IMBIZO YE PALAMENTE YASETRANSKEI. | CONVOCATION OF TRANSKEIAN LEGISLATIVE ASSEMBLY. | | SAMEROEPING VAN DIE TRANSKEISE WETGEWENDE VERGADERING | | |
| Nganagunya endinawo phauli kwengundu sinathumini unathuthu unawo somtheiba wehiseko ase Transkei ka 1961 (Umthehko wama-48 ka 1963), Nna Kaizer Daliwonga Matanzima (inkulu-Mhuxo yase Transkei) mumeni onke amabhunga ePalamente yase Transkei ukuba ahlalane kwindlela yengqosha eMata ngomhla wehlanu ka May, 1964 ngi-10:30 kusasa kwimlanganiso ye-Palamente yase Transkei yesibini. | | Under and by virtue of the powers vested in me by section thirty-four of the Transkei Constitution Act, 1963 (Act No. 48 of 1963), I, Kaizer Daliwonga Matanzima, Chief Minister of the Transkei hereby convoked all members of the Transkeian Legislative Assembly in the Assembly chamber at Umtata on the fifth day of May, 1964, at 10:30 a.m. for the second session of the Transkeian Legislative Assembly. | | Kragtens die bevoegdheid my verleen by artikel Mer-enderig van die Transkeise Grondwet 1963 (Wet No. 48 van 1963), oep-ek, Kaizer Daliwonga Matanzima, Hoofminister van die Transkei hiermee al die lede van die Transkeise Wetgewende Vergadering besein om op die vyfde dag van Mei 1964 om 10:30 am in die vergaderingsaal te Umtata te vergader vir die tweede sitting van die Transkeise Wetgewende Vergadering. | |
| K. D. MATANZIMA,
(INKULU MHUXO)
NOMPHELETHISA
WELIMALI | | <i>K. D. Matanzima</i>
K. D. MATANZIMA
CHIEF MINISTER AND
MINISTER OF FINANCE. | | K. D. MATANZIMA,
HOOFMINISTER EN
MINISTER VAN FINANSIES | |
| <i>James B. Madike</i>
MINISTER OF EDUCATION | | <i>Matthew Goniwe</i>
MINISTER OF ROADS AND WORKS | | | |
| Bontshaba Tsebe, Transkei
Printed by the Department of the Interior
Uitgewer deur die Departement van Inwendige Sake | | | | | |
| UMTATA | | | | | |
| Printed by
THANDA at King William's Town. | | <i>B. K. Madike</i>
MINISTER OF AGRICULTURE AND FORESTRY | | | |

Die Regeringskennisgewing waarkragtens die tweede sitting van die Transkeise Wetgewende Vergadering op 5 Mei 1964 in Umtata byeengeroep is. Dit was die eerste kennisgewing wat in die eerste uitgawe van die Transkeise Ampelike Staatskoerant gepubliseer is.

spraak in die Suidwes-Afrika-saak wat die druk op Suid-Afrika deur die Verenigde Volke tydelik verlig het. Vroeg in September 1966 het Verwoerd die Eerste Minister van die nuwe, onafhanklike Lesotho in Pretoria ontmoet en Suid-Afrika se voorneme bevestig van goeie buurskap met, en materiële bystand aan, die gewese Britse Hoëkommissarisgebiede.

Na Verwoerd

Op 6 September 1966 is Suid-Afrika verbyster deur die sluipmoord op die Eerste Minister. Hy is met 'n mes in sy stiplek in die Volksraad doodgesteek. Die moordenaar was 'n tydelike bode van vreemde afkoms wat later as

sa, mas que daria lugar a uma cidade especialmente construída para a administração da república, com edifícios públicos para acomodar todo o funcionalismo, o que aconteceu em Bisho. A sua Assembléia, unicameral, conta com 50 membros eleitos e 37 membros vitalícios escolhidos entre chefes tribais hereditários. Sebe é, lui-même, um poderoso chefe tribal, a quem entrevistamos em seu gabinete de ministro-chefe e dele ouvimos uma peremptória defesa da política dos Black Homelands.

Afora esses, que adotaram o regime presidencialista dentro de repúblicas altamente tribalizadas e um deles, Ciskei, com um aristocrático sistema de preenchimento das vagas na Assembléia, há mais cinco homelands que são o Gazankulu, o Kwazulu, o Lebowa, o Qwa-Qwa e o Território Suazi, depois rebatizado de Kangwane. A região habitada pelos Ndebele do Sul foi organizada também mais tarde como Kwandebele e que Pretória, pelo seus avanços políticos, pretendeu conceder independência em 1987, encontrando porém forte oposição do próprio monarca hereditário, o Rei Mabokho Mahlangu, chefe supreme dos ndebele quem, em gesto supreadente, se lançou contra o ministro-chefe Simon Skosana, que queria a independência.

Desses territórios, o mais importante e que contém sem dúvidas a figura mais contraditória e discutida da política dos Black Homelands do Príncipe Buthelezi, premier zulo, é o Kwazulu, que é uma antiga monarquia que se diz herdeira dos reis zulos do passado, aqueles que tantas dores de cabeça deram ao Império Britânico e aos boere. O Rei Goodwill Zwelithini é uma figura dominante na cena zulo, amado dos seus súditos e menos radical do que o premier, que por sinal é seu parente, filho que é da Princesa Magogo, que era irmã do Rei Salomon kaDinuzulu, avô do atual sobreano.

Assim, no caso de virem a completar-se a Política das Nacionalidades Bantas, haveria mais seis pequenos Estados sendo que dois monarquias parlamentaristas, enquanto os demais provavelmente adotarão o sistema republicano de regime.

Eis o quadro rapidíssimo da complexa divisão político-administrativa da África do Sul. Como classificar esse Estado?

Parece-nos muito difícil e a mais remota parecença formal seria com o Estado Soviético e suas multinacionalidades. Entretanto logo de saída esbarramos com diferenças fundamentais, inclusive a que diz respeito ao sistema de partidos, neste monoliticamente unipartidário, enquanto na África do Sul prevalece o pluripartidarismo. Depois, a União Soviética não tolera a monarquia e mesmo as antigas famílias principescas de diversas nações anexadas foram extintas brutalmente, abolindo-se títulos hereditários, insígnias e emblemas, enquanto Pretória aceita e até estende a sua proteção se pedida, como é o caso do Rei Goodwill, que tem sua segurança a cargo do Governo sul-africano, assim como a manutenção de suas três famílias, das três esposas do monarca.

Quando o ex-Presidente Botha falou de uma confederação nos moldes da Comunidade Britânica de Nações, essa "essa constelação de Estados e

confederação" de que falava - "konstellasie van state en konfederasie", dizia ele em africãs -, ele tornou ainda mais difícil a classificação do Estado sul-africano, mesmo porque essa confederação era ambiciosíssima e se não limitava aos pequenos Estados dentro do território boer, entre os quais haveria uma estreita cooperação aduaneira, a exemplo do que acontece entre o Principado de Liechtenstein e a Suíça, ou entre São Marinho e a Itália ou entre o Principado de Mônaco e a França, sem que isso trouxesse qualquer prejuízo à soberania nacional, mas ia além, muito além e sonhava com uma estreita união alfandegária com os países vizinhos, como os Reinos de Lesotho e Ngwane, com as Repúblicas de Botswana e Malávi e até, quem sabe, com a futura República da Namíbia, com o Zimbábue e com Moçambique e Angola, estes dois últimos de expressão portuguesa, como ensinava Theo Malan no seu longo ensaio sobre "The South African Black States' and Neighbouring Black Africa's response to South Africa's proposed Constellation of Southern African States",⁴² em uma busca de cooperação que não excluía a militar sequer, mostrando que diferenças ideológicas não importam muito quando há o firme propósito de manter a paz em dada região. Foi o que o professor da University of South Africa chamou, acertadamente, de "the need for pan-South Africanism".⁴³

É pouco provável que países radicais como o Zimbábue venham a fazer parte de uma grande confederação de que participa a África do Sul mesmo que essa confederação seja meramente econômica. A confederação política com os pequenos Estados negros dentro do território sul-africano esta já está em prática e por mais que se queira dizer o contrário.

Os territórios autônomos acolheram a proposta de Botha com muita simpatia e dos independentes, somente o Ciskei se manteve um tanto distante, mas mesmo assim devido a interesses próprios.

O conceito de uma constelação de Estados, uma outra forma de Confederação política, é, temos de confessar, um conceito extremamente dinâmico, pois não traz vinculações fortes que não impeçam a quaisquer dos participantes, uma vez descontentes, de se desligarem a qualquer momento assim como retornar a ela tão logo achem conveniente.

Depois, no caso de esses Estados serem aceites na comunidade das nações, sem a rejeição brutal e histriônica de que foi vítima o Transkei⁴⁴, que contou inclusive com um discurso inflamado e deselegante de um estadista de reconhecida qualificação e elegância, o Dr. Carlos P. Romulo das Filipinas,⁴⁵ a África do Sul poderia cuidar da representação externa como a Grã-Bretanha faz com alguns Estados mais pobres da Comunidade e como a sempre elogiada Suíça vem fazendo com o Principado de Liechtenstein, a França com o Mônaco, a Índia fazia com o Principado do Siquim, até que o engoliu de vez, política inversa da que vem fazendo a África do Sul nos últimos anos.

4.5.4. O adeus ao apartheid e a criação de um Estado africano arqui-complexo

Chegamos ao final da apreciação sobre o complexo Estado vigente na África do Sul, que desafia qualquer classificação segundo as antigas e clássicas teorias. Não tem similar na Europa, seja no complexo Estado iugoslavo, seja no ainda mais complexo Estado soviético. Não tem similar na Federação americana, nem na canadense. A África do Sul teima em ser, constitucionalmente, um Estado unitário, mas comporta vários pequenos territórios autônomos e quatro independentes. Além disso, é bom que não esqueçamos há um antigo reino independente surgido da descolonização em África inteiramente circundado pelo Estado sul-africano, que é o Lesotho.

Essa constelação, explica o Dr. Deon Geldenhuys, do South African Institute of International Affairs, seria uma forma de arranjar para que as presentes e antigas partes do Estado sul-africano pudessem manter boas relations, como ele frisa, querendo com isso referir-se não apenas a cooperação econômica mas política. Mas para que comunidade fosse mais estreita só se aceitariam os Estados independentes como membros participantes com iguais direitos de votos e decisões, enquanto que os homelands que rejeitassem a independência teriam outro tratamento e poderiam quando muito "enjoy only observer status", conclui ele.⁴⁶

O que impede o mundo de aceitar essa konstellasie van state, essa estranha konfederasie?

Antes de mais nada o terror que a palavra apartheid implica e que tem valido suspeitas até mesmo de honestos afrikâners como W.A. de Klerk no seu livro que merece ser detidamente refletido, The Puritans in Africa - A story of Afrikanerdom⁴⁷, que chega a dizer que existe uma contradição nesse valente e grande povo que lutou tanto um dia contra a opressão dos imperiais e que, no entanto, caminha para ser um povo imperial, que deixam de ser os humanistas do passado para assumirem a feição de "new imperialists"⁴⁸

Entretanto é bom que se diga, o apartheid já começa a bater em retirada e dar o seu adeus, como escreve um grande entendido no assunto, o Prof. W.P. Esterhuyse no seu livro Afskeid van Apartheid.⁴⁹ A situação deixou de ser extremista - "skeiding of integrasie", ou seja, separação ou integração, para assumir outra postura: convivência ciente e consciente, solidamente cementada na mútua compreensão, no mútuo respeito, dentro de uma grande visão

humanística, que disto é que está muito precisado o mundo e não de particularismos intransigentes e por acreditarmos que essa política dos Black Homelands pode levar a um perfeito entendimento entre as partes e não apenas a uma curta détente, é que acreditamos igualmente que a implementação dos novos Estados independentes e sua formação de uma konstellasie de Estados que terminariam em uma grande Confederação, uma nova forma de Commonwealth da África do Sul, seria a resposta para tantas incertezas, para tantos ódios, para tanto sangue inocente ali derramado.

A abertura do diálogo, ademais, traria para a Teoria do Estado, a criação de um dos mais Estranhos tipos de Estado que os teóricos jamais viram e estudaram antes: o Estado sul-africano surgido das reformas constitucionais que introduziram um sistema triparlamentar, sem parlamentarismo forte, mas com um presidente como chefe de um executivo forte; um Estado unitário que é verdadeira federação; uma federação que não se diz federação mas é perfeito modelo de confederação e uma confederação que é formada por uma Constelação de Estados...

4.5.5. Apologia pro-Africa meridionalis

Que por nós fale De Klerk, na obra supracitada:

"The Afrikaners - the Puritans in Africa - will be no more exempt from it than any other part of the human family. As such, they, too, will need to rise above it, to survive as a culture and people" - op. cit. p. 345.

E lembrando lição Julien Girard no seu Epitome Historiae Graecae⁵⁰, diríamos não como elogio, mas apologia pro-Africa, tomando aqui o termo em sua mais profunda acepção semântica da língua grega clássica, os afrikaners merecem sobreviver como nação e, para isso, é preciso que com-preendamos os seu Estado já que eles

4.5.6. Apologia pro-Africa meridionalis

- f i n i s -

Inter modernas gentes, Afrikanera⁵¹ gens nobilissima et clarissima est.

Dii Afrikaneris⁵² omnes corporis et ingenii dotes dederant.

Sunt formosi, validi, ad omnes exercitationes et labores apti.

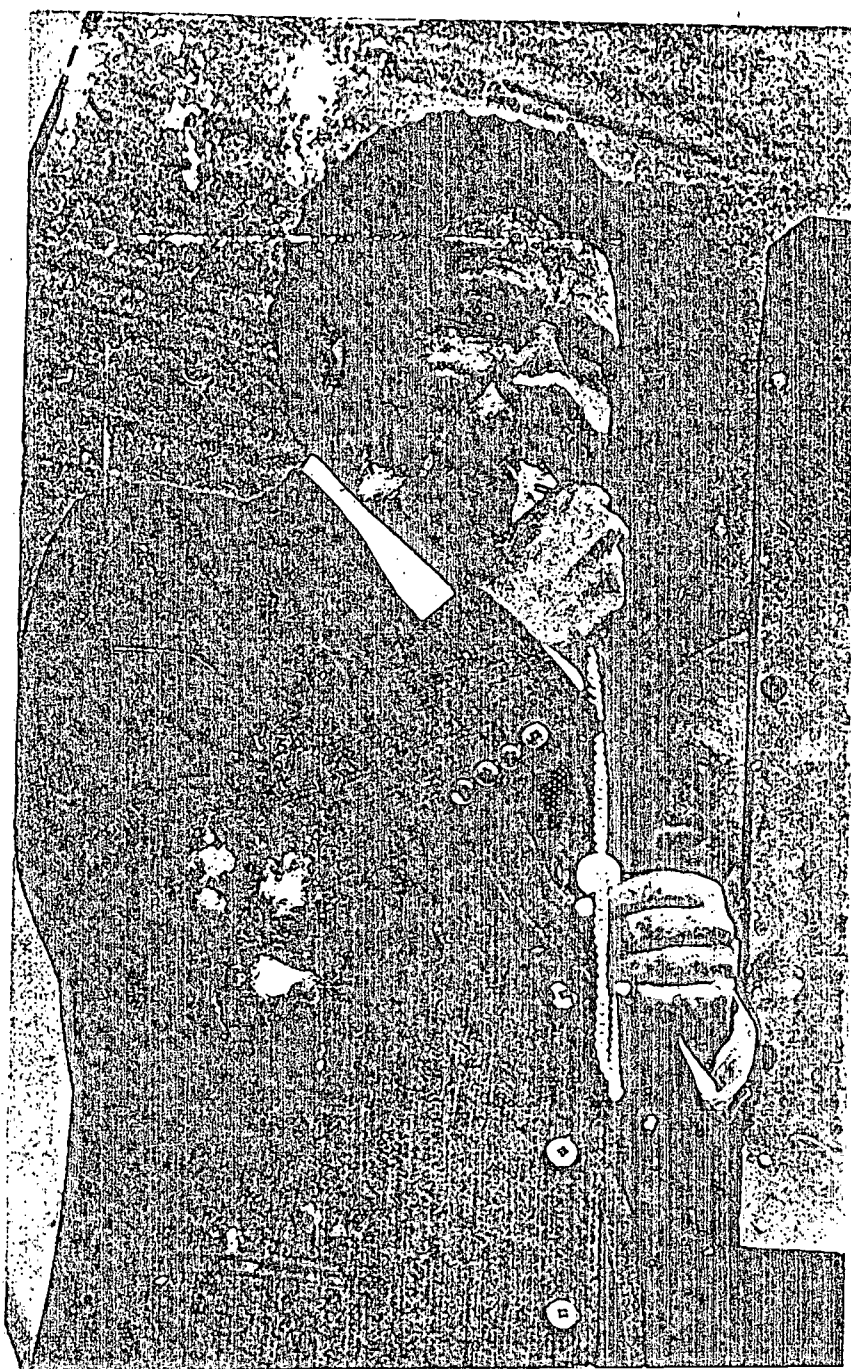
Sunt praeterea ad omne genus studiorum natura informati.

Quare floruerunt apud eos et poesis, et historia, et eloquentia, et philosophia; floruerunt etiam artes.

Nulla gens in Africa insigniorem famam habuit; nulla posteris reliquit majora et pulchriora exempla in litteris, in artibus et in virtutibus.

4.6. Suazilândia, retrocesso em um parlamentarismo
sui-generis

O pequenino Estado é uma antiga monarquia, das poucas que restaram nessa África rebelde e republicana dos nossos dias. É um dos raros países em África que possuem maioria cristã, pois 60 % de sua população total de 706.137 habitantes (censo de 1 86) são cristãos, protestantes. A sua superfície é de 17.363 Kms.² O país é conhecido dos povos de língua inglesa pelo hibridismo Swaziland, a terra dos suázis, ou, oficialmente Kingdom of Swaziland e na língua nativa, o suázi ou siSwati, como Umbuso we/Swatini. Por algum tempo o reino foi conhecido como Ngwane, durante o primeiro período pós-independência e o seu monarca, o Ngwenyama, que era o mais velho monarca rei nante do mundo, com exceção do falecido Negus Negushti da Etiópia, Hailé Sellassié. Chamava-se Sobhuza II, era um velho sábio que conseguiu manter o pequeno país longe do fogo cruzado entre a África do Sul e o Moçambique marxista com muita habilidade, acatado e respeitado pelos dois vizinhos. Segundo se conta, o rei, que era chamado de muitas e exaltadas maneiras - "Leão da Suazilândia", Grande Montanha, O Touro, O Inexplicável, O Filho da Elegante e vários outros -, deixou várias centenas de filhos das suas 100 mulheres, uma quantidade assustadora de príncipes, mas escolheu para substituí-lo no trono o jovem príncipe Makhosetive quem, por ser menor ainda, teve sua mãe, a Rainha Ntombi, como regente. Houve, logo após a morte do soberano, uma série de intrigas palacianas, pois caberia à mais velhas das viúvas do falecido Sobhuza a regência do reino em lugar do príncipe-criança, Makhosemvlo ou Makhosetive que tinha apenas 11 anos quando lhe morreu o pai. Com efeito a Rainha Dzelu Ndlovukazi recebeu o título de "A Grande Elefanta", passando a regente. Por ocasião do passamento do rei, era primeiro-ministro o Príncipe Mabandla Dlamini, que substituíra o Primeiro-Ministro Maphevu Dlamini, que morrera em outubro de 1 979. Em fevereiro de 1 983, Mabandla tenta tomar o poder para afastar a Rainha Dzelu e chega mesmo a ordenar a suspensão do Parlamento, mas há um contragolpe e ele é demitido de suas funções sendo substituído pelo ministro do Trabalho, Príncipe Bhekimpi Dlamini que entre outras coisas liberta o



O Rei Sobhuza II, chamado a Ngwenyama da Suazilândia, que levou o seu pequeno país à independência. Deixou mais de cem filhos, o ' que causou grandes problemas sucessórios. Subiu ao trono, afinal, o jovem Príncipe Makhosemvlo, que foi coroado rei em 25 de abril de 1986, como Mswati III, felizmente reinando.

Príncipe Maphanasibili e o chefe Maseko, anteriormente envolvidos em casos de corrupção. No dia 10 de agosto a Rainha Dzelie é deposta por ter-se recusado a assinar um decreto no qual entregava a maior parte de seus poderes ao Likoko, o poderoso Conselho Tribal que orienta o Rei quando consultado.

Mas a monarquia saiu intacta desses atritos palacianos, o que provou a força da tradição e o quão enraizadas estão as instituições reais entre os suázis. Em 24 de maio de 1986, o Príncipe Makhosetse é coroado Rei da Suazilândia como Mswati III e um de seus atos é destituir a intrigante figura do Príncipe Bhekimpi, substituindo-o por Sotsha Dlamini, que passa por ser inteiramente dedicado ao jovem rei, e, como os primeiros-ministros anteriores, é príncipe e descende da mesma importantíssima família que vem detendo aquele posto como propriedade sua, com direitos hereditários.

4.6.1. O curioso Estado suázi. A pessoa do chefe do Estado

Na dinâmica e atualíssima África Negra, acreditamos, em nenhum país a figura do chefe do Estado se confunde tanto com as suas funções executivas e até mesmo com o Estado como na Suazilândia.

Se se aplicasse a fórmula ludoviciana do "L'état c'est moi" para o Continente Negro, ali estaria bem colocada. E, estudando o reino e suas instituições políticas podemos fazer algumas observações mais diretamente ligadas a essa forte união Rei-Estado-Governo, que valem a pena serem mais detidamente refletidas:

1. A realeza ali tem profundas raízes na tradição po-

pular. Os suázi são um povo guerreiro e para eles o rei encarna a habilidade para a guerra e ao mesmo a sabedoria, a salomônica ou a dos califas do Oriente Médio, que fazia a justiça sob as franças das árvores. O Ngwenyama da Suazilândia sentava-se ao chão, com as suas roupas típicas de grande gala, no meio do kraal e assim ouvia a sua gente, que se lhe aproximava devagar e respeitosa, mas sem aquele sacratismo que circundava o kabaka de Buganda, para somente citar um exemplo. Ele escolhia as suas mulheres não apenas na classe dominante mas entre belas mulheres do campo, filha do povo. O rei sentava com o seu povo, dizia-se;

2. Eles não padeciam da grande diversidade de etnias e nações como o Protetorado da Bechuanalândia, que se tornaria independente sob o nome de Botswana, cujo príncipe mais importante, Sir Seretse Khama, dos baman gwato, não pôde manter o regime monárquico justamente por encontrar barreiras nas demais tribos e nações. A Suazilândia tem, praticamente, um único e homogêneo grupo étnico, os suázi e as minorias étnicas ali não possuem número bastante para causar qualquer embaraço e são absorvidas. Há uma língua por todo o país, o SiSwati, compreendido e falado por todos;

3. Equivocou-se o eruditíssimo africanista canadense, Richard Pattee quando, ao escrever sobre o pequeno reino, frisando que os suázi "possuem um sentimento nacional bastante desenvolvido" fala de "os povos da Suazilândia" no seu livro Portugal na África Contemporânea⁵³. Há um povo fortemente coeso, se bem que sem o desenvolvimento político dos basuto ou mesmo dos tswana de Botswana. Ele preferiram uma vida mais rural, mais tribal. Eles têm muito orgulho de suas tradições, indumentárias, way of living e a língua - traço de união com os seus irmãos que vivem na África do Sul. O rei é o elemento mantenedor dessa ordem conservadora.

Por esses motivos, a figura do Rei ocupa o centro e mesmo que o novo país adotasse um sistema parlamentarista de governo, o poder executivo iria ficar nas mãos do monarca e não nas do primeiro-ministro, como de fato aconteceu: o rei suázi reina e governa.

O Ngwenyama Sobhuza II, com seus ares de velho patriarca, bonachão e sentando-se entre os seus súditos, tinha, na verdade, maiores poderes do que muitos ditadores militares em outras partes da África e da América Latina: era um ditador real.

Entretanto, não usou esse poder discricionário para seu próprio bem-estar mas para robustecer a economia do país, rico em minérios. em carvão de pedra e em boas florestas, com uma renda per capita que orçava pelos 1.000 dólares quando ele se foi, o que, convenhamos, para padrões africanos é muito (Compare-se com o do Lesoto, que é 240 dólares; Botswana, com 716; o Malávi com 180; Moçambique com 150 e Zâmbia com 527, para só mencionarmos os Estados vizinhos, dentro da imensa área que muitos geógrafos e africanistas preferem chamar de "o sub-continente sul-africano", pelas suas características peculiares, assim como pela posição geográfica).

4.6.2. Um governo real e forte que substitui o parlamentarista. Resquícios de uma aristocracia?

Faz alguns anos, antes da queda da monarquia no Afeganistão, a Loya Jirgah, o parlamento do país composta de deputados apenas, fez passar uma lei que impedia aos membros da Casa Real e da nobreza, ou aparentados com o soberano, de serem elegíveis para o alto posto de primeiro-ministro. Era uma maneira, dizia-se, de manter a monarquia como um símbolo intocado e distante das coisas políticas. Outros viam a medida discriminatória como forma de solapar o poder da realeza. De uma forma ou de outra estabeleciam-se limites bem marcados entre o chefe do Governo e o chefe da monarquia e do Estado. O Rei Mohammed Zahir Shah assinou prazerosamente mais tarde o decreto que afastava a sua família, por sinal muito amada do povo, das duras coisas do governo.

Na pequenina Suazilândia dá-se justamente o oposto: a Família Real e seus parentes ocupam os cargos mais importantes do Estado, assim como ainda acontece no Reino da Arábia Saudita, no Sultanato de Brunei, no Emirado do Barém e na aristocrática Samoa Ocidental. E a Suazilândia poderia ser classificada como uma das últimas aristocracias existentes no mundo: o poder está centrado na nobreza do país, que, devido aos casamentos poligâmicos dos reis suázi e dos príncipes reais, é muito extensa. Não se pode esquecer que o Ngwenyama Sobhuza II, nascido a 22 de junho de 1899, viveu 83 longos anos e se casou muitíssimas vezes. Muito próxima à Casa Real é a família Dlamini, que alguns consideram como a mais poderosa do país e de onde têm saído todos os primeiros-ministros desde a independência, a maior parte dos ministros de Estado, dos embaixadores e altos funcionários.

Africanistas que se não dedicaram ao estudo da Suazilândia e sua constituição política, falam algumas vezes de uma poderosa oligarquia a dominar o reino, mas para isso ter-se-ia que esquecer que o governo suázi é, na verdade, tarefa de um homem, o rei, porquanto o primeiro-ministro age sempre de acordo com o seu soberano. Por outro lado, a família Dlamini e algumas outras, apenas fornecem elementos qualificados para os altos cargos, mesmo porque, e vale a pena repeti-lo, tudo passa pelas mãos do rei. Os Dlamini são influentes, não resta dúvida, mas sempre à sombra do trono, que até agora parece muito estável, em uma época onde nada parece estável...

O falecido rei, que foi o arquiteto da independência do então protetorado britânico, foi uma figura importantíssima na história suázi: ascendendo ao trono em 1921, deu sinais, desde o início, que não aceitaria a dominação britânica. Em 1923, viajou para Londres: ia reclamar a restituição da terra aos seus súditos suázi, uma vez que os colonos brancos, aventureiros e forasteiros tinham conseguido grandes porções de terra para cultivar, inclusive afrikâners e portugueses, estes últimos através dos sul-africanos e mesmo assim um que outro. Mas prometia não fazer retaliações, respeitar o trabalho honesto do colono branco que vinha com ânimo definitivo e que queria trabalhar pelo progresso da Suazilândia e isso lhe carrou a simpatia dos 15 mil fazendeiros brancos e suas famílias. Segundo outros, eram mais de 1,500 colonos.

Sobhuza II era muito ladino, desses que confiam desconfiando e sabia que, sem o apoio de um partido político bem estruturado, ele não teria oportunidade de tratar mais diretamente com os colonos e com os representantes da Coroa britânica. E como fazer, quando havia às vésperas da independência 8.040 europeus e 2.260 mestiços, eufuisticamente chamados pelas autoridades coloniais de "Eurafricans". Ele trata de fazer-se protetor dos colonos e prega uma política de convivência e amizade entre as minorias do país, os zulus, tongas, shanagnes e outros africanos que atingiam a casa dos 15,900 habitantes. Mas a sua força está na massa suázi e com isso ele retém o poder, sob capa de estar a proteger o sistema político suázi tradicional. Não importava que os selos postais levassem a efígie de Sua Majestade Britânica e que um empenhado High Commissioner for Swaziland estivesse à frente dos atos públicos e o Ngwenyama só a seu lado: na verdade, nada se fazia no país sem o seu aval. Um outro aspecto curioso é que, nominalmente, o Ngwenyama é senhor de toda a terra suázi e ele pode concedê-la em aforamento a quem quiser. Encarregando disso os chefes tribais, estes a passavam a camponeses interessados em cultivá-la e nenhum outro colono poderia havê-la. Essa concessão só seria cortada se o foreigno cometesse algum deslize muito grave, como feitiçaria, adultério, roubo e violência, suficiente o bastante para determinar o seu banimento do lugar, mas ainda assim o Ngwenyama seria o supremo juiz e somente ele poderia determinar o banimento. Qualquer um do povo poderia receber essas terras e em qualquer lugar do reino, exceto em áreas que pertencesse à Casa Real. Como a superfície do país é muito pequena e havia muitos europeus, que trouxeram os princípios do direito de propriedade baseado na tradição Holando-Romana, houve alguns choques entre os dois direitos, o suázi e o do estrangeiro, mesmo porque não era possível continuar-se a doar terras assim indiscriminadamente.

De qualquer modo o Ngwenyama conservava esses direitos tradicionais que lhe estendiam o poder até à mais distante e pequenina aldeia do reino. Quando ele cria o seu partido, o Imbokodvo, ele atinge todo o país.

Nas eleições gerais de 1964, ele domina tudo.

Ki-Zerbo parece não ter compreendido a luta do Ngwenyama e o critica até de modo impiedoso, como se ele fosse um colaboracionista quando se refere às suas relações sul-africanas e na sua Histoire de l'Afrique Noire⁵⁴; o historiador, depois de lembrar que "Sobhuza II (aliás escrito erroneamente So-dhuza) réussit à dominer le parti progressiste de John Nguku"⁵⁵ e conclui que ele "balaya les partis politiques et s'entendit avec les colons blancs sympathisants de l'Afrique du Sud".⁵⁶

O erudito burkinês está sendo muito severo no seu julgamento sobre a figura do Ngwenyama. É preciso ter-se em mente que o caldeirão fervia no subcontinente sul-africano, com vários Estados às vésperas de atingirem a independência e a África do Sul parecia irredutível em certas exigências. Ora, qualquer tentativa de implantar-se na região um governo que lhe fosse francamente contrário teria repercussões muito ruins aos olhos de Pretória e o líder "progressista", simpático a Ki-Zerbo, poderia causar o naufrágio do barco mesmo antes de ele ser lançado à água. O Ngwenyama agiu certo e com bastante prudência. E salvou a monarquia. Não esqueçamos que Botswana em 1965 se tornaria uma república malgré elle-même, porque o príncipe herdeiro, Seretse Khama, estudando em Londres, se casara com uma datilógrafa inglesa, loura. O príncipe regente, Tshekedi, não aceitava que o futuro rei tivesse uma esposa branca e os ingleses achavam estranho que a futura rainha fosse uma inglesa, assim como os sul-africanos consideravam o gesto do moço príncipe uma afronta à legislação racial sul-africana e um mau precedente, capaz de subverter o chamado "Immorality Act", que proibia casamentos mistos, como ensina Pattee.⁵⁷ Se um simples casamento misto causou toda aquela celeuma, imagine-se a Suazilândia governada por um esquerdista e agressivo líder como era Nguku...

Quando o país se preparou para a independência formal, as autoridades britânicas prepararam, por sua vez, um texto constitucional dotando o reino de uma monarquia parlamentarista que cerceava os poderes do rei e os dividia com o Parlamento e o primeiro-ministro. O pluripartidarismo seria instalado como garantia de um perfeito funcionamento parlamentarista. Ao rei, sob certos aspectos, reservavam-se os atos meramente formais e cerimoniais, como na própria Grã-Bretanha.

No sistema tradicional o monarca era assistido por dois conselhos de Estado:

1. O Libandla, que congrega todos os súditos do sexo masculino adultos da Nação Suázi e, como reconhecia o Governo colonial britânico "it usually meets once each year and it is recognized as the final body from which approval for any contemplated act of legislation should be obtained"⁵⁸

Esse órgão, quiçá o maior corpo consultivo do mundo, praticamente boa parte da população do país, não se pode deixar de reconhecê-lo, faz do Governo suázi um dos mais democráticos por esse aspecto, entrando em contradição com o aristocratismo das indicações para os cargos oficiais e, por outras palavras, institui o plebiscito no Estado.

2. O Likoqo, que o "Report for the year 1 965", organizado pelo Governo britânico, descreve como compreendendo "the more important of the Ngwenyama's agnatic kin and a number of chosen advisers",⁶⁰ funcionaria como uma espécie de Câmara dos Lordes. Ele se reunia pelo menos uma vez por semana para tratar de assuntos de interesse nacional, mas que deveriam ser confirmados mais tarde pelo Libandla.

O Ngwenyama, seja como for, poderia muito bem dominar os dois pelos laços de parentesco, pela ascendência familiar e moral e pelo favoritismo. Esses dois órgãos formavam o Conselho Nacional.

Note-se que a administração suázi é também extremamente descentralizada se pensarmos que os chefes tribais, que eram 172 tinham, por sua vez, as suas ndunas, ou pequenas assembleias regionais. O país era dividido em 29 tinkundla, ou conselhos da área rural, que não possuíam autonomia fiscal, mas serviam de elo de comunicação entre o Governo e as comunidades rurais. Os grandes chefes tinham os seus liqoqo e os seus libandla, que os aconselhavam e orientavam, em um ponto muito menor do que o do Rei. O território do reino está dividido em quatro distritos: Shiselweni, Lubombo, Manzini e Hhohho.

Onde está o Rei, pode-se reunir o Likoqo e ser convocado o Libandla, o que quase sempre acontece ou na capital do país, ou nas aldeias reais do Ngwenyama em Lozita, ou na aldeia da Ndlovukazi, a Rainha-Mãe, em Lobamba.

Tornando-se independente em 6 de setembro de 1 968, o novo Estado ingressa na Comunidade Britânica. Em 1 973, o Rei abole todos os partidos políticos e assume poderes absolutos, dizendo que o fazia para poder governar mais livremente a sua pátria e enfrentar os graves problemas políticos que a ameaçavam de fora. Restabelece o antigo sistema político suázi, afastando o parlamentarismo forjado em Londres.

Surpreendente é que o Ngwenyama sempre teve para o seu pequeno reino idéias expansionistas, acalentadas por muitos anos e manteve sempre diálogo aberto com a República da África do Sul e ainda pouco tempo antes de morrer, Sobhuza II assina com ela um acordo bilateral que lhe dava saída para o mar, através da anexação e absorção de uma estreita faixa de terra do homeland de Kangwane. Seria o ato maior de sua estratégia política, pois a Suazilândia deixaria de ser um Estado landlocked para ter uma saída ao Índico e aumentaria muito a sua população com gente de etnia irmã, pois os habitantes de Kangwane são suázi e falam a mesma língua que os habitantes do reino. Infelizmente as tratativas não prosperaram pois os habitantes dos homelands de Kangwane e Kwa-zulu, consultados, foram terminantemente contrários, levados pela palavra contestatória do Premier Buthelezi e o Rei morreu sem ver concretizado um seu sonho expansionista. O novo governo regencial, cancelou definitivamente em agosto de 1982, esses acordos.

O novo monarca, Mswati III, conservou em vigor a constituição de 13 de outubro de 1 978 que dava ao reino um poder legislativo bicameral

com uma Câmara de 50 deputados e um Senado de 20 membros, sendo que o rei nomeia dez membros de cada, sendo os outros escolhidos por um colégio eleitoral em base tribal. O país adotou o pluripartidarismo, sendo os principais o Movimento Nacional Imbokódvo, o Congresso Libertador Nacional Ngwane, o Partido Progressista da Suazilândia e a Frente Unida da Suazilândia.

O primeiro-ministro que chegou a ter muitos poderes, perdeu-os mais ainda no presente reinado, mas ainda é escolhido na Família dos Dlamini. As velhas instituições suazi foram mantidas, o Libandla e o Likoqo. O Rei é o símbolo da Nação suázi, mas é também o governante e o chefe incontestado do Estado. O Libandla é a mais pura forma de participação popular direta nos negócios do Estado, algo assim como um vasto sistema plebiscitário, há vários partidos, todos independentes e até mesmo fortemente contrários ao Governo nas suas relações externas (há frequentes acusações à gestão conservadora dos primeiros-ministros com relação ao Governo de Pretória. Apesar disso o Estado conserva um cariz aristocrático-oligárquico pela escolha de membros da nobreza para cargos públicos, possivelmente, como dissemos acima, muito mais aristocrático do, que oligárquico.

O atual reinante é menos autocrático que o anterior, e prometeu governar em estreita união de todos os súditos. A seguir as pegadas de seu velho pai, ele chefiará um governo forte, real e com amplos poderes executivos, e mantendo como órgão final determinante o Libandla, constituir-se-á em ditador real...aumentando ainda mais as perplexidades dos classificadores dos modernos tipos de Estados e regimes.

4.7. A República Centro-Africana e a sua experiência monárquica

Houve momento, no final da década de 1970, em que a imensa República Centro-Africana, de escassa população, esteve presente nas manchetes dos jornais do mundo inteiro por, e foi caso raro nos nossos dias, ter abolido a república e dado origem a uma fabulosa monarquia chefiada por uma das mais curiosas figuras da África Negra dos anos 60 para cá, o General Jen-Bedel Bokassa, que se transformou no Imperador Bokassa I, que reinou menos de três conturbados anos.

Uma região de savanas e de algodão, como define, sucintamente Hubert Deschamps o imenso território que fazia parte da África Equatorial Francesa sob o nome de Ubângui-Chari, com 622.984 Kms² e 2.608.000 habts. segundo o censo de 1985, com US\$310,00 per capita em 1982 e que teria baixado mais ainda, foi palco de vários golpes de Estado e de uma revolução pacífica em 1977, quando ela passa a ser o Império Centro-Africano e começou como um Estado pluripartidário.

Foi dos raros países, com exceção da Uganda de Milton Obote, que teve de volta o antigo presidente deposto e novamente deposto. Teve, igualmente, como líder incontestado um dos mais fervorosos pan-africanistas do movimento de independência da África, o Padre Barthélémy Boganda, considerado o pai da República Centro-Africana.

A sua política externa tem sido de muita aproximação com a França, mas essas relações ficaram um tanto abaladas durante o reinado de Bokassa I por uma série de graves acusações do Imperador ao Presidente Giscard d'Estaing e pela interferência desta na derrubada do governante centro-africano em uma operação relâmpago e eficientíssima.

No campo das relações africanas, essa república, salvo o período em que foi considerada como um Estado exótico, em boa parte pelas extravagâncias do Imperador, não se tem distinguido nada. Muito pobre, enfrentando problemas sérios pela sua própria situação geográfica, como se disse antes a sua marcha constitucional, porém, está ainda a merecer estudos mais aprofundados dos africanistas. Ela tem tentado experiências institucionais, algumas muito caras e difíceis, como veremos a seguir.

O ex-Ubângui-Chari fica bem no coração da África Negra e está espremido entre o Tchade, o Sudão, o Zaire, o Congo e os Camarões, e apesar de suas fronteiras com dois países parcialmente arabizados, o Tchade e o Sudão, os muçulmanos são apenas 5% da população, enquanto que os animistas perfazem 60% e os cristãos, especialmente protestantes, 35%. É um vasto planalto que oscila entre 600 e 800 metros e possui grandes rios, que lhe fazem o solo bem irrigado e sem os problemas de secas dos seus vizinhos ao norte e ao leste.

Como os Camarões, esse território foi ponto de confluência de muitos povos, uma encruzilhada para numerosas migrações, sobretudo de povos bantos. Há muitas etnias ali, desde os pigmeus e bantos das florestas, até os ativos fulbé e bororo e etnias arabizadas como os n'delé e os birao e o que mais chama a atenção do estudioso é que essas migrações se arrastaram até além de 1860, quando os zande, os lissongo, os m'baka, os mondjambo, os pandé, os m'bmo e os kaja, em migrações mciças, buscavam refúgio na floresta densa, para escapar aos árabes feudais, os maiores predadores, e os europeus, que vinham em busca de escravos para as suas colônias nas Américas.

Apesar de cercado em séculos passados por poderosos impérios como o de Krobi, Kanem-Bornou, Baguirmi, Ouaddai, Darfour e Kordofan, e de ter sido a rota de passagem de vários pequenos Estados, em sua maioria sultanatos como Rafai, Zemio, Bangoussou, tributários de impérios como Ouaddai e Darfour, no território hoje Centro-Africano não se desenvolveu nenhum importante Estado, se bem que o guerreiro Rabah, no final do século XIX tenha tentado construir ali um grande império.

Como se pode imaginar, sabendo-se que tantos povos passaram por ali e muitos se fixaram, vindos de diferentes regiões, do Norte e do Sul, as línguas ali faladas são muitíssimas e de diferentes grupos, mas ribeirinho do Ubângui, se fixou uma nação com características próprias, os sangho, cuja língua, do mesmo nome, com o tempo se expandiu tanto que, com os anos, passou a ser uma espécie de língua franca, uma língua de ligação entre tantos povos e etnias, ligando tribos arabizadas do Norte a pigmeus dos limites do Congo. Para muitos linguistas, o sangho é um créole que enriqueceu com aportações de várias línguas bantas e tchado-sudanesas, e, bem mais tarde, com contribuições da língua francesa. Créole ou não, o sangho é um trait d'union entre tribos tão diferentes e, sob certos aspectos, fator de integração nacional.

Ainda que não se pudesse falar de nenhum pequeno Estado bem organizado nessa colônia francesa, a exemplo dos que vimos estudando em Ghana, no Burkina Fasso, na Nigéria, na África do Sul, ou como os que sobreviveram nos Camarões, no Mali, no Níger, as chefferies eram muitas e sem vinculações umas com as outras. Elas dificultavam a união do futuro país independente e isso viu o seu primeiro líder, o mais famoso daqueles dias, Barthélémy Boganda, quem, depois dos trinta largou a batina e se deu de corpo e alma à vida política.

Dinâmico, carismático, persistente, dizem que bom orador, es

se ex-padre que, segundo a sua biografia oficial, vinha de simples família camponesa, sonha com um grande Estado central, possivelmente o mais ambicioso sonho de um líder africano depois de Nkrumah e as bases de seu pan-africanismo, pois Boganda, que se dizia um pan-africanista lui-même, queria uma confederação de Estados, inicialmente dos antigos territórios saídos do desmembramento da África Equatorial e Central, antigas colônias francesas, e, mais tarde, algum tempo antes de morrer, quando se tornara uma celebridade, já defendia mesmo uma grande Confederação, os *Etats-Unis d'Afrique Latine*, que englobaria não apenas os Estados da África Equatorial Francesa, mas ainda o Congo Belga e até a Angola. Em agosto de 1950 (para Ki-Zerbo, em 1946), nasce o MESAN - *Mouvement d'Evolution Sociale de l'Afrique Noire*, que seria o partido forte e depois o partido único do país.

Boganda, como pedra angular de sua política interna através do partido, declara que era preciso antes de mais nada, além de promover a educação política, econômica e social, "derrubar as barreiras do tribalismo e do racismo". Esse "homme sage de l'Afrique Equatoriale Française", como o chama Guy de Lusignan⁶¹, fazia-se passar por um entusiasta pan-africanista e um federalista, que propunha uma grande Confederação de Estados, tanto ou mais utópica que a de Nkrumah, não acreditava no Estado federado para a sua república, o que nos parece um tremendo contra-senso e que apenas vem confirmar o velho ditado do "faz o que eu digo, mas não faz o que eu faço"... Ele pretende um Estado centralizado, uma República Centro-Africana unitária, sem que as nações indígenas sequer fossem preservadas: ele temia o tribalismo em todas as suas formas e seu plano era acabar com ele, forjando a futura nacionalidade centro-africana, pilar-mestre de um grande império republicano confederado. Sonhos ambiciosos, que passaram para o seu sucessor, o jovem David Dacko, que era, igualmente, seu primo e auxiliar direto. Contudo, Barthélemy Boganda acreditava no pluripartidarismo em uma república presidencialista, com executivo forte.

Quando ele morre em março de 1959, em um acidente de avião, a república ficaria com as características de um Estado unitário, regime presidencialista, forte executivo, pluripartidarismo e aberta a uma futura confederação.

Dacko, muito jovem, não possuía nem o descortino de seu primo nem as suas ambições, mas sustenta a tese de uma "federação" e, no plano interno, de prosseguir a obra do antecessor, e forjar uma nação da República Centro-Africana. A sua luta maior passa a ser contra o tribalismo, o que Boganda, pelo falecimento prematura, não tivera tempo de fazer e como conseguiu vencer o seu principal opositor, Abel Goumba, que fora ministro das Finanças de Boganda e aspirara à presidência, acredita que a melhor maneira de dominar uma possível oposição e silenciar os líderes tribais, era através de um forte partido único, saído do partido majoritário, a sua evolução natural, como pensavam os primeiros governantes africanos no pós-independência.

No seu L'Afrique Noire depuis l'Indépendance⁶², Guy de Lusignan escreve com simpatia de Dacko:

"... instituteur, syndicaliste, député, ministre de l'Agriculture sous Boganda, n'est pas le type de l'homme ambitieux, tacticien, intrigant; on peut dire, sans exagération, que c'était un homme aux grands qualités de coeur, jovial, sympathique, plein de bon sens. Il s'est maintenu au pouvoir sans exactions, en se rendant compte des limites de son pays et en réagissant contre les éléments nocifs de la nation.

Suivant en cela les traces de Boganda, Dacko voulait faire de la R.C.A. une nation; dans ce but, il voulait compter sur tous les membres de la communauté et exigeait leurs fidélité, loyauté e honnêteté" - in op. cit. p. 115.

Talvez a simpatia com que estude a administração Dacko, tenha empanado um pouco a lucidez de seu julgamento: o moço presidente, à época um dos mais moços em um continente de líderes jovens, queria deter o poder sem ter forças para isso e comete vários erros iniciais, entre eles, a perseguição e prisão de um antigo colaborador de Boganda, Goumba, que era o presidente de um partido de Oposição ao Governo, o MEDAC - Mouvement pour l'évolution démocratique de l'Afrique centrale, nos moldes do MESAN, mas sem apoio seja do povo, seja de uma parte da elite intelectual. O Presidente, se era um fraco, tinha a vantagem de ser um primo do líder maior da república e seu herdeiro político e não precisa ter sido tão duro com o opositor: ele se apagaria quando o partido se extinguisse. Ele dá um golpe cerce nos partidos e transforma o partido nacional majoritário em partido único, consagrada pela constituição de 26 de novembro de 1964. Mas ele quer mais e exige que todos se filiem ao partido ou lhe paguem taxas de contribuição que era de 10 francos para crianças, 20 para as mulheres e 50 para os homens todos os meses. Os militantes e os membros de honra teriam que pagar 100 francos. Os parlamentares, diretores e altos funcionários teriam que contribuir com 10% de seus salários.

Ele tudo quer centralizar em suas mãos e é cheio de contradições também: tendo sido um antigo sindicalista, volta-se contra a multiplicação de sindicatos e força a sua união em uma só central, a União Geral dos Trabalhadores da Africa Central que agrupa as federações do setor público e do privado. Mantém, assim, o sindicato unido e sob domínio do Mesan.

Preocupado com a miséria de seu povo, ele conclama os funcionários a evitarem os gastos. Parecia honesto, mas a corrupção imperava na administração pública.

Fala em nacionalismo, mas se apegava com unhas e dentes ao neocolonialismo sob várias formas, inclusive ao acusar a elite negra de ser a verdadeira exploradora do seu povo, de a enganar, de a humilhar e não os europeus. Mas a sua concepção mais original foi a criação do "regime Dacko" de partido único, o Mesan, que ele desenhava como uma "pyramide sociale" que continha no cimo uma burguesia estrangeira no país, no meio uma burguesia nacional, que seria a elite dominante e que, como tal, deveria tomar consciência das suas responsabilidades e, na base, uma massa laboriosa que estava reduzida à miséria. O partido único e amplos poderes nas mãos do chefe de Estado poderiam levar a república em direção ao progresso.

O Estado interfere então na economia de modo direto e no campo internacional rompe relações com Formosa em favor da China comunista, que lhe concede um polpudo empréstimo.

Pune alguns funcionários corruptos, mas é incapaz de segurar a situação, que se deteriora mais e mais. Era virtualmente um ditador - mas um ditador de mãos amarradas. Os militares parecem indóceis e inquietos e, no dia 31 de dezembro de 1965, enquanto o presidente festejava a festa de Ano Novo, ele é deposto pelo Coronel Jean-Bedel Bokassa que, no dia seguinte, dissolve a Assembléia e abroga a constituição, mas, estranhamente, mantém o Mesan. Acusa-se Dacko de ditador, de permitir a corrupção avassaladora ainda que ele próprio não seja acusado de corrupto, de bandear-se para o Leste e é posto em prisão domiciliar.

Bokassa é, como os dois, da mesma região, natural de Bobangi, onde nascera Barthélemy Boganda e, agora, a nota mais curiosa: primo dos dois presidentes anteriores. Seu pai, Mondogon Mgboundoulou, chefe tribal, era proprietário de grande extensão de terra e morreu como prefeito de Lobaye.

Com Bokassa, as instituições políticas do país, sofreriam mudanças radicais e aquele que foi dito um simples "coup d'Etat" da noite de São Silvestre, passa a ser uma revolução verdadeira e que iria culminar com a proclamação do Império, tendo antes passado pela experiência da Présidence à Vie, a instituição republicana tão a gosto dos africanos e que é uma forma disfarçada de criar um regime monárquico sem a denominação monárquica, um rei-presidente cuja investidura, porém, não lhe concede, em alguns casos, a prerrogativa de designar herdeiro, o que não aconteceu no Haiti, onde a instituição da presidência perpétua facultava a escolha de um herdeiro, na própria família do presidente.

4.7.1. A República Centro-Africana e suas experiências institucionais sob Jean-Bedel Bokassa

Com o coup d'état de 1965, surgia na República Centro-Africana o seu mais famoso filho, aquele que lhe sacudiria nas bases e lhe daria novas instituições políticas, assim como apareceria em África uma de suas figuras mais controvertidas, mais difamadas e mais incompreendidas. Desde o primeiro momento demonstrou logo para onde andaria o regime, e na ONU votou pela manutenção do governo de Taipé contra o de Pequim. Fechou relações com a China e expulsou os seus diplomatas e conselheiros, pôs o povo a trabalhar arduamente, prendeu muita gente e deu ele próprio o primeiro exemplo, trabalhando muito. Lançou a conhecida "opération Bokassa" e pregava a lição de Boganda, como escrevemos algures.⁶³

Valente soldado, com uma larga folha de serviços prestados à República Francesa e à sua pátria, participou das guerras vietnamitas com os coloniais e subiu todos os escalões desde soldado raso até marechal. Um soldado a vida inteira e condecorado por bravura no Vietname.

Nascido em 22 de fevereiro de 1921, a sua estrela começa verdadeiramente a brilhar quando Boganda, presidente do Grande Conselho da África Equatorial Francesa, em dezembro de 1958, lhe presta publicamente uma homenagem na presença do ministro Yvon Bourges, alto comissário geral da África Equatorial. Data dessa época o seu conhecimento com Tombalbaye, que seria um de seus primeiros amigos e um dos que saúdam o seu novo governo. Dacko, o primo presidente, encarrega-o de reorganizar as Forças Armadas. Ele se sente bem no exército e não tem pretensões políticas e são os acontecimentos que o levam a derrubar o presidente e assumir a chefia do Estado.

Inteligente, muito mais inteligente que o deposto governante, bom orador em francês e em sangho, falando ainda fluentemente o lingala, o kikongo e o vietnamita, apreciador da boa música, amigo do campo e da agricultura, apreciando ainda a boa leitura, admirador fanático de Napoleão, um de seus ídolos, Bokassa foi sempre um homem de trabalho e ação, um defensor da disciplina férrea, como salientamos no perfil que dele deixamos em livro publicado faz alguns anos, Escombros - Páginas de ensaios biográficos e políticos e de polémicas.⁶⁴

Um homem inquieto, oscilando entre o mais frio pragmatismo e momento de profunda queda mística, ele se converteu ao islamismo, para logo depois renegá-lo. Fez-se chamar por algum tempo Sallah Eddine Ahmed, mas retornou ao Jean-Bedel Bokassa de sua certidão de nascimento.

Sua característica principal: a decisão. E por isso escrevemos:

"Tirânico ou não, maluco, megalômano, ambicioso e tudo o mais que se queira chamar a Bokassa, é inegável que ele é um homem que sabe querer, de uma vontade de ferro e que, uma vez decidido a fazer uma coisa, assume todos os riscos, arros-

ta todos os óbices, enfrenta qualquer tipo de oposição, despreza críticas e vai em frente" - in. op. cit. p. 120.

Trabalha muito e preocupa-se com a educação. Cria a primeira universidade que, em 1974 forma a primeira turma. Estende a rede de ensino a todo o interior, nacionaliza em maio de 1974 as companhias aéreas civis e as companhias de petróleo e mantém excelentes relações, de início, com a França e que mais tarde se deteriorariam ao máximo.

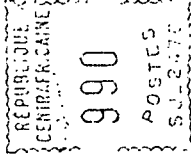
Governa com o partido único e a sua vontade é lei. Age como um rei do passado e é dominado por uma megalomania sem limites. Em 1972 o Congresso presta-lhe homenagens especiais, por ter sido o governante que liberta a República Centro-Africana do isolamento e da miséria mais abjeta e o nomeia Président à Vie. Faz-se uma alteração constitucional e a chefia do Estado passa a ser vitalícia na pessoa do Marechal Jean-Bedel Bokassa e ele passa a ocupar os ministérios da Defesa Nacional, da Agricultura, da Saúde Pública e da População, do Desenvolvimento Turístico, presidente do Mesan e seu secretário-geral, além de chefe do Estado Maior das Forças Armadas Centro-africanas. Ninguém em África açambarcava maior número de postos públicos do que ele e a república era, praticamente, como a sua casa, em que ele mandava e desmandava. Gostava das condecorações e enfeitava a sua farda com muitas delas.

A presidência vitalícia era a primeira grande experiência, logo mais seguida por uma mais complexa ainda, o estabelecimento do bonapartismo.

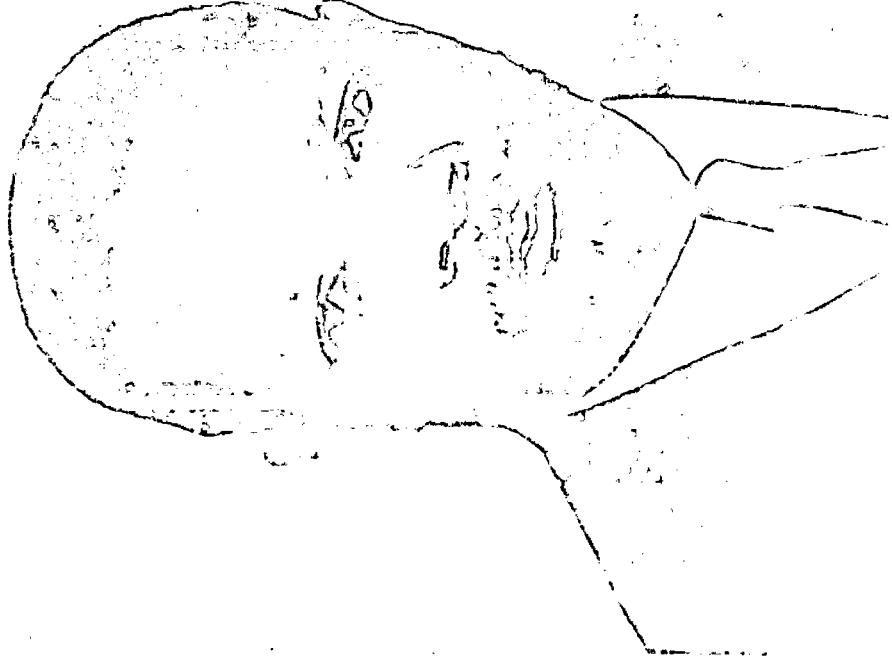
4.7.2. A presidência vitalícia nas instituições republicanas da África Central

A partir de 1972, a República da África Central, como muitos referem chamar, dentro do espírito bogandiano, estréia uma nova instituição - presidência vitalícia, que possui um Congresso unicameral, um primeiro-ministro de livre escolha do presidente e adota o unipartidarismo, conservando o Mesan, partido histórico.

UNITÉ - DIGNITÉ - TRAVAIL



1000



Carrollton Beddell Pokassa

O Presidente Bokassa, diferentemente de seu predecessor, mesmo pregando uma estreita união nacional e ambicionando, afinal, fazer da república um Estado-Nação, jamais se lançou contra os chefes tribais, o que der maus resultados para Dacko, que se viu isolado e sem apoio. Pretendia levar adiante a política "d'entente" com os outros Estados da África central e estreitar os laços de amizade não apenas com os vizinhos, mas com todos os países africanos de expressão francesa. O seu bom senso era gabado e ele gostava de soltar frases de efeito, mas que tinham, na verdade, muita verdade e três pensamentos mostram o seu pragmatismo e que os organizadores do suplemento sobre o primeiro aniversário de sua ascensão coligiram:⁶⁵

- Le pouvoir n'est pas la récompense promise à certaines catégories de privilégiés;

- Un peuple indépendant est un peuple qui se suffit à lui-même...; e

- On ne nourrit pas un peuple avec de la politique.

Irritava-se com as querelas políticas, as maquinações pelos altos cargos e a fraqueza da instituição republicana tal como estava, sujeita inclusive às pressões de um burguesia ociosa e exploradora, como ele dizia e de uma união de sindicatos que apenas queria conturbar a paz social.

Queria dotar a república de uma instituição o bastante forte para deixar livre o governante para agir, levar a cabo planos de governo sem estar submetido a prazos exíguos.

A Presidência Vitalícia seria, pois, a solução. Dotava a África de mais uma presidência perpétua.

Em 1 975, ele nomeou para primeiro-ministro a Sra. Elizabeth Domitien, a primeira mulher a ocupar essa posição em África e parecia encaminhar o país para uma abertura democrática e pluripartidarismo. No entanto novo atentado contra a sua vida ocorreu, no dia 3 de fevereiro de 1 976, no qual estava envolvido seu genro, Major Fidel Odrou quem, onde dias depois, foi executado com mais sete envolvidos. Em abril daquele mesmo ano, demitiu Madame Domitien e assumiu as funções de primeiro-ministro.

No dia 4 de dezembro de 1 976, o país deixava de ser uma República para passar a chamar-se Império da África Central e ele se fazia coroar como Imperador Bokassa I no estádio esportivo de Bangui. Um ano mais tarde, era a coroação oficial, com uma pompa raras vezes vista neste século, e a cerimônia que causou espanto ao mundo todo, causou também indignação pois custou para mais de 20 milhões de dólares, em um país que lutava contra problemas seculares, que carecia de tantas coisas de primeira necessidade e onde havia muito desemprego e sub-emprego.

Em menos de vinte anos, o ex-Ubângui-Chari passara de uma colônia francesa a uma república pluripartidarista, depois a um Estado mono -

partidário, depois assumira novas instituições, com um executivo forte, partido único, primeiro-ministro de livre escolha e nomeação do Presidente e o chefe de Estado vitalício. E agora punha abaixo o regime republicano, adotando o monárquico que, como dispunha a constituição, seria parlamentarista.

4.7.3. A instituição monárquica na pátria de Jean-Bedel Bokassa

Nem o fato de ter sumido do mapa a mais antiga monarquia no continente africano, a etíope, foi impedimento para que Bokassa criasse a sua.

Poucas vezes a imprensa mundial tratou com tanta ironia um governante africano, como tratou ao novo Imperador Bokassa I quem, contudo, tinha o apoio integral da França e do governo conservador do Presidente Giscard que era amigo pessoal do monarca: tudo foi tratado com mofa, desde os trajes anacrônicos do faustoso imperador, até o seu rigidíssimo cerimonial que proibia os visitantes a se aproximarem mais de seis metros do soberano sem que o fossem devidamente permitidos, além de ser vedado dar-se respostas negativas a qualquer pergunta imperial.

Exageraram-se as críticas e se fizeram inúmeras acusações sobre essa personagem. É verdade que, pelo seu temperamento autoritário e pela firme determinação de corrigir o país através de uma disciplina militar, ele cometeu muitos erros, mas daí a ser acusado de antropofagia, como foi, vai longa distância e o autor desta tese, conversando com ilustre diplomata estrangeiro, o Embaixador Johan Frederick Pretorius, da África do Sul, que o conhecera pessoalmente, dele ouviu que muito do que se dizia era apenas calúnia, no sentido de denegrir-lhe a imagem.

Na guerra suja por detrás dos panos da política internacional, ele foi derrubado, com auxílio dos franceses, que o haviam ajudado tanto no início. Foi abolida a monarquia e restabelecida a presidência em 1979. Restabelece-se o pluripartidarismo com uma nova constituição que é aprovada em

referendo nacional. David Dacko é reeleito. Atos de terrorismo abalam o país e depois de um atentado em um cinema em Bangui, todos os movimentos oposicionistas são postos fora da lei e o presidente, já agora mais maduro e experimentado, pretende fazer-se ditador e seguir as pegadas de seu primo, o imperador, mas é por sua vez derrubado pelo General André Kolingba, que instala um Comité Militar de Salvação Nacional, em 1981. No ano seguinte, Ange Patassé, antigo primeiro-ministro imperial, tenta um golpe de Estado, mas é vencido e Kolingba afasta entre 1983 e 1984 todo elemento suspeito do Governo.

Está suspensa a constituição. Entretanto, uma constituição elaborada em 1986 previa eleições gerais para a Assembléia Nacional. Existe um Partido da Revolução, que agrupa diversos pequenos partidos como o da Frente Patriótica do Ubângui, o Movimento Centro-Africano de Libertação Nacional e o Movimento para a Libertação do Povo Centro-Africano, tolerados pelo governo. Frise-se que a constituição, redigida por uma equipa de juristas chefiada por Robinet de Saint-Omer, Edouard Franck e Yando Martin, deu amplos poderes ao chefe do Executivo e reduziu muitíssimos dos poderes da Assembléia que passa assim a exercer um papel simplesmente consultivo.

No dia 7 de maio de 1986, o General Kolingba, em forte pronunciamento, declarou que o pluripartidarismo é uma instituição europeia que não se quadra à situação africana, bem diferente e que muitos partidos só tendem a trazer a inquietação pública, as brigas pelo poder, a corrupção e a instabilidade e que, para o Estado centrafricano o ideal seria ainda o unipartidarismo. Oficializou, então, o partido único dentro do Estado, que é a União Democrática Centro-Africana, o seu partido.

A República Centro-Africana, pois, voltava ao regime militar, monopartidário, com um presidencialismo bem marcado e forte poder executivo investido nas mãos do presidente, que é eleito por sete anos e pode ser reeleito.

Advogando uma neutralidade política, a República Centro-Africana mantém boas relações económicas e diplomáticas com a Europa, tem apoiado uma política de aproximação entre os Estados africanos, condenando o regime de Pretória e propugnando ainda por mais estreitas relações comerciais com os países da região, a UDEAC, que perdeu um pouco de seu élan inicial.

Atuação extremamente dinâmica a da República Centro-Africana, ela passou por diversos estágios, em busca de um Estado que se lhe adapte e que possa fazê-la seguir a sua rota de prosperidade e maturidade política, que é o que ela vem perseguindo faz tantos anos.

É mais um Estado em África que mostra porque vicissitudes pode passar um país em busca de sua identidade, nem sempre fácil de encontrar.

4.8. Zâmbia, a instituição semivitalícia da presidência
e um velho reino indígena em seu seio

Passa por ser um dos países africanos mais tranquilos politicamente e dominado pelo menos faz quase trinta anos pelo mesmo líder. É ele o Dr. Kenneth David Kaunda, das figuras mais respeitadas naquela parte do mundo e um acérrimo e intransigente defensor de uma frente negra unida contra o regime racista, mas, por sinal, aberto ao diálogo com Pretória.

É um Estado rigidamente unipartidário desde dezembro de 1972, quando a constituição foi emendada para determinar que, em Zâmbia, só existiria um partido, o United National Independence Party, de Kaunda.

O país iniciou a sua história livre como pluripartidário mas Kaunda, um governante letrado e que gosta de fazer-se passar por um "humanista em África", colecionador de títulos universitários, autor de alguns livros sobre filosofia política, tem uma característica como líder político e dirigente zambiano: gosta demais de brincar com as palavras, a que ele empresta um significado por vezes bem diferente das que elas na realidade possuem, assim como brinca com as idéias brilhantes, bem vestidas.

O regime, que é chamado enfaticamente de One-Party Democracy, é uma república que possui, pelo menos nas aparências, o esboço de parlamentar, pois há um chefe de governo, ou primeiro-ministro que, na verdade, é apenas um auxiliar do presidente, cujos poderes são muito amplos. Há uma Assembléia unicameral de 125 membros eleitos para mandatos de 5 anos e 10 deputados são livremente indicados pelo presidente.

O território de Zâmbia é grande, 752.614 kms² e uma população de 6.650.000 habts. (estimativa de 1985) e lá vivem 73 tribos que falam mais de 40 línguas bantas e muitos dialetos, sendo que os principais são o nyamja, o bamba, o lozi, o luvale, o lumba e o tonga, mas é a língua inglesa a oficial do Estado.

Kaunda, que no início da sua carreira ascensional foi amparado pelo grupo étnico bamba, sabia que o tribalismo tinha de ser vencido com o tempo apenas e foi dos que não tocaram na estrutura tribal ao assumir a chefia do governo e logo mais a chefia do Estado.

Persiste em Zâmbia um reino indígena muito antigo, o dos Barotse e que tem muita força nas decisões regionais.

4.8.1. O velho reino de Barotselândia e a sua convivência em uma Zâmbia republicana e unitária

Bem pouca gente tem ouvido falar no reino dos barotses, mas ele ocupa uma boa extensão ao sudoeste de Zâmbia, a meio caminho entre a fronteira angolana e a Faixa de Caprivi, sobre o rio Zambezi.

Eles se constituíram sobre o antigo reino dos Lozi e quando os britânicos chegaram à região já os encontram estabelecidos em uma vasta extensão, dominando muitíssimas tribos, falando muitos dialetos. O magno aventureiro Rhodes, ao assenhorear-se das terras em nome do Reino da Grã-Bretanha, tem contacto com os barotse e vai até o Rei Lewanika, para firmarem um acordo que permitisse ao britânicos atravessarem o seu território. E fica assustado: o reino, que se estendia por vastas áreas fronteiriças, chegava aos limites dos mbunda, na Angola e mantinha relações com o Reino de Katanga, no Congo. Não foram fáceis esses primeiros contactos com Rhodes, o todopoderoso da colonização ao sul da África, e os barotse e o seu encarregado, um tal Lochner, oficial de polícia da Bechuanalândia, foi tateando o terreno aos poucos. Os barotse, guerreiros destemidos, tinham fama de estar sempre em guerras tribais, especialmente com o Reino de Msiri. Mesmo Livingstone não consegue grandes avanços com eles e foi um missionário protestante da então Basotolândia, Francis Coillard, quem consegue fazer-se respeitar pela sua paciência e bondade e se torna, como escreve Brusa, em Le Rhodesie nell'Eurafrica di Domani⁶⁶, "l'artefice più diretto della espansione inglese del Barosteland"⁶⁷

Foi então que Elliot Lochner retorna ao reino dos barotse e graças a ajuda de Coillard consegue ver o rei, firmando o tratado em 17 de junho de 1890. O território deveria conter muitas riquezas naturais, ou eram os barotse muito potentes na região para ser a sua amizade muito disputada pelos europeus: muitos aventureiros tentam chegar ao rei. O Foreign Office, de Londres, apressou-se em manter maiores relações com o reino indígena e já em 1895 era enviado Commissioner Residente quem, infelizmente, é morto na brutal rebelião que ensanguenta a Matabelândia. A inteligente - e perversa - política inglesa leva o soberano a firmar novo tratado, mais amplo, em 25 de junho de 1898, com maiores concessões e tratado de amizade novamente. E com isso, aos poucos, arrancaram as vastas possessões de Lewanika, um bom amigo da Inglaterra até à sua morte, já velho. Havia muito marfim na região, madeira de lei e em maio de 1905 houve a demarcação das fronteiras, ficando os barotse com apenas 350 kms de território a oeste do Zambezi, enquanto o restante era português e que mar -

os confins atuais.

Quem eram esses discutidos barotse?

Nos primeiros tempos da independência zambiana, ainda tiveram muita força e não entendiam que o seu poder local pudesse ser solapado por gente de Lusaka, a capital, que ficava muito longe e nem sequer falavam o mesmo dialeto que eles.

Ki-Zerbo como sempre, com acrimônia contra os reinos tradicionais e seus governantes, comenta que Kenneth Kaunda problemas e mais problemas teve com o chefe supremo dos barotse que "avait réussi à maintenir son droit de veto pour l'application des lois dans son fief"⁶⁷ e que assim teria que enfrentar delicados problemas intertribais. E como ele, outros se referem sempre à influência do rei dos barotse, descendente daquele Lewanika antemencionado e de cujos tratados com os britânicos, companhias anglo-sul-africanas ainda tinham proveito, mesmo depois de proclamada a independência zambiana.

Apesar de haver outros pequenos reinos em Zâmbia, alguns medianamente poderosos como o Estado de origem luba-lunda, cujo imperador, ou Mwata Yamvo, chegou a tomar conta de vasta região nas fronteiras com o Congo, formando o Reino de Kazembe; ou o Reino de Luyana, que se desenvolveu no alto Zambezi, rico em peixes e pastagens de gado, e chegou a formar um Estado poderoso, cujos reis, chamados Litunga, saídos de uma mesma dinastia, reinaram desde meados do século XVII e persistem ainda, respeitados pela república e muito apegados à tradição tribal, governando através de um primeiro-ministro chamado ngambela; o dos barotse foi aquele que ficaria mais famoso e que seria o mais acatado pelos colonos europeus.

Vieram em grandes migrações, possivelmente do Norte ou do Noroeste. Seriam de origem luba-lunda. "Towards 1650 the ancestors of the Lozi appeared in the country that is now called Barotseland", escreve Basil Davidson na Africa in History.⁶⁸ Por outro lado, esse Reino de Luyana e que seria aniquilado pelos kololo, vindos da África do Sul próximo de onde está hoje o Reino do Lesotho, conquista toda a área, dando nascimento a um forte Reino Kololo que, em 1864 é arrasado pelas tribos luyanas que se uniram aos toka e tonga. Renasce o Reino de Luyana, mas o seu povo adotara a língua kololo e já eram conhecidos como lozi, que se estenderam por vasta região, hoje conhecida como a Barotselândia. Foi o reino que ficou conhecido dos europeus, agora, é claro, o império do Mwata Yambo, ou Mwata Yamvo, a quem, por sinal Davidson dedica vários parágrafos enaltecedores no seu livro citado. Acontece porém que o grande reino dos lunda se espalha por dois outros Estados independentes, que são o Zaire e a Angola e a parte mais importante se encontra no primeiro, de modo que o Reino dos Barotse é o principado indígena mais importante ainda hoje no território zambiano.

Tudo é muito complicado e misturado à fantasia. Há poucos documentos escritos que provem esses acontecimentos históricos, o que só é feito depois que aparecem os primeiros europeus na região, os portugueses (ah, esses

extraordinários portugueses, tão fortes, tão valentes e tão frequentemente injustiçados em sua missão, civilizadores ou ocidentalizadores, como queiram, presentes em toda parte!), os belgas, os ingleses e os alemães, com especialidade os ingleses, esses romanos dos tempos modernos.

A. Brusa conta mais ou menos a mesma história a respeito da origem do reino barotse, assegurando porém que a rebelião dos barotse contra o makololo é terrível e que, com exceção de uma única tribo ao sul, todos são massacrados, mas que ficam traços desse reino e seu povo na toponomástica local e na língua franca, o siKololo, que mesmo a Casa Real dos barotse adota. Esse autor, que deixou muitas páginas sobre os barotse, escreve:

"Per la Rhodesia del Nord in particolare va ricordato il regno indigeno dei Lozi, gli attuali Barotsè, la cui storia merita di essere riassunta perchè in un certo senso ha influito nella attuale sistemazione politica della Colonia.

Misteriosa é l'origine dei Barotsè. Si sa solo che il loro nome originario era Balugi e discendevano, secondo una leggenda stranamente affine a quella del Cristianesimo, da una donna maritata con uno spirito che partorì il grande Mlozi.....

Mentre Mulambwa era capo dei Barostè, venne dal sud una tribù basuto chiamata Makololo, guidata dal grande Sebitoani" - in op. cit, p.81 e 82. Grifamos.

E, mais adiante, referindo-se a uma série de lutas dinásticas, lutas entre príncipes pela sucessão do trono, Brusa continua:

"... il Re basuto ne profitò per insediarsi sul trono Barostè circondato dai figli Makololo che vennero così a sovrapporsi non solo sui Barostè ma anche sulle altre tribù clienti, Bakota, Masubia, Makalala, ecc. Il Regno ebbe per capitale Sesheke, la principale città commerciale dei Barostè, decadde però in seguito a favore de Lealui, l'attuale capitale" - ibidem p. 82 e 83.

A verdade é que o reino foi respeitado pelos britânicos em sua arrancada pelo interior da África e os barotse obtiveram graças em parte à ação diplomática do Rei Lewanika, bom amigo dos britânicos e que chegou a tomar parte na coroação do Rei Edward VII, sucessor da Rainha Victoria, e em parte pela sua organização interna "il riconoscimento della propria indipendenza", comenta Brusa⁶⁹

Mais tarde, a Barotselândia figurava como uma reserva

nativa, com o seu lugar demarcado e que chegava a um superfície de 163.350 kms² e uma população que ia a mais de 325.000 súditos em 1941, com o Litunga reinando mais ou menos absoluto e tendo a auxiliá-lo o ngambela. Ellen e Attilio Gatti, no seu A África de Hoje,⁷⁰ taxam a terra de "primitiva, isolada, deixada à margem"⁷¹ e ainda "tão atrasada, tão apegada a costumes antigos e velhas superstições",⁷² contando, inclusive uma anedota dos dias em que Sir Roy Welenski, que foi primeiro-Ministro da Federação da África Central Britânica, que englobava as duas Rodésias (a do Norte, mais tarde Zâmbia, e a do Sul, que seria Zimbabwe) e a Niassalândia, que seria a república malaviana, visitou oficialmente o Reino da Barotselândia e que mostra aquele ponto ia o conservadorismo político do Rei Mwanawina III, do seu ngambela e do Conselho Nacional Hereditário de Barotselândia, que pediam que os britânicos não concedessem muitos direitos aos filhos da terra pois isso "ameaçava solapar os poderes hereditários tanto do Conselho como do Chefe Supremo".⁷³

Pois esse principado sobrevive na República de Zâmbia e o Presidente Kaunda, quando pode, visita oficialmente a região, que, administrativamente, se chama província da Barotselândia, tratando sempre respeitosa e reverentemente o soberano que, faz ainda alguns anos, era o mesmo Mwanawina III, já velho, mas ainda poderoso e andou por aí uma foto do Presidente, sentado em uma poltrona ao lado do rei em seu alto e imponente trono, vestido com as suas roupas de gala, um arremedo das roupas dos altos comissários do Império Britânico. Mas o mais interessante é que o Dr. Kaunda, figura das mais conhecidas no cenário africano e terceiro-mundista, parecia pouco à vontade ali, com aspecto de quem nada manda, se bem que, no campo externo e além das fronteiras da província-reino a figura do litunga de nada signifique.

E a razão, dá-a Don Taylor ao estudar "The Federation of Rhodesia and Nyasaland", no livro coletivo The Living Commonwealth⁷⁴ como sendo a de que,

"When the Europeans came, the only African people who had a form of government more advanced than that of the normal tribal organization of chief, elders and village headmen were the people of the Barotse region on the upper Zambezi. The Barotse had been conquered not long before by a remarkable chief, Sebituane, who had fought his way up from Basutoland in South Africa. He had won quite a large kingdom for himself in north-western Rhodesia and set up an effective administration. After his death, there was a chaos for a time until another great chief, Lewanika, restored a similar strong government. The

British promised to preserve this government
and they have done so" - in op. cit. p.346
e 347.

Havia um prestígio histórico que lhe vinha do período áureo do colonialismo. Ademais, a Barotselândia cobria uma grande superfície e os seus príncipes hereditários vinham-se sucedendo sem problemas através dos anos sempre muito acatados do seu povo. Os chefes lozi não queriam aceitar o domínio de Lusaka e só a promessa formal do novo Governo de não tocar em suas regalias. E entre estas regalias, a manutenção do seu rei e do velho Conselho Hereditário.

E isso foi feito, não obstante o então muito jovem governante republicano ser um líder com sede de poder. Mas era moderado e não pretendeu adotar as medidas que Nkrumah, Yaméogo e outros haviam tomado.

4.8.2. O Estado zambiano e o exaltamento do unipartidarismo

A 24 de outubro de 1964, nasce Zâmbia como Estado independente com Kenneth David Kaunda como seu líder, que foi durante a autonomia seu premier. Doutor em Direito, ele é um batalhador pela independência política não só do seu país, mas da região do subcontinente e acreditava muito que a independência do Zimbabwe pudesse trazer um maior reforço para a política que vem adotando, de formação de uma grande África negra ao sul.

Como outros líderes africanos, o Presidente Kaunda tem tido algumas oscilações que podem parecer como retrocesso em uma política que vem defendendo faz tantos anos, como a valorização máxima do homem zambiano, com uma ação política que jamais se distancie do homem zambiano e que ele chamou de humanismo zambiano, ou política do humanismo.

É o único Estado em África que, com exceção da África do Sul, possui uma filosofia de Estado, o que é, sem favor, um grande avanço politicamente.

Como escrevemos em outra parte,⁷⁵ o Presidente prega um humanismo político como forma de manter a república sob uma ideologia, vencer as pres -

sões dos chefes tribais e dar certa projeção não apenas em África, mas ainda entre o bloco neutralista, de que é um dos maiores defensores e frequentes partícipes. É um sustentáculo das boas relações entre a África Negra e o Ocidente e tem mantido bons laços de amizade com a antiga metrópole. Os parceiros comerciais mais importantes são a Grã-Bretanha, os EUA, o Japão, a Alemanha Ocidental e a África do Sul.

No campo internacional, a sua participação mais intensa tem sido na Frente de Rejeição ao apartheid, mas aceita um diálogo com Pretória e o nome presidente sul-africano, de Klerk, já manteve conversações com Kaunda. Entretanto, desde os dias de Vorster esses diálogos vem sendo mantidos, mais ou menos velados e cautelosos: Kaunda, aí, exerce uma política de equilibrismo, pois nem quer descontentar os seus vizinhos negros, que acreditam no seu prestígio como líder e que encaram a sua filosofia do humanismo político como uma excelente saída para o caos que ameaça o continente, nem quer descontentar fortemente a África do Sul, a maior potência, a mais rica e mais bem armada de todo o continente, ao mesmo tempo em que dela não pode prescindir para o seu comércio.

Causou estranheza, também, ele não ter reconhecido em 1975 o novo governo de Angola estabelecido pelo MPLA - o extremista movimento popular de libertação de Angola, por este não respeitar os outros partidos existentes e marxizar o país sem uma consulta prévia ao povo, ainda dividido entre as lutas de facções, entre elas a Unita, com muito sofrimento para todos os angolanos. O seu gesto foi interpretado como uma repulsa ao marxismo na área e ele foi muito elogiado por Pretória e outros Estados que defendem uma liberdade político-econômica para a África. Curiosamente também ele fecha a fronteira com a Rodésia, por esta possuir um governo de minoria branca dez anos depois de Ian Smith ter estabelecido o seu regime...

Algumas vezes tem agido com excessiva energia, prendendo opositores do regime e fechando sindicatos.

Falando sempre em "participatory democracy", Kaunda começou como um defensor do multipartidarismo, mas com os exemplos frequentes nos outros Estados africanos, fossem de feição conservadora e pró-Ocidente como a Costa do Marfim ou socialistas como a Tanzânia, além das ameaças de instabilidade política internamente, passou a defender o unipartidarismo como a única maneira de manter o Estado alheio aos vendavais político-partidários e à insatisfação das nações indígenas.

Colin M. Morris na introdução do livro A Humanist in Africa⁷⁶, do Presidente, compara-lhe a filosofia do humanismo com a postura gandhiana e enaltece-lhe os méritos possivelmente de modo exagerado. É um líder importante, não resta dúvida, mas detém mais poderes do que qualquer imperador europeu jamais deteve no final do século passado: ele nomeia dez membros do Parlamento, o Parlamento consiste do próprio Presidente Kaunda e do Congresso Nacional, ele pode convocar e dirigir-se ao Congresso a qualquer tempo, tem

perrogativas constitucionais de declarar medidas de emergência e existe uma "Preservation of Public Security Act", que permite que um cidadão seja detido e preso sem julgamento.

Os poderes executivos do Estado são investidos no Presidente da República que é eleito por cinco anos e, para o atual, sem restrição de mandato. Ele é assistido por um gabinete que consiste no primeiro-ministro (atualmente, Kebby Musokotwane, desde junho de 1985) e ministros de Estado de sua livre nomeação, desde que sejam membros do Parlamento, e - leitos ou nomeados e com consulta ao premier. É ainda presidente do partido único. É o supremo comandante das Forças Armadas.

E, agora, um instituto que, em outras palavras, esta belece a semivitaliciedade: só pode ser presidente da república aquele que fizer parte do partido único e por ele for apontado, assim como não há limitação de mandato para o presente, considerado pai da pátria zambiana. Ora, como ele é o chefe do partido e o seu mandato não tem limite, digamos de uma, duas ou três eleições consecutivas, ele pode manter-se à frente do Estado por tanto tempo quanto deseje e já lá se acha faz 25 anos.

O Estado é unitário e fortemente centralizado, pois os em cada uma das oito províncias em que se divide Zâmbia há um Governo provincial que opera através de "Cabinet Ministers", sendo que esse Cabinet Minister é o representante direto do Presidente. Cada província é dividida em distritos - há vinte e cinco distritos no país - cujo cabeça é o District Governor, que também é designado pelo Presidente e é seu representante pessoal em nível distrital. Por sua vez esse Governador é responsável perante o ministro de Gabinete para a província pela tarefa de coordenação das atividades governamentais no seu distrito e supervisiona também as atividades de todos os departamentos mas somente é responsável por aqueles do governo provincial e local. Os órgãos do governo local, urbanos ou rurais, estão sob controle do ministro de Governo Local.

Há uma House of Chiefs, que é um órgão que orienta o governo central e a legislatura a respeito das opiniões dos chefes tribais sobre matérias que fiquem restritas ao seu povo. Examina e debate essas matérias, desde que o Presidente certifique que são de inteira necessidade para o bem público. Cada província do Norte, Sul, Leste e Oeste possuem quatro membros nesse Conselho Tribal. As províncias do Noroeste, de Luapula e Central possuem três representantes. Todos são eleitos por um período de três anos e escolhidos por um Conselho Provincial de Chefes em cada província.

Para que se chegasse a esse forte centralismo, o partido único colaborou, mas, um tanto ingenuamente, Kaunda ataca o multipartidarismo em seus livros, como uma forma de opressão do Estado contra a classe pobre e chega a ponto de olhar a instituição como uma panacéia política. E prega insistentemente a One-Party Democracy, como o faz no opúsculo The Nation is YOU??

"Our decision to make Zambia a One-Party Democracy is not designed to suppress opposition. We do not need a change in the system of Government to do so. We have an overwhelming majority in Parliament; we could introduce any repressive legislation. We do not want to do so. We could have done so in any year since 1964. We have not. We do not need a One-Party Democracy even to deal with rebellious elements and saboteurs. We could do so even under the present Constitution. We are permanently set against dictatorship; we are irrevocably committed to Democracy.

The One-Party Democracy will help us to weed out political opportunists and people who have become professionals at manufacturing lies, spreading rumours, creating confusion and despondency and pretending to oppose what they inwardly welcome and exploit for their own personal benefits in the name of democracy which they have abused and desecrated" - in op. cit. p. 5 e 6.

E, concluía que

"A One-Party Democracy is, therefore, not an end in itself, but a means to an end. The new era which we are entering must mean an end to political prostitutes who have paraded themselves in the past before this Nation in the name of democracy - living on cheap tissues of lies and propaganda and preying on innocent members of the Zambian society. We must all learn our living" - in op. cit. p. 9.

Em outro trabalho, Africa in the 60s - The decade of decision and definition⁶⁷⁸, lembrando que o país escolhera o humanismo como filosofia política, assegura que Zâmbia, como de resto a África Negra, não podia querer continuar a imitar as instituições européias e tem estas palavras certeiras:

"Further, the fact that Western European countries adopt multi-party systems does not necessarily make them ideal for all countries in the world today. Nor does it mean it has a monopoly of democratic institutions or set-ups. Far from it. Africa with its various economic, social and cultural factors is more suited to a one-party state" - in op. cit. p. 25.

Trechos grifados nossos.

Era a consciência de que existe um Estado africano para Zâmbia e que esse não seria jamais a cópia de um europeu.

4.9. Maláui - o êxito da presidência vitalícia

Foi, ao que parece, o único governante africano, com exceção do Primeiro-Ministro Leabua Jonathan, do Lesotho nos dias do Dr. Verwoerd, a visitar a África do Sul e com ela manter relações diplomáticas. Mas o Ngwazi Dr. Hastings Kamuzu Banda, presidente perpétuo do Maláui, também conhecido como Malávi para os portugueses, sabe que o seu é um país muito pobre e que, para sobreviver, precisa desesperadamente da ajuda sul-africana. O Dr. Banda vem marcando a sua política interna e externa por uma coragem de decisão que acaso poucos governantes em África têm tido e por um pragmatismo muito acentuado.

A República do Malávi é, também, pelo momento, a única que mantém no bojo da sua Carta Magna a instituição da Presidência for life, se bem que, como vimos anteriormente, haja outros governantes em África que são mais ou menos vitalícios, seja através de hábeis manobras políticas, seja por sucessivas reeleições, ou pela força de um regime castrense ou de partido único.

Poucos Estados em África são tão estáveis e pacíficos quanto o Malávi e poucos líderes tão acatados como o Dr. Banda, quem, com mais de 80 anos, vem mantendo ileso o seu prestígio e a sua autoridade em um país de jovens, de muitas tribos e espremido entre grandes Estados como Moçambique marxista, Tanzânia com o seu socialismo africano mitigado e Zâmbia com o Dr. Kaunda com o seu regime altamente centralizado.

Há uma como espécie de respeito e veneração pelo velho líder que guiou o país para a independência e soube, através dos anos, guiá-la para longe dos conflitos que atingiram outras partes da África e que, mesmo condenando teoricamente o apartheid em Pretória, não deixou de considerar o grande Estado sul-africano como um país africano, reconhecendo-o e com ele mantendo relações comerciais e diplomáticas. Quase todos Estados africanos mantêm mais ou menos intensas relações comerciais com Pretória, precisam da sua ajuda económica, sua assistência técnica e até precisam de seu dinheiro e de seus técnicos para sobreviverem como Moçambique, cujo porto foi restaurado e mantido pela África do Sul, mas a atacam violentamente no cenário internacional e se recusam a reconhecê-la. O Malávi de Banda não só reconheceu Pretória, mas estabeleceu uma embaixada ali e o Presidente Vitalício fez na visita de Estado, das raras que tem feito nos últimos anos. Mantinha bom diálogo com o duro e intransigente Vorster e os manteve com o Presidente Botha e sem dúvidas os manterá com o Presidente De Klerk.

Se a instituição da Presidência Vitalícia desapareceu de Uganda, da Africa Central e da Guiné Equatorial, varrida com a queda de seus líderes ou já ameaçada muito antes de eles tombarem, no Malávi ela parece estar muito sólida, pois para manter a harmonia interna espera-se que o Dr. Banda indique o seu sucessor. Todos porfiam em merecer-lhe não só a simpatia, mas ainda a confiança e, comenta-se, tem havido muita luta suja nos bastidores, inclusive com amorte misteriosa de Dick Matenje, secretário-geral do partido único, o de Banda, e seu mais provável sucessor. Afora isso, como em algumas velhas monarquias do passado, há intrigas palacianas muito fortes e sempre no intuito de agradarem ao Ngwazi quem, apesar de sua avançada idade, conserva toda a sua potencialidade e tem evitado a falar de sucessão. Por algum tempo, falou-se muito na possibilidade de John Tembo, presidente do Banco Central e tio da amante oficial do Dr. Banda, Cecilia Kadzimir, de vir a sucedê-lo, mas pesaram muitas suspeitas sobre ele quando do desaparecimento do secretário-geral do partido, em 18 de maio de 1983, dado como acidente de automóvel, mas segundo observadores políticos locais, o pretendente teria sido eliminado pelo poderoso clã de Tembo. O fato é que, menos de um ano depois, o Presidente remanejava todo o seu ministério e colocava no Banco Central, o antigo ministro das Finanças, Chakakala Chazia.

O sucesso da Presidência Vitalícia no Malávi pode ser atribuído mais do que à força do partido único, à esperteza política do Presidente, que soube atravessar diversos períodos difíceis sempre incólume e, mesmo quando eliminou a oposição, prendendo gente, exilando outros, pondo partidos políticos fora da lei, estabelecendo uma rígida censura no país, por ocasião da revolta fracassada do ministro da Educação, Henry Chipembere, em 1965, Banda se manteve intocado.

4.9.1. O presidente-rei do Malávi e seu governo autoritário

Não é muito poupado pela imprensa africana, que vê nele um colaboracionista e um "puppet" do regime de Pretória, o que não parece ser muito justo para com o velho líder.

O historiador Ki-Zerbo, na sua obra citada,⁷⁹ chega a es

crever que sendo o Dr. Banda pela colaboração e cooperação com o regime da África do Sul, é "Pretoria qui le soutient et dont le Malawi est devenu une zone d'influence".⁸⁰

Ele evoluiu de um radicalismo à outrance, quando prega a expulsão de todos os brancos do Malávi e a africanização completa do país, para uma postura de convivência pacífica.

Não se sabe exatamente quando nasceu, mas teria sido por volta de 1906. Diferentemente de outros líderes negros da época, ele provinha de uma família modesta e estudou o primário com os missionários, indo depois trabalhar em uma mina na África do Sul, onde trabalha por oito anos, servindo inclusive como intérprete dos seus companheiros. Com as economias que consegue amealhar na África do Sul, viaja para os Estados Unidos para frequentar diversas universidades, passando pelo Wilberforce Institute de Ohio e Nashville, no Tennessee, mas é em Edinburgo que recebe o seu diploma de médico, praticando a medicina, com muito sucesso, em Liverpool e North Shields, antes de estabelecer-se no subúrbio de Kilburn. "Foi em Londres, escreve Decraene que o considera um grande pan-africanista",⁸¹ que o Dr. Banda principiou a interessar-se verdadeiramente pela política". Fez-se amigo de Nkrumah e Kenyatta e cria o Nyassaland African National Congress que, em pouco tempo, se tornaria o partido mais influente da Niassalândia, então jungida a uma Federação contra a qual se volta, terrivelmente, o Dr. Banda. Em antiga reportagem aparecida no "Time", edição de 10 de julho de 1964, por ocasião da independência do Malávi, conta-se que, tendo retornado para a sua pátria depois de muitos anos de ausência, ele passa a defender a independência imediata do país e sua retirada da federação:

"He battled Federation Prime Minister Roy Welensky at home and in London and went to jail as a result. But with his people behind him, Banda held the spades; finally he won a promise of independence from Britain" - p. 22.

O mais engraçado de tudo isso é que, tantos e tantos anos vivendo fora do país, ele teria esquecido a própria língua materna mas fazia discursos em inglês que "électrissent les foules" comenta, com ironia, Ki-Zerbo.⁸²

Foi a sua arma poderosa: Banda foi sempre um excelente orador, rico em imagens, com muita facilidade para falar por minutos e minutos e um domínio cabal do inglês. Gostava então das frases retumbantes, das frases de estouro e efeito. Gostava de impressionar, ele, pequenino, sempre vestido com grossos ternos escuros, uma longa bengala de chefe e um indefectível espanta moscas muito bonito, muita vez envergando um grosso capote, soltava expressões que tombavam em cheio no meio da massa e quase sempre começava seus discursos com um grito de Kwacha, Kwacha - aurora. Aurora era, pa-

ra ele, o começo da liberdade. Seus diretos e fortes discursos enlouqueciam as massas:

- Ao inferno com a Federação! Eu estou preparado para tudo e até o meu espírito e as minhas cinzas combaterão a federação dos brancos. Eu, estou, pessoalmente preparado para ir para a prisão, a qualquer momento, mas nós queremos ser senhores em nossa casa. Kwacha, kwacha!

O fato é que, pouco tempo depois, o país se torna independente na Comunidade. Ele é escolhido como primeiro-ministro e a Rainha Elizabeth II continua como chefe de Estado do novo Estado, batizado como Malávi. Oliver e Atmore⁸³ no Africa since 1900 escrevem que foi a chegada de Banda da Europa, depois de uma ausência de 40 anos, que arreventou os laços da federação e logo retirou a Niassalândia do seu seio.

Tão logo assume o governo do novo país, cuja cerimônia de independência contou com a presença do Príncipe Philip, o Duque de Edinburgo, o Dr. Banda esquece as suas acusações vingativas contra os brancos, que eram uma minoria, e contra os asiáticos, e passa a adotar uma política moderada com relação aos estrangeiros, que se sentem bem nesta que é considerada "one of the most beautiful lands in Africa", segundo admirativas palavras de Don Taylor.⁸⁴

Não obstante o nome Malávi, ou Malawi, ou Maláui, deriva de um reino Maravi que teria existido naquela região, o país não conta em seu território com nenhum remascente de velho reino. As principais tribos, em sua grande maioria de origem banto, são a chewa (nyanja) nas regiões Central e Sul; os yao e lomwe ao Sul; ngoni nas regiões Central e Norte e tumbuka, tonga e nkhonde ao Norte. Não há aí nenhum reino nativo como o baluba, ou o dos batotse, ou o império dos kunda ou o dos móssi. Teriam vindo em sua grande parte do Norte, Leste e Sul entre os séculos XVI e XVII. As tribos, porém, mantêm os seus chefes e há conselhos de chefes, mas não detêm grande influência junto ao autoritário governo do Presidente Banda que é, por força da constituição, chefe do Governo e do Estado, em um país de regime fortemente presidencialista. O Presidente é chefe supremo das Forças Armadas e nomeia livremente seus ministros. A Assembléia Nacional é unicameral e consta de 101 membros eleitos enquanto determinado número é de livre escolha e nomeação pelo presidente. Há vários partidos como a Liga Socialista do Malávi, o Movimento pela Libertação do Malávi e o Congresso para a II República, todos no exílio e proibidos de funcionarem no país, que tem no Partido do Congresso Malaviano, o seu partido nico e chefiado pelo Dr. Banda.

A política externa fica a inteiro critério do Presidente que é o seu orientador e, faz alguns anos, ele resumiu as suas linhas gerais em um artigo muito orientador também, "Malawi and World Affairs", em que ele demonstra uma coragem ímpar em lembrando que o Estado jamais apoiaria propostas que na sua opinião soassem como irrealísticas ou que tendessem apenas a

granjear popularidade. Essa política externa teria que levar em consideração o subdesenvolvimento econômico do país e a sua precária posição geográfica, de território continental, sem saída para o mar e dependendo, portanto, de outros Estados para o escoamento de suas mercadorias.

O Presidente pode convocar a Assembléia se julgar necessário. Os seus poderes pela constituição são muito amplos e ele não tem que se preocupar com o tempo: é vitalício. Faz muitos anos, Lorde Segal, líder de uma missão parlamentar britânica ao Malávi, dizia que o país fora abençoado com três bênçãos: a da paz, do amor do trabalho e da liderança, e concluiu a dizendo que o Dr. Banda era um líder digno, um estadista de visão, sabedoria e humanidade. Pode ser que ele fosse tudo e ninguém o duvida que assim tem sido até hoje, mas tem reprimido com violência as manifestações da oposição e não tolera críticas ao seu governo.

Conscientemente direitista, o Dr. Banda só recentemente permitiu que o país estabelecesse relações diplomáticas com dois países comunistas, a Romênia e a Albânia, por os julgar menos peados a Moscou e a Pequim e por sabê-los menos influentes.

Como prometeu, jamais nacionalizou um banco, uma empresa ou uma entidade comercial ou industrial estrangeira. Abriu as portas do país ao investimento de fora e este tem vindo muito da África do Sul, da Grã-Bretanha, do Japão, da Holanda e dos EUA. Desde 6 de julho de 1966, o Malávi é uma república, mas permanece na Comunidade Britânica.

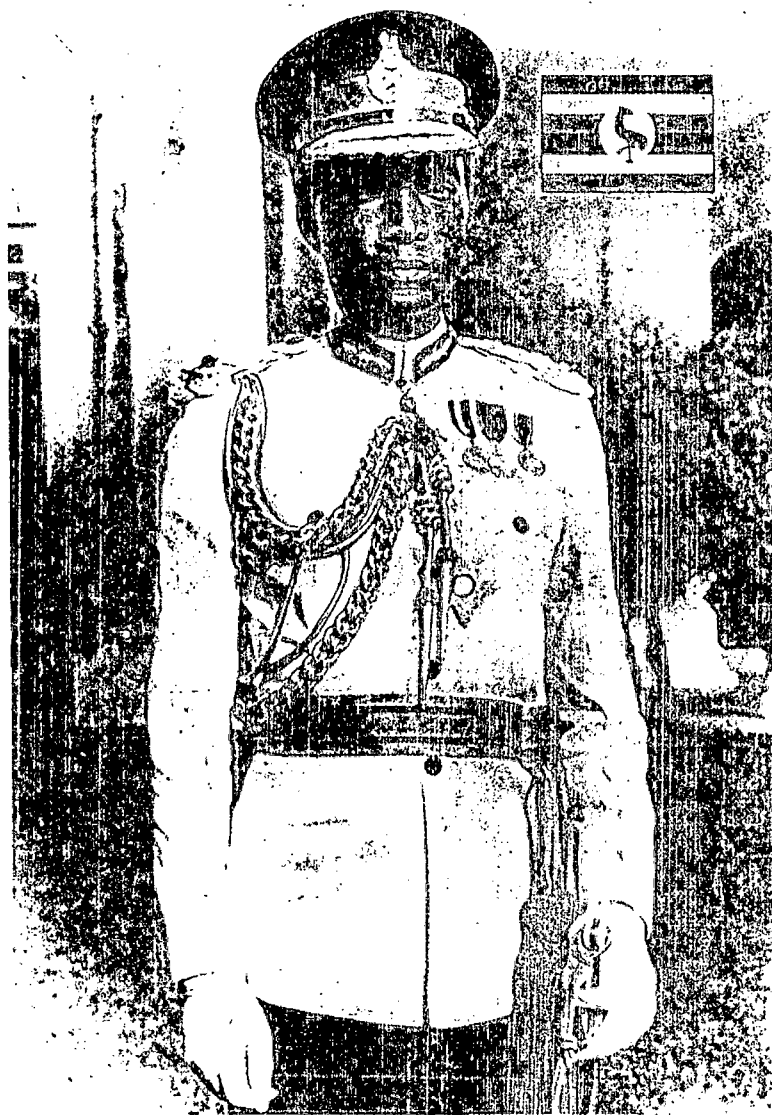
Poderes constitucionais ele os tem demais, como acaso poucos reis do passado e, quando necessário, ele os usa sem hesitar. Apesar de retraído pela avançada idade, ele age sempre como um autêntico rei, aliás, um presidente-rei.

Vitalício desde novembro de 1970, o problema que se descortina em o horizonte da política interna malaviana é o da sucessão, o que virá depois que o Ngwazi morrer, se ele não deixar cuidadosamente assegurada a sua substituição. Poderá haver um banho de sangue nessa disputa pelo poder, há vinte e cinco anos nas mãos da mesma pessoa.

Depois, com o seu autocratismo ele tem feito naufragar toda e qualquer atividade política no país, com tanta intensidade como os mais fortes regimes militares da África Negra.

Contudo, foi capaz de criar no Malávi um tipo de Estado com características próprias e que se não encontra na Europa, nem nas Américas, mas poderia ter ligeiras semelhanças com regimes autoritários da própria África, no Iêmen do Norte e em países do Leste.

Refoge, igualmente, à classificação tradicional.



Sir Edward Frederick Mutesa, President of Uganda.

O Rei de Buganda, Kabaka Mutesa II, grande líder nacionalista que foi Presidente de Uganda, sendo deposto pelo Primeiro-Ministro Milton Obote. Quis a independência de seu reino indígena. Morreu no exílio em Londres e Buganda se tornou mera província administrativa de Uganda, sob os regimes repressivos de Obote e de Idi Amin Dada.

4.10. Uganda, a dos muitos reinos e de uma fugaz presidência perpétua

Uganda, que mereceu rasgados elogios de Sir Winston Churchill, ficou, há mais de dez anos atrás, tristemente famosa pelas histrionices de seu governante, o famigerado Marechal Idi Amin Dada, presidente vitalício e um dos mais truculentos líderes negros.

Antes de entrarmos em considerações históricas sobre os reinos que existiam em Uganda, com especialidade o de Buganda, é preciso que chamemos a atenção para um aspecto assaz importante: Uganda é, como outros atuais países africanos, uma pura invenção européia na configuração que tem e nas suas fronteiras, por mais que o nacionalismo ugandiano diga o contrário. Quando os árabes chegaram por primeiro, vindos do sultanato de Zanzibar, eles entraram em contacto com quatro reinos bem desenvolvidos e altamente centralizados: Buganda, Ankole, Bunyoro e Toro. Demoraram-se mais no primeiro, que era um rico centro comercial, e foi em 1844 que o primeiro árabe penetrou na corte do kabaka. Mais tarde vieram outros grupos de mercadores árabes e em 1862 vieram Speke e Grant, que se fizeram amigos do poderoso kabaka de Buganda, Mutesa I. Em 1873 foi a vez de Stanley e todos foram muito bem tratados na corte, ficando encantados com a inteligência do rei, a sua gente, os palacianos, o rígido protocolo e o adiantamento do reino. Mutesa era um homem ansioso de tudo aprender e do seu contacto com os árabes, contam Oliver e Atmore no livro Africa since 1800,⁸⁵ ele não apenas quis comprar armas e pólvora, mas ainda "listening to the Islamic teachings of his Arab friends, even learning to write the Swahili language in Arabic characters".⁸⁶

Um outro ponto a reter é que houve, por ocasião da descolonização, uma espécie de guerra suja, em que prevaleceu, mais que a vontade de um povo, os baganda, o interesse político do Reino Unido ao tentar manter unida uma federação que não tinha motivos de ser, pois em tudo os Estados-membros eram diferentes, sobretudo o de Buganda, que, pelo seu passado histórico e pelo seu alto desenvolvimento político, a sua organização administrativa que nada ficava a dever à de muitos Estados de outras partes do mundo. Os ingleses, que sempre adotaram a política do divide et impera, quando se tratava de entregar a colônia ou protetorado aos novos senhores, adotava uma política unionista, desfazendo uma velha filosofia administrativa tantos anos usada. E a Grã-Bretanha, cujos feitos guerreiros e a força e tenacidade com que levaram a civilização conhecida como ocidental até os confins do mundo merecem sempre rasgados elogios, era, ao mesmo tempo, a pérfida Albion do pragmatismo acima

de tudo. Se o Governo inglês tivesse acedido às petições do Governo do Kabaka Mutesa II, ter-se-ia conservado naquela parte da África Negra um velho Estado monárquico, com estrutura inteiramente africana e que queria continuar africano e ter-se-iam evitado muitas guerras civis desnecessárias e um dos mais bárbaros genocídios deste século.

Uganda torna-se independente como um Estado federal em 1962, pluripartidarismo, parlamentarismo a funcionar e um presidente federal que era a garantia da constituição e da sobrevivência dos Estados federados constituídos de quatro reinos e um território independente, cujo governador era nomeado pelo Governo federal. Dos quatro reinos, havia um com estatuto especial, o de Buganda, e esse chamado território independente, pois não fazia parte de nenhum dos reinos ficava muito próximo de Buganda, tinha seus chefes tribais hereditários que eram reconhecidos pela federação. Além dos quatro reinos, que eram Buganda, Ankole, Bunyoro e Toro, e do Território de Busoga, o país era dividido em onze distritos administrativos que eram Acholi, Rugisu, Bukedi, Karamoja, Kigezi, Lango, Madi, Sebei, Teso West Nile e o território de Mbale.

4.10.1. A estrutura federal de Uganda, a melhor da África Negra e a sua abolição

Essa teria sido a mais completa estrutura federal já criada em África. Parecia uma minúscula Comunidade Britânica de Nações por um lado, enquanto por outro se parecia ao Canadá ou à Austrália. Mas, uma vez mais, os exageros do tribalismo levaram de roldão um edifício que poderia ter persistido.

A legislatura suprema residia no Parlamento que consistia do Presidente e da Assembléia Nacional. Esta possuía 82 membros eleitos por voto popular e alguns membros eleitos de modo especial, através dos chefes tribais.

O principal órgão executivo era o gabinete de ministros cujo chefe era o primeiro-ministro nomeado pelo Presidente, assim como outros órgãos cujos chefes ou ministros tivessem sido estabelecidos pelo Parlamento ou pelo Presidente aconselhado pelo primeiro-ministro.

Menos poderoso que outros presidentes em África, o de Uganda, porém, não era apenas uma figura de cerimonial. Representava a federa-

ção nas suas relações com outros Estados, era o supremo comandante das Forças Armadas. Tinha o seu papel muita importância por ocasião da mudança de gabinete e garantia, também, a livre ação dos partidos de Oposição e sua liderança e servia de garantia para as eleições nos quatro reinos.

O Judiciário era independente e o mesmo para toda a Federação, mas não podia apreciar matéria de interesse estritamente local e tinha nenhum poder para desfazer, dentro de Buganda, atos do kabaka. Os assuntos do reino de Bunyoro e que envolvessem matérias locais decididas pelo Omukama e que estivessem acima das atribuições do Conselho de Chefes, poderiam ser apreciadas pelo Judiciário federal.

A questão da segurança nacional ficava a carga do governo federal, entretanto matérias de segurança local ficavam a cargo das polícias de cada reino, podendo as forças federais serem chamadas a intervir se fosse grande a conturbação e assim mesmo a pedido do rei.

O kabaka de Buganda tinha a sua própria força policial.

O Presidente exercia ainda o direito de indulto.

Cada distrito tinha o seu cabeça, nomeado pelo Governo federal mas em geral escolhido entre os chefes tribais.

Os reinos, que dentro da constituição se chamavam províncias da federação, gozavam de maior autonomia interna do que os Estados federados da Nigéria, mesmo o sardaunato de Sokoto ou o sultanato de Kano. O omukama de Bunyoro, por exemplo, à época da independência, Sir Tito Winyi, que gozava de muito prestígio junto aos ingleses, chegara a fazer visitas "oficiais" à capital da federação, Kampala, sendo recebido com honras.

A Universidade do Makerere, contudo, pertencia a todo o país e os seus formados iam engrossar os departamentos federais não apenas em Kampala mas nas capitais dos reinos-membros e nos outros territórios e distritos. Entretanto, cada reino, mesmo tendo a educação provida pela federação, mantinha escolas pagas pelo governo local.

A saúde pública também ficava a cargo do Governo federal.

Em uma redivisão posterior, a Federação de Uganda ficou cortada em quatro províncias: a do Norte, a Oriental, a do Oeste e especial de Buganda.

Na província do Norte ficavam cinco grandes distritos: West Nile, Karamoja, Acholi, Madi e Lango; na Oriental, ficavam também cinco: Teso, Bugisu, Mbale, Bukedi e Busoga; na do Oeste: Toro, Kigezi, Bunyoro e Ankole. Note-se que nesta última ficavam três dos quatro reinos existentes em Uganda, sendo que Ankole era o maior, seguido do de Toro e o menorzinho o de Bunyoro.

A província especial, de Buganda, por sua vez, se dividia em quatro pequenas subprovíncias ou distritos, que eram: East Mengo, West Mengo, Mubende e Masaka. Só Buganda tinha mais população que os três reinos juntos, assim como tinha o maior contingente de estrangeiros do país, entre indi-

anos, paquistaneses, goenses e europeus, além de árabes há muitos anos já vivendo em terras de Uganda e africanos de outros países como banyaruanda, fugidos dos horrores das guerras civis e raciais em Ruanda, os rundi que escaparam das guerras entre batutsi e bahutu, quenianos, tanzanianos, congoleses e sudaneses, entre outros. Uganda tinha fama de país calmo e próspero, e Uganda tinha uma política de estabilidade, em que todos os povos se davam bem e, dentro dessa, havia Buganda, com o prestígio histórico de seu velho reino cujo kabaka, ou rei supremo, era justamente o chefe do Governo federal.

Os partidos eram locais e federais, mas dois tinham grande prestígio e conseguiam o maior número de eleitores além fronteiras locais: o Uganda People's Congress, de Milton Obote, que vence o conservador Democratic Party, de Benedicto Kiwanuka, primeiro premier de uma Uganda independente, e o aristocrático Kabaka Yekka, chefiado pelo Rei de Buganda e Presidente da Federação, o arquifamoso Sir Edward Mutesa II.

Com a ascensão de Obote à chefia do Governo federal, uma das mais trágicas figuras na história da África oriental, empedernido, vingativo, cujo sonho de fazer pela força de Uganda um Estado unitário tornar-se-ia realidade pouco tempo depois, a história constitucional do país iria ter um tremendo turning point e, para sempre, alterar-se-iam as próprias instituições federais.

Para isso contribui, também, o elevado grau de autonomia que Buganda gozava e que não agrada de nenhum modo ao Primeiro-Ministro Obote, que se dizia acima das questões tribais e um ferrenho inimigo dos reinos tradicionais.

Aliás, ele nem era banto, como o kabaka e outros líderes mas pertencia a uma tribo minoritária nilótica e consegue fazer crescer o seu partido advogando uma política pan-nacionalista para Uganda, que se sobrepusesse a regionais divisões, a quaisquer tendências tribais.

Era, sem dúvidas, um seguidor dos métodos impiedosos de Nkrumah e Sékou Touré e queria esmagar os reinos subsistentes, em especial o de Buganda. Na verdade, ele devotava um profundo ódio aos bantos e não conseguia esconder o rancor que sentia pelo kabaka, a quem efetivamente derruba e persegue.

O Estado federado, multipartidário, que casava extraordinariamente as velhas tradições reais dos baganda, dos batoro, dos banyoro e outros com uma modernidade que se manifestava em uma federação de fazer orgulho, seria varrido por Obote e, logo mais, enterrado por Idi Amin, com o seu tirânico regime, seguido de governos instáveis como veremos a seguir no estudo das instituições ugandenses.

Era o mais prestigiado dos reinos e não há história da África Negra que trata da colonização que não dedique um capítulo especial ao reino de Buganda e sua estrutura administrativa altamente centralizada, aos seus reis de longa linhagem, que governaram o país por vinte e duas gerações, alguns tipos esclarecidos e bons governantes, outros tirânicos e brutais.

Basil Davidson faz referências à ordem e instituições reais de Buganda, tão sólidas entre o povo que os reis "have ruled over Buganda for twenty-two generations"⁸⁷ e para dominar toda a região os britânicos fazem aliança com Mutesa I, aproveitando-se das disputas entre os vários reinos vizinhos.

Em um livro que teve muita repercussão quando de sua publicação, por denunciar os crimes de Amin, o antigo ministro de Estado Henry Kyemba, que foi secretário particular de Obote e por ele não esconde as suas simpatias, em diversos passos fala do reino de Buganda e seu governante, sempre com admiração aliás. Logo nas primeiras páginas de State of Blood⁸⁸, a título de introduzir a sua pátria para o estrangeiro, ele escreve:

"Within the new Uganda, there were four long-established kingdoms: Buganda (the most powerful), Bunyoro, Ankole and Toro. Each had its king. The best-known king was the Kabaka of the dominant power, Buganda. In fact, it is from the root syllables of Buganda that Uganda takes its name" - op. cit. p. 16.

E mais adiante:

"When the British arrived in the late nineteenth century, they found that the southern areas, with their well-established social systems, were relatively easy to administer. These areas became provinces of the Empire, and their kings became in effect provincial governors. As long as they ruled in peace with the aid of British administrators, they were left largely alone. The Kabaka of Buganda remained in some ways a king among kings" - in op, cit. p. 17.

Buganda tinha problemas com Bunyoro, e os dois reinos eram inimigos tradicionais desde muito tempo e a cisão entre os dois reinos aumentara mais ainda quando os britânicos, em agradecimento pela ajuda do kabaka na década de 1890 dera um bom naco do território dos banyoro aos baganda, e que se chamavam "the Lost Counties", que pela primeira constituição do novo Estado, deveriam ser submetidos a um referendun para ver com quem esses condados ficariam afinal. Buganda, como o mais influente dos reinos e, depois, a mais importante das províncias, exercia uma indisfarçada supremacia sobre os demais. E isso desgostava os partidários de um Estado unitário, que pusesse fim aos privilégios

do kabaka e do seu reino.

Obote insistia no referendun, que o kabaka protelava o mais que podia, mas esse acabou acontecendo em abril de 1964. E, escreve Kyemba:

"The Kabaka duly lost the counties to Bunyoro, and the tenuous alliance between Obote and the Kabaka collapsed, a split between Prime Minister and President that eventually led to the end of democratic rule in Uganda" - in op. cit. p.23.

Com uma briguinha de feição tribal, acaba-se uma federação que era olhada com admiração pelos demais Estados africanos. O kabaka não cedia as suas prerrogativas e o Premier Obote era só vingança e ódio contra os bantos. Cerceia tudo o que pode dos poderes do kabaka e se alia com uma figura que faria estremecer, alguns anos depois, o continente, Idi Amin. O Premier sabia que Amin pertencia a um tribo minoritária e que nutria profunda animadversão contra os baganda e, sem um tipo seu tanto primitivo, de poucas letras, foi fácil levá-lo para o seu lado com promessas de ajudas e recompensa financeira. Depois, Amin tinha contra si acusações muito pesadas de corrupção e enriquecimento ilícito. Obote salva-o e tem no militar um auxiliar devotadíssimo, capaz de tudo pelo seu chefe e protetor e quando o premier suspende a constituição, afasta o kabaka das suas funções de chefe de Estado e prende cinco ministros leais ao príncipe, ele encontra o apoio militar de Amin. O rol de intrigas chega ao auge e no dia 22 de maio de 1966, Obote prende alguns dos maiores e mais alegadamente fiéis seguidores do kabaka. É o princípio de uma agitação que redundaria em matanças gravíssimas no reino. Os baganda não aceitam as ofensas ao seu monarca e apedrejam carros oficiais, expulsam funcionários federais e formam barricadas junto ao palácio real e, como diz Kyemba,

"Unless action was taken rapidly, Buganda would declare itself independent, and the government would be faced with the embarrassment of being told to get out of its own capital" - in op.cit. p. 25.

Obote jamais perdoa qualquer ofensa ou qualquer insulto e sob pretexto de salvar a federação ele assume plenos poderes e um de seus primeiros atos é ordenar a prisão do kabaka. As tropas de Amin cercam o palácio, mas encontram resistência desesperada dos seus amigos e seguidores. Mas a diferença era muito grande e o tiroteio é enorme: o príncipe consegue fugir para o Reino do Burundi, enquanto os seus palácios em Kampala, Bamunani, Masaka são saqueados. Quadros, jóias, tapetes, objetos de uso pessoal são roubados, móveis de arte queimados e um saldo de centenas de súditos mortos pelos caminhos. A matança continuaria nos meses seguintes e quase toda a no-

breza de Buganda foi passada pelas armas e a Casa Reinante expulsa do país, membros seus presos e o reino declarado extinto, passando a ser simples província de um novo Estado unitário, com um ditador civil sem qualquer apoio político e se assentando apenas sobre os militares. Amin, por ordem de Obote, percorreu todo o território de Buganda.

Acabava-se a ordeira democracia em Uganda e Obote go - vernava ~~autocraticamente~~ e esmera-se na crueldade.

O Estado sofre uma reestruturação completa: nova cons - tituição é dada ao povo, outorgada pelo ditador, o país sofre nova divisão administrativa, são abolidos os reinos, proibidos os títulos de nobreza e ao invés dos antigos reis, essa novas províncias de um Estado fortemente unitário são governadas por governadores de escolha do Presidente que agora tem plenos poderes executivos.

Desaparece a vida política durante o governo de Obote quem, afinal, em dezembro de 1 969 sofre um atentado, que muitos atribuíram aos baganda, revoltados ainda e morte do kabaka em Londres, e outros acreditam que a mando de Idi Amin. Em junho de 1 970 sofre outro atentado, de que escapa por pouco. Em janeiro de 1 971, enquanto assistia a uma conferência da Comunidade, em Cingapura, Obote é deposto por Idi Amin, que fecha a Assembléia e aboliu todas as atividades políticas no país. Ele aparece como um salvador, que viesse livrar Uganda da opressão da ditadura de Obote e voltar a ter, com todos os países, boas relações diplomáticas, pois o regime do trucu - lento destruidor dos reinos indígenas estava isolado. Ele se declarara um socialista e queria colocar Uganda na órbita dos regimes socialistas. Idi Amin prometia liberdade para o país e pregava a confraternização dos grupos étnicos e adota, desde o início, aquela sua postura histriônica, de pura faisa: visita a província dos baganda e fala bem do kabaka, dizendo que lhe salvara a vida e que ia mandar buscar os seus restos mortais e passeia ao lado de tios do deposto soberano. Ele queria granjear a simpatia do grupo mais numeroso e desenvolvido do país. Mais tarde, manda vir de Londres, os res - tos mortais do Kabaka e lhe dá enterro de chefe de Estado, com parada mili - tar, desfile de carros, bandeira a meio pau e com muitos membros da extinta Casa real presentes. Procura apoio entre os baganda.

Até depois de morto, Mutesa II, mais conhecido como Rei Freddie, continua a desempenhar importante papel na vida política de Uganda. Com efeito, o Kabaka Mutesa II, que foi o 349 monarca dessa velha dinastia que se elevou ao poder no século XV, teve um papel preponderante na evolução política da África oriental e foi visto por muitos como um dos primeiros pan - africanistas, o príncipe que enfrentou o Governo britânico e lutou para que a federação proposta pelo Departamento Colonial, que queria unir a Uganda e Tan - ganhica com o Quênia então dominado pelos brancos, em 1 953, que enfrentou o exílio e que levaria Uganda à independência, não era uma figura comum. Bem e - ducado, formado na Universidade de Cambridge, conhecido nos meios elegantes

de Londres, era simplesmente venerado pelos seus súditos e os jornais da época estampam muitas fotografias do kabaka sendo recebido por membros do Lukiiko, ou parlamento de Buganda, com o seu katikiro, ou primeiro-ministro, curvados, em posição de respeito e ainda em 1961, quando ele chegava ao aeroporto de Heathrow, em Londres, em outubro, para conversações com as autoridades inglesas sobre a independência de Uganda, era saudado de joelhos por uma princesa ugandiana, a filha do rei de Toro... Tornou-se personagem de muitas estórias, algumas evidentemente exageradas e pífidas, outras cômicas e em um delicioso livrinho intitulado Britten, besten en buitenlanders⁸⁹, o autor desse engraçado livro sobre a sociedade britânica, Daan van der Vat, comenta, se bem que com muita ironia, a chegada de "Zijne Kononklijke Hoogheid Mutesa II, Koebaka (sic) van Buganda, de tentoonstelling zou komen bezoeken".⁹⁰ Ele era uma atração em Londres e uma força em África! Ellen e Attilio Gatti fazem, igualmente, comentários sobre o kabaka que eles veem como um líder nacionalista mas, ao mesmo tempo, muito retrogrado que não queria, de forma alguma, perder os poderes absolutos que detinha.⁹¹

92

Ki-Zerbo, sereno, estuda a posição do kabaka no desenvolvimento político de sua pátria, que conseguia unir e encarnar em sua pessoa a dupla legitimidade do passado e do futuro africano, ou seja, o tradicionalismo e a modernidade, como foi o caso de Mutesa II, "un monarque héritier d'une dynastie antique e vénérable".⁹³

Pode-se dizer hoje que, além dos motivos apontados para a extinção da federação tão auspiciosamente iniciada em Uganda, foram os privilégios concedidos a Buganda através de sucessivos tratados entre a Grã-Bretanha e suas autoridades coloniais e os kabakas, desde os dias do Kabaka Mutesa I, até o Rei Freddie e que a tornavam um super-Estado dentro dentro da federação, a causa de seu isolamento face às outras províncias. Buganda como que suficava as demais e, por cima de tudo, o presidente federal era justamente o rei do mais poderoso dos reinos. Sua Alteza Real em Buganda (já que este não era um reino independente, mas autônomo) e Sua Excelência em Uganda, com poderes quase absolutos como kabaka e poderes limitados como chefe de Estado da federação, a sua era uma posição sem dúvidas original, como era também a dessa federação que possuía um Estado dentro de um Estado.

Havia ainda a colocação igualmente estranha da federação: uma espécie de federação monárquica, pois quatro das províncias eram principados, enquanto os demais territórios e distritos eram governados por chefes tribais hereditários. O Presidente, era-o de uma federação monárquica e não de uma república, que só assim se transforma sob as mãos impiedosas de Obote. Mas ao mesmo tempo ele sufoca a democracia, esmaga a federação e governa discricionariamente.

Tudo em Uganda era muito estranho, não apenas do ponto de vista meramente formal. A estreneza estava entranhadas em suas instituições.

4.10.3. Do Estado federal às experiências seguintes

Kenneth Bradley, no bem elaborado artigo "Towards Self-government",⁹⁴ lembra que sempre foi intenção dos baganda de, separando-se do protetorado da Uganda, formarem um Estado independente, tradicional e monárquico, ao mesmo tempo em que havia um constante conflito entre Buganda e os demais povos de Uganda. Foi a teimosa postura do Governo britânico em manter unida a federação que levou ao desaparecimento de um velho reino e de toda uma interessante organização política tradicional. Bradley diz, muito justamente, que havia em Uganda "lack of unity and lack of national leadership",⁹⁵ isto porque o Kabaka Mutesa II, que era apontado como um pan-africanista de primeira hora, estava mais preocupado com o seu velho reino do que com o resto do território ugandiano. Aliás, Uganda era mais uma ficção do domínio colonial britânico enquanto que Buganda era uma realidade histórico-geográfica. Até os seus dias finais, ele defendeu a soberania de Buganda e, em Londres, entregue ao alcoolismo, que terminou por matá-lo ainda moço, abandonado dos antigos companheiros, pobre, doente, ele sonhava restaurar a monarquia e restabelecer o Lukiko em todo o seu fastígio de outrora.

Entretanto a federação foi uma saída mais que ponderada para esse graves problemas regionais e a sua manutenção teria evitado, mais tarde, as frequentes e sangrentas lutas intertribais em todo o tempo da gestão de Obote e de Idi Amin e mesmo depois, sob os efêmeros governos de Yusufo Lule, em 1979, quando Amin é deposto com auxílio das tropas tanzanianas e, dois meses depois, Godfrey Binaisa quem, em 1980 é também deposto e substituído por Paulo Mwanga, à frente de um gabinete civil, o primeiro depois de anos de duro regime militar. Nesse mesmo ano, Milton Obote, com o beneplácito de Nyerere, bem protegido, vence as eleições para presidente e assume o poder, partindo para retaliações que comovem o continente: Obote era o protótipo do homem vingativo e cruel e que jamais soube perdoar um adversário e, muito menos, um inimigo. Mantendo-se pela repressão, Obote é derrubado porém em 1985, pelo brigadeiro Basil Olara Okello, que entrega a presidência ao General Tito Okello. Este nomeia Paulo Mwanga para o cargo de primeiro-ministro. A ofensiva guerrilheira prossegue, sem descanso, e os rebeldes que formavam a Frente Popular Ugandense tomam Kampala em 26 de janeiro de 1986 e três dias depois, seu líder, o General Yueri Museveni, toma o poder.

A constituição estava suspensa desde o golpe de 1985, quando foi dissolvida a Assembléia Nacional. O Movimento de Resistência Nacional é o partido do atual governo, mas existem remanescentes dos muitos par-

tidos que participaram do período democrático e pluripartidário dos dias da federação: Partido Democrático, Partido Conservador, Congresso do Povo de Uganda, além de grupos guerrilheiros como a Frente de Resistência Nacional e o Movimento de Liberdade de Uganda.

O país está longe de ser pacificado e isso apesar de o Presidente Museveni ter afirmado que conseguira sufocar todos os focos de rebelião. Em agosto de 1986 o jornal francês "Le Monde" e em 30 de outubro de 1987, a Anistia Internacional denunciaram massacres de grupos étnicos do norte, matando centenas e talvez milhares de tribais, na região de Gulu, Kitgum e na região dos Acholi, que tem sofrido bastante.

O exército continua profundamente dividido pelo tribalismo. Só a força das armas tem conseguido manter Uganda um Estado unitário, mas da antiga província de Buganda chegam constantes gritos de libertação e de restauração da monarquia sob um dos descendentes diretos do kabaka. Museveni vetou a tese e fortaleceu ainda mais o partido do governo, o MNR.

Considerando que os partidos eram um "atraso" para o desenvolvimento e unidade do país, Museveni desativou os demais partidos, deixando apenas o seu e passou a advogar o intervencionismo estatal em questões econômicas.

A República é dominada pelos militares da maior confiança do Presidente, o Judiciário tem pouca autonomia e o seu poder se restringe a coisas de pequeno significado.

4.10.4. A busca de um modelo ugandiano

Uganda partiu de um modelo federal, pluripartidário, parlamentarista e semi-monárquico, para um Estado unitário, unipartidário. A seguir, embarcou em uma delicada aventura de que resultou a presidência vitalícia para o Marechal Idi Amin Dada. Era sob o Presidente Idi Amin uma ditadura das mais brutais da África Negra, em que a chefia do Executivo era investida no Presidente, cujo mandato era vitalício. Tinha vice-presidente, de sua livre escolha e pelo tempo que o Presidente desejasse. Não havia partidos políticos e grande parte dos cargos civis eram ocupados por militares da ativa de livre

escolha do chefe do Estado, que o era do governo também. Um simulacro de Congresso Nacional introduziu alterações na constituição para que Idi Amin se tornasse "President for Life".

A sua gestão foi desastrosa e, com a sua queda, caiu igualmente, a instituição da vitaliciedade.

Os instáveis governos que se seguiram não trouxeram nenhuma alteração, salvo a queda da vitaliciedade. Subindo, pela segunda vez, Obote, ele estabeleceu um governo fortemente centralizado. Permitiu o funcionamento de partidos, mas, como sempre agiu, governava autocraticamente. O país, envolvido em guerrilhas e com um governo sem qualquer suporte popular mesmo porque as eleições foram consideradas fraudulentas e apoiadas pela força das armas tanzanianas, não pôde gozar de qualquer liberdade política e ficou sem uma elite que pudesse um dia suceder Obote.

Com a sua derrubada, suspende-se a constituição e o país busca, através de um unipartidarismo, criar o novo Estado ugandiano que permita a existência de um regime democrático e estável, criar condições para o desenvolvimento do país, como dizem os seus líderes.

4.11. Camarões - escritas africanas e reinos indígenas

Foi um dos mais bem sucedidos exemplos de Estado federal em África e tudo parecia encaminhar-se para um bom desfecho, quando o Presidente Ahidjo começou a fazer cerrada campanha contra o federalismo, como desunidor separatista.

Em setembro de 1966, com a formação de um partido unificado, a "Union nationale camerounaise", saída da fusão da "Union camerounaise du Cameroun oriental" e dos partidos da parte ocidental dos Camarões, que lavria o Estado a tornar-se unitário.

O país tem sido dos mais tranquilos em África e a sua estabilidade política muito elogiada. Tentativas de golpes de Estado tem havido, algumas reprimidas com dureza pelo ex-governante, AlHadj Ahmadou Ahidjo e, em 1983, quando já governava Paul Biya, uma outra tentativa, dominada rapidamente também. Desde 1960 quando se tornou independente, a república só teve dois presidentes e mesmo sendo um dos mais multitribais, não tem enfrentado sérias ameaças de secessão.

No campo ideológico, os Camarões têm estado sempre do lado do Ocidente, em uma política das mais conservadoras do continente. Ahidjo mantinha ótimo relacionamento com os Estados Unidos, a Alemanha, a França. Os laços de comércio mais próximos são com a França, a Alemanha Ocidental, a Holanda, os Estados Unidos, a Itália e o Japão.

O Presidente Ahidjo evitara maiores contactos com o bloco socialista europeu, mas sempre fez questão de defender uma neutralidade política das mais completas para o seu país. Contudo, ele defendia também um socialismo africano, ele que condenava esses rótulos por "believe that these are mere words" como os outros rótulos de capitalistas, neocolonialismo etc.⁹⁶ Mas para ele isso queria dizer que o Estado daria o seu consentimento para que empresas estrangeiras trabalhassem juntas com as nacionais, para que se criassem novas indústrias e empresas e que houvesse um sistema de desenvolvimento em que o Estado tivesse não apenas interesses mas uma participação intensa, desde que disso resultassem lucros para o povo, para os empregados e para o Estado e não apenas para os donos das empresas. Na realidade, o Presidente lançou as sementes de um "planned liberalism" que deu estabilidade económica ao país, uma estabilidade que muitos países em África ainda estão longe de possuir.

Ele era um conservador, que mascarava um pouco o seu conservadorismo para não fazer feio ante os seus colegas e vizinhos, porque em

África naqueles dias um presidente que quisesse gozar da simpatia de seus colegas tinha de afetar um nacionalismo violento, engehecido, pregar o socialismo africano e fazer campanhas contra os "imperialistas".

E foi a sorte dos Camarões terem tido logo de início um governante cuja sobriedade passou a ser enaltecida, mesmo que alguns o apodassem de muito pró-França e pró-Occidente: ele era um sage, um dos grandes sages da política africana, da mesma linha moderada de Senghor, o senegalês, de Houphouët-Boigny da Costa do Marfim e uns poucos mais, uns raros mais.

Se os Camarões não têm o significado político-econômico da vizinha Nigéria, é o segundo país mais populoso da África Central, com 9.542.000 habts. (estimativa de 1984) e uma superfície de 475.442 kms² e culturalmente, um dos países mais fascinantes de toda a África ao sul do Saara, considerado verdadeiro ponto de confluência de povos, línguas e grupos étnicos e foi em seu seio que os africanos conseguiram desenvolver um sistema escrito, o bamoun, que conheceu seu momento de esplendor e causou muita admiração aos europeus, que generalizavam o agrafismo das línguas africanas. Além disso houve Estados, alguns sultanatos que persistiram até os dias de hoje, e cuja organização política e social era de meter inveja.

Naquela área floresceram ainda grandes impérios, especialmente ao Norte e Nordeste, nas fronteiras com a Nigéria. As luzes e os brilhos da civilização de Kanem-Bornou teriam chegado até ao Norte de onde hoje fica a República dos Camarões e os povos daquela área ter-se-iam beneficiado dos influxos de grandes reinos como o de Ouaddai, baoutchi, baguirmi e outros. Muitos lamidatos e sultanatos chegaram até nós, florescentes, bem estruturados, com as suas velhas dinastias, árvores frondosas em meio à desolação que se espalhava por outros lugares da África Negra, que era só scraps como diziam, com desprezo, os colonizadores britânicos.

É bem verdade que esses reinos, pelo menos tal qual os encontramos em nossos dias, são pequenos e muitos estão dentro do âmbito de umas poucas aldeias, vilas e cidades e são autênticos Estados-cidades enquanto outros, como Fombran, são o mais acabado protótipo de uma Cidade-nação, que só essa África tão misteriosa poderia apresentar, ou seja, uma nação típica, com os seus costumes próprios, a sua língua, a sua homogeneidade étnica e as instituições políticas bem estruturadas e demarcadas, ali, nos limites de uma cidade ou pequenos povoados, formando em seus cercados um mundo diferente e distante do mundo que vai além de suas fronteiras, o que, convenhamos, é algo fascinante, fascinantíssimo, não apenas para o estudioso dos tipos de Estados e regimes em África, mas ainda e sobretudo para o antropólogo social, o sociólogo, o africanista.

Os Camarões apresentam uma variada colcha de retalhos antro-po-sócio-histórico-políticos, quiçá das mais ricas de todo o continente, já de si muito rico de especificidades.

E, graças à clarividência de líderes moderados, profundamente impregnados da sua cultura nativa, foi possível manter quase intacto

esse mosaico cultural e preservar esses pequenos Estados que, mesmo estudados à distância, como o fazemos agora e de modo livresco, são menos atraentes em sua organização.

Pensava-se que, por ter sido a história da independência dos Camarões uma das mais tormentosas (Oliver e Atmore chegam a escrever no já citado Africa since 1800⁹⁷, que "the history of Cameroon was the stormiest of all West African countries"), devido a uma verdadeira guerra civil entre comunistas e anticomunistas, os reinos indígenas seriam suprimidos, uma vez que a força do tribalismo ali era muito forte e marcante e se vencessem os comunistas é provável que não adotassem uma atitude muito conciliadora, mesmo porque, aos seus olhos, os chefes e príncipes nativos representavam uma África tradicional e conservadora que era preciso extinguir e forjar um Estado-nação já ao dia seguinte da independência, como outros líderes tentaram, sem muito resultado, como vimos. Nunca é pouco lembrarmos a postura intolerante do jovem premier do Congo belga, Lumumba, que queria varrer, pela força, as velhas instituições e privilégios, como se isso pudesse ser feito através de uma simples proclamação e não através de frequentes pregações em um processo demorado de interação, posto que os costumes tribais são muito enraizados e não podem ser apagados com uma borracha assim como se faz com um risco incômodo em folha de papel branco.

Venceu ali o bom senso e acreditamos que foi a escolha de um Estado federal logo no dealbar da independência que muito ajudou nessa conservação, pois foram respeitadas as diferenças regionais que haviam sofrido por sua vez diferentes influências coloniais, desde a alemã, até a anglo-francesa e quando os dois Camarões se unem, o ocidental e o oriental, eles trazem dois sistemas políticos e administrativos bem distintos, além de duas línguas oficiais. Eram diferentes as maneiras de os europeus encararem as tradições nativas, assim como a sua maneira de encararem as organizações políticas existentes antes de sua chegada e já vimos isso no correr desta tese. A colonização alemã nada tinha em comum com a francesa ou a inglesa, salvo em considerar o nativo como um... nativo. Mas os ingleses respeitavam mais as instituições políticas que encontravam, enquanto os franceses não lhes davam a atenção merecida, ficando os alemães com a preocupação de estudá-las para fins acadêmicos e edificando para o futuro, como dizia Leu-Grieder, em passo já anteriormente citado.

Lamentavelmente não há uns poucos principados fortes e grandes, como havia na Ghana dos axânti ou na Uganda de Banyoro, Toro, Ankole e Buganda, ou no Burkina Fasso dos móssi, para somente citar uns poucos exemplos, mas os principados nos Camarões eram militar e politicamente fortes para enfrentarem as vagas das alterações republicanas e se não tivesse havido muita tolerância é provável que esses belos espécimens de Estados-cidades teriam sido varridos. Perderam muito no contexto geral do novo Estado, mas ainda mantêm muita independência nos assuntos locais. Preferiríamos chamá-los de entidades políticas geo-histórico-tradicionais a esses lamidatos, emirados, fonados e sultanos que persistiram nos Camarões e que não merecido o respeito dos governantes da república.

4.11.1. Da organização dos mini-Estados-cidades dos Camarões e seu significado hoje

Faz uns poucos anos, o anuário dos Camarões enumerando as regiões, departamentos e distritos em que, administrativamente, se dividia o país, fazia alusão aos mais importantes reinos, sultanatos e lamirados, que se encontram, em sua maioria, ao Norte do território camerunês, onde predominam os fulbé muçulmanos e existem ainda mais de 40.000 árabes. Só nessa região existiam vinte e um lamirados: Na zona de Ngaoundéré, que é a mais vasta da região existiam seis. Onze na de Bénoué e quatro no Diamaré, sendo que nesta última zona se encontra o lamirato de Kalfu, único dos Camarões que se liga étnica e culturalmente ao Sultanato de Sokoto, enquanto que na zona de Bénoué está o lamirato de Rey, que é o mais vasto de todos.

Na parte Oeste e no Mungo, estão os famosos bamoun e os bamileké, etnias muito diferentes em sua estrutura política pois enquanto o chamado "país bamoun" é muçulmano e dotado de uma organização tradicional altamente centralizada, no "país dos bamileké" existem mais ou menos 80 grupos independentes que falam línguas muito diferentes, que vivem espalhados em terrenos acidentados e aldeias minúsculas que dão uma falsa impressão de densidade humana e nessa região camerunesa estão vários fonados ou chefferies tradicionais cujo chefe é o fon ou cacique, como a de Bandjoun e a de Bayagam, nos arredores de Nafoussam, capital do departamento de Mifi. Mas é a 130 kms de Nafoussam que se encontra a capital do departamento Bamoun, Founbam, nome famoso que evoca um passado glorioso e um dos seus mais ilustres filhos, o Sultão Njoya, até hoje reverenciado pela sua sabedoria e letras e por ter criado uma escrita, depois de um sonho revelador. Ali mora o atual sultão em um grande palácio que se ergue nas proximidades do antigo palácio de Njoya.

Tantos pequenos principados deve causar estranheza ao estudioso não africano, mas acontecia nos Camarões, ou melhor frisando, na extensa área onde hoje se situa a República dos Camarões, pois esses limites do novo Estado, são, como tantos e tantos em África, uma pura invenção européia, resultado da partição, o mesmo que, na Itália e na Alemanha medievais e renascentistas com os seus principados, ducados, condados, dogeados e repúblicas senhoriais, sem que sequer formassem uma tênue confederação. Poder-se-ia lembrar que nesses Estados-cidades europeus havia uma língua a uni-los e o Cristianismo, enquanto nos Camarões nada disso havia. É claro que grande parte desses lamirados e sultanatos eram muçulmanos sunitas, mas os do Norte e Noroeste, enquanto os principados do Sul não tinham sequer o islamismo a uni-los e muito me

nos uma língua, pois o árabe era usado apenas com propósitos religiosos, para a leitura e recitação do Corão.

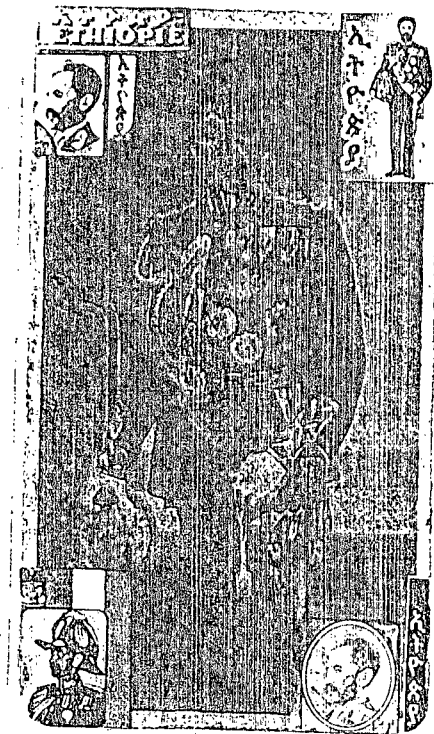
Além dos motivos apresentados, esses principados chegaram até os nossos dias pela sua rígida organização política, pelo domínio fortemente oligárquico e clânico por parte dos dirigentes e por um respeito muito grande por parte dos súditos.

Por motivos óbvios, exagerou-se em terras europeias o poder de vida e morte dos sultões e lamidos e demais chefes hereditários sobre os seus súditos, mas na verdade não era bem assim. Eles procuravam fazer justiça e buscavam um caminho que desse tranquilidade a todos. A maior prova disso está na coleção de leis, decretos, éditos que o Sultão Njoya reuniu, nessa "Histoire de lois et coutumes des Bamoun", misto de memória pessoal, contos, lendas, idéias políticas, tudo isso misturado e de tal magnitude que o erudito camerunês Engelbert Mveng na sua sempre elogiada Histoire du Cameroun,⁹⁸ chega a dizer que "c'est par là que son histoire devient l'histoire de notre pays!"⁹⁹ Os governantes desses pequeninos Estados tinham muito respeito pela justiça e seu maior esforço era sempre no sentido de não cometerem injustiças.

Há, também, por parte da própria maneira de o africano conceber a vida, da sua Weltanschauung, uma certa adoração pelos seus maiores e isso os príncipes sempre exploraram para se manterem no poder e, sem problemas, passarem a chefia a seus filhos ou parentes próximos: o mistério. O lamido, o rei, o príncipe, sempre procuraram, de certo modo, manter-se distantes do seu povo, sem lhe permitirem aproximações e intimidades. O sagrado ocupa um lugar preponderante na alma africana e quanto mais isolado e misterioso era um sultão, mais venerado. Daí o cerimonial africano ser dos mais complicados e quase tão elaborado quanto o eram os asiáticos. O fon, o lamido, o sultão, o negus, o kabaka, o litunga, eram saudados de joelhos ou mesmo de rastos, ninguém podia o seu rei no rosto nem aproximar-se dele para que o não corrompesse o seu hálito. Quando, por ocasião das arruaças que levaram o Governo britânico a exilar em Londres o jovem kabaka Mutesa II, em 1953, no momento em que um oficial inglês se aproxima do príncipe e põe modo mais polido que podia tratar, segura o seu antebraço e lhe pede que o acompanhe, preso, uma das princesas, irmã do kabaka, tomba desmaiada ao chão. Perguntada depois por que se sentira mal, se nenhum gesto grosseiro se fizera contra o príncipe, a moça respondeu que uma pessoa do povo lhe tocara irreverentemente o corpo. Esse sacratismo era estimulado, daí que, quando, nas festas religiosas, nos grandes encontros populares ou durante as cerimônias de entronização, eles apareciam aos seus súditos, eram aclamados em delírio. Conseguiram destarte manter viva a admiração popular e foi, também, essa admiração que logrou manter por tanto tempo esses principados que iam passando de pai para filho através dos anos e cujo prestígio os europeus exploraram quando se assenhoreram da África. Nos Camarões, quando veio o movimento descolonizador, também nos príncipes nativos foram os novos líderes buscar apoio para levar adiante a luta contra as potências européias. Era a tradição que ajudava a modernidade, mais uma vez.



A. Ahidjo



De cima para baixo e da esquerda para direita: Al-Hadj Ahmadou Ahidjo, presidente da Republica Federal dos Camarões a época e um dos sages da África; o Imperador Hailé Selassié I, grande figura da libertação africana e do Pan-Africanismo, e o General Siad Barre, da Somália.

4.11.2. Como se constituía um Estado-cidade nos Camarões e a sua posição dentro do moderno Estado republicano

O lamido é uma espécie de rei, mas com poderes religiosos também e não apenas temporais. Um sultão que ocupa as vezes de governante, de chefe guerreiro e de sumo sacerdote e sai sempre de uma família, a reinante. É eleito vitaliciamente pelos seus membros e é de raça fulbé, o que é muito importante e em lugares onde existe muita mestiçagem, como em Ngaoundéré, ensina Engelbert Mveng,¹⁰⁰ se há fortes compromissos políticos

"... un dosage très savant veille à ce que des descendants de père ou de mère foubé ou mboum alternent sur le trône" - op. cit.p. 203.

É o lamido cercado dos seus ministros que formando, a maior parte do tempo, um conselho de doze membros chamado Fada. É ele que designa o provável sucessor ao trono.

Tem ainda esse príncipe alguns poderes muito especiais e toma decisões sozinho, mas depois de ouvir o Fada que é composto dos seguintes ministros:

- Galdima - que atua como primeiro-ministro.
- Sarkin Sanou - chefe dos rebanhos reais;
- Imame - ministro do culto encarregado da mesquita;
- Alkali - uma espécie de ministro da justiça ou juiz superior;
- Wajiri - que é um ministro especial, deformação da palavra árabe wazir, ou vizir;
- Kaigama - primeiro dos dignitários do palácio do rei, algo assim como chefe do cerimonial, entre outras coisas;
- Sarki Yaki - ministro da guerra;
- Djaouro Tongo - chefe de quartelão ou bairro;
- Djaouro Boumdjere - antigo chefe de quartelão dos estrangeiros (baoutchi);
- Chiroma - antigo chefe de quartelão dos estrangeiros (haussa); e
- Djaouro Feke - chefe de bairro.

Entre os doze altos funcionários, os cinco últimos representam os interesses da população, ou seja, é o segmento da população dentro da or

ganização aristocrática do lamidato.

O governante hereditário tem ainda umas prerrogativas que o aproximam de outros príncipes nativos como o Mogho-Naba dos móssi ou o litunga dos baroste: ele é o senhor da terra, mas um depositário da terra, que não é porém, falando estritamente, sua propriedade, mas que ele tem o dever de bem gerir e de transmitir aos seus sucessores. Um possessor ou um arrendatário nato.

É o senhor de vida e morte dos homens que dele dependem, e seus súditos lhe devem tributos especiais e impostos cuja forma de pagamento varia segundo os costumes locais e o direito corânico. Os principais são: o zakkat, esmola especial prescrita pelo Corão; ouchoura, que é um imposto estabelecido no caso das sucessões e soffal, que é a taxa de pastagem paga pelos estrangeiros que vêm pastar em seus campos reais e que chega a um boi por rebanho.

Seja pela influência islâmica, ou por tratar-se de velho costume africano, o governante desses Estados-cidades dos Camarões detinha o poder judiciário. Era o supremo juiz e presidia o tribunal e delega seu poder aos outros juizes do lamidato. A justiça é baseada no direito corânico, com os acréscimos locais que certamente tinham de surgir. A pena de morte reconhecida e aplicada com rigor. Entretanto, roubos, assassinatos, estupros eram raros.

A sociedade se dividia entre homens livres e escravos, mas estes últimos se agrupavam em uma hierarquia tradicional tão nuançada que não era difícil encontrarem-se muitos deles servindo na corte em lugares de destaque.

É esse tipo de organização política que o europeu vai encontrar em terras dos camarões, com algumas diferenças substanciais ao Oeste e no Mundo, onde o contacto com o árabe não era assim tão direto e tão frequente, mesmo no caso bamoun, em que o Estado-cidade era islâmico e grande parte de suas instituições armadas sobre arcabouço de um sultanato ou lamirado do Norte.

No auge de sua glória, esses lamidatos chegaram a ter boas populações e os domínios do lamido se estendiam até os confins do seu território, como o de Rey-Bouba, a 134 quilômetros a sudeste de Garoua e entre as atuais reservas de Bouba-Ndjiddah e o Bénoué e que ainda é o sultanato mais importante dentre os existentes nos Camarões, bastando dizer que o saré, ou castelo do lamido é uma verdadeira cidade dentro da cidade, cercado de alta muralha com um portão, diante do qual velam, dia e noite, os gardas palacianos de confiança do príncipe. E isso hoje, quando o mundo parece rejeitar tudo o que soe a tradicionalismo, tudo aquilo que lembre o passado, esquecidos os reformadores apressados que, somente uma boa meditação sobre o passado pode levar a uma boa preparação para o futuro e que não é verdade que a manutenção de institutos tradicionais entrem a modernidade de institutos que visem o futuro.

Quando chega a independência e o antigo mandato passa a ser um república federal, com dois parlamentos regionais e um parlamento federal, os principados são conservados com toda a sua estrutura. E, anos depois, um anuário do novo Estado republicano não hesitava em frisar-lhes a importância de modo incontestado, como vem na publicação oficial Cameroun 70 - histoire, économie, culture, institutions, géographie¹⁰¹

"Le lamido (de Rey-Bouba) est un chef spirituel et temporel absolu, que ses sujets n'ont pas le droit de voir. Il a, bien sûr, composé avec l'administration et entretient une sorte d'ambassade auprès de l'inspecteur fédéral, mais il conserve une autorité certaine" - op. cit. p. 59. Grifamos.

A administração da república não só reconhecia como aceitava as velhas instituições, em um gesto conciliador de tolerância e compreensão para com um passado que havia fincado raízes muito profundas na alma de seu povo e que, como tal, não poderia ser varrido de um momento para o outro, o que não aconteceu em muitos lugares, com evidente perda para a humanidade.

O mesmo acontecia em direção a Oeste e ao Sul com os semibantos e seus reinos, uma boa organização política de tipo "monarchique, avec un caractère religieux très accentué",¹⁰² Como escrevia Mveng. Os bamileké criaram uma sociedade monárquica muito rígida e cujos traços chega aos nossos dias, mas é com os bamoun que chegamos a um dos mais perfeitos espécimens de Estado-cidade nessa parte da África, o reino dos bamoun. "Une ville, Founbam. Un roi, un peuple. Tel nous apparaît de pays Bamouh", escreve Mveng, admirativo.¹⁰³ Esse povo tem as mesmas origens que os bamileké, mesmo que isso repugne a muitos pois os bamoun atingiram um elevado grau de civilização, mantendo uma organização política que casava a eficiência com a disciplina e a ordem, a severidade com a moderação de seus governantes, um desenvolvimento ímpar nas artes, um direito costumeiro que logo é codificado e uma tradição escrita fazendo com que os Bamoun sont peut-être le seul peuple d'Afrique noire d'aujourd'hui qui ait, de par sa propre initiative, crée une civilisation écrite", no ensinamento sempre sábio de Mveng.¹⁰⁴

A influência fulbé teria sido grande mas já em tempos modernos, especialmente depois da ajuda que o lamido de Banyo teria prestado ao jovem príncipe herdeiro, Njoya, ameaçado por pretendentes ao trono. Depois se torna uma figura estimada e respeitada, apesar de contra ele pesar uma acusação de traição do príncipe Duala-Bell, mais tarde executado pelos alemães e nunca devidamente explicada. Mas Njoya era amigo dos alemães, que primeiro se interessaram pela sua escrita de 510 letras, no início, passando a 83 sinais e entre esses 10 cifras. Essa escrita foi sete vezes retocada e Njoya supervisionou tudo, até mesmo a feitura de uma imprensa.

O rei, ou Mfon, tinha um poder absoluto sobre os seus súditos, muito mais do que qualquer lamido do Norte. Ele é cercado de um prestígio quase divino e encarna o poderio dos ancestrais. É cercado de um conselho pessoal de três titamfon, aos quais se juntam os grandes funcionários da corte e seus representantes nas aldeias e vilas sob seu domínio. Com a deposição de Njoya em 1923, pela administração francesa e sua morte em 30 de maio de 1933, muitas modificações ocorrem no seu principado, que é retalhado em 17 chefferies superiores. Os príncipes que o sucedem já não gozam do prestígio que ele teve um dia, mas são muito respeitados ainda pelo povo. A cidade de Founbam continua a ser uma atração, pelo seu museu real e pelo palácio, entretanto quando se instala a segunda república camerunesa, com a adoção do unipartidarismo e do Estado unitário, o mfonado de Founbam, que muitos tratadistas chamam, de modo cômodo, de sultanato, passa a ter mais um significado simbólico. Contudo, além do prestígio de que o mfon goza com chefe cerimonial e religioso dos bamoun, ele conserva poderes restritos sobre a população do seu território, mas não pode interferir em decisões que emanem de Yaoundé, a capital da república.

4.11.3. Uma revisão camerunesa

E chegamos ao fim deste passeio pelas instituições reais da República dos Camarões. O país teve muitos problemas iniciais e um nacionalismo exaltado, para fins políticos. Os sindicatos tiveram um papel relevante nessas lutas pela independência, ajudando os partidos políticos, mas havia uma como que desorientação geral, a começar de que o território estava dividido entre duas zonas de influência, como vimos antes, a francesa e a inglesa. E havia movimentos que pretendiam unir uma parte dos Camarões à Nigéria. Surge um grande sonhador da independência, o Príncipe Alexandre Douala-Manga-Bell, filho do governante enfocado, educado na Alemanha e um espírito arejado que combinava aquela estranha dicotomia sempre presente em África, toda vez que tratamos do poder, a tradição conservadora e apegada ao tribalismo e a sociedade moderna, que quer melhorar ainda mais as novas instituições. Ele sacode as sacudidas fortes a consciência dos povos dos Camarões e já fala de um grande país. Mas os anos passam até que o "Bloc Démocratique Camerounais" recebe em

seus quadros um jovem nortista, Ahmadou Ahidjo quem, já em 1956, lançou as bases da "Union Camerounaise", mais tarde o partido majoritário, mas existem outros partidos como a "Union Sociale Camerounaise", o da "Evolution Sociale Camerounaise", o "Front National" de Guillaume Bagal, e o do famoso revolucionário Ruben Um Nyobé, "Union des Populations du Cameroun", que pretendia uma pronta independência e inclusive a reunificação do território. Mas há outros partidos, alguns inexpressivos, de âmbito meramente departamental e que desaparecem logo mais. Os preparativos não são nada pacíficos e há muitas mortes, Um Nyobé é assassinado, existe o drama bamileké quando um chefe tribal, Kamdem Ninyim, por se mostrar rebelde ao governo colonial, é afastado dando origem a verdadeiro massacres e a desordem é geral. Há, ao todo, 84 partidos políticos no país. Afinal, depois de muita agitação, com a queda do chefe do Governo autónomo, Mbida, sobe ao poder Ahidjo e, com ele, uma época de prosperidade sem precedentes. O lado francês, torna-se independente a partir de 19 de janeiro de 1960. As campanhas pela unificação camerunesa surtem efeito e no referendun de 11 de fevereiro de 1961, graças em boa parte aos esforços do chefe Ngu Foncha, confirma-se a união, que será celebrada a 19 de outubro de 1961.

O país passa a ser um Estado federal, République Fédérale du Cameroun, com duas línguas oficiais, o francês e o inglês. Há uma Assembleia Federal eleita por cinco anos, sufrágio universal, direto e secreto em cada Estado, a razão de um deputado por 80.000 habitantes: são 50 membros ao todo, 40 para a parte Oriental e 10 para a Ocidental. A justiça tem jurisdição para cada Estado.

O presidente ganha amplos poderes executivos e é chefe do Estado e chefe de Governo e é auxiliado por um vice-presidente, como ele eleito por cinco anos e podendo ser reeleito.

Cada Estado federado tinha uma Assembleia Legislativa e um primeiro-ministro, nomeado pelo Presidente federal e que deveria receber a aprovação de sua assembleia. Contudo, nos Camarões ocidentais, o art. 40 explicitava que "certains pouvoirs pourront être exercés en matière législative par l'Assemblée de chefs traditionnels". Era a confirmação do poder tribal e seu prestígio na vida camerunesa.

Ahidjo passa a ser a figura dominante e luta pela unificação total do país, fazer dos Camarões uma pátria una, que transcendesse às pátrias tribais, para usar de suas próprias palavras. Defende ainda as uniões regionais, com fins económicos, como a UDEAC e não descansa enquanto não faz dos Camarões um Estado unitário. O Presidente se coloca acima das delicadas questões regionais e escreveria Guy de Lusignan:

"Le Cameroun devra beaucoup au président Ahidjo pour avoir mené systématiquement cette politique d'unification tant au niveau des partis politiques

qu'à celui du pays, je dirai même: de la nation"
 - in L'Afrique Noire depuis l'Indépendance, ed.
 cit. p. 133.

Como vimos em outros exemplos, o tribalismo ameaça fortemente a integridade territorial e a estabilidade política. Os Camarões não foram exceção: houve atritos frequentes e a quantidade de partidos parece entrar a marcha do progresso político no país. O Estado torna-se monopartidário e logo mais unitário. Em maio de 1972 surge uma República Unida dos Camarões com uma constituição forte, que concede imensos poderes ao presidente da república, poderes napoleônicos. Ele elimina as assembleias regionais, elimina o cargo de vice-presidente, assumia a chefia do Governo e estabelece um hiato no caso de sua morte ou de impedimento temporário, pois neste último caso ele pode delegar os poderes presidenciais a um dos membros do governo de sua consideração e no primeiro, ficaria o presidente da Assembleia Nacional até a escolha e eleição de novo presidente. A importante figurado vice-presidente, muito útil nesses casos específicos, desaparece nos Camarões. O Presidente pode ainda nomear e exonerar livremente seus ministros e ainda delegar-lhes poderes. Não se fala mais em Assembleia dos Chefes Tribais. E o Presidente pode alongar ou encurtar o período de vida da própria Assembleia. É uma constituição apressada, cheia de falhas técnicas, supressora de muitos direitos e na qual brilha, lamidalmente, a figura do Presidente, que detinha agora tantos poderes quanto um lamido ou um mfon jamais detiveram.

Dir-se-ia que os Camarões passam a ser uma ditadura presidencial constitucional...

Uma nova figura para a muito variada gama dos tipos de Estados e regimes em Africa...

4.12. Zaire - a luta contra o separatismo

Chegamos, por fim, ao término de nossa viagem, demorada mas não o bastante, pelas terras encantadoras da África Negra e seus Estados tão dissemelhantes mas apresentando todos eles um ponto comum: a inquietação de seus povos, a luta pela criação de um Estado que fosse estável e que, ao mesmo tempo, pudesse manter unidas tantas etnias em seu seio, sem os perigos quase que constantes de secessões, de guerras civis, de magnicídios por motivos tribais, de ódios regionais, de muito sangue derramado, de perda de vidas inocentes, de morticínios e genocídios que horrorizaram o mundo e deram àquela parte do mundo uma imagem ruim, muito ruim.

Apresentamos os fatos serenamente, evitanto qualquer manifestação pessoal sobre este ou aquele regime, sobre este ou aquele tipo de Estado. Entretanto todos os Estados que estudamos apresentavam uma tendência iniludível para o governo autoritário, quase sempre monopartidário e centrado na pessoa do presidente.

Começamos pela Nigéria, o gigante africano e um dos campeões dos coups d'Etat, guerras tribais, matanças e até de uma perigosa guerra de secessão que, por pouco, não fragmenta o país.

Não se pode dizer que a situação ali tenha sido inteiramente controlada, apesar de o país ter sido dividido em muitos Estados e ter-se mantido uma frágil federação, pouco mais que aparente. Parecida com a sua situação é a do Zaire, o antigo e turbulento Congo belga.

Desde os dias da independência, parece que ali se ateou uma grande fogueira que ameaçava passar a outros lugares, incendiando toda a África. Nota-se, na história do mundo, que a desordem e a inquietação de massas são contagiosas. Ou são como palha seca sobre a qual se lançasse um fósforo a arder: o fogo pega e se transmite, rapidamente, a todo o campo e vai a lém, cada vez mais forte, cada vez mais ardente. As guerras tribais na Nigéria não se limitaram aos ibos: já ia adiante, em direção à região dos yoruba e os nortistas estavam inquietos. Assim foi a do Zaire, onde a secessão de Katanga levou a sua semente ao Kassai e dentro em pouco haveria, ao invés de um grande território congolês, vários pequenos Estados secessionistas. As pessoas de uma certa idade ainda se lembram perfeitamente, pelos jornais e revistas da época, há quase trinta anos, das matanças tribais, dos terríveis morticínios perpetrados de modo indiscriminados pelos soldados contra populações civis, a violência dos baluba, as monjas e freiras belgas estupradas em praça pública pelos soldados de Lumumba, em uma desnecessária demonstração de ferócia.

A luta maior das autoridades zaienses foi sempre contra o separatismo, que esteve sempre latente ali. As tribos eram muitas e algumas poderosas e havia uns poucos principados indígenas que não queriam aceitar uma diminuição de seus privilégios dentro de um novo Estado governado de tão longe e logo por um líder que ameaçava os governantes nativos, que os queria extinguir de um só golpe e que queria fazer de um vasto território em que a diversificação era tremenda, um unidíssimo Estado, dependente apenas de um governo central.

E foi essa marca de intolerância que deu origem a uma efêmera república, a de Katanga que, anos mais tarde, tentava ressurgir das cinzas, uma nova Fênix política.

4.12.1. Ambição política, desinteligências regionais e separatismo

Tudo começa com Patrice Lumumba, um líder de muito prestígio e realmente dinâmico que lutava pela independência do então Congo-Léopoldville, para diferenciar-se do Congo-Brazzaville.

Hoje encarado pelos zaienses como um ídolo e herói nacional e por muitos africanos como um mártir das lutas contra os europeus e seu colonialismo, cantado em prosa e verso, alvo de grande admiração e manifestações nacionais e até pan-africanas, Lumumba, porém, é bem que se diga em favor da verdade histórica, que a tudo se deve sobrepor, esquecendo dramas pessoais e possíveis simpatias ou antipatias, que só fazem toldar o bom julgamento de personalidades famosas, era um extremista. Ele não se fazia chamar de extremista dos extremistas como o Ngwazi Dr. Banda, mas unia o pensamento à ação e não hesitou lançar o seu povo contra os belgas que deixavam ou se preparavam para deixar o país tão logo chegasse a independência, assim como se volta, impiedosamente, contra todos os chefes tribais. Ele queria fazer do Congo, um Estado-Nação em um abrir e fechar de olhos, quando isso exige um processo que leva muitos anos, até mesmo gerações inteiras, ainda assim com perigo de ser apenas epidérmico o resultado como se vê em federações claudicantes, mesmo na Europa, como acontece na Iugoslávia. Os processos históricos são demorados, demoradíssimos e Lumumba era impaciente demais.

E com isso ele atea fogo na palha seca - o Congo multitribal. Hoje, com tantos anos depois de sua morte, quando a poeira sentou e os fatos que mais diretamente influíram na situação caótica de então, já é possível, com menos emocionalismo apresentar-se a cota de participação de cada um nas guerras separatistas que se seguiram e que quase todos atribuíam apenas a Moïse Tchombe e ao Príncipe Albert Kalondji, ambos fortemente identificados com a direita e com em boas graças com os antigos dirigentes coloniais. Lumumba, que sejourara algum tempo em Moscou e de lá trouxe os métodos com que pretendia varrer o colonialismo e a influência belga do Congo, começa muito mal a sua trajetória. Aliás, ele se estreia mal, redundantemente mal, ao maltratar com palavras rudes e inteiramente descabidas o moço e paciente soberano dos belgas, Balduino, no momento em que este pronunciava o seu discurso dedarando independente a colônia. O seu gesto de franca hostilidade, calou mal até mesmo entre simpatizantes que passaram a temer represálias. Muitos europeus que apostavam na independência congoleza, temeram pela sua segurança: Lumumba, em uma atitude extremamente vindicativa, insufla a população contra os brancos, como ele gostava de dizer.

A questão que aflorava mais seguidamente: federação ou Estado unitário para o Congo?

Os líderes mais velhos e experimentados, como Kazavubu, Kalondji e Tchombe, pendiam para um Estado federal, que pudesse manter as diferenças regionais a salvo, todos lutando por um mesmo e grande Congo que mais tarde seria o Zaire de Mobutu. Lumumba, renitentemente, como escrevem Oliver e Atmore¹⁰⁵, "on the other hand, tried to work for a strong, centralised state".

As tensões aumentam cada vez mais e estoura a primeira guerra civil na província do Kassai, originada de uma cruenta guerra tribal entre os baluba e benelulua. Os bakongo, seguidores do Presidente Kazavubu, estão inquietos e formam uma das maiores etnias do país, com milhares de irmãos no país vizinho, o Congo-Brazzaville e na Angola. O Presidente, sem grandes poderes executivos, quase nada podia fazer e o premier, impulsivo, sedento de vingança, ajuda a complicar mais ainda a situação quando se volta contra os belgas, que haviam ficado no país preenchendo as mais variadas funções pois a colônização fora das mais ruinosas e paternalistas e, enquanto os ingleses e os franceses se preocuparam em estimular a formação de um elite política, mandando educar filhos das colônias em boas universidades na Europa, os belgas haviam negligenciado essa parte e continuavam a tratar os nativos como crianças e, portanto, irresponsáveis. Estabelece-se o caos e os autores acima citados escrevem:

"With the collapse of law and order, all the old hatreds and humiliations came to the surface. Africans avenged themselves on Europeans, and different

peoples within Zaire fought each other. The worst inter-African conflict took place in the Kasai, where the tension between Baluba Benelulua now broke into open warfare. The political struggle between the regionalists and the centralists, which was so much a feature of this period of African history (in Kenya and French West Africa, for example), became charged with danger in Zaire" - in op. cit. p. 255.

E esse colapso pode ser atribuído, primariamente, sem receio de se cometerem injustiças, aos colonizadores belgas, em sua política de paternalismo e esquecimento. Davidson no seu livro Africa in History, já anteriormente citado¹⁰⁶, tece críticas severíssimas a esse tipo de colonização paterna - lista que degenera em um colonialismo brutal, de que se arrependeram muito por ocasiões dos motins e lutas e perseguição aos europeus. Depois, tudo caminhou de modo tão acelerado na colônia que em janeiro de 1960 os belgas chamaram os líderes congolese para uma mesa redonda em Ostend, em maio realizam-se eleições gerais e a 30 de junho o país está independente, tudo a correr, a toque de caixa. E nada estava preparado, comenta Davidson:

"Suddenly shifting their ground in January 1960, clearly hoping that in this way they could take advantage of African inexperience, they broke away from this traditional policy and conceded full political independence within six months. This duly came in the middle of 1960 with almost nothing prepared" - in op. cit. p. 308. Grifos nossos.

Não havia uma elite política que representasse na verdade todo o país, eram poucos os formados com curso superior, inexistia um grupo de funcionários congolese com experiência administrativa, eram poucos os médicos, os engenheiros, os professores nativos. Os partidos tinham tido pouco tempo de atividade de modo a poderem assumir as pesadas responsabilidades quando os seus líderes viessem tomar o lugar dos belgas, não havia partidos de repercussão nacional e sim partidos fortemente tribais, que representavam interesses de grupos e regiões, de líderes tribais e nada mais. Tudo estava por fazer à véspera da independência e isso teria influências negativas no governo que se formava. Como teve aliás, e a tal ponto que a ONU teria que intervir de modo direto, como ainda não havia feito em África.

É de lamentar que sendo a Bélgica um país de gente ordeira e organizada, que merece elogios pelos seus governos de probidade e disciplina, sempre preocupados com o bem-estar do povo, se tenha portado de maneira tão mesquinha em terras africanas, descuidando-se da preparação de sua maior colônia e que tantos lucros lhe havia trazido. Mas aconteceu e não se pode esquecer que o descuido seria parte no desmantelamento do novel Estado.

Novamente surge o grande fantasma, o tribalismo e em uma forma exasperada, secessionista quando Lumumba, amparando-se em uma apressa da vitória eleitoral, é confirmado na posição de presidente do Conselho de Ministros. Um seguidor de Nkrumah, é depois de sua participação na Conferência de Acra, em final de 1958, que ele emerge como líder popular e defensor de uma independência imediata. Pregava, de resto, o neutralismo, mas na verdade tinha grande admiração pelos regimes do Leste europeu. Joseph Kasavubu, líder do Abako, partido dos bakongo e fundado por E.Nzeza Landu em 1950, é escolhido para presidente do novo Estado. Era um moderado, homem rico e benquisto entre os europeus que viviam no Congo. Uma outra personalidade de peso era Albert Kalondji e que pertencera ao "Mouvement National Congolais", de Lumumba, mas todos se desentendem e da rica província de Katanga, uma voz poderosa se levanta: é Moïse Tshombe, uma das personalidades mais discutidas dos primeiros tempos da independência africana e uma das menos compreendidas até hoje. Katanga, um dos maiores produtores de cobre do mundo, com imensas jazidas de manganês, estanho, zinco e cobalto, era o centro das explorações congoleesas e lá imperava mais ou menos senhora de tudo a "Union minière du Haut Katanga", que vai jouer son rôle no drama katanguês. Tshombe no dia 11 de julho de 1960 deliberadamente se lança no meio da tempestade que varria o Congo e proclama a independência de sua província sob o nome de République du Katanga, apoiada pela Union minière e disfarçadamente pelo Governo belga. As províncias de Kivu e do Equador ameaçam seguir o exemplo katanguês. Desesperado, Lumumba tenta buscar a ajuda soviética o que propende os governos ocidentais e os belgas, de modo veldo, a apoiarem a província secessionista, que durará pouca mais de um ano, desaparecendo em dezembro de 1961. Kasavubu sente-se impotente, mas com a dedicada e leal assistência de Joseph-Désiré Mobutu, o homem-forte do Exército, destitui Lumumba, que foge para o interior, mas é preso e fica sob custódia de Tshombe, onde morrerá às mãos dos soldados balubas, depois de brutalmente maltratado. As Nações Unidas resolvem intervir, mais para tentar a pacificação do Katanga do que para proteger o governo central e ali ficará por mais de dois anos e a República do Katanga somente se integrará definitivamente ao Congo em 1963, pois ainda que ela tivesse deixado de existir mais um ano atrás, as guerrilhas continuam, o povo firme a defender uma independência que nem chegaram direito a saborear.

O governo central, por sua vez, sentia-se fraco para vencer as insurreições que surgiam em todos os cantos do país e o jeito que Kasavubu encontrou foi compor com o antigo Presidente Tshombe e convidá-lo para fazer parte do governo do Congo, como primeiro-ministro, como escrevem Oliver e Atmore.¹⁰⁷

Tshombe, sucedendo ao premier Cyrille Adoula, um moderado, mas fraco que fora incapaz de dominar as rebeliões enojadas segundo

alguns por agentes comunistas especialmente treinados em Moscou, tem uma imensa tarefa pela frente. E não é nada bem visto por muitas facções e por outros líderes africanos, que o encaravam como um agente do imperialismo ocidental, nome dado, então, a quem quer que não apregoasse idéias socialistas e uma grande interferência do Estado na economia nacional. Entretanto, os chamados líderes de direita, como o Príncipe Kalondji, do Kassai, e outros como o Coronel Mobutu, emprestavam-lhe apoio condicional, isto é, desde que ele não tentasse mais a retomada de Katanga. E aos poucos ele se torna um homem poderoso. Godefroid Munongo, que fora ministro do Interior de Katanga, era um dos saudosistas e o perigo de nova separação não parecia afastado.

O Governo central, então, tenta uma composição mais ampla ainda, deixa relativa liberdade às províncias.

Um país imenso, com 2.345.000 kms², segundo alguns manuais e 2.344.885 kms², oitenta vezes o tamanho da Bélgica, sete o da Itália e quatro o da França, nele se falam dezenas de línguas e dialetos e ele foi dividido em vários reinos e impérios no passado, mas quando os belgas chegam esses reinos estavam praticamente esfacelados, viviam em constantes guerras entre si e apenas conservavam restos de sua passada grandeza, mas o Império Luba persistiu, assim como o Lunda. A República Democrática do Congo ao nascer estava dividida em oito grandes províncias:

Kongo central
Bandundu
Equateur
Orientale
Kasai Oriental
Kasai Occidental
Kivu
Katanga

Elas eram dominadas pelos chefes tradicionais, sendo que os mais conhecidos no cenário africano eram Tchombe, que se casara com uma das filhas do Imperador de Lunda, e o Príncipe Kalondji, que se proclamou rei de um efemeríssimo Reino do Kassai logo anexado ao resto do país.

Todo o cuidado do governo central era de não descontentar os líderes regionais. A morte de Lumumba, por sua vez, servira para mostrar que uma tentativa de eliminar o tribalismo de um só golpe não daria resultados.

Surge um movimento político, de extremistas, o "lumumbismo" que pregava, como outrora o premier, medidas arrasadoras e definitivas para unir de vez o Congo. E a república vive em constante pé de guerra até 1965, quando Tchombe é novamente deposto ao tentar manobras que o mantivessem no poder, ele que fora deposto em 1964 e voltara do exílio para compor novo governo. Mobutu depõe o Presidente Kazavubu e toma o seu lugar. Fecha o

Parlamento, sufoca as rebeliões, prende e executa muitos políticos e promete nova constituição. Em 1967 vem efetivamente essa constituição, que dá poderes imensos ao presidente e lhe permite a reeleição sem limites, concentra em suas mãos o executivo. Estabelece um Legislativo unicameral e o monopartidarismo com o seu "Mouvement Populaire de la Révolution", mas existem grupos de oposição como a "Frente Congoleza para a Restauração da Democracia", o "Conselho pela Libertação do Congo", o "Movimento Congolês Nacional" e o "Partido da Revolução Popular".

Mobutu dá início a uma série de medidas altamente nacionalistas, encampa a "Union Minière", nacionaliza bancos e associações de europeus, inclusive altera os nomes das cidades ou os substitui por nomes tipicamente congolezes. Ele falava de "africanisation" do país. Até os nomes de pessoas são mudados, a começar do seu próprio e ele deixa de ser Joseph-Désiré Mobutu para assinar-se Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu-ua-za-Banga, é promovido a general e logo mais a maréchal. Cidades amplamente conhecidas no mundo como Léopoldville e Elizabethville, desaparecem e em seu lugar surgem Kinshasa e Lubumbashi e não fica mais pedra sobre pedra da antiga instituição que os belgas legaram. A estrutura administrativa muda completamente, a República Democrática do Congo desaparece para dar nascimento a uma República do Zaire.

Com mandatos de sete anos, o Presidente Mobutu Sese Seko está à frente de um governo contra o qual pesam seriíssimas acusações de corrupção¹⁰⁸ e violações dos direitos humanos.

Eliminou o cargo de primeiro-ministro e criou em seu lugar um Primeiro-Comissário do Estado que ajuda o Presidente na administração da república mas sem muita liberdade de movimento.

Apesar disso tudo, houve em 1977 e 1978, na província de Shaba, antiga Província de Katanga, duas tentativas de invasão. Era o despertar de novos movimentos separatistas, que foram rechaçados com ajuda externa e com tal violência que chocou o mundo: Mobutu simplesmente deu liberdade aos seus soldados para fazerem o que bem quisessem para proteger a integridade do território zairense, e houve a repetição dos morticínios de 1960 a 1965. Em 1978, o país ganha nova constituição, que redidivide o território zairense e dá novos poderes ao Presidente, hoje um poderosíssimo chefe de Estado que tudo pode ali.

O unipartidarismo é amparado pela constituição.

O regime é excessivamente autocrático, apesar da constituição e mesmo o partido único é presidido por Mobutu. O tribalismo, apesar de duramente reprimido, surge aqui e ali, como nos incidentes de Shaba e há um vazio político muito grande. Só a força do Exército paratribal tem mantido unido o Zaire, apesar de Mobutu, frequentes vezes, ter declarado que fez do seu país uma nação zairense e que todos os seus habitantes se sentem apenas nacionais de um Zaire coeso e forte.

4.12.2. O que aconteceu ao Zaire

Ki-Zerbo, que exalta a figura de Lumumba, chamando-o de mártir, é muito severo com a administração belga e lhe põe às costas todo o fracasso do novo Estado. Mas não podemos esquecer as ambições desmedidas de líderes zaienses que não hesitavam em separar as suas províncias para se manterem no poder. Era a exasperação de um processo de regionalismo, ou se se quiser, de tribalismo.

O tribalismo nem sempre quer dizer o apego ao tradicionalismo ou a firme decisão de manter as instituições monárquicas do governante tribal em dada região ou à frente de dada nação indígena. O mfon de Foumban, respeitado e acaçado e que vem de uma velha linhagem dentre os bamoun, faz o possível para manter vivas instituições bamoun em uma república camerunesa unida e fortemente presidencialista. No entanto ele acata, por sua vez, as instituições do Estado e as decisões do governo central. Há um entrelaçamento entre a tradição que ele representa e a modernidade que as instituições republicanas camerunesas significam. No tribalismo, os líderes entravam o bom andamento da modernidade, prejudicam o desenvolvimento do progresso que vem a cavaleiro das novas instituições. Há uma exasperação do apego ao tradicionalista por motivos mesquinhos.

Assim parecia acontecer no Zaire.

Mobutu, no início, distingue entre os chefes tradicionais que agiam como "véritables piliers de la société africaine, choisis par leur sagesse et leur modération, eux non plus n'échappèrent point à la rage destructive des politiciens", ele disse em discurso de Sankuru, no dia 7 de fevereiro de 1966.¹⁰⁹ E prometia mesmo restaurar-lhes a autoridade local. Ele pretendia, com isso, trazê-los para o seu lado. Três dias depois, em Lulua-bourg, ele fazia pressão violenta contra o tribalismo e o regionalismo, "deux mots que l'on clame partout, depuis notre accession à l'indépendance".¹¹⁰ E achava que a elevação do número de províncias para 21 "provinces tribales" que havia no momento em que se dirigia ao povo, era demais, pois isso significava justamente pela demarcação tribal que existiam outros tantos mini-Estados dentro do mesmo Estado.

Volta-se para o Parlamento que lhe encomenda uma lei forte que possa reprimir o "tribalisme, ce fléau qui a déjà fait tant de torts à notre pays".¹¹¹ Reduzem-se as províncias a 12 e ele continua a fazer forte pressão contra o tribalismo, muita vez ameaçadoramente, prometendo puni-lo com se veridade.

Mobutu se apresenta como uma espécie de redentor do Zaire, o homem que viera para redimi-lo de tantos erros de um passado recente.

A leitura do seu livro Le Président Mobutu vous parle, que fizemos as citações acima, traz uma mostragem dessa luta incansável contra a força do tribalismo como fator de entrave para o desenvolvimento sócio-político-econômico do país.

Muito autoritário, o Presidente não suportava qualquer manifestação que pudesse parecer um estímulo ao tribalismo. As suas perseguições não deram certo e ele teve de ceder, concedendo alguma liberdade aos chefes e nomeando mesmo alguns mais influentes para altos postos na república. Somente com o passar dos anos foi existindo um maior entrosamento entre eles e muitos dos chefes tradicionais emprestaram seu decidido apoio ao Presidente em sua obra de reunificação do Zaire. Aí as coisas pareceram serenar.

É difícil julgar-se, à distância e com poucos documentos, a postura de Tchombe ao tentar separar a sua província e dela fazer uma república independente, assim como a posição do Príncipe Kalondji no Kasai. E Mulele em Kwilu e mais outros. Kaza Vubu, que fora arquiinimigo de Lumumba, uniu-se a Tchombe para derrubar o odiado rival, mas depois estoura uma geurra surda entre os dois. Vaza Vubu alia-se a Mobutu.

O que desejam então todos esses líderes?

Para a maioria, era simplesmente o poder, custasse o que custasse e realmente muito sangue custou ao povo, vinganças que cavaram fossos profundos e deixaram marcas em duas gerações. Matanças indiscriminadas, que só serviam para aumentar o desprestígio do Zaire no exterior.

Mobutu prometia ficar cinco anos à frente da chefia do Estado e já lá se encontra há quase vinte e cinco. Tem havido várias tentativas para derrubá-lo mas ele parece firme. Fala sempre em terceira pessoa: O Marchal Mobutu, o Presidente Sese Seko Mobutu, ou usa o nós majestático. Exatamente como os reis do passado. Ou como os grandes príncipes que ficaram. Acredita na força do chefe, que deve ser respeitado sacramento, como, aliás, ele dizia, um tanto arrogantemente ao jornalistas Frédéric François e W. Geerts no dia 4 de julho de 1966.¹¹²

Muito do que prometia jamais chegou a fazer e se usou um nacionalismo barulhento e colorido, mudança inclusive de nomes e substituição de velhos topônimos já consagrados pelos anos, não teve coragem de adotar medidas nacionalistas mais simples e de grande significado, como a adoção de línguas regionais para o ensino nos três níveis. O ensino das línguas vernaculares ficou muito lento e sem uma plano específico.

Tem mantido boas relações com os países capitalistas do Ocidente e é um leal aliado da política americana em África. Apoiava ainda hoje o movimento liderado por Holden Roberto, da Unita, e que pretende derrubar o governo marxista de Angola, e é bom amigo da África do Sul. Se lhe aplicarmos os consabidos rótulos tão usuais nas relações internacionais, diremos que ele é um direntista, pró-Ocidente.

Salvou efetivamente a unidade nacional a custo, porém, de uma brutal repressão e, apresentando-se igualmente como vingador da corrupção, o seu regime é dos mais corruptos e dizem que ele é um dos homens mais ricos do continente.

Defende o pan-africanismo e já foi presidente da OUA. Como todo ditador, diz-se um democrata e insiste em que o Zaire é uma democracia, não obstante os seus poderes autocráticos, o seu regime duro, o monopartidarismo e uma forte censura à imprensa.

Houve um plano governamental de orientação da economia mas Mobutu se apressou a declarar que o Estado apenas traçaria algumas normas para uma ação da livre empresa.

Mobutu afirmou, em muitíssimas ocasiões, que foi o tribalismo a causa de todos os males do Zaire. E dele, essas experiências, instituições tão diferentes, que levaram o Estado por várias etapas, de um pluripartidarismo que prometia aumentar ao infinito, como nos Camarões, a uma secessão também desastrosa e várias guerras civis e tentativas de secessão que custaram muito e que dividiram o povo, desembocando em um governo altamente pessoal e autocrático.

4.13. A África Negra e o Brasil. Há uma influência brasileira em terras africanas?

O me-ufanismo nacional insiste, muitas vezes, em que os africanos nos olham como exemplo e acentuam, um tanto naivamente, a nossa vocação africana.

Essas afirmações, que podem ser agradáveis em reportagens e ilustrações a cores, mostrando a similitude de danças, vestimentas e costumes. Em uma tese, em que tudo o que se escreve deve ser amparado por uma vasta e séria documentação, não se pode dizer graciosamente que o Brasil está presente em África.

Quais as influências do Estado Nacional? Politicamente, a nossa posição contra a África do Sul no cenário do mundo, o que não nos impede de mantermos uma linha aérea exclusiva que para em Johannesburg, manter boas relações comerciais, proveitosas e termos reconhecido, em primeira mão, o governo marxista de Angola.

Passamos em revista vários Estados africanos, escolhidos arbitrariamente, e lhes estudamos as instituições políticas para desaguardarmos na exclusão das tendências de um Estado típico, que não tem similar com os Estados hispano-americanos, nem com o Estado Nacional.

Será que houve alguma influência dos modelos adotados pelo Brasil nos recentemente moldados em África? Nenhuma. A República Federativa Brasileira renegou o seu sistema federal e em data recente enveredou pelo pluripartidarismo, de que já tinha velha e sólida experiência, ainda que nem sempre tão proveitosa. A África Negra tende para o unipartidarismo ou para os regimes militares, ou civico-militares, sem partidos. São poucos os Estados pluripartidários em África e contados a dedo.

No passado, o Brasil teve um executivo forte em que o chefe de Estado tinha tantos poderes quanto um rei do passado e a tal ponto que um insigne, Ernest Hambloch, em um livro com título algo irônico, Sua Majestade, o Presidente do Brasil, as estudou do ponto de vista bem anglo-saxônico e, por isso, eminentemente parlamentarista. Mas hoje outras são as nossas instituições políticas, sem similares com a África Negra.

Alguns aventureiros brasileiros, nos dias do Império, tiveram seus momentos de glória e sorte em África e houve mesmo quem se tornasse ministro de um rei indígena. Os escravos afro-brasileiros que voltaram para lá e estabeleceram no Benin ou na Nigéria, mantiveram sentimentalmente nomes e usanças baianas, e houve quem conservasse por muito tempo a língua portuguesa.

a com acento brasileiro.

Os contactos culturais bilaterais são ainda pequenos e não comparam com os que a França ou os Estados Unidos mantêm. Simples contactos culturais não significam influências políticas.

O Presidente Quadros foi, com efeito, o primeiro que se lançou numa aventura africana, como escreve Adolpho Justo Bezerra de Menezes no seu livro Ásia, África e a Política Independente do Brasil.¹¹³ Mas não teve tempo de levá-la adiante por ter renunciado poucos meses após a sua fulgurante ascensão. Somente muitos anos depois, quando o General Emílio Garrastazu Médici subiu ao poder o Brasil retomaria o caminho que começara a trilhar e esse governante, com visão de estadista e uma das personalidades mais injustiçadas em nossa história recente, através de seu chanceler, o Ministro Mário Gibson Barboza, leva a cabo uma vançada em terras africanas. Mas a República Federativa perdeu muito tempo em assumir uma posição firme ante o problema da descolonização das chamadas províncias ultramarinas de Portugal, que eram a Angola em guerra, Moçambique, Guiné-Bissau, a Cabinda e São Tomé e Príncipe, e o pequeno arquipélago de Cabo Verde. Os nossos laços sentimentais com Portugal impediram-nos uma postura mais pragmática. Mesmo assim, como dizia o Embaixador Gibson Barboza,¹¹⁴ o Brasil tentava reencontrar o espaço perdido.

Geisel avançou mais e seu sucessor aumentou a pressão contra a África do Sul. O Governo atual tem tentado uma aproximação maior com os Estados africanos de expressão portuguesa, mas todos um tanto timidamente. O autor desta tese conversou com muitos líderes negros e nem todos tinham uma opinião muito lisonjeira a nosso respeito: muitos frisavam que faltava ao Estado Nacional uma maior participação, mais corajosa, mais arrojada, nos negócios africanos.

A nossa indecisão quanto ao reconhecimento dos novos Estados surgidos dentro do território sul-africano, em parte para seguir uma direttriz que vem sendo seguida por grande maioria dos Estados do mundo, nos tira uma oportunidade de demonstrarmos uma independência em assuntos de política externa e pragmática também, pois há muito o que fazer nos homelands independentes, muitos deles mais ricos, estáveis e com melhor infraestrutura do que muitos e muitos países negros já independentes faz mais de vinte anos.

Um projeto arrojado de se formar uma grande Comunidade Afro-Luso-Brasileira, que o Presidente Médici anteviu, não prosperou ainda e tudo não passou de uma longa série de discursos lamentavelmente não implementados, pelo menos o bastante para mostrar a sua praticidade.

Gestos esporádicos não constituem um plano nem servem como projeto para futuros estudos. Falta o fio da meada.

Depois, os africanos são extremamente susceptíveis e é preciso muito tato para lidar com eles. Qualquer indecisão soa como traição e isso é grave aos seus olhos.

Não há, pois, uma influência brasileira, que se possa chamar de decisiva ou significativa, repetimos. Há laços que, aos poucos se solidificam, mas ainda se passarão vários anos, possivelmente até mesmo uma geração, para que dêem os frutos desejados.

O que talvez pudéssemos copiar dos africanos, mesmo que isso possa parecer estranho, é o modelo de convivência de algumas instuições tribais dentro do Estado, não como simples tutela e proteção, mas como coexistência e convivência mesmo. Para as nossas etnias amargando um doloroso processo de assimilação e até de extinção...

Mas são assuntos delicados de que nos ocuparemos, mais adiante, ao tratarmos das propostas finais.

Notas e referências ao

Capítulo

IV:

1. Cfr. L'Economie de la Principauté de Liechtenstein. Ed. organizada por Walter Kranz. Vaduz, Office de presse et d'information du Gouvernement de la Principauté de Liechtenstein, 1982. 160 p.
No art. "La Principauté de Liechtenstein - un petit pays dynamique et une économie hautement développée", o autor, Kranz, escreve:
"Avec sa superficie de 160 km², la Principauté de Liechtenstein est l'un des quatre plus petits États européens. Il est situé sur la rive droite du Rhin supérieur, entouré par les cantons suisses de St. Gall et des Grisons et par le Vorarlberg autrichien. Il mesure 10 km dans sa plus grande largeur. Si petit soit-il, il offre une étonnante variété de paysages, depuis la plaine rhénane et les collines de l'Eschenerberg qui s'en détachent, jusqu'aux vallées alpines dont le point culminant est la Grauspitze à 2599 mètres d'altitude. La population se concentre dans la vallée du Rhin avec ses onze communes et ses 26.000 habitants, tandis que la partie montagneuse, comprenant les vallées de Samina, Malbun, Valorsch et Lawena, est une région d'alpages et surtout, aujourd'hui, de détente et de villégiature pour les habitants et les touristes" - op. cit. p. 9.
2. Le Président Kayibanda vous parle. Discours prononcés par Son Excellence Mr. Gr. Kayibanda, président de la République Rwandaise. Kigali, Service d'information, 1964. 167 p.
3. Cfr. Decraene, Philippe. O Pan-Africanismo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
Escreve esse autor:
"Por seu turno, as autoridades da Costa do Marfim tiveram de haver-se, em 1959, com a curiosa reivindicação do rei de Assínia, Amon Ndoffu III, hoje encarcerado. Esse soberano, que governava um reizinho de 8.000 km², em que viviam 45.000 súditos, não quis integrar-se na Costa do Marfim. Reclamou, em compensação, o estabelecimento de ligações diretas entre a sua capital de Crinjabo e Paris e a estrita aplicação do regime de protetorado aos seus concidadãos" - op. cit. p. 101 e 102.
4. Gatti, Ellen e Attilio. A África de Hoje. Trad. de Raul de Polillo. São Paulo, Melhoramentos, 1961 (?). 190 p.
5. Pattee, Richard. Portugal na África Contemporânea. Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Rio de Janeiro, Escola de Sociologia e Política da PUC, 1961. De págs. 149 usque 153.
6. "Time", October 10, 1960. p. 30.
7. Ibidem p. 30.

8. Cfr. Williams, David. "Nigeria" in The Living Commonwealth (Org.) Kenneth Bradley. Foreword by His Royal Highness the Duke of Edinburgh, K.G. London, Hutchinson, 1961. p. 305.
9. Ibidem p. 305.
10. Ibidem p. 304.
11. Ibidem p. 315.

E ele escreveu mais:

"With its 40,000,000 people (o autor escrevia isso em fins de 1960 our primeiros dias de 1961. Hoje, estimativas de 1984, o país tem 95.198.000 habitantes) Nigeria is the largest and most populous British Dependency to have achieved self-government since India and Pakistan, and Nigeria^s would certainly think it right to end this brief description of their country as it is today with a tribute to the work of the British Overseas Civil (formerly Colonial) Service officials who have helped in its creation" - p. 315. Grifamos.

12. Op. cit. p. 283.
13. Deschamps, Hubert. Peuples et Nations d'Outre-Mer. Paris, Dalloz, 1954. p. 176.
14. Op. cit. p. 284.
15. Cit. por Pattee in op. cit. p. 151.

O Chefe Awolowo escreveu:

"Há tanta diferença entre uma e outra (tribos), como entre alemães, ingleses, russos e turcos, por exemplo" - cit e trad. por Pattee, p. 151.

16. Neme, Mário. Difícil África Negra. São Paulo, Editora Coliseu, 1966. 123 p.

Neme cita o já conhecido exemplo camerunês, onde o número de partidos era tão grande que muitos desapareceram quase que imediatamente e chegou a existir nada menos do que 84 partidos, "todos de caráter tribal, a disputarem as eleições" - p. 17.

17. Ki-Zerbo, Joseph. Histoire de l'Afrique Noire. D'hier à demain. Paris, Hatier, 1972. p. 482.
18. Lavroff, Dmitri. Os Partidos Políticos da África Negra. Trad. de Eduar do Cambezes. Lisboa, Livraria Bertrand, 1975. p. 30.
19. Cfr. Lasky, Melvin J. Africa for Beginners. A traveler's notebook. London, Weidenfeld and Nicolson, 1962. p. 111 e 112.

O autor escreve, de modo que raia pelo ridículo:

"When the question is asked: "What is going to happen to Africa?" it

is to one man that everyone looks for the answer: Kwame Nkrumah.... To us, his people, Kwame Nkrumah is our father, Teacher, our brother, our friend, indeed, our very lives, for without him we would no doubt have existed, but we would not have lived; There would have been no hope of a cure for our sick souls, no taste of glorious victory after a lifetime of suffering. What we owe him is greater even than the air we breathe, for he made us surely as he made Ghana..." - ibidem p. 112.

E paro por aqui, porque, em sua adoração sem limites ele chega a ser dolorosamente cômico.

20. Op. cit. p. 111 e 112.
21. Rawlings, Jerry John. Forging Ahead. Select speeches of Flt.Lt. Jerry John Rawlings, chairman of the PNDC. Vol. two. Accra, Information Services Department, 1984 (?). p. 73.
22. Prost, R.V.A. Contribution à l'étude des langues voltaïques. Dakar, I.F.A.N., 1964. 461 p.
23. Wendt, Heinz F. Sprachen. Frankfurt am Main, Fischer Bücherei, 1966. 382 p.

Falando das línguas africanas, esse grande linguista lembra que:

"Die auf dem Boden Afrikas gesprochenen Sprachen lassen sich in mehrere grosse Gruppen teilen, die jedoch unter verschiedenen Gesichtspunkten betrachtet werden müssen" - op. cit. p. 18.

24. De Lusignan, Guy. L'Afrique Noire depuis l'Indépendance. Paris, Fayard, 1970. 410 p.
25. Cfr. Sabbá-Guimarães, Newton. Escombros. Páginas de Ensaios Biográficos e Políticos e de Polêmicas. Manaus, Imprensa Oficial, 1982. p. 103 usque 108.
26. Nicolas, G. "La société africaine et ses réactions à l'impact occidental" in L'Afrique Noire Contemporaine (Org.) por Marcel Merle. Paris, Librairie Armand Colin, 1968. De p. 178 usque 251.
27. Houphouët-Boigny, Félix. Discours de Son Excellence le Président Houphouët-Boigny à l'occasion de la création de la C.E.A.O. repetia a necessidade de libertação e a melhor maneira de o fazer seria através da criação de órgãos que visassem um estreitamento econômico, daí a "Communauté Economique de l'Afrique de l'Ouest". Para a citação do texto, cfr. Ki-Zerbo, op. cit. p.505. Houphouët-Boigny parece ter sido sempre um dos líderes mais pragmáticos, objetivos e determinado, que se não apegava a slogans. Aliás, ele até caçoava de movimentos como a Negritude e outros que surgiram em África. Para ele, o frio pragmatismo.

28. Art. cit. item 26.
29. Art. cit. p. 329.
30. Cfr. Sabbá-Guimarães. Op. cit. p. 106.

Escrevemos que o Presidente:

"Modesto, simples, até certo ponto tímido, quatro anos após a tomada do poder, ele outorgou ao povo uma das mais liberais constituições que um país africano já teve, dotando o Estado de um regime parlamentarista, pluripartidário, com uma Assembléia Nacional que escolhia o primeiro-ministro" - *ibidem* p. 106

31. Plural da palavra boer, Bauer, homem do campo. Os pioneiros sul-africanos sentiam orgulho em se dizerem homens do campo, daí que falavam de suas pequenas repúblicas como Boererepublieke. Mais tarde, durante as guerras travadas contra o Império Britânico, a denominação se difundiu muito. Hoje é mais usado poeticamente, tendo o termo *afrikaner* predominado.
32. Aron, Raymond. República Imperial. Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra. Trad. de Edilson Alkmim Cunha. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975. 359. Para a teoria da República Imperial, lê-se a introdução e também, com maior proveito, o prólogo - "A ilha-continente".
33. Op. cit. p. 200.
34. Van Jarsveld, F.A. The Awakening of Afrikaner Nationalism. Cape Town, Human & Rousseau, 1961. 259 p.
- Aproveitamos para deixar expresso aqui os nossos agradecimentos ao autor, com quem almoçamos juntos na Cidade do Cabo, por muitos esclarecimentos seus, pelo livro e pela permissão para dele citar livremente.
35. De Kock, W.J. Geskiedenis van Suid-Afrika. Pretoria, Departement van Inligting, 1971. 64 p.
36. Op. cit. p. 65 e 66.
37. Cfr. "Chaka - poème dramatique à plusieurs voix. Aux martyrs bantous de l'Afrique du Sud", in Poèmes. Paris, Editions du Seuil, 1964. 5a. ed. 1971. 254 p.

O poema começa:

"Chaka, te voilà comme la panthère ou l'hyène-à-la-mauvaise-gueule
A la terre clouée par trois sagaies, promis au néant vagissant.
Te voilà donc à ta passion. Ce fleuve de sang qui te baigne,
qu'il te soit pénitence".

38. Ministério da Administração Banto. Homelands. The role of the Corporations. Com prefácio do Ministro M.C. Botha. Um grosso volume, ricamente ilustrado, com 188 p. mas sem qualquer outra indicação bibliográfica. p. 21.
39. "Newsweek", May 23, 1 977. p. 21.
Ele disse:
"I look myself as a South African. The Zulus are merely the largest ethnic group; they cannot dominate other people because more other people than Zulus".
Não seria uma forma de dizer, por portas travessas, que defende a política do desenvolvimento separado?
40. Starcke, Anna. Survival. Taped interviews with South Africa's power élite. Cape Town, Tafelberg, 1 978. De p.75 usque 84.
41. Cfr. Sabbá-Guimarães, Newton. Sem Fronteiras. Estudos e entrevistas. Manaus, Imprensa Oficial, 1 981. Lá fixamos as palavras de Mangope:
"Será que nós não temos o direito de escolher o nosso próprio destino a seguir? A nossa independência não foi forçada, nós a quisemos porque achámos que podíamos decidir o que é mais importante para nós. Por que não nos reconhecem? Somos um povo que fala uma língua à parte, temos as nossas tradições, fragmentos de uma história nacional, os nossos costumes e até mesmo a nossa própria orientação política. Não somos uma criação do regime de Vorster, mas o desenvolvimento natural de uma tendência política africana, de que cada povo do continente, possuindo um território seu, língua, costumes, tradições, história própria pode determinar qual o seu caminho no mundo. Uma sequência natural" - in op. cit. p. 134 e 135.
42. Malan, Theo. "The South African black states' and neighbouring Black Africa's response to South Africa's proposed Constellation of Southern African States" in The Constellation of States (Ed.by) Dr. Willie Breytenbach. Johannesburg, South Africa Foundation, 1 980. p. 57 usque 65.
43. Marinus Wiechers. "The need for pan-South-Africanism" in publicação coletiva acima citada. P. 47 e seguintes.
44. O Transkei se tornou independente em 26 de outubro de 1 976. Tinha um Governo eleito, uma Assembléia Nacional, o Bunga, presidente, primeiro-ministro, judiciário funcionando e uma infra-estrutura econômica bem maior do que a de muitos países africanos. Apesar disso a ONU fez tal celeuma que parecia que o mundo ia acabar em sessa da Assembléia Geral, no dia imediato, 27 de outubro de 1 976.

45. Romulo, Carlos P. The Mythical Independence of Transkei. A sinister plan of the Apartheid regime. Manila, Department of Foreign Affairs/UN Centre Against Apartheid, 1 977.

É uma peça que peca pela falta de serenidade, pela ironia descabida e até pela virulência verbal, o que pelo menos estranharmos, pois o Dr. Romulo foi sempre muito elogiado pela sua habilidade política e sagesse. Entre outras coisas ele disse:

"The Transkei fits perfectly into the classical definition of hypocrisy: it is the tribute that vice pays to virtue, or in this case the tribute that apartheid pays to the ideal of equality. It was necessary to invent the independence of the Transkei because there is not freedom for the blacks in their own country" - p. 9.

46. Geldenhuys, Dr. Deon. Art. "Two pillars of political reform" in The Constellation of States, org. e ed. cit. p.45.
47. De Klerk, W.A. The Puritans in Africa. A Story of Afrikanerdom. Middlesex, Penguin Books, 1 975. 376 p.
48. Op. cit. p. 319.
49. Esterhuysen, W.P. Afskeid van apartheid. Opstelle oor rassediskriminasie. Kaapstad, Tafelberg, 1 979. 104 p.

Um tanto nostalgicamente, o autor escreve sobre a triste situação de sua pátria, mal vista no Exterior:

"In die Westerse wêreld het dit algemene gebruik geword om die Republiek van Suid-Afrika uit te sonder as dié land waar rassediskriminasie sonder voorbehoud beoefen word. Trouens, daar is min sake waaroor die wêreldmening so eenstemmig en luidrugtig is as die oordeel dat rassediskriminasie langs wetlike en ander weë in Suid-Afrika gesanksioneer word en ingebou is in die sosiale orde en politieke strukture van die Republiek. Dit is 'n feit, en 'n onaangename daarby, dat die buitenlandse beeld van Suid-Afrika se binnelandse politieke beleid, 'n beeld is waarin rassediskriminasie die sentrale fokuspunt geword het" - op. cit. p. 1. Introdução.

50. Girard, Julien. Epitome Historiae Graecae. Paris, Hachette, 1 912. 355 p.
51. Forjamos a palavra, saída do idioma africanense. Africanus, a, jamais teria a mesma conotação. As palavras de forte impacto emocional ou estético, jamais podem ser traduzidas ou se esgarçam como fiotecido finamente e que cai em mãos inábeis. Como traduzir Afrikaner? Este termo e seus cognatos importam em um mundo de sensações que qualquer

tentativa de traduzi-lo, destruí-lo-ia. Assim, que me perdoem os puristas da língua latina esse neologismo, ou até, quem sabe, esse barbarismo...

52. Leia-se nota acima.
53. Pattee, Richard. Portugal na África Contemporânea. Ed. cit. no item 5. p. 215.
54. V. ed. cit. no item 17. p. 558.
55. Ibidem p. 558.
56. Ibidem p. 558.
57. Op. cit. p. 216. Nota de pé de página.
58. Swaziland - Report for the Year 1 965. London, Her Majesty's Stationaery Office, 1 966. p. 127.
59. Ed. acima cit.
60. Op. cit. p. 127.
61. Op. cit. p. 97.
62. V. ed. cit. no item 24.
63. Cfr. Sabbá-Guimarães, Newton. "Jean-Bedel Bokassa e a Vigília de São Silvestre", in Jornal do Comércio, Manaus, 29.VII.1 971. p.6.

"Bão há dúvida, eram pontos ambiciosos a serem atingidos. Não teve tempo. Anos depois, O General Bokassa retomava os propósitos de Boganda, e conseguia aplicá-los em o novel Estado, com êxito retumbante".
64. Cfr. ed. cit. no item 25. De p. 115 usque 120.
65. La République Centrafricaine. Supplément au no. 309 de "Jeune Afrique". p. xii.
66. Brusa, A. Le Rhodesie nell'Eurafrica di Domani. Pref. Prof. Goffredo Jaja. Milano, Fratelli Bocca - Editori, 1 941. XIX. 222p. Os números romanos se referem à Era di Mussolini, ou seja, o 19º ano de ascensão ao poder.
67. Op. cit. p. 33.
- 67.a Op. cit. p. 541.
68. Davidson, Basil. Africa in History. Themes and Outlines. St. Albans Paladin Books, 1 976. p. 156.
69. Op. cit. p. 84.

70. V. ed. cit. no item 4.
71. Op. cit. p. 82.
72. Op. cit. p. 82.
73. Op. cit. p. 82.
74. Cfr. ed. cit. no item 8. De p. 337 usque 359.
75. Sabbá-Guimarães, Newton. "A política do humanismo do presidente Kaunda" in Jornal do Comércio, Manaus, 27.II.1 977. p. 5.
76. Kaunda, Kenneth D. A Humanist in Africa. Letters to Colin M. Morris. London, Longmans, 1 969. p. 11, onde, inclusive, escreve:

"Kenneth Kaunda, on the other hand, not only declared his allegiance to the philosophy of non-violence but rigidly en-joined it upon his followers to the point where his leadership teetered in the balance".
77. Kaunda, Kenneth D. The Nation is YOU. Addresses - Resolutions. Lusaka, Government Printer, 1 972. 72 p.
78. Kaunda, Kenneth D. Africa in the 60s. The decade of decision and definition. Lusaka, Zambian Information Services, s/d.
79. Histoire de l'Afrique Noire. Ed. cit. no item 17.
80. Op. cit. p. 539.
81. Op. cit. p. 54.
82. Op. cit. p. 538.
83. Oliver, Roland & Anthony Atmore. Africa since 1 800. 2nd edition. Cambridge, Cambridge University Press, 1 977. p. 267 e 268.
84. Taylor, Don. "The Federation of Rhodesia and Nyasaland" in The Living Commonwealth, ed. cit. p. 348.
85. Cfr. ed. cit. no item 78.
86. Op. cit. p. 73.
87. Op. cit. p. 145.
88. Kyemba, Henry. State of Blood. The inside story of Idi Amin's reign of fear. London, A Corgi Book, 1 977. 288 p.
89. Van der Vat, Daan. Britten, besten en buitenlanders. Utrecht, Het Spectrum, s/d.
90. Op. cit. p. 193.

Esse autor frisa que o Kabaka era oficial honorário do Exército Real Britânico:

"... Zijne Koninklijke Hoogheid Mutessa II niet slechts ereka-ptein was van de Garde van Grenadiers, doch zelfs enige tijd

dienst had gedaan bij deze garde" - ibidem p. 193.

92. Ki-Zerbo, Joseph. Histoire de l'Afrique Noire. Ed. cit. no item 17.
93. Op. cit. p. 483.
94. Bradley, Kenneth. "Towards Self-government" in The Living Commonwealth, ed. cit. anteriormente no item 8.
95. Op. cit. p. 384.
96. As Told by Ahmadou Ahidjo. Monaco, Political Bureau, Cameroon National Union, 1 968. p. 53. Essa seleção dos discursos e pronunciamentos do Presidente Ahidjo é muito boa e leva o leitor ao conhecimento do essencial de seu pensamento político.
97. Op. cit. p. 235.

Os autores acrescentam que:

"Civil war between Communist and anti-Communist groups broke out in 1 956, and had not been completely resolved when the territory became independent in 1 960" - op. cit. p. 235.
98. Mveng, Englebert. Histoire du Cameroun. Paris, Présence Africaine, 1 963. 534 p.
99. Op. cit. p. 235.

Corre uma lenda sobre a origem do sistema escrito dos bamoun e que se teria originado de um sonho. Mveng reproduz esse conto:

"Dans son "Histoire et coutumes Bamoun", Njoya raconte qu'un jour, il eut un rêve. Une vision lui apparut et lui demanda de dessiner une main humaine sur une planchette, de laver le dessin et de boire de cette eau. A son reveil, le roi fit venir ses notables et leur demanda d'aller exécuter dessins et symboles représentant différents objets et de les leur apporter. Il les confronta, soumit les résultats à des lettrés musulmans de passage et en tira son premier alphabet. L'écriture bamoun était inventée" - op. cit. p. 235.
100. Histoire du Cameroun, ed. acima citada.
101. Cameroun 70. Histoire, économie, culture, institutions, géographie. Publicação do Ministério da Informação e do Turismo, Yaoundé, s/d. 72 p. e ricamente ilustrada.
102. Op. cit. p. 226.
103. Op. cit. p. 231.
104. Op. cit. p. 232.

105. Op. cit. p. 255.

106. Cfr. ed. cit. no item 68.

Lamentavelmente as acusações de Davidson encontram apoio em outro crítico da colonização belga em África, que é Victor C. Fer-kiss no seu África - um continente à procura de seu destino (Trad. de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro, Edições G.R.D., 1 967. 361 p.). Vale a pena a leitura meditada das págs. 182 e seguintes que formam o capítulo IX: "A África indecisa: o Congo". Ao mesmo tempo fala de Lumumba com absoluta imparcialidade e não como de um mártir que a imprensa de esquerda fabricou. O significado do triba-lismo como isolacionismo étnico e perigoso regionalismo, é aí muito estudado.

107. Op. cit. p. 277.

108. Veio para varrer a corrupção como ele mesmo dizia e caiu em seus bra-ços e a revista "Time", edição de 16 de janeiro de 1 984, trazia uma longa e trágica reportagem sobre os desmandos em África: "A Continent Gone Wrong". Nela o Presidente Mobutu figura como um dos mais corrup-tos governantes do mundo e vem este coup de grâce na há muito moribun-da honestidade e probidade do Presidente:

"Last year President Mobutu Sese Seko of Zaire was accused by his former Foreign Minister of embezzling \$1 billion in Belgian currency from the state treasury. Western sources estimate Mobutu's personal fortune at nearly \$4 billion, most of it in Swiss banks" - ed. cit. p. 10.

109. Le Président Mobutu vous parle. Seleção dos principais discursos e pronunciamentos do presidente zairense no primeiro ano de sua adminis-tração. Kishasa, Haut-Commissariat à l'Information, s/d. p. 52.

110. Op. cit. p. 59.

111. Op. cit. p. 77.

112. Op. cit. p. 142.

O Presidente dizia:

"La nuance, c'est que chez nous, le respect dû à un chef, par exemple, c'est quelque chose de sacré. Lorsqu'un chef décide, il décide, un point c'est tout" - p. 143.

O resto da entrevista é igualmente arrogante e autoritária, deixando muito longe as conveniências e a polidez que um chefe de Es-tado deve observar.

113. De Menezes, Adolpho Justo Bezerra. Ásia, África e a Política In-

dependente do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961. 132 p.

Merecem leitura os dois primeiros capítulos: A África na era do petróleo, e O Bloco Ásio-africano e a posição do Brasil. A refletir, o capítulo quarto: Nós e a África.

Deve-se descontar, porém, o tom frequentemente polêmico e jornalístico do autor, falando em Rei Café, Príncipe Cacao, Doutor Ocidental e outras expressões que se não quadram bem em um livro que pretende explicar a política brasileira com referência à África.

114. Cfr. Sabbá-Guimarães, Newton. Sem Fronteiras. Estudos e entrevistas. Manaus, Imprensa Oficial, 1981. 174 p.

Há um artigo, "Mário Gibson Barboza e a Presença do Brasil em África", onde analisamos a sua posição quanto a uma maior participação do Estado Nacional junto aos novos Estados africanos. Interessante a sua posição altamente pragmática a respeito da África do Sul, em que se manifesta contra o isolamento daquele país, mesmo sendo contra a política do apartheid, posição esta que esposamos também faz muitos anos.

"La Colonisation n'est pas seulement fait, elle est fait historique. Nous résoudrons d'autant mieux le problème que nous aurons examiné comment on a tenté de le résoudre dans le passé. Les critiques aux théories déjà exprimées, aux méthodes déjà employées, aussi bien que les solutions à proposer, doivent partir de cette analyse".

Léopold Sédar Senghor in Liberté 1. Négritude et Humanisme. Paris, Editions du Seuil, 1964. p. 40.

"Anfang und Ende sind zwei Momente, die eine nahe Beziehung zur Zeit zu haben scheinen. Es ist uns schon aufgefallen, dass die Einzelgeschichte eigentlich keinen Anfang hat und auch kein Ende hat, sondern in Vorgeschichte und Nachgeschichte übergeht. Wenn wir dann die Geschichte selbst in ihrem Verlauf verfolgen, so finden wir ein ähnliches Phänomen. Die Geschichte hat wohl Abschnitte".

Wilhelm Schapp in In Geschichten verstrickt. Hamburg, Richard Meiner Verlag, 1953.

Capítulo V

- f i n a l -

A LIÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA: CAMINHO PARA

AS CONCLUSÕES

DESTA TESE SOBRE OS NOVOS TIPOS

DE ESTADOS E REGIMES NA

ÁFRICA NEGRA NO PÓS-

COLONIALISMO - Uma visão humanística

- Soberania e o Estado Africano - o que são? -
Sem saber ainda o que é Democracia - O discurso
democrático e o problema da coerência e aceitação -
A África Negra e o futuro - A África Negra e a sua
caminhada entre os Países do Mundo - In Geschichten
verstrickt: O retrato do novo Estado Africano.

E, a f i n a l,

AS CONCLUSÕES

5.1. Soberania e o Estado Africano - o que são?

Antes de mais nada uma pequena introdução ao tema

Vimos, desde as primeiras linhas, tentando mostrar que a África Negra apresenta um quadro bastante diferente dos quadros dos outros continentes. O homem é o mesmo e quejando, repeti-lo é apenas pura vontade de redizer o já tantas vezes dito, mas em África esse homem se impregnou de uma profunda solidão, de sua própria solidão, fechado entre vales, monta-nhas savanas, rios imensos e desertos também imensos. O desenvolvimento da sociedade tribal não foi a mesma da asiática. A tribo africana é isolada e hostil uma com as outras e a vida tem pouco valor, o que mesmo os estudiosos de origem africana confessam com certa tristeza, como o faz Ki-Zerbo ao estudar o afundamento de tantos reinos e impérios do passado. Sagrado em África apenas o mito - o do rei, o do soba, do litunga, dos príncipes-deuses. É o islamismo que, por um momento, transforma isso em alguns territórios que margeiam o deserto, o Grande Deserto. E quando eles quebram as estátuas dos ídolos, como coisa pecaminosa, eles trazem os seus príncipes e guerreiros, que se assenhoreiam das aldeias e as islamizam pela força, pegando as negras mais belas e dando-lhes filhos mestiços que formariam, em futuras gerações, uma raça forte, viril, brígona e imponente que domina vastas extensões de terra, do Tchad ao Níger, do Mali à Nigéria, chegando até à junglas. O amir muçulmano guerreava junto de seus soldados negros, comia com eles e julgava severamente à sombra das árvores. Ele deixa de ser um rei-deus para ser um super-homem. Depois, através de influências mútuas, o lamido vai esconder o seu rosto para impor um respeito hierático aos súditos.

Formam-se grandes impérios, em que a presença do islamismo está em toda parte.

Mais ao Sul da África, a situação é muito diferente e o africano continua engolfado em sua solidão, sempre preso aos limites da aldeia. Mesmo assim formam grandes reinos e até impérios, que já estão arreventados quando os europeus ali aparecem, ou em vias de se arreventarem, como, com certa tristeza, o confessa Ki-Zerbo, ao estudar o "ébranlement des empires", na 6a. parte do seu livro-monumento, Histoire de l'Afrique Noire.¹

As civilizações africanas sobem e descem com uma volubilidade pasmosa. Reinos nascem, crescem, morrem também rapidamente, como a luxuriante vegetação equatorial. Sobrará um grande e solitário Império - A Etiópia

dos Negus de uma remota linha solomônica, mas esta possuía raízes semíticas, raízes que vinham de outro continente e estavam muito profundas. Depois, a Etiópia recebe a escrita dos semitas, primeiro uma escrita muito próxima da do Império Meroé, depois escritas semelhantes às arcaicas do Iêmen e mais tarde a sua - o enorme e harmonioso silabário etíope. A escrita resgata a Etiópia da solidão.

Sobram impérios em África e o vimos no capítulo em que estudamos as instituições políticas de vários novos Estados. Mas nem conseguem manter a sua independência quando chegam os europeus e aceitam uma semi-autonomia, receosos de uma assimilação cultural que os devastasse mais do que as guerras intertribais. E vão-se estiolando no correr dos anos. Aceitam um acordo com os colonialistas, apegam-se desesperadamente aos seus privilégios e temem sempre a extinção de seus pequeninos reinos e principados. Tornam-se colaboradores, uma ponte entre a colonização européia e a sua gente, mas não acolhem as boas coisas que os europeus trazem, preferindo fechar-se em um conservadorismo à outrace, que espanta mesmo os mais conservadores dentre os conservadores. Por que? Uma espécie de autodefesa, de autoproteção. De qualquer modo, conseguiram chegar até nós, que hoje lhes estudamos as instituições tradicionais.

Há muitíssimas teorias para o "ébranlement" desses Estados em África e os scholars do mundo inteiro que voltam as suas atenções e dedicação acadêmica aos africanos, apresentam as mais variadas teorias: as guerras intertribais, as doenças, as migrações constantes, a diversidade de línguas, as longas distâncias, a jungla em alguns lugares quase impenetrável, a falta de um forte sentimento religioso (leia-se aqui, monoteísmo ao estilo da civilização judeo-cristã!) e a agrafia das línguas e, por extensão, o scripta manent da sua vida e das suas atividades.

Os lamidatos e sultanatos que possuíam o islamismo como religião oficial ou da maioria do povo, sobreviveram até com razoável fausto, como Sokoto, Kano, Rey-Bouba e tantos iguais. Mas quem diz que o africano não-islâmico não era religioso? Era-o e muito. O seu fervor transcendia muita vez o religioso e chegava ao místico e os europeus encontraram muitos exemplos disso em estátuas, em danças típicas, em cantos que eram transmitidos de pai para filho em gerações, em construções adredemente feitas para isso - a manifestação dos seus cultos. É verdade que os Estados que possuíam o islamismo como religião oficial ou majoritária, chegaram até nós quase incorruptos e isso se pode notar de imediato quando se comparam os Estados vizinhos do Saara ou que sofreram influência árabe-mourisca ou, mais latamente, influência islâmica, e os da África mais enfronhada nas matas e nas savanas. Mas há um ponto que se não pode esquecer: esses lamidatos e sultanatos e emirados, traziam com o Corão e a espada guerreira, uma outra arma, quiçá mais poderosa que as duas juntas: uma língua escrita, um sistema escrito, ou mais simples, um alfabeto que, mesmo sendo usado por uma língua semítica, de raízes trilíteras e sem signos para as vo-

gais, com uma estrutura e sistema fonético bem diferente das línguas africanas, servia para transcrevê-las e escrevê-las. E isso fazia a diferença.

Doenças, essas existiam em toda parte e não se pense que o Norte da África não as tenha. É bem verdade que o clima seco daquela parte era menos malsão que o úmido das florestas, ou a região mais para baixo onde os pantanais, paúis, charcos, lagoas infectas, eram o paraíso das enfermidades e da malária. A mosca tsé-tse, a do sono, em um período dramático da história do reino dos barotse, serve como anteparo, isolando-o dos europeus ávidos que não temiam as lanças e zagaías dos inimigos, mas temiam uma picada da mosca, e serve também para adormecer todo um reino.

As guerras, essas exerceram um papel muito importante na destruição de Estados em África, ou no seu enfraquecimento, mas a Ásia milenar e sempre dada como modelo de prisca civilização, também se envolvera em guerras contínuas, reinos contra reinos, dinastias contra dinastias, príncipes contra príncipes, mas acontece que entre elas as guerras tribais eram menores pois cedo os asiáticos despertam para o conceito de nação, muito antes que os europeus sequer lhe concebessem a idéia, hoje vigente. Depois, a escrita chegou muito cedo para a Ásia e isso a salvou de muitos males. Ela não se prende a uma solidão ágrafa e o reino não termina onde termina uma tribo, mas vai além, às vezes muito além. O reino não terminava onde terminava uma determinada tribo. Se havia muitas línguas no reino, o que era comum, havia uma língua-código-geral, extensiva a todos ou a quase todos. Os tijolinhos contendo mensagens em patéticos golpes de cunha, estendiam-se por todo o vasto império dos assírios e babilônios, assim como a hierática escrita dos egípcios, a prática escrita de fenícios e merceses, a caprichada escrita devanagari servindo de elo com as suas muitas variações a povos da Ásia do Sudeste e Central, ou a portentosa escrita chinesa, que alcança uma extensão assombrosa e serve para línguas de origens bem variadas, sem o monossilabismo de chins e povos circunvizinhos.

A trata de escravos, que tem sido ultra-exagerada pelos estudiosos da nova África, não foi uma criação "branca", européia. Os europeus, sim, usaram dela de modo mais comercial e violento do que outros e trouzeram, com isso, os pretos para longe de seu continente. Entretanto, é bom que se diga isso a bem da verdade histórica: a escravatura foi uma instituição muito velha em África, de tribo para com tribo e Ki-Zerbo novamente vem em nosso socorro e o citamos mais que a outros neste passou por ser ele um negro, ser um representante da elite cultural africana, ser fortemente contra o feudalismo e ser sempre muito severo para com os colonizadores europeus. Esse autor frisa que nos grandes impérios existiam os escravos, resultado das guerras de conquistas e das razzias tribais, mas que esses eram bem tratados...² A instituição existiu por toda parte, vemos isso na história universal e é uma tendência do homem no dominar o homem. Ela se pode manifestar de muitas maneiras e não apenas no brutal aprisionamento do corpo humano.

Se houve sempre a escravidão entre os pretos, fosse como botim de guerra, fosse como forma de poder de um rei sobre príncipes vassallos, foram os árabes que trataram a escravidão como instituição. Eles estabeleceram em boa parte do continente a escravatura, levaram pretos para os reinos do Iêmen, da Arábia, da Costa dos Piratas, do Marrocos, principados de Barém, Spqotra, Kuwait, Aden e desceram a Zanzibar. Nos seus sultanatos e lamiratos em África, a escravatura era uma instituição ativa, ativíssima e assim se manteve por muito tempo e ainda em recentíssima data. A escravatura era, também, parte de um sistema econômico feudal e era fonte de enriquecimento, era a mão-de-obra grátis. Os árabes, os mouros e muitas nações negras arabizadas e islamizadas da África ao Sul do Saara, foram os grandes preadores de escravos e os mais dinâmicos comerciantes: eles contactavam com chefes tribais na costa e invadiam a selva em busca de escravos, pagando, por vezes, pesados tributos aos sobas e chefetes tradicionais. Diretamente ou através de intermediários, vendiam esses infelizes aos europeus, que os levavam para as terras das Américas, para as Antilhas e mesmo para a Europa. A postura árabe peca pela hipocrisia quando, no dealbar da independência africana, se lança violentamente contra os europeus e os acusa de terem escravizado os seus irmãos negros. O maior preador foi sempre o árabe e é preciso que se desfaça o mito que vem prejudicando muito a imagem europeia em África. Escrevem Oliver e Atmore no Africa since 1800³:

"Generally the Arabs obtained their ivory and slaves from the local rulers, who, armed with the imported guns, sent their warriors to hunt elephants and to raid the forests of neighbouring peoples, often capturing slaves in the process. In most of East Africa, however, slaving was more a by-product of the ivory rush than the primary object of the trade. Only the country around Lake Nyasa was primarily a slaving region, where the powerful Yao chiefs raided the ill-organised and defenceless peoples of the eastern lakeshore" - op. cit. p. 71.

É preciso que se restabeleça uma verdade que vem sendo terrivelmente escamoteada quando se trata da África Negra, onde, hoje, os árabes ressurgem como defensores da liberdade negra, seus amigos leais e seus irmãos, contra o perigo "branco", contra a ganância e a maldade dos europeus. O erro maior do europeu foi não disfarçar a instituição da escravatura, levando os pretos como podiam e queriam para outras terras e se dizendo e considerando a eles superiores. Mas o europeu brutal mais tarde reconheceu o quanto havia de desumano na escravatura e libertou os pretos e fez pesada carga contra o tráfico de pretos. E os árabes ainda em anos de 60 possuíam escravos, bastando lembrar que em 1980 o Presidente Haiderá proclamou a libertação dos escravos na Mauritânia.

É fácil jogarem-se todas as culpas, todos os erros aos europeus e ao colonialismo em África. Culpas, eles as tiveram e muitas, mas ao chegarem ali a devastação já havia começado fazia muito, os grandes impérios haviam sumido ou eram cinzas ainda quentes, e restavam apenas alguns mais resistentes e que estudamos no capítulo anterior e com exceção de Buganda, do império mossi de Ouagadougou, do Sultanato de Kano e Sokoto e uns poucos mais os outros eram restos de reinos e principados, que logo aceitaram a proteção que os europeus prometiam, mesmo que, ali e ali, como o rei Behanzin, o rei Denis, houvesse oposição ao domínio de além-mar.

O tribalismo imperava senhor e único, mas o tribalismo no pior sentido, de isolacionismo e ódio étnico entre as tribos, uma querendo sobrepunhar a outra e escravizá-la. Foi fácil para os europeus jogar umas contra as outras e tirar partido da situação com a maior rapidez.

Havia ainda a guerra surda pelo poder entre os mais importantes Estados europeus e até uma jovem monarquia, pequena e também ela enfrentando problemas étnico-linguísticos, a Bélgica, se lançava naquilo que ficou conhecido como a aventura africana e se vale das dissensões internas para assenhorear-se de um grande território, o Congo dos muitos reinos e rios, e o transforma em um Estado Livre do Congo, na verdade um imenso empório, uma armazem multiracial, um armazém rico e que enche as arcas do reino belga.

A partilha, sim, foi um grande mal. Ela não deixou pedra sobre pedra em um edifício já em ruínas, como era a África, fosse na costa ou no interior, não respeitando etnias e suas fronteiras, não respeitando limites linguísticos e nacionais, nada. Arrebanha tudo e o que mais lhe interessa é o lucro. A África Negra, como outrora as Américas, era apenas uma mina de onde se extrairiam as riquezas, sem importar depois o que aconteceria ao terreno. A partilha brutal, caprichosa, interesseira, essa foi a grande maldade da europeia contra o continente negro e sua gente. Dessa partilha, muitos anos depois, adviriam as grandes tragédias, pois os novos Estados tiveram que aceitar, por ocasião da independência, uma divisão e área que lhes foram impostas de fora. Togo, Somália, Quênia, Camarões brigaram por pedaços de terra com os seus vizinhos, houve muita briga e plebiscitos, e quando a questão geográfica parecia assente, vieram as reclamações étnicas, muitas das quais não silenciaram ainda e outras nem sequer foram ouvidas.

É essa África muito retalhada, sulcada, espedaçada, que os líderes tentam transformar da noite para o dia em Estados-nações, como simples cópias e adaptações dos países europeus. Parafraseando R.C. Mowat no seu Climax of History⁴, diríamos que a África pretendia entrar em uma civilização ocidental, como meio de escapar à sua própria destruição. Mas tudo era feito às pressas, terrivelmente às pressas.

E no momento em que mais falam de soberania nacional e Estado, um Estado africano, eles ainda se acham muito longe de apreenderem o conceito de soberania e Estado, pois se debatem com problemas mais sérios, como do da própria sobrevivência.

5.1.1. Soberania e o Estado Africano - o que são?

Palavras e susceptibilidades

Os longos anos em que foram obrigados só no silêncio, fizeram com que, uma vez conquistada a liberdade, quisessem espancá-lo para sempre de sua postura política. E, com isso, os africanos desempenharam um papel gritante no congresso das nações do mundo. Desenvolveram mesmo uma estranha prática de por tudo gritarem, de maneira que soa escandalosa, pela vontade que têm de chamar sempre a atenção dos outros países.

Os africanos que, pela estrutura tribal em que viviam, pouco ou nada entendiam de soberania, passaram, com a independência a falar de soberania nacional com evidente exacerbação de ânimos. Mas também nesse apego a um termo cuja indefinição é dos mais patentes, varia também conforme as conveniências e podemos dar, de logo, dois exemplos mais que gritantes e bastante comprometedores pelas suas próprias consequências.

1. Ameaça a soberania nacional se mesmo a menor das escaramuças parte de um grupo estrangeiro com o qual o país ameaçado não esteja em bons termos. Em 22 de novembro de 1970, um grupo de arruaceiros e alguns soldados portugueses, perseguindo rebeldes da Guiné-Bissau invadiram território da Guiné-Konakry (Conakri), uma dessas pequeníssimas escaramuças de fronteiras que existem mais ou menos por toda parte e que são resolvidas com um simples protesto, muita vez levado a cabo pela autoridade local, que representa o governo central do país atingido, coisas de nada. Pois bem, o então Presidente Sékou Touré armou uma gritaria tão grande que transcendeu os limites continentais e chegou à ONU e a imprensa do mundo falou do assunto com estardalhaço. Portugal apresentou desculpas e tudo teria silenciado. Mas o governante guinéu achava que a soberania nacional de sua flamante república fora violada, levou o caso à consideração da OUA, que condenou o "regime fascista" de Lisboa e o presidente fez publicar um grosso volume⁵ em que conta a violação estrangeira contra o solo guineano. Mais tarde, incluiria em um de seus mais importantes livros, Le Pouvoir Populaire⁶, um capítulo enxundioso contra "cette agression militaire, aboutissement logique de toutes les tentatives de coups d'Etat et de sabotage de tous genres"⁷, depois, saiu dali como um herói nacional. Os demais Estados africanos acompanharam a Guiné em sua grita contra a violação da soberania nacional de um país independente africano.

2. Se se tenta manter um governo corrupto ou antipático, ameaçado pelo próprio povo de deposição, e para isso se pede ajuda externa e

outro Estado (africano) entra em território independente, isso não constitui ameaça à soberania nacional. O regime de Mobutu foi salvo pela tropas marroquinas, senegalesas e outras, quando grupos rebeldes quiseram depor o presidente da República, Marechal Mobutu, em 1977, vindos da província de Shaba. Por muitos meses tropas estrangeiras ali ficaram estacionadas, para proteger um dos regimes mais malsinados da África Negra. Por ocasião do casamento do Príncipe Herdeiro da Grã-Bretanha, em julho de 1981, houve uma tentativa de golpe de Estado em Gâmbia, liderado por Kukli Samba Sanyang, líder e autoproclamado chefe de um "Partido Socialista Revolucionário". Forças do exército do Senegal invadiram o país e derrotaram os rebeldes com pesadas baixas, reconduzindo o Presidente, Sir Dawda Kaibara Jawara quem, retornando, fez um verdadeiro expurgo e condenou à morte 61 pessoas envolvidas na tentativa. E nenhum chefe de Estado em África se levantou para protestar contra a agressão ao território independente de um Estado africano, nem levou qualquer protesto à OUA ou à ONU. Aí, o delicadíssimo aspecto da soberania nacional parece não ter sido considerado, mas se tratava da ajuda de um país irmão para manter um governo legal, mesmo que se pense que, em assuntos internos, nenhum Estado deva interferir nas questões de outro.

O Presidente Sékou Touré, que ganhara fama como um estridente defensor da soberania nacional e da inviolabilidade do território africano, vivia quando esses dois acontecimentos, o do Zaire e de Gâmbia, tiveram lugar. No entanto, ele se manteve calado, pasmosamente calado, justamente ele que escrevera contra o imperialismo que estendia os seus tentáculos contra a África indefesa e contra o Terceiro Mundo:

"L'impérialisme international intensifie de plus en plus ses actions contre l'indépendance, la liberté des nations et constitue une menace directe pour la paix et la sécurité des peuples" - in op. cit. p. 544.

E, mais abaixo, alertava:

"En Afrique, l'impérialisme ne désarme pas. A la suite des défaites cinglantes qu'il a subies en Asie, et aussi à la montée des forces nationalistes et révolutionnaires en Afrique, il a mis sur pied une politique de reconquête des anciennes zones constituant sa "chasse gardée" - in op. cit. p. 545.

Na sua linguagem, imperialismo era outra forma de violação da soberania nacional e era mesmo empregada em muitos de seus discursos indignados e incendiários como sinônimo de domínio estrangeiro. Ele, porém, silencia estranhamente naqueles dois momentos, isso porque pensava na sua própria situação, em uma emergência que poderia ocorrer.

Na formação do novo Estado africano existe um verdadeiro bricabraque de conceitos, alguns muito arrojados, outros apenas cópia de antigos e repisados conceitos, que deixam o estudioso embaraçado. O coup d'État, seguido de guerra civil, é ainda, no velho conceito do militarista Karl von Clausewitz, uma instituição política e um instrumento muito bem aceito em África para a consecução da política nacional, como vimos em alguns casos analisados. O pretexto é sempre o da soberania em perigo e soberania é uma palavra mágica dentro da moderna política africana. O Kabaka Mutesa II, quando pretendu manter o seu velho Estado bugandiano, foi acusado de violar a soberania nacional, o que não é, de nenhum modo, verdade. O caso ali havia sido outro, bem outro: era a manutenção de velhas instituições que se haviam tronado antipáticas para um novo segmento da sociedade da federação e essa disputa entre o velho e o novo sempre existiu. Não foi o grande sociólogo escocês e doutor em política, R. M. MacIver quem no seu tão bem escrito livro, Towards an Abiding Peace,⁸ quem escrevera, dramaticamente, que "the challenge of the new against the old would still sustain the endless drama of human life"?⁹

A África Negra, talvez mais do que outras partes do mundo, vive mergulhada em um mar de conceitos demagógicos, aliás, perigosamente demagógicos, em que o papel de termos igualmente demagógicos e contudo indefiníveis e talvez indefinitivos, como lamentava Pattee, de parte e envoltos em grande emotividade, pelo seu próprio conteúdo altamente emotivo, se tornam razões para condenação impiedosa de outros povos, nações, velhos conceitos e ações de um passado não muito distante. É um truismo dizer-se que a África Negra vive pelo conceito que certos termos do complexo e oscilante vocabulário político emprestam. Houve dia em que falar-se de colonialismo, colonização, anticolonialismo e anticolonização tinham efeito incendiário. Esses conceitos, um tanto exagerados pelos líderes africanos de antanho, levavam a um ainda mais incendiário, o de nacionalismo, o mais estranho dos nacionalismos, aquele que partia de povos que não sentiam a nação, um nacionalismo sem nação. Um outro, o pan-africanismo, pregava uma união da África Negra contra o elemento comum, o europeu, o branco, mas ao mesmo tempo em que se defendia ardentemente esse pan-africanismo tomava-se um rumo oposto, com uma idéia antitética, a do nacionalismo jacobino. E este, sem dúvidas, só podia ser falso, pois, como vimos, não havia na verdade o Estado-nação, salvo raríssimos exemplos, bastante louváveis.

Soberania passa a ser outra palavra-chave no vocabulário político africano e no fim vai-se confundir com o de nacionalismo, com o destrabalização e outros. Pensava-se, ingenuamente, que, destrabalizando-se um novo país por decretos e medidas radicais, estava resolvido o problema, quando isso em muitos casos, a maioria mesmo, foi motivo de desestabilização e quando algum líder ou governante tradicional queria manter a velha estrutura de seu reino nativo, de sua chefferie, de sua região, era, impulsivamente, acusado de querer violar a soberania nacional que passava a ter conotações internas, geoadministrativas.

"A África é um mundo cheio de subtilidades, de gradações delicadas e de matizes às vezes quase imperceptíveis", escrevia Pattee. E esse mundo de subtilidades se faz ainda mais visível quando se tenta estudar-lhe o novo Estado, já de si tão difícil de ser estudado.

Mas soberania é um conceito que, podendo estar aliado ao de nacionalismo, lhe transcende. O nacionalismo, como o vêem os povos jovens, que em tempos atuais chegaram à independência política, de um vagalhão que varre todo um país, todo um território que pode ser habitado por diversas etnias e falar diversas línguas e mantém unido esses habitantes para um fim comum, pode igualmente ser um fenômeno político passageiro e, como tal, diminuir as suas ardências, todo o seu élan, tão logo advenha uma maturidade política que mostre que esse país, esse Estado-nação, se acham formados e estáveis. O nacionalismo como vagalhão coletivo e arregimentador acontece, em geral, por ocasião de grandes comoções nacionais: a reunificação da Itália fragmentada, a formação do Estado Alemão, a criação do Império Bragantino em o Brasil, a formação dos Estados em o Novo Mundo, as lutas pela independência em Ásia e África, a criação do Dritte Reich na Alemanha do nacional-socialismo, a Itália mussoliniana e assim em muitíssimos outros exemplos. Pode-se renunciar, mais tarde, ao nacionalismo epidérmico, uma constante nos Estados novos e sem estabilidade política ainda e chegar-se ao patriotismo, mesmo que este possua algo de sentimental. Mas é sereno e durável. Mas soberania não se aliena, não se pode renunciar sob qualquer aspecto sob pena de se renunciar a um independência política e se abandonar o conceito de Estado. Ou desvirtuá-lo. Ora, os líderes africanos quando se refererem a soberania dela falam como se falassem de nacionalismo. São coisas distintas, como são distintas ideologia e soberania. Os conceitos de Estado e soberania porém assumiram uma significação tão vasta que um Estado pode unir-se a outro ou outros, para formar um bloco regional ou uma comunidade econômica ou mesmo uma confederação como a britânica, essa tão discutida Comunidade das Nações, sem que tenham de renunciar à sua soberania, pois isso está intimamente ligado à sua existência como Estado independente. A Liga dos Estados Árabes é formada de reinos, emirados, sultanatos, repúblicas parlamentaristas e presidencialistas, ditaduras civis e militares, sem que nenhum dos Estados-membros tena abdicado de sua soberania. E nem o poderia. Ravão tinham, pois, Bechtoldt e Mogg em frisarem no seu livro Politikwissenschaft¹⁰ que "sicher ist der Nationalstaat nicht mehr der Idealtyp für eine politische Weltordnung". Tudo mudou muito.

Um autor de muita nomeada, Jean-Baptiste Duroselle, professor da Sorbona, no seu livro L'Europe de 1815 à nos jours. Vie politique et relations internationales¹¹, coloca o nacionalismo acima do patriotismo, mas adverte que é preciso muito tempo para que ela nasça, para que se crie esse sentimento de que pertencemos a uma comunidade muito mais vasta do que a nossa família, a a nossa aldeia ou cidade, a nossa província.¹² Ora, existe também o outro nacionalismo, o chauvinismo, que é uma exacerbação desse amor da Nação e que a vê muito acima do que realmente ela é. Acontece nos grandes e velhos países do

mundo ou em países que enfrentam ou enfrentaram momentos de grande comoção pública: é o chauvinismo do III Reich e da Itália do Duce. Pode ter muitas vezes caráter racial, como na Alemanha e na África do Sul sob domínio do Partido Nacionalista e o messianismo africâner. Não tem caráter revolucionário que é outra faceta porém da exacerbação nacionalista. O Nacionalismo de Kwame Nkrumah, de Sékou Touré, de Banda e outros era daqueles que feição revolucionária, alguma coisa de fato tinha de mudar rápida e radicalmente, para que dessas mudanças surgisse o tão esparado Estado-nação dos grandes líderes africanos. Tinha um cariz jacobino: os líderes não erravam e a sua revolução é que estava certa, é que seria capaz de reconstruir o novo Estado, de dar-lhe a moldura definitiva.

E são esses jacobinos africanos que irão, frequentemente, confundir soberania com nacionalismo, com regime, com ideologia. E o faziam de propósito.

É muito provável que a independência de tantas colônias mantendo os limites que a partição européia lhes dera, ou os começos tão difíceis de muitos países como o já antemencionado caso do Zaire, ex-Congo belga, sob a liderança de Lumumba que era na opinião de Fehrenbach¹³, "totalmente imprevisível, caprichoso, instável, orgulhoso e ambicioso", ou o da Nigéria que redundaria na secessão de Biafra, uma cópia ainda mais trágica da Biafra de Tchombe, fora responsável por esse zelo africano pela soberania e a tal ponto que soberania avançava por muitos outros domínios, em uma extensão que jamais alcançara em terras da Europa ou das Américas.

E era para proteger essa soberania que muitos líderes se punham à frente de rápidos golpes de Estado, que depois alcunhavam pomposamente de revolução, ou de quarteladas, bogotaços de horas até como o contra o velho Presidente M'Ba do Gabão que foi derrubado pelo exército no dia 18 de fevereiro de 1964 e com a intervenção francesa no dia seguinte, repostado, sendo preso o seu cabeça, J.H. Aubame, quando M'Ba reassume a presidência no dia 21. Aubame dizia que a soberania igabonesa fora violada pela intervenção francesa, mas o governo se defende dizendo que existia um acordo entre os dois países, lembra Guy de Lusignan.¹⁴

Há casos em que uma revolução, que viera para repor um país no seu caminho, termina por violar a soberania do Estado, aniquilando-o mesmo. Como classificar a revolução dos negros no Zanzibar dominado por uma antiga aristocracia árabe, cujo sultão e seus antepassados foram capazes de manter o sultanato por séculos independente e quando se torna um protetorado britânico mantém quase toda a sua autonomia, mesmo sob um precário e frágil governante como foi o Sultão Seyyid Jamshid bin Abdullah¹⁵, playboy e bom gozador da vida, e que põe fim a um Estado independente, logo que este atinge a independência do Império Britânico e o anexa a um Estado africano, tornando-se parte de um federação?

Coisas assim tornam difícil saber o que os africanos realmente encaravam como soberania nacional, de que gostavam tanto de falar.

Os líderes africanos apelavam e apelam para a soberania e o nacionalismo dos Estados, ou consideram os Estados eux-mêmes. Não apelam para uma civilização africana, com a única e louvabilíssima exceção de Sen - ghor com a sua negritude que transcendia as fronteiras estatais, as línguas e as nacionalidades.

Encaram a história em termos de Estados. E não podemos deixar de lado a advertência trágica de um dos grandes historiadores deste século, o inglês Arnold J. Toynbee quem, no seu livro-libelo, A Civilização Posta à Prova¹⁶, de que "os Estados são sucetíveis de vida breve e morte súbita"¹⁷

Na estatolatria que se adonou de tantos estadistas africanos, possivelmente levados pelo são interesse de libertar a sua gente do jugo estrangeiro, eles sempre viam o Estado como perene, como eterno, como sempre forte e incapaz de morrer, tanto assim que, defendendo-lhe a soberania até com exagero, com as confusões que vimos antes, no correr deste item, eles chegavam a causar a morte de seus Estados, como o Marçchal Okello fez com o antigo sultanato de Zanzibar, como o General Ojukwu, a quem se pode atribuir o nascimento e vida de um Estado efêmero, em Biafra, ou Tchombe em Katanga, a fora outros que destruíram Estados federados levados por uma desesperada sede de poder e mando, dando-lhes aquela "vida breve e morte súbita" a que se refere Toynbee.

Por isso, soberania para os africanos passa a ser um fim, mas um fim-final. E ameaçavam guerras, quando o principal para a soberania é justamente a paz, como já o dissera, faz muitos anos, Emery Revs no seu tão elogiado The Anatomy of Peace.¹⁸ Era a guerra interna, era a guerra externa. Su primiam governos locais, extinguíam Estados, cerceavam a livre manifestação de muitas etnias e falavam de soberania nacional, quando todas essas liberdades, acredita Reves, fazem a soberania existir, porque as instituições que de la brotam, não se podem afastar da fonte suprema da própria soberania que é a livre vontade dos povos livres.

Eles que tanto falavam de que a soberania defenderia o Estado contra seus inimigos, passavam a encarnar o Estado como a pura expressão da soberania.

Ora, "the conception of sovereignty is not an end but a means to an end", ensinava Reves.¹⁹

Enfatizavam o poder soberano e esse poder soberano vai desa guar em um Estado superforte, em que sob capa de democracia, muita vez com belos e pomposos rótulos, dão guarida a regimes autocráticos ou totalitários, ou a regimes tirânicos, em dezenas de exemplos palpáveis algo assim nos moldes dos estudados nesta tese na parte especial que dá sustentação ao nosso pensamento.

Formava-se, destarte, aquele que conceituamos como Estado a fricano, com as suas características próprias e um problema quando se tenta classificá-lo sob ótica da clássica teoria geral do Estado.

5.2. Sem saber ainda o que é Democracia

Jamais se soube ao certo quantas pessoas foram mortas na tentativa de derrubada do Presidente Micombero no Burúndi no dia 29 de abril de 1972, mas foram milhares, em estimativas que variam de 50 a 250 mil, em sua maioria batutsi segundo o Presidente, enquanto que fontes externas afirmam que os massacrados foram bahutu. A revista "Africa", número 11, de julho daquele ano, traz uma longa reportagem sobre o que chamou de "Tribal strife" e não tem sequer uma palavra de recriminação contra Micombero, que ordenara a repressão. O que havia, por detrás, era, na verdade, a vontade do povo, bahutu e batutsi, de derrubar o duro governante e restabelecer a monarquia parlamentarista sob Ntare V, o jovem e democrático mwami que fora deposto por seu amigo e, veja-se só, protetor da família reinante. Anos mais tarde, entrevistamos o General Micombero em Villa Talleh, em Mogadixo, em 1978, e dele ouvimos a surpreendente resposta, quando lhe tocamos no doloroso massacre nacional, ao dizer que assim o fizera para salvar a democracia no país. Isto é, para o Presidente Micombero, democracia era o Estado monopartidário, ministério e secretariado de primeiro escalão preferentemente nas mãos de militares de sua confiança, plenos poderes executivos investidos na pessoa do chefe de Estado e uma cisão cada vez mais forte entre as duas grandes etnias do país, os bahutu e os batutsi. Tudo isso em uma república presidencialista ou antes, ditatorial. O retorno a uma monarquia parlamentarista, pluripartidária, com o rei como figura de cerimonial e o poder executivo nas mãos do premier, isso para o Presidente não era democrático e, portanto, mesmo que morressem, como de fato morreram, milhares de cidadãos inocentes não constituía nada de alarmante.

Pode soar como sarcasmo tudo isso, mas lamentavelmente aconteceu e não uma ou duas vezes, mas dezenas de vezes por todo o continente negro, de maneira insistente.

Democracia era outra palavra-símbolo, como nacionalismo e soberania.

E, como as outras, vazia de significado, ou inteiramente deturpada.

Nas múltiplas leituras de discursos de líderes africanos, democracia é a palavra que mais insistentemente comparece nas suas mensagens ao povo, mesmo que ela seja - e o decididamente o é - uma palavra sem sentido pragmático na maioria dos Estados que existem em África.

Talvez eles vivam a democracia de outra forma e não justamente com a concebem os Estados do Ocidente.

Se não tivermos em conta a estrutura do antigo Estado africano, as suas tradições tribais, o seu plurilinguismo e a monarquia muitas vezes eletiva, a sua admiração pelo chefe forte, o respeito que lhe prodigalizava, não será possível compreender-se o que o africano chama de democracia, ainda os mais europeizados e desenraizados, mesmo aqueles que por vezes parecem brincar preigosamente com as palavras, como Nkrumah e Kenyatta.

A mera repetição do conceito lincolniano de democracia como que grassou entre os líderes mais conceituados da África atual e dele partiam para novas ramificações. O Presidente Kayibanda, para dizer que o Estado apesar dos planos económicos não iria interferir na economia de mercado em Ruanda, fala de uma economia democrática e tenta uma das mais bem logradas definições de democracia que um líder africano já tentara. Falando sobre a liberdade económica, ele governante, culto, sensível, letrado dos melhores, potilha va no seu Le Président Kayibanda vous parle²⁰:

"Une politique économique qui ne sera pas démocratique ne peut faire, de la part d'un État libre et jeune, l'objet d'interventions favorables" - op. cit. p. 59.

Era a contrapartida kayibandiana ao socialismo africano de que os jovens governantes de então falavam insistentemente, como a melhor forma de os seus países enfrentarem os graves problemas surgidos com a independência, que ele definia:

"... on a pu l'appeler le socialisme africain, nous disons une économie démocratique, c'est-à-dire celle où les habitants du pays disposent de facilités pour leur participation active au développement de tous nos secteurs intéressants, pour leur participation au produit du travail économique; ce qui se traduit dans l'élévation générale dans toutes les couches de la population du standing de vie" - o. cit. p. 59.

Ao invés de falar de um sistema económico, ele preferia falar de uma economia democrática, que lhe soava como um sistema socialista de economia. E assim em outros campos da vida político-social do país. Kayibanda que condenava o partido único por vê-lo como ditatorial, não fazia, porém, do conceito de democracia um fraco ponto no centro do Estado que ele dirigia. Em primeiro lugar, pregava a disciplina, a rígida disciplina partidária, e is so poderia ajudar a criar uma democracia "réaliste et constructive"²⁰.

E é assim pensando que ele chega o seu ponto maior, ao ampliar o seu conceito de democracia, um dos muitos que surgiram em África, mas, sem favor, um dos mais abrangentes e realistas:

"La démocratie consiste en effet à reconnaître les masses populaires, à leur donner la possibilité d'exercer leurs droits, à rendre réelle leur force dans tous les secteurs de la vie nationale, politique, culturelle, sociale, économique, familiale, et même religieuse. La démocratie est pour la liberté, et sans la libération à ces divers points de vue, la démocratie serait un vain bruit" - op. cit. p. 63.

Democracia, pois, tinha um amplo conteúdo social e econômico, tanto quanto político e cultural.

Nkrumah, que elabora muito as suas definições e enlarga conceitos, ao escrever no seu livro Consciencism²¹, alonga-se a estudar o que teria sido a democracia grega, frisando que quando a Grécia pregava a democracia não chegava a estendê-la a todos. Seria uma defesa de seu regime, no Estado autoritário que estava a arquitetar? Condena, como sempre, o capitalismo que chama de "too complicated a system for a newly independent country"²² e que seria uma espécie de "domestic colonialism",²³ para lembrar que era pelo consciencismo que o Estado se libertaria e poderia encaminhar-se para o futuro sem medo. Não vamos nos deter aqui no estudo do que seja o seu consciencismo, um aqui-elaborado sistema filosófico, que se opõe ao socialismo dos marxistas e condena abertamente o capitalismo, mas que busca as suas bases no materialismo. O seu livro tenta uma explicação, mas em suma queria dizer uma forma direção para o seu regime, se é que o consciencismo não era, lui-même a moldura desse regime sonhado, que derrubaria as últimas barreiras do colonialismo e daria uma nova consciência à África Negra.

Enquanto os líderes sul-americanos, apenas repetem os chavões que lhes chegam da Europa Ocidental ou de preferência da Oriental hoje em dia, e uns poucos, teimosamente, os que nos chegam via Estados Unidos e Inglaterra, os africanos que, como escrevemos em outro passo desta tese, eram homens de maior cultura acadêmica, tendo passado pelas grandes universidades européias e americanas, autores de livros, detentores de dois ou mais diplomas universitários, preferiam alterar a lição recebida e, profundamente marcados pelo recente estado de seus países, pelo colonialismo, pelo domínio dos estrangeiros, pelos anos de silêncio, queriam casar velhos conceitos acadêmicos auridos na Sorbona, em Oxford, Cambridge, Roma, Pensilvânia e outros famosos centros universitários, com a lição da terra.

E vem daí a grande dificuldade que sentimos, na maioria das vezes, quando tentamos estudar o que exatamente Nkrumah queria dizer com o consciencism, ou Kayibanda com a sua "économie démocratique", ou Senghor falando de um "socialismo africano" com suporte na negritude e assim ad infinitum.

Se democracia era a liberdade de todos tinham de poder par-

ticipar na vida do país, sem discrepância de sexo, religião ou classe social como definira o Presidente Kayibanda, isso nem sempre acontecia. Governantes caíram e viram seus regimes se esboroarem por adotarem uma política muito especial na direção do Estado e do Governo, direção que se baseava no tribalismo, no regionalismo (outra forma de tribalismo em África, mas sem o nome), nas diferenças de classes sociais e até na religião. Kenyatta, que dizia a fazer um governo de todos os quenianos para todos quenianos, na verdade se amparava sobretudo nos seus irmãos de tribo, nos quicuios, e quando surge um luo que o desafia, Tom Mboya, ele é assassinado misteriosamente, dizendo-se que por amigos quicuios do Presidente.

O defensor da democracia em África que muita vez se volta violentamente contra os líderes tradicionais é, por vezes, descendente de uma velha família de chefes, como o Presidente Houphouët-Boigny, que encarcerou o rei da Assíria, mas consolida o seu poder pela cumulação de duas legitimidades, a do voto popular e a da chefia tradicional, ou como Modibo Keita, do Mali, que era chefe tribal também e provinha de uma antiga família, a dos Keitas, monarcas no passado império maliano. Mesmo aqueles que mais fazem questão de vestirem a fascinante (para os africanos) vestimenta do revolucionário, não desdenham uma origem antiga, que os faça mais respeitados do seu povo e vamos ver que Sékou Touré, que por muitos anos governou a Guiné-Conakry, se dizia descender diretamente de Samory, o grande líder guerreiro e soberano.

Mesmo no momento em que dizem que há uma Assembléia Legislativa a funcionar, o presidente detém poderes excepcionais e não são raros os casos em que se lhe reconhece o direito de dissolver o legislativo que, por sua vez, está reduzido a um poder legislativo residual. Onde há essa democracia política em um Estado em que o presidente, que goza de grande prestígio pessoal, exerce um poder personalizado, "étant quasiment un dieu", escrevem Mabileau e Lavroff, e que "le désobéissance à ses ordres ne fût pas considérée comme un sacrilège!"²⁴

Como acontece com soberania, os governantes africanos tendem imperceptivelmente a misturar outros conceitos aos de democracia, até mesmo quando se propõem a defini-la. "Consciencism, humanism, one-party democracy", são alguns dos emaranhados ciposais da definição de democracia em terras africanas. Se Kayibanda junta democracia com socialismo, para falar de sua "économie démocratique", o Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, estabelece uma grande separação entre os dois conceitos, deixando um unicamente para o modelo económico seguido, que ele chama de socialismo tanzaniano, e o outro para o regime político, e fala de democracia tanzaniana, no seu livro Freedom and Socialism²⁵, já que "Tanzania adopted its own form of democracy"²⁶ e confessa que

"... we rejected the Western model and said it was not appropriate for our circumstances despite

the fact that all our constitutional development had until then been based on it" - in op. cit. p. 19. Grifamos.

E, um pouco adiante, conclui:

"For in rejecting the idea that we had to follow the 'Westminster model' if we wanted to be democratic, we had also overcome the psychological need to have a certificate of approval from the West in relation to our political system" - ibidem p. 20.

Uma confissão pura e simples de que o que servia para o Reino Unido nem sempre poderia servir para a Tanzânia e como a Tanzânia outros e outros Estados em África. Descontada a ironia do Mwalimu, não podemos deixar de reconhecer que ele tem razão.

Com o seu partido único e uma economia de "socialismo tanzani²⁷ ano" que redundou em grande fracasso, atrasando o progresso do país, o antigo Presidente declarava, não obstante, que "democracy is another essential characteristic of a socialist system".

Ao mesmo tempo, ele diminuía o número de eleições pelo país e tomava poderes excepcionais, mesmo porque "elections are not the beginning and end of democracy",²⁸ e a sua democracia política não faria das eleições constantes o seu começo e fim...

Assim como o socialismo africano faria arrepiar as susceptibilidades de Moscou e outros ortodoxos, através de uma estranhíssima - e única no mundo! - simbiose entre um socialismo de dentro e um capitalismo de fora a que aludia Rogério de Lima, assim a África Negra conseguia falar de democracia com partido único, presidentes com poderes excepcionais, unipartidarismo, Assembléia silente e até a instituição bonapartista da Presidência Vitalícia.

E caminhava ainda mais longe quando une, também estranhamente, nacionalismo como forma de desenvolvimento democrático.

5.2.1. Sem saber ainda o que é democracia - o substitutivo chamado nacionalismo africano

Rogério de Lima confessa-se confuso com as idas e vindas do am

plo e também muito confuso vocabulário político africano. Conciliações teóricas impossíveis, como entre o socialismo e o capitalismo, a monarquia e a república, o tradicional e a modernidade, são encontros em África, assim parece ser democracia e estatolatria.

Quando os angolanos retiram belas estátuas deixadas pelos portugueses, em mármore e bronze, honrando as figuras do passado, e deixam nuas as praças eles dizem que assim agem por motivos democráticos, isto porque as personalidades honradas com o trabalho de tantos artistas, eram representantes de um colonialismo execrando. E em uma democracia não se podem enaltecer figuras de uma ditadura ou de um país que exerceu a mais triste espécie de opressão sobre outro - o colonialismo.

Aí se fazem presentes duas idéias e ambas sem fundamentação alguma:

1. A arte em si não está sujeita a estas demarcações exageradas e transcende mesmo os regimes. Mesmo se profundamente vinculada ao regime, ela serve como mostragem de uma época. Quem jamais execrou as belas estátuas de césares que ultrapassaram as raias da crueldade? Ninguém e acreditamos mesmo que elas servem para mostrar que, mesmo vivendo em uma época de maldades inomináveis ainda havia bons artistas que conseguiam produzir uma obra digna de admiração e apreço;

2. O nacionalismo em quaisquer de suas manifestações exacerbadas, como o jacobinismo ou o chauvinismo, são a negação dos sentimentos democráticos, pois fácil é um salto à opressão a quem quer que se manifeste contra o nacionalismo.

Idi Amin Dada, proclamando um nacionalismo que viesse para ugandizar a Uganda, nacionaliza empresas de cidadãos ugandianos de origem indiana e expulsa tanto indianos quanto paquistaneses que ali se encontravam fazia muito tempo e dizia-se que assim o fazia para trazer para o país a democracia verdadeira, a ugandiana, em que apenas os negros mandariam e os demais obedeceriam. Ora, a xenofobia é a negação de qualquer convivência democrática e quando isso acontece, por mais que se diga, a democracia sumiu do Estado onde se abole a xenofobia.

O President Tubman, da Libéria, considerado um dos campeões da liberdade em África e que esteve à frente de muitos movimentos por um maior estreitamento de relações entre os países negros, ao mesmo tempo em que defendia uma Open Door Policy, que significa uma Libéria aberta ao investimento estrangeiro e defendia uma ação conjunta de líderes seus colegas para que os países da África Ocidental se unissem em uma comunidade econômica, falava de "unification" entre a elite culta e de língua inglesa de Monróvia e da costa e os liberianos interioranos que falavam os seus dialetos e nada possuíam em comum com os liberianos de origem americana, nem ao menos o sentimento de nacionalidade, que eles desconheciam. Para o Dr. Tubman, unification, a sua forma de nacionalismo, era outra palavra para democracia.

Anos depois, quando já havia passado o primeiro momento da libertação africana, quase no começo da década de 70, o General Siyad Barre, opunha o "somalismo" ao tribalismo, ao neocolonialismo, ao desmando do governo e somalismo, para ele soava como "democracia somaliana", isto é, a hora e a vez de a Somália tomar o seu lugar no congresso dos povos e "somalismo" passava a ser a forma de se criar um regime dos somalianos para os somalianos, mas era também uma forma de nacionalismo e de poder centralizador, que desse força ao Estado e unificasse a nação, evitando que a Somália fosse, como outrora - e ele o diz eloquentemente no seu livro Mon Pay et Mon Peuple.²⁹

Mas se o General Siyad que advogava o somalismo, não compreendia o que fosse democracia, pois apertava a maquinaria do Estado em suas mãos poderosas, centralizava o Governo, extinguiu partidos políticos e militarizava a juventude, criando milícias especiais, aguerridas e fanáticas, ele contudo continuava a acreditar que o seu era um regime altamente democrático e que democracia somente existia naquela parte do mundo.

Por outro lado, Tubman, muito mais culto, antigo advogado, bom discursador, defendia uma "Unification Policy", como filosofia de governo de sua administração e a maneira mais prática de criar um sentimento democrático no país, eliminar as divisões,³⁰ o país continuava dividido no interior, com cisões e barreiras quase intransponíveis, bastando que se andassem alguns quilômetros além de Monróvia, a capital.

Democracia, era, para todos eles, apenas uma bela expressão que até podia dizer muitas coisas, muitas e variadas, mas estava muito longe de ser aquele produto histórico de um povo que lhe permite uma participação nos negócios do Estado, seja diretamente (o que é muito raro), seja indiretamente através de delegados adrede escolhidos.

-- Giovanni Sartori, que escreveu sem favor um dos melhores tratados sobre a Teoria Democrática³¹, desanimado por não conseguir dar uma definição abrangente de democracia, chega a ponto de dizer que mais interessante do que responder o que é a democracia, é importante saber-se como funciona a democracia...

Se a pergunta fosse feita aos líderes africanos, governantes e teóricos, cada um responderia segundo sua própria concepção, jamais esquecendo as características do Estado africano e, mesmo que não houvesse quaisquer partidos, nem um Poder Legislativo a funcionar, eles responderiam que viviam em uma democracia e, nesse caso, não dizem africana, mas preferem aplicar o gentílico de sua pátria com os ornatos que cada líder a ele empresta.

E talvez até respondessem de maneira tão cândida quanto James Fenimore Cooper no velho The American Democrat³², insistindo na igualdade que a democracia cria em um Estado, "founded in natural justice".³³

Ironia? Insensatez?

Nada disso. Apenas eles não compreendiam a democracia à maneira ocidental e quase sempre achavam meios de encarar o nacionalismo como

um substitutivo para algo que pretendiam impor de fora para dentro.

Se era mais fácil levantar a massa usando do nacionalismo, que pode ser incendiário, vir rápido e também rapidamente expandir-se, o conceito de democracia e seu delicado funcionamento, depende, por certo, de muitas coisas entre elas a plena atividade dos partidos políticos e isso pelo menos até o final da década de 1980, é coisa com que os africanos se não acostumaram ainda, apesar de tanto o proclamarem.

Muitas gerações se passarão até que o demorado aprendizado se torne prática, como, de resto, em toda parte.

5.3. O discurso democrático e o problema da coe- rência e aceitação

Vimos, no item anterior, aquilo que vem confundindo os estudiosos do pensamento político africano dos nossos dias. É muito difícil - e um notável africanista, Rogério de Lima, uma vida inteira devotada aos estudos africanos, se declarava inteiramente perplexo quando tinha pela frente a complexa teia do pensamento político africano, e isso sobretudo pelo que existia de contraditório e antinômico nele -, na verdade, tentar explicar no curto espaço de um item ou dois, o que querem dizer tantos slogans, tantas definições, tantas tentativas de conceitos em torno de velhas idéias que atravessam os anos e mesmo sob o impacto de novos momentos políticos e históricos, não perdem a sua natureza primitiva, o traçado antigo. Uma república presidencialista na América Latina, por exemplo. Todos sabem mais ou menos o que isso quer dizer e não é preciso muito artifício para que se saiba que ela possui um presidente com poderes executivos mais ou menos fortes, que detém a bicefalia Estado-Governo, que é livre na escolha de seus auxiliares diretos, que tem um partido ou partidos que o apoiam no governo do país, que há um poder legislativo e um judiciário. O presidente, detentor da chefia do Estado e do Governo, tem um tempo de permanência delimitado, quase sempre quatro anos, algumas vezes cinco e raramente pode ser reeleito. Nos países de tradição caudillesca, ele se não pode reeleger-se, consegue que, em seu lugar, seja eleito alguém de sua confiança e domina por detrás dos panos e de um partido bem estruturado e assim aconteceu por muitos anos em El Salvador, na Guatemala, na Venezuela até o advento de Rómulo Betancur, outrora na Colômbia e no Peru. Ele enfrenta uma oposição muitas vezes tenaz e dura quando lhe não consegue a cooptação. No passado perseguia a oposição e a silenciava. Há, ainda, os frequentes governos castrenses, mas sempre cuidadosamente mascarados de democráticos, os presidentes eleitos por um partido político e apoiados pelos seus colegas. Assim foi a América Central. Mas o pluripartidarismo é quase sempre atuante, ainda que a elite política se bifurque em dois caminhos com um só ponto de chegada: os soi-disants liberais e os conservadores. Quando acontecia de o governante tornar-se um ditador, como no caso sui-generis de Dr. Velasco Ibarra do Equador, uma das mais carismáticas e discutidas figuras políticas daquele país, nem por isso ele cerrava o congresso mas lhe cerceava as prerrogativas. As auto-intituladas "revoluções", que na verdade nada mais eram do que quarteladas, bogotazos, rebeliões ou mesmo coups d'Etat, terminavam por institucionalizar-se, cedo ou mais tarde.

Poucas vezes o discurso político apresentou tanta discrepância com a ação governamental quanto em África e isso é sumamente desconcertante. Não podemos ignorar que existe um lapsus, um distanciamento, entre os dois em quase todos os Estados politicamente formados, mesmo nas consolidadas democracias, mas esse lapsus é corrigido pela retirada da confiança popular naqueles a quem um dia entregaram o poder e essa retirada se manifesta de muitas formas diferentes, desde as moções contrárias pelo órgão legislativo competente, pela não reeleição de membros do partido que falhou, pela crítica na imprensa aos desmandos do governante ou pela provocada manifestação do Judiciário.

Na África Negra essa discrepância tende, muitas vezes, a aumentar sem que haja um corretivo, pelo menos de imediato, a não ser pelo desfazimento de um status legalizado ou institucionalizado, por um interregnum em que a mudança de detentor do poder vai levar a uma outra conjuntura. Que pode ser até a simples repetição, piorada da anterior. Damos exemplos: em Uganda, o Premier Milton Obote sobe ao poder pregando a união de todos os povos do país. O seu discurso era o da igualdade democrática para todos e nada mais de diferenças aristocráticas, como a da elite bugandiana e seu líder máximo, o Kabaka Mutesa II. Doravante, ele dizia, não mais existirão em Uganda reis e vassallos, senhores e servos, kabaka e súditos, nem se darão privilégios a uma província em detrimento de outra e nenhum grupo étnico estará acima do outro. Todos serão livres para escolherem o seu rumo, a sua filiação partidária, a sua ideologia, o seu governante. Mas se o seu discurso de governante era democrático, democrática não foi a sua ação: ele oprime a província de Buganda, extingue partidos, impõe o sistema unitário sem qualquer consulta, centraliza a administração e se cerca de gente da sua etnia e, escreve Ki-Zerbo, "établi un régime présidentiel fort à tendance socialisante".³⁴ O ugandenses estavam acostumados com as suas separações, com os quatro reinos indígenas. As diferenças faziam parte de seu mundo anterior a Obote. A elite política estranhou os métodos autoritários de um homem vindo da classe baixa, que não era de família de chefes, que nada tinha com os reis ugandenses, nem sequer fora distinguido pelos britânicos. O engatinhar da experiência pluripartidária foi interrompido brutalmente pelo unipartidarismo quando nem sequer havia podido saber se o sistema anterior era bom ou se falharia. Depois, Obote está só, não tem qualquer apoio dos chefes tradicionais, nem da dinastia bugandiana. Apoia-o parte do exército, que ele remaneja a seu bel prazer, temendo a deposição que, com efeito, viria, alguns anos depois. Idi Amin sobe ao poder e retoma o discurso de liberdade e democracia e se faz simpático a todos, ama a Inglaterra, conserva orgulhosamente o retrato da Rainha Elizabeth II na parede e se proclama um contemporizador, que não perseguirá as etnias. Israel e a Grã-Bretanha que estão por trás do putsch militar, saudam-no como um democrata: ele vinha da camada mais baixa, soldado disciplinado e obediente, curto de inteligência, quase iletrado, falando o inglês com

pouca fluência, ele vinha de um grupo minoritário, os kakwa e, por isso mesmo, se punha acima de toda questúncula tribal. Prometia liberdade e dizia as coisas com uma naiveté que assustava jornalistas, políticos e funcionários. Esperavam que ele se cercasse de bons auxiliares e que desfizesse aquela impressão de dureza e autoritarismo que Obote havia deixado. Mas uma vez na chefia do Estado, Idi Amin dá uma guinada de noventa graus e ainda proclamando o discurso libertário e democrático, segue de perto as pegadas de seu antecessor e vai além: tiraniza todo um país, massacra aldeias, mata seus adversários, em um panho de sangue sem precedentes na sua terra. Faz tábula rasa de acordos internacionais e volta-se contra os amigos e protetores da véspera. Não há Legislativo livre, nem Judiciário, os seus atos não padecem qualquer crítica e o desconforto é geral. Faz-se presidente vitalício e pretende criar uma dinastia republicana em Uganda e essa divisão entre os povos de Uganda se aprofunda. O lapsus não é preenchido a não ser por outro golpe.

Contudo, a falta de coerência do seu discurso democrático e a sua ação política, não era impedimento para a aceitação por boa parte da população, especialmente entre a massa iletrada, por muitos motivos e que exsurtem no correr dos capítulos do livro de Kyemba, State of Blood³⁵.

1. Apresentando-se como um deles, Idi Amin era, ao mesmo tempo, o chefe supremo;
2. Muito robusto, forte, alto, grandalhão, o Presidente correspondia à imagem que o africano das junglas geralmente faz do seu chefe;
3. Fardado com vistosos uniformes e cheio de medalhas, o Presidente surgia como um guerreiro e um herói aos olhos cênicos das pessoas das mais distantes paragens ugandenses;
4. Dançando e bailando com o povo, os camponeses, e atacando os europeus como perigosos inimigos, ele atraía para si a imagem do salvador;
5. Não renegava as usanças tradicionais do seu povo, uma delas a poligamia e muitos filhos;
6. Tornando-se presidente perpétuo, ele apenas seguia a chefia vitalícia, tão difundida em África.

Somente quando ele passa à ação vingativa, massacrando os acholi e perseguindo outras etnias em Uganda, em detrimento do seu grupo étnico, é que essa aceitação entre as massas passa por um período de reavaliação e posterior hostilidade. O discurso do democratismo fenece quando se chocou com o discurso do tribalismo. E ele cai, como outros caíram em outras partes da África.

Para que o incoerente discurso democrático sobrevivesse em África, era preciso que não hostilizasse frontalmente o tribalismo. Este continuava a ter muita força e não era nada fácil destruí-lo de um dia para o

Um outro exemplo, citado na parte especial dos estudos de casos: o Zaire de Mobutu Sese Seko. Kaza Vubu, o presidente, e Fvariste Kimba, o premier, não estavam cumprindo devidamente as suas obrigações e havia uma completa falência do poder no país. As rebeliões estouravam, as insublevações estavam por toda parte, a desorganização exacerbada por um tribalismo também exacerbado e as instituições democráticas terrivelmente ameaçadas. O perigo de secessão não havia passado e a existência da nação (note-se, da nação e não do Estado!) estava ameaçada por dois flancos, dentro e fora do território nacional. O General Mobutu diria alguns dias depois que tomara o poder porque a soberania (sempre a soberania!) e a democracia estavam ameaçadas, e por cima de tudo havia a corrupção gritante. Era preciso acabar com tudo isso o mais rapidamente possível pois o país estava no caos. O seu discurso era o democrático mas queria que este se não distanciasse da ação que o seguiria. Para a sua plena aceitação pelos zairenses.

Falando duro e seco ele adverte pouco tempo depois que era passado o tempo da verbiagem e que agora era a ação que comandava ("Le temps de la parole est passé. Nous devons maintenant passer aux actes"³⁶). ataca o flagelo do tribalismo, tendo de recuar pouco depois, prende e fuzila gente, mas põe termo às instituições democráticas do Estado zairense, varrendo o pluripartidarismo, a semi-autonomia das províncias, a mobilidade política e muitas coisas que tinham vindo dos primeiros dias.

O seu discurso é aceite pelo povo de modo entusiástico, mas os erros apontados no regime anterior, civil, seriam repetidos em dobro e ostensivamente, sem que nada nem ninguém os pudesse apontar ao escarmento. Centraliza o poder e a corrupção grassa por todos os campos da administração nacional. Ele que se voltara primeiro contra os chefes tribais e depois os elogia, para depois persegui-los outra vez, evita os erros de Lumumba a esse respeito e quando vê que eles haviam perdido muito do prestígio que haviam tido outrora, faz uma trégua habilidosa e até nomeia importantes chefes tradicionais para altos cargos na república e, através destes, consegue uma aceitação mais ou menos geral entre as massas camponesas e os habitantes da zona rural em um país onde a urbanização não é ainda muito acentuada.

Os seus métodos foram muito diferentes dos de Idi Amin e de Obote, mas pregando o discurso democrático, ele esmaga a democracia nascente no Zaire. Apesar disso, dá, como vimos, umas aparências de democracia ao seu Estado e continua a defendê-la, verbalmente, erga omnes.

A sua reeleição para períodos sucessivos por um partido único não deixa margem a uma retirada pelas urnas da confiança popular e só um outro golpe poderá chamá-lo à ordem. O Legislativo manietado não lhe vigia a administração e o Judiciário nem tem forças para desfazer-lhe os atos.

Essa situação se repete em outros Estados africanos.

A discrepância entre o discurso democrático e o fazer da ação político-administrativa muito grande.

5.3.1. O discurso democrático e o problema da coerência e aceitação - A sua fragilidade

Os estudiosos dos assuntos africanos no Exterior, os africanistas e os simpatizantes do mundo negro, voltam-se, muitas vezes, irritados com a situação da democracia em África e querem que ali vingue um pluripartidarismo como na França ou na Itália, um respeito às leis como na Inglaterra, um Judiciário forte como nos Estados Unidos e instituições estáveis que permita, sem qualquer abalo, uma rotatividade no poder. Zangam-se contra as liberdades individuais cerceadas por um Estado forte, muita vez brutalmente policial como foi o de Idi Amin, ou dominado por uma elite castrense como o Togo e acham que esse uso abusivo de slogans e chavões políticos archive - lhos esconde uma incapacidade de compreender a democracia e sua aplicabilidade em terras africanas.

Talvez não seja bem assim. O funcionamento da democracia é um processo lento, que se faz através da vivência de gerações e não de um dia para o outro.

O pluripartidarismo na África Negra nasceu da esperteza do colonialismo e sua política do divide et impera: os partidos não tinham características nacionais mas regionais ou representavam apenas uma ou mais etnias. Vimos o caso flagrante do Abako, de Kaza Vubu em páginas anteriores. Vimos o caso do Kabaka Yekka. Como fazer que um partido enraizadamente regional ou tribal possa estender-se a todos os cantos de um Estado plurinacional, plurilingual, pluri-étnico? Seria questão de tempo, de forte disciplina partidária, de muito esforço concentrado e muita doutrinação. Mas os líderes não tinham esse tempo todo, nem queria esperar mais. Sobem montados em um partido, geralmente o da sua região, o mais forte de todos e quando chega ao poder, na hora da repartição dos bons cargos e funções, ele só vai escolher os do seu partido, isto é, aqueles que são da sua mesma região, que falam a sua mesma língua ou dialeto nativo e que possuem até vinculações clânicas. Os outros rebelam-se, descontentes e passam a fazer uma oposição cerrada e nem sempre justa. Assim aconteceu com o Abako e isso levaria o Zaire às portas de sangrenta guerra civil. Uma vez sentindo-se forte e poderoso, o governante elimina, ou aos poucos, ou de uma vez, os demais partidos e estabelece o partido único, nem sempre porém saído do partido majoritário, é bom que se diga. Assim aconteceu com o "United National Independence Party", de Kaunda, na Zâmbia. Ora, os Estados africanos, quase todos, começam como pluripartidários e logo se transformam em Estados de partido único ou sem partido, como vimos antes.

Um governo democrático exige, sobretudo, existência de vários partidos, cuja viabilidade e mobilidade possam ajudar a transição e rotatividade de poder.

Sentindo-se cansado, o Presidente da Tanzânia, Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, o homem-forte do TANU, que havia unido o seu partido ao Afro-Shirazi de Zanzibar (ali também partido único) e formado um novo, o Chamacha Mapinduzi (Partido Revolucionário do Povo), que seria em 1976 o partido único da federação, resolve designar sucessor o seu homem de confiança, Ali Hassan Mwini, zanzibarita e sucessor de Abud Jumbe na vice-presidência do Estado. Mwini é indicado pelo Presidente Nyerere em outubro de 1985 e dias mais tarde empossado.

Que participação tiveram os outros políticos que talvez aspirassem à presidência? Será que em uma votação pluripartidária o representante da Estado membro menos importante teria saído vencedor no Estado-membro muito maior e populoso que é a antiga República de Tanganhica?

Apesar disso, o Dr. Nyerere insistia em que o seu era um Estado democrático e que ele fora um governante democrático e disso se gaba no Freedom and Socialism, já citado.

A fragilidade do discurso democrático desses líderes patenteia-se no momento em que ele não mais aceita a colaboração ou a crítica de outros partidos, muitos dos quais lutaram junto com ele pela independência do país no caso de governantes da primeira hora como Kaunda, Nyerere, Houphouët-Boigny, Ahmadou Ahidjo.

É verdade que o africano prefere a ordem do chefe do que o entendimento com muitos e isso foi notado por Ferkiss³⁷ e por Mabileau e Lavroff.³⁸ Resquícios do governo tradicional de tanto tempo e do colonialismo que agia através dos chefes hereditários e tradicionais.

Mas com a grande influência tribal sobre os partidos regionais, a luta surda entre eles é uma constante e a democracia desanda para o desgoverno, a anarquia. Isso aconteceu nos Camarões onde dezenas de partidos disputavam violentamente o quinhão de poder e na Nigéria dos primeiros anos. O discurso se torna frágil pois facilmente contestável e inutilizada por forças extrínsecas. Esvazia-se, primeiro pela inoperância, depois pela falta de credibilidade. O líder assume então uma postura forte e diz que há no país uma democracia dirigida, que não tem para eles, africanos, o mesmo sentido que para europeus, por exemplo, mesmo porque, como lembra Lavroff, os partidos únicos nos países africanos não se parecem com os do Mundo Comunista. Eles não surgem historicamente, mas de uma decisão de liderança. É quase sempre a força de um líder que transforma um Estado pluripartidário em unipartidário. Outras vezes, um golpe, como no caso de Obote.

Esse mesmo partido pode extinguir-se rapidamente, também por um golpe, como em Ghana depois da queda de Nkrumah e ascensão do General Ankrah também anteriormente estudado.

Tem-se falado na fragmentação do discurso democrático em África e os que assim fazem se referem a pontos mais ou menos encontrados nos líderes dos mais diferentes lugares do continente, sejam eles de expressão francesa, inglesa, portuguesa ou espanhola e entre esses pontos merecer análise estão os seguintes:

1. O tribalismo é contrário à democracia;
2. A corrupção político-administrativa faz com que a democracia degenera e caia no país;
3. O pluripartidarismo é uma forma de se manterem estruturas partidárias herdadas do colonialismo e, por conseguinte, são perpetuadoras de um outro tipo de colonialismo, o doméstico e, como tal, antidemocráticas;
4. O pluripartidarismo entrava o desenvolvimento nacional, uma vez que tende a salientar as estruturas regionais;
5. A briga pelo poder é antinacional e, por conseguinte, antidemocrática;
6. Os sistemas partidários europeus e americanos não se adaptam à África Negra (esta é uma tecla muito repetida pelo Dr. Kaunda e o foi pelo Mwalimu Nyerere); e
7. Existe uma solução africana para os africanos e proposta pelos africanos.

Ele é feito de pequenos pedaços, ora salientando-se este aspecto, ora aquele.

E por ser fragmentado, ele é frágil e passa de um lado para o outro com estranha volubilidade. Kaunda inicia a sua carreira política ascensional defendendo o pluripartidarismo, assim como Nyerere, mas ambos, depois, aceitam o unipartidarismo com muita rapidez, quando viram que isso os podia manter no poder e prosseguir na sua tarefa à frente do Estado e do Governo. Houphouët-Boigny, que vinha da educação e do convívio franceses, defende o pluripartidarismo até com denodo, mas logo o abandona pelo pluripartidarismo, de que passa a ser defensor estrênuo.

Nota-se que, no momento em que se torna sólido no poder e conseguiu tornar consistente a sua obra político-administrativa, ele abandona parte do seu discurso democrático, o da pluralidade de partidos, por uma unidade. As idéias antinômicas são aí frequentes, frequentíssimas. Chocam-se irremediavelmente. E nem são mais democráticas, mas eles continuam a vesti-las e vê-las como tais.

Fragmentário, frágil, o discurso democrático dos líderes africanos, porém, é continuado, é persistente. Caminha sobre paradoxos, mas persiste.

Talvez por tudo isso se explique a estranheza de tantas pregações dúbias, como querer o pluripartidarismo é querer manter as instituições legadas pelos colonizadores, ou democracia monopartidária, ou ainda, como dizia Ahidjo, manter a federação era impedir a democratização e o progresso dos Camarões.

Ora, a democracia que os líderes e governantes africanos apregoavam jamais significaria uma concessão ao governo para que este tomasse alguma medida de interesse do Estado. Os referendums e os plebiscitos em África têm sido relativamente poucos, salvo para dirimir delicados problemas de fronteiras ou de anexação de regiões, ou, igualmente raro, para confirmar a outorga de uma constituição ou a permanência de um governante.

Mutatis mutandis, era o que pensava o autor de The Anatomy of Peace:

"Democracy does not mean that governments have to ask the people their opinions on complicated issues and then carry them out. It is essentially a form of society within which the conception of new ideas, their diffusion in view of their acceptance by the majority, the fight for leadership, is open to everybody" - op. cit. p. 128. Grifamos.

Mas o discurso democrático dos líderes africanos não ensinava para o seu modelo adotado nenhuma das características apontadas por Reeves...

Somente um dos grandes líderes do primeiro momento da independência consegue adotar uma certa linha de coerência entre o seu discurso político democrático, defendendo uma federação, que pouco dura e se afunda, um pluripartidarismo que também se afundará em breve dando lugar ao unipartidarismo e defendendo uma política educacional e cultural tipicamente africana. Achava que só federalizando a África era possível chegar-se a uma independência real, pois que - ele escrevia em Nation et voie africaine du socialisme³⁹ - "une indépendance uniquement nominale est une fausse indépendance". Mas também ele, tão ocidentalizado, tão apegado a uma requintada e nobre cultura européia, até mesmo considerando-se um déraciné, não esquecia que, em África, uma democracia para sobreviver tem de ser forte e para a sua federação ideal pregava "une Démocratie fédérale, mais forte"⁴⁰, o que, em outras palavras, uma democracia que permita ao homem negro-africano realizar-se, mas sem cair nos perigos da ditadura fascista de um lado, ou dos governos instáveis do outro porquanto estas duas formas, são desvios e "provoquent, à la longue, la révolte du Peuple et la désagrégation de l'Etat"⁴¹.

Uma certa coerência na incoerência.

5.4. A África Negra e o futuro

Nesta peregrinação pela África Negra e suas instituições políticas, se bem que tão às pressas, quando o campo muito vasto merecia maiores investigações e conclusões, que se não limitam porém às exigências de uma tese acadêmica, chegamos a um ponto que, desde os primeiros dias, mereceu a mais constante inquietação por parte dos estudiosos africanistas: o futuro da África, a sua sobrevivência política, a sua viabilidade, o seu encaminhamento para o século XXI, as lutas a enfrentar e as lições que ela pode dar ao mundo. Qual a contribuição africana ao futuro ou o que lhe espera no futuro? São duas perguntas fortemente interligadas e que têm sido respondidas das mais variadas maneiras, nem sempre muito generosas, diga-se de passagem.

Mas essa perspectiva de como a África Negra enfrentará o futuro é muito importante para que se possa dizer da experiência política porque ela vem passando desde os alvorecer da independência, como dizemos no Ocidente, ou da libertação, como dizem os próprios africanos. Aliás, em matéria de sutilezas semânticas, acreditamos que poucos lhes levem a palma: uma pequena palavra escorregadia e lá se foi a boa vontade inicial.

Há um outro problema que perturba mesmo os mais imperturbáveis africanistas: a mutabilidade africana, a sua oscilação constante no campo da ideologia política e da orientação de governo. Isso gera, também, uma nova série de alterações, de más vontades, de boas vontades e de suspeita. Essa oscilação no campo das relações internacionais faz com que a África Negra seja vista com reservas por ambos os blocos em que se bipartiu o mundo político de hoje. Mas - e aí outra estranheza! - isso lhe dá forças também, pois há sempre a esperança de que ela se possa voltar para este ou aquele lado. A perene disputa pelos votos africanos na ONU tem dado origem, inclusive, a um jogo sujo, votos compromissados e vinculados, quando não deveria ser assim. O exemplo maior talvez seja o da pressão contra a África do Sul e Israel, ambos bodes expiatórios dos insucessos da própria ONU e dos fracassos da diplomacia no mundo atual. A vasta colcha de retalhos que é a África Negra, de tantos Estados e tantas posições, adota uma coesão que lhe não é comum quando se trata da África do Sul - está sempre disposta a condená-la, ainda que dela receba grandes ajudas, especialmente Moçambique, Lesotho, Malávi, Suazilândia, que teriam ainda maiores dificuldades de sobreviver se não fosse a ajuda carreada pelo estigmatizado regime de Pretória. Se é verdade que os Estados não têm a-

amigos mas interesses, esse dito pragmático e mercantil em excesso calha como luvas nos negócios africanos. A África Negra, outrora tão ingênua e alvo fácil das ambições alheias, transformou-se no cenário mundial e adotou uma política que prima pela prática.

Ela ficará silenciosa muitos séculos, um silêncio pesado e humilhante, silêncio que não era apenas silêncio, mas uma forçada mudez. Agora ela quer resgatar esse silêncio-mudez e dá de si, cada vez mais e mais.

Ferkiss, que parece olhá-la com profundo humanismo, e não apenas como objetivo scholar, salienta os seus problemas econômicos, a luta contra o analfabetismo, as endemias, o baixo nível sanitário, o tribalismo, as mazelas deixadas por uma partição tantas vezes acusada de injusta e brutal, a busca de um modelo estatal africano são alguns dos problemas muito sérios que somente o esforço comum poderá resolver para que o continente possa enfrentar o desafio do futuro, do século XXI, com uma avançadíssima tecnologia, cada dia mais avançada e mais dominante.

Por outro lado, um africanismo para os africanos pode ser motivo de retardamento nessa avançada, pois os circunscreverá ao Continente Negro, o que não parece de grande visão. Há muitos Estados negros que não se situam no continente africano, mas estão bem longe dele, aqui junto de nós, nas Índias Ocidentais e eles decerto não gostarão de ficar distanciados dos seus irmãos da África.

Faz já muitos anos, o falecido estadista Kwame Nkrumah enunciou uma doutrina a que deu seu nome, a Doutrina Nkrumah, que falava orgulhosamente de uma Personalidade Africana e que Ferkiss no África - Um continente à procura de seu destino⁴², definia como

"... uma versão vaga, um pouco menos intelectualizada e mais politizada, da Negritude. Segundo os proponentes da Personalidade Africana, as diferenças entre os africanos e não-africanos são básicas, e devem fundamentar toda ação, mormente na esfera política" - in op. cit. p. 149. Grifamos.

Mais uma razão para que possam levar adiante os seus experimentos políticos, dando origem a um Estado e a regimes que se não parecem aos conhecidos na clássica Teoria do Estado e adotando posturas que soam exóticas no campo das Relações Internacionais.

Entretanto, que a Personalidade Africana se não manifeste como orgulhoso plano de isolacionismo. A África para a África e para os Africanos, pode ter, no delicado plano das Relações Africanas, duas conotações bem distintas e que podem ser antinômicas, perigosamente antinômicas. O isolacionismo seria a pior das conotações e a África Negra não pode, mais do outras partes do mundo, sobreviver em isolacionismo.

A outra, e a mais nobre, é que os assuntos africanos sejam resolvidos pelos africanos e que a terra africana seja dominada pelos africanos, que essa tão propalada e discutida *Souveränitätstheorie*, um tanto abusada, seja uma realidade efetiva, repetimos, uma re-a-li-da-de e-fe-ti-va, e não mero jogo de palavras, como parece que tem sido, irresponsavelmente lançado aos quatro ventos por demagogos que, no correr de uma vida política quase sempre vitoriosa, as lançam aos quatro ventos. Ela daria consistência à Personalidade Africana.

Quando os líderes africanos não agirem tão irresponsavelmente como alguns têm feito, levados pelo emocionalismo e pelo revanchismo, é provável que essa participação africana nos negócios do mundo venha a ser mais eficiente e proveitosa e ela se faça respeitar mais ainda, como uma voz prudente dentro do bilateralismo das relações internacionais, que estudaremos no próximo item.

O futuro da África Negra está dependendo, em boa parte, da solução de alguns problemas diretos e mais aflitivos e sabidamente difíceis, nos próximos anos e de um amadurecimento político que a leve à solidez das instituições, o que, reconhecemos, é igualmente difícil, mesmo porque as instituições políticas de um povo são testadas com os anos e jamais têm prazo fixo para que os resultados sejam aprovados. Levam às vezes décadas até, enquanto em outras ocasiões, instituições que pareciam sólidas, firmes, estáveis, esboroam-se como castelo de cartas e há tantos exemplos no mundo, com a queda de monarquias seculares como a da Etiópia, a do Irã, a do Iêmen do Norte, a do Afeganistão. Outras vezes, regimes políticos que pareciam estáveis, por gerações e gerações, ruíram subitamente ao tentarem modificações que iam contra o aquele tão importante e nunca assaz nomeado *Volksgeist*, que tudo dita, e de dedo em rsite, na história política dos povos e temos exemplos flagrantes do Chile, que por anos, desde a derrubada de Balmaceda, assumira categoricamente uma postura democrática de tal estabilidade que parecia um estranho corpo na convulsionada América Latina, e que não aceitando uma institucionalização do marxismo em suas estruturas, como queria o Presidente Salvador Allende, responsável pelo caos que se seguiu e, mais adiante, pela ruptura da ordem democrática e estabelecimento de um regime marcadamente militar, sob as mãos honestas mas férreas do General Augusto Pinochet Ugarte, ainda no poder.

Assim, é pedir muito que a África apresente instituições políticas que sejam estáveis e possam varar os anos. Elas mostrarão a sua estabilidade à proporção que os experimentos forem ganhando em adaptabilidade ao *Volksgeist* africano e à *Weltanschauung* das suas elites políticas. Muitos regimes na África ao Sul do Saara apresentam uma vigência intrinsecamente ligada à própria existência do líder que o estruturou ou que lhe deu cor político-partidária. A presidência vitalícia com sistema fortemente presidencial e monopartidarismo de Ghana sob Kwame Nkrumah, caiu e desapareceu com ele e, curiosamente, sem deixar um vazio.

Assim outros casos, como o da presidência vitalícia na Repú

World

deserted their native villages. In 1950, only three African cities had populations of more than 500,000; now there are 29. Many African sociologists see the phenomenon as a primary cause of social disintegration; young Africans in particular discard tribal values and disciplines for an urban-centered culture of Coca-Cola and transistor radios. For many Africans there is a growing awareness that tribal life was the source of tradition, of social and spiritual values. "In the transitional society in which we live," says Eddah Gachukia, a Kenyan legislator, "there is an urgent need to establish alternative ways and means of reaching our children effectively."

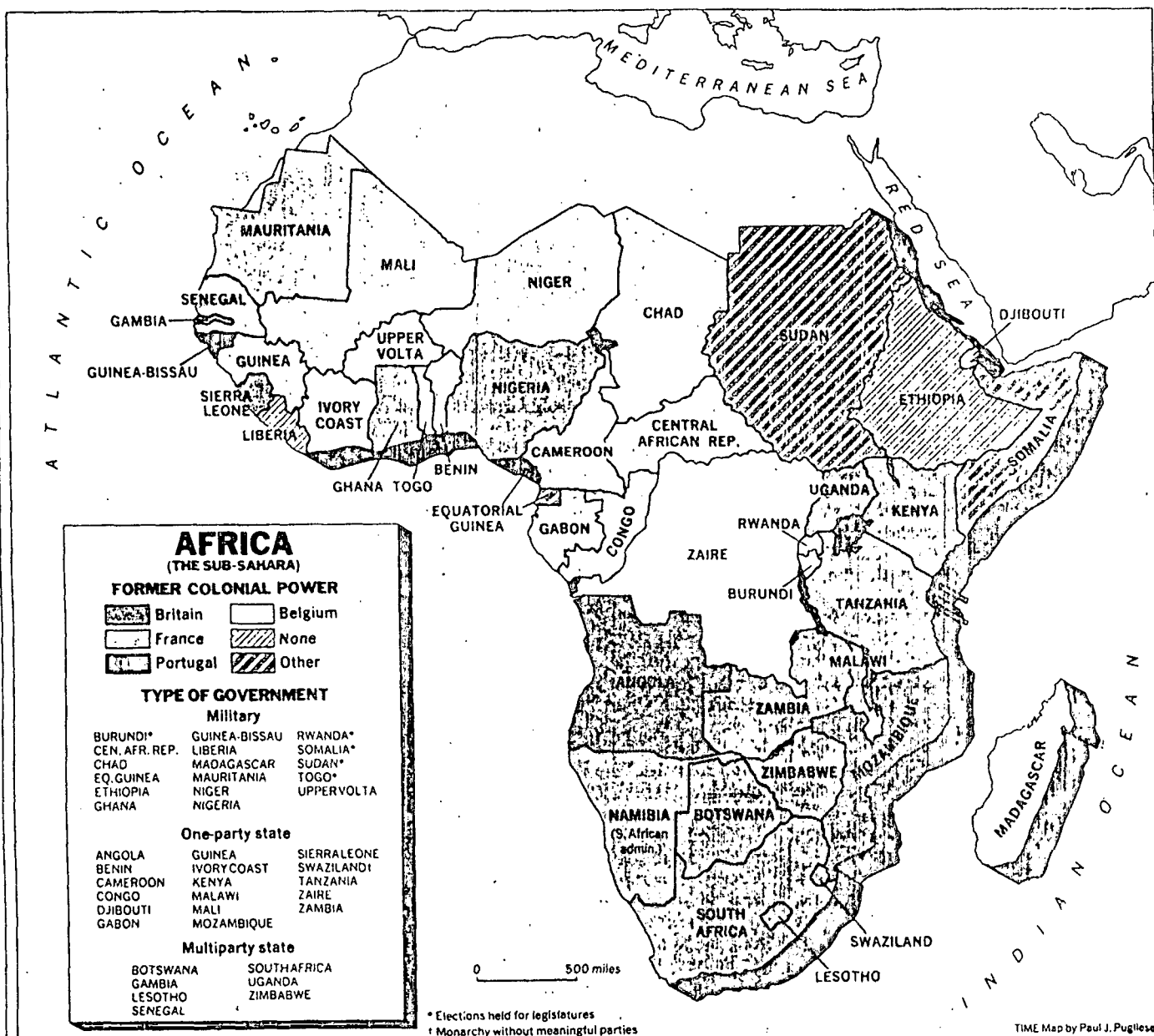
Kenya's urban population, typically, doubled between 1969 and 1979. In August 1982, many Kenyans were jolted into recognition of the new reality when an apparent coup attempt by a handful of air force noncoms and some officers, assisted by university students, degenerated into

a mindless rampage through Nairobi. Youngsters smashed windows and shot up the lobby of the Hilton Hotel, a ready symbol of Western affluence. After taking over the radio station, the rioters were unable to find suitable martial music for the occasion. They ended up broadcasting the lilting strains of Bob Marley's Caribbean reggae.

Surveying a street scene in Nairobi, Trinidadian Author Shiva Naipaul (brother of V.S.) was struck by a sense of unreality among young city dwellers. In his book *North of South: An African Journey*, Naipaul describes meeting a modishly dressed student who claimed he was studying literature, but declined to name a favorite author. His reason: "I don't care much for reading." In another encounter, an aggressive shoe-shine boy tried to charge him \$6 for "deluxe special" treatment. Wrote Naipaul: "The tribal world was real. The new

world, lacking definition and solidity, fades away into the dimmer reaches of fantasy. The greed of my shoeshine boy did not . . . recognize any limits. He had lost touch with reality."

Reality may be closer for the approximately 75% of Africans who have remained in smaller towns and villages. But their awareness of their economic plight is sharp. Joshua Kweka, 28, earns \$100 a month as a clerk at a small factory that manufactures mosquito-repellent coils in the Tanzanian town of Ilimo (pop. 5,000), just across the border from Kenya. He shares a room near the factory with his sister, while his wife and child live with relatives on a five-acre farm 6,000 feet up the slopes of Mount Kilimanjaro. Kweka and his sister usually eat *ugali*, cooked maize meal, for lunch and dinner. Only rarely can they afford to add tomatoes, which cost \$1 per lb. With stewing beef at \$1.50 per lb., they are lucky if they can afford to eat meat once a week.



blica da África Central e a sua fugaz monarquia, sob Jean-Bedel Bokassa I. Esses regimes não sobreviveram aos seus fundadores, o que vem mostrar, mais uma vez, o quanto se acham estreitamente vinculados Estados e regimes e seus líderes e governantes, exatamente como vem sendo desde há anos e anos, desde um passado remoto. Na Europa, as instituições sobrevivem aos homens e estes apenas passam, como tudo humano e mesmo um regime fortemente ligado ao seu fundador, como parecia ser o iugoslavo, muito pessoal e com todas as marcas do autocratismo do Marechal Tito, resistiu e permaneceu quando o velho líder se tornou cinzas. Há, é certo, regimes totalitários ou autocráticos como o de Mussolini, de Hitler, de Franco e de Salazar, que sumiram com seus criadores, mas neles todos houve profunda alteração estatal. Depois, eles representavam um momento especial na história política européia, era um lapsus historiae, mas que mesmo sendo um lapsus marcante, não podia ir além do momento que a história demarcara.

5.4.1. A África Negra e o futuro - obstáculos e barreiras a serem vencidos

Os endeusadores românticos da África Negra, continuam a tratá-la idilicamente, descrevendo as suas paisagens, os seus rios repletos de crocodilos, as aldeias acolhedoras, os nativos ingênuos, os animais em doce convivência com os homens, as mulheres nas colheitas sempre a cantar e outras coisas que os escritores, pseudo-sabedores da África imaginaram e passaram para o papel e o cinema difundiu. Mas essa é uma imagem irreal, fictícia se pensarmos que toda a África é assim. É preciso afastar essa imagem, deixá-la de lado e encararmos uma África que se urbaniza aceleradamente, que apresenta graves problemas habitacionais nas cidades, favelas, shanty towns, marginalidade, drogas, daggas, prostituição, violência a mão armada, desemprego e sub-emprego e as mil mazelas de nossa civilização industrial.

É certo também que a África Negra conseguiu uma admirável coexistência entre o novo e o velho, o tradicional e a modernidade e muito dessa África romântica dos livros, dos documentários, do cinema ainda vive. Estão vivos esses aspectos todos, está viva essa África ingênua ainda. Mas a

seu lado está o arranha-céu, o problema de trânsito desordenado, os desastres automobilísticos, os assaltos a bancos, a vida noturna cheia de perigos, o perigo da aids, os problemas cardíacos que se agravam, enfim, aquilo que a agitação e a própria modernidade trouxeram.

E bom que os novos estudiosos dos assuntos africanos não se apeguem tanto àquela África de guerreiros orgulhosos que David Diop⁴³ em seus poemas cantava:

Africa my Africa
Africa of proud warriors in ancestral savannas
Africa of my grandmother's singing
Along the banks of her far-off river
I have never known you.

Ou essa África de mágoa e sangue, dor e ressentimento desse mesmo grande poeta:

But my gaze is charged with your blood
Your beautiful black blood spread abroad over the
fields
The blood of your sweat
The sweat of your labor
The labor of your slavery
Slavery of your children.
Africa tell me Africa
Is it you, then, this back that bends
And sinks under the weight of humility
This trembling red-striped back
That says yes to the whip on the noonday roads?

A África Negra cujo futuro interessa muito é um continente que procura o seu lugar ao sol e que enfrenta graves problemas, alguns dos quais passaremos em revista, abaixo:

1. O analfabetismo - praga geral em África.

Não há dados precisos a respeito do analfabetismo em África e mesmo os governos procuram disfarçar o problema que é sério, muito sério, senão alarmante. Escamotear essa verdade tem sido uma das preocupações dos chamados governos revolucionários africanos, que preferem indigitar todos os males ao colonialismo já distanciado. Quando notam que o assunto morreu, acusam um neocolonialismo que teria a cumplicidade de governos e governantes "reacionários", vendidos ao imperialismo americano ou europeu. Ki-Zerbo, com muita coragem, escreveu no seu grande livro Histoire de l'Afrique Noire⁴⁴ que no domínio humano a África "est encore plus handicapée"⁴⁵ e que existe uma "pauvreté qualitative aussi, en raison du grand nombre des analphabètes et des malades"⁴⁶. De lá para cá, a situação não se alterou muito e há milhões de analfa

betos por todos os países. As estatísticas são alarmantes, bastando dizer, como quadro geral de amostragem, que, dos 14 países do mundo com maiores taxas de analfabetismo no mundo, onze estão em África, segundo dados fornecidos pela Unesco. Vejamos esses dados em porcentagem em alguns países:

| | | | | | | | | |
|----------|-----|----|-----|-----------|-------|----|-----------|------|
| Somália: | 94% | em | uma | população | total | de | 4.453.000 | hbs. |
| Máli: | 91% | " | " | " | " | " | 8.206.000 | " |
| Guiné: | 91% | " | " | " | " | " | 5.781.000 | " |
| Burkina: | 91% | " | " | " | " | " | 7.747.000 | " |
| Níger: | 90% | " | " | " | " | " | 5.686.000 | " |
| Tchade: | 88% | " | " | " | " | " | 5.018.000 | " |
| Gabão: | 88% | " | " | " | " | " | 1.206.000 | " |
| Congo: | 84% | " | " | " | " | " | 1.854.000 | " |
| Benin: | 83% | " | " | " | " | " | 3.932.000 | " |

Somente Tanzânia gaba-se de um índice inferior a 20% e segundo dados do governo tanzaniano, o analfabetismo ali chega apenas a 15%, mas isso é pouco provável, pois com exceção dos Reinos do Lesotho e Suazilândia, de Botswana e Zâmbia, todos acima de 24% (Zâmbia) o menor e 35% o maior (Lesotho), a enorme maioria dos países africanos tem índices de analfabetismo que vão de 40 a 75 e 80%. A pequenina Gâmbia, por exemplo, apresenta um índice de 75.

Alguns governos como o de Cabo Verde e o da Costa do Marfim, vem empregando somas fabulosas no campo da educação (7,5 e 8,4% do PNB), mas ainda apresentam taxas 52,6 e 57% da população atual de 15 anos para cima. A multiplicidade das línguas contibue para isso, assim como a falta de meios de comucação.

Passar-se-ão ainda muitos anos antes que o analfabetismo seja eradicado dos novos países africanos.

No campo da saúde a situação não é menos alarmante: dos onze países com a maior taxa de mortalidade do mundo, nove são africanos: Serra Leoa, Guiné, Angola, Malávi, Burkina, Tchade, Níger, Mali, Somália. Dos dez países com a maior taxa de mortalidade infantil, oito estão em África: Serra Leoa, Má - li, Etiópia, Malávi, Guiné, Somália, Burkina, Moçambique. A lepra ainda é muito difundida em África, assim como a tuberculose e, recentemente, segundo a Organização Mundial da Saúde, Uganda, Ruanda, Zaire, Burúndi, apresentam índices consideráveis de aidéticos.

Mas o analfabetismo colabora para que os problemas sanitários se agravem, porque muitas missões médicas nada conseguem fazer de efetivo pelo interior africano, com as suas dezenas, centenas de línguas e dialetos e raras línguas e dialetos de contacto. Urgentemente, pensam os líderes africanos, é preciso que o problema do analfabetismo seja controlado. A educação nacional era a base para o desenvolvimento do Estado, dizia Ahidjo no seu Contribution à la Construction Nationale⁴⁷ e ensinava que

"... le but premier de l'Education n'est pas d'ins-
truire les hommes pour le plaisir de les instruire,

mais pour les mettre à même de participer avec un rendement accru à la mise en valeur de leur pays. C'est-à-dire que la politique de l'Enseignement doit nécessairement se rattacher à celle de l'emploi" - in op. cit. p. 91.

E se finalizava, de modo objetivo:

"Il convient donc de faire de l'Education une pièce essentielle générale du développement afin que ne s'opposent les investissements humains et les investissements et activités directement productifs" - ibidem p. 91.

Uma pequena minoria, que teve contacto com o europeu, domina o inglês ou o francês, tem hábitos europeus e acredita nos valores ocidentais. A arma usada contra o europeu, foi justamente aquela adquirida nas universidades da Europa e América: uma boa educação que os distanciava dos próprios irmãos da jungla. Por muitos anos, uma elite negro-africana dominou a Libéria de maneira muito mais distante e preconceituosa para com os habitantes do interior do que qualquer colonizador europeu jamais o fizera com referência às suas colônias e aos nativos, e somente com o Presidente Tubman começa um período de integração entre os habitantes da costa e os do interior e a esse respeito é proveitosa a leitura de The New Liberia. A historical and political survey,⁴⁸ de Lawrence A. Marinelli e os próprios discursos do Presidente Tubman.⁴⁹ Na Serra Leoa, os "créoles" gozam de um status privilegiado dentro da república e quase não têm laços com os habitantes do interior, comenta Hubert Deschamps.⁵⁰ Ambos os países citados possuem o inglês como língua oficial, mas a grande maioria fala preferentemente as suas línguas e dialetos nativos, ainda que, na Serra Leoa, um créole inglês - o krio - esteja a tornar-se uma espécie de língua franca do país e língua de contacto.

A vitória contra o analfabetismo seria uma ajuda na tentativa de unificação dos países e muito ajudaria os governos africanos em sua luta contra o subdesenvolvimento gritante.

2. A falta de meios de comunicação.

Os países africanos são mal servidos de meios de comunicação. As estradas e rodovias são poucas e mesmo assim mal conservadas, o sistema de transporte ainda mais precário que nos mais atrasados países da América Latina. O autor viu estradas em África que mais se pareciam a trilhas, muito esburacadas, quase sempre invadidas ou pela floresta ou pela areia no caso da Somália e os contactos com o interior era uma verdadeira aventura. A situação tem mudado muito, mas ainda é precária a ligação entre as capitais e o interior. As linhas férreas são raras e a Transcameroon, por exemplo, orgulho do Presidente Ahidjo, era extremamente onerosa para o Estado.

Se quase todas as capitais africanas são servidas por estação de televisão, o mesmo não se dá com o interior, onde a comunicação de massa é conseguida através do radiozinho comunitário com alguns definidos programas na língua regional mais difundida. É ele quem leva um pouco da vida da capital à gente interiorana, que se reúne em volta para ouvir e discutir. A radiodifusão tem sido de extrema utilidade em África, levando a mensagem governamental até distantes aldeias em alguns países mais desenvolvidos, mas ainda não atingiu um ponto considerado razoável ou bom, em parte porque a mensagem não chega a atingir a grande maioria por falta de uma língua predominante, apesar dos esforços de uns poucos governos em usarem cada vez mais determinadas línguas de maior extensão em seus programas ao lado da língua oficial, como o dioula na Costa do Marfim, o wolof no Senegal e em Gâmbia, o krio na Serra Leoa, o kiSwahili no Quênia, em Tanzânia, em Zanzibar, em Uganda.

A imprensa escrita é ainda muito pobre e se restringe a jornais diários ou semanais nas capitais e nas cidades mais importantes, enquanto o interior fica à merce da imprensa capitalina e só recebe os jornais com atraso, mesmo assim, de pouco préstimo, pois os jornais citadinos são, quase sempre, em inglês e francês, e só uns raros nas línguas nativas. Os Black Homelands são raros exemplos de países que possuem uma imprensa na língua nativa, mas se resumem a semanários, quinzenários e mensários.

A África Negra era contada em prosa e cantada em versos por poetas e prosadores de pele branca e cabelos alourados, isto é, os seus intérpretes eram europeus que a amavam e a descreviam porém com os seus olhos europeus e, mais que isso, com os seus sentimentos, a sua cultura e os seus preconceitos europeus. Por muito tempo a África Negra foi considerado um continente sem letras, sem escritores, salvo um que outro nome esporádico, mas a situação começa a mudar radicalmente e já existem dezenas de bons escritores africanos de expressão inglesa ou francesa lidos e conhecidos no Exterior e um deles, Soyinka Wole, nigeriano, autor de Os moradores do pântano, A dança da floresta e A colheita de Kongi, já chegou ao Prémio Nobel. Publicam-se mais e mais livros em KiSwahili, em haussa, em yoruba, kinyarwanda, kirundi, douala, dioula, xhosa, zulo, somali, sotho, suazi e outros idiomas nativos, mas são ainda de alcance restrito, não obstante esforços governamentais isolados.

3. O tribalismo como sistema de exclusão

Este aspecto negativo no seu pior sentido, ou seja, no de exclusão de tudo o mais que não seja a sua tribo, os limites onde ela acaba, e não no sentido de manutenção de instituições tradicionais, tem entravado um mais rápido desenvolvimento e é prejudicial ao fortalecimento do espírito nacional como vimos demoradamente em muitos exemplos separados nos estudos de casos. Ele vem sendo combatido até com energia pelos novos líderes, mas ainda está profundamente enraizado nas populações africanas do interior.

Ele está em íntima conexão com os dois males antes apontados e governantes há que os consideram como o único dos males que entravam o progresso e que, certamente, dificultarão a marcha de seus países em direção a um futuro melhor e mais próspero.

Contudo já vimos a sua influência na formação, estabelecimento e queda de tantos regimes e na instabilidade do Estado. No capítulo anterior, detivemo-nos no assunto, estudando-o de per si dentro da estrutura de vários Estados.

4. Um certa desordem administrativa

Muitos países mantiveram, com distinta denominação, a antiga estrutura administrativa inclusive utilizando-se do pessoal administrativo que ficara. Pelos longos anos que medeiam, não deve já ser o mesmo. Mas não houve uma preparação criteriosa de funcionários nativos que pudessem substituir os coloniais quando eles partissem e, por conseguinte, não prejudicar o andamento dos serviços burocráticos. A máquina administrativa africana é imensa e, neste aspecto, se parece com a nossa, a brasileira. Vimos na assessoria do Ministro da Justiça em Mogadíxo, nada menos do que oito funcionários apinhados em uma saleta que mal daria para três, enquanto passávamos por nada menos do que quatro assessores. É uma forma de mostrar prestígio cercar-se um ministro de muitos funcionários, mesmo que para nada sirvam. Mobutu chamava a atenção para a ociosidade dos funcionários, para a sua grande quantidade, "disproportionné aux besoins réels d'une bonne Administration".⁵¹ Os gastos com funcionalismo nos países africanos é muito maior do que jamais os tivera a administração colonial. E por que isso? Não esqueçamos, ainda uma vez, a força do tribalismo: o empreguismo é uma constante para com membros da mesma tribo e da mesma etnia. Os gastos, automóveis para altos funcionários, despesas com cerimônias públicas e visitantes, são muito altos também. Kyemba,⁵² estudando o reino de terror de Idi Amin faz referência a essa "search for respectability" que certos governantes africanos adotam, comprando carros de luxo, Mercedes, para uso de seus convidados especiais. Esse exagero leva, quase sempre, à concussão e à corrupção, que é o outro grande mal na vida africana e por isso enumeramos como entrave a

5. Corrupção generalizada nos Estados africanos

Logo na capa de "Time", ed. de 16 de janeiro de 1984, em letras garrafais, está escrito que os grandes infortúnios da África são os golpes, os conflitos tribais e a corrupção. É verdadeiramente impressionante como está generalizada a corrupção nos governos africanos e raros dela escapam. Citamos em outro passo as palavras desalentadas do Presidente Diouf sobre a corrupção. O suborno está presente em toda parte na esfera da alta administração, nas províncias, nas aldeias e tem mil nomes diferentes em África (escreve o "Time", na edição cit.p. 11: "Bribes, known variously as dash, chai or bonsella - the traditional palm greasing for services rendered or anticipated - have become a way of life"). Coisas ridículas, sem préstimo quase, entram no doloroso expe -

diente do suborno e da corrupção. Rawlings, ao assumir o poder em Ghana, devotou-se, inicialmente, a cortar cerce a corrupção galopante, assim como Mugabe de Zimbabwe que teve que punir seguidores seus envolvidos em grossa corrupção. Nem os líderes mais famosos escapam: Mobutu é acusado de haver embolsado milhões de dólares; Shagari, o democrático presidente nigeriano, foi vencido e derrubado pela corrupção que grassava em sua administração; Yaméogo caiu também derrubado em parte pela corrupção administrativa. Contra o Presidente da Somália fazem-se acusações gravíssimas, de que se assenhoreou de grandes somas enviadas por entidades estrangeiras para ajuda dos refugiados do Ogaden e que ele teria desviado. Idi Amin chegou a amealhar verdadeira fortuna com dinheiro retirado dos cofres do Estado e a fortuna pessoal do Imperador Bokassa I era muito elevada, com castelos em França, terras imensas e dinheiro em bancos estrangeiros, bastando dizer-se que a sua coração custou mais de 22 milhões de dólares em uma terra tristemente miserável. De Don Francisco Macías N'Guema, da Guiné-Equatorial, dizia-se que a sua fortuna pessoal se confundia com o tesouro do Estado e em seu poder acharam-se sacos e sacos de papel-moeda estragado pela umidade e roído pelos ratos.

6. Uma certa inquietação nas Forças Armadas

Uma das poucas instituições bem organizadas na África Negra, com uma elite dirigente que passou por escolas militares européias, algumas vezes com o sentimento de que se acham acima das questúnculas tribais e que por elas não são afetadas (o que não é verdade, e já o vimos antes), reina por parte dos militares uma certa, manifesta, má-vontade para com os políticos que eles consideram corruptos e venais. O que lhes custa é aceitar ordens dos civis, mesmo porque muitos dos militares que tomaram o poder nos primeiros anos da independência africana, haviam feito parte dos exércitos coloniais (e um dos exemplos mais frequentemente citados é o de Jean-Bedel Bokassa), eles haviam tido papel importante na independência de seus países. Havia atritos também frequentes entre civis e militares e, não raro, os governantes civis, mais impulsivos, queriam reduzir ao silêncio os militares, alguns chegando a ponto de criarem milícias populares pára-militares para contrapô-los, como o Dr. Nkrumah. E se davam mal com isso. Depois de sua queda, o Presidente Shagari reconheceu que havia dois grandes partidos na Nigéria: os civis e os militares, e que estes últimos sempre venciam. Togo, Benín, Niger, Nigéria, Burkina Fasso, Tchade, Congo, Mali, Ghana, Uganda, Ruanda, Burúndi, Serra Leoa, Libéria, Zaire, Guiné-Equatorial, tiveram seus primeiros governantes escolhidos entre políticos, todos civis e passaram, através de golpes militares mais ou menos cruentos, para as mãos de ditadores militares. Escaparam alguns poucos, como Kaunda de Zâmbia, escaparam países fortemente monopartidários como o Tanzânia, o Malávi, os Camarões, e escaparam aqueles que possuíam grandes líderes carismáticos como o Senegal de Senghor, Botsuana de Sir Seretse Khama e o Quênia de Jomo Kenyatta, além das monarquias do sul, mas que já tiveram, por curto espaço, chefes de governo militares que chegaram ao poder através de gol

pes militares e intrigas palacianas.

Comparativamente com outros funcionários do Estado, os militares possuem soldos altos, mas isso tem sido motivo de insublevação também. Os motivos são muitos e os sociólogos políticos tentam explicar o problema como bem podem e Ki-Zerbo, ao estudar o "essor du nationalisme" no seu livro tantas vezes citado, apesar de analisar com cuidado a participação dos sindicatos, a ação dos intelectuais, o movimento da juventude, as igrejas e os partidos políticos, deixa de lado a participação decisiva dos militares.

No Zaire e na Nigéria depois do primeiro momento a ação dos militares foi importantíssima e até hoje continua a sê-lo. No Benin, desde o primeiro instante, como o foi no Togo. No momento presente há governantes militares espalhados por toda a África Negra: Ghana, Serra Leoa, Libéria, Togo, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Benin, República Centro-Africana, Níger, Nigéria. Um mal? Um bem? Mais uma estranheza da velha África?

A resposta é muito delicada, mas podemos apontar os fatores acima, entre outros, e depois, uma forte tendência dos povos africanos para a aceitação dos governos fortes, da ordem que vem do chefe e nem é discutida, dos séculos de caudilhagem e lutas intestinas, da sua ingênua admiração pela força das armas. Não esqueçamos que os gastos militares em África ultrapassam a medida do suportável e basta dizer que um país da África, a Somália, ocupa o nada lisonjeiro sétimo lugar no mundo em gastos com defesa em relação ao PNB, segundo dados do "The Military Balance - 1 987/88". Ora, levemos em conta que esse mesmo país, cuja corrida armamentista deixa muitos países ricos e poderosos em posição ligeiramente inferiorizada, apresenta baixíssimos níveis de alfabetização popular e saúde pública. De onde o contra-senso, que chega a ferir.

O Presidente Siyad Barre, por exemplo, confessava em demorada conversação com o autor destatense, de modo que poderia parecer jactancioso, se não fora ingênuo que os "seus exércitos", para usar as suas palavras, eram mais bem poderosos que os da Etiópia, armados pela União Soviética.

Os dados impressionam: os Camarões, com um efetivo de 7.300 homens, gastou US\$159 milhões em 1 986/7; o Congo com 9.400 homens, gastou US\$52 milhões em 1 985; Angola com 49.500 homens gastou US\$993 milhões em 1 984; Moçambique com 31.700 homens gastou US\$146 milhões em 1 987; o Gabão, com apenas 2.700 homens despendeu nada menos que US\$67 milhões em 1 984; o Quênia com um total de 13.350 homens gastou a bagatela de US\$250 milhões! Os números são estarrecedores e note-se que os países aqui apresentados foram escolhidos aleatoriamente e deles dois enfrentam problemas de guerrilha na selva: Angola com a fronteira da Namíbia e Moçambique, facções contra facções.

De nada adianta tentar diminuir a força do exército. O Presidente Kayibanda tentou-o, ignorando-o mesmo e isso não impediu que ele

fosse deposto.

Kaunda, que parece deter amplo apoio entre as massas populares em Zâmbia, tem sido um crítico áspero não só do militarismo, mas do governo de militares através de constantes golpes de Estado e no seu livro A Humanist in Africa⁵³ não os poupa dizendo logo de início que "military government is always bad government"⁵⁴ e não deixa de condenar os golpes que elevam militares ao poder, concluindo com estas palavras sábias:

"The authority of the military leader is derived from sources other than public accountability and so he is likely to foment more trouble than he believes he has taken over power to settle.

Military power is always negative in character.
There may be circumstances where widespread corruption justifies a military coup. But the most the army can do is to ensure basic law and order. It has not the means, the skill or the mandate to achieve detailed political reform.

Any Government established by military force is inviting its overthrow by the same means. God forbid that Africa should see a succession of revolutions and counter-revolutions of the kind which have scarred the face of the Middle East and Latin America" - in op. cit. p. 111. Grifamos.

Ele admite pois em casos especiais o military coup, desde que o golpista logo entregue o poder ao civil. Mas a sua é já uma meia postura, ou seja, de admitir e não admitir o golpe, diferentemente de Kayibanda que achava que havia outros meios, constitucionais, de se derrubar um governo ou um governante inquinado de má gestão da coisa pública.

O golpe militar em África, o putsch de soldados, tem sido bem mais frequente do que seria de esperar de um continente que nasceu sob a égide de líderes civis e não de militares como a América Latina, infelizmente tão malsinada por isso.

E tem gerado um certo descrédito no exterior. Pode ser um impedimento para essa arrancada em direção ao futuro que a maioria dos líderes espera e deseja, e, finalmente,

7. A desunião de um continente que tudo faz para unir-se

Parece contraditório que um continente como o africano, onde pululam as associações regionais e transregionais, onde existe uma grande entidade pan-africana, a OUA e onde os governantes pregam loas e discursos a um maior entrelaçamento entre os países africanos, a desunião seja tão aberrante. Comentava Ferkiss que os governantes afrixanos só se unem quando se trata de falar mal do colonialismo e da África do Sul...

Toda sorte de união tem sido tentada, desde uma ambiciosa UAM - União Africana e Malgache, criando-se depois, sob inspiração de Tubman uma Conferência de Monróvia que criava os Estados Associados da África, como antes tinha havido a proposta de uns Estados Unidos da África Latina, idealizado por Barthélemy Boganda, uma U.R.A.C. ou União das Repúblicas da África Central. Nkrumah queria uma grande união dos Estados Africanos e levou a sério o seu projeto começando com uma união entre a Guiné e Ghana. Por outro lado, pensava-se em um grande Estado unido do Senegal e Málí, ao qual se chegaria a pequena Gâmbia, depois foi a vez de um Senegâmbia. Falou-se de um grande Estado Bacongo que unisse parte da República do Congo, do Zaire, da Cabinda e do Norte de Angola, como se sonhou com a fusão da Nigéria Setentrional com o Tchade Ocidental. Houve sonhos de um Estado monoétnico que unisse as populações ewé do Togo, Daomei (hoje Benin) e Ghana, como os houve de uma grande Haussalândia, unindo os haussas da Nigéria e do Níger, e uma Massailândia, reunindo os massais do Quênia e do Tanzânia. Sempre houve tentativas de sindicatos transnacionais, comunidades alfandegárias, mercados comuns entre o Tchad, a África Central, o Gabão e o Congo, assim como uniões econômicas entre os Camarões, a África Central, o Gabão e o Congo com a retirada do Tchad. Mas, observa Ferkiss⁵⁵, "esses grupos não criaram quaisquer organismos funcionais importantes, embora vários acordos fossem assinados". Escapava a UAM, que depois desaparece e vem uma OCAM, Organização Comum Africana e Malgache, até que aparece em 1963, em maio, depois de um momentoso encontro de chefes de Estados em Adis Abeba, onde imperava até então absoluto e intocável Hailé Selassié I e se cria a Organização da Unidade Africana, o mais destacado movimento pan-africanista até hoje, mas cujo papel efetivo não tem sido visto em graves conflitos de fronteiras, em guerras entre vizinhos e outros conflitos em África, apesar de seus dirigentes se desvelarem e até terem conseguido algumas vitórias morais. Mas nada puderam ainda fazer na questão da Eritreia, nem do Saara Ocidental. Há muito desentendimentos entre os líderes africanos por suas posturas ideológicas que se não sobrepõem como eles gostariam de fazer, mas também não deixa uma postura de neutralidade que permita uma análise mais fria dos problemas que se apresentam em seu forum. A OUA só consegue unanimidade de votos quando se trata de condenar a África do Sul, como antes a Portugal e à finada Rodésia.

Parece-nos tocante ler-se os discursos dos mais conceituados governantes africanos em sua defesa ardente de um mais estreito relacionamento entre os Estados africanos, ficando acima de questões regionais e ideologias. E falam então, comovidamente, de pan-africanismo, que é apenas uma bela e nobre expressão, mas sem efetividade alguma. Mesmo em pequenas coisas, como um incidente ridículo como o do resgate em Entebbe, quando a soberania ugandense foi violada, houve discrepância entre os Estados-membros da OUA pois alguns simplesmente se abstiveram de votar.

Onde pois a força da união africana?

5.4.2. A África Negra e o futuro - obstáculos e barreiras a serem vencidos

- F i n a l -

Vimos, no item anterior, quais são esses obstáculos e barreiras para uma caminhada mais livre da África Negra em direção ao futuro e parecem muito sérios. Pelo menos até agora.

Ferkiss chegando a este ponto, o do encontro da África Negra com o futuro, fez-se uma pergunta: O que a África procura?

E responde que o que os africanos mais buscam é a segurança, a independência e o desenvolvimento econômico através de uma política de não-alinhamento.

Com a détente, melhorada agora sob a nova administração soviética e uma sempre crescente boa vontade americana sob os dois últimos presidentes, Reagan e Bush, muita coisa também muda para a África e aquela feroz bipartição cede lugar a uma convivência mais calma.

Os graves problemas étnicos, que não desapareceram nem desaparecerão tão cedo, diminuíram mais e alguns Estados, que até então haviam amargado com as lutas intestinas, parecem experimentar uma certa paz e se devotam à reconstrução nacional.

A maioria dos Estados evita uma vinculação mais acentuada com este ou aquele poder, preferindo o que insistem em chamar de "política do não-alinhamento", que é uma política positiva.

A questão da soberania nacional, cavalo de batalha de tanto ardente líder africano, está intimamente ligada à da integridade territorial nacional, comenta Ferkiss. Os africanos terminaram por aceitar os limites herdados e não têm falado muito nisso ultimamente, mas para se manterem acima dessas questões, tiveram que estabelecer Estados quase que levitânicos por todo o continente. Em nenhuma parte do mundo atual, com a exceção já sabida dos Estados do Leste europeu e da chamada Cortina de Bambu, existem Estados tão fortes quanto em África e regimes tão pessoais e autoritários.

Passou mais a fase do exotismo gritante, aquele que a imprensa diariamente salientava, mas ainda em janeiro de 1986, o "Le Monde" de Paris informava que o General Thomas Kiuonkpa fora morto e comido ritualmente pelos soldados pertencentes à tribo dos Krahn. E "Le Monde" é sério, incapaz de endossar o tipo de noticiário marrom de jornais e revistas sensa-

cionalistas do mundo. Muitos dos líderes do passado recente responsável pela libertação africana, já não existem. Outros vieram em seu lugar, menos vibrantes, menos românticos e mais práticos. Mais de acordo com a sua época.

Os Estados ganharam em estabilidade e há regimes que duram já mais de vinte anos, mais ou menos institucionalizados.

É nesse estado que a África Negra se encaminha para o futuro, um pouco mais cautelosa e procurando fazer-se respeitar no conceito das nações do mundo. Os países seus co-partícipes na ONU e em outras entidades transafricanas aceitam-na melhor e com menos ironia do que antes. Aliás, o Prêmio Nobel da Paz e o de Literatura já ficaram em África e, como dizia o sábio naturalista Plínio na sua Historia Naturalis, II:

"HA SEMPRE ALGUMA COISA DE NOVO DA AFRICA".

5.5. A África Negra e a sua caminhada entres os Países do Mundo

Este item, que está intimamente relacionado ao anterior, e que se liga ao seguinte, o que tratará do envolvimento da África e do Estado africano na história, é uma avaliação muito rápida sobre as caminhadas da África Negra desde os dias de libertação, a sua aceitação, a sua contribuição.

Faz umas três décadas, Lumumba, ainda cheio de rancor, que não lograva dissimular - ou talvez nem o quisesse -, escrevia um poema de exaltação ao futuro da África tomando como exemplo a sua pátria, o Congo. É um poema doloroso, bastante doloroso em que lamentando o passado de desgraças e misérias da África, ele esperava um futuro que fosse melhor:

"O Noir, bétail humain depuis des millénaires
 Tes cendres s'éparpillent à tous les vents du ciel
 et tu bâtis jadis les temples funéraires
 où droment les bourreaux d'un sommeil éternel.
 Poursuivi et traqué, chassé de tes villages,
 vaincu en des batailles où la loi du plus fort,
 en ces siècles barbares de rapt et de carnage,
 signifiait pour toi l'esclavage ou la mort,
 tu t'étais réfugié en ces forêts profondes
 où l'autre mort guettait sous son masque fiévreux
 sous la dent du félin, ou dans l'étreinte immonde
 et froide du serpent, t'écrasant peu à peu.
 Condamné au travail forcé, tel une bête de somme
 de l'aube au crépuscule sous un soleil de feu
 pour te faire oublier que tu étais un homme
 on t'apprit à chanter les louanges de Dieu.
 Et ces divers cantiques, en rythmant ton calvaire
 te donnaient l'espoir en un monde meilleur..."

A África Negra quer esquecer aqueles dias e partir para uma nova vida, a caminhada junto aos outros países do mundo, em que ela seja respeitada e se faça respeitar e respeite também as particularidades dos outros, sem querer impor modelos econômicos, de regimes e de Estados.

A independência política, que não é tudo, deu-lhe maiores perspectivas, muito mais do que em séculos passados e os seus filhos puderam mostrar ao mundo as suas capacidades, que não eram maiores, nem menores do que as dos outros povos, "brancos" ou "amarelos".

O ser africano já não possuía aquela conotação de escravidão e servilismo. Ele passava a ser a discutir de igual para igual com outros Estados, mas se perde um pouco com as suas indecisões flagrantes e a loucura dos experimentos apressados, que serão responsáveis por um certo descrédito em organismos mundiais, como o maior de todos, a ONU.

Nem todos os problemas do continente foram resolvidos apenas porque ela deixou de ser colônia de potências européias. Bem pelo contrário, só fizeram aumentar e muito. Como vimos anteriormente, nos itens deste capítulo, a África abaixo do Saara continua a enfrentar - e sem tê-los resolvido - muitos problemas, desde analfabetismo e mortalidade infantil até frequentes coups d'état.

A África Negra continua fraca sob o ponto de vista econômico, militar e demográfico. A população africana é escassa, apesar de a família africana ser numerosa, mas a mortalidade é muito grande, as doenças muito espalhadas, a fome, a desnutrição e lá se vai o potencial africano arrastado por esses infortúnios.

Mas a África é uma colcha de retalhos de novos Estados e isso pesa muito no Congresso dos Povos. E ela pode ser muito forte nesse emaranhado mundo das relações internacionais contemporâneas, que ditam as diretrizes dos povos da terra ou as fazem pender para um lado ou outro. A ONU tem em países africanos mais de um terço de seus membros e isso fala alto. Ela já pode fazer-se escutar, só que não tem sabido usar dessa força nascente em decisões importantíssimas, colocando-se em eternas contradições e em recuos ou avanços desnecessários. Os Estados Árabes, menos numerosos que os negros, têm sido mais firmes e coerentes nas suas manifestações na ONU. E não esqueçamos que, na Assembléia Geral os pequenos, fragmentados e convulsos Estados africanos têm o mesmo peso de voto que a Itália, o Japão, o Canadá, a Alemanha Ocidental, a França e outros países considerados os cabeças de um Primeiro Mundo altamente industrializado, próspero, sem fome nem sub-emprego. E, disse-o Ferkiss no África - um continente à procura de seu destino⁵⁶:

"Mas as organizações internacionais, encarecendo o princípio de soberania, dão força aos fracos nos assuntos internacionais na mesma medida que aos fortes, atribuindo a um e a outro a mesma voz nas diversas partes de seu mecanismo. Tanto a Liga das Nações como as Nações Unidas incluíram órgãos importantes nos quais as grandes potências têm ti-

do representação permanente, mas ambos estipularam assembleias em que cada Estado teria voz igual. Nessas assembleias o Estado africano mais fraco é formalmente tão forte quanto qualquer grande potência. As implicações desse princípio para o papel da África nos assuntos internacionais são bastante claras (embora os africanos nem sempre tenham tido consciência delas): "o que fortalece a organização mundial como meio de solucionar os problemas mundiais fortalece a voz da África na resolução desses problemas; o que enfraquece a organização mundial, enfraquece sua influência nos assuntos mundiais" - op. cit. p. 274.

Na existência tumultuada da Liga das Nações a África não teve quase participação, pois além do Egito, havia a Libéria, então mergulhada em um atraso secular, e a Etiópia fechadíssima, e a África do Sul, na qualidade de um domínio. Só muito depois é que surgem a Líbia, o Marrocos, a Ghana de Nkrumah e a Guiné de Sékou Touré e a Tunísia de Bourguiba. Desses, três fazem parte da chamada África branca ao Norte do Saara, ou África árabe-berbere. A África ao Sul do Saara continuava a ser a continuação de um grande silêncio que, só aos poucos, era quebrado pelos gritos de uns poucos líderes, nacionalistas e agitadores, todos unidos muitas vezes, outras desunidos, mas a brigar pelo mesmo supremo ideal: a libertação da África. Houve apenas um fato que passaria para os anais da história política do mundo atual: a grave advertência do Negus Negusti ante a Liga quando da invasão do Império. Palavras lincolnianas de advertência, dor e previsão de um mundo que desabava. Quem, lendo ainda hoje, mais de meio século depois, não se comove ante a grandeza e nobreza daquelas palavras, daquela peroração magnífica? O Imperador gravou com ferrete a covardia do mundo ao finalizar o seu discurso:

"Apart from the Kingdom of the Lord there not on this on earth any nation that is superior to any other. Should it happen that a strong Government finds it may with impunity destroy a weak people, then the hour strikes for that weak people to appeal to the League of nations to give its judgement in all freedom. God and history will remember your judgement" - Selected Speeches, p. 314.

A tergiversação da Liga era sinal de que ela estava moribunda e se desintegrando. Nada fez pela Etiópia, como nada faria pela África Negra. Extinguiu-se sem que tivesse podido ser útil aos africanos...

Foi preciso que viesse a Grande Guerra e, com ela a transformação do mundo, para que a África Negra se fizesse ouvir e reclamas-se o que tinha direito, isto é, seguir o seu próprio destino. A participação do Colosso do Norte foi pequena, quase nada, nessa luta gigantesca. A União Soviética que depois esbavejaria na ONU contra o colonialismo, também se manteve distante e indiferente, pois defender a independência de dezenas de territórios colonizados era trazer para perto a sua própria situação, de uma imensa confederação que se formara pela força da anexação e que tinha, portanto, algo do colonialismo em África: os Estados balcânicos jamais pediram para fazer parte do império soviético, nem o quiseram nunca.

Por mais que muitos empedernidos africanistas digam o contrário, foram as próprias metrópoles coloniais que mostraram a estrada do mundo aos africanos, pressionadas pelas próprias circunstâncias históricas. Foram as metrópoles que arcaram com as despesas iniciais de uma independência custosa e feita um tanto atabalhoadamente, como mostramos na segunda e terceira partes desta tese.

Entretanto, os primeiros líderes sonharam alto e esperavam que viesse ajuda de fora para que eles pudessem completar a obra imensa que se propuseram ao conseguirem a independência política de seus países. Foi o grande engano, o grande logro. O que veio de fora - e veio, realmente, foi muito pouco se comparado com o que precisavam - foi irrisório: assistência técnica, médicos, engenheiros, professores, pessoal administrativo, que olhavam com desdém para os novos senhores, quem autor descreveu como o antigo senhor e patrão que vai ao casamento da empregada, com um misto de piedade e enfado. Os países que muito esperaram viram desfeitas as suas ilusões de ajuda substancial e tiveram que contentar-se com o pouco que lhes chegava. Aí surge a proposta algo romântica de Nkrumah, querendo fortalecer a independência de novos Estados por uma união entre si, mas que poderia trazer de proveitoso esse tipo de união se todos os Estados eram pobres e isso não os faria mais ricos nem mais prósperos: era uma improfícua união de pobres, como ironizava, com frieza, o Presidente Houphouët-Boigny da Costa do Marfim. Que podiam fazer esses novos países, alguns dos quais estavam sem reservas, não tinham verbas mesmo para os pagamentos mais essenciais e careciam de pessoal treinado; enquanto outros estavam tão amarrados aos seus antigos impérios coloniais que, só aparentemente, podiam dizer-se independentes: na verdade tudo era dirigido pelos coloniais, desde companhias de aviação e repartições do governo, até altas empresas do país; quando não era o caso de bancarrota quase que total devido aos problemas tribais exurgidos com toda a violência que só um domínio muito forte pudera reprimir por anos e anos.

Os países voltam-se para os Estados Unidos, em busca de auxílio e quando este retarda, esperando para ver como iam as coisas e mais voltados para o Oriente, eles se voltam para a União Soviética e a Chi-

na comunista. Esses países prestam ouvidos aos novos países africanos mas, em troca, pretendiam levá-los para o seu lado. A influência foi nefasta e há intromissão de soviéticos e chineses nos negócios do Zanzibar, do Alto Volta (Burkina Fasso), de Tanzânia, do Burúndi, do Congo (Zaire), de Ghana, do Mali, da Nigéria, todos com as terríveis consequências que já conhecemos e estudamos em outro passo. Foi a época das grandes reviravoltas, dos golpes de Estado frequentíssimos, como o de Lamizana, Eyadéma, Gowon, Bokassa que se voltavam preferentemente para o Ocidente. Outros líderes de golpes, como Ngouabi do Congo e Obote de Uganda se voltam para os comunistas.

Parecia que a África Negra estava a esfacelar-se por completo.

E, no entanto, o que ela queria era justamente acertar o seu caminho.

Volta-se para Israel, em busca de ajuda técnica, de especialistas de todo gênero, de training officers, como então se dizia, em um jargão pós-colonial engraçado. Israel ajuda, é um dos poucos países desenvolvidos que ajudam os africanos, há uma troca de estudantes - africanos vão estudar em granjas coletivas e recém-formados israelenses vem ajudar os instrutores negros, mais e mais produtivas essas ajudas -, mas o pequeno Estado Judeu enfrenta novos problemas com os palestinos e os árabes em seu vingativo slogan de "Lançar os israelis ao mar" e há uma campanha surda contra Israel por parte dos Estados árabes, que disputavam o lugar na simpatia e amizade dos africanos. Israel, graças a uma campanha bem urdida e sustentada a petrodólares, recua e cede terreno. Depois, uma a uma as embaixadas se fecham nas principais capitais africanas. Somente o Imperador, descendente de Salomão, mantém os velhos laços com Israel, que era visto como um emissário do imperialismo anglo-americano.

Se Israel enviava técnicos agrícolas, cientistas, médicos, agrônomos, pilotos de aviação civil e militar, professores, linguistas, empresários, Qadhaffi depois de assenhorear-se do pequeno Reino da Líbia e derrocar a velha e estável monarquia, está mais interessado em mostrar o poderio militar e envia armas, soldados, sabotadores, e é responsável por uma das mais cruentas guerras civis em África até hoje, a do Tchad, que ele tenta dividir e anexar à Líbia, fomenta rebeliões, procura derrubar o Presidente de Gâmbia, Sir Dawda Kairaba Jawara e está por trás de muitos putsches e tentativas de golpes. Mas a influência árabe não se estende muito ao Sul do Saara a não ser naqueles países que lhe são fronteiriços e se arrastam, pelo sul, em direção a Uganda, Tanzânia e Moçambique.

No Terceiro Mundo, há uma receptividade muito grande à África Negra, mas é mais romântica do que efetiva e prática. O Haiti, paupérrimo, sente-se atraído pela África e se fala de um retorno às raízes, assim como vários países do Caribe, todos com populações predominantemente negras. Mas dois países do Novo Mundo vão exercer alguma atração maior sobre a África - Cuba e o Brasil.

5.5.1. A África Negra e a sua caminhada entre os países do mundo - oscilando na bipolaridade

A paz é tudo para o desenvolvimento e isso só se consegue trabalhando em fraternal união com todos os povos, pensava o sage El Hadj Ahmadou Ahidjo, dos Camarões, usando de uma bela linguagem poética que, por vezes, lembra o grande luzeiro da negritude, Senghor. Os países africanos não podiam isolar-se de modo algum sob pena de vencerem os grandes males seculares, a miséria, o subdesenvolvimento, o atraso, a fome. E no seu livro, Nation et Développement dans l'Unité et la Justice,⁵⁷ eloquentemente conclamava a

"construire une civilisation de l'universel
nourrie de l'apport original de chaque peuple
et appelant tous les peuples à partager ses
bienfaits de manière équitable" - in op. cit.
p. 76.

E, um pouco mais adiante, o Presidente confirmava que lutava por uma política internacional estribada no duplo princípio da paz e colaboração com todas as nações do mundo, desde que a soberania nacional e a personalidade africana fossem respeitadas, em uma busca de abertura com todos os povos, Estados e governos, em uma tentativa de integração no congresso dos povos, participando mais diretamente nas grandes questões internacionais que somente assim poderia promover o desenvolvimento nacional, pois "à notre époque, aucun pays ne peut se permettre de vivre isolé",⁵⁸ ele concluía.

Era mais ou menos o pensamento geral dos governantes africanos e só uns raros teimavam em manter as suas terras em um semi-isolamento por receio de alterações substanciais no regime que chefiavam. O Mwami do Burúndi tenta isolar o seu regime e o seu país, assim como o faria o famigerado Abade Fulbert Youlou do Congo e uns poucos, que retrocedem logo em sua política isolacionista.

Havia um propósito além do interno: a união da África Negra, como vimos e que fica apenas nos tratados, nos discursos dos governantes e nos encontros de chefes de Estados. Todos tentavam combinar um forte nacionalismo com a participação externa e Kayibanda, moderado, prometia já mais interferir em qualquer empresa que estivesse a trabalhar pelo progresso nacional.⁵⁹

Mas se pensavam na aproximação com os países vizinhos, para com eles formarem elos regionais, não deixavam de visar mais longe e a

ONU exercia um como que grande fascínio sobre os novos Estados Africanos, se bem que - e vale a pena relembrar a crítica de Ferkiss, comentada em outro item - nem sempre soubessem como usar da força que poderiam ter naquele fórum internacional. Por muitas vezes apelaram para a ONU em busca de dirimir questões sérias de fronteiras (Tchade e Líbia, Etiópia e Somália, Somália e Quênia) ou de secessão e guerras civis (Tchade, Nigéria versus Biafra, Zaire versus Katanga, Uganda versus Principado de Búganda), mais do que apelavam para a OUA ou, antes dela, para UAM.

Os africanos em suas relações internacionais defendem uma neutralidade ou um não-alinhamento em que acreditam muito, como tábua de salvação para um opressivo comprometimento. O não-alinhamento, que Nkrumah defende nas linhas de Tito, Nehru, Soekarno, permitiria que tanto pudessem manter proveitoso relacionamento com o Ocidente quanto com o Leste. Surgem definições extremamente sutis e a neutralidade é vista como uma espécie de isolamento orgulhoso, de indiferença aos problemas do mundo e que a África não poderia aceitar nem endossar. O não-alinhamento, por outro lado, não significava isolacionismo, mas a participação livre nos assuntos internacionais sem vinculações com qualquer bloco.

Os africanos são mestres nessas nuances que encobrem delicados aspectos da vida política nacional ou internacional. Nem a tão louva da sabedoria dos povos orientais chegou a tal ponto. Não se tratava daquele pensamento profundo e hermético dos pensadores orientais, aquela suavidade diplomática que levava a muitas voltas antes de um rotundo não. Os africanos tout court não queriam compromissos e isso a sua política do não-alinhamento poderia servir muito. Com ela eles poderiam receber ajuda técnica de Israel e fortes somas de dinheiro e remédios da África do Sul e combatê-las na ONU, em uma postura que chamaríamos de absurdamente antipática. Depois, o que era feito em África pelos africanos (salvo à época os rodesianos e os sul-africanos) estava bem feito: quem se lembra de condenações por parte dos Estados negros às terríveis matanças étnicas no Ruanda, no Burúndi, no Congo, no Zaire, em Zanzibar, em Biafra, no Katanga, no Tchade do Sul? Se havia alguma nota, era muito suave e quase em tom de conselho, jamais de crítica ou advertência. Isso era caso interno, de soberania nacional do país onde os incidentes ocorriam e os outros Estados nada tinham a ver. Mas se, em um atrito com a polícia afrikaner, morria um agitador ou um protestador, então o caso não era mais de política interna, que envolvia os direitos humanos (tantas vezes invocado não apenas pelos pretos mas por todos os povos, toda vez que o assunto não lhes toca diretamente!), que envolvia a dignidade da África Negra e soberana, e mil outras razões. A OUA era um órgão contemporizador, como o fora a UAM. E o seu envolvimento era puramente verbal, para não dizer verboso.

É um lado da vida dos novos Estados africanos que realmente deixa de mãos atada mesmo o mais intransigente amigo da África Negra, sem poder defendê-la à altura, mesmo porque todos os líderes falam de uma independência baseada sobre a moralidade dos povos.

Becholdt e Mogg, faz alguns anos, estudando o significado do bilateralismo nas relações internacionais, falavam de sua importância capital para a Ciência Política e no seu livro desse nome, Politikwissenschaft,⁶⁰ acentuavam que esse "Bilateralismus der internationalen Beziehungen", sofrera também modificações depois da Segunda Guerra, surgiram novos Estados, outros foram extintos, reinos acabaram, surgiram repúblicas de todos os tipos e formas, regimes nasceram e desapareceram. O modelo de colaboração político-econômica muda também. A solidariedade entre os Estados passa a fundamentar-se sobre os interesses econômicos, sobre formas veladas de exploração dos mais ricos sobre os mais fracos e impotentes e surge novo tipo de dominação que se não pode falar de colonial, pois a soberania nacional no que ela tem de aparente, permanece intocada, mas vem outro typus, quiçá tão brutal quanto o anterior, brutal pelo fato de dominar inclusive a maneira de ser de povos, mas exercido de maneira polida, refinada, civilizada, para usarmos de uma expressão hoje muito batida, civilizada. E, o que é pior, consensual. Se a guerra trouxe um fim para o colonialismo e a criação de uma nova ordem, que se voltava contra esse aumento de poder político concentrado em uns poucos países coloniais, traz, por sua vez, como escreviam os dois autores citados acima, uma "Verfestigung eines nationalstaatlichen Egozentrismus".⁶¹ Cada um perseguindo os seus alvos através de proveitosas relações comerciais, de estreitas relações econômicas levadas a cabo com bem estruturadas políticas entre os Estados, tudo isso com amparo nessas "internationalen Beziehungen" que

"blieben deshalb zu einem sehr grossen Teil in der ersten, der traditionellen Dimension des aussenpolitischen Bilateralismus verhaftet" - in op. cit. p. 119.

Mas até onde esse bilateralismo nas relações internacionais não interfere abusiva e diretamente nas direções de um regime?

Quando a África Negra se aproxima de Cuba como parceiro, o intervencionismo do totalitarismo do regime que Fidel Castro dirige, se fez logo sentir em diversos pontos da África imensa, na Somália, na Etiópia, em Angola, na fronteira da Namíbia, em Moçambique, na questão de Shaba, no Zaire e até no pequenino Zanzibar.

Os acordos bilaterais entre Estados africanos e Cuba, previam colaboração técnica, econômica e militar, mas Cuba é pobre e vive praticamente dos milhões de rublos ali investidos pela União Soviética, uma drenagem de dinheiro tão grande quanto a que ia para o Afeganistão e para a Etiópia e só pôde agir como um intermediário do poderio militar soviético e a ajuda se restringiu a armamento bélico. Os envoltimentos cubanos, todos eles muito desastrados e infelizes, ajudaram a cobrir de sangue um continente onde hartos tem jorrado o sangue de populações civis inocentes. O autor encontrava-se na Somália por ocasião da investida cubano-soviética no Ogaden e os estragos foram grandes, ar-

rasando ainda mais uma região assolada pela seca, pela brutal invasão da Etiópia do Dergh e pela intransigência somaliana.

Por que essa escalada cubana em uma África sobretudo de seijosa de liberdade e independência?

Os motivos são superficiais, mas que teriam papel emocional junto aos líderes negros mais radicais:

1. Há muitos negros em Cuba e des segundo propaganda oficial tinham bom estado social e ascendiam às mais altas posições no país e, além do mais, eram um símbolo de liberdade para os negros americanos, a quem incentivavam na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos;
2. Fidel Castro e sua mística revolucionária atraíam de início muitos simpatizantes, pois o líder cubano prometia ajudar a varrer até o último bolsão de colonialismo e racismo. Estava sempre disposto a participar de quaisquer movimentos revolucionários, fazendo-se passar por um novo campeão da liberdade;
3. O ecletismo de sua postura filosófico-política parecia encantar certos líderes negros, especialmente os mais radicais, como ensinava Ferkiss.⁶² Esse ecletismo, um inteligente oportunismo, soava como independência, quando, na verdade, ao jogar a União Soviética contra a China e ambas contra o Ocidente, ele pretendia, ambiciosamente, ocupar o lugar das duas em a nova África;
4. A ilha sob sua liderança pudera enfrentar sozinha (o que não é absolutamente verdade, pois a União Soviética e os países do Leste passaram a despejar somas fabulosas para a construção de um Estado monopartidário, socialista e alinhado com o bloco nessa parte do mundo) o bloqueio dos Estados Unidos e dos seus aliados; e
5. O Estado cubano tornara-se forte e muito estável sem precisar dos Estados Unidos e outros imperialistas (era a linguagem típica de Fidel Castro).

Cuba exporta a revolução e intensifica a sua avançada pelas terras africanas, ora como testa-de-ferro (Etiópia, Somália, Ogaden), ora agindo diretamente (Angola, Moçambique, Zanzibar). A África Negra, ingenuamente, embarca em uma aventura perigosa, mas devia dela se afastar pouco tempo depois, com as seguidas e fragorosas derrotas no Ogaden, em Shaba e na Eritreia, perdendo em influência em outras partes, como Angola, onde causam mais atritos regionais e desordem do que ajudam, vencidos pelos bem disciplinados soldados afrikaners. Aliás, a aventura cubana em África é um desfiar de derrotas e humilhações. O mito de Cuba viril e potente cai por terra, fragorosamente.

Há um outro parceiro no Hemisfério Ocidental: o Brasil, ele também no Terceiro Mundo, com grande porcentagem de negros puros e mestiços, a maior democracia racial do mundo e que Herkiss confessa considerar como "um concorrente mais forte para a futura influência na África".⁶³ Uma ponte entre a cultura latina e a negra, entre um lusismo um tanto démodé, um grande apego às origens portuguesas e, por conseguinte, latinas, e um sentimentalíssimo e exagerado africanismo que chega quase a transformar um Estado de nítidas origens culturais européias em um Estado africano. No passado as influências negras no Império do Brasil eram muito acentuadas. A nossa identidade se formava e para ela contribuíram os negros decididamente e um grande antropólogo brasileiro, Nina Rodrigues, em um livro hoje clássico e de leitura obrigatória, Os Africanos no Brasil,⁶⁴ casando a elaborada pesquisa científica com grande dose de emocionalismo (aliás, uma postura mais que usual na maioria dos estudiosos da questão do negro no Brasil), estuda a importância que negros e mestiços tiveram para que se formasse aqui uma civilização diferente da canadense e da americana, por exemplo. Naquele período de caldeamento e de adaptação, os negros tiveram um papel que, com o passar do tempo, perderiam e - note-se que é o clássico Nina Rodrigues quem escreve: -

"A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo" - in op. cit. p. 7. Grifamos.

Como já frisamos, há os africanófilos à outrance que querem fazer do Brasil um país africano, achando que o mais importante das nossas tradições culturais é contribuição africana, e há os africanófobos, grandemente influenciados de ultrapassadas idéias de superioridade étnica, movidos por um europeísmo também à outrance, que negam, veementemente, a importância do negro em nossa civilização. Se há, como acreditamos, mais do que uma cultura brasileira uma civilização brasileira, pelas suas características próprias, não se pode de modo algum desprezar a contribuição dos negros aqui, nem exaltá-la também. Nós somos uma grande civilização mestiça, como queria Gilberto Freire, ao falar de grandes figuras da época imperial, titulares ilustres como o Barão de Cotegipe ou o Visconde de Jequitinhonha, que eram mulatos (e nesse aspecto é muito útil a leitura de Ordem e Progresso,⁶⁵ especialmente o tomo I, quando Freyre estuda "A República de 89 e a Ordem Étnica"). Entretanto é bom que não esqueçamos que a contribuição maior, cultural e étnica, foi a lusitana, a parte européia e que, por conseguinte, o Brasil é, em grande parte, um país latino com características especiais. Nina Rodrigues, no passo indigitado, parece adotar uma posição um tanto emocional que se não quadra à obra de um cientista, e um tanto pessi -

mista acerca do significado da participação do negro em a nossa formação.

Seja como for, o nosso País, é, sem favor, a maior democracia racial do mundo, não obstante surtos esporádicos e solitários de demonstração ridícula de racismo e, como tal, temos o direito de pensar em uma maior influência na vida africana, uma influência benéfica, amparada no respeito mútuo, na compreensão de nossas diferenças e no aproveitamento de nossas potencialidades. Ferkiss, do alto de sua auto-suficiência anglo-saxônica, chega a confiar em nossa posição como um contra-peso contra a avançada cubana, que tem outra vertente, a militar e a ideológica e que ainda joue son rôle, apesar de tantos insucessos. Esse autor, chega a lembrar que "há muito o Brasil acalenta a idéia de uma comunidade mundial lusitana supra-política e multiracial",⁶⁶ que muito foi incentivada nos dias da Administração Médici e logo após pelo seu sucessor, o General Geisel e que vem continuando, com assinaturas de tratados e certos acordos bilaterais no Governo Figueiredo e confirmados nos dias atuais da Nova República pelas visitas do Presidente a países africanos, sobretudo os de expressão portuguesa.

A República Federativa é um grande e indormido defensor do pacifismo, desde a formação do Império, quando o Brasil teve que apelar para a força das armas para manter não somente a nossa integridade territorial, mas uma paz duradoura, pois, lamentavelmente, o pensamento de Grotius, enuncia do faz tantos séculos, continua vivo e latente. Depois, si vis pacem, para bellum...

Ela não tem pretensões hegemônicas, não quer dominar a África Negra nem isso jamais lhe passou pela idéia, mas não pode abdicar de uma posição relevante no cenário internacional, isto porque, como escrevemos em um livro publicados faz alguns anos,⁶⁷ "o Brasil, Império ou República, Ditadura ou Democracia", tinha um encontro marcado com a história e lhe estava reservada uma de suas páginas".

Somos o país com o maior território no Mundo Latino e temos a maior população do mundo, a falar, em uma mesma área, uma língua latina, e o português é, hoje em dia, uma das línguas mais difundidas no mundo. Em uma grande Comunidade Africano-Luso-Brasileira, a posição do Brasil poderia ter um peso superior. Um mercado imenso para o comércio com a África Negra, um exemplo tecnológico que se aprimora aos poucos, uma grande vontade de integração sem desrespeito às essencialidades características de cada um.

Muitos fazem referência ao fato de que o Brasil mantenha relações diplomáticas com a África do Sul e isso seja um entrave para maior credibilidade junto aos Estados negros.

Não é verdade. Puro jogo de palavras e hipocrisia comum, pois a Grã-Bretanha, a Holanda, os Estados Unidos, Israel, para só citarmos alguns casos, de países que lutam contra a discriminação no mundo, de modo nacional como os Estados Unidos (negros versus brancos), a Grã-Bretanha (negros e orientais versus brancos), a Holanda (indonésios versus brancos) e de modo internacional, Israel, mantém excelentes relações diplomática com Pretória.

Depois, o isolacionismo sul-africano é igualmente pura farsa, uma vez que muitos povos africanos continuam a receber a ajuda de Pretória e a manterem intercâmbios comerciais intensos velut umbra. O Malávi teria dificuldades de sobreviver sem a grossa ajuda sul-africana, assim como o Reino de Lesotho e, um pouco menos, o da Suazilândia. Por que esperar-se do Brasil uma posição ainda mais radical dos negros, que são os maiores interessados, se eles próprios não evitam as relações, disfarçadas ou não, com a África do Sul?

A nossa investida não tem sido mais eficiente por nossa timidez no campo internacional. Falta-nos arrojo com Estado, muito arrojo.

A diplomacia brasileira é muito lenta e indecisa, temos de confessá-lo, pois desde os dias em que o Presidente Kubitscek alertou para a importância da África Negra e como conta depois em 50 anos em 5,⁶⁸ após uma investida realmente livre de seu sucessor, o Presidente Quadros, como salientamos em outro item e os governantes militares, não conseguimos uma posição que se compare, por exemplo, com a posição dos que chegaram depois dos Impérios Coloniais, isto é, a China, a União Soviética, Israel, os Estados Unidos e Alemanha Federal e até de Cuba.

Poderíamos vir a exercer uma liderança de ordem moral, como diz Bezerra de Menezes,⁶⁹ um dos sonhadores da política externa brasileira livre de peias, livre de indecisões isto porque "não temos complexos de culpas passadas nem presentes"⁷⁰ e tendo sido colônia, não guardamos antigos rancores, jamais tivemos tendências imperialistas naquela má atitude de outros povos, não obstante a nossa fisionomia histórico-política eminentemente imperiais e jamais tivemos agudos problemas raciais em nosso seio, tudo isso indicando que o nosso País poderia "constituir-se em propulsor e em advogado das idéias de uma moralização das relações internacionais entre os povos", consoante as palavras de entusiasmado nacionalismo de Bezerra de Menezes.⁷¹

No campo da iniciativa privada, a situação tem sido outra e o Brasil avança em muitos setores, como na construção civil, na abertura e asfaltamento de estradas e rodovias nacionais, na Maurítânia, e em boa parte da África Negra como a Nigéria, o Mali, Moçambique, Angola, Zaire, Senegal.

Através da Bahia, tem havido uma série de bons intercâmbios culturais entre a África ocidental e o Brasil, e entre nós e a África meridional. Grupos folclóricos, cantores, artistas de rádio e televisão, artistas plásticos, professores e até mesmo alguns escritores têm visitado muitos países negros, assim como os de lá têm estado entre nós, havendo ainda vagas nas principais universidades nacionais para estudantes negros. Aos poucos anima-se o quadro e é provável que no próximo milénio, daqui a apenas onze anos, possamos embicar em África de modo mais direto e sensível, como, em tempos passados os portugueses e alguns filhos do Império o fizeram. Com outros propósitos, pelo menos, com propósitos mais louváveis: o de criar os pilares dessa imensa Civilisation de l'Universel, de que nos falava o Presidente Senghor.

O Brasil de hoje saiu de um isolacionismo incômodo e mantém excelentes relações diplomáticas com os dois grandes blocos em que se bipartiu o mundo e tem conseguido desvencilhar-se de incômodos passageiros que foram motivos de não pequena humilhação em dias passados, como a nossa alarmante carência de petróleo que nos fazia manter uma política pró-Mundo árabe que raiava pela subserviência como no lamentabilíssimo incidente dos aviões líbios, em que o ditador Mu'ammarr el Qadhaffi, com a sua sempre incontida descortesia, sempre aguda, chegou a ofender-nos, cancelando em represália um contrato de armas com o Brasil. É preciso antes de mais nada uma confiança jamais esmorecida nos destinos de nossa Pátria, uma crença jamais desfeita no Estado Nacional e a certeza de que teremos uma participação decisiva na construção da Civilisation de l'universel. E a África Negra poder-se espelhar em nós, como nós poderemos, em uma visão humanística das coisas, aproveitarmos da experiência por vezes dramática dos novos Estados africanos e, quem sabe, melhorarmos, as nossas próprias experiências.

A visão humanística de fatos como a feitura de um Estado com feições particulares, tem essa vantagem: a de olharmos compreensivamente para os experimentos alheios e disso tirarmos conclusões que nos possam ser úteis. As oscilações da África Negra têm as suas explicações, não no duvidamos: ela foi muito enganada, foi muito ludibriada através dos séculos nos dias que correm, muitos Estados ricos do primeiro mundo quando se lhe aproximaram quiserem, antes de tudo, tirar vantagens. E ela se ressentiu fortemente dessa posição a seu respeito.

Dai ter corrido de um lado para outro, desesperadamente, sem rumo. Corria por ajuda do Ocidente e quando esta não chegava, corria para o Bloco Leste, ou fazia o jogo de muitas potências árabes, autênticas testas-de-ferro dos dois blocos.

A América Latina pode ser um parceiro mais humano para a África Negra, pois também ela enfrenta graves problemas de subdesenvolvimento, longe ainda de serem solucionados e, dentre os países que a compõe, o Brasil tem uma responsabilidade moral, como acima deixamos claro e pelos motivos supra-expostos.

A Europa descobre a África Negra do ponto de vista cultural e muitas línguas suas são ali estudadas, os seus escritores traduzidos, o pensamento de seus principais líderes discutido. Regimes políticos, formas de governo e Estado são motivos de estudos sérios nas universidades europeias, assim como nas americanas. No Brasil estamos ainda no campo da etnologia e do folclore. Mas tempo chegará em que as instituições atuais do Estado africano despertem uma grande curiosidade nos estudiosos brasileiros a nível acadêmico e bons estudos se produzam entre nós.

Quão estimulante não seria, pois, a discussão aberta sobre regimes e Estados aparentemente tão estranhos, mas que, analisados mais profundamente, vão mostrar uma certa fidelidade ao seu Volksgeist, sendo por

isso mesmo, mais genuínos e mais dignos do respeito dos de fora.

O respeito nasce de um conhecimento profundo e constantemente renovado, e a admiração de uma compreensão lata do que está à nossa frente. Assim, a África Negra deixaria de ser motivo de curiosidade turística e exotismo no sério campo da política e das instituições nacionais, para ser um vasto campo de pesquisas, de experiências e de conclusões.

O Brasil pode ganhar o respeito e a admiração dos povos africanos tentando compreendê-los despojado de todo e qualquer preconceito, evitando a clássica posição paternalista e protetora que muitos se arrogam e encarando os novos Estados africanos como dignos de estudos sérios.

Procurando caminhar com os Estados africanos lado a lado conservando cada um a sua marcada identidade, em direção ao futuro.

ses onde estacionar seus navios ou aviões no interesse de ampliar o alcance de seu poderio militar.

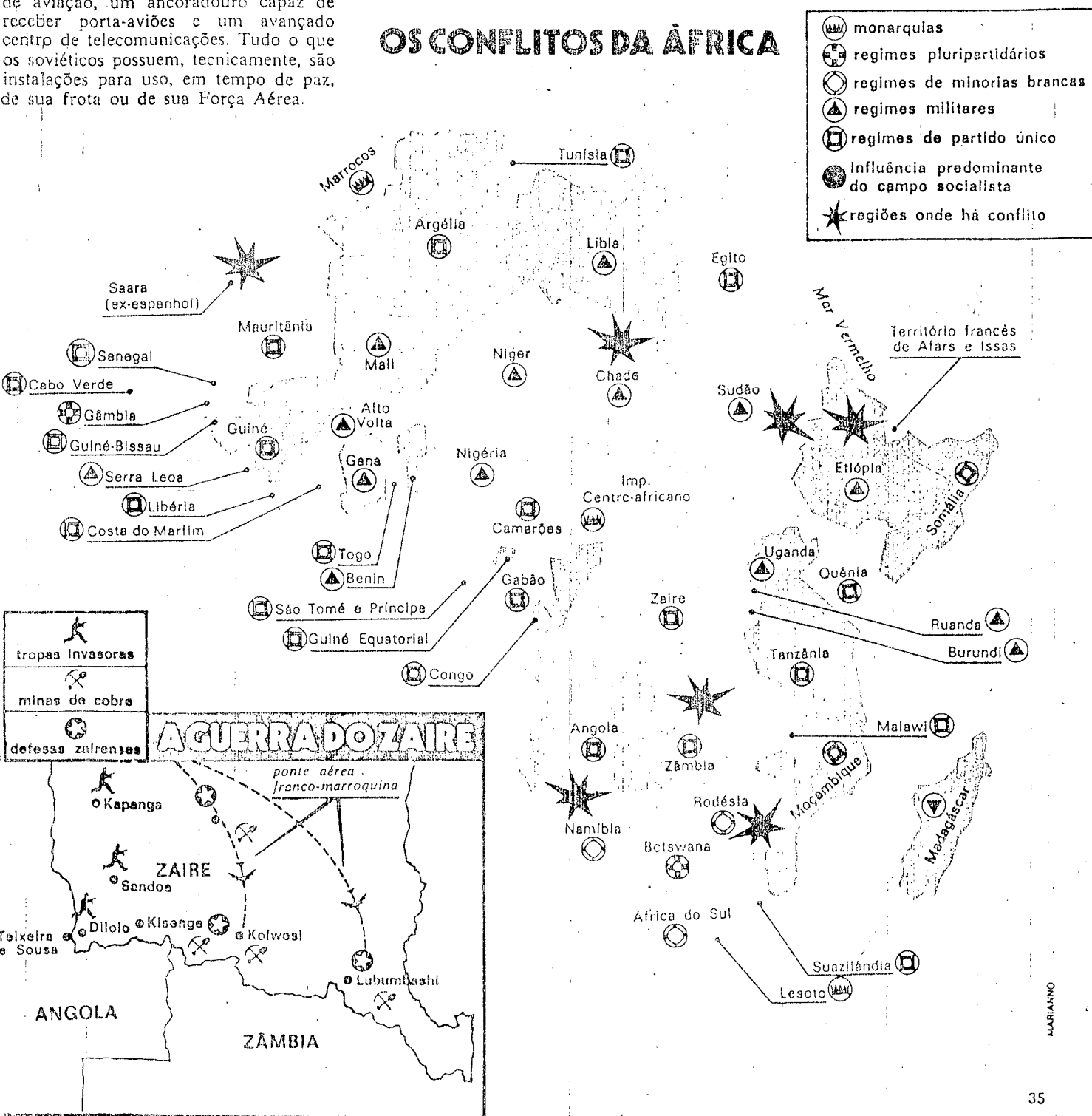
Por enquanto, no entanto, o que a URSS obteve foi pouco. Até hoje, os soviéticos não possuem uma real base militar fora de seu território, como os americanos têm, por exemplo, as de Guantánamo (Cuba), Subic Bay (Filipinas) ou, para citar uma mais próxima do território africano, a do atol de Diego Garcia, situada no oceano Índico — uma tira de terra em forma de "U", com 25 quilômetros de ponta a ponta e 1 400 soldados, onde os EUA mantêm pistas de aviação, um ancoradouro capaz de receber porta-aviões e um avançado centro de telecomunicações. Tudo o que os soviéticos possuem, tecnicamente, são instalações para uso, em tempo de paz, de sua frota ou de sua Força Aérea.

Há outro problema enfrentado pelos soviéticos em seus empreendimentos pela África: a falta de competitividade de sua economia. De fato, uma dura barreira para a ampliação de seu comércio com os africanos são os poucos produtos realmente decentes que têm a oferecer aos africanos, bem como a escassez de capitais para financiar projetos de desenvolvimento. "Os soviéticos são irrelevantes no mercado mundial e os africanos sabem disso", diz uma fonte do Departamento de Estado americano. "Veja o que aconteceu em Angola", prossegue esse mesmo funcionário. "A

primeira coisa que o novo governo marxista fez foi chamar a Gulf Oil de volta para explorar o petróleo de Cabinda. Não que eles sejam admiradores da Gulf, mas acontece que é lá que o dinheiro está."

A realidade é que as ex-colônias portuguesas, apesar de se dizerem marxistas e de aceitarem a colaboração dos soviéticos, ainda estão longe de se "satelitizarem". Ao contrário, nota-se da parte delas uma preocupação acentuada em manter canais abertos também com o ocidente. A pequena e pobre Guiné-Bissau, por exemplo, desde que se tor-

OS CONFLITOS DA ÁFRICA



5.6. In Geschichten verstrickt- O retrato do novo Estado Africano

- I n t r o i t o -

Chegamos ao final de um passeio por um mundo variado e muito cheio de surpresas, que deixam fascinado o mais indiferente e frio dos pesquisadores acadêmicos, aqueles que buscam apenas a resposta científica, isto é, aquela que sai de testes e provas, dentro de uma tanto quanto possível neutralidade racional.

Vimos o quanto os países africanos lutam por uma busca de sua identidade, saindo de um experimento para outro, às vezes de modo assustadoramente volúvel. Coragem é mudar. Parece que os muito sábios, os muito volúveis e os muito perquiridores muito mudam. Essa mudança, que pode ser um ato de coragem, pode trazer resultados os mais variados e inconcebíveis, quer falemos de homens, quer de Estados. A mudança é sempre um risco e, como todo risco, importa na aceitação de suas consequências.

Como dizia o sábio dos sábios, o velho Rei Salomão, de tantas luzes, tudo muda, o dia e a noite, as semanas, as estações, os homens. Os povos também. Os homens dentro de sua sociedade, o povo dentro de sua nação, a nação dentro de seu Estado, o Estado nos limites do mundo.

Mudam as idéias, mudanças importantíssimas, as mais importantes na vida do homem sobre a terra, e mudam as leis e é bom termos presente o ensinamento daquele luzeiro de saber que por si só desfaz o mito (injusto) de trevas da Idade Média: Santo Tomás de Aquino, Doutor Angélico, no mais belo, inquestionavelmente belo livro que a Idade Média legou à Humanidade, Summa Theologiae⁷²?

"Alio modo status hominum variari potest secundum quod homines diversimode se habent ad eandem legem, vel perfectus vel minus perfecte. Et sic status veteris legis frequenter fuit mutatus cum quandoque leges optime custodirentur, quandoque omnino prae-terminerentur" - op. cit. q. cvi, De lege evangelica, quae dicitur lex nova, secundum se, art. 4, 4. P. 771.

A Africa Negra, em seus poucos anos de vida independente - são pouco mais de trinta anos na vida dos povos? - já experimentou muitas mudanças, algumas substanciais. Re-criou-se, mais do que se recriou simples

mente. Por vezes assustou o mundo com as suas mudanças, rápidas, radicais, nem sempre para melhor. Os seus regimes e seus Estados pareciam extremamente instáveis e não havia africanista que a não olhasse com piedade no seu olhar. Ela continuava a sua marcha sem olhar para trás.

Os amigos da África Negra se dividiram então em dois grupos bem distintos: os que acreditavam no seu futuro e os que não acreditavam na sua sobrevivência.

John Woddis no seu Africa, as raízes da revolta,⁷³ apresentava um quadro estarrecedor, ao mesmo tempo em que lançava todas as culpas, passadas, presentes e futuras, aos colonizadores e aos regimes racistas. Melvin Iasky e Ellen e Attilio Gatti nos seus livros algumas vezes aqui citados, apresentavam uma África sem remissão, violenta, turbulenta, cômica, ridícula, que não sabia como manter. Ki-Zerbo, estudando-a com seriedade, naquele livro por nós tão citado e elogiado, justamente, tentava esconder a África do presente mostrando a que existira outrora, nos dias áureos dos impérios e reinos que se esfacelaram no correr dos séculos. Ferkiss dá um quadro doloroso e severo, dos mais severos mas também dos mais imparciais, o retrato por um frio cientista político embuído das idéias sociológicas dos anglo-saxões, mas parece não haver compreendido a ânsia de mudanças da África e o seu estranho, estranhíssimo casamento de um tradicionalismo fechado, duro, infenso a alterações e uma modernidade gritante, insinuante, atrevida, ousada.

Roland Oliver e Anthony Atmore, cuja obra importante pela postura crítica serena e desapaixorada, também por algumas vezes citamos no correr desta tese, salientam que uma das causas de descrédito dessa nova e bulhenta África é a sua falta de escrúpulos morais⁷⁴, o que a faz dizer uma coisa e seguir outra lição...

Pode ser tudo isso junto, não no duvidamos e mesmo nós, nestas páginas procuramos dar uma visão imparcial e por vezes dura do que a África, afastando aquela visão romântica que Hollywood se encarregou de difundir em belos filmes em que a paisagem é ressaltada como as "Minas do Rei Salomão", os seriados de Tarzan, "As neves de Kilimanjaro" e dezenas de outros.

A África Negra dos experimentos seja no campo da Teoria do Estado, seja na do Direito Constitucional, no Direito Internacional, nas Relações Internacionais, é uma África sem romantismos, oportunista e indecisa ao mesmo tempo, neutral e comprometida sobretudo consigo mesma, que com regimes aparentemente pendendo para um ou outro bloco conseguiu manter o seu não-alinhamento que Oliver e Atmore elogiam e não deixam de se mostrarem surpresos,⁷⁵ que ataca e agrada, que pede e rejeita e que, em inúmeros casos prega uma moralidade política admirável, parte para um jogo sem escrúpulos, fechando os olhos a coisas escabrosas em favor de uma caminhada em direção ao futuro.

E isso tudo é comovedor.

Dá a necessidade de estudá-la sob um prisma inteiramente humanístico, discutindo o seu homem com as suas fraquezas de homem e os seus a-

certos, as coisas boas e más advindas dessas fraquezas e desses acertos. É imperioso analisá-la sob este prisma, assim ter-se-á menos possibilidades de injustiças, que a África Negra já as teve e muitas no passado e no presente. A África realmente falhou? Saiu-se bem? O seu Estado é um arremedo do Estado que por tantos anos os teóricos estudaram em todas as dimensões ou é algo genuíno, algo que pode ficar?

Todos os tipos de formação de Estado e desaparecimento estão presentes em África, assim como todos os tipos de regimes e as formas de reconhecimento tácito ou expresse de Estados, ou não-reconhecimento que não impede esse Estado de viver a sua vida político-histórico-social de facto.

Pode-se dizer que a história preparou armadilhas para a África Negra ou simplesmente deixou que ela se envolvesse em suas malhas ultrapoderosas, das quais os povos como os Estados se não podem devencilhar nunca, desde que queiram caminhar por seus próprios passos. Há um envolver na história, na teoria de Schapp e o verbo alemão *verstricken* tem diferentes conotações na sua plurisemanticidade...

5.6.1. In Geschichten verstrickt - O retrato do novo Estado Africano. Os seus contornos

Wilhelm Schapp lançou no seu livro In Geschichten verstrickt,⁷⁶ a teoria de que o homem na busca do seu desenvolvimento como ser humano, como individualidade e como co-participante na vida em sociedade, está sempre envolvido nas malhas da história e dela depende para o seu engrandecimento e para a sua plenitude. A história o circunda, a história o enleia e atrai e o transforma. Nós e nossos amigos e conhecidos e desconhecidos estamos envolvidos profundamente nessas malhas.

Os homens são o que eles participam na história, o que contribuem também para ela.

mas a história pode tornar-se histórias e até mesmo estória, dependendo da participação que o homem nela tiver, veraz ou nao, incisiva ou hesitante, pois, se é verdade que a história pode fazer o mito, dar-lhe corpo e perpetuidade, é o homem a própria ursache da história, quei ramos ou nao, e se é verdade também que "historia magistra vitae est", como se vem apregoando desde os dias de Cícero, tao eloquentemente, essa mestra será mensageira de boas lições ou simplesmente de lições mediocres. De qual-quer maneira há um entrelaçamento muito grande entre homem e história, às vezes com um atrelamento que pode varar os anos ou simplesmente desaparecer com o homem que assim agiu e dominou. A África Negra está chegando agora à compreensão desse período de profundo entrelaçamento e já tende a julgar a participação de homens que a dirigiram nos dias da libertação.

Leiamos o que escreve Schapp ao tentar enunciar a sua teoria que depois desenvolveráa ao longo das duzentas e poucas páginas do livro. Ele escreve:

"Wir Menschen sind immer in Geschichten verstrickt. Zu jeder Geschichte gehört ein darin verstrickter. Geschichte und In-Geschichte-verstrickt-sein gehören so eng zusammen, dass man beides vielleicht nicht einmal in Gedanken trennen kann. Die hrössten Werke der Menschheit haben Geschichten und verstricktsein in Geschichten zum Gegenstande" - in op. cit p. 1.

Em determinado momento a África Negra pareceu ser o que os seus grandes condottieri queriam que ela fosse e para onde fosse. A história de muitos países negros modernos se confundia com a própria vida, idéias e decisões de seus governantes, os mais fortes, os mais ativos, os mais em evidência e em outra parte desta tese vimos o quanto eles alteraram as estruturas coloniais deixadas pelos europeus e forjaram um novo Estado em que muito de sua força e vontade estavam presentes. Nkrumah em Ghana, Sékou Touré na Guiné-Cona kry, Houphouet-Boigny na Costa do Marfim, Senghor no Senegal, Ahidjo nos Camarões, Nyerere em Tanzânia, Sir Dawda Kaibara Jawara em Gâmbia e assim ad infinitum eram o símbolo de seus Estados, manobravam o regime a seu talante e adota-
vam uma filosofia política sua. Em Ghana o regime era chamado, ostentatoria - mente, de Regime Nkrumah, como ainda hoje no Zaire, há o Regime Mobutu.

Esses homens eram responsáveis pelos contornos de seus Estados.

E foi por isso que muitos Estados se vincularam tão profundamente a seus criadores, ou moldadores.

Eram as experiências que redundariam no Estado Africano - síntese de uma nuançada complexidade, que resumiremos no item final, a se-
guir.

5.6.2. In Geschichten verstrickt - O retrato do novo
Estado Africano. Os seus contornos II

Não há termos de comparação entre as antigas colônias das Américas e as africanas, tudo nelas é bem diferente e incide em grave erro quem as aproximar. O perigo das comparações apressadas. Havia dois grandes impérios quando os espanhóis e portugueses aportaram em terras das Américas e eles foram destruídos pela violência e incompreensão do europeu, em um dos maiores crimes de lesa-humanidade até hoje perpetrados. A partir daí toma vulto um novo tipo de domínio que se estenderia por dois séculos e meio, o mais avassalador de todos os domínios: o da assimilação, pela mestiçagem rácica, pela destruição de uma cultura autóctone e sua substituição por outra, pelo edificar de um novo edifício em lugar do anterior, pelo surgimento de uma nacionalidade. A força da língua escrita, do grafismo que sobrepujava o agrafismo ingênuo, as leis, o código escrito, o fanatismo absurdo de uma religião que, pregando o perdão e o amor divino, se amparava fortemente na espada, a crença em um messianismo nascente, sobretudo o dos espanhóis, mais místicos, mais fanáticos, mais determinados e mais guerreiros, o indiferentismo quase oriental dos amerígenas e a corrupção que chega e impera, tudo isso precipita o mundo fantástico de astecas e incas, que toltecas, mistecas e maias já estavam fora do círculo dos senhores e eram sombras ou lembranças apenas de grandes impérios. A partir daí, de um caldeamento constante e jamais repulsado, um novo mundo, novas colônias e surgimento de uma grande raça mestiça, de várias nacionalidades divididas pela ambição do caudillismo, dos jefes e de um aborrevante militarismo. Em África, os europeus já não encontram grandes impérios de pé, mas um mundo atomizado pelas guerras intestinas, pelas razzias tuaregh e árabes e berberes, esmagado pela trata de escravos, pelas doenças. Os reinos e principados e impérios que subsistiam eram paredes praticamente derruídas e esburacadas de um grande edifício que o tempo e a marcha da história haviam derrubado. Os novos colonizadores - e nesse grupo não se pode incluir nunca o dos boere, que eram mais colonos do que colonizadores - eram menos fanáticos, menos crentes em um missão messiânica e temiam o assimilacionismo. Sustentam o que pode ser sustentado e procuram tirar proveitos das riquezas ali encontradas. Sabem que existem muitas e se apressam em tirar o que podem. Mas sabem também que já não vivem em dias de santidades, de "Crê ou mato-te!" O Iluminismo, a Aufklaerung, varrera para sempre as trevas do fanatismo e da irracionalidade de um crença de cegos. A época da partilha pelo menos teve isso de bom: era o Romantismo em efervescência, quando surgia uma nova Europa

a que a Revolução Francesa e o Bonapartismo dariam nova feição. O Romantismo que desperta o sonho das Nacionalidades e da Autodeterminação. Mas o Romantismo de uma burguesia ciosa de seus direitos e privilégios e que fora capaz de pôr abaixo uma Aristocracia refinada, culta mas ociosa. Tudo isso vai refletir-se no colonialismo africano que tem laicos de grande romantismo, até comovente, com Livingston, Stanley, Rhodes, com os missionários franceses que avançam até Tumbuctu e se assustam com a decadência daquele que foi um grande e poderoso império, dos eruditos alemães que catalogam as línguas, pacientemente, diligentemente, de um extraordinário civil service que faz do Império Britânico a mais perfeita burocracia jamais existida, funcionários cultos, capazes, trabalhadores, um corpo de elite que ajuda o mercantilismo e armas inglesas, sustentando-os e limpando-lhes o caminho tomado. Mais hipócrita que o hispânico, o anglo-saxônico não pretende aumentar a família com bastardos de cor escura, mas também não os quer tornar à fina flor em brancos pálidos: cada um fique como é e todos lutem pela grandeza do Leão dos Mares. Não pelejam pela Cruz de Cristo, como os espanhóis de outrora nem carregam às costas a efígie de Cristo: eles querem o engrandecimento do Império, o mais poderoso e vasto que jamais existiu, chefiado pela Rainha Vitória. De outra parte, as colônias francesas aparecem como o reviver de um grande Império Francês e, quando o outro Napoleão sobe ao trono, revive parte dessas glórias. Os portugueses parecem estagnados em seu colonialismo arriéré, que os estudiosos chamam hoje de brutal e que nós diríamos ainda impregnados daquela missão civilizadora que eles pregavam e que, pela pobreza de meios, não conseguiam aplicar. Os espanhóis, estão acantonados e, ao Norte, sofrem as arremetidas dos berberes, uma gente indomável.

Mas todos esses embates não tendiam a destruir o que havia para sobre as suas cinzas construir algo diferente. Não. O que querem são os benefícios e a convivência, quase sempre senhor e servo, mas convivência.

Depois, a multiplicidade de povos e línguas jamais permitiria uma nivelção como fora feita nas Américas. Naquele pequeno mundo atomizado, sem esperanças e exilado de feitos naqueles dias, apesar da vastidão do continente, uma civilização, ao Norte, semeava as suas raízes e, aos poucos, deixava de ser uma cultura exógena e se aprofundava em muitos lugares como o Mali, o Níger e outros e fazia frente aos europeus, arrogantemente.

Os reinos e principados que haviam resistido ao tempo e que estavam firmes quando o europeu chega às praias africanas, mereceram seu acatamento. Os tempos eram outros, repetimos. E conviveram.

A colonização seria muito diferente, muitíssimo diferente e denota absoluta falta de conhecimento crítico da História o querer comparar a colonização em o Novo Mundo com a africana.

Eis porque vai ser muito diferente a busca de um Estado Africano. Ele não será jamais a mera cópia alterada de um Estado europeu ou americano. Ele terá a marca de um mundo que, apesar dos pesares, fora poupado no que

possuía de mais seu, de mais profundo a sua própria alma.

Qual a primeira e mais profunda característica do Estado Africano do presente e que o torna muito distinto dos outros Estados que, supostamente, lhe teriam servido de modelo?

Não há o Estado-Nação em África, no sentido europeu, apesar de os maiores líderes africanos insistirem na sua existência, salvo uns raros exemplos, mesmo assim hesitantes (Ruanda e Urúndi, depois Burúndi, na África Negra) e Somália (na África islamizada, camítica). O Estado chega primeiro quando da libertação. Kwame Nkrumah confessa-o na sua autobiografia a ⁷⁷sem esconder a irritação que dele se apossa.

O regionalismo, o tribalismo, os reinos nativos, impedem que os novos Estados surjam como Estados-Nações. A sabendas nos detivemos no assunto, pois ele é como que o fulcro do novo Estado surgente.

E mais:

Os grupos étnicos vão exercer um papel preponderante nos Novos Estados, vão mesmo decidir seus rumos, especialmente nos primeiros dias dessa independência tão sonhada e isso levará a grandes problemas, entre eles o secessionismo que, em determinado momento, assuta todo o Continente. Tivemos Katanga, tivemos Biafra, tivemos o Ogaden. Foram muitos os focos separatistas, alguns sufocados a sangue e a fogo, com uma violência inaudita.

Os partidos políticos serão, sobretudo partidos regionais e tribais, como estudamos longamente em itens anteriores e no capítulo dos estudos de casos. Eles pretenderão, quando no poder, privilégios para a sua região, etnia e tribos e isso acarretará descontentamento geral no país: vimos o exemplo trágico do Abako. Dir-se-ia que os partidos sobem ao poder para cuidar dos interesses de suas trihos e não dos interesses de toda a Nação.

Esses partidos, que congregam em seus postos de mando uma nova elite, que substitui a colonial e a tradicional, formando a intelligentsia do país, está muito distante do povo comum, às vezes mais do que jamais o estivefa o europeu com o seu etnocentrismo exasperante, pois se dizem igualitários e na realidade não no são e dela escreve Ferkiss⁷⁸:

"A nova intelligentsia dominante não só é muito mesquinha e autoritária apesar da aparência superficial de modernismo, como desfruta de um padrão de vida extremamente alto, sobretudo em termos africanos. Em parte isso isto reflete o exemplo dos funcionários coloniais que pareciam viver como reis em comparação com os africanos; em parte reflete a pura cobiça humana. Não só os funcionários públicos que vivem à larga; os políticos (e nos sistemas parlamentaristas a distinção é muitas vezes obscurecida nos níveis superiores) vivem melhor ainda" - in op. cit. p. 121.

Com o favoritismo gerado pela predominância tribal, a corrupção grassa e vai permitir governos corruptos, que abrem concessões a todo momento. A probidade administrativa como desaparece da administração desses Estados nesse pós-colonialismo.

Só um governo forte é capaz de vencer os graves problemas da corrupção, da desordem administrativa, do enfraquecimento gradual ou abrupto das instituições, pensam os líderes. Centraliza-se o poder executivo nas mãos do Presidente, que, no início, compartilha esse poder com o primeiro-ministro.

O líder mais importante do país, em geral presidente, e em alguns casos o primeiro-ministro, dirige o seu partido, majoritário, para tornar-se um partido unificado, como forma de vencer-se o tribalismo.

Os Estados iniciam sua vida independente como Estados pluripartidários, depois de curta experiência bipartidária nos dias que antecedem a independência como aconteceu com o Congo, Alto Volta, Mali, República Centro-Africana, Tchade, Togo, mas o que mais dura vai até dois anos da independência. O pluripartidarismo é então exaltado. Também dura pouco, quase nada e cede lugar ao monopartidarismo de Estado, quando se não dá a interdição de toda atividade político-partidária, após golpes de Estado.

Administrativamente os Estados, unitários, são fortemente centralizados e, nas raras federações, com pluripartidarismo, estas dão lugar a Estados unitários, monopartidários, como no caso cameronês, onde os dois Estados se fundem para formar um só, como antes se dera a fusão dos dois grandes partidos em um só poderoso partido transestatal e que vai ser o motor propulsor da união dos Estados.

Nas federações que sobrevivem, como a Tanzânia, formada da união de Tanganhica e Zanzibar, os dois principais partidos, representando a Tanganhica de Nyerere e o Zanzibar de Karume e outros, vai fundir-se em um só partido para os dois Estados-membros.

Aos poucos elimina-se a figura do premier, que é substituído por um presidente chefe de um executivo forte e acumula as funções de chefe do Governo e do Estado. Em um raros casos, como na Centro-Africana de Bokassa, sobrevive a bicefalia, com o cargo constitucional de premier mas que era também ocupado pelo presidente-vitalício, mais tarde imperador.

Nos casos em que existe um primeiro-ministro cujas funções são preenchidas por outra pessoa que não o presidente, ele não é mais do mero auxiliar administrativo do presidente, como no Gabão, de Bongo, ou até perde o nome de premier ou primeiro-ministro, como no Zaire, onde passa a ser chamado de "primeiro-comissário do Estado". É meramente um funcionário administrativo sob outra capa e jamais toma decisões sozinho. A sua frente sempre o presidente.

Esse Estado monopartidário possui uma Assembléia, quase sempre unicameral, mas onde sobrevive uma Assembléia dos Chefes. Tem pouca li

berdade e o presidente pode dissolvê-la, se for necessário ao Estado. Tudo pelo Estado, quase nada contra o Estado.

Parte, embora pequena, dos membros do Legislativo, é de livre nomeação do presidente, que escolhe pessoas de sua inteira confiança ou membros dos principados nativos, chefes tribais, antigos dirigentes tradicionais.

O Judiciário é composto de magistrados quase sempre escolhidos dentre advogados militantes ou políticos formados em Direito. A magistratura de carreira, que existe em países que foram outrora colônias da França, compõe os tribunais inferiores, mas não podem julgar os súditos de pequenos reinos e principados dentro dos limites da jurisdição de seus reis, príncipes, sobas, mfons etc. Só o farão no momento em que houver atrito de ju-risdição, isto é, que o crime envolva assunto que não esteja na jurisdição do rei nativo. Entretanto, isso aos poucos vai cedendo lugar a acordos, como no lamirado de Rey-Bouba, em que existe uma espécie de "embaixada" do lamido ante o Governo central e trata do problema da jurisdição. Mesmo que o não expresse, o Estado Africano tem dupla jurisdição, uma local e outra nacional, o que complica muito as coisas levando-se em conta que os Estados são unitários em sua avassaladora maioria.

O Unitarismo do Estado Africano mantém "federações" nativas em seu interior, isto é, mini-Estados dentro dos Estados, como vimos detidamente no capítulo IV e, com isso, restabelecem a velha - e desaparecida - instituição do Direito Internacional Público, a dos Estados vassallos e dos Estados clientes, figuras interessantíssimas e que muitos acreditavam só existissem no passado político internacional que sumiu com a Segunda Guerra.

O que é um Estado vassallo e como se verifica a vassalagem.

Di-lo mestre Hildebrando Accioly no seu sempre louvado Ma-nual de Direito Internacional Público.⁷⁹

"Estados vassallos- São os que gozam de autonomia na direção dos seus negócios internos, mas no tocan te aos negócios externos, dependem de outro Estado, ao qual devem vassalagem. Esse outro Estado é chamado suserano, em relação aos vassallos" - in op. cit.p. 19.

Poder-se-ia dizer que existem Estados sui-generis, que até parecem surgidos de excavações de arqueologia política, como no caso da manutenção de alguns principados nativos, como foi o caso de Buganda, do Reino de Barotse, do Reino Axânti e do Império dos Mossi. E como uma das condições da vassalagem é a sua transitoriedade, ou esses Estados se extinguem pela união com o outro Estado, ou se tornam independentes. Em África a tendência é se extinguirem e se amalgamarem aos Estados em cujo território existem.

Já os Estados clientes são, segundo o mestre citado acima:

'Estados clientes. - São os que confiam a outro Estado a defesa de alguns dos seus negócios ou interesses. Os Estados clientes conservam perfeita independência em relação aos demais, embora cedam a outro Estado o exercício de certos poderes ou de certos atributos da Soberania" - *ibidem* p.21.

Há, também, desses tipos em África, *mutatis mutandis*, como no caso dos Black Homelands viáveis como a República do Transkei, a de Bophuthatswana, a de Venda e do Ciskei, que nenhum Estado quis reconhecer salvo a África do Sul. Há Black Homelands como o QwaQwa, o Kwandebele, o KwaZulu, que são típicos exemplos de Estados vassalos.

Também existe um exemplo de Confederação, como se pode dizer que a África do Sul o é, sendo esta mesma o embrião de uma Konstellation State, uma forma de confederação também *sui-generis*, cujo nascimento e formação o mundo está a assistir, apesar de fechar teimosamente os olhos para isso.

Existiu uma espécie de união real imperfeita, misto de monarquia e república, na Uganda do Rei Mutesa II, e que aticava a curiosidade dos estudiosos da Teoria do Estado no mundo inteiro, mas com a deposição e morte do rei e a anexação pela força de Buganda, sumiu esse tipo de Estado composto por subordinação.

A mesma Uganda é modelo de Estado formado pela união incorporada de quatro pequenos Reinos semi-autônomos, Toro, Bunyoro, Ankole e Buganda, passando por um estágio federativo e finalizando por tornar-se um Estado unitário. Ela se quadrava perfeitamente à definição apresentada por René Foignet no seu Manuel Élémentaire de Droit International Public,⁸⁰ para quem na união incorporada

"Deux ou plusieurs Etats forment une union incorporée lorsque la personnalité de chacun d'eux, interne et externe, est absorbée par une personnalité qui appartient à l'union elle-même" - *in op. cit.*, p, 64.

Há duas monarquias na África Negra inteiramente independentes, dentro de Estados fortemente unitários, mas ambas são muito diferentes entre si: Lesotho é uma monarquia parlamentar, com pluripartidarismo e um chefe de Estado com funções mais ou menos cerimoniais, mas com o golpe de Estado de 20 de janeiro de 1986, estão fora da lei os partidos políticos, dissolvida a Assembléia e o General Justin Lekhanja governa à frente de um Conselho Militar, que manteve o rei como chefe do Estado; a outra é a Suazilândia, uma monarquia aristocrática em que os cargos principais do Estado estão nas mãos de membros da Família Real e da nobreza, inclusive o premier, e que estudamos na parte específica.

Vários Estados foram extintos nesses anos de independência da África Negra: o Zanzibar, que era um sultanato, por incorporação em outro Estado; Biafra e Katanga, que se haviam desmembrado da Nigéria e do Zaire respectivamente, foram reincorporados pela força das armas. Extingue-se o lado que fora colônia inglesa, juntando-se à parte francesa para formar a República Unida dos Camarões. Somente uma federação vitoriosa, Tanzânia.

Transkei, Venda, Bophuthatwana e Ciskei (ou Ciskei) são Estados saídos de uma grande África do Sul, não tiveram o reconhecimento de jure, salvo da África do Sul elle-même, mas são Estados independentes de facto, ou pelo menos, com todas as características de Estados independentes, com governos organizados, território próprio, um povo que o habita, língua sua etc., enquanto que há territórios a quem muitos Estados do mundo reconheceram, dando o aspecto de independentes de jure, não o são de facto, como a Eritrêia e o Saara Ocidental, ambos fora, porém, da área de nosso estudo. Na África Negra há o caso da pequena República da Cabinda, que não obstante ter sido reconhecida por vários Estados do mundo, foi incorporada, indevidamente, pela República angolana. Há duas monarquias que são Estados semi-autônomos, o Reino de Kwanzele e o Reino do Kwazulu, territórios da África do Sul, ambos à espera de sua independência.

Apesar de preferentemente monopartidários, os Estados Africanos não poderiam ser classificados como possuindo Estados segundo modelo comunista do Leste europeu ou da China, Vietname etc. Os regimes agasalham, mesmo sob capa de uma economia planificada, muita liberdade quando ao modelo econômico, como se pode constatar da situação da Costa do Marfim, dos Camarões e mesmo do Burkina Fasso, que se disse trilhar a rota do socialismo e bandear-se para a União Soviética desde o último golpe, que levou ao poder o Capitão Campaoré. Eles tendem para um comunitarismo que muitos confundem com o socialismo em suas diversas formas.

Uma participação democrática na direção do Estado Africano é quase nula, se pensarmos democracia nos sentidos que lhe damos no mundo ocidental, em que a representação do povo se faz acima de fatores étnicos, regionais, linguísticos, religiosos. Com aquela "confusão do partido com o Estado", a que alude Lavroff,⁸¹ a situação se torna ainda mais complexa, mesmo porque o chefe do partido único é ao mesmo tempo o chefe do Estado e muitas vezes do governo, e que criar "este novo tipo de regime constitucional", "excelentemente classificado de presidencialismo negro-africano"⁸², como escreve o mesmo Lavroff amparando-se em J. Buchman no seu livro L'Afrique Noire Indépendante.⁸³

Ninguém pode opor-se a um presidente africano e a Assembleia, que poderia delimitar-lhe os poderes, não o faz pois lhe concede poderes excepcionais. "Ninguém pode opor-se-lhe",⁸⁴ escreve Lavroff, que é um grande entendido em partidos e regimes africanos e um bom africanista, com muitas publicações sobre os mais variados assuntos da África Negra.

Quase todos Estados Africanos fazem pregação de uma filosofia de Estado, que pode chamar-se de muitas maneiras diferentes, como African Humanism (Kaunda), Socialismo Tanzaniano (Nyerere), Economie Democratique (de Kayibanda), Open Door Policy (Tubman), Broader Heights (Dr. Tolbert, Jr., que também a chamava de Higher Heights), Négritude (Senghor), Consciencism (Nkrumah), a Kutluwano Policy (de Sir Seretse Khama), apartheid ou Suid-Afrikanerisme ou Suid-Afrikaans nasionalisme (da África do Sul), Youlouisme (de Fulbert Youlou), iskah-u-gabso (Somália), Opération Bokassa (Centro-Africana), Socialisme Guinéen (Ahmed Sékou Touré), Régime Mobutu (Zaire) e assim por diante.

Essa filosofia de Estado, como afetam dizer, na verdade é o pensamento político do seu líder mais importante, fruto de anos de estudo e militância política (Kayibanda, Nkrumah, Tolbert, Jr.), de um esforço intelectual e político conjuntos (Senghor), de uma militância político-partidária (Sékou Touré), de um oportunismo ante problemas nacionais (Youlou, Mobutu), de uma ação conjunta de forças povo-armada-líderes político (Siyad Barre), de uma contingência econômica (Tubman e seu seguidor leal, Tolbert, Jr.), de uma necessidade de sobrevivência como nacionalidade (apartheid), de um partido ou de poderosos grupos que se aboletam no poder, como no caso anterior do apartheid, em que os afrikaners e o Nasionale Party, se uniram contra os pretos, os indianos, os mestiços e os sul-africanos de origem inglesa, para manterem o poder.

Pouco enraizada, essa filosofia desaparece com o seu criador, salvo quando passa a ser a válvula central de uma poderosa agreamiação partidária (o exemplo sul-africano).

Os rótulos africanos são sempre belos e encantam a quem pela primeira vez se depara com eles. Há, parece, algo de forte, de densamente africano em certos enunciados e até parecem originais. Na verdade, parecem-se muito, especialmente pelos pontos negativos, que são ao mesmo tempo os seus truísmos:

1. Defesa contra o colonialismo e o neocolonialismo;
2. Um Estado e um regime fortes, que permitam ao governante enfrentar os problemas vindos de fora e os inimigos do regime;
3. A implantação de uma democracia estável;
4. A luta contra o tribalismo;
5. A vitória sobre os males nacionais - corrupção, analfabetismo, endemias rurais, sub-emprego etc.;
6. A adoção de uma diretriz de não-alinhamento;
7. A vitória contra o racismo e o regime racista (África do Sul);
8. O Pan-Africanismo como fortalecimento continental.

Esses pontos negativos a que aludimos são as lutas que se dizem fazer e que não têm motivo sequer de serem mencionadas, como a por um regime forte ou contra o racismo ou contra o colonialismo. Todas elas vão encobrir

ou perpetuar a enunciação constante de um discurso vazio, promessas que já - mais cumprirão. Um líder negro dizer que não aceita o racismo dentro do Con tinente é um truísmo desnecessário, assim como repetir que há muito analfabe tismo em África e que isso tem de acabar, ou que os sub-empregos são mais fre quentes do que se possa sequer imaginar.

Nesse aspecto todos os governantes que criam filoso - fias de Estado, se parecem enormemente. Até se repetem.

Mas ao mesmo tempo isso serve para mostrar que há um Estado Africano cujo arcabouço é sempre o mesmo de uma ponta a outra do conti - nente ao Sul do Saara.

O sonho da estabilidade do Estado Africano chega a tal ponto que eles acreditam que a temporariedade dos cargos seja prejudicial não apenas à estabilidade mas ao desenvolvimento nacional. Sobretudo o da de chefe de Estado. O Presidente africano pode ser reeleito quantas vezes preten der, quando não há um instituto que o faça presidente perpétuo, ou que o recon duza através de manobras políticas e emendas na constituição.

O Presidente-Rei dá um sabor diferente ao Estado Afri - cano, em uma repetição do "L'état c'est moi", com três séculos de atraso.

5.6.3. In Geschichten verstrickt - O retrato do novo Estado Africano

- f i n a l e -

Como vimos, neste resumo de tudo o que foi estudado no correr destas quase quinhentas folhas, o Estado Africano diferencia-se profundamente do Estado democrático tal como conhecido no Ocidente e do Esta - do monopartidário do Mundo Comunista.

Partindo do medo do colonialismo, das ciladas do tri - balismo, dos problemas económicos, da pobreza multissecular, do artificialis - mo de sua criação, buscando tornar-se o mais rápido possível um Estado-Nação procurando meios para isso, ele é insti tucionalmente um Estado forte.

Elimina a multiplicidade de partidos políticos e prefere o monopartidarismo instutucional.

Sendo quase sempre unitário, mantém províncias e regiões que gozam dos privilégios de um Estado-membro, algumas vezes até com mais liberdade do que existiram ou existiriam em federações.

Cria um mecanismo de convivência com os antigos Estados nativos em seu seio: são sultanatos, reinos, principados, lamidatos, impérios, sendo seus governantes tradicionais e hereditários tolerados, até mesmo com muitos privilégios. Casam,destarte, instituições monárquicas com as repúblicas vigentes.

É um Estado sui-generis, que às vezes conserva remotíssima aparência com alguns Estados do Terceiro Mundo, mas fica só na aparência. Analisados mais apofundadamente, ver-se-á que são muito e muito diferentes.

Finalmente, o Estado Africano está de acordo com as tradições culturais negro-africanas, com o Volksgeist africano e tentar uma adaptação, como vimos, seria desastroso. Foi-o em diversas ocasiões.

É de esperar que esse Estado se aprimore e se estabilize - que disto muito precisa a África Negra para vencer a corrida em direção ao futuro e achar o seu caminho, que, faz tantos anos, ela busca, desesperadamente, perplexamente.

E, afinal, encerrando este V capítulo, e
último da Tese de Doutorado, algumas conclusões:

"The period after 1,960 was accordingly one of puzzled dispute about the future, of setback and disillusionment, of search for new types of society which could offer genuine economic and social development as well as political freedom. In more than a few of these new states there were dominant groups who appeared content to relapse into positions of personal privilege and to repress, by convenient arrogation of all power to themselves, every effective criticism or popular movement aimed at regeneration. But even in these countries, abused though they were by political frivolity or personal corruption, the hopes and pressures of liberation continued to exercise an influence towards expansive change" -

Basil Davidson in Africa in History. St. Albans, Paladin Books, 1 974. p. 315.

Algumas conclusões

O tema escolhido é dos mais fascinantes não apenas pelo interesse que desperta, como pela sua vastidão e pela lição que podemos recolher de tudo o que se estudou.

Tem-se escrito muito sobre a África Negra e o continente africano em geral e, por ano, surgem dezenas de novos livros, desde os relatos de viagens até textos históricos e estudos separados de países ou governantes e não é fácil acompanhar essa bibliografia crescente, cada vez mais vasta., contudo nem toda ela de primeira água. As repetições sobre aspectos que se diriam ridículos de um mundo estranho e exótico, são frequentes. Mas isso não é tudo e a África não se limita a exotismo. Há aspectos interessantes de sua vida que merecem que os estudiosos se debrucem sobre eles e escrevam o melhor que possam. O fracasso do pluripartidarismo, por exemplo, ou a imposição institucional do unipartidarismo; ou ainda a chefia de Estado cumulativa com as funções de chefe de Governo e os poderes enormes nas mãos dos governantes. Poucos monarcas absolutos do passado detiveram tanto poder quanto os presidentes africanos, esses presidentes-reis, que vivem arquipomposamente, que mandam e desmandam até uma certa manhã acordarem depostos e condenados à morte, o que, aliás, tem sido feito com frequência. São eles a marca de uma triste imaturidade? Não, de nenhum modo. São-no de uma sociedade tribal que via o chefe como o seu tudo, como o símbolo da força e da coragem, do esplendor e da severidade. A África Negra tem muito de imatura, reconhecemos, mas há coisas que parecem imaturidade quando são apenas atavismos e tradição.

A África Negra apresenta os mais curiosos tipos de Estados e regimes, curiosíssimos, que fogem e refogem a uma classificação perfunctória aparente. Só pelo exemplo se chega até eles, para uma caracterização, como tentamos fazer. Era nossa intenção ampliarmos o Estudo de Casos, mas faltou bibliografia que nos amparasse, que servisse de sustentação como nos casos estudados, e uma Tese de Doutorado não pode prescindir disso. Os africanos dificilmente escrevem ou respondem cartas e dezenas de cartas nossas ficaram para sempre envoltas no silêncio. E foi pena, pois mais completo seria a pesquisa, de si original, temos certeza: é a primeira que se faz em uma Universidade Brasileira.

As conclusões, de modo informal, já estão nos últimos itens do capítulo V, quando delineamos o Estado Africano em todos os seus contornos mas aqui deixamos uma poucas conclusões, para formalizar a Tese e o que logramos apreender no correr destas páginas:

1. QUE houve um a^çodamento prejudicial e negligência no preparo da independência dos territórios africanos, o que não permitiu que se diexasse, por ocasião da saída dos coloniais, uma intelligen^tsia capacitada a tomar as rédeas do novo Estado sem receio de seu fracasso político-administrativo;
2. As fronteiras herdadas da partição colonial das Grandes Potências que se estabeleceram em África, seriam fator de grande inquieta^ção para os novos Estados, de resto inteiramente artificiais, com divisões étnicas clamorosas espalhadas entre dois ou até mais ter^ritórios;
3. Aliado a essa situação de desordem no campo político-administrati^vo, o problema grave de uma infra-estrutura econômica das mais precárias, que não resistiria a uma máquina administrativa custo^ssíssima, fazendo com que as antigas potências continuassem, de mo^do indireto, a ter profunda ingerência nos assuntos internos de tantos países que, por esse fato, se lançavam a uma política nacioⁿalista exagerada, de que advêm muitos erros e situações delica^das, que só fazem entravar o progresso;
4. O tribalismo, com a sua acendrada postura regional, impedia o desa^brochar de uma nacionalidade. Ele é o fator preponderante nas de^suniões que ocorriam de região para região e fator determinante na vida dos partidos políticos, na diretriz dos governantes, na estagna^ção local e em uma certa inquietação quanto à estabilidade e unida^de dos novos Estados, como vimos nos estudos do capítulo IV;
5. Que, gozando o poder tribal e seus representantes de grande prestí^gio entre as massas, misto de respeito e temor hierático, não seria possível para nenhum governante que quisesse sobreviver atacar de frente e brutalmente, os chefes tribais e os poucos que o tentaram foram esmagados no desenrolar dos fatos, desapareceram para sempre do cenário político nacional, sem que o poder tribal fosse sequer a^ttingido;
6. Somente uma composição poderia permitir que os novos governantes le^vvassem adiante a tarefa que se propunham fazer, daí a aceitação do estranho sistema bicéfalo que persiste em quase toda a África Negra, em que na região onde existem reinos, principados e restos de anti^gos Estados nativos persistirem dois poderes, o do Governo central e o do chefe, sem que um interfira no do outro;
7. Que essa composição nem sempre foi tranquila e que só pôde entrar em franca fase produtiva quando os direitos de ambos foram respeitados, limitando-se o novo governo central a cercear um pouco do poder

quase absoluto que os chefes detinham, mas deixando-os livres nas questões de cerimoniais, de religião e de questões atinentes às famílias reinantes;

8. Havendo no início da vida independente desses países, por parte de políticos parcialmente educados na Europa e na América, uma tendência muito grande a implantar em África uma democracia moldada sobre os modelos britânico, francês e americano, com pluralidade de partidos, completa divisão de poderes, uma Assembleia atuante e Poder Executivo com delimitações precisas, a longa tradição dos chefes tribais sentiu-se menoscabada, mesmo porque todos pregavam uma como que extinção das chefferies tradicionais ou supressão dos poderes dos chefes;
9. Paradoxalmente, o pluripartidarismo vinha em defesa das divisões regionais, pois que os partidos eram entidades mais que nacionais, regionais e foi baseando-se no lema divide et impera, que os europeus incentivaram o pluripartidarismo, sabendo de antemão que os partidos estariam jungidos à figura do líder local ou regional;
10. Que havia partidos tão fortemente antinacionais que serviam de sustentáculo de um Estado dentro de outro, ou que serviam mesmo à sustentação de uma união real sui-generis, em que o rei de um reino nativo era, por força e por direito, o chefe do Estado Nacional, se assim podemos chamar à África antinacional, como no caso flagrante do Kabaka Yekka, de Buganda, que sustentava o Rei Freddie Mutesa II, objeto de estudos no capítulo IV, ao estudarmos o desaparecimento da Federação de Uganda; ou os partidos do Norte da Nigéria, que impunham ao resto do país os seus líderes, ao mesmo tempo poderosos sultões semifeudais, governantes hereditários de velhos Estados islâmicos na região;
11. O regionalismo e o etnocentrismo se apossam dos partidos dirigentes, fazendo com que, muitos casos, os membros do governo fossem escolhidos dentre membros de uma mesma etnia, o que causava profundo descontentamento no restante do país e motivos de fortes queixas a vários segmentos da sociedade. O enfeixamento dos cargos mais importantes nas mãos de membros de uma mesma etnia trazia consigo uma espécie de colonialismo doméstico, que soava estranhamente aos demais, que sempre haviam combatido o colonialismo e se sentiam por isso mesmo frustrados;
12. Os governantes e líderes maiores do país pregavam um nacionalismo sem nação e queriam fazer de seus países, Estados-Nações e,

para isso, precisavam de poderes que lhes permitissem enfrentar o tribalismo, a corrupção, o desmando administrativo e criar uma nova força nacional, supratribal, panétnica e se voltam contra o multipartidarismo, que julgavam desagregador e regionalista, defendendo a adoção de um monopartidarismo de Estado, em geral saído de um partido majoritário ou então da fusão de dois ou mais partidos mais fortes, quando não eram extintos todos e criado um outro em seu lugar, o que era mais raro, dando eles preferência aos dois tipos anteriores;

13. Se se tratava de um líder da "segunda geração", isto é, daqueles imediatamente ulteriores aos primeiros, os pais da pátria, havia uma tendência em reviver o primeiro partido ou mantê-lo, com Jean-Bedel Bokassa faz com o Mesan de Boganda;
14. Os governantes assumiam plenos poderes e havia íntima confusão entre Estado e Partido e, como ambos eram dirigidos pela mesma pessoa, os poderes de que esta desfrutavam eram simplesmente de pasmar;
15. Mantinha-se uma Assembléia Nacional, quando não havia coup d'état que a dissolvia. Mas essa Assembléia, que atribuía ainda maiores poderes ao chefe de Estado, podendo inclusive manter a iniciativa das leis, ao direito de dissolver a Assembléia e aos poderes excepcionais como chefe do Estado e do Governo e a bicefalia dava origem a uma macrocefalia que fazia com que ele jamais tivesse seu posto em cheque;
16. Mas, com todo esse aparato monopartidário, os regimes africanos não se comparam pela sua estrutura básica aos seus congêneres no Mundo Comunista, como estão distantes dos regimes totalitários do Duce ou do Führer. São modelos surgidos da tradição africana, do seu comunitarismo, das suas tradições tribais, do apego do africano rural pela figura do chefe forte, do rei, do príncipe hereditário, do sultão, do lamido, do mfon e querer aproximar o monopartidarismo africano do comunista é desconhecer as raízes tradicionais africanas. Pode ser que alguns casos muito especiais os aproximem de modelos comunistas ou até mesmo do fascismo do Duce pelos métodos de arregimentação, mas as semelhanças ficam por aí;
17. Os governantes africanos podem ser reeleitos por quantas vezes o desejarem, existindo institutos constitucionais que o permitem, mas há casos especiais em que essa reeleição dá lugar ao governo em perpetuidade, e o presidente-rei pode inclusive tratar de apontar seu sucessor;

18. Governante forte, o presidente africano jamais aceita que seja um ditador, mesmo aquele que governa sem partidos, sem parlamento, sem constituição, mas é uma pregação constante a sua por uma democracia e uma filosofia de Estado que, como vimos em páginas precedentes, adota mil rótulos, e apesar de ser frequentemente visto como pendente para um dos blocos em que se dividem as Relações Internacionais de hoje, ele encaminham o seu país para uma política de não-alinhamento, uma economia planificada em que, curiosamente, a livre iniciativa é bem-vinda;
19. Como a sua preocupação maior é a unidade e a persistência do regime, o presidente-rei é contra a federação, mas isso não impede que existam em África tipos de federação como o Tanzânia e a Nigéria, modelos de confederações como a Gâmbia e o Senegal que formarão futuramente a Senegâmbia, e a Konstellation van Nasie da África do Sul, e que muitos países formem agrupamentos regionais ou participem da Commonwealth of Nations e reconhecem em Sua Majestade Britânica a sua dirigente maior - ou simbólica - pois cada Estado não renuncia à sua própria chefia;
20. Que, por todos estes motivos expostos longamente nestas páginas, pelo estudo separado de casos, feitos aleatoriamente, pela leitura de muitas constituições e pensamento dos governantes e líderes africanos do passado e do presente, chega-se à conclusão final de que os Estados e regimes na África Negra são sui-generis se analisados à luz da Teoria Geral do Estado clássica, mas que trazem à ciência novas modalidades que merecem ser estudadas e meditadas e que, na República Federativa do Brasil, pela sua importância no Terceiro Mundo, pelo contingente de negros entra a sua população, pelas características de Nação Imperial, lhe cabe uma arrancada em direção à África, seja estudando-lhe as instituições de maneira séria e científica, seja através de um relacionamento mais estreito, tirando disso muitas lições, de convivência, de coexistência entre povos, raças e culturas, uma lição de vida que não pode ser esquecida nem menosprezada, desde que a tudo se abalance dentro de uma visão humanística - muito lata e profunda - que só esta poderá permitir uma compreensão do mundo fantástico que ali se esconde e, assim, colaborar para a construção do mais arrojado edifício, esta Civilisation de l'Universel às portas do Terceiro Milênio!

Notas e referências ao

Capítulo

v

1. Ki-Zerbo, Histoire de l'Afrique Noire. Paris, Hatier, 1 972. De p. 197 usque 230.
2. Op. cit. p. 208. É preciso muita cautela na leitura desse trecho, pois o autor, no afã de limpar a face do escravagismo africano, chega a dizer que o escravo como existia no Congo "paraissait tolérable" (sic).
3. Oliver, Roland & Anthony Atmore. Africa since 1 800. 2nd ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1 977. 343 p.
4. Mowat, R.C. Climax of History. London, Blandford Press, 1 951. 192 p.
O autor escreve:
"As we go forward to building that new society - call it 'super-civilisation' or what we will - which is to succeed civilisation itself, we may find significant analogies in the events which lead to the birth of civilisation out of tribalism" - p. 165.
5. Cfr. Agression portugaise contre la République de Guinée. Livre blanc. Conakry, Imprimerie Nationale Patrice Lumumba, 1 971. 640 + ilustrações.
6. Touré, Ahmed Sékou. Le pouvoir populaire. 3a. ed. Genève, Kundig, 1 972. 616 p.
7. Op. cit. p. 540.
8. MacIver, R.M. Towards an Abiding Peace. New York, The Macmillan Co., 1 943. 196.p
9. Op. cit. p. 10.
Ele escreve:
"Every age must find with travail and sweat its own solutions. If we solve the problem of war, if we discard this ancient instrument that is so ill fitted for the different civilization we have built, new problems will arise that lie beyond our present dreams" - p. 10
10. Bechtoldt, Heinrich & Walter Mogg. Politikwissenschaft. Berlin, Carl Habel Velagsbuchhandlung, (1 96?) s/d. 287 p.
11. Duroselle, Jean-Baptiste. Europa, de 1 815 a nuestros días. Vida política y relaciones internacionales. Trad. espanhola de Ana Sallés. Barcelona, Editorial Labor, 1 975. 330 p.
12. Op. cit, p. 132.
Eis o pensamento to autor:

"El nacionalismo es, en efecto, una manifestación de la opinión pública, en el sentido de que emana de las masas profundas de un país, o al menos de amplios grupos. Pero es una manifestación relativamente estable. Es preciso un largo período de tiempo para que nazca por en-

cima del "patriotismo", simple y elemental amor hacia las cosas que nos rodean, el sentimiento nacional, es decir, la sensación de que pertenecemos a una comunidad muy vasta, que va mucho más allá de nuestra familia, de nuestros amigos, de nuestro pueblo, de nuestra provincia" - p. 132.

13. Cfr. Fehrenbach, T.R. O que há por detrpas da ONU. Trad. de Hamilton Salerno. Rio, Dinal, 1 967. p. 319. E acrescenta:

"Também era brilhantemente eloquente e caridoso. Ele não podia conduzir os congoleses de forma alguma - mas podia impressionar indelevelmente as mentalidades africanas que surgiam e se formavam" - ibidem p. 319.
14. Lusignan, Guy de. L'Afrique Noire depuis l'Indépendance. L'évolution des états francophones. Paris, Fayard, 1 970. p. 111.
15. Uma triste figura na história do Zanzibar. Fraco, mimado, o "Time" de 26 de julho de 1 963, descreveu-o como "a speedboat loving playboy who came to the throne after his father's death three weeks ago" - p. 20. Com a vitória do Afrô-Shirazi Party, ele foi deposto. O Sultão Seyyid Jamshid bin Abdullah fugiu para Tanganhica e, de lá para a Inglaterra e nunca mais dele se ouviu falar em África. Seu reinado durou poucos meses e terminou afogado em sangue.
16. Toynbee, Arnold J. A Civilização posta á Prova. Trad. de Luiz de Sena. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1 953. p. 212 e 213.
17. Op. cit. p. 212 e 213. Vale a pena ler-se todo o capítulo 11 - O choque das civilizações, de p. 203 e seguintes.
18. Reves, Emery. The Anatomy of Peace. New York, Harper & Brothers, 1 945. p. 126.
19. Op. cit. p. 140.
20. Le Président Kayibanda vous parle. Kigali, Service de l'Information, 1 964. 167 p.
- 20.a Op. cit. p. 83.
21. Nkrumah, Kwame. Consciencism. London, Heinemann, 1 964. 122 p.
22. Op. cit. p. 74.
23. Op. cit. p. 74.
24. Cfr. Mabileau et Lavroff. "Le pouvoir politique en Afrique noire" in L'Afrique Noire Contemporaine (org.) Marcel Merle. Paris, Armand Colin, 1 968. p. 351.
25. Nyerere, Julius Kambarage. Freedom and Socialism. A selection from

writings and speeches 1 965-1 967. London, Oxford University Press, 1 970. 422 p.

26. Op. cit. p. 19. Introduction.

27. Op. cit. p. 5.

28. Op. cit. p. 5.

29. Barre, Siyad. Mon pay et mon peuple. Discours choisis du Président du Conseil Suprême de la Révolution. Mogadiscio, Ministère de l'Information et de l'orientation nationale, 1 974. p. 66.

Ele dizia:

"Le Somalisme était ignoré. Chacun se posait les questions: "Qui est de ma famille?" "Qui est de mes amis", "qui est de ma tribu"?

L'état était comme un pays sans peuple, un pays ou tout le monde pouvait venir, et d'où tout le monde pouvait sortir" - ibidem p. 66.

30. Cfr. Tubman, William V.S. The Official Papers of. 1 960.- 1 967. Ed. by E. Reginald Townsend. London, Longmans Green & Co.Ltd./ Department of Information and Cultural Affairs, 1 968. p. 227.

Para o Presidente Tubman,

"Unification must become a way of life deriving its greatest support from the innermost conviction that the strength of all societies is resident in the contributions which are called from all classes and levels of the society" - ibidem p. 227.

31. Sartori, Giovanni. Teoria democrática. Trad. de Francisco M. da Rocha Filho e Oswaldo Blois. São Paulo, Funda de Cultura, 1 965. p. 254.

32. Cooper, James Fenimore. The American Democrat. New York, Vintage Books, 1 956. 192 p.

33. Op. cit. p. 60.

Cooper perpreta esta ingenuidade:

"... little violence is done to the sense of right by the institutions, and men have less occasion than usual, to resort to fallacies and false principles in cultivating the faculties" - p. 60.

E mais isto:

"Democracies, other things being equal, are the cheapest form of government, since little money is lavished in representation" - p. 61.

34. Op. cit. p. 534.
35. Kyemba, Henry. State of Blood. The inside story of Idi Amin's reign of fear. London, A Corgi Book, 1 977. 288 p.
36. Le Président Mobutu vous parle. Kinshasa, Haut Commissariat à l'Information, 1 966. p. 48.
37. Ferkiss, Africa - Um continente à procura de seu destino. Rio de Janeiro, Edições G.R.D., 1 967. Trad. de Donaldson M. Garschagen. 361 p. Leia-se com proveito o cap. VII - A criação de um novo continente.
38. Cfr. art. cit. item acima, no. 24.
39. Senghor, Léopold Sédar. Nation et voie africaine du socialisme. Paris, Présence Africaine, 1 961. 138 p. Vide p. 34 e seguintes.

Aproveitamos aqui para deixarmos expressos os nossos agradecimentos ao Presidente Senghor por ter-nos facilitado esta emuita outras obras e dado gentilmente permissão para que delas citássemos.
40. Op. cit. p. 40, 74, 75.
41. Op. cit. p. 74.
42. V. ed. cit. no item 37, acima.
43. Cfr. Drachler, Jacob. African Heritage. An anthology of black African culture. Pref. by Melville J. Herskovits. London, Collier Books, 1 970. p. 106.
44. Cfr. ed. cit. no item 1.
45. Op..cit. p. p. 602.
46. Op. cit. p. 602.
47. Ahidjo, Ahmadou. Contribution à la construction nationale. Paris, Présence Africaine, 1964. 139 p.
48. Marinelli, Lawrence A. The New Liberia. A historical and political survey. New York, Praeger, 1 964. 244 p. Especialmente cap. i.
49. Cfr. ed. cit. item 30.
50. Deschamps, Hubert. Peuples et nations d'outre-mer. Paris, Dalloz, 1 954. p. 175, onde Deschamps escreve:

"Ces sont les noirs "repatriés", parlant anglais, occidentalisés et sans lien avec les tribus de l'intérieur. On les appelle les "créoles"" - ibidem p. 175.
51. Op. cit. p. 39.

52. Op. cit. p. 201. Ilustrações.
53. Kaunda, Kenneth D. A Humanist in Africa. Letters to Colin M. Morris. Longmans, London, 1969. 136.p
54. Op. cit. p. 110.
55. Op. cit. p. 152.

Ferkiss, escreve, desapontado:

"Cumpre acentuar que, salvo a UAM, que criou estreitas e contínuas relações úteis, inclusive fundando a Air Afrique, esse grupos não criaram quaisquer organismos funcionais importantes, embora vários acordos fossem assinados. Ainda que as potências de Casablanca geralmente atuassem em grupo nas Nações Unidas e no Congo - apoiando Lumumba e depois, Antoine Gizenga - todas essas conferências foram, essencialmente, manifestações de posições e tendências políticas. As delegações chegavam e partiam incoerentes em sua política e instáveis em seus compromissos. O que resultou dessas reuniões foram definições de centros de gravidade, e não alinhamentos sólidos.

Essa divisão da África nas potências de Casablanca e em seus adversários ocasionou um grave perigo para o bem-estar africano e para a causa da unidade continental. Se as potências de Casablanca pudessem ser consideradas como um bloco pró-Oriental, a UAM como pró-francês e as potências de Monróvia como pró-Occidentais, então a guerra fria teria chegado à África como uma vingança. Cumpriria a criação de uma unidade maior para melhorar a possível consequência de tais esquemas. A África não podia permitir-se ser dividida mais uma vez pelo mundo externo, dessa vez não por rivais coloniais ao velho estilo, mas por rivais na luta pela hegemonia política e ideológica mundial" - op. cit. p. 152 e 153.

56. Cfr. ed. cit. item 37.
57. Ahidjo, El Hadj Ahmadou. Nation et développement dans l'unité et la justice. Paris, Présence Africaine, 1969. 93 p.

"É um dos bons livros do Presidente Ahidjo, não apenas como le veza de estilo, mas como conteúdo. Ele se torna mais denso e fala como um líder que comandava o seu país em direção ao desenvolvimento vencendo tantas barreiras que pareciam intransponíveis.

Preocupa-se muito com o problema da Justiça e chega a dizer, grandiloquentemente, que

"J'ai dit que la justice sociale n'est pas un épiphénomène de notre régime, mais sa raison d'être fondamentale. Elle est source d'adhésion, d'unité et de stabilité" - p. 47.

58.

Op. cit. p. 77.

O Presidente gostava de frisar que não assumia compromissos com blocos nem se interessava pelas questões que, ideologicamente, abalavam outros países. O que para ele existia era o relacionamento com todos os povos, através de um não-alinhamento construtivo:

"Rien d'étonnant, dès lors, que notre politique internationale s'inspire du double principe de paix et de coopération avec toutes les nations du monde sans discrimination mais avec le souci permanent de faire respecter notre souveraineté et notre personnalité. En d'autres termes, tel est le fondement de notre non-alignement qui traduit simplement, je l'ai dit à maintes reprises, notre volonté, de participer, dans la liberté, à l'édification du destin commun de l'humanité" - p. 76 e 77.

59.

Cfr, Le Président Kayibanda vous parle, p. 51, discurso do 12 de maio de 1963:

"... des accords de coopération et d'assistance technique produisent déjà leurs effets bénéfiques et, entre temps, aucune entreprise contribuant valablement à la promotion du progrès national n'a arrêté ses activités" - ibidem p. 51

60.

Op. cit. p. p. 118.

Os autores escrevem sobre as cooperações internacionais e o respeito da política do bilateralismo entre os Estados, surgida depois da Segunda Guerra:

"Noch ehe der Zweite Weltkrieg zu Ende war, hatte die Idee der Vereinten Nationen vertragliche Gestalt angenommen. Auch wenn die Vereinten Nationen ursprünglich als der Rahmen gedacht waren, in dem die Hauptsieger des Zweiten Weltkrieges in Übertragung der militärischen Allianz auf politische Kooperation im weltweiten Massstab den Weltfrieden sichern sollten, konnte es als selbstverständlich gelten, dass alle Staaten, die aus der anlaufenden Entkolonisierung hervorgehen würden, dazustießen. Indien gehörte schon zu den Mitgründern, ehe es die formale Unabhängigkeit erlangt hatte". p. 118.

E, mais abaixo:

"Mehr als einst beim Völkербund nach dem Ersten Weltkrieg war mit der Gründung der Vereinten Nationen und mit den Erwartungen, die man an ihre Wirksamkeit knüpfte, der Trend zu kollektiver, zu übernationaler Aussenpolitik der Staaten angedeutet. Man suchte

Sicherheiten und Garantien gegen eine Wiederholung von Kriegskatastrophen, wie sie gerade beendet waren. Und die Länder, die am meisten unter dem Krieg gelitten hatten, erbaten die Hilfe der weniger betroffenen oder der reicheren Staaten. Alles sprach gegen die Verfestigung eines nationalstaatlichen Egozentrismus" - ibidem p. 118 e 119.

61. Op.cit. p. 119.

62. Op. cit. p. 271.

63. Op. cit. p. 269.

Conclui Ferkiss:

"O Brasil representa um concorrente mais forte para a futura influência na África. Sua herança africana foi reconhecida na fundação de um Centro de Estudos Africanos na Universidade da Bahia e há muito o Brasil acalenta a idéia de uma comunidade mundial lusitana, supra-política e multiracial...." - p. 269.

E, mais adiante:

"... o Brasil poderia desempenhar um papel de destaque, uma vez que tem em comum com essa área uma língua pouco difundida no mundo. Se a lei e a ordem forem quebradas em Angola e Moçambique como ocorreu no Congo, o Brasil poderia ser uma fonte importante de tropas e técnicos; se alcançarem uma independência viável, o Brasil seria uma alternativa óbvia a Portugal como fonte de orientação e assistência" - ibidem p. 270.

Note-se que Ferkiss escrevia isto antes da independência das províncias ultramarinas de Portugal.

Muita coisa mudou desde então e o Brasil não atingiu aquela posição de grandeza e influência que o autor vaticinava.

64. Rodrigues, Nina. Os Africanos no Brasil. Brasília, CEN/Editora Universidade de Brasília, 1 982. 283 p.

65. Freyre, Gilbert. Ordem e Progresso. 3a. ed. Tomo I. Brasília, José Olympio/INL, 1 974. De p. 298 usque 344.

66. Op. cit. p. 269.

67. Sabbá-Guimarães, Newton. Lembranças e Imagens. Ensaio e perfis biográficos. Manaus, Imprensa Oficial, 1 981. 309 p.

68. Kubitschek, Juscelino. 50 anos em 5. Meu caminho para Brasília. Vol. III. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1 978. 453 p. Interessante o capítulo intitulado "O desafio da África", de p. 195 e seguintes.

69. Bezerra de Menezes, Adolpho Justo. Asia Africa e a Política Independente do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 961. p. 70.

Ele escreve:

"Se, por um lado, é motivo de regozijo vermos nossa diplomacia deixando aquela fase decorativo-contemplativa, em que vegetou por tanto tempo, por outro nos infunde certa tristeza o fato de que sejam tão poucos, ainda, em nossa terra os que compreendem os motivos e as vantagens de tentar-se uma liderança ázio-africana e porque o Brasil está talhado para isso. A idéia de uma liderança desse jaez e, preponderantemente, de ordem moral. Entretanto, nem por isso, deixa ela de possuir implicações altamente vantajosas, de caráter econômico-político" - p. 70. Grifamos.

70. Op. cit. p. 71.

71. Op. cit. p. 71.

Para Bezerra de Menezes

"Quem melhor que nós, povo descomplexado, construtor da maior civilização em zona tropical, para compreender e defender os anseios de um formigueiro humano, situado quase por inteiro, também, em países que se estendem em latitudes idênticas às de nossa terra? Mas, se motivos desse elevado teor ainda não conseguem polarizar a opinião pública brasileira, é mister apontar-lhe as vantagens econômicas que adviriam, para nós, com tal linha de conduta internacional" - ibidem p. 71.

72. Sancti Thomae Aquinatis, Summa Theologiae. Prima secundae. II. Madrid, Editorial Católica, 1 952. 849 p.

73. Woddis, John. África. As raízes da revolta. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 961. 294 p.

Merecem leitura atenta os capítulos i, viii e ix.

O livro, é bom que se advirta, é polêmico, por vezes violento, sem a menor serenidade. Mostra uma África Negra terrivelmente espoliada pelos "brancos" e quase que incita à revolta, como aliás diz no título.

74. Op. cit. p. 296 e seguintes. A África Do Sul, em busca de prosperidade econômica, aceita o jogo imoral de muitos países africanos. E

"The economic attraction of South Africa, however, is some

times more powerful than racial or moral scruples. In their struggle for economic prosperity (or even survival) some African countries away from the immediate orbit of South Africa (for example, Ivory Coast), have put out feelers to enter into more friendly relations with that country, without the conditions enshrined in the Lusaka Manifesto being met. Any major change in the relationship between South Africa and tropical Africa is bound to have implications for all concerned" - p. 297.

Pelo que se vê, para os Estados como para os indivíduos, é muito difícil manter a dignidade na miséria... Os países africanos, em sua maioria muito pobres, deblateram contra o regime racista de Pretória, o Estado mais rico da África, mas nem por isso deixam de estender-lhe as mãos em pedidos de ajuda. E aquele Estado, ou por um gesto humanitário, ou bem pragmático, não deixa de ajudar os seus desafortunados.

75. Op. cit. p, 296.

76. Schapp, Wilhelm. In Geschichten verstrickt. Zu Sein von Mensch und Ding. Hamburg, Richard Meiner Verlag, 1 953. 210 p.

77. Nkrumah, Kwame. Ghana. Autobiographie de. Trad. de Charles L. Patterson. Paris, Présence Africaine, 1 960. p. 219 e 220.

Nkrumah escreveu:

"Dans les pays coloniaux où l'impérialisme a réussi à scinder le mouvement nationaliste pour l'orienter dans le sens du tribalisme, la lutte anti-impérialiste est invariablement affaiblie et les principaux objectifs du mouvement nationaliste, unité et indépendance, sont sacrifiés sur l'autel du tribalisme" - ibidem 219 e 220.

78. Ferkiss. África - Um continente à procura de seu destino. Ed. cit. no item 37.

79. Accioly, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. 10a. ed. São Paulo, Saraiva, 1 973. 393 p.

80. Foignot, René. Manuel élémentaire de Droit International Public. Paris, Librairie Arthur Rousseau, 1 929. 700 págs.

Esse manual é um clássico e traz grande variedade de tipos de Estados devidamente classificados e definidos. Ain-

da que, em muitos passos, esteja totalmente envelhecido, a primeira parte que trata do Estado "comme sujet du Droit International", é excelente. Foignet define o Estado como

"... une communauté d'hommes, établie d'une façon permanente sur un territoire déterminé, soumise à un gouvernement, indépendante et souveraine" - p. 57.

Nação ele define como "une réunion d'hommes ayant la même origine, les mêmes traditions, les mêmes mœurs, les mêmes aspirations" - p. 60.

E estabelece uma diferenciação entre nação e Estado com estas palavras:

"... il résulte que l'Etat et la nation sont deux choses absolument différentes. L'Etat éveille l'idée d'un lien politique, la nation l'idée d'un lien purement moral" - p. 60.

E demonstra que pode existir um Estado sem nação assim como existem nações que não são Estados. E dá vários exemplos ilustrativos.

A parte em que trata dos Estados segundo a sua composição é simplesmente excelente e muito rica. Nela nos baseamos ao estudarmos alguns Estados africanos no capítulo IV.

81. Lavroff, Dmitri. Os partidos políticos da África Negra. Trad. de Eduardo Cambezes. Amadora, Bertrand, 1975. p. 104.
82. Op. cit. p. 101.
83. Cit. por Lavroff. Op. cit. p. 101, nota de pé de página.
84. Op. cit. p. 101.

B i b l i o g r a f i a

utilizada nesta Tese de Doutorado:

1. Ahidjo, El Hadj Ahmadou. Contribution à la Construction Nationale. Paris, Présence Africaine, 1 964. 138 p.
2. ———. Contribution to National Construction. Présence Africaine, Paris, 1964. 136 p. É a tradução inglesa da anterior.
3. ———. La pensée politique d'. Monte Carlo, Éditions Paul Bory, 1 968. 101 p.
4. ——— - Nation et Développement dans l'Unité et la Justice. Paris, Présence Africaine, 1 969. 93 p.
5. Accioly, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo, Edição Saraiva, 1 973. 393 p.
6. Andrade, Almir. Lições de Direito Constitucional. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1 973. 201 p.
7. Aquino, Santo Tomás de. Summa Theologiae. Tomo II. Madrid, La Editorial Católica, 1 952. 849 p.
8. Aron, Raymond. República Imperial. Os Estados Unidos no mundo do pós-guerra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 975. Trad. Edilson Alkmin Cunha. 359 p.
9. Bailey, Sydney B. Naissance des Nouvelles Démocraties. Paris, Armand Colin, 1 953. 200 p.
10. Barre, General Mohamed Siyad. Mon Pays et mon Peuple. Mogadiscio, Ministère de l'Information et de l'Orientation Nationale, 1 974. 333 p.
11. Bechtoldt, Heinrich & Walter Mogg. Politikwissenschaft. Berlim, Carl Habel Verlagsbuchhandlung, s/d. 287 p.
12. Bobbio, Norberto. O Conceito de Sociedade Civil. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1 982. 77 p.
13. ———. A Teoria das Formas de Governo. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1 980. 178 p.
14. Bottomore, T.B. As Elites e a Sociedade. Trad. Octávio Guilherme C.A. Velho. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 974. 135 p.
15. ———. Introdução à Sociologia. Trad. Waltensir Dutra e Patrick Burglin. 8a. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 981. 318 p.
16. Brecht, Arnold. Teoria Política. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 965. 2v. 751 p.
17. Chaliand, Gérard. A Luta pela África. Estratégia das potências. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo, Editora Brasiliense, 1 982. 137p.

18. Calmon, Pedro. Curso de Teoria Geral do Estado. 3 ed. aum. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1 949. 432p.
19. Chamberlain, Francis L. Raízes do Capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1 964. 228p.
20. Chambers, William N. & Salisbury, Robert N. Perspectivas atuais da Democracia. Trad. Constantino Paleólogo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 966. 213p.
21. Cassirer, Ernst. O Mito do Estado. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 976. 316p.
22. Chantebout, Bernard. Do Estado. Uma tentativa de desmitificação. Trad. José Antônio Faria Corrêa. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1 977. 140p.
23. Cavalcanti, Themistocles Brandão. Teoria do Estado. Rio de Janeiro, Editor Borsoi, 1 969. 468p.
24. Choue, Young Seek. Reconstruction of the Human Society. Seoul, Kyung Hee University Press, 1 975. 277p.
25. Chase, Richard. The Democratic Vista. New York, Doubleday Anchor Books, 1 958. 180p.
26. Duvalier, Dr. François. La Révolution au Pouvoir. Oeuvres essentielles. 3 ed. Haiti, Port-au-Prince, 1 970. 688 p.
27. Duvalier, Dr. François. Eléments d'une Doctrine. Oeuvres essentielles. Haiti, Port-au-Prince, 1 967. 829 p.
28. Duverger, Maurice. Ciência Política. Teoria e método. Trad. Heloísa de Castro Lima. 2ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 976. 437p.
29. Ebenstein, William. Totalitarismo. Novas perspectivas. Trad. Walter Pinto. Rio de Janeiro, Bloch, 1 967. 97 p.
30. Ferkiss, Victor C. Africa. Um continente à procura de seu destino. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro, GED, 1967. 359p.
31. Foignet, René. Manuel Elémentaire de Droit International Public. 14ed. Paris, Librairie Arthur Rousseau, 1 929. 700p.
32. Fried, Morton H. A Evolução da Sociedade Política. Trad. Luís Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 976. 246p.

33. Friedrich, Carl J. Uma introdução à Teoria Política. Trad. Leonidas Xausa e Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 90. 186p.
34. _____.& Brzezinski, Zbigniew K. Totalitarismo e Autocracia. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro,GRD,1 965. 298p.
35. _____.El Hombre y el Gobierno. Una teoría empírica de la política. Trad. J.A. González Casanova. Madrid, Editorial Tecnos, 1 968. 767p.
36. Gatti, Ellen & Attilio. A África de Hoje. São Paulo, Melhoramentos, 1 961. Trad. Raul de Polillo. 190p.
37. Hollenberg, Dr. A. De natuurlijke inrichting der samenleving. Heemstede, Uitgeverij De Toorts, 1 941. 263p.
38. Habermas, Juergen. Erkenntnis und Interesse. Mit einem neuen Nachwort. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1 983. 420p.
39. _____. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1 984. 398p.
40. Jaarsveld, F.A. van. The Awakening of Afrikaner Nationalism. Trad. F.R. Metrowich. Cape Town, Human & Rousseau, 1 961. Original em afrikaans. 259p.
41. Jouvenel, Bertrand de. As Origens do Estado Moderno. Uma história das idéias políticas modernas no século XIX. Trad. Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 978. 350p.
42. Kelsen, Hans. Teoría General del Estado. Trad. Luis Legaz Lacambra. México, Editora Nacional,S.A., 1 979. 544p.
43. Kenyatta, Mzee Jomo. Facing Mount Kenya.Introd. B. Malinowski. New York, Vintage Books, 1 969. 326p.
44. _____. Speeches and Messages. Em inglês e kiSwahili. Ministério da Informação, s/d.
45. Kayibanda, Grégoire. Le Président Kayibanda vous parle. Kigali, Servive de l'information, 1 964. 167p.
46. Klerk, W.A. de. The Puritans in Africa. A story of Afrikanerdom. Middlesex, Penguin Books, 1 976 376p.
47. Kock, W.J. de. Geskiedenis van Suid-Afrika. Pretoria, Departement van Inligting, 1 971. 64 p.

48. Lasky, Melvin J. Africa for Beginners. London, Weidenfeld and Nicolson, 1 962. 171p.
49. Lacoste, Yves. Os países subdesenvolvidos. Trad. Diva Benedites Pinho. São Paulo, Difusão Européia, 1 969. 130p.
50. Lavroff, Dmitri. Os Partidos Políticos da África Negra. Trad. Eduardo Cambezes. Amadora, Livraria Bertrand, 1 975. 145p.
51. Leu-Grieder, Hermann. Tropenschule. Wegleitung für Auswanderer nach den Tropen. Zürich, Verlag Oprecht, 1 945. 151p.
52. Lerner, Daniel & Wilbur Schramm. Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento. Pref. Lyndon Johnson. Trad. Maria Heloíza Schabs Cappellato. São Paulo, Edição Melhoramentos/Edusp, 1 973. 341p.
53. Lima, Eusébio de Queiroz. Teoria do Estado. 8ed. Rio de Janeiro, Record, 1 957. 310p.
54. Lima, Rogério de. A Outra Verdade. Interpretação de um gráfico de temperaturas africanas. Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1 972. 607p.
55. Lipset, Seymour Martin. O Homem Político. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 967. 440p.
56. Litrento, Oliveiros L. O Princípio da Autodeterminação dos Povos. Síntese da soberania e o homem. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1 964. 234p.
57. Lusignan, Guy de. L'Afrique Noire depuis l'Indépendance. Paris, Arthème Fayard, 1 970. 410p.
58. Loewenheim, Francis L. História e Diplomacia. Trad. Edmund Jorge. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 969. 246p.
59. Marinelli, Lawrence A. The New Liberia. A historical and political survey. New York, Frederick Praeger Publishers, 1964. 244p.
60. MacIver, R.M. Towards an Abiding Peace. New York, The Macmillan Co., 1 943. 196p.
61. Merle, Marcel (org.). L'Afrique Noire Contemporaine. Paris, Librairie Armand Colin, 1 968. 456p.
62. Menezes, Adolpho Justo Bezerra de. Ásia, África e a Política Independente do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961. 132p.

63. Mahieu, Jaime María de. El Estado Comunitario. Buenos Aires, Editorial Astrea, 1 973. 174p.
64. Martin, Roderick. Sociologia do Poder. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 978. 225p.
65. Mobutu, Joseph-Désiré, aliás, Mobutu Sese Seko. Le Président Mobutu vous parle. Kinshasa, Haut Commissariat à l'Informa - tion, 1 966. 217p.
66. Mowat, R.C. Climax of History. London, Blandford Press, 1 951. 192p.
67. Mveng, Elgelbert. Histoire du Cameroun. Paris, Présence Africai - ne, 1 963. 534p.
68. Neme, Mário. Difícil Africa Negra. São Paulo, Editora Coliseu, 1 966. 123p.
69. Neves, João Alves das.(Org.). A Nova África. São Paulo, Edito - ra Anhambi, 1 961. 224p.
70. Nkrumah, Kwame. Ghana. Autobiographie de. Trad. francesa de Charles L. Patterson. Paris, Présence Africaine, 1 960. 293p.
71. Nkrumah, Kwame. Consciencism. Philosophy and ideology for deco - lonization and development with particular reference to African Revolution. London, Heinemann, 1 966. 122p.
72. Oliver, Roland & Anthony Atmore. Africa since 1 900. Cambridge, Cambridge University Press, 1 977. 343p.
73. Paton, Alan. Cry, the Beloved Country. London, Penguin Books, 1 987. 240p.
74. Pattee, Richard. Portugal na Africa Contemporânea. Apresentação de Arthur Cêzar Ferreira Reis. Rio de Janeiro, PUC, 1 961. 823p.
75. Pestalozza, Luigi. Somalia, cronaca della rivoluzione. Bari, De - dalo Libri, 1 973. 361p.
76. Rêves, Emery. The Anatomy of Peace. New York, Harper & Brothers, 1 945. 275p.
77. Rawlings, Jerry John. A Revolutionary Journey. Selected speeches. vol.1. Accra, Information Services, 1 983. 90p. + documents.
78. _____. Forging Ahead. Selected speeches. vol.2. Accra, Infor - mation Services, 1 984. 74p. + ilustração e documentos.
79. Rivières, Edmond Séré de. Histoire du Niger. Pref. Diori Hamani. Paris, Éditions Berger-Levrault, 1 965. 310p.

80. Rodrigues, Nina. Os Africanos no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília/CEN, 1 982. 283p.
81. Senghor, Léopold Sédar. Nation et Voie Africaine du Socialisme. Présence Africaine, 1 961. 138p.
82. _____. Nationhood and the African Road to Socialism. Paris, Présence Africaine, 1 961. Trad. inglesa de Mercer Cook. 134p.
83. _____. Um Caminho do Socialismo. Trad. e notas de Vicente Barretto. Rio de Janeiro, Record, 1 965. 115p.
84. _____. Liberté 1. Négritude et Humanisme. Paris, Le Seuil, 1 964. 445p.
85. _____. Poèmes. Paris, Le Seuil, 1 964. 254p.
86. Sabbá-Guimarães, Newton. Providenciais, Humanos & Heróis. Ensaios de política internacional. Manaus, Imprensa Oficial, 1980. 239p.
87. _____. Lembranças e Imagens. Ensaios e perfis biográficos. Manaus, Imprensa Oficial, 1 981. 309p.
88. _____. Sem Fronteira. Estudos e entrevistas. Manaus, Imprensa Oficial, 1 981. 174p.
89. _____. Páginas Inquietas. Idéias políticas e outras inquietações. Manaus, Imprensa Oficial, 1 982. 180p.
90. _____. Escombros. Páginas de ensaios biográficos e políticos e de polémica. Manaus, Imprensa Oficial, 1 982. 194p.
91. Sartori, Giovanni. Teoria Democrática. Trad. Francisco M.da Rocha Filho e Oswaldo Blois. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1 965. 496p.
92. Sela, Aniceto. Derecho Internacional. Barcelona, Manuel Soler Editores, s/d. 215p.
93. Selassié, S.M.I. Hailé. Selected Speeches of His Imperial Majesty Haile Selassie I. Addis Ababa, Imperial Ministry of Information, 1 967. 693p.
94. Schapp, Wilhelm. In Geschichten verstrickt. Hamburg, Richard Meiner Verlag, 1 953. 210p.
95. Starcke, Anna. Survival. Taped interviews with South African power élite. Cape Town, Tafelberg, 1 978. 217p.
96. Swaziland. Swaziland Report for the Year 1 964. London, Her Majesty's Stationery Office, 1 965. 136p.

97. Swaziland. Swaziland Report for the Year 1 965. London, Her Majesty's Stationery Office, 1 966. 141p.
98. Santiago, Theo (Org.). Descolonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1 977. 200p.
99. Siewerth, Gustav. Die Freiheit und das Gute. Freiburg, Herder, 1 959. 88p.
100. Touré, Ahmed Sékou. L'Afrique en Marche. 4ed. Impresso na Suíça, s/d. Nenhuma outra indicação. 694p.
101. _____. L'Afrique et la Révolution. Como acima. 398p.
102. _____. Le Pouvoir Populaire. 3ed. Genève, Kundig, 1972. 615p.
103. Tesauro, Alfonso. Istituzioni di Diritto Pubblico. 13ed. Nápoles, Eugenio Jovene, 1 958. 331p.
104. Toynbee, Arnold J. A Civilização Posta à Prova. Trad. Luiz de Sena. São Paulo, CEN, 1 953. 250p.
105. Tubman, William V.S. The Official Papers of. Addresses, messages, speeches and statements - 1 960-1 967. Monrovia, Department of Information and Cultural Affairs, 1 968. 687p.
106. Uexhuell, Thure von & Ernesto Grassi. Wirklichkeit als Geheimnis und Auftrag. Bern, Verlag A. Francke, 1 945. 130p.
107. Valdour, Jacques. Organização Monárquica do Estado. Trad. Arlindo Veiga dos Santos. São Paulo, Reconquista, 1 956. 117p.
108. Vega, Luis Mercier. Mécanismes du Pouvoir en Amérique Latine. Paris, Editions Universitaires, 1 967. 229p.
109. Vereker, Charles. O Desenvolvimento da Teoria Política. Trad. André Amado e Marcus de Vincenzi. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 967. 241p.
110. Vat, Dan van der. Britten, beesten en buitenlanders. Utrecht, Uitgeverij Het Spectrum, s/d. 240p.
111. Verwoerd, H.F. Verwoerd aan die woord. Toesprake 1 948 - 1 962. Onder redaksie van Prof. A.N. Pelzer. Johannesburg, Afrikaanse Pers-Boekhandel, 1 963. 676p.
112. Villalta, Blanco. La Organización de la Comunidad Internacional. Buenos Aires, Editorial Nova, 1 958. 164p.
113. Vorster, B.J. Select Speeches. Ed. by Prof. Dr. O. Greyser. Bloemfontein, Institute for Contemporary History, 1 977. 363p.
114. Wallace, Henry A. L'Era del Popolo. Trad. G. Alzati. Milano, Rizzoli Editore, 1 946. 126p.

115. Weber, Max. O Político e o Cientista. Trad. Carlos Grifo Barbo. 3^{ed}. Lisboa, Editorial Presença, 1979. 151p.
116. Wall, Patrick. Prelude to Détente. An in-depth report on Southern Africa. London, Stacey International, 1975. 108p.
117. Ziegler, Jean. Le pouvoir africain. Eléments d'une sociologie politique de l'Afrique Noire et de sa diaspora aux Amériques. Paris, Editions du Seuil, 1971. 227p.

Addendum à bibliografia geral

1. Brusa, A. Le Rhodesie nell'Eurafrica di Domani. Pref. Goffredo Jaja. Milano, Fratelli Bocca, 1 941. 22p.
2. Cohen, Marcel. A Escrita. Trad. Rui Cabeçadas. Lisboa, Publicações Europa-América, 1 961. 136p.
3. Castro, Therezinha de. Africa. Geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1 979. 152p. + quadros estatísticos e mapas.
4. Cooper, James Fenimore. The American Democrat. New York, Vintage Books, 1 956. 190p.
5. Davidson, Basil. Africa in History. St. Albans, Paladin, 1 974. 366p.
6. Decraene, Philippe. O Pan-Africanismo. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia, 1 962. 132p.
7. Deschamps, Hubert. Peuples et Nations d'Outre-mer. Paris, Dalloz, 1 954. 475p.
8. Drachler, Jacob. African Heritage. An anthology of Black African personality and culture. Pref. Melville J. Herskovits. London, Collier Books, 1 970. 286p.
9. Duroselle, Jean Baptiste. Europa, de 1 815 a nuestros días. Vida política y relaciones internacionales. Trad. Ana Sallés. Barcelona, Editorial Labor, 1 975. 330p.
10. Foignet, René. Manuel Élémentaire de Droit International Public. Paris, Librairie Arthur Rousseau, 1 929. 700p.
11. Fehrenbach, T.R. O que há por trás da ONU. Trad. Hamilton Salerno. Rio de Janeiro, Dinal, 1 967. 456p.
12. Freyre, Gilberto. Ordem e Progresso. 3ed. II tomos. Rio de Janeiro, J.Olympio; Brasília, INL, 1 974. clxxxii + 814p.
13. Gaudio, Attilio. As Civilizações do Saara. Dez milênios de história, de cultura e grande comércio. Trad. Torrieri Guimarães e Antoine Bouéry. Rio de Janeiro, Edições MM, 1 976. 307p.
14. Jacobs, Melville & Bernhard J. Stern. General Anthropology. New York, Barnes & Noble, Inc., 1 955. 338p.
15. Heyns, Johan Adam. Die Mens. Bloemfontein, Sacum Beperk, 1 974. 180p.
16. _____. Teologie van die Revolusie. Kaapstad, Tafelberg-Uitgewers Beperk, 1 975. 105p.
17. Kipnis, David. Senhores do Poder. Trad. Walteñsir Dutra. Rio de

18. Janeiro, Agents Ed., 1 977. 207p.
19. Kaunda, Kenneth D. A Humanist in Africa. London, Longmans, 1 969. 136p.
20. _____. The Nation is YOU. Lusaka, Government Printer, 1 972. 72p. + documents.
21. _____. The Watershed Speech. Lusaka, Zambia Information Services, 1 975. 54p.
22. Kountche, Seyni. Citations. 2ed. Niamey, Service de Presse, 1 976. 134p.
23. Kyemba, Henry. State of Blood. The inside story of Idi Amin's reign of fear. London, Corgi Books, 1 977. 288p.
24. Lavergne, Bernard. Individualisme contre Autoritarisme. Paris, Presses Universitaires de France, 1 959. 126p.
25. Meek, Ronald L. Economia e Ideologia. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 965. 288p.
26. Miliband, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. Trad. Fanny Tabak. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 972. 334p.
27. Mills, C. Wright. Poder e Política. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 965. 249p.
28. Poulantzas, Nicos. O Estado, o Poder, O Socialismo. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro, Graal, 1 980. 307p.
29. Ziff, William B. The Gentlemen Talk of Peace. New York, The Macmillan Co., 1 944. 530p.

Nota:

Além da bibliografia citada e do addendum, foram citadas outras, facilmente identificáveis do texto e que serviram de amparo teórico. Além disso, consultaram-se números atrasados de "Time", revistas sul-africanas como "Panorama - Revista de Sudáfrica", em espanhol; revistas econômicas e políticas do Transkei, do Ciskei, da Costa do Marfim, do Senegal, do Malávi, do Gabão, dos Camarões, do Tchade, de Ghana, vários exemplares de "Europe France Outremer", "The New Ghana", "Homelands - The rôle of the Corporations in the Republic of South Africa" (vários números), anuários oficiais do Tchad, Camarões, Costa do Marfim, Transkei, Senegal, Gâmbia e outros países, cuja enumeração faria ainda mais longa e cansativa esta bibliografia.

E, concluindo Novos tipos de Estados e regimes na África Negra no pós-colonialismo
- Uma visão humanística, com um gesto de humildade pelo trabalho que poderia ter sido melhor e que outros poderiam fazer com mais brilhantismo, volto-me para aquele Livro que me tem sido fonte de inspiração e onde sempre há palavras de estímulo e de profunda verdade:

"QUID EST QUOD FUIT? IPSUM QUOD
FUTURUM EST. QUID EST QUOD FACTUM EST?
IPSUM QUOD FACIENDUM EST. NIHIL SUB
SOLE NOVUM, NEC VALET QUISQUAM DICERE:
ECCE HOC RECENS EST; JAM ENIM PRAECES-
SIT IN SAECULIS QUAE FUERUNT ANTE NOS.
NON EST PRIORUM MEMORIA; SED NEC EORUM
QUIDEM QUAE POSTEA FUTURA SUNT ERIT
RECORDATIO APUD EOS QUI FUTURI SUNT IN
NOVISSIMO"

B i b l i a, Ecclesiastes, cap.
I, 9 usque 11. .

ET

DEO

GRATIAS

Apêndices e documentos:

PARTEMIHUTU

F. L. 19 1974 KAMA RWANDA

DEPARTEMENT SOCIAL : 07/
DEPARTEMENT POLITIQUE : 08/K'Umukunzi wacu
NEWTON SABBA Guimaraes

Ref : 09/03/702

Nshuti dukunda,

Objet :

Nabonye urwandiko rwawe watwandikiye ku itariki ya karindwi (7) y'ukwezi kwa novembri k'umwaka w'igihumbi kimwe na magana cyenda na mironko itandatu n'icyenda (1969), rwatumenyeshaga ko watwoherereje artikile wanditse ku Rwanda.

Ndakumenyesha ko ntarayibona kugeza ubuho. Ndacyayitegereje.

Nk'uko wabinsabye, ndakumenyesha ko :

- 1) Prezida w'u Rwanda ari Gregori Kayibanda yongeye gutorwa mu kwezi kwa cyenda 1969 abona amajwi 99 ku ijana y'abatora b'ibitsina byombi kuva ku nyaka zashyamba n'umunani (18 ans).
- 2) Abaturage b'u Rwanda ni 3.582.000 mu mwaka 1968
- 3) Abatutsi ni 9 ku ijana
- 4) Abatwa ni umwe ku ijana
- 5) Ibyerekeye urulimi rwacu rw'ikinyarwanda bushobora gushakira muri Ministeri y'uburezi bw'igihugu (Ministère de l'Education nationale) no muri Université y'i Bujumbura.

Ubuho watangiye kwiga i Kinyarwanda, nkwoherereje ibitabo bizagufasha.

Ngako n'agatabo k'amategeko ya Parti Parmehutu.

Tuzajya kandi tukwoherereza n'ibindi byagufasha kumenyeshakira u Rwanda rwacu muri icyo gihugu cyanyu.

Le Secrétaire Exécutif National
du M.D.R. Parmehutu
MPAKANIYE Lazare.--

ARTIGO VINTE E NOVE

(1) O indivíduo tem deveres para com a comunidade, pôsto que tão somente nela poderá haver o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade.

(2) No exercício dos seus direitos e no gozo das suas liberdades cada pessoa está submetida aos limites estabelecidos pela lei, exclusivamente no sentido de assegurar o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades alheias, e a fim de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem estar geral, em uma sociedade democrática.

(3) Esses direitos e liberdades não poderão, em caso algum, ser exercidos, contrário-mente aos fins e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO TRINTA

Nenhuma disposição da presente Declaração poderá ser interpretada como outorga a um Estado, grupo, ou indivíduo, do direito de alguém se entregar a atividades, ou a realização de atos que visem a destruição dos direitos e liberdades aqui enunciados.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

Nós, os Chefes de Estado e de Governo Africanos reunidos em Adis-Abeba, Etiópia; Convencidos de que os povos possuem o direito inalienável de determinar seu próprio destino;

Conscientes do fato de que a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade são objetivos essenciais à realização das legítimas aspirações dos povos africanos;

Sabendo que é nosso dever colocar os recursos naturais e humanos de nosso Continente a serviço do progresso geral de nossos povos em todos os domínios da atividade humana;

Guiados pela vontade comum de reforçar a compreensão entre nossos povos e a cooperação entre nossos Estados, a fim de corresponder às aspirações de nossas populações quanto à consolidação de uma fraternidade e de uma solidariedade integradas no seio de uma unidade mas vasta, que transcenda as divisões técnicas e nacionais;

Convencidos de que, a fim de colocar esta firme determinação a serviço do progresso hu-

mano, e importante criar e manter condições de paz e segurança;

Firmemente resolvidos a salvaguardar e consolidar a independência e a soberania duramente conquistadas, assim como a integridade territorial de nossos Estados, e a combater o neo-colonialismo, sob tôdas as suas formas;

Voltados ao progresso geral da África;

Persuadidos de que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a cujos princípios reafirmamos nossa adesão, oferecem base sólida para uma cooperação pacífica e frutuosa entre nossos Estados;

Desejosos de ver todos os Estados Africanos doravante unidos, para assegurar o bem estar de seus povos;

Resolvidos a reafirmar os laços entre nossos Estados criando instituições comuns, e reforçando-as;

Concordamos em criar:

A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

ARTIGO 1º

1º) — As Altas Partes Contratantes constituem, por esta Carta, uma Organização denominada Organização da Unidade Africana.

2º) — Esta Organização compreende os Estados Africanos continentais, Madagascar e as outras ilhas vizinhas da África.

OBJETIVOS

ARTIGO 2º

1º) Os objetivos da Organização são os seguintes:

- a) Reforçar a unidade e a solidariedade dos Estados Africanos;
- b) Coordenar e intensificar sua cooperação e seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos da África;
- c) Defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência;
- d) Eliminar da África o colonialismo, sob tôdas as suas formas;
- e) Favorecer a cooperação internacional, levando devidamente em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

2º) Para êstes fins, os Estados participantes coordenarão e harmonizarão suas diretrizes políticas gerais, particularmente nos domínios seguintes:

- a) política e diplomacia;
- b) economia, transportes e comunicações;
- c) educação e cultura;
- d) saúde, higiene e nutrição;
- e) ciência e técnica;
- f) defesa e segurança.

PRINCÍPIOS

ARTIGO 3º

Os Estados participantes, para atingir os objetivos enunciados no artigo 2º, afirmam solenemente os seguintes princípios:

- 1.º) Igualdade soberana de todos os Estados participantes;
- 2.º) Não interferência nos assuntos internos dos Estados;
- 3.º) Respeito pela soberania e pela integridade territorial de cada Estado e por seu direito inalienável de existência independente;

- 4º) Resolução pacífica das desavenças, por meio de negociações, da meditação, da conciliação ou da arbitragem;
- 5º) Condenação sem reservas do assassinato político assim como das atividades subversivas exercidas pelos Estados vizinhos, ou por quaisquer outros Estados;
- 6º) Devotamento sem reservas à causa da emancipação total nos territórios africanos ainda não independentes;
- 7º) Afirmação de uma política de não-alinhamento em face de todos os blocos.

MEMBROS

ARTIGO 4º

Todo Estado africano independente e soberano pode tornar-se membro da Organização.

DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS PARTICIPANTES

ARTIGO 5º

Todos os Estados participantes gozam dos mesmos direitos e têm os mesmos deveres.

ARTIGO 6º

Os Estados participantes se comprometem a respeitar escrupulosamente os princípios enunciados no artigo 3º da presente Carta.

INSTITUIÇÕES

ARTIGO 7º

A organização procura atingir os objetivos

a que se propôs por intermédio, principalmente, das instituições abaixo:

- 1º) A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
- 2º) O Conselho dos Ministros;
- 3º) O Secretariado Geral;
- 4º) A Comissão de mediação, conciliação e arbitragem.

A CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

ARTIGO 8º

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo é o órgão supremo da Organização: deve ela, obedecendo às disposições da presente Carta, estudar as questões de interesse comum para a África, a fim de coordenar e harmonizar a política geral da Organização. Pode, ainda, proceder à revisão da estrutura das funções e das atividades de todos os órgãos e de todas as instituições especializadas que possam ser criadas de conformidade com a presente Carta.

ARTIGO 9º

A Conferência é composta dos Chefes de Estado e de Governo ou de seus representantes devidamente credenciados, e se reúne pelo menos uma vez por ano. Pode a Conferência reunir em sessão extraordinária, por solicitação de um Estado, submetida à aprovação de dois terços dos membros.

ARTIGO 10º

- 1º) Cada Estado participante dispõe de um voto;

2.º) Todas as decisões são tomadas por maioria dos Estados participantes da Organização;

3.º) Todavia, as decisões processuais são tomadas por maioria simples dos Estados participantes da Organização. Da mesma forma as decisões sobre o caráter processual ou não de uma questão.

4.º) O quorum é constituído pelos dois terços dos Estados participantes.

ARTIGO 11º

A Conferência estabelece o seu regimento interno.

O CONSELHO DOS MINISTROS

ARTIGO 12º

1.º) O Conselho dos Ministros é constituído dos ministros das Relações Exteriores ou de quaisquer outros ministros designados pelos Governos dos Estados participantes;

2.º) Reúne-se ele pelo menos duas vezes por ano. Pode o Conselho se reunir em sessão extraordinária, por solicitação de um Estado, submetida à aprovação de dois terços dos membros.

ARTIGO 13º

1.º) O Conselho dos Ministros é responsável para com a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Fica encarregado da preparação desta Conferência.

2.º) Toma ele conhecimento de todas as questões que lhe sejam remetidas pela Conferência; executa as decisões desta.

Faz atuar a cooperação inter-africana, segundo, as diretivas dos Chefes de Estado e de Governo, observando o artigo 2º, Parágrafo 2º, da presente Carta.

ARTIGO 14º

1.º) Cada Estado Membro dispõe de um voto;

2.º) Todas as resoluções são tomadas pela maioria simples dos membros do Conselho dos Ministros;

3.º) O quorum é constituído pelos dois terços dos membros do Conselho dos Ministros.

ARTIGO 15º

O Conselho dos Ministros estabelece o seu Regimento Interno.

SECRETARIO GERAL

ARTIGO 16º

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo designa um Secretário Geral Administrativo da Organização. Dirige ele os serviços do Secretariado.

ARTIGO 17º

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo designa um ou mais secretários gerais adjuntos.

ARTIGO 18º

As funções e as condições do emprego do

Secretário Geral Administrativo, dos Secretários Gerais Adjuntos e dos outros membros do Secretariado são regidas pelas disposições da presente Carta e pelo regimento interno aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

1º) No cumprimento de seus deveres, o Secretário Geral Administrativo e o seu pessoal não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo e de nenhuma autoridade estranha à Organização. Abster-se-ão de todo ato incompatível com sua situação de funcionários internacionais e só serão responsáveis perante a Organização.

2º) Todo membro da Organização compromete-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das funções do Secretário Geral Administrativo e de seu pessoal, e a abster-se de influenciá-los na execução de suas tarefas.

COMISSÃO DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

ARTIGO 19º

Os Estados participantes se comprometem a regulamentar suas desavenças por vias pacíficas.

Para este fim, criam uma Comissão de mediação, conciliação e arbitragem; cujas condições e condições de funcionamento são definidas por um protocolo separado, aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Considera-se este protocolo como parte integrante da presente Carta.

COMISSÕES ESPECIALIZADAS

ARTIGO 20º

São criadas, além das Comissões Especializadas que a Conferência possa julgar necessárias, as Comissões seguintes:

- 1º) A Comissão Econômica e Social
- 2º) A Comissão de Educação e Cultura
- 3º) A Comissão de Saúde, Higiene e Nutrição
- 4º) A Comissão de Defesa
- 5º) A Comissão Científica, Técnica e de Pesquisas.

ARTIGO 21º

Cada uma destas Comissões Especializadas é composta dos Ministros respectivos, e de quaisquer outros Ministros ou plenipotenciários para tal designados por seus Governos.

ARTIGO 22º

As Comissões Especializadas exercem as suas funções de acordo com as disposições da presente Carta e com um Regimento Interno aprovado pelo Conselho dos Ministros.

ORÇAMENTO

ARTIGO 23º

O orçamento da Organização, preparado pelo Secretário Geral Administrativo, é aprovado pelo Conselho dos Ministros. É constituído pelas contribuições dos Estados participantes,

observando-se as referências que permitiram o estabelecimento do barema das contribuições às Nações Unidas. A contribuição de cada Estado participante não poderá, contudo, exceder os vinte por cento do orçamento ordinário anual da Organização. Os Estados participantes se comprometem a pagar regularmente as suas respectivas contribuições.

ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DA CARTA

ARTIGO 24º

1.º) A presente Carta está aberta à assinatura de todos os Estados africanos independentes e soberanos. Será ratificada pelos signatários de acordo com as respectivas normas constitucionais;

2.º) O instrumento original, redigido, se possível, nas línguas africanas, além de em inglês e em francês, sendo todos os textos igualmente válidos, é confiado ao Governo da Etiópia, que transmitirá cópias certificadas deste documento a todos os Estados africanos independentes e soberanos;

3.º) Os instrumentos da ratificação são confiados ao Governo da Etiópia, que notificará este depósito a todos os Estados signatários.

ENTRADA EM VIGOR

ARTIGO 25º

A presente Carta entra em vigor quando do recebimento pelo Governo da Etiópia, dos instrumentos de ratificação de dois terços dos Estados signatários.

REGISTRO DA CARTA

ARTIGO 26º

A presente Carta, devidamente ratificada, será registrada pelo Governo da Etiópia, no Secretariado das Nações Unidas, conforme o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

INTERPRETAÇÃO DA CARTA

ARTIGO 27º

Toda decisão relativa à interpretação da presente Carta deverá ser tomada por maioria de dois terços dos Chefes de Estado e de Governo dos membros da Organização.

ADESAO E ADMISSAO

ARTIGO 28º

1.º) Todo Estado africano independente e soberano pode, em qualquer tempo, notificar ao Secretário Geral Administrativo sua intenção de aderir à presente Carta.

2.º) O Secretário Geral Administrativo, de posse desta notificação, distribui-lhe cópias a todos os membros. A admissão é decidida por maioria simples dos Estados participantes. A decisão de cada Estado participante é transmitida ao Secretário Geral Administrativo, que comunicará a decisão final ao Estado interessado, depois de ter recebido o número requerido de votos.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

ARTIGO 29º

Serão, se possível, utilizadas nos trabalhos

da Organização e de todas as suas instituições linguas africanas, além do francês e do inglês.

ARTIGO 30°

O Secretário Geral e Administrativo pode aceitar em nome da Organização, quaisquer oferecimentos, doações e legados feitos à Organização, condicionados à aprovação do Conselho dos Ministros.

ARTIGO 31°

O Conselho dos Ministros decide quais os privilégios e imunidades concedidos ao pessoal do Secretariado nos territórios respectivos dos Estados participantes.

RENUNCIA A CONDIÇÃO DE MEMBRO

ARTIGO 32°

Todo Estado que deseje se retirar da Organização notifica-lo-á ao Secretário Geral Administrativo. Um ano após esta notificação, caso ela não seja retirada, cessará de se aplicar a Carta a este Estado, que a partir de então não mais pertencerá à Organização.

EMENDA E REVISÃO

A presente Carta poderá ser emendada ou revista caso um Estado participante envie, para tal fim, uma solicitação escrita ao Secretário Geral Administrativo. A Conferência só conhecerá do projeto de emenda após todos os Estados participantes dele serem devidamente informados, e após o prazo de um ano. A emenda só terá validade quando aprovada no mínimo

por dois terços dos Estados participantes.

Em cuja fé Nós, os Chefes de Estados e de Governo africanos, assinamos a presente Carta.

Formulado em Adis-Abeba, Etiópia, em 25 de maio de 1963

Argélia — Burundi — Camarões — Congo
(Brazzaville) — Congo (Leopoldville) — Costa
do Marfim — Daomé — Etiópia — Gabão —
Gana — Guiné — Alto-Volta — Libéria — Li-
bia — Madagascar — Mali — Marrocos —
Mauritânia — Niger — Nigéria — República
Arabe Unida — República Centro-Africana —
Ruanda — Senegal — Serra Leoa — Somália —
Sudão — Tanganica — Tchad — Togo — Tunísia
— Uganda

32 Estados signatários.

Motlotlehi's Office,

P.O. Box 524,

MASERU.

11th July, 1966.

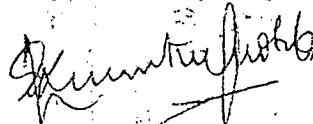
Sir,

I am directed by Motlotlehi Moshoeshoe II to acknowledge the receipt of your letter dated 3rd June, 1966, and to inform you that it has been referred to the Department of Information for necessary action.

I have the honour to be,

Sir,

Your obedient servant,



PRIVATE SECRETARY.

Dr. Newton Sabba Guimaraes,
Rua Paim, 235. 14 Bis. Apt. 2514,
Bela Vista,
SÃO PAULO, SP.
Brazil.

MINISTRY OF EDUCATION AND INFORMATION

INFORMATION DEPARTMENT

Union Vale, P. O. Box 321, Republic of Seychelles.

Telex : 2305 MINED SZ. Telegrams : EDUCATION. Seychelles. Telephone 22541

Please address all correspondence to the Under Secretary.



Your Ref:
Our Ref: INF/DOC/1/3
Enquiries To:
Telephone Ext:
Date: 6th July, 1983

Dr. Newton Sabba Guimaraes
Rua C. Casa 13, Quadra 10
Jardim Anchieta 88.000 Florianopolis, S.C.
Republique Federative du Bresil

Ser Msyé,

Mersi bokou pou sa let date le 8 Mars ki ou ti adres
nou Prezidan, ansanm avek sa lartik lo nou pei - Sesel.

An repons ou let, parey ou'n demande, nou pe anvoy
ou en kopi nasyon spesyal ki ti sorti le 5 Zen sa lannen
dan lekel ou a kapab gangn diskour Prezidan Rene ki i
ti fer pou sa lokazyon. Nou pe osi anvoy ou biografi
Prezidan Rene e osi enn son portre avek son sinyatir.

Konsernan bann liv an Kreol, nou regrete nou pa
pou kapab anvoy sa bann liv pou ou akoz zot pa'nn gangn
pibliye par nou. Sa bann liv i anvant kotlibreri nasyonal
e kout 15 a 20 roupi Seselwa. Si ou enterese, ou kapab
anvoy nou ou larzan e nou a fer laranzman pou aste zot
pou ou.

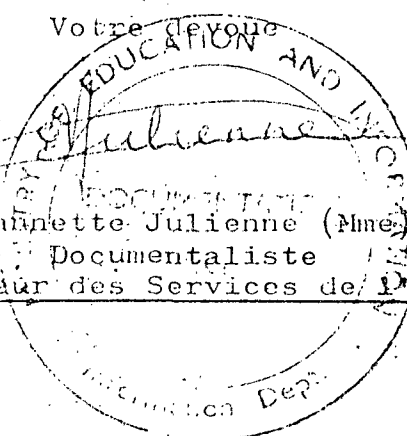
Ou'n demann nou pou rann ou larepons an Kreol, nou
espere ki ou a va konpran byen.

Mersi bokou pou ou lentere dan nou langaz Kreol.

Votre devoue

Jeannette Julienne
Jeannette Julienne (Mme)
Documentaliste

Pour le Directeur des Services de l'Information



*Le Président de la République Démocratique
de Madagascar*

19 0 III 1976.

Dr. Newton SABBA GUIMARAES.

Juge à la Cour de Justice de l'Etat

Ciade Jardim, bloco 5, apto 102

69.000 Manaus - AMAZONAS,

République Fédérative du Brésil.

Monsieur le Juge,

J'ai bien reçu votre dernière lettre qui a retenu toute mon attention.

Les sentiments que vous avez bien voulu manifester en mon endroit et à l'égard de la Repoblika Demokratika Malagasy nous ont beaucoup honorés. Ils constituent pour nous des plus précieux encouragements dans la poursuite des objectifs assignés à notre Révolution socialiste.

Aussi, je tiens à vous exprimer ici nos vifs remerciements pour votre délicate marque de sympathie ainsi que nos souhaits pour le succès de votre "essai" sur notre République.

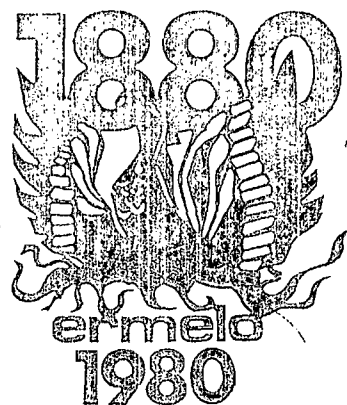
Enfin, suite à votre demande, je vous fais parvenir les quelques documents ci-joints dont je vous souhaite bonne réception.



Didier RATSIRAKA



STADSRAAD
ERMELLO
TOWN COUNCIL



Tel. 2112

Posbus/P.O. Box 48

ERMELLO

Verw. Nr. 10/1/8

2350

Ref No.

Navrae/Enquiries M Pienaar

Dr jur Newton Sabbá Guimarães
Cidada Jardim, bloco 5 apto 102
6900 Mana us
Amazonas
BRAZIL
Die Federatiewe Republiek van Brasilië

17 DEC 1980

EEUFEE SVIERINGS

Dit spyt my u nou eers van 'n antwoord te bedien op u skrywe van 1 Mei 1980 maar met die baie funksies wat nou ten einde geloop het, kan ons weer asem skep en die uitstaande sake afhandel.

U artikel 'An Centenario no Transvaal, Ermelo' is vertaal deur mnr Siebrits en mev. De Villiers (die Stadsklerk se eggenote) en het in die Hoëvelder van 11 Julie 1980 verskyn. Aangeheg 'n afskrif daarvan.

Die Stadsraad wens u te bedank vir u goeie wense en voldoen ek graag aan u wens om enkele foto's van 12 Februarie vanjaar in te sluit.

My beste wense aan u asook 'n Geseënde Kersfees.

Die uwe

H J Otto
BURGEMEESTER

/JK

DIE BRIEF SAL IN DIE ANDER LANDSTAAL AAN U GESTUUR WORD INDIEN U DIT BINNE SEWE DAE NA DIE BRIEFDATUM
HIERBO SKRIFTELIK VERSOEK.

IF DESIRED, A SIMILAR LETTER IN THE OTHER LANGUAGE WILL BE SENT TO YOU ON YOUR WRITTEN REQUEST MADE
WITHIN 7 DAYS OF THE DATE OF THIS LETTER



UNIVERSIDADE DA BAHIA
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS

Salvador, 29^{de} novembro de 1967

Of. 553/67

Ilmo. Snr.
Dr. Newton Sabbá Guimarães
Avenida Spixuma nº 1601
Cachoeirinha - Manaus
AMAZONAS

*Recebido:
aprovado: 25.VIII.*

Recebi há dias o seu trabalho sobre a escrita dos "vais", destinado à publicação em "Afro-Asia".

Imediatamente providenciei a confecção dos clichês necessários à ilustração do mesmo.

Espero que de agora por diante possamos contar a vossa colaboração regularmente.

A revista deverá ser publicada até o mês de março de 1968.

Quanto ao número anterior, ordenei a remessa, via aérea, para o vosso endereço.

Agradecendo a colaboração prestada, envio-vps as minhas saudações.

Prof. Waldir Freitas Oliveira

DIRETOR

[illegible][illegible]

2.* 9: I 27 27. 0' 1' 88 1111 1111 1111

3. 44 : I Z4 OXF YHI K8 ' ' Y O ' ' m l F *

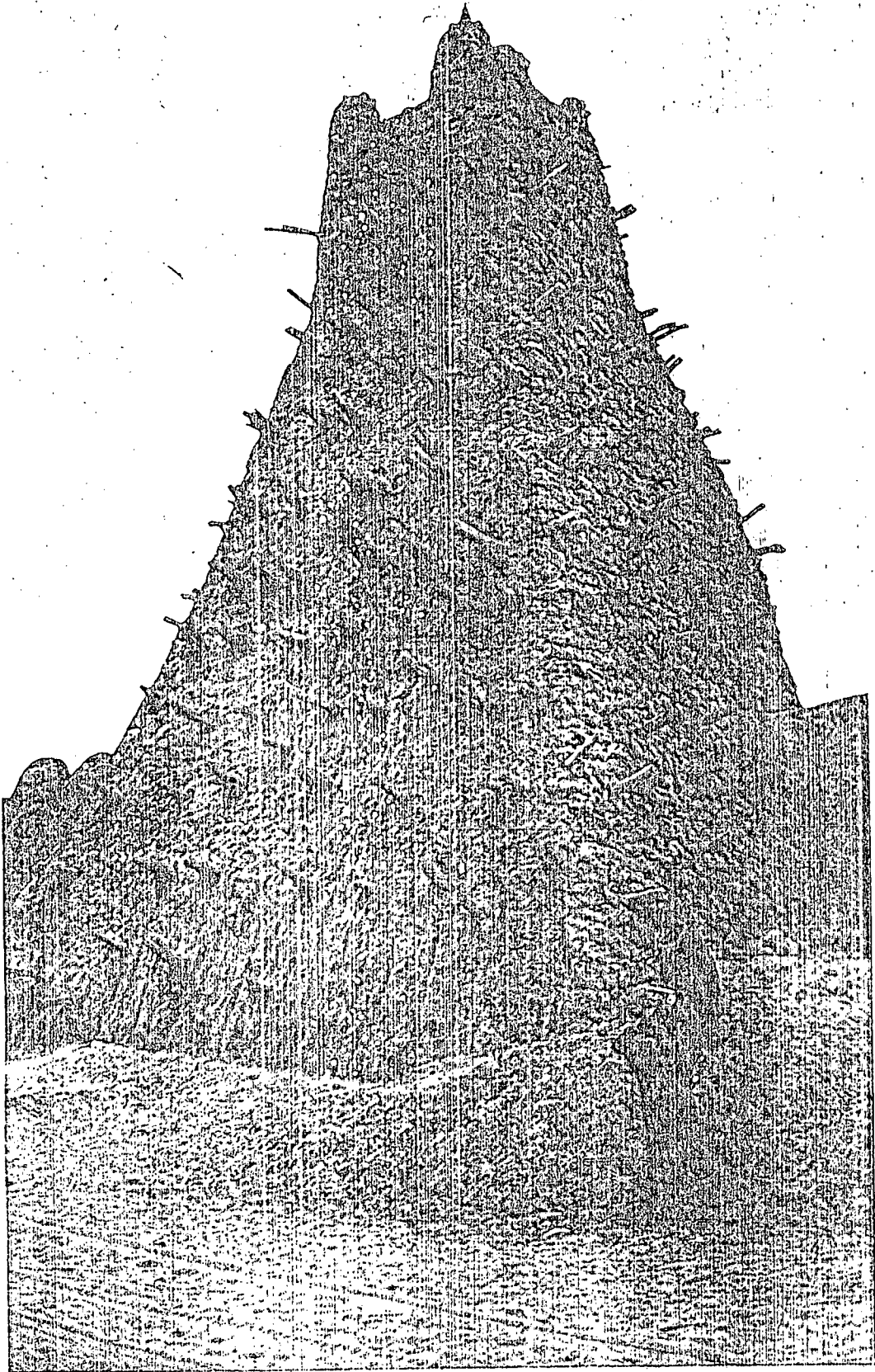
4. 2 9: I 7 7 9 8 T O ' ' m l f *

5. = 9. 1 1 0 1 1 8 8 7 2 m 1 *

6:.. :P: I IF 670 07118 ÷ E S_A OX T :P:
HCH₄ 7 1,18 O 611.

[illegible]

8. = ፡፡ ፲፫ ሂሳብ ልማት ትግል ፡፡
 የፍጥነት ልማት ስራ ላይ ፡፡
 ሂሳብ ልማት ስራ ላይ ፡፡



Giliidanka dalka Nijer oo la wareegay

Jaalle Siyaad wuxuu xafiiskiisa ku qaab bilay Garsoorihii reer Brasiiil



MUQDISHO, 15 Abriil (SONNA) — Madaxweynaha Golaha Sare ee Kacaanka Jaalle Sarreeye Gaas Maxamed Siyaad Barre wuxuu maanta Xafiiskiisa ku soo dhaweeeyey Dr. Newton Sabba Guimraes oo ah Garsoore ka tirsan Maxkamada Rafcaanka ee Gobolka Amazon ee Dalka Baraasiil.

Dr. Newton oo dalka Jamhuuriyadda Dimuqraadiga ee Mar dambe oo G/Dhexe Koon

BAARIIS, Abriil 15 (WAW) — Sufaaradda dawladda Nijer ay ku leedahay magaalada Baariis waxay rumaysay in Gile Dhexe Fayni Kountie oo ciidanka Dalka madax ka ah uu Madaxweynihii hore Haamaani Diyaari uu riday. xukunkiina la wareegay.

Warkaas waxaa sheegay idaa cadda oo saaka laga siiidavey magaalada madaxda Nivaami. Kaadiyowgaasi warar kale oo tifaftiran ma sheegin hase ahaatee, G./Dhexe Kountie oo raadiyaha ka hadlay wuxuu sheegay in Xooqga Dalka Nijer uu goostay in uu mas'uuliyadda dalka la wareego dawladdii hore u jirteyna uu rido, iyadoo dawladdaasi ay dalka u talineysay muddo 15 sannadood ah oo lagu dhaqmayey caddaalad-darro, laaluush, danaysi iyo ummadda oo aan wax loo qaban.

Wuxuu kaloo yiri in Madaxweynihii hore Haamaani Diyaari uu riday isagoo taas ula dan leh in uu baabi'iyey dhibaatooyinkii waaweynaa ee dalku ku jiray.

Mar dambe oo G/Dhexe Koon

ba'aya» ayuu yiri Kountie.

Raadiyaha Niyami oo laga dhegeystey magaalada Dakaar Senegaal, wuxuu sheegay in Gaashaanle Dhexe Kountie uu idaacadda ka caddaadey in Tasiituurkii dalku lahaa la baabi'iyey, barlamaankiina oodda loo rogay, Xisbiyaashii siyaasiga na la xiray, dalkiina bandow lagu soo rogay oo aan la soo bixin karin wixii makhrib ka dambeeya.

Madaxweynihii hore Haamaani ee la riday wuxuu madaxweyne dalka Nijer ka ahaa ilaa markii dalkaasi gobannimadiisii qaatay 1960kii.

Dalalka hantiwadaagga oo si buux u taageeraya Gobannimadoonka Afri

DAARESALAAM, 15 Abriil (AFP): — Dalalka Hantiwadaagga oo si buuxda u taageeraya Gobannimadoonka Afrika, Dhaqdhaqaaqyada u halgama gobannimadoonka Afrika waxay ka heli doonaan taageero

intaas ku daray in ballanqaadka la siiyey markuu socdaalka ku marayey dalalka Shiinaha Dadka, Midowga Soofiyeeti, Kooriyada Dimuqraadiga iyo Roomaaniya isagoo ka mid wafdigii Ururka Midowga Afrika ee Gud

TUSALOOWYAHII MADAXWEYNAHA GSI

Waxaa ina ku waajib ah inaynu ogaanno weligeen, aayatiinka dambe ee ummaddu uu ku xiran yahay niyadda shaabigeenna, haddaynu shaqayno innagoo wadajirna isku na xiran, waxaa hubaal ah inaynu ka hor tegeynno kam adkaanayno dhibo kasta inaynu ka hor tegeynno kan

Hadaf uu Madaxweynuhu k yiri horumarka iyo waxbarashada, 10-12-1969.

Waxaan doonayaa inaan idin xusuusiyo indinka dhian, Jiibaanta Kacaanku waxay ku dhisan tahay iskaad meysiga iyo wadajirka dadweynaha oo dhan, kuwaas oo ka jecel wadnahooda iyo qalbigooda inuu dhashay waqt caddaaladeed iyo sinaansho iyo waqti waxqabad, horuma iyo barwaaqo.

Hadaf uu Madaxweynuhu k yiri isku kalsoonida shacbiga 11-9-1970.

aliya. Wafdigu shalay ayuu laabtay magaalada Daare ah oo Xarunta u ah Gud

Siyad